

A REPÚBLICA ATRÁS DO BALCÃO

OS LOJISTAS DE LISBOA NA FASE

FINAL DA MONARQUIA (1870-1910)

DANIEL RIBEIRO ALVES

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA PARA CUMPRIMENTO DOS
REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR
EM HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL CONTEMPORÂNEA,
REALIZADA SOB A ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA DO PROF. DOUTOR
LUÍS NUNO ESPINHA DA SILVEIRA**

ABRIL, 2010

APOIO FINANCEIRO DA FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA



Declaro que esta Tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente.
O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas
no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'J. Silva', is written on a light pink background.

Lisboa, 6 de Abril de 2010

Declaro que esta Tese se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

O(A) orientador(a),

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Miguel', is written above a horizontal line.

Lisboa, 6 de Abril de 2010

DEDICADO À PATRÍCIA

DEDICADO AOS MEUS PAIS E ÀS MINHAS FILHAS

TAL COMO OS LOJISTAS DO SÉCULO XIX,

TAMBÉM EU ME CONSIDERO UM

“INTERMEDIÁRIO” ENTRE ELES.

Agradecimentos

São as primeiras linhas deste trabalho e, no entanto, foram as últimas a ser escritas. Como simbolismo não podia ser mais adequado, pois até à última linha da conclusão desta tese, muito fico a dever a terceiros, com excepção dos possíveis erros e incorrecções. Esses são todos meus. Escrever esta tese de doutoramento foi tanto um trabalho individual, isolado, por vezes, demasiado isolado, com consequências que só os que são mais próximos se aperceberam, como resultou de contributos, uns maiores do que outros, uns mais conscientes do que outros, de todos os que, de uma maneira ou de outra, me acompanharam nesta caminhada que agora termina.

Talvez fora do que é hábito, começo por aqueles a quem devo mais, as minhas filhas, a minha mulher, os meus pais, o meu irmão. É a eles que dedico este trabalho, foi a eles que roubei mais tempo, foram eles que mais sofreram comigo e com os meus isolamentos. Um beijo para a restante família que, por vezes, sem compreender muito bem o que eu andava a fazer foi apoiando o meu trabalho.

Um agradecimento muito especial ao Prof. Doutor Luís Espinha da Silveira, pois sem o seu apoio, orientação e perseverança, sem o constante acreditar nas minhas capacidades, mesmo quando eu duvidava delas, teria sido muito difícil, para não dizer impossível, chegar até aqui. Com orgulho posso dizê-lo que comecei este doutoramento com um orientador científico e pelo caminho ganhei um verdadeiro amigo.

Aqueles que me conhecem bem sabem que sou de poucas palavras, apesar da extensão deste trabalho o parecer desmentir. Nesse sentido quero deixar um abraço especial ao Paulo Fernandes, ao Francisco Caramelo, à Amélia Andrade, ao Pedro Cardim e ao João Paulo Costa, pela amizade e apoio que me dispensaram ao longo destes anos. Um agradecimento ainda aos restantes colegas do Departamento de História da FCSH e também ao Carimo Mohomed, à Ana Alcântara, ao Paulo Silveira e Sousa, ao Nuno Lima e a todos aqueles a quem a minha memória não for capaz de nomear aqui. A esses peço, desde já, as minhas desculpas. Por fim, um muito obrigado, pelo acolhimento e magníficas condições proporcionadas à minha investigação, à direcção e funcionários da UACS, em particular ao Dr. Vasco Mello e à D. Isabel Vinagre.

A REPÚBLICA ATRÁS DO BALCÃO

OS LOJISTAS DE LISBOA NA FASE FINAL DA MONARQUIA (1870-1910)

Daniel Ribeiro Alves

PALAVRAS-CHAVE: História, pequena burguesia, lojistas, republicanismo, Lisboa, século XIX, século XX

KEYWORDS: History, lower-middle-class, petty bourgeoisie, shopkeepers, republicanism, Lisbon, 19th century, 20th century

RESUMO:

Sobre a pequena burguesia no Portugal contemporâneo não existe uma análise de conjunto que sirva de charneira ao aparecimento de trabalhos mais desenvolvidos ou sequer uma série de artigos que potenciem uma linha de investigação no sentido de trazer alguma luz sobre este sector da sociedade e o seu papel económico e político nos dois últimos séculos. Para o período coberto por este texto, esta relativa escassez resulta particularmente estranha, se se tiver em conta o que alguns autores referem ter sido o papel, por exemplo, dos lojistas na conjuntura política e social do período final da Monarquia. Contudo, na maior parte dos casos, são referências vagas, restritas à mera indicação de que os lojistas correspondiam a um grupo social onde os republicanos tinham garantida uma boa representação.

Apesar destes testemunhos sobre o que terá sido o envolvimento dos lojistas no movimento republicano, pouco se explica sobre o porquê, o como e o quando da ligação entre o pequeno comércio e o republicanismo. Através de uma análise detalhada às características da evolução do pequeno comércio em Lisboa, ao discurso político e social dos lojistas, aos seus interesses de classe, à sua participação eleitoral e à sua relação com os políticos da fase final da Monarquia pretende-se aqui apontar um caminho possível para aquelas explicações. Um caminho para a República que não estava pré-determinado, que podia inclusive ter sido outro, substancialmente diferente,

que começou a moldar-se no início da década de 1890 e estava já cristalizado na primeira década do século XX.

ABSTRACT:

About the petty bourgeoisie in contemporary Portugal there isn't an overall research work that serves as a pivot to the emergence of more advanced work, or even a series of articles that encourage a line of research to shed some light on this sector of society and on its economic and political role in the last two centuries. For the period covered by this text, this relative scarcity is particularly strange, if one takes into account what some authors refer to have been the role, for example, of shopkeepers in the social and political conjuncture of the final period of the monarchy. However, in most cases, these references are vague and restricted to the mere indication that retailers were a social group where Republicans had ensured a good representation.

Despite these testimonies of what has been the involvement of shopkeepers in the republican movement, little is said about why, how and when the link between small business and republicanism took place. Through a detailed analysis of the development of small businesses in Lisbon, about the political and social discourse of the shopkeepers, their class interests, their electoral participation and their relationship with politicians in the final phase of the monarchy, this work is intended to point out one possible path for those explanations. A path to the Republic that was not predetermined, that could even have been another, substantially different, that started shaping up in the early 1890s and that was already crystallized in the first decade of the twentieth century.

**A REPÚBLICA ATRÁS DO BALCÃO: OS LOJISTAS DE LISBOA NA FASE FINAL DA
MONARQUIA (1870-1910)**

INTRODUÇÃO *(p. 1)*

A pequena burguesia e os lojistas no contexto europeu, entre 1870 e 1914 *(p. 1)*

A historiografia sobre a pequena burguesia *(p. 8)*

Porquê estudar os lojistas de Lisboa? *(p. 18)*

Enquadramento, objectivos e plano de um estudo sobre os lojistas *(p. 21)*

Fontes e metodologia *(p. 31)*

1ª PARTE – O PEQUENO COMÉRCIO DE LISBOA ENTRE 1870 E 1910 *(p. 41)*

A evolução geral do comércio “de porta aberta” em Lisboa *(p. 43)*

População e lojistas: uma cidade, dois ritmos *(p. 58)*

Os lojistas de Lisboa: uma classe heterogénea *(p. 80)*

A persistência de uma certa ideia de “crise” entre os lojistas de Lisboa *(p. 111)*

Uma evolução peculiar no quadro europeu *(p. 126)*

2ª PARTE – A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LOJISTAS DE LISBOA: ESBOÇO HISTÓRICO

DA FUNDAÇÃO A 1910 *(p. 157)*

A ACLL no quadro do associativismo comercial de finais do século XIX *(p. 160)*

A fundação da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa *(p. 171)*

Do vago mutualismo à afirmação de um grupo de pressão *(p. 195)*

Caracterização dos sócios da ACLL: a representatividade da associação *(p. 228)*

O reconhecimento da Associação pelo Estado e pelas suas congéneres *(p. 263)*

3ª PARTE – A ACLL A “DEFENDER OS INTERESSES DA SUA CLASSE” (p. 275)

O lojista não deve pedir “licença” para trabalhar: licenças de comércio e indústria (p. 282)

“Liberdade de comércio” e paternalismo: o encerramento das lojas ao domingo (p. 292)

A apologia da “livre concorrência”: o “ódio” aos monopólios (p. 326)

“Justiça” e “equidade” para o pequeno comércio: os impostos (p. 352)

A clientela como “propriedade” dos lojistas: o inquilinato comercial (p. 378)

Interesses de classe, “independência” material e “independência” cívica (p. 407)

4ª PARTE – OS LOJISTAS E A POLÍTICA: A REPÚBLICA ATRÁS DO BALCÃO (p. 413)

Recrutamento político dos sócios e corpos gerentes da ACLL (p. 414)

Uma associação onde “figuram homens de todos os partidos” (1870-1890) (p. 420)

Uma associação com “um honroso timbre: é patriota” (1890) (p. 440)

Um “poder estranho” sobre os lojistas (1891) (p. 462)

O parlamento na “rua do Ferragial de Cima” (1892) (p. 473)

A “tremendíssima afronta” da dissolução da ACLL (1893-1894) (p. 488)

Os lojistas fecham “meia-porta” à Monarquia (1894-1895) (p. 523)

As salas “revolucionárias” da Associação dos Lojistas (1895-1906) (p. 547)

João Franco, os lojistas e a memória da dissolução (1906-1908) (p. 569)

“Às armas, às armas!” Os lojistas de Lisboa entre o regicídio e o 5 de Outubro (p. 591)

CONCLUSÃO (p. 609)

FONTES E BIBLIOGRAFIA (p. 627)

ANEXOS (p. 653)

INTRODUÇÃO

A pequena burguesia e os lojistas no contexto europeu, entre 1870 e 1914

As expressões “ressentimento”, “desespero”, “volatilidade”, “melindre”, “resignação”, “crise” ou “radicalismo” transportam consigo, como qualquer consulta rápida a um dicionário poderá comprovar, uma carga negativa forte, mesmo se consideradas de forma isolada. Aplicadas aos lojistas, embora com significações distintas, correspondem a uma visão do mundo imbuída de pessimismo e obrigatoriamente condicionadora das suas acções e tomadas de posição. Apesar desta vertente negativista, são palavras e conceitos que se tornaram muito frequentes na historiografia das décadas de 70 e 80 do século passado e que não são minimamente estranhas a quem alguma vez se tenha interessado pelo estudo da pequena burguesia europeia entre a guerra Franco-Prussiana e a Grande Guerra. Efectivamente, todas estas expressões, por vezes mesmo em simultâneo, pululam os textos então produzidos, as suas conclusões e surgem até num número significativo dos títulos que, em diferentes perspectivas, se dedicaram à análise da “formação ou invenção das classes médias”¹.

Ao pensar pela primeira vez na temática subjacente ao presente trabalho e na forma de a abordar – depois do desafio lançado por um amigo para que avançasse para a realização do doutoramento com um estudo sobre a pequena burguesia – confesso, estava longe de supor que o grupo social que acabaria por escolher como alvo deste trabalho fosse caracterizado, precisamente, com recurso a todas aquelas expressões. A opção pelos lojistas, um dos grupos ocupacionais integrados na chamada pequena burguesia, foi obviamente ponderada depois de uma primeira análise das fontes e da

¹ A parte final da frase foi retirada, precisamente, de um título de um artigo de um dos mais citados especialistas na história da pequena burguesia. Ver CROSSICK, Geoffrey, “Formation ou invention des classes moyennes: une analyse compare: Belgique-France-Grande Bretagne 1880-1914”, in *Revue belge d'histoire contemporaine*, Vol. 26, 1996, pp. 105-138. Como nota geral às citações incluídas no texto, refira-se que foram todas traduzidas para português, no sentido de uniformizar e facilitar a sua leitura.

informação aí disponibilizada, mas foi também ditada por uma proximidade afectiva ao tema, na medida em que o comércio de retalho representava um enquadramento familiar natural, não só por toda uma experiência de vida do meu pai, mas também por ter sido nesse meio que primeiramente tomei contacto com a realidade profissional. Essa proximidade, de certa forma, emocional ao tema acabou por funcionar como potenciadora de um factor de surpresa pela forma como a pequena burguesia comercial era abordada e caracterizada na historiografia. A visão do lojista como alguém ressentido e resignado era algo que estava distante de imaginar no início desta viagem, mesmo tendo em conta que ela tinha de recuar no tempo mais de um século. No entanto, esta visão é efectivamente predominante na referida historiografia e mesmo os trabalhos posteriores, essencialmente da década de 90, apesar de alguns matizes, não contrariaram no essencial a perspectiva, como terei oportunidade de desenvolver adiante.

É, contudo, necessário clarificar um pouco esta imagem, pois o facto de ter empregue no parágrafo anterior os adjectivos “ressentido” e “resignado” e não alguns dos outros apontados logo no início, não foi inocente e partiu, já não apenas de uma visão pessoal sobre o assunto, mais ou menos imbuída de um certo pendor sociológico, mas de um conjunto de leituras anteriores sobre Portugal na passagem do século XIX para o século XX. Tendo isto em conta, é também imprescindível afirmar que a surpresa na leitura daqueles trabalhos não foi total e, olhando especificamente para o caso português, bastava ter em mente algumas afirmações da historiografia nacional sobre o período em causa para se ficar com uma ideia de que os lojistas de há 100 anos atrás tinham que ter a sua quota-parte de radicalismo, ou não faria sentido que aparecessem, por vezes, em percentagens significativas, nos combates políticos, e não só, que levaram à implantação do regime republicano no país, em 5 de Outubro de 1910².

² Apenas a título de exemplo vejam-se, nas obras seguintes, algumas afirmações sobre o radicalismo dos lojistas, a sua participação em iniciativas republicanas, incluindo o 5 de Outubro, ou ainda a sua

O que significava, então, “pequena burguesia”, em alguns países também associada à “classe média baixa”, e em que medida os lojistas podem ser ou não representativos da mesma? Antes do século XIX, o termo classe média não tinha as conotações que lhe vão ser reconhecidas mais tarde, nem estas eram equivalentes à burguesia. Para além disso, a expressão tendia a abarcar diferentes perspectivas consoante a nacionalidade dos indivíduos em causa. No final do século XIX, “Classes moyennes” em França e na Bélgica, por exemplo, incluíam a pequena burguesia, o estrato social mais baixo dentro da burguesia. Em meados do século, “Middle classes” na Inglaterra assumiam já um significado mais amplo, abarcando o conjunto da burguesia³. Só na fase final de oitocentos é que esse conceito “passou a designar exclusivamente o nível inferior dos estratos possidentes e educados da sociedade”, ou seja, um conjunto de grupos sociais onde se incluía a pequena burguesia. Os indivíduos pertencentes a estes grupos representavam o centro da estrutura social e, ao mesmo tempo, definiam-se por se situarem no meio, entre as restantes classes, “entre os extremos da sociedade”, ou, na visão marxista, entre a burguesia capitalista e a classe operária. Ao longo do século XIX, essa concepção era, por vezes, imprecisa, mas tendia a reforçar a ideia que era nestas classes, vagamente baseadas no comércio, na pequena indústria e nas profissões liberais, que se deveria alicerçar o poder do Estado e a ordenação social vigente. Para alguns autores, inclusive, foi precisamente o factor “poder político” que influenciou a sua tomada de consciência e, nesse sentido, teria sido a necessidade de encontrar um meio termo para os extremos políticos da época que

importância como base social de apoio do republicanismo. RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, Vol. VI da *História de Portugal*, (dir.) José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 200-201 e 341; VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, pp. 60, 70 e 113-114; CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal, da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, pp. 71 e 72.

³ Sobre esta questão e a diferença de significados das traduções francesa e inglesa veja-se CROSSICK, Geoffrey, “Petite bourgeoisie et histoire comparée”, in *Bulletin du Centre Pierre Léon d'histoire économique et sociale*, n.º 1, 1992, p. 15 e CROSSICK, Geoffrey, “Metaphors of the middle: the discovery of the petite bourgeoisie 1880-1914”, in *Transactions of the Royal Historical Society*, 6ª série, Vol. 4, 1994, p. 252.

decisivamente teria introduzido na escala social o conceito de classe média. Da mesma forma, o desenvolvimento do “fenómeno associativo”, comum a muitos países europeus, com cronologias distintas, é certo, mas no geral desde a primeira metade do século XIX, é apontado como uma forma de mediação entre esses extremos, ao mesmo tempo que funcionou como um factor significativo para a tomada de consciência das “classes médias”, sejam elas entendidas na versão anglófona ou francófona⁴. Será esta última versão, em parte, que vai ser explorada nesta tese, quer pela maior influência do modelo social francês no nosso país, quer pela própria auto-imagem criada pelos lojistas e pelos que escreviam sobre a posição dos lojistas na sociedade portuguesa de finais do século XIX.

Se a influência do momento político e do movimento associativo são consideradas importantes para a “formação ou invenção” da burguesia, eles são aspectos encarados mesmo como determinantes na identificação da pequena burguesia como um grupo social autónomo. Efectivamente, é destacado que sendo a luta política um factor significativo na formação de qualquer grupo social, no caso da pequena burguesia a sua identidade como grupo foi definitivamente construída tanto por momentos de crise política, como pelo discurso e acção das suas associações⁵. Nesta perspectiva compreende-se melhor que os estudos sobre a pequena burguesia tenham privilegiado os anos que vão de 1880 a 1914, altura de crise económica e financeira e forte luta política em alguns estados europeus, representando também uma época de criação de um grande número de associações profissionais ligadas à pequena burguesia⁶.

⁴ CROSSICK, Geoffrey, “La Bourgeoisie Britannique au 19e Siècle: Recherches, approches, problématiques”, *Annales-Histoire Sciences Sociales*, 53, 1998, pp. 1093-1095 e 1103-1105.

⁵ CROSSICK, Geoffrey, “Metaphors of the middle...”, p. 251.

⁶ BLACKBOURN, David, “Between resignation and volatility: the German petite bourgeoisie in the nineteenth century”, in CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *Shopkeepers and master artisans in nineteenth-century Europe*, London, Methuen, 1984, p. 35 e CROSSICK, Geoffrey, “Metaphors of the middle...”, pp. 251-252.

Em parte, o mesmo pode ser aplicado ao caso português e argumentos semelhantes podem ajudar a justificar a escolha do âmbito cronológico deste trabalho e do tema central da tese, como irá ser desenvolvido mais à frente. No fundo, será aqui defendido que a criação da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa (ACLL) em 1870, a crise do pequeno comércio na década de 1890 e as lutas políticas que levaram à queda da Monarquia vão ser determinantes na elaboração de uma identidade comum entre os pequenos comerciantes, que correspondiam a uma parte muito significativa da pequena burguesia da capital, bem como na definição do seu alinhamento político em 1910.

Apesar de serem várias e nem sempre coincidentes as definições de pequena burguesia e dos grupos sociais ou ocupacionais que dela faziam parte, existentes na historiografia desde a década de 1970⁷, os lojistas estão sempre presentes e correspondem-lhes uma das características mais comumente aceites e divulgadas, nomeadamente, a associação que uma parte da pequena burguesia fazia entre trabalho próprio e capital próprio, segundo Arno Mayer⁸, ou o “facto de (...) combinarem a detenção de capital com o envolvimento no trabalho”, na versão um pouco mais moderna de Heinz-Gerhard Haupt⁹. Neste aspecto é clara a identificação, pois os lojistas, numa versão simplificada, serão nesta tese entendidos como os donos de estabelecimentos comerciais fixos de venda a retalho, nos quais o proprietário participava no atendimento ao público. É uma definição dada pelas características mais evidentes da sua actividade profissional e também conceptualizada pela confrontação

⁷ Sobre a variedade de definições relativas à pequena burguesia veja-se, por exemplo, o que é referido em JAUMAIN, Serge, *Les petits commerçants belges face à la modernité. (1880-1914)*, Bruxelles, Editions de l'Université de Bruxelles, 1995, p. 16.

⁸ MAYER, A., “The Lower Middle Class as a Historical Problem”, in *Journal of Modern History*, vol. 47, n.º 3, 1975, p. 433.

⁹ HAUPT, Heinz-Gerhard, “The Petty Bourgeoisie in Germany and France in the Late 19th Century”, in KOCKA, Jürge; MITCHELL, Allan (eds.), *Bourgeois Society in Nineteenth Century Europe*, Oxford, Berg, 1993, p. 302. Veja-se ainda CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *The Petite Bourgeoisie in Europe 1780-1914. Enterprise, Family and Independence*, London, Routledge, 1995, p. 3.

com outros indivíduos ligados ao “pequeno comércio” que não possuíam “loja”, como os vendedores ambulantes ou os caixeiros-viajantes¹⁰. Seguindo a argumentação de Arno Mayer, esta definição pode ainda ser mais elaborada: a maioria destes indivíduos operava empresas de dimensão familiar, trabalhando eles próprios, por vezes com as próprias mãos, ao lado de alguns elementos da família mais próxima, ou de alguns, poucos, empregados. Lidavam directamente com os clientes e, na maior parte das vezes, investiam na empresa todo o seu capital, o que as deixava particularmente vulneráveis em caso de doença prolongada ou morte do dono ou em situações de crise económica aguda¹¹. Contudo, mesmo esta definição não pode ficar sem reparo, pois no seio dos lojistas, tal como para a pequena burguesia em geral, há que ter em conta as diferentes actividades desenvolvidas, o volume de negócios ou o meio em que se inserem, tudo factores que trazem diferenciação e um certo grau de heterogeneidade na definição da classe¹².

Apesar disso, o enquadramento conceptual da noção de lojistas não parece resultar problemático, aparecendo inclusive como uma definição razoavelmente operativa¹³. Pelo contrário, a utilização do termo “pequeno”, como em “pequeno comerciante” ou mesmo, com outras conotações, em “pequena burguesia comercial”, pode ser ilusória e remeter para uma série de diferenças dentro da classe dos lojistas, derivadas do tamanho da empresa comercial, do seu volume de negócios ou da riqueza acumulada pelos comerciantes¹⁴. Contudo, os lojistas não deixam de fazer, inequivocamente, parte da “pequena burguesia”, sendo os próprios, em Portugal e no final do século XIX, a afirmarem-se como tal, referindo que aquela definição englobava o “pequeno comércio,

¹⁰ JAUMAIN, Serge, *Les petits commerçants belges...*, p. 17. Esta definição pela negativa era aliás óbvia para os lojistas, em cuja associação nunca entraram vendedores ambulantes, como se terá oportunidade de observar.

¹¹ MAYER, A., “The Lower Middle Class as a Historical Problem”, p. 427.

¹² NÚÑEZ SEIXAS, Xoxé M., “Una clase inexistente? La pequeña burguesía española (1808-1936)”, in *Historia Social*, n.º 26, 1996, p. 24.

¹³ NÚÑEZ SEIXAS, Xoxé M., “Una clase inexistente?...”, p. 23.

¹⁴ JAUMAIN, Serge, *Les petits commerçants belges...*, p. 16.

(...) [a] pequena indústria e (...) [o] pequeno funcionalismo”, todos claramente separados da “classe operária”¹⁵.

Mas será que falamos de classe quando falamos de lojistas? A visão de classe que tradicionalmente é associada a uma historiografia ou sociologia de tendência marxista dificilmente poderá ser aplicada a estes indivíduos. A sua posição, na perspectiva estruturante da sociedade marxista, pela qual toda a arrumação social está dependente das relações de produção, é claramente ambígua¹⁶. Nesta asserção os lojistas não pertenceriam a nenhuma classe, pois não eram exclusivamente trabalhadores, nem somente capitalistas, o que supostamente tinha como consequência uma ausência de consciência de classe, com a consequente falta de perspectiva política, que levaria, em última análise, ao desaparecimento deste estrato social, quer através do seu aburguesamento, quer da sua proletarização¹⁷.

Contudo, contrariando esta visão redutora e determinista, vão ser essas mesmas características, a acumulação de capital, a posse de algum tipo de propriedade e a inclusão do seu próprio trabalho, a estar na base da sua identificação como classe e da tomada de consciência do seu peculiar posicionamento social, entre os que produzem e os que consomem. A noção de intermediários entre os produtores e os consumidores e a importância social dessa posição atravessa tanto o discurso sobre os lojistas como o que foi produzido por eles¹⁸. Na Alemanha de final do século XIX, por exemplo, era esta também a visão que se começava a impor¹⁹.

¹⁵ Cf. *O Lojista*, n.º 15, 2 de Janeiro de 1892; *O Lojista*, n.º 28, 17 de Abril de 1892 e *O Lojista*, n.º 60, 8 de Junho de 1893.

¹⁶ CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *The Petite Bourgeoisie in Europe...*, p. 6.

¹⁷ CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *The Petite Bourgeoisie in Europe...*, p. 2.

¹⁸ Apenas a título de exemplo ver *Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, n.º 9, 13 de Janeiro de 1864 e Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, *Desagravo do commercio de Lisboa: resposta da Associação Commercial de Lojistas de Lisboa ao discurso pronunciado na Camara dos Senhores Deputados em sessão de 23 de Fevereiro de 1892 pelo Ex. mo Sr. F. J. Machado*, Lisboa, Typ. e Stereotypia Moderna, 1892, p. 7.

¹⁹ Cf. BLACKBOURN, David, “The Mittelstand in German Society and Politics, 1871 – 1914”, in *Social History*, Vol. 2, n.º 4, 1977, p. 415.

Apesar da utilidade de todas as tentativas de clarificação sobre o que é a pequena burguesia e a posição dos lojistas no seu seio, talvez o mais importante para o historiador seja mesmo seguir o conselho de Arno Mayer, datado já de 1975, ultrapassar as questões de definição de classe e centrar a sua atenção em estudos empíricos que permitam conhecer melhor esse estrato social, as suas características, os seus componentes, o seu modo de vida, as suas relações com outros, bem como a sua auto imagem e o seu comportamento político²⁰. Em parte e especificamente para o caso lisboeta, foram estes alguns dos pontos de motivação para este trabalho, influenciados pela necessidade de conhecer melhor estes actores da história nacional, na viragem do século XIX para o século XX, e pelo estímulo de poder contribuir para preencher aquilo que tem sido praticamente uma lacuna na produção historiográfica nacional, quase completamente alheada do estudo sobre esta temática.

A historiografia sobre a pequena burguesia

O alheamento referido não é propriamente uma novidade portuguesa quando comparada com o que se passou na historiografia europeia, apenas permaneceu e permanece com um desfasamento em relação a algo que, de modo semelhante, aconteceu além-fronteiras, pelo menos, até ao terceiro quartel do século passado. Efectivamente, até ao início da década de 1970, a historiografia europeia ainda pouca atenção tinha dado ao estudo da pequena burguesia, ao contrário do que acontecia com outros grupos sociais, como o operariado, por exemplo. Os estudos elaborados até essa altura eram essencialmente dedicados à explicação do desenvolvimento do “nacional-socialismo” na Alemanha e à descrição do papel da pequena burguesia nesse fenómeno. Os poucos que se afastavam desta temática abordavam a pequena burguesia não com a

²⁰ MAYER, A., “The Lower Middle Class as a Historical Problem”, p. 424.

preocupação de destacar as suas características próprias e mais na tentativa de determinar, numa visão marxista, o que tinha acontecido a um estrato social que estava destinado a afundar-se no proletariado ou a sucumbir perante o modo de vida burguês²¹.

Contudo, desde meados dos anos 70, este panorama alterou-se de forma substancial, em especial, na Inglaterra, na França e na Alemanha, onde o estudo da pequena burguesia ou classe média baixa, consoante se traduza do francês ou do inglês e se siga as respectivas escolas historiográficas, conheceu um desenvolvimento assinalável, não só em termos dos grupos sociais e ocupacionais analisados, como também das temáticas abordadas. O conjunto de estudos editados por Geoffrey Crossick, sobre a “lower middle-class” britânica, e um artigo de David Blackbourn, sobre a “mittelstand” alemã, ambos de 1977, foram sem dúvida pontos de partida²², assim como o foi o facto de na Bélgica, na mesma década, ter sido criado um grupo de estudos sobre a pequena burguesia dos séculos XIX e XX, que congregou investigadores de vários países e se manteve activo entre 1978 e 1990²³. Foram os primeiros esforços para retirar do anonimato historiográfico este estrato social, sucedendo a alguns trabalhos pioneiros, à época, destinados a melhorar o conhecimento sobre a burguesia no século XIX, como, por exemplo, os realizados por Adeline

²¹ MAYER, A., “The Lower Middle Class as a Historical Problem”, pp. 409-410 e CROSSICK, Geoffrey, “The emergence of the lower middle class in Britain: a discussion”, in CROSSICK, Geoffrey (ed.), *The lower middle class in Britain, 1870-1914*, London, Croom Helm, 1977, p. 11. Sobre a tendência para estudar a pequena burguesia e mesmo os lojistas como base social do fascismo alemão podem ser apontados como exemplos os trabalhos de GELLATELY, Robert, *The politics of economic despair. Shopkeepers and German politics, 1890-1914*, London, Sage Publications, 1974 e WINKLER, Heinrich August, “From Social Protectionism to National Socialism: The German Small-Business Movement in Comparative Perspective”, in *Journal of Modern History*, vol. 48, n.º 1, 1976, pp. 1-18.

²² CROSSICK, Geoffrey (ed.), *The lower middle class in Britain, 1870-1914*, London, Croom Helm, 1977 e BLACKBOURN, David, “The Mittelstand in German Society and Politics...”, pp. 409-433.

²³ JAUMAIN, Serge, *Les petits commerçants belges...*, p. 11; CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *The Petite Bourgeoisie in Europe 1780-1914. Enterprise, Family and Independence*, London, Routledge, 1995, p. ix e PASLEAU, Suzy, “Serge Jaumain, *Les petits commerçants belges et la modernité. (1880-1914)*, (comptes rendus)”, in *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, vol. 54, n.º 2, 1999, pp. 530-531.

Daumard²⁴, ou mesmo já sobre a pequena burguesia, mas numa perspectiva sociológica, como os estudos levados a cabo por Frank Bechhofer e Brian Elliott para o século XX²⁵. O interesse renovado pelo estudo da pequena burguesia levaria mesmo à edição de dois números temáticos da revista *Le Mouvement Social*, em 1979 e 1981, com o título *L'atelier et la boutique* e *Petite entreprise et politique*, ambos sob a direcção de Heinz-Gerhard Haupt e Philippe Vigier.

Desde então e até meados da década de 80, foram feitas mais algumas incursões ao estudo da pequena burguesia e dos lojistas, privilegiando ainda a perspectiva política, já sem a preocupação exclusiva de a descrever como a base social de apoio dos regimes totalitários surgidos na Europa no período entre as guerras, mas sim na tentativa de compreender e explicar a sua evolução no período anterior. Surgiram então algumas nuances à interpretação que afirmava como inevitável a caminhada da pequena burguesia para o fascismo²⁶. Apesar disso, os esforços da passagem da década de 70 para a de 80 tinham lançado as investigações e apareciam já algumas visões de conjunto relativas a grupos específicos, nomeadamente, uma sobre os lojistas britânicos

²⁴ DAUMARD, Adeline, *Les bourgeois de Paris au XIXe siècle*, Paris, Flammarion, 1970. Esta publicação foi o resultado de um esforço de investigação da autora que vinha já de meados da década de 1960.

²⁵ BECHHOFER, Frank; ELLIOTT, Brian, “An Approach to a Study of Small Shopkeepers and the Class Structure”, in *European Journal of Sociology*, IX, 1968, pp. 180-202. Esta primeira abordagem foi desenvolvida nos anos seguintes, por vezes, em colaboração com outros autores. Cf. BECHHOFER, Frank; ELLIOTT, Brian; RUSHFORTH, Monica; BLAND, Richard, “The Petits Bourgeois in the Class Structure: the Case of the Small Shopkeepers”, in PARKIN, Frank (ed.), *The social analysis of class structure*, London, Tavistock, 1974, pp. 103 a 128; BECHHOFER, Frank; ELLIOTT, Brian, “Persistence and Change: the petite bourgeoisie in industrial society”, in *European Journal of Sociology*, XVII, 1, 1976, pp. 74-99; BECHHOFER, Frank; ELLIOTT, Brian; BLAND, Richard, “Social Mobility and the Petite Bourgeoisie”, in *Acta Sociologica*, 21, 1978, pp. 229-248. A sistematização destes trabalhos apareceu já no início da década de 1980 através da publicação BECHHOFER, Frank; ELLIOTT, Brian (eds.), *The Petite Bourgeoisie: Comparative Studies in an Uneasy Stratum*, London, Macmillan, 1981. Corresponde a um conjunto de 8 estudos comparativos sobre a pequena burguesia agrária, industrial e comercial, elaborados em vários países, com realidades sociais distintas e abrangendo essencialmente os meados do século XX.

²⁶ Cf. HAUPT, Heinz-Gerhard, “La petite entreprise et la politique en Europe au XIXe siècle”, in *Le Mouvement Social*, n.º 114, 1981 e, em especial, GAILLARD, Jeanne, “La petite entreprise entre la droite et la gauche”, in LAVAU, Georges; MAYER, Nonna (dir.), *L'univers politique des classes moyennes*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1983, pp. 47-70.

apresentada, em 1983, por Michael Winstanley²⁷. Aqui estava já presente, para além da perspectiva política, um esforço de caracterização social e económica dos lojistas. Porém, o ano seguinte foi basilar para que o estudo dos lojistas e de outros grupos da pequena burguesia entrasse definitivamente na agenda da historiografia europeia. Com efeito, os trabalhos reunidos por Geoffrey Crossick e Heinz-Gerhard Haupt no volume *Shopkeepers and master artisans in nineteenth-century Europe*²⁸, foram decisivos no alargamento dos temas de estudo, das perspectivas de análise sobre a pequena burguesia e para estabelecer os seus coordenadores como dois dos mais proeminentes especialistas na temática, respectivamente, dos lojistas e dos mestres de ofícios na passagem do século XIX para o XX²⁹.

Ao mesmo tempo, este trabalho foi um marco que influenciou o desenvolvimento de estudos semelhantes fora da área geográfica inicialmente referida. Efectivamente, assiste-se a uma diversificação geográfica, pois se até essa altura as investigações se centravam na Inglaterra, França, Alemanha e Bélgica, como as várias partes da obra atrás referida denunciavam, começaram desde então a surgir avanços noutros países, nomeadamente, na Suécia, em Espanha e na Itália. O caso espanhol é muito interessante, no âmbito da história comparada, pois algumas das características da pequena burguesia espanhola vão estar, por assim dizer, a meio caminho entre o que se

²⁷ WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world 1830-1914*, Manchester, Manchester University Press, 1983.

²⁸ CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard (coords.), *Shopkeepers and master artisans in nineteenth-century Europe*, London, Methuen, 1984.

²⁹ A listagem a seguir não será certamente completa, até porque não são aqui citados os trabalhos em língua alemã, mas é já bastante representativa do esforço de investigação que foi desde então desenvolvido por estes dois investigadores. HAUPT, Heinz-Gerhard, "The Petty Bourgeoisie in Germany and France...", pp. 302 a 322; CROSSICK, Geoffrey, "Metaphors of the middle...", pp. 251-279; CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *The Petite Bourgeoisie in Europe...*; CROSSICK, Geoffrey, "Formation ou invention des classes moyennes...", pp. 105-138; CROSSICK, Geoffrey, "La Bourgeoisie Britannique au 19e Siècle...", pp. 1084-1133; CROSSICK, Geoffrey; JAUMAIN, Serge (eds.), *Cathedrals of consumption. The European department store, 1850-1939*, Aldershot, Ashgate, 1999; CROSSICK, Geoffrey, "Meanings of property and the world of the petite bourgeoisie", in STOBART, J.; A. OWENS, A. (eds), *Urban Fortunes: Property and Inheritance in the Town, c. 1700-1900*, Ashgate, 2000, pp. 50-78;

passou em Portugal, a demonstrar com este trabalho, e o que aconteceu além-Pireneus³⁰. No que diz respeito à Suécia, destacam-se os trabalhos de Tom Ericsson no âmbito das relações de classe entre a pequena burguesia e outros grupos sociais, em particular a classe operária, e também na análise sobre a mobilidade social³¹. Para a Itália, o estudo de Jonathan Morris sobre os lojistas de Milão, bem como uma série de artigos publicados pelo mesmo historiador podem ser considerados uma referência³². O primeiro trabalho, em particular, tem muitos pontos de contacto com o estudo que aqui vai ser apresentado, pois é centrado num espaço urbano bem delimitado, com uma ênfase especial no associativismo, com abundante recurso à imprensa e procurando traçar a evolução do posicionamento político dos homens do pequeno comércio daquela cidade italiana, entre o fim do século XIX e o período entre as duas guerras.

Em anos mais recentes têm surgido trabalhos noutros países, inclusive fora da Europa, que, apesar de colocarem maiores dificuldades a uma perspectiva de história comparada, não deixam de ser interessantes de referir aqui, em particular, pelo carácter inovador que algumas destas abordagens vieram introduzir na reapreciação do papel dos lojistas na política e num olhar mais atento às formas de resistência e sobrevivência do pequeno comércio aos desafios da modernidade económica e social. Neste aspecto, o trabalho de David Monod sobre os lojistas do Canadá é relevante, procurando

³⁰ Não só para confirmar o que se acabou de dizer, mas essencialmente como excelente resumo da evolução da historiografia espanhola sobre a questão da pequena burguesia, veja-se o estudo de NÚÑEZ SEIXAS, Xoxé M., “Una clase inexistente?...”, pp. 19-45.

³¹ ERICSSON, Tom, “The *mittelstand* in Swedish class society 1870-1914”, in *Scandinavian Journal of History*, vol. 9, n.º 4, 1984, pp. 313-328; ERICSSON, Tom, “Kinship and Sociability: Urban Shopkeepers in Nineteenth-Century Sweden”, in *Journal of Family History*, 14 (3), 1989, pp. 229-239 e ERICSSON, Tom, “Social mobility and the urban *petite bourgeoisie*: Sweden in a European perspective”, in MILES, Andrew; VINCENT, David (eds.), *Building European Society. Occupational Change and Social Mobility in Europe 1840-1940*, Manchester, Manchester University Press, 1993, pp. 165-195.

³² MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan, 1886-1922*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993; MORRIS, Jonathan, “Towards a European history of the *petite bourgeoisie*”, in FULBROOK, M. (ed.), *National histories and European history*, London, 1993; MORRIS, Jonathan, “Mobilisation and identity amongst the Milan *petite-bourgeoisie*”, in *Journal of Social Science History*, 19, 2, 1995, pp. 261-74; MORRIS, Jonathan, “The Political Economy of the European *Petite Bourgeoisie*: Defining a Comparative Approach”, in *University of Manchester Working Papers in Economic and Social History*, 39, 1997.

demonstrar, através de um estudo exaustivo das estratégias de negócio dos lojistas e da estrutura interna da classe, nas primeiras décadas do século XX, que estes conseguiram com relativo sucesso superar os “fantasmas” que as cooperativas de consumo e as grandes superfícies comerciais representavam, na mesma época, para os seus colegas europeus³³. Mais difíceis de conciliar com os objectivos a desenvolver neste trabalho, mas igualmente sugestivos, são alguns trabalhos relativos ao Brasil³⁴ ou ao Japão³⁵.

A acompanhar esta nova geografia nota-se, a partir da segunda metade da década de 1980, um alargamento temático, deixando a perspectiva política de estar tão presente como nos estudos desenvolvidos até então. É certo que esta vertente não desapareceu, mas alguns dos trabalhos então surgidos vão ser fundamentais mais pela abertura de novas tendências, como o estudo do fenómeno associativo, por exemplo, ou pela redefinição dos limites da “caminhada para a direita” da pequena burguesia³⁶. Estão neste caso, claramente, o trabalho de Philip Nord sobre os lojistas parisienses³⁷ e o de Serge Jaumain sobre os pequenos comerciantes belgas³⁸. O interesse pelo estudo das associações económicas ou profissionais resultou, inclusive, na elaboração de um número especial da revista *Histoire, économie & société*, em 1997, com o tema “Les

³³ MONOD, David, “Ontario Retailers In The Early-20th-Century - Dismantling The Social Bridge”, in *Journal Of The Canadian Historical Association-Revue De La Societe Historique Du Canada*, 4, 1993, pp. 207-226; MONOD, David. “Culture Without Class - Canada Retailers And The Problem Of Group Identification 1890-1940”, in *Journal Of Social History*, 28, 1995, pp. 521-545 e, em especial, MONOD, David, *Store wars. Shopkeepers and the culture of mass marketing, 1890-1939*, Toronto, University of Toronto Press, 1996.

³⁴ POPINIGIS, Fabiane, “As Sociedades Caixeirais e o “Fechamento das Portas” no Rio de Janeiro (1850-1912)”, in *Cadernos AEL*, vol. 6, n.º 10/11, 1999, pp. 111-144; POPINIGIS, Fabiane, “Operários de Casaca”? *Relações de Trabalho e Lazer no Comércio Carioca na Virada dos O Séculos XIX e XX*, Universidade Estadual de Campinas, Tese de doutoramento, 2003.

³⁵ SHORB, Patrick Naoya, *Retailing Society, Retailing the State: Shopkeeper Politics in Modern Japan, 1868-1945*, Princeton University, Dept. of East Asian Studies, 2005.

³⁶ Em relação a este ultimo aspecto veja-se, por exemplo, COETZEE, F.; SHEVINCOETZEE, M., “Rethinking The Radical Right In Germany And Britain Before 1914”, in *Journal of Contemporary History*, 21 (4), 1986, pp. 515-537 e MAZGAJ, Paul, “The Origins of the French Radical Right: A Historiographical Essay”, in *French Historical Studies*, Vol. 15, n.º 2, 1987, pp. 287-315.

³⁷ NORD, Philip G., *Paris shopkeepers and the politics of resentment*, Princeton, Princeton University Press, 1986.

³⁸ JAUMAIN, Serge, *Les petits commerçants belges...*

associations économiques et groupes de pression en Europe XIXe-XXe siècle”³⁹. Esta modificação do objecto de estudo ou, dito de outra forma, esta alteração do padrão de observação sobre a pequena burguesia e a crescente produção historiográfica parecem ter sido influenciadas, de novo, pela reedição da colaboração entre Crossick e Haupt, em 1995, num volume onde procuraram fazer a sistematização da “história da pequena burguesia de lojistas e mestres de ofícios na Europa durante o longo século XIX”⁴⁰. Nota-se, a partir de então, um aumento destas novas tendências, sendo que, para além do associativismo, começou a ser dada importância a outras abordagens, no sentido de se conhecer melhor não só a estrutura interna da pequena burguesia comercial e as relações de trabalho na loja, bem como o papel da família e, em particular, das mulheres no mundo dos pequenos negócios. Os estudos de C. P. Hosgood sobre o pequeno comércio na Inglaterra, no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, merecem neste aspecto alguma atenção⁴¹, assim como alguns artigos de outros autores⁴².

Por comparação com o panorama europeu e o fervilhar de investigações sobre esta temática que se fez sentir até ao final da década de 1990, aqui apenas resumido, em Portugal a produção historiográfica no âmbito da pequena burguesia é ainda deficitária,

³⁹ Apesar do tema das associações de interesse agrícola ser predominante, neste número temático podem ser encontradas referências específicas sobre os pequenos comerciantes em alguns artigos, sendo que o de Jonathan Morris é exclusivamente dedicado à análise das associações de pequenos comerciantes na Itália. Cf. MORRIS, Jonathan, “Les associations de détaillants en Italie à la fin du XIXe siècle”, in *Histoire, économie & société*, Vol. 16, n.º 2, 1997, pp. 237-257.

⁴⁰ CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard (eds.), *The Petite Bourgeoisie in Europe...*, p. ix.

⁴¹ HOSGOOD, C. P., “The Pigmies Of Commerce And The Working-Class Community - Small Shopkeepers In England, 1870-1914”, in *Journal Of Social History*, 22, 1989, pp. 439-460; HOSGOOD, C., “A Brave And Daring Folk - Shopkeepers And Trade Associational Life In Victorian And Edwardian England”, in *Journal Of Social History*, 26, 1992, pp. 285-308; HOSGOOD, C. P., “‘Mercantile monasteries’: Shops, shop assistants and shop life in late-Victorian and Edwardian Britain”, in *Journal Of British Studies*, Vol. 38, n.º 3, 1999, pp. 322-352.

⁴² Veja-se, por exemplo, HAMMERTON, A. J., “Pooterism or partnership? Marriage and masculine identity in the lower middle class, 1870-1920 (Britain)”, in *Journal Of British Studies*, Vol. 38, n.º 3, 1999, pp. 291-321; e mais recentemente ERICSSON, Tom, “Women, Family and Small Business in Late Nineteenth-Century Sweden”, in *History of the Family*, Vol. 6 (2), 2001, pp. 225-239; ou, ainda, numa perspectiva de história cultural BAILEY, Peter, “White Collars, Gray Lives? The Lower Middle Class Revisited”, in *Journal of British Studies*, Vol. 38, n.º 3, 1999, pp. 273-290.

o que não será talvez de estranhar se tivermos em conta um tardio desenvolvimento da História Social entre nós. Esse atraso relativo levou a que se privilegiassem áreas e objectos de estudo mais acessíveis, aliás, como acontecia um pouco por toda a Europa no início dos anos 70 e ficou referido atrás. No caso português, tal facto levou os historiadores a dedicar uma particular atenção ao estudo das elites no período contemporâneo, sendo mesmo bastante significativo esse esforço de investigação desenvolvido, de uma forma sistemática, a partir da realização do 1º Colóquio sobre História Social das Elites promovido pelo Instituto de Ciências Sociais, em 1991, e cujos resultados foram publicados na revista *Análise Social* no ano seguinte⁴³. Desde essa data outros trabalhos têm surgido, ligados ainda às elites nacionais ou dedicados aos notáveis locais. São de referir, apenas a título de exemplo, os trabalhos de Helder Fonseca para Évora ou de Paulo Fernandes sobre Lisboa⁴⁴. O panorama dos últimos anos não tem sofrido alterações muito significativas, mudando apenas a metodologia de estudo, sendo a biografia de figuras públicas o campo de exploração mais recente⁴⁵. No fundo, eram as elites que estavam no poder ou mais facilmente a ele tinham acesso e por isso foi, também, sobre elas que se produziu uma maior quantidade e variedade de fontes que permitem, actualmente, ao investigador um conhecimento mais profundo e, como ficou dito acima, mais acessível sobre estes grupos.

Porém, esta facilidade de acesso às fontes e o desfasamento temático implícito na evolução da nossa História Social, se assim se pode dizer, por si só não explica a abundância de estudos sobre as elites, que deriva também de um maior interesse,

⁴³ *Análise Social*, vol. XXVII, n.º 116-117, 1992.

⁴⁴ FONSECA, Helder Adegar, *O Alentejo no Século XIX. Economia e Atitudes Económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1996; FERNANDES, Paulo Jorge, *As Faces de Proteu. Elites urbanas e o poder municipal em Lisboa de finais do século XVIII a 1851*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1999.

⁴⁵ Igualmente a título de exemplo veja-se MÓNICA, Maria Filomena, *Fontes Pereira de Melo*, Lisboa, Edições Afrontamento, 1999; VALENTE, Vasco Pulido, *Glória: biografia de J. C. Vieira de Castro*, Lisboa, Gótica, 2001; SARDICA, José Miguel, *Duque de Ávila e Bolama: biografia*, Lisboa, Assembleia da República, 2004 ou FERNANDES, Paulo Jorge, *O "Poder Oculto". Biografia Política de Mariano Cirilo de Carvalho*, Tese de Doutoramento, Lisboa, FCSH, 2007.

actualmente, pela História Política da época contemporânea⁴⁶. Em consequência desta evolução historiográfica, invariavelmente, os grupos sociais que, no século XIX, não se incluíam na elite dominante, em termos sociais, económicos e políticos, vão sendo quase votados ao esquecimento, tendo-se produzido poucos trabalhos sobre o conjunto da burguesia e menos ainda sobre a pequena burguesia, para já não dizer que quase nada foi feito sobre o mundo do comércio de retalho, do pequeno comerciante, nos finais do século XIX. Para além disso, nas referências que se podem inventariar não se percebe um fio condutor, uma linha de investigação comum, com a excepção do âmbito geográfico. Também aqui perpassa uma visão do espaço elitista, limitada aos grandes centros, ao que esta tese infelizmente não consegue fugir, pois, efectivamente, a maioria dos trabalhos versam sobre Lisboa ou sobre o Porto, talvez até mais sobre esta segunda cidade. Veja-se o estudo de José Capela sobre a burguesia mercantil do Porto⁴⁷, ou, mais recentemente, o de Gaspar Martins Pereira sobre as famílias portuenses⁴⁸. Ainda no Porto, são de destacar, até por algumas proximidades ao objecto de estudo aqui abordado, os de Maria Antonieta Cruz, sobre a burguesia e a cultura burguesa no século XIX onde, contudo, a pequena burguesia se dilui num universo mais lato⁴⁹. Para Lisboa pode referir-se o estudo de Cecília Barreira, sobre a burguesia no feminino, mais dedicado ao retrato da mulher burguesa de classe média/alta⁵⁰; ou os trabalhos sobre as lojas e outros espaços de Lisboa, numa perspectiva de arqueologia urbana, de Maria

⁴⁶ BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *Apologia da História Política. Estudos sobre o século XIX português*, Lisboa, Quetzal Editores, 1999, pp. 7 a 129.

⁴⁷ CAPELA, José, *A burguesia mercantil do Porto e as colónias (1834-1900)*, Porto, Afrontamento, 1975.

⁴⁸ Foram consultados os dois volumes do original da dissertação de doutoramento do autor, mas a mesma encontra-se já publicada. Ver PEREIRA, Gaspar Martins, *Famílias Portuenses na Viragem do século (1880-1910)*, Porto, Edições Afrontamento, 1995.

⁴⁹ Apenas a título de exemplo, veja-se CRUZ, Maria Antonieta, *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1999 e “Aspectos da cultura burguesa oitocentista”, *Revista de História das Ideias*, 1999, pp. 257-288.

⁵⁰ BARREIRA, Cecília, *História das nossas avós: retrato da burguesa em Lisboa, 1890-1930*, Lisboa, Colibri, 1992.

João Janeiro e Rogério de Abreu⁵¹, ou o de Jorge Ribeiro e Júlio Conrado, este numa óptica mais de divulgação cultural do que de investigação histórica⁵². Com uma perspectiva mais abrangente podem ser mencionados outros, como os de Maria de Lourdes Lima dos Santos⁵³, Miriam Halpern Pereira⁵⁴ ou Maria Alexandre Lousada⁵⁵, nem sempre para a época que interessa a este trabalho.

Do conjunto de estudos produzidos nas últimas décadas talvez valha a pena destacar a tese de Rui Manuel da Costa Carvalho Brás sobre a classe dos sapateiros⁵⁶, um trabalho com uma perspectiva autónoma sobre a pequena burguesia, mas direccionado especificamente para o mundo dos artesãos; os trabalhos levados a cabo por Maria Manuela Rocha⁵⁷, debruçando-se inicialmente sobre as actividades de crédito privado e o consumo em Lisboa na passagem entre os séculos XVIII e XIX, onde os lojistas tinham um papel significativo, e efectuando mais tarde uma incursão pelo comércio retalhista, na segunda metade do século XIX, mas num estudo isolado onde se restringe o campo de análise ao comércio de carnes na capital; ou, por fim, o estudo de

⁵¹ JANEIRO, Maria João, “Lisboa Revisitada – Lojas, Quotidiano e Vida Urbana”, in FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes (coord.), *Lisboa em Movimento 1850-1920*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pp. 347 a 372 e JANEIRO, Maria João; ABREU, Rogério de, *Lojas antigas de Lisboa: roteiro da Baixa Pombalina*, Lisboa, Programa de Artes e Ofícios Tradicionais, 1994.

⁵² RIBEIRO, Jorge; CONRADO, Júlio, *Lisboa: as lojas de um tempo ao outro*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997.

⁵³ SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, *Para uma sociologia da cultura burguesa em Portugal no século XIX*, Lisboa, Presença, 1983.

⁵⁴ PEREIRA, Miriam Halpern, *Negociantes, fabricantes e artesãos, entre velhas e novas instituições: estudo e documentos*, Lisboa, Sá da Costa, 1992.

⁵⁵ LOUSADA, Maria Alexandra, *Espaços de Sociabilidade em Lisboa: Finais do Século XVIII a 1834*, Lisboa, (policopiado), 1995.

⁵⁶ BRÁS, Rui Manuel da Costa Carvalho, *Formas institucionais e sistemas de valores na classe dos sapateiros: as associações da classe de sapateiros de Lisboa da segunda metade do século XIX ao Estado Novo*, Lisboa, Tese mestrado História Social Contemporânea apresentada ao ISCTE, 1996.

⁵⁷ ROCHA, Maria Manuela, *Crédito Privado Num Contexto Urbano. Lisboa, 1770-1830*, dissertação de doutoramento, Instituto Universitário Europeu, Florença, 1996; ROCHA, Maria Manuela, “Actividade creditícia em Lisboa (1770-1830)”, in *Análise Social*, vol. XXXI, n.º 136-137, 1996, pp. 579-598; ROCHA, Maria Manuela, “Crédito privado em Lisboa numa perspectiva comparada (séculos XVII-XIX)”, in *Análise Social*, vol. XXXIII, n.º 145, 1998, pp. 91-115; ROCHA, Maria Manuela, “Shopping in the city: a contribution to the history of retailing in Lisbon (1760-1830)”, in COQUERY, Natacha (coord.), *La Boutique et la Ville*, Université François Rabelais, Tours, 2000, pp. 131-145; ROCHA, Maria Manuela, “Economia moral e comércio retalhista: A intervenção pública no abastecimento de carne em Lisboa (1850 - 1900)”, comunicação apresentada no XX Encontro da Associação Portuguesa da História Económica e Social, Porto, Novembro de 2000.

Luís Manuel Santos⁵⁸, com uma abordagem interessante à relação entre associativismo, economia e política no seio da Associação Comercial de Lisboa (ACL), sendo de todos o que estará mais próximo da temática aqui tratada, apesar do reduzido âmbito cronológico.

Porquê estudar os lojistas de Lisboa?

Como se pode observar, sobre a pequena burguesia no Portugal contemporâneo não existe ainda um estudo específico, uma análise de conjunto que sirva de charneira ao aparecimento de outras ou mesmo um conjunto de artigos que potenciem o desenvolvimento de uma linha de investigação que possa trazer alguma luz sobre este sector da sociedade e o seu papel económico e político nos dois últimos séculos. Esta relativa escassez resulta particularmente estranha, se tivermos em conta o que alguns autores referem ter sido o papel, por exemplo, dos lojistas na conjuntura política e social do período final da Monarquia. Vasco Pulido Valente refere-os e aponta a sua importância no seio da militância republicana e na luta pela implantação da República⁵⁹; no mesmo sentido vão Fernando Catroga, Pedro Tavares de Almeida ou Rui Ramos⁶⁰. Contudo, na maior parte dos casos, são referências vagas e que se restringem à mera indicação, por um lado, de que os lojistas correspondiam a um grupo social onde os republicanos tinham garantida uma boa representação, nomeadamente, na cidade de Lisboa, e, por outro, da sua predisposição para pegar em armas no 5 de Outubro de 1910. Apesar destes testemunhos sobre o que terá sido o envolvimento dos lojistas no movimento republicano, pouco se diz sobre o porquê, o como e o quando dessa ligação.

⁵⁸ SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo: a Associação Comercial de Lisboa e o reajustamento do regime proteccionista português, 1885-1894*, Lisboa, Colibri, 2004.

⁵⁹ VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo*, pp. 38 a 60 e 112 a 114.

⁶⁰ ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Comportamentos eleitorais em Lisboa, 1878-1910”, in *Análise Social*, Lisboa, n.º 85, 1985, pp. 136; ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Eleições e Caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991, pág. 176; CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal...*, pág. 72; RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, pág. 117-118, 121 e 122.

Resta saber, ao certo, quem eram estes lojistas, esta gente do pequeno comércio, que, aparentemente, de uma forma “anormalmente numerosa” povoava a capital do Reino no final de Oitocentos?⁶¹ Que tendências políticas orientavam este grupo social que, por intermédio de “alguma manifestação hostil”, fazia tremer os governos?⁶² Em que medida correspondiam efectivamente a um dos alicerces sociais do movimento republicano e o que os atraiu a esta “opção política de esquerda”?⁶³

A resposta a estas questões pode justificar por si só a necessidade e o interesse de um estudo sobre os lojistas de Lisboa, mas um trabalho deste género pode igualmente servir para acrescentar algo de novo ao que já foi produzido e afirmado sobre o tema no âmbito da produção historiográfica internacional, onde a maioria dos trabalhos se regem pela imagem de uma pequena burguesia ressentida economicamente e acossada socialmente que, ou por razões inerentes à sua própria consciencialização ou influenciada por pressões políticas externas, caminhava, desde 1848, para uma posição conservadora no espectro político. A esta “inevitabilidade” histórica, que parece ter afectado os indivíduos da pequena burguesia, poderiam ser colocadas mais algumas questões, a acrescentar às acima registadas, como a de saber onde e como enquadrar o caso português na tendência geral? Ou como explicar que em Lisboa essa caminhada tivesse sido adiada, pelo menos, até 1910?

Um estudo sobre a pequena burguesia comercial da capital, por mais específico que possa parecer, poderá então problematizar uma tão divulgada e quase unânime imagem, servindo para reforçar e dar destaque a alguns matizes que foram, nos últimos anos e em alguns estudos pontuais, sendo introduzidos nesta visão geral, de que são exemplo o trabalho de Philip Nord sobre os lojistas de Paris, ou o de David Monod sobre os lojistas do Canadá, para procurar afirmar que não existe uma visão única e

⁶¹ VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo*, p. 48.

⁶² RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 122.

⁶³ CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal...*, p. 67.

inevitável sobre o que foi o percurso político da pequena burguesia e, mais especificamente, dos lojistas, entre o último terço do século XIX e a 1ª Guerra Mundial.

Entre as várias hipóteses de abordagem ao tema da pequena burguesia comercial, explanadas na análise da produção historiográfica recente, a vertente política era, sem dúvida, uma das mais aliciantes no caso português. Os vários estudos produzidos em diversos países europeus apontavam para uma progressiva viragem à “direita”, definitivamente concretizada após o ocaso da 1ª Guerra Mundial, de um grupo social que até meados do século XIX orbitava militantemente nos partidos radicais de esquerda, tradutores e herdeiros dos ideais da Revolução Francesa. Se assim acontecia por toda a Europa Ocidental, como explicar que, em 1910, o presidente da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa desse uma entrevista ao jornal republicano radical *O Mundo* declarando que o seu caminho político se identificava com o partido “avançado” da época que estava prestes a colocar em marcha a revolução que terminaria com oito séculos de Monarquia? Ou como compreender que entre a base social de apoio desse mesmo partido fosse possível encontrar o mesmo tipo de homens do pequeno comércio que, um pouco por toda a Europa, eram recebidos de braços abertos pelos partidos conservadores, da ordem? Responder a estas questões foi um dos principais desafios desta tese. Outro foi tentar perceber em que momento esta “pequena burguesia” de homens que faziam do “trabalho” o seu principal “capital” começou a sua deriva para fora da “ordem” monárquica e começou a evoluir politicamente à revelia do que se passava no restante espaço europeu, fazendo de Portugal um caso, provavelmente, *sui generis* na evolução geral do posicionamento político da pequena burguesia comercial antes de 1914.

Enquadramento, objectivos e plano de um estudo sobre os lojistas

A escolha de 1910 como um dos limites para este estudo, até por tudo o que se afirmou nas linhas anteriores, não foi difícil, pois a implantação da República alterou radicalmente a realidade política portuguesa e veio colocar novas problemáticas. Se em termos económicos e sociais o estudo podia, provavelmente sem grandes dificuldades, prosseguir pelo menos até 1914, já no que diz respeito às questões políticas o enquadramento seria totalmente diferenciado. Nessa perspectiva, julga-se ficar justificado este corte temporal, apresentando-se o 5 de Outubro como o fim, quase lógico, para a abordagem aqui desenvolvida, para mais se se tiver em conta o papel que normalmente é atribuído pela historiografia à pequena burguesia, e aos lojistas em particular, na Revolução do 5 de Outubro.

Já a data para dar início ao estudo pode não parecer tão pacífica. Em termos de análise política os anos de 1876 a 1878 faziam todo o sentido e tinham obrigatoriamente de ser incluídos, pelo que o estudo poderia começar aí. Respectivamente, o “Pacto da Granja”, com a criação do Partido Progressista, a fundação do Centro Eleitoral Republicano Democrático de Lisboa, embrião do futuro Partido Republicano Português, e a reforma eleitoral “fontista” alteraram profundamente o espectro político da Monarquia Constitucional e introduziram, definitivamente, questões e perspectivas novas, por exemplo, na forma como a pequena burguesia passou a ser enquadrada na vida política. De um ponto de observação mais amplo, procurando abarcar a realidade europeia e a possibilidade de um estudo comparativo com o que se passava noutros países, foi possível verificar que o período entre o final da década de 1860 e 1890 era o mais utilizado como ponto de partida de uma boa parte dos estudos que abordam a temática da pequena burguesia. É certo que as motivações para estas opções variam de país para país, mas têm um traço comum, pelo menos nos trabalhos mais antigos, que

resulta da primazia dada à análise política ou do enquadramento político da pequena burguesia. Nesta medida, a escolha de uma data em torno de 1870, frequente em alguns estudos e artigos, fazia todo o sentido numa perspectiva de história comparada, por exemplo, pois esses anos estão ligados à guerra franco-prussiana, à declaração da 3ª República Francesa, à conclusão dos processos de unificação na Alemanha e na Itália, ou ainda à primeira experiência republicana espanhola.

A importância destes factores – a inclusão das mudanças políticas e eleitorais da década de 1870, em Portugal, e a coincidência temporal com estudos que permitiam uma perspectiva comparada, na Europa e não só – conjugou-se com um acontecimento bastante relevante para a história da pequena burguesia comercial portuguesa, que foi o da fundação, em 1 de Janeiro de 1870, da Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa. Sem perder de vista a evolução política de Portugal no último terço do século XIX e a comparação com o que se passava ao mesmo tempo na Europa, uma parte ainda significativa deste estudo centra-se na observação e interpretação da realidade associativa, através da qual se procurará indagar da força ou debilidade económica e política destes indivíduos, da sua ou das suas tendências políticas e também do seu posicionamento social, pelo que se apresenta essencial o seu estudo a partir daquele ano, sem, contudo, esquecer alguns factos anteriores, seja de âmbito associativo, que farão com que se recue até 1863, ou de cariz político-social, que imporão a necessidade de uma observação da crise de 1867-68. Mas estas serão análises acessórias e necessariamente superficiais, pois sem dúvida que, num estudo sobre a pequena burguesia comercial de uma cidade, a fundação de uma associação que se tornará representante desse mesmo estrato social é, terá de ser, forçosamente, um factor determinante no enquadramento cronológico do trabalho.

A correcta definição do âmbito geográfico é, também, um aspecto fundamental e que merece atenção. De forma resumida, uma vez que se trata de um estudo sobre os lojistas da capital, pouco mais seria necessário acrescentar, o objectivo seria estudar o fenómeno na cidade de Lisboa. Contudo, é necessário fazer alguns reparos. Em primeiro lugar, não se estudará com a mesma intensidade todo o espaço urbano da capital, tal como ele está definido hoje em dia, mesmo tendo em conta que essa definição data já do final do século XIX. Por um lado, porque tal tarefa seria inexecutável em tempo útil, devido à quantidade de fontes que seria necessário compulsar, e, por outro, porque a fraca presença de lojistas em determinadas áreas da capital, fruto da baixa concentração populacional e do reduzido dinamismo comercial, não justificaria, provavelmente, o esforço de análise das mesmas fontes. Em segundo lugar e conjugando-se com os aspectos referidos, não é objectivo central deste trabalho a produção de um estudo sobre a distribuição do comércio pela cidade de Lisboa. Não que um estudo desses não fizesse sentido, mas porque o mesmo pouco acrescentaria à análise fulcral da tese que parte de uma tripla perspectiva sobre a vida económica, associativa e política dos lojistas. É óbvio que essa questão não pode ser negligenciada, pois se se pretende conhecer melhor os lojistas, necessariamente é preciso ir à procura deles nas zonas da cidade onde o comércio tinha maior implantação e conhecer minimamente essa distribuição.

Para além destas questões, há um factor essencial na definição do espaço de análise relacionado com a evolução administrativa da cidade durante a segunda metade do século XIX. Quando a ACLL foi fundada, em 1870, Lisboa, pensada em termos de cidade ou de concelho, era muito diferente da configuração actual. A um concelho enorme que, na primeira metade de oitocentos, abarcava uma área rural extensíssima e englobava 70 freguesias, entre o Tejo ao sul e Alenquer ao norte, sucedeu, em 1852, um município praticamente reduzido à expressão urbana que terminava em Alcântara, S.

Sebastião da Pedreira e Beato e incluía agora 34 freguesias. É esta configuração da cidade que está também patenteada nas primeiras listagens de sócios da ACLL até 1885/1886. Nessa altura a capital cresce até aos limites que, com ligeiras alterações, são conhecidos actualmente (mapa 1). Contudo, o crescimento administrativo, urbanístico e demográfico de Lisboa não foi acompanhado pela dinâmica associativa, ficando a ACLL e a sua capacidade de atracção geográfica de novos sócios, até à implantação da República, praticamente confinada às freguesias que antecederam a reforma administrativa de meados da década de 1880 e que constituíam as suas tradicionais áreas de influência, no fundo, a Lisboa administrativa de 1852, ou, numa outra perspectiva, a Lisboa comercial de sempre.

Mapa 1 – Evolução administrativa de Lisboa entre 1826 e 1895⁶⁴



⁶⁴ Para uma perspectiva mais detalhada sobre a evolução administrativa de Lisboa ao longo do século XIX ver ALVES, Daniel, “Evolução das freguesias da cidade de Lisboa ao longo do século XIX”, comunicação apresentada ao *eSIG2004, VIII Encontro de Utilizadores de Sistemas de Informação Geográfica*, 2004, consultado em Setembro de 2008, <http://www2.fcsh.unl.pt/deps/historia/docs/lisboa.pdf>.

Por fim, é necessário procurar explicar ainda o porquê de um estudo sobre os lojistas e o seu posicionamento político se cingir à capital. A proximidade e facilidade de acesso às fontes podem ser uma explicação óbvia, assim como é o facto da ACLL, uma associação da capital, ser a primeira e a mais representativa da classe em Portugal. Depois, porque a própria dinâmica política do final da Monarquia assim o impõe. Era na capital que se concentrava uma grande parte do jogo político, quer se pense no significado das eleições, de deputados ou camarárias, ou na presença do parlamento, na dinâmica da imprensa política ou ainda na posição peculiar que Lisboa desempenhou na mobilização e militância republicana.

Com o estudo dos lojistas entre 1870 e 1910 pretende-se, fundamentalmente, atingir dois objectivos principais: por um lado, caracterizar económica e socialmente um conjunto de indivíduos relativamente desconhecido e, aparentemente, importante no desenrolar dos acontecimentos que levaram à queda da Monarquia; por outro, registar e analisar com maior detalhe, do que aquele que tem sido apanágio na nossa historiografia, o evoluir da efectiva participação e motivação política dos mesmos, nomeadamente no que diz respeito à sua ligação ao republicanismo.

Como objectivos específicos, procurar-se-á caracterizar o pequeno comércio em Lisboa em termos económicos e relativamente à sua distribuição espacial, procurando perceber como é que estas características evoluíram com o tempo; analisar a vivência associativa dos pequenos comerciantes lisboetas e as relações que se estabeleceram entre a defesa dos interesses de classe e os combates políticos onde foram protagonistas; conhecer a participação eleitoral dos lojistas de Lisboa e, por fim, apresentar e procurar compreender o percurso ou tendência política destes homens entre o radicalismo dos primeiros anos e o republicanismo da fase final da Monarquia.

Um conjunto de objectivos, talvez, demasiado exigentes, que se fundam na inventariação e análise das fontes disponíveis. Apesar disso, como é óbvio, sobra a consciência de que ficarão por estudar outros aspectos, provavelmente, tão significativos como os aqui expostos. Por exemplo, uma análise mais detalhada da perspectiva familiar, das relações de trabalho dentro das lojas ou da vida cultural e social dos lojistas. Perspectivas muito interessantes, também, mas que o estado de conhecimento actual das fontes não permite, para já, desenvolver com a clareza necessária. Tal como não será fácil, neste momento e apenas com este estudo sectorial, somente de uma parte da pequena burguesia, transportar para o todo as conclusões que aqui vão ser avançadas. Este é um estudo sobre os lojistas e, especificamente, sobre aqueles que mais activamente participavam no movimento associativo e na vida política nas décadas finais da Monarquia. O tipo de análise circunscrita assim definida pode ser alvo de críticas, pois nem sempre é simples ou livre de polémica uma tentativa de sistematização a partir de um estudo parcelar. Porém, não é um esforço novo e isolado no panorama historiográfico sobre o tema, uma vez que uma parte dos estudos que abordam os valores e as acções da pequena burguesia o fazem com base neste estrato mais activo dos lojistas⁶⁵. Tendo em conta as peculiaridades já apontadas para o caso português e a necessidade de comparação com outros trabalhos sobre o mesmo grupo social, parecem justificados os objectivos centrais aqui definidos e a especificidade do objecto de estudo⁶⁶.

A prossecução desses objectivos exigiu dois esforços significativos: primeiro, um enquadramento teórico relativamente exaustivo, não só no que respeita à história económica, social e política de Portugal no final da Monarquia, mas também à história

⁶⁵ Bastará recordar os trabalhos já citados de Philip Nord, Jonathan Morris ou David Monod, por exemplo.

⁶⁶ Sobre a validade e utilidade de um estudo centrado nos lojistas mais dinâmicos, associativa e politicamente, veja-se MONOD, David, *Store wars...*, pp. 13-14.

da pequena burguesia europeia, no mesmo período, para a qual, como se viu, existe uma abundante bibliografia estrangeira, no sentido de comparar e relativizar as conclusões a obter no caso português; segundo, a necessidade da recolha e análise de um conjunto bastante extenso, densamente informativo e relativamente diversificado de fontes, com o objectivo de ultrapassar a imagem vaga e por vezes superficial que ainda se tem da pequena burguesia comercial lisboeta à qual se fez alusão acima.

A primeira parte da tese é dedicada à descrição do comércio de retalho de Lisboa no final do século XIX e à tentativa de caracterização do seu principal actor, o lojista, o dono do estabelecimento. Este ponto inicial, centrado nos anos que vão de 1886 a 1894, mas procurando ser, em parte, representativo de todo o período em estudo, é de vital importância, não só para se conhecer a realidade económica e social que enquadrou a vivência associativa e política dos lojistas, analisadas nas partes seguintes, mas também porque, em grande medida, reside naquele arco temporal uma das explicações para o percurso político singular destes indivíduos, no quadro da evolução geral da pequena burguesia na Europa da viragem do século. Nesta perspectiva foram recolhidos e analisados dados que permitem uma caracterização dos estabelecimentos comerciais de Lisboa, a sua evolução e distribuição geográfica, aspectos fulcrais para se perceber a razão de, entre os lojistas, existir uma noção de “crise” do pequeno comércio, ideia que vai ficar cada vez mais clara após o *Ultimatum* e as dificuldades económicas e financeiras do início da década de 1890. A persistência desta crise, real ou imaginada, vai ajudar a moldar as atitudes políticas dos lojistas de Lisboa, ao mesmo tempo que servirá, em parte, de cimento social entre eles auxiliando estes indivíduos “honrados”, estes homens de “trabalho”, a construir a sua própria identidade, a imagem do seu papel

na sociedade e do seu percurso de vida ideal, seja através do discurso da associação que os representa, seja por testemunhos publicados na imprensa periódica⁶⁷.

A segunda parte do trabalho vai ser aplicada quase exclusivamente ao estudo e apresentação do que foi a vida associativa dos lojistas lisbonenses entre 1870 e 1910. A fundação da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa em Janeiro daquele ano não foi um facto espontâneo, um impulso momentâneo dos pequenos comerciantes da capital, antes o fruto de um conjunto de tentativas prévias para estabelecer uma organização que desse resposta às suas preocupações de classe e que pudesse ser uma “voz” a chegar junto dos poderes. A viagem começa, então, em 1863 e procura percorrer os principais traços evolutivos de uma associação que ainda está activa na actualidade. Neste percurso, porém, serão destacados alguns momentos chave, quer pela sua importância simbólica para a classe dos lojistas e respectiva mobilização e identidade, quer pelo maior significado da relação da ACLL com a sociedade e a política da época. Os anos que rodeiam a fundação da associação, em 1870, serão estudados em pormenor, até pelas dificuldades que a jovem agremiação teve para se impor. O período entre 1880 e 1887 é também importante, pois entre as comemorações do centenário de Camões (1880) e a chegada de José Pinheiro de Melo à presidência da assembleia-geral (1887), cargo que manteve até 1910, ocorrem um conjunto de alterações e acções que vão levar a uma maior mobilização dos lojistas, expressa, entre outros aspectos, num aumento significativo do número de sócios. O período seguinte, entre 1890 e 1894, reveste-se de particular importância, não só pelo estímulo patriótico motivado pela polémica do *Ultimatum* de Janeiro de 1890, mas também pela crise económica e financeira dos anos seguintes e pelo protesto contra a contribuição industrial que levará à dissolução da associação em Janeiro de 1894. O ano de 1897,

⁶⁷ A importância dos momentos de crise, económica e política, na definição da identidade como classe da pequena burguesia é destacada por CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *The Petite Bourgeoisie in Europe...*, pp. 8-10.

pelo facto de representar a “restauração” da ACLL, é obviamente incluído, assim como serão importantes os anos após 1901, época que vai ser caracterizada pelo reforço da tendência republicana no seio da associação e que ditará o seu posicionamento na Revolução do 5 de Outubro de 1910. Esta análise cronológica misturará vários aspectos que vão permitir conhecer melhor a própria história da ACLL, nos seus primeiros 40 anos de vida, nomeadamente, através do enquadramento da sua fundação no que era a tendência do associativismo comercial da época, da análise das várias versões dos seus estatutos, da composição dos seus corpos gerentes e da distribuição e evolução das suas listas de sócios, em termos profissionais e geográficos.

Na terceira parte, serão destacadas as principais linhas de intervenção da associação, os temas a que a ACLL deu mais importância na sua dinâmica de defesa dos interesses da “classe dos lojistas”, com as preocupações fiscais e sobre o inquilinato comercial à cabeça, os que ignorou ou negligenciou, e em que medida a função de mediadora entre os problemas, reivindicações e reclamações dos lojistas da capital e os poderes instituídos, ao nível municipal ou central, se terá ou não traduzido numa forma de pressão política sobre o poder e de politização dos pequenos comerciantes, nem sempre independente das questões partidárias contemporâneas. Na medida do possível, será feita uma aproximação ao discurso identitário dos lojistas, através da análise das campanhas de reivindicação que mais os mobilizaram e da sua própria visão sobre o que era o papel do homem do pequeno comércio na sociedade e na política, numa perspectiva que aliava as suas componentes profissional e económica, à vertente cívica. De certo modo, essas ideias partiam de uma valorização da “subida a pulso”, da consciência que tinham de passar pelos vários graus de construção do que era ser “lojista”, entre os quais avolumava o do “caixeiro”, pelo que será dada alguma atenção a esta relação especial dentro do pequeno mundo que era a loja em Lisboa.

A análise sobre o discurso identitário e a perspectiva eminentemente política que ele transmitia servirá de ligação à quarta e última parte da tese, onde se pretende levar a cabo um estudo, o mais pormenorizado possível, sobre a evolução do posicionamento político dos lojistas de Lisboa e a comparação desse percurso peculiar em relação ao que era percorrido na mesma época pelos pequenos comerciantes de vários países europeus. Sendo reconhecida a orientação radical da pequena burguesia europeia até meados do século XIX, neste aspecto, Portugal não parece ter fugido ao padrão geral, mas a posterior evolução desta tendência deve ser explicitada e, em parte, as posições políticas dos lojistas de Lisboa poderão contribuir para melhorar o conhecimento historiográfico do tema. Neste caso, a fundação da ACLL poderá funcionar como um ponto de observação privilegiado, dado inserir-se num momento particularmente efervescente de agitação popular e político-militar que o país viveu na passagem da década de 1860 para a de 1870. A Associação dos Lojistas foi sempre uma associação de defesa dos interesses da classe, mas desde cedo é possível, igualmente, constatar a sua tendência para se envolver ou deixar-se envolver no jogo político. Se inicialmente as suas ligações apontam para a esquerda do regime monárquico, primeiro para o reformismo e depois, a partir de 1876, para o progressismo, mas onde ainda é possível constatar uma forte presença de regeneradores, em meados da década de 1880, coincidindo com o que aparenta ser o início da viragem definitiva dos lojistas europeus para o lado conservador do espectro político, o seu posicionamento começa a alinhar-se com um maior radicalismo que parecia estar a conquistar os lojistas de Lisboa, passando claramente a ser dominada, mas também acarinhada, por progressistas e republicanos. Nesta altura, então, detectam-se os primeiros sinais dessa caminhada divergente que levará os pequenos comerciantes do radicalismo ao republicanismo, quando os seus colegas europeus estavam a ir em direcção ao conservadorismo. Porém, este movimento

talvez não estivesse totalmente definido, como alguns sinais no discurso dos lojistas até 1890 e mesmo em anos posteriores parecem fazer crer, e a década seguinte vai ser determinante, primeiro num definitivo afastamento em relação à direita do regime, depois numa progressiva desilusão com a esquerda monárquica e, por fim, com a tácita aceitação do patrocínio oferecido por quem, ainda mais à esquerda, contestava o próprio regime político. A “crise” da dissolução das associações em 1894 vai ser aqui fundamental, não só para se perceber o reforço da tendência republicana entre os lojistas, mas também para enquadrar o que parece ter sido um fracasso do regime monárquico, versão “reformista-liberal” ou “progressista”, em enquadrar politicamente estes indivíduos que a médio prazo acabarão por constituir uma forte base social de apoio do republicanismo.

Fontes e metodologia

O papel central dado à ACLL nesta tese parte, como é óbvio, da importância da sua fundação e evolução para a pequena burguesia comercial de Lisboa na fase final da Monarquia, como instituição que, após uma fase inicial de pouca representatividade, conseguiu com o passar dos anos, cada vez mais, apresentar-se como a principal mobilizadora e dirigente dos protestos, das reclamações e das expectativas dos lojistas da capital. Contudo, esta foi uma perspectiva que também se foi impondo à medida que a pesquisa de fontes sobre o pequeno comércio foi dando resultados, em particular após a agradável surpresa de descobrir que a Associação dos Lojistas fundada no já longínquo ano de 1870 ainda existia e continuava a procurar representar os mesmos interesses, o pequeno comércio e os pequenos comerciantes. Apesar de algumas vicissitudes históricas que lhe foram alterando a designação social – de Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, em 1870, passaria a União de Grémios de Lojistas de

Lisboa, em 1940, para após a Revolução de Abril, em 1975, mudar para União das Associações de Comerciantes do Distrito de Lisboa, alterando por fim, em 2001, o seu nome para União de Associações do Comércio e Serviços (UACS) – a instituição preservou uma memória do seu passado e da importância da sua história, o que levou à conservação de um riquíssimo espólio documental que, pelo menos entre 1870 e 1910, permite a reconstituição quase integral da sua vida associativa e intervenção pública⁶⁸.

A possibilidade de fazer um estudo baseado numa associação representativa dos lojistas – depois de ter feito uma primeira sondagem aos recenseamentos eleitorais, verificado a presença, ainda significativa, de pequenos comerciantes nestas fontes privilegiadas para a história política, económica e social da época, e ter encontrado algumas referências à ACLL – foi algo que esteve sempre presente. Era conhecida a importância do fenómeno associativo na formação e tomada de consciência da pequena burguesia. Em simultâneo era reconhecido o interesse que o estudo das associações poderia representar, sendo inclusive uma das áreas de trabalho privilegiadas na historiografia da pequena burguesia na década de 1990⁶⁹. A definição do ponto central de observação da pequena burguesia baseado nas associações que a representavam permitia entrar em contacto com três perspectivas essenciais para o seu estudo: por um lado, estas organizações constituíram “uma forma de homogeneização de um estrato social por natureza muito fragmentado”; por outro lado, eram encaradas como a forma de resolver um dilema político, na medida em que as associações eram vistas como o “principal mecanismo” de equilíbrio entre o desejo de controle político, moral e social sobre as cidades subjacente à ideologia de poder da burguesia e a resistência ao

⁶⁸ Este factor foi também determinante na definição da vida associativa como o ponto de observação a privilegiar, pois ao contrário do que acontecia noutros países, onde são poucas as associações que guardaram documentação interessante, em Portugal a ACLL (UACS) foi, sem dúvida, uma boa excepção. Veja-se, por exemplo, o caso belga, onde a documentação sobre as associações e guardada por elas é escassa, incompleta e imprecisa. Cf. JAUMAIN, Serge, *Les petits commerçants belges...*, pp. 14-15.

⁶⁹ BLACKBOURN, David, “Between resignation and volatility...”, p. 35; CROSSICK, Geoffrey, “La Bourgeoisie Britannique au 19e Siècle...”, pp. 1103-1105.

desenvolvimento da autoridade e intervencionismo do Estado; por fim, funcionavam como “pequenas democracias”, resultando num poderoso factor de integração social e política e de divulgação de valores e comportamentos⁷⁰. Qualquer um destes pontos de análise era fundamental para compreender a mobilização associativa e política dos lojistas, as suas relações com os vários poderes e a evolução do seu posicionamento político, pelo que privilegiar a perspectiva associativa num estudo sobre os lojistas da capital não só pareceu metodologicamente acertado, como era facilitado pela existência de um corpo documental homogéneo, relativamente abrangente e acessível.

Deste modo, foram primeiro inventariados todos os documentos, manuscritos e impressos, existentes no arquivo da UACS relativos ao período da fundação à Revolução Republicana, pois apesar de terem conseguido sobreviver à passagem do tempo, não tinham qualquer forma de organização ou catalogação. Deste trabalho resultou a reconstituição de algumas séries documentais, tendo-se privilegiado, na posterior fase de recolha de informação, as seguintes: a) os relatórios da gerência da Associação, publicados anualmente pela direcção em funções, que abarcavam praticamente todos os anos entre 1870 e 1910, com a excepção do período de 1893 a 1897, altura em que a ACLL esteve dissolvida⁷¹, e que forneciam informações detalhadas sobre a constituição dos órgãos directivos, as iniciativas, campanhas, protestos e reclamações desenvolvidas, a vida financeira da associação, listagens de sócios (a partir de 1873), com moradas e profissões (a partir de 1878), resumos dos trabalhos associativos, nomeadamente, das reuniões da assembleia-geral⁷², entre outros

⁷⁰ HAUPT, Heinz-Gerhard, “The Petty Bourgeoisie in Germany and France...”, pp. 315-316; NÚÑEZ SEIXAS, Xoxé M., “Una clase inexistente?...”, p. 27 ; CROSSICK, Geoffrey, “La Bourgeoisie Britannique au 19e Siècle...”, pp. 1103-1105;

⁷¹ Porém, mesmo esta lacuna foi possível colmatar em parte com outra publicação da ACLL que deixava de fora apenas o ano de 1893. Cf. ACLL, *Relatório e contas da Comissão Instaladora e parecer da Comissão Revisora, no período decorrido desde 14 de Fevereiro de 1894 até 29 de Março de 1897*, Lisboa, Tipografia do Comércio, 1897.

⁷² A principal lacuna na documentação reunida na UACS remete, precisamente, para as actas das assembleias-gerais, as quais, apesar dos esforços desenvolvidos, não foi possível encontrar. No entanto,

assuntos; b) os livros de actas da direcção, com um registo das discussões e decisões tomadas pelo principal órgão de gestão da vida associativa, entre 1 de Abril de 1870 e 23 de Julho de 1912, e apenas interrompido, pelo mesmo motivo atrás apontado, entre Novembro de 1893 e Julho de 1897⁷³, através dos quais foi possível não só acompanhar a gestão quotidiana da associação, como também perceber a evolução do discurso político e social das várias direcções, que reflectiam em parte as expectativas e tendências da maioria dos sócios, constituindo uma fonte muito interessante para a análise da auto-imagem que estes indivíduos tinham da sua “classe” ou para um melhor entendimento sobre as suas posições cívicas e políticas, por exemplo, na medida em que, ao contrário da primeira série indicada, a sua produção não era destinada à divulgação ou à criação, mais ou menos consciente, de uma imagética pública que necessariamente estava presente nos relatórios publicados; c) os livros de matrícula ou registo de sócios, de que sobreviveram apenas dois exemplares e somente com informações posteriores a 1894, mas que serviram para complementar as séries de listas de sócios publicadas nos relatórios e forneceram um conjunto de dados muito relevantes para reconstituir alguns aspectos das características económicas e sociais dos lojistas que entravam na Associação, bem como dos motivos que os levavam a abandonar a mesma, neste caso, dando pistas sobre a evolução do próprio negócio (permanência, mudança, sobrevivência, falência, etc.); d) por fim, o próprio boletim informativo publicado pela Associação entre 1888 e 1910, o *Boletim da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa*, interrompido entre 1894 e 1900, onde eram apresentadas informações consideradas úteis para o pequeno comércio, como legislação comercial,

como referido, os relatórios em alguns anos traziam sinopses dessas reuniões e, a partir de 1888, um resumo das actas de todas as reuniões era sempre publicado no *Boletim*.

⁷³ Esta série também pode ser complementada, se bem que com menor densidade informativa, através da consulta dos *Livros do Diário*, em particular o que abrangia o período de Junho de 1894 a Outubro de 1901, que ultrapassava o normal registo mensal das despesas e das receitas e fornecia mais dados sobre as actividades da “comissão instaladora” que funcionou entre 1894 e 1897.

datas para o cumprimento das obrigações fiscais, estudos sobre o comércio, esboços biográficos sobre alguns sócios, dados sobre a vida associativa e, talvez o mais significativo, artigos de opinião através dos quais os *Lojistas de Lisboa* transmitiam o que era a sua forma de entender a *classe dos lojistas*, o seu papel na sociedade e na economia, os seus valores profissionais e cívicos, as suas aspirações e exigências.

Além destas quatro séries principais, abarcando os primeiros 40 anos de vida da Associação, foram usadas outras que, ou por não estarem tão completas, ou por conterem informações que não iam de encontro às necessidades definidas pelos objectivos traçados para este estudo, só muito pontualmente foram usadas. É o caso, por exemplo, das séries documentais relativas à vida económica e financeira da ACLL, os *Livros de Razão*, os *Livros do Diário*, os *Livros de descarga das quotas dos sócios*, ou ainda dos *Livros de Correspondência*, recebida ou expedida, neste último caso numa série relativamente completa e com algumas informações interessantes, composta pelos *Livros do Copiador de Correspondência Expedida*, entre 1897 e 1910.

Toda esta documentação, produzida pela própria ACLL entre a data de fundação e o ano de 1910⁷⁴, constituía só por si um volume de informação que talvez justificasse analisar em exclusivo a vida associativa dos lojistas da capital. Não sendo esse o objectivo único deste estudo, apesar de tudo, não se enjeitou a oportunidade de, perante um conjunto de fontes tão ricas, em séries tão completas, realizar uma recolha exaustiva de dados que, em alguns aspectos, provavelmente, ultrapassaram as reais necessidades deste trabalho. Contudo, o recurso a uma base de dados relacional, especificamente concebida para o efeito, contribuindo para uma análise da informação mais fiável e rápida, bem como a possibilidade de cartografar a mesma, usando um sistema de informação geográfica, levaram a que se compulsasse de forma sistemática pelo menos

⁷⁴ As datas limite de todas as séries aqui apresentadas estão obviamente truncadas, na medida em que muitas delas seguem para lá de 1910, porém, tendo em conta o âmbito cronológico previamente definido para o trabalho, só foram utilizadas até esta data.

duas das séries indicadas, relativas às listas de sócios e aos registos de matrícula dos mesmos. Este esforço, talvez demasiado exigente pelo tempo consumido na execução da tarefa de recolha de dados sobre quase 5400 sócios e sobre a composição dos órgãos associativos relativos a 40 anos, revelou-se contudo muito útil nas duas fases seguintes do tratamento e análise das fontes.

Efectivamente, para além de um esboço de caracterização económica e social dos lojistas e de uma análise da sua vivência associativa, procurou-se recolher informações, testemunhos e notícias que permitissem descrever e justificar um percurso político, em grande medida, singular no quadro europeu contemporâneo. Duas das fontes óbvias para a prossecução deste último objectivo são os recenseamentos eleitorais e a imprensa periódica. Nos dois casos, embora com maior significado e volume de resultados para as fontes relativas às eleições, a recolha prévia das informações sobre os sócios da ACLL foi determinante nos dados obtidos. O objectivo passava pela verificação da participação e mobilização eleitoral dos lojistas, tanto ao nível municipal, como através das eleições para deputados. Para tal foi muito útil a informação recolhida nas listagens de sócios, uma vez que davam informações sobre as moradas, as quais permitiram depois a selecção das áreas a estudar e dos nomes a procurar nos livros de recenseamento e de descarga eleitoral.

No entanto, é necessário introduzir aqui uma nota, pois as dificuldades de aceder a determinados documentos, em tempo útil, obrigaram a tomar opções, de selecção de dados e metodológicas, relevantes. De referir o facto de, durante alguns anos e até muito recentemente, não estarem disponíveis para consulta, fosse por encerramento de uma parte do Arquivo Municipal de Lisboa ou por falta de instrumentos de descrição documental adequados, a grande maioria das actas eleitorais relativas às eleições camarárias de Lisboa no período em causa. Era uma lacuna, é certo, pelo papel

relativamente activo que a ACLL desempenhava nas eleições locais e que foi possível detectar através da leitura da imprensa periódica, mas não era de todo insuperável. A opção passou por privilegiar os recenseamentos e actas relativos às eleições para deputados que se encontram, numa série muito completa e bem organizada, no Arquivo Histórico Parlamentar⁷⁵. Aí foram recolhidos dados sobre cerca de 1400 lojistas, uma amostragem relativamente significativa, tendo em conta que não foram procurados todos os sócios da ACLL em todas as freguesias da cidade, mas escolhidas somente um conjunto de 14 onde a Associação estava mais implantada e analisadas apenas 7 eleições, entre 1878 e 1906. Estes limites decorrem em parte da disponibilidade das fontes, ou seja, da existência para a mesma eleição de actas para o conjunto das 14 freguesias seleccionadas, o que nem sempre aconteceu⁷⁶, mas também de uma tentativa de tornar a análise o mais representativa possível do que era a participação política da maioria dos lojistas de Lisboa que, em algum momento da sua vida, se tornaram sócios da ACLL. A opção feita, motivada igualmente pelo tempo disponível para a investigação, pode, como é óbvio, ser criticada, mas contribuiu de forma muito positiva, sem qualquer dúvida, para que possam ser alcançados alguns dos objectivos deste trabalho. Esta metodologia permitiu, por exemplo, verificar para uma parte significativa destes indivíduos, quando apareciam nos recenseamentos em mais do que uma eleição, não só a sua evolução no mundo do pequeno negócio (em alguns casos a passagem da categoria de caixeiro para lojista foi detectada e foi possível combinar esses dados com

⁷⁵ Foram consultados 109 livros de recenseamento eleitoral, correspondentes a 7 eleições diferentes e a 14 freguesias distintas. Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleias Eleitorais Monárquicas, cxs. 1221, 1222, 1223, 1224, 1426, 1427, 1428, 1429A, 1734B, 1734C, 1734D, 1734E, 1734F, 1890A, 1890D, 1890F, 1890G, 1932, 1932B, 1932E, 1932F, 1932H, 2073, 2073A, 2074B, 2159A, 2159D e 2160.

⁷⁶ Os casos mais significativos foram os das eleições de Agosto de 1906 (as eleições feitas já com João Franco no poder) e as de Abril de 1908 (após o regicídio), onde a falta de documentação para as freguesias das Mercês, S. Catarina e S. Paulo, esta última das áreas mais importantes na evolução associativa da ACLL, inviabilizaram o seu tratamento. Informações mais detalhadas serão dadas quando se fizer a apresentação dos resultados da análise destas fontes, nomeadamente sobre outros critérios que influenciaram a escolha das eleições a ser analisadas, onde avultaram a tentativa de avaliar o impacto da legislação eleitoral, os momentos de maior mobilização associativa dos lojistas ou a própria evolução da participação eleitoral republicana.

a análise das idades, estado civil e nível de contribuições), como a tendência para uma maior ou menor participação eleitoral, através das descargas dos votantes.

Um último grande grupo de fontes correspondeu então à imprensa periódica. Numa primeira fase procedeu-se a uma pesquisa tão exaustiva quanto possível no sentido de se encontrar jornais cujo objectivo principal fosse a representação, real ou idealizada, dos lojistas. A primeira conclusão, se se exceptuar o próprio *Boletim da ACLL*, é que a pequena burguesia comercial de Lisboa nunca teve uma forte implantação autónoma na imprensa, os jornais que foram aparecendo nunca lograram uma grande longevidade e foram, mesmo assim, em pequeno número. Apesar disso, foram consultados os disponíveis e recolhidas informações para um enquadramento político das actividades dos lojistas, para a análise da sua auto-imagem e a compreensão das suas preocupações profissionais, interesses corporativos ou de classe⁷⁷. Porém, o maior relevo foi dado à imprensa periódica geral, independente ou partidária. Uma vez mais, também neste caso foi importante a consulta prévia da documentação da ACLL, em especial os *Livros de Caixa*, onde eram registadas as despesas com as compras de jornais e a publicação de anúncios e avisos aos sócios⁷⁸. Através destas informações fez-se uma primeira selecção dos jornais a consultar, sendo privilegiados os que mais vezes eram usados pela ACLL, uma vez que traduziriam, em princípio, a tendência sobre o que a própria Associação e, em última análise, os próprios lojistas consideravam ser os periódicos mais consultados e lidos pelo pequeno comércio de Lisboa ou os que traduziriam melhor as suas aspirações e a defesa dos seus interesses. Associada a esta escolha é preciso ter em presença a própria alteração da tendência política dos jornais ao

⁷⁷ Entre outros que serão citados ao longo do texto, os destaques vão para o *Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, publicado semanalmente entre Janeiro e Abril de 1864, e *O Lojista*, também com uma periodicidade semanal e publicado entre Agosto de 1891 e finais de 1893.

⁷⁸ Neste particular foi especialmente útil o *Livro de Caixa (1873 a 1887)*, bem como referências avulsas nos relatórios e no *Boletim*. De referir, porém, que esta análise foi conseguida com bons resultados até 1894, mas depois dessa data as referências começaram a diminuir uma vez que a ACLL passou a adoptar a prática de publicar os seus anúncios e avisos, não directamente através dos jornais, mas sim por intermédio de agências de anúncios.

longo do tempo, que foi tida em conta no decorrer da investigação⁷⁹. Tal como estes factores foram dinâmicos ao longo do tempo, assim foram mudando também os jornais a analisar em cada momento. Apesar da consulta ter privilegiado os jornais de tendência reformista/progressista e republicana, nunca foram ignorados outros periódicos ligados a outros grupos políticos ou mesmo dados como independentes. Assim, o *Diário Popular* e o *Século* foram duas referências, mas também importantes foram o *Diário de Notícias*, o *Jornal do Comércio*, a *Vanguarda*, o *Diário Ilustrado*, o *Mundo* ou o *Novidades*.

Como eram recebidas as várias reclamações ou os protestos dos lojistas? Quem apoiava as campanhas ou iniciativas da ACLL? Quem seguia as suas actividades, as suas reuniões e dava relevância aos assuntos aí abordados? Quem criticava o seu discurso e as suas posições públicas? Quem transmitia uma imagem negativa ou positiva sobre os lojistas? Quem os procurava influenciar em momentos políticos mais agitados? Foi a tentativa de resposta a estas questões que norteou a análise da imprensa periódica, bem como a escolha que, necessariamente, teve de ser feita sobre os períodos a estudar com maior detalhe. Era impensável, pela metodologia seguida, acompanhar durante 40 anos, diariamente, jornais que em alguns casos tiveram uma longevidade que ultrapassou os limites cronológicos deste estudo. Também não pareceu que fosse útil ou até metodologicamente aceitável centrar a atenção em apenas um título, por mais representativo que ele se afigurasse, pelo que houve que fazer uma selecção. Em boa medida, ela seguiu o que já acima se expôs sobre a vivência associativa da ACLL, procurando igualmente acompanhar os momentos das eleições seleccionadas. Contudo, dos vários momentos, privilegiou-se o período entre o *Ultimatum* e a dissolução da ACLL pelo governo Hintze Franco, na medida em que estes anos serão centrais na

⁷⁹ Neste ponto cabe um agradecimento ao Paulo Jorge Fernandes pela preciosa ajuda que disponibilizou na identificação e caracterização política dos jornais de Lisboa.

compreensão da dinamização política da pequena burguesia comercial lisboeta, entre 1870 e 1910, em especial no que diz respeito à sua ligação ao republicanismo.

1ª PARTE – O PEQUENO COMÉRCIO DE LISBOA ENTRE 1870 E 1910

Ao estudar as características e a evolução do comércio de retalho em Lisboa e, em particular, a fase de crise por que este passou na década de 1890 procurou-se revelar elementos representativos do que era o mundo do pequeno comércio lisboeta nas últimas quatro décadas da Monarquia e comparar essa imagem com a dos lojistas além-fronteiras. Em simultâneo, pretendeu-se destacar a hipótese que da crise terá decorrido, em grande medida, uma mudança no alinhamento político dos lojistas de Lisboa, sempre conotados com a esquerda e com o radicalismo, mas até então maioritariamente monárquicos, caminhando nessa altura para um posicionamento mais radical, através do qual, em estreita sintonia com a propaganda republicana, começaram a dar importância a outros valores e a ver na Monarquia, nos governos e parlamentos monárquicos a causa dos seus insucessos e angústias e o alvo privilegiado do seu ressentimento político.

Deste modo, a possibilidade de analisar com algum detalhe esta dinâmica e o momento particular de crise vivida no final do século XIX, viabilizada pela existência de algumas fontes privilegiadas – as licenças de comércio e indústria da Câmara Municipal de Lisboa (CML) – é uma oportunidade de observar o comércio de retalho, ajudando a revelar a sua estrutura interna, o grau de resistência à crise, bem como a sua localização geográfica, entre outros aspectos. Tão ou mais importante do que estes objectivos será verificar que consequências este tempo de crise teve na percepção de perda de independência, conceito que era a “imagem de marca” da pequena burguesia comercial de finais do século XIX, e em que medida essa percepção terá contribuído para a sua aproximação aos republicanos, anunciadores da boa nova de um Estado mais

poupado em termos económicos, menos exigente em matéria fiscal e mais liberal no campo social e político⁸⁰.

Esta caracterização será igualmente interessante pela possibilidade que oferece de comparação com dados semelhantes para os pequenos comerciantes de várias cidades e países europeus, pela mesma época, disponíveis na bibliografia consultada. Este exercício justifica-se na medida em que, como é afirmado em vários estudos, residia precisamente nas particularidades do quadro evolutivo do comércio de retalho uma das explicações para o percurso e mobilização política da pequena burguesia comercial europeia entre 1870 e o início da Grande Guerra⁸¹.

Começando por fazer algumas observações sobre a evolução geral dos quantitativos de estabelecimentos comerciais, destacar-se-á de seguida o período de crise da década de 1890, procurando ligar este aspecto com os relatos e afirmações dos lojistas e da sua Associação, quando procuraram explicações e responsabilidades para os momentos de insegurança e instabilidade que sentiam estar a viver. Serão depois dados mais alguns pormenores sobre a distribuição do pequeno comércio pela cidade, em termos qualitativos e geográficos. No final, uma análise destas duas dimensões, a evolução quantitativa e a distribuição qualitativa, conjugada com a evolução demográfica, entre 1878 e 1911, vai permitir realçar as linhas gerais do que seria o pequeno mundo dos lojistas lisboetas e, por comparação com “mundos” semelhantes, noutros países, tentar compreender a forma como essa realidade poderá ter contribuído para influenciar a visão da política e da sociedade destes indivíduos.

⁸⁰ Geoffrey Crossick e Heinz-Gerhard Haupt referem, precisamente, a estreita relação entre “independência e crise” e as vantagens de estudar esta última para um conhecimento mais detalhado da pequena burguesia industrial e comercial. CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *Shopkeepers and master artisans...*, pp. 10, 12 e 14.

⁸¹ Em grande medida é esta ideia que está subjacente a estudos sobre a pequena burguesia, ou especificamente sobre os lojistas, em países como a Alemanha e a Inglaterra, ou em cidades como Paris e Milão. BLACKBOURN, David, “The Mittelstand in German Society and Politics...”, pp. 409-433; WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper’s world...*; NORD, Philip G., *Paris shopkeepers...* e MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan...*

A evolução geral do comércio “de porta aberta” em Lisboa

As chamadas licenças para estabelecimentos de comércio e indústria, registadas na Câmara Municipal de Lisboa, vão ser fontes decisivas para esta abordagem e caracterização, sendo que listagens semelhantes sobre pagamento de impostos ou taxas municipais foram utilizadas para estudos análogos no estrangeiro, nomeadamente sobre os merceeiros de Paris. Porém, tal como para a capital francesa, no caso de Lisboa colocava-se o problema do excesso de informação, pois a sua quantidade (em média cerca de 15 mil licenças em cada ano) e a falta de outra organização que não seja o número sequencial de registo requerem “uma verdadeira equipa de investigadores” e um tempo de recolha de dados excessivo e não compatível com o esforço individual de uma tese de doutoramento⁸². Todavia, as informações arquivadas no *Serviço do Imposto de Licença para Estabelecimentos* não podem ser negligenciadas, na medida em que permitem, pelo menos, uma quantificação geral do número de estabelecimentos “de porta aberta” existentes na cidade em cada ano e a recolha desses valores possibilita verificar a evolução geral do comércio retalhista de Lisboa entre a década de 1870 e o ano de 1910. Para além disso, tendo sido alvo de um tratamento estatístico detalhado, levado a cabo pela própria Câmara Municipal, nos anos de 1887 e 1893, estas fontes são essenciais para ficar a conhecer o que representava o pequeno comércio da cidade de Lisboa na fase final da Monarquia.

Antes de apresentar esse quadro geral evolutivo, convém referir o que eram e representavam efectivamente as licenças para estabelecimentos de comércio e indústria em Lisboa, no período em causa. A cobrança de um imposto de licença para a venda de

⁸² FAURE, Alain, “The grocery trade in nineteenth-century Paris: a fragmented corporation”, in CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *Shopkeepers and master artisans...*, p. 161. O autor reconhece que “as listas nominais do pagamento dos impostos constituiriam, é claro, as melhores fontes” para o estudo do número de lojas e da sua evolução.”

gêneros e mantimentos na cidade tinha sido definida em posturas medievais e regulada por várias disposições régias, entre os séculos XIV e XVIII. Em 1736, a Câmara Municipal, aparentemente para fazer face às dívidas que não conseguia amortizar, decidiu ampliar o imposto das licenças, abrangendo um maior número de actividades comerciais e aumentando as taxas respectivas. Porém, tal como seria frequente no final do século XIX, esta alteração aos impostos que afectavam particularmente a actividade comercial sofreu uma forte oposição, tendo chegado a haver manifestações frente ao Senado da Câmara e no Terreiro do Paço e ameaças à integridade física de alguns senadores. A movimentação popular levou a que se adiasse o aumento do imposto, entrando em vigor apenas no ano de 1740. Em 1766 foi definido um formulário para a sua cobrança e regulou-se a taxa a pagar que diferia consoante o tipo de gêneros vendidos e a localização, mais ou menos privilegiada, do ponto de venda. Apesar de contestado, por gerar “confusão e vexação na sua cobrança”, este formulário, com ligeiras alterações ao longo do século XIX, ainda se mantinha em vigor em 1869, ano em que foi publicado um novo código de posturas camarárias em Lisboa⁸³.

Porém, para os lojistas lisboetas da segunda metade do século XIX esse formulário já não fazia sentido, pois a forma de organização do pequeno comércio tinha-se alterado e as lojas, em boa parte dos casos, não se dedicavam exclusivamente à venda de um único género, ou de um número restrito de gêneros, pelo que a aplicação do modelo que vinha do século XVIII não era considerada adequada ao pequeno comércio dos tempos modernos. Perdera-se, entretanto, a característica especialização que tinha, inclusive, levado à definição de ruas específicas para cada tipo de loja, na reestruturação da Baixa levada a cabo pelo Marquês de Pombal após o Terramoto de

⁸³ OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, Tipografia Universal, 1882, pp. 134-138 e CML, *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença para Estabelecimentos em 1887 e 1893*, 1ª série, Lisboa, Imprensa de Lucas Evangelista Torres, 1895, pp. 13-14.

1755⁸⁴. O fenómeno, aliás, era comum a outros países europeus, onde o lojista era cada vez menos um “comerciante especializado” num determinado tipo de produto e sim um fornecedor de um amplo conjunto de produtos e serviços, como começou a acontecer em Inglaterra, por exemplo, a partir de meados do século XIX, na Alemanha, ou em Milão, onde a mudança era sentida, em particular, nas lojas de mercearia que viam aumentar a diversidade de produtos oferecidos à clientela⁸⁵. Também em Paris os lojistas estavam a adaptar-se a novas formas de comércio, desaparecendo o “*camiseiro* de ontem para logo emergir a loja de roupas de homem”, na qual às camisas se podiam juntar “as gravatas, as meias, as bengalas e os chapéus”⁸⁶. Para Lisboa, um dos exemplos que expressa bem esta mudança era o que estava a acontecer com o comércio de produtos de pele, antigamente exclusivo da classe dos peleiros, mas “presentemente generalizado pelas casas de confecções, luveiros, mercadores, etc.”⁸⁷.

Tendo em conta o recuar da especialização, cada vez mais se dava o caso de um lojista ter de pagar várias taxas, tirar várias licenças para poder fazer negócio na sua

⁸⁴ “O decreto de 5 de Novembro de 1760, que distribuiu os comerciantes por arruamentos, e que muito especificamente determinou que a Rua Nova de El-Rei serviria «para nela se arruarem os mercadores da corporação de capela, ficando as lojas que sobejassem para mercadores de loiça da Índia, de chá e dos mais artigos do seu tráfico», fixou os mesmos princípios para os outros seguintes novos arruamentos: a Rua Augusta, para os mercadores de lã e sedas; a Rua Áurea ou do Ouro, para os ourives do ouro, relojoeiros e volanteiros; a Rua Bela da Rainha ou da Prata, para os ourives da prata e para os diversos livreiros que antes viviam na sua vizinhança; a Rua Nova da Princesa, Bela da Princesa ou dos Fanqueiros, para os mercadores de lençaria ou fancaria, e as lojas que sobejassem, para quinquilharias; a Rua dos Douradores, para os douradores, bate-folhas, latoeiros de lima e ainda [pág. 26] para mercearias, tabernas, etc.; a Rua dos Correeiros, da Correaria Nova ou Travessa da Palha, para os officios de correeiro, seleiro e torneiro; a Rua dos Sapateiros ou do Arco do Bandeira, de um dos lados para os sapateiros que serviam a plebe, e do outro para acomodação de correeiros, seleiros e torneiros; a Rua de S. Julião ou dos Algibebes, para acomodação destes industriais; a Rua da Conceição ou dos Retroseiros, para capelistas de lojas de retos; a Rua de S. Nicolau como a da Vitória, para lojas de quinquilharias; a Rua da Assunção, para sirgueiros de chapéus e de agulha; e a Rua de Santa Justa, para mercadores de lã e seda, que não tivessem possibilidades de se acomodar na Rua Augusta.” Cf. COSTA, Mário, *Da Rua Nova à Rua dos Capelistas*, Lisboa, Tip. Soc. Ind. de Tipografia, 1953, pp. 25-26.

⁸⁵ WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, p. 123; DENECKE, Dietrich; SHAW, Gareth, “Traditional retail systems in Germany”, in BENSON, John; SHAW, Gareth (ed.), *The Evolution of Retail Systems 1800-1914*, Leicester, Leicester University Press, 1992, p. 85; MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan...*, p. 56.

⁸⁶ NORD, Philip G., *Paris shopkeepers...*, p. 84.

⁸⁷ ACLL, *Relatório de 1888*, pp. 22-23. A afirmação surge numa representação da classe dos peleiros contra a forma como estavam classificados nas tabelas da contribuição industrial, a qual mereceu o apoio da ACLL.

loja. Isto porque o formulário definia um conjunto de taxas diferentes, de acordo com o produto vendido, consoante a sua venda era por miúdo ou por grosso, em loja, em tenda ou venda ambulante, variando ainda, em alguns casos, com a localização do lugar de venda⁸⁸. Tal facto, aos olhos dos lojistas, tornava o imposto um “anacronismo”, lembrando “épocas e governos de opressão”, pois impunha restrições à liberdade de comércio e desigualdades fiscais. De acordo com o testemunho de 1872, de um dos indivíduos que mais se empenhou na abolição do antigo formulário, João Marques da Costa, era necessário acabar com a obrigação dos lojistas pagarem “uma taxa por cada género que expõem à venda”, que era especialmente onerosa para as pequenas lojas que vendiam uma grande variedade de produtos, “enquanto que os lojistas de grossas transacções, simplesmente porque nos seus estabelecimentos comportam menos artigos, pagam uma taxa” mais reduzida. Dava como exemplo da injustiça precisamente o caso de uma mercearia que, para funcionar, tinha de pagar 15 taxas diferentes, o que nos bairros mais pobres equivalia, na sua perspectiva, a que o imposto de licença acabasse por ser mais elevado do que a própria contribuição industrial⁸⁹.

O assunto só acabaria por ser definitivamente resolvido com a postura de 4 de Novembro de 1872, publicada em Edital de 13 de Março do ano seguinte, que regulamentou a cobrança do “Imposto de licença para estabelecimentos”, baseando-se

⁸⁸ *Formulario das novas Licenças em que se acha declarado o que annualmente se deve pagar...*, Typografia Maigrense, 1823, p. 9. Apesar de terem sido feitas várias pesquisas, este foi o único exemplar do antigo formulário das licenças que foi possível encontrar. Sabe-se contudo, que ele foi sofrendo alterações e acrescentos ao longo do tempo. Cf. OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, p. 138 e CML, *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença... (1ª série)*, p. 14.

⁸⁹ O testemunho foi reproduzido no *Diário de Notícias*, numa altura em que João Marques da Costa exercia o cargo de 1º secretário da Assembleia-geral da ACLL. O papel deste confeiteiro em toda a questão acabaria por ser reconhecido pela própria ACLL e pela “classe” dos lojistas de Lisboa, com a atribuição da categoria de sócio benemérito, em sessão da assembleia-geral de 13 de Março de 1873, e com a oferta de um “tinteiro em prata (...) pelos serviços que aquele cidadão lhe prestou na questão das licenças.” *Diário de Notícias*, n.º 2414, 8 de Outubro de 1872; n.º 2564, 15 de Março de 1873; n.º 2566, 17 de Março de 1873 e COSTA, João Marques da, *Questão acerca das licenças industriaes ou O arbítrio retorcendo e acalquinando a Lei de 14 de Maio de 1872 documentos que provam a ilegalidade com que a Câmara de Lisboa está cobrando as taxas das licenças municipaes compilados por...*, Lisboa, Typographia Universal, 1873, p. 49.

em “taxas graduadas” a cobrar sobre o valor das rendas pagas pelos lojistas⁹⁰. A partir de 1873, então, todo o “estabelecimento de venda, troca ou aluguer de quaisquer objectos ou valores; para casa de empréstimos sobre penhores; para hospedarias e para casas de guarda de animais ou coisas” ficava sujeito à cobrança de taxas variáveis que eram indexadas ao montante da renda paga pelo estabelecimento (quadro 1). Até à proclamação da República, esta forma de controlo camarário sobre o comércio da cidade de Lisboa só voltou a sofrer alterações em 1886, por portaria de 16 de Dezembro, aumentando os valores das taxas cobradas e reformulando o que a Câmara Municipal agora entendia por comércio de “porta aberta”, passando a ser considerado como tal todo “o estabelecimento, loja, escritório ou semelhantes, do concelho de Lisboa, aonde se realizem quaisquer transacções comerciais sobre objectos ou valores, ou mediante remuneração ou pagamento se prestem serviços ao público” (quadro 1)⁹¹.

A alteração das taxas e a maior abrangência introduzida nos tipos de estabelecimentos que ficavam sujeitos às licenças, associadas à recente reforma administrativa da cidade, levaram a Câmara Municipal de Lisboa, na sequência de um pedido do vereador Augusto Fuschini, a incumbir José Joaquim Gomes de Brito “de levantar o cadastro do comércio e indústria de porta aberta” existente em 1887 em Lisboa. O critério para esse levantamento era o da contagem “de todos os estabelecimentos que na cidade existiam (...) com licença desta Câmara.”⁹² O cadastro justificava-se, no fundo, porque o “ano de 1887 foi o primeiro em que a anexação dos antigos concelhos de Belém e Olivais à área da capital começou a vigorar definitivamente”, depois da reforma administrativa de 1885/1886⁹³, sendo óbvia a

⁹⁰ A postura foi aprovada em sessão camarária do mesmo dia. Cf. *Jornal do Comércio*, n.º 5707, 8 de Novembro de 1872; OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, pp. 138-139 e CML, *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença... (1ª série)*, p. 14.

⁹¹ CML, *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença... (1ª série)*, pp. 23-24.

⁹² CML, *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença... (1ª série)*, p. 6.

⁹³ Veja-se o que foi referido sobre a reforma administrativa de Lisboa na Introdução.

necessidade camarária de conhecer convenientemente a nova área e, principalmente, os novos comerciantes que ficariam a partir de agora também sujeitos ao imposto de licença de estabelecimentos⁹⁴.

Quadro 1 - Tabela das taxas correspondentes às licenças expedidas pela Câmara Municipal de Lisboa

Posturas	Taxas			
	Renda inferior a 50\$000 réis exclusive	Renda de 50\$000 a 100\$000 réis exclusive	Renda de 100\$000 a 200\$000 réis	Renda superior a 200\$000 réis
4 de Novembro de 1872	1\$560	2\$760	4\$560	\$240 réis sobre a última taxa, por cada acréscimo de 10\$000 réis na renda
16 de Dezembro de 1886	1\$600	2\$800	4\$600	\$240 réis sobre a última taxa, por cada acréscimo de 10\$000 réis na renda

Em Junho de 1887 Gomes de Brito apresentou um relatório preliminar sobre a distribuição desta taxa na área da antiga circunvalação, ou seja, sem contar com as freguesias dos antigos concelhos de Belém e Olivais. O trabalho acabaria por ser alargado a toda a cidade levando à cópia dos “talões das licenças” desse ano, “um a um”, depois ordenados por “freguesias, e, dentro destas, por classes” profissionais ou de negócio. Em seguida, foram eliminadas as duplicações devidas à periodicidade mensal ou semestral de algumas licenças e apurou-se, por fim, para a área da antiga circunvalação um total de “8514 solicitantes”, a que se juntavam mais 1523 na zona entretanto anexada à cidade, totalizando 10037 estabelecimentos que constituíam o número final do “arrolamento geral dos lojistas e mais comerciantes” de Lisboa em

⁹⁴ CML, *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença... (1ª série)*, pp. 24 e 54.

1887. Seis anos mais tarde, recorrendo à mesma fonte e a igual técnica de contagem, o mesmo Gomes de Brito contaria 10508⁹⁵.

Seriam estes 10 mil estabelecimentos o número real do comércio de “porta aberta” então existente em Lisboa? Representa certamente um valor bastante aproximado, que talvez peque por defeito, em especial o de 1887, como parece sugerir o próprio Gomes de Brito, mas sem que o desvio seja tão significativo que impeça a utilização destes números, como se verá pela confrontação com outras fontes da época, para a exposição do quadro genérico da evolução do pequeno comércio lisboeta à época. Contudo, o funcionário camarário não deixou de apresentar os seus cuidados, o que, em certa medida, ainda valoriza mais o seu esforço estatístico e justifica a utilização dos valores neste trabalho. Assim, em Novembro de 1889, tendo surgido reclamações “contra o serviço de fiscalização do Imposto de Licença para Estabelecimentos”, críticas que foram levadas, inclusive, para as discussões das sessões camarárias, Gomes de Brito redigiu uma informação ao Administrador da Fazenda Municipal, ainda Augusto Fuschini, datada de 30 desse mês, onde reafirmava “a opinião, aliás bem fundada, de que há um grande número de estabelecimentos, quer em lojas, quer em andares, escapos ao imposto.” Isso devia-se, na sua opinião, a duas ordens de factores: à fuga ao imposto por parte dos lojistas, os quais deveriam ser obrigados “ao cumprimento da Postura”, e à “imperfeição da fiscalização”, resultante da falta de “matrizes” e da necessidade de “completa remodelação” do serviço de Fazenda da Câmara. Gomes de Brito tinha ainda com a percepção de que existia “um grande número de lojistas” que não se limitava “nem a um só estabelecimento, nem a um só género de negócio.”⁹⁶

O vereador José Martinho da Silva Guimarães que, em 1895, recebeu e analisou todo o trabalho de Gomes de Brito reforçou a ideia de que não havia certezas sobre a

⁹⁵ CML, *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença...* (1ª série), p. 55 e (2ª série), pp. 34-39.

⁹⁶ CML, *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença...* (2ª série), pp. 45 e 48.

real representatividade destes números. “Obedeceram porém à lei todos os estabelecimentos que se abriram nas 44 freguesias do actual circuito de Lisboa? Não é possível afirmar que sim, nem dizer que não; a repartição não tem meio algum de responder categoricamente à pergunta.”⁹⁷ A própria ACLL apontava para valores superiores que, no entanto, levavam em conta o número de licenças e não o número efectivo de lojas. Em 1891, Gil Carneiro, presidente de uma comissão de protesto entretanto criada pela Associação contra o aumento do gás, falava na existência de cerca de 16000 licenças de estabelecimentos registadas⁹⁸ e, em 1892, os corpos gerentes afirmavam representarem “uma classe que só em Lisboa compreende mais de 15000 estabelecimentos”⁹⁹. Porém, é preciso contextualizar estes dois números, pois foram indicados em momentos de protesto e de defesa do orgulho ferido, onde o objectivo era demonstrar a força e a influência da classe dos lojistas e da ACLL, no primeiro caso, frente à poderosa Companhia do Gás de Lisboa e, no segundo, em resposta a um discurso crítico de um deputado Progressista. Para além disso, tudo aponta para que a contabilidade destes valores tenha sido obtida do total de licenças registadas que, como se viu, era maior do que o número dos estabelecimentos efectivos, por causa das “duplicações” de que falava Gomes de Brito e que este acabaria por eliminar no seu trabalho.

Apesar destas dúvidas, outros testemunhos da época acabam por não se afastar muito dos números obtidos pela contagem de Gomes de Brito, estimando, em 1891, “a

⁹⁷ CML, *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença... (1ª série)*, p. 6. O vereador refere-se ainda à totalidade das freguesias que então compunham o concelho de Lisboa pois, nesse mesmo ano, Camarate e Sacavém deixariam de fazer parte do município, passando a capital a contabilizar 42 freguesias até 1910. Cf. ALVES, Daniel, “Evolução das freguesias da cidade de Lisboa ao longo do século XIX”, p. 8

⁹⁸ *O Século*, n.º 3484, 14 de Outubro de 1891 Este valor é efectivamente verdadeiro, pois a consulta dos livros de registo das licenças de estabelecimentos no Arquivo Municipal, aos quais o lojista deve ter tido acesso, permitiu verificar a existência nesse ano de 16352 licenças.

⁹⁹ ACLL, *Desagravo do commercio de Lisboa...*, p. 21.

massa total dos comerciantes de Lisboa” em cerca de 8000¹⁰⁰, a rondar os 7900¹⁰¹ ou em número “superior a 10000”¹⁰². Gomes de Brito, aliás, não escondia o orgulho pelo seu trabalho, declarando que ninguém “ainda fora capaz de organizar, antes de 1887, um Recenseamento – um só que fosse! – das lojas e mais estabelecimentos”¹⁰³. Como se viu, em 1893, acabaria por repetir o feito usando a mesma metodologia, não tendo sido possível encontrar outra fonte que forneça uma informação tão detalhada sobre a distribuição quantitativa, qualitativa e geográfica do pequeno comércio de Lisboa no período estudado¹⁰⁴.

É possível ainda comparar os dados de Gomes de Brito com a contagem das actividades ou profissões que podem ser classificadas como lojistas nas listas de “indústrias colectadas” com a contribuição industrial publicadas no *Anuário Estatístico de Portugal*. De acordo com a análise das mesmas, desenvolvida mais à frente, apurou-se para 1890 um total de 7798 lojistas para o concelho de Lisboa, aumentando para 8243 dez anos depois¹⁰⁵. Tendo em conta que se trata de listas de cariz fiscal é natural que os montantes indicados pequem por defeito, resultado de algumas isenções e de

¹⁰⁰ *O Lojista*, n.º 45, 22 de Agosto de 1892. Este valor, aliás, seguia de perto o que era indicado no parecer da Comissão Revisora de Contas da ACLL que, em Maio de 1892, considerava “que o número de comerciantes em Lisboa não é inferior a 8000”. ACLL, *Relatório de 1891*, p. 25.

¹⁰¹ Valor publicado pelo *Diário Popular*, n.º 8793, 27 de Outubro de 1891, correspondente a uma estatística, que o jornal tinha “por verdadeira”, dos métodos de iluminação das lojas em Lisboa, muito provavelmente, resultante dos trabalhos das subcomissões paroquiais que na altura a ACLL activou para controlar a chamada “greve do gás”. Havia, então, “1546 estabelecimentos iluminados a gás e 6313 iluminados a outra luz.”

¹⁰² ACLL, *Boletim*, n.º 48, Novembro de 1891, p. 4.

¹⁰³ CML, *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença... (1ª série)*, p. 17.

¹⁰⁴ No AML estão depositados os originais dos “talões” de licenças de estabelecimentos que os lojistas eram obrigados a solicitar todos os anos à CML. É uma série documental impressionante, pela riqueza e volume de informação, que começa em 1866 e termina já no Estado Novo, mas cujo tratamento exigiria um esforço não compatível com as restantes tarefas de investigação. Para cada ano existem, em média, cerca de 15 mil talões, encadernados de forma completamente aleatória que impossibilitam qualquer tarefa de contagem mais simples, como seja, o número de licenças por freguesia ou por tipo e loja, sem uma recolha integral de dados. Não é por acaso que o “cadastro” dos lojistas só foi elaborado nestes dois anos. Apesar disso, como se apresentará de seguida, foi possível elaborar uma contagem anual do número total de licenças para um período bastante alargado. Neste ponto cabe um agradecimento aos técnicos do Arquivo Municipal do Arco do Cego pelas facilidades e boa vontade que demonstraram no processo de recolha destes dados, tendo em conta que cada ano da série era composto, em média, por 12 a 16 volumes de talões encadernados.

¹⁰⁵ *Anuário Estatístico de Portugal*, 1892 e 1900; quadro 4, mais à frente neste texto.

uma natural fuga ao imposto. Neste ponto, novamente o testemunho de Gomes de Brito é útil pois, em 1892, ao comparar o seu “cadastro” com as classificações de lojistas registadas no *Anuário Estatístico da Direcção Geral das Contribuições Directas*, acabou por concluir que havia alguns “contribuintes do Estado, que não tiraram licença municipal”, sendo perfeitamente legítimo supor que o mesmo se passaria em sentido oposto¹⁰⁶.

Tendo em conta o total de “lojistas e mais comerciantes” referido por Gomes de Brito para 1893 (10507) e sabendo através dos livros de registo das licenças de estabelecimentos da CML que no mesmo ano foram requeridas 16155 licenças, então, é possível, num cálculo simplificado, elaborar uma série sobre a evolução do número de lojistas para os restantes anos, sabendo à partida o número total de licenças. No fundo, através de uma regra de equivalências aplicou-se a todos os valores recolhidos a eliminação de duplicações referida por Gomes de Brito. É óbvio que este tipo de cálculo não leva em conta factores que talvez pudessem distorcer a estimativa feita, como sejam um menor ou maior nível de fuga à fiscalização camarária ou a existência de várias lojas para um mesmo lojista, porém, conta com um elemento muito importante para assegurar que o resultado seja bastante fiável: o facto de o formulário e as regras para a obtenção de licença de estabelecimentos se terem mantido estáveis ao longo de todo este período, como já foi destacado. Utilizaram-se os valores de lojistas para 1893 pois, como se observou ao descrever o trabalho de Gomes de Brito, eles parecem ser mais fiáveis que os de 1887, em especial, pela proximidade entre o primeiro “cadastro” e as alterações administrativas de Lisboa, de 1885, que poderão ter influenciado uma subavaliação desses totais. As datas limite usadas para a elaboração da série apresentada no gráfico 1

¹⁰⁶ *Comércio de Portugal*, n.º 3783, 28 de Fevereiro de 1892.

foram escolhidas tendo em conta a comparação que mais à frente será feita com os dados populacionais disponibilizados pelos censos.

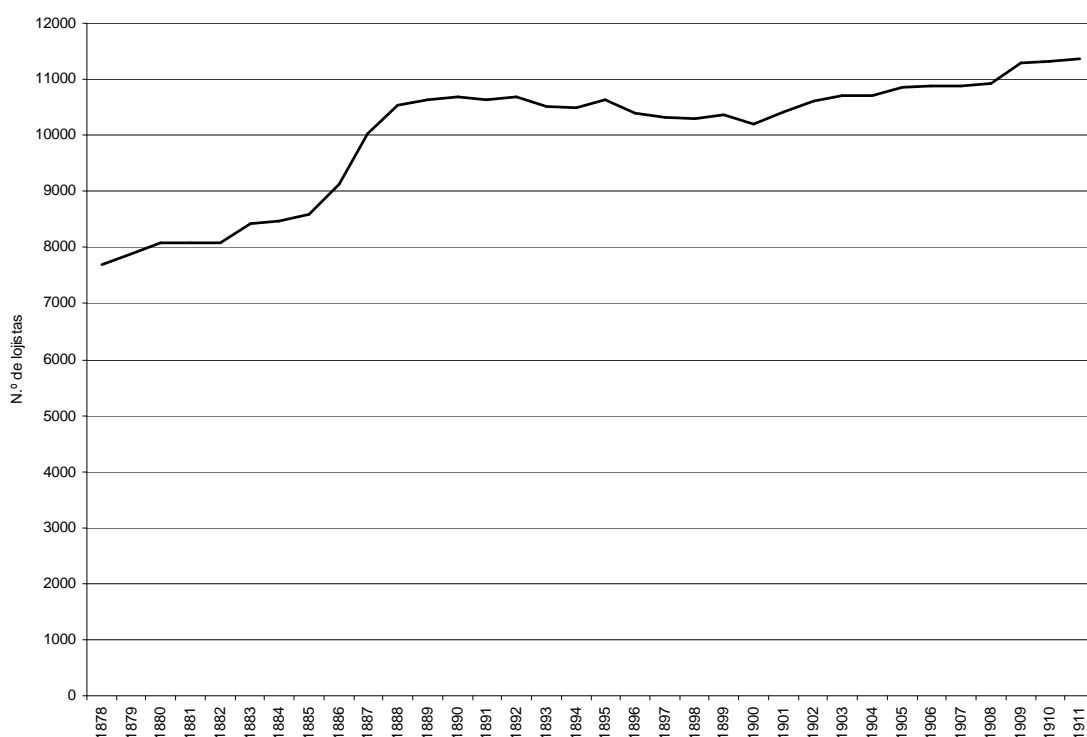
A tendência geral que é possível verificar numa primeira observação é a de um aumento do número de lojistas na cidade de Lisboa, entre 1878 e 1911. Contudo, apesar de na aparência ser muito simples, o gráfico pode levar a alguns equívocos e deve ser explicado com algum detalhe. Primeiro que tudo, é necessário referir que 1878-1885 e 1888-1911 correspondem a realidades distintas pois, apesar de se falar sempre do concelho de Lisboa, este é bastante diferente nos dois períodos em causa, abarcando 34 freguesias no primeiro período e 44/42 no segundo. Um outro aspecto a ter em conta é que a alteração das licenças levada a cabo em Dezembro de 1886, com uma mudança no que a partir daquela data passou a ser entendido por “estabelecimento” de comércio e indústria pelos serviços camarários, veio por certo colocar sob a alçada da fiscalização um maior número de pequenos negócios que, muito provavelmente, ainda eram “escapos” a este imposto antes da reforma, para usar uma expressão de Gomes de Brito. O resultado das novas disposições era visto pela ACLL da mesma maneira, ao referir que “só lograrão escapar a este imposto três classes: os grandes proprietários, [os] capitalistas e os vadios.”¹⁰⁷

Os dois factores conjugados explicam o salto dado pelo número de lojistas entre 1885 e 1888. A diferença não terá ocorrido logo em 1887, muito provavelmente, porque nesse ano os limites dos antigos concelhos eram ainda “imperfeitamente conhecidos na sua topografia, imperfeitamente conhecidos também na sua divisão municipal e administrativa”, para além de ser o primeiro ano da aplicação do imposto nas novas freguesias, o que pela “própria novidade do regímen então aplicado a esses dois concelhos contribuiu para minguar a efectividade de solicitações deste ramo por parte

¹⁰⁷ ACLL, *Relatório de 1887*, p. 49.

dos contribuintes a ele sujeitos.”¹⁰⁸ Depois desta data a postura municipal que regulava as licenças não voltou a sofrer modificações e mesmo a saída das freguesias de Sacavém e Camarate do concelho de Lisboa, em Setembro de 1895, não terá representado uma diferença significativa pois, ainda segundo o trabalho de Gomes de Brito relativo ao segundo inquérito que produziu para 1893, o número de lojas nestas duas circunscrições representava somente cerca de 0,5% do total existente na capital no mesmo ano¹⁰⁹.

Gráfico 1 – Evolução do n.º de lojistas no concelho de Lisboa (1878-1911)¹¹⁰



Tendo em conta estes cuidados na observação dos valores representados, é possível distinguir três momentos diferentes na evolução do pequeno comércio de Lisboa ao longo das últimas quatro décadas da Monarquia. Um primeiro corresponde a uma expansão do comércio de retalho na cidade, notória entre 1878 e 1885, com o

¹⁰⁸ Cf. CML, *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença...* (1ª série), pp. 54 e 55.

¹⁰⁹ Confirmar valores exactos mais à frente quando forem apresentados e analisados os restantes dados do trabalho de Gomes de Brito (ver Anexo 1).

¹¹⁰ AML, *Licenças para Estabelecimentos de Comércio e Indústria*, 1878-1911.

número de lojistas a aumentar quase 12%, num ritmo de crescimento anual médio de cerca de 1,6%, o mais elevado dos três momentos analisados¹¹¹. Após a transição de 1886/1887, o número terá atingido um primeiro pico em 1890, com quase 10690 lojistas estimados a partir das licenças para estabelecimentos registadas nos livros camarários.

Contudo, toda a década seguinte vai ser de crise, primeiro com uma estagnação, depois, entre 1895 e 1900, com uma queda efectiva do total de lojistas. No cômputo geral, este segundo momento (1890-1900) registou um crescimento negativo, sejam quais forem os anos que se escolham para a comparação entre a primeira metade da década e a segunda metade. Entre os dois anos extremos, a quebra equivale a quase 5%, registando um crescimento anual médio negativo de cerca de meio ponto percentual¹¹². A escolha de 1890 como limite entre os dois primeiros momentos justifica-se pela instabilidade gerada na política, na economia e nas finanças portuguesas, fruto do *Ultimatum*, dos sucessivos governos e da crise financeira, tudo apontando para que este ano não fosse “apenas mais um acidente financeiro, mas que efectivamente” tenha marcado “uma viragem na vida portuguesa”¹¹³. Viragem que vai ser muito visível no caso dos lojistas de Lisboa, representando a última década do século XIX, efectivamente, uma época de crise ou, pelo menos, de interregno do crescimento para a classe dos lojistas de Lisboa. Esta segunda ideia talvez possa ser justificada levando em conta o que ocorreu na evolução do pequeno comércio já no início da nova centúria e o que mais à frente ficará exposto sobre a sua estrutura interna e distribuição geográfica neste período.

¹¹¹ A comparação é feita apenas entre aqueles dois anos, não levando em conta 1886 e 1887, pelos motivos acima expostos. Deste modo fica-se com a certeza de estar a comparar duas realidades iguais, ou seja, o mesmo concelho de Lisboa, com a mesma área geográfica, em dois momentos. O valor exacto da taxa de variação calculada é de 11,75%.

¹¹² O valor efectivo da taxa de variação é de -4,67%, a taxa de crescimento anual médio regista -0,48%. Se a comparação for feita entre 1888 e 1900, por exemplo, a queda total é de 3,29% e a média anual de -0,28%.

¹¹³ RAMOS, Rui, “A crise”, in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Vol. 1, Lisboa, Alfa, 1996, p. 550.

O terceiro momento corresponde à primeira década do século XX, identificando-se um novo período de expansão dos quantitativos do comércio retalhista da capital, com um relevo particular para a passagem de 1908 para 1909. O número total de lojistas cresceu de pouco mais de 10400, em 1901, para quase 11400, em 1911, um crescimento de 9,1%, aumentando em média quase 0,9% ao ano¹¹⁴.

O panorama geral apresentado tem, como é óbvio, algumas matizes a explorar, mas desde já introduz, como ideia central, a constatação de que a evolução do pequeno comércio na cidade de Lisboa não se afastou do que foi, em linhas gerais, a evolução económica e financeira do país na mesma época, antes pode contribuir para reforçar e melhorar a percepção da mesma que foi traçada na historiografia portuguesa mais recente¹¹⁵. Mesmo que a dinâmica não seja exactamente coincidente, ano com ano, as tendências são as mesmas que foram destacadas por vários autores: expansão na década de 1880, retracção ou crise nos últimos dez anos do século e novamente expansão, mas mais moderada, no primeiro decénio da nova centúria.

Rui Ramos, apesar de falar em “mitologia da crise”, no que em parte é acompanhado por Pedro Lains, como se verá, refere que, a seguir “a anos de grande prosperidade”, como teriam sido os de 1886 a 1889, se assistiu a um quadro de depressão económica e de crise financeira, entre 1892 e 1896, “com sinais de quebra em quase todos os sectores da economia.” A mudança parece ter chegado na viragem do século pois, a partir desta altura, com a ajuda da recuperação do câmbio da moeda brasileira, “Portugal revigorou-se.” As exportações animaram-se e o mesmo parece ter

¹¹⁴ A taxa de crescimento anual médio é de 0,88%, para 10423 lojistas (16024 licenças) em 1901 e 11373 (17485 licenças) em 1911.

¹¹⁵ A ajudar na confirmação do que ficou expresso, veja-se a observação de Conceição Martins de que “o crescimento do sector comercial deve ter sido à medida do próprio crescimento económico nacional.” MARTINS, Conceição Andrade, “Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)”, in *Análise Social*, 142, 1997, p. 497.

ocorrido nos sectores financeiro, da construção habitacional e dos transportes, levando, em 1904, o governo a declarar “que «o estado económico do país é próspero»” e, em 1909, a Associação Comercial de Lisboa a reconhecer “a prosperidade dos últimos cinco anos”, com vários sinais de recuperação na economia, entre eles, a “multiplicação das casas de comércio por grosso e a retalho.”¹¹⁶ No fundo, o realce dado atrás ao aumento do número de lojistas, entre 1908 e 1909, justifica-se uma vez que o mesmo não passou sequer despercebido aos contemporâneos, reforçando ainda mais a validade da série coligida.

As duas últimas décadas da Monarquia em Portugal foram mais recentemente alvo de um conjunto de outras análises que, confirmando na sua maior parte as tendências expressas anteriormente, lhe introduziram algumas cambiantes. Conceição Andrade Martins, com base em trabalhos anteriores de outros autores, refere a presença de “uma nítida desaceleração a partir de finais da década de 1880 e uma recessão nos anos 1890.”¹¹⁷ Pedro Lains parece mais céptico quanto aos efeitos da crise financeira apontado para a hipótese do período que se lhe seguiu “não ter sido marcado por um abrandamento do crescimento económico.”¹¹⁸ Em sentido contrário vai a caracterização que Eugénia da Mata e Nuno Valério fizeram do período entre 1891 e 1914, descrito como “uma nova época de estagnação” na economia portuguesa¹¹⁹. De notar, por fim,

¹¹⁶ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, pp. 154, 169 e 230-232; RAMOS, Rui, “A crise”, in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Vol. 1, Lisboa, Alfa, 1996, pp. 549 e 565 e RAMOS, Rui, *D. Carlos*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 233.

¹¹⁷ MARTINS, Conceição Andrade, “Trabalho e condições de vida em Portugal...”, p. 484.

¹¹⁸ LAINS, Pedro, “A crise financeira de 1891 em seus aspectos políticos”, in MATOS, Sérgio Campos (coord.), *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX: actas*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 59.

¹¹⁹ MATA, Maria Eugénia, VALÉRIO, Nuno, *História Económica de Portugal. Uma perspectiva global*, Lisboa, Editorial Presença, 2003, pp. 162-178. De notar, contudo, que consoante se muda o arco temporal de análise assim mudam as conclusões sobre a economia portuguesa na transição dos séculos XIX e XX. Acrescentando ao que já foi referido, veja-se o que afirma Conceição Martins, por exemplo, tendo por base um estudo não publicado de Pedro Lains. “Apesar de em 1913 Portugal continuar «afundado no atraso económico» e se encontrar em pior situação do que cinquenta anos antes, não só porque tinha o rendimento per *capita* mais baixo da Europa ocidental, mas também porque, a preços constantes, o mesmo baixara nesse período relativamente à média dos países desenvolvidos, Pedro Lains atribuiu à

que a crise da década de 1890 e os seus efeitos foram destacados num estudo sobre a Associação Comercial de Lisboa, falando-se em “estagnação do crescimento económico em Portugal durante toda a década de noventa do século XIX”, apontada como uma conjuntura importante na “politização” do sector do grande comércio, normalmente mais conservador¹²⁰. Esta observação, no fundo, vem reforçar a importância da análise do período para a compreensão das mudanças políticas ocorridas no seio do pequeno comércio que foram além de uma simples politização, em parte, devido à conjugação da crise com a maior tendência para o radicalismo que caracterizava os lojistas.

População e lojistas: uma cidade, dois ritmos

Como se viu atrás, o número total de estabelecimentos calculado por Gomes de Brito terá passado de pouco mais de 10000 em 1887 para um valor ligeiramente acima dos 10500 em 1893 (quadro 2). Estes números indicam uma quase estagnação do pequeno comércio para o conjunto da cidade, coerente com o que foi possível verificar no gráfico 1 e pela comparação entre os ritmos de crescimento das décadas de 1880 e 1890. Mas os dados de Gomes de Brito permitem ainda fazer a distinção entre a zona da “antiga circunvalação”, ou seja, o antigo concelho de Lisboa até 1885, e a “zona anexada”, composta pelas freguesias dos extintos concelhos de Belém e Olivais, áreas onde estava ainda presente uma forte componente rural. Na primeira, a zona mais urbana, onde se concentrava a maioria esmagadora do comércio e, também, onde a ACLL sempre recrutou a quase totalidade dos seus sócios, como se verá na segunda parte, o ritmo de crescimento do número de estabelecimentos, que no geral já é fraco, é ainda menor, ficando por uma taxa de crescimento anual médio de cerca de 0,5%. Pelo contrário, na zona anexada o ritmo era 5 vezes superior ao registado nas freguesias

economia portuguesa dos anos 1850-1913 uma «nota de bom comportamento».” Cf. MARTINS, Conceição Andrade, “Trabalho e condições de vida em Portugal...”, p. 483.

¹²⁰ SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo...*, pp. 124 e 180.

verdadeiramente citadinas e mantinha-se mesmo mais elevado do que o que tinha sido a evolução geral entre 1878 e 1885, detectada através dos totais de lojistas, quando estes cresceram a uma taxa de 1,6% ao ano.

Quadro 2 – “Arrolamento geral dos lojistas e mais comerciantes” de Lisboa (1887-1893)¹²¹

Anos	Antiga circunvalação ¹²²	Zona anexada ¹²³	Total
1887	8514	1523	10037
1893	8757	1751	10508
<i>Dif.</i>	+ 243	+ 228	+ 471
<i>Dif. (%)</i>	+2,85	+14,97	+4,69
<i>TCAM</i> ¹²⁴ (%)	+0,47	+2,35	+0,77

Quadro 3 – População de Lisboa entre 1878 e 1911¹²⁵

Anos	Lisboa (concelho de 1911)			Lisboa (freguesias urbanas)			Lisboa (freguesias dos antigos concelhos de Belém e Olivais)		
	População	Índice	TCAM	População	Índice	TCAM	População	Índice	TCAM
1878	228624	100		198552	100		30072	100	
1890	298903	131	2,3	257922	130	2,2	40981	136	2,6
1900	356009	156	1,8	302639	152	1,6	53370	177	2,7
1911	435359	190	2,0	365081	184	1,9	70278	234	2,8

¹²¹ CML, *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença... (1ª série)*, p. 55. A fonte apresentava somente os valores absolutos para os dois anos, nas duas zonas; as diferenças e percentagens foram calculadas com base nos mesmos.

¹²² Concelho de Lisboa até 1885.

¹²³ Área acrescentada ao concelho de Lisboa depois de 1885/1886.

¹²⁴ Taxa de Crescimento Anual Médio.

¹²⁵ Censos da População de 1878, 1890, 1900 e 1911. Os dados demográficos correspondem ao total da população de facto. Foram recolhidos ao nível da freguesia de modo a possibilitar somas agregadas que correspondessem sempre a áreas geográficas iguais. Optou-se por comparar os dados dos vários censos tendo por base a área do concelho de 1911, por um lado, por ser esta a configuração mais próxima do que é o actual concelho de Lisboa e, por outro lado, porque assim se obtinha uma base verdadeiramente comparável ao longo dos quatro censos populacionais, tendo em conta que a área do concelho foi mudando nestes anos, como já se observou, só adquirindo uma certa estabilização no início do século XX. Para o ano de 1890 não foram incluídas as freguesias de Sacavém e Camarate, que integraram o concelho apenas entre os anos de 1886 e 1895, permitindo deste modo comparar a evolução populacional em áreas efectivamente equivalentes. No ano de 1878, a coluna “Lisboa (freguesias urbanas)” inclui a parte extra-muros das freguesias de S. Isabel, S. Pedro em Alcântara, S. Sebastião da Pedreira e S. Jorge de Arroios que nessa data faziam parte dos concelhos depois extintos. Uma vez mais, o critério foi gerar áreas geográficas idênticas e comparáveis ao longo do tempo.

A evolução do conjunto da cidade não surpreende se se tiver em conta o que foi o comportamento demográfico da capital ao longo do último terço do século XIX e no início do século XX (quadro 3). Ao observar-se o crescimento da população na totalidade das freguesias ressalta uma similaridade com a série dos lojistas, o que já tinha sido também observado quando se comparou esta última com a evolução económica da mesma época. No caso da população é notório um crescimento significativo entre 1878 e 1890 (recorde-se que a série relativa ao pequeno comércio tem também o seu melhor desempenho precisamente até ao final da década de 1880). O ritmo de crescimento diminuiu entre 1890 e o censo seguinte, como se verifica pela percentagem de crescimento anual médio, para acelerar novamente, na primeira década do século XX, mas a uma taxa mais moderada do que a registada nos primeiros 12 anos analisados (quadro 3).

Além disso, tanto na população, como no comércio (quadro 2), havia claramente duas cidades, dois ritmos distintos: um, mais lento, para a parte urbanisticamente mais consolidada do todo que viria a ser a capital, para as freguesias que correspondiam à antiga área urbana, ao concelho de Lisboa de 1852-1885; outro, bastante mais rápido, para a nova área, para as freguesias que tinham vindo dos antigos concelhos de Belém e Olivais. Neste período, então, Lisboa cresceu, essencialmente, em “dois eixos (...): Olivais, a Oriente, Campo Grande e Lumiar, para norte.” Ao mesmo tempo, observa-se o progressivo “esvaziamento” populacional da Baixa e um “inferior (...) ritmo de crescimento do número de fogos”, nas freguesias centrais¹²⁶. A diferença entre “um «centro histórico» progressivamente *esvaziado* da sua população residente” e uma periferia “com índices de *crescimento* populacional extremamente elevados”, onde “se processará (...) uma progressiva ocupação residencial”, é um aspecto essencial da

¹²⁶ RODRIGUES, Teresa, *Nascer e Morrer na Lisboa Oitocentista*, Lisboa, Cosmos, 1995, pp. 73 e 77.

evolução demográfica da cidade¹²⁷, o qual, como parece óbvio, teve influência na própria distribuição do pequeno comércio e nas alterações que este vai sofrer a partir da década de 1890.

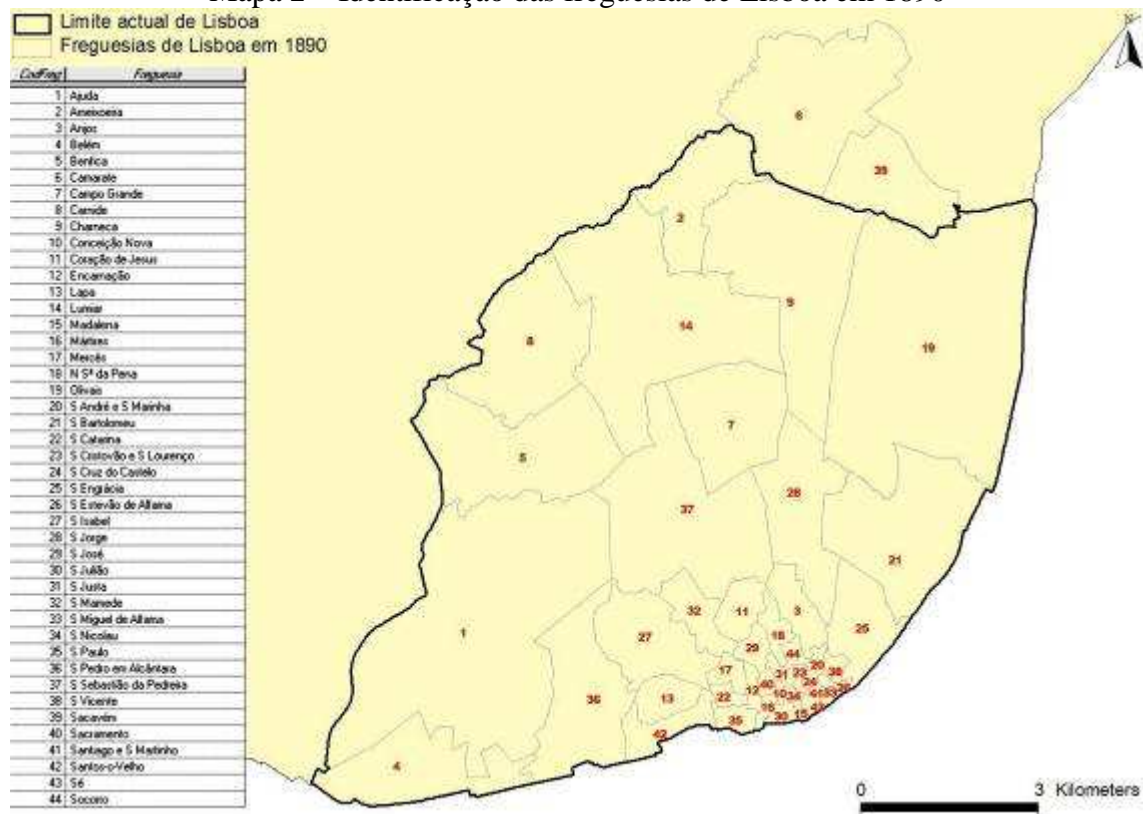
Uma dessas alterações passa por uma redução ou um ritmo mais lento de crescimento do número de estabelecimentos comerciais no “centro” da cidade, em parte, influenciado pelo facto da antiga cidade “comercial” estar a perder peso demográfico em relação às outras áreas da cidade e, em especial, às novas zonas de expansão urbanística¹²⁸. Ou seja, nos últimos anos da Monarquia, Lisboa não estava só a ver diminuir, ou a ver crescer mais lentamente a população no antigo “centro comercial”, como essa zona estava também a contrair-se em termos do número total de lojas existentes e a mudar significativamente algumas das suas características (quadros 2 e 3).

A imagem dada pelo quadro 2 pode ainda ser melhorada pois, na análise ao licenciamento de lojas entre 1887 e 1893, foi possível desagregar os dados ao nível da freguesia. Deste modo, não só se fica com uma noção da distribuição geral do pequeno comércio pela cidade, destacando as zonas de maior densidade de lojas (mapas 3 e 4; anexo 1), como também é viável uma observação mais detalhada dos diferentes ritmos “comerciais” de Lisboa, ou seja, é possível verificar, em concreto, que freguesias é que estavam a perder lojas e aquelas que ganhavam novos estabelecimentos, relacionando depois essa informação com o próprio ritmo de crescimento populacional da capital (mapa 5; anexo 1).

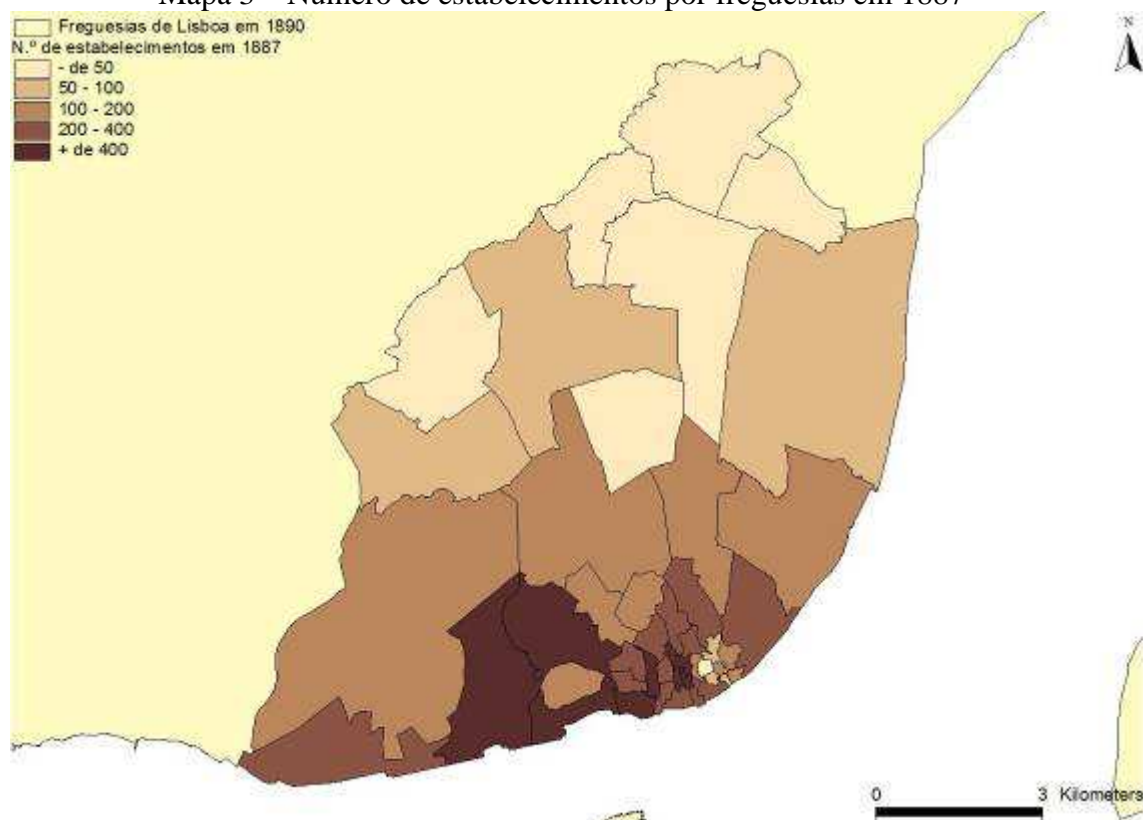
¹²⁷ FERREIRA, Vítor Matias, *A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro da Metrópole*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1987, p. 95 (itálico no original).

¹²⁸ FERREIRA, Vítor Matias, *A Cidade de Lisboa...*, pp. 95-96 e RODRIGUES, Teresa, *Nascer e Morrer na Lisboa Oitocentista*, p. 69. De destacar ainda que a própria urbanização da cidade, medida através do índice de construção residencial, segue de muito perto as evoluções aqui traçadas. Cf. SILVA, Álvaro Ferreira da, “A Construção Residencial em Lisboa: Evolução e Estrutura Empresarial (1860-1930)”, in *Análise Social*, Lisboa, 136-137, 1996, pp. 602-605.

Mapa 2 – Identificação das freguesias de Lisboa em 1890

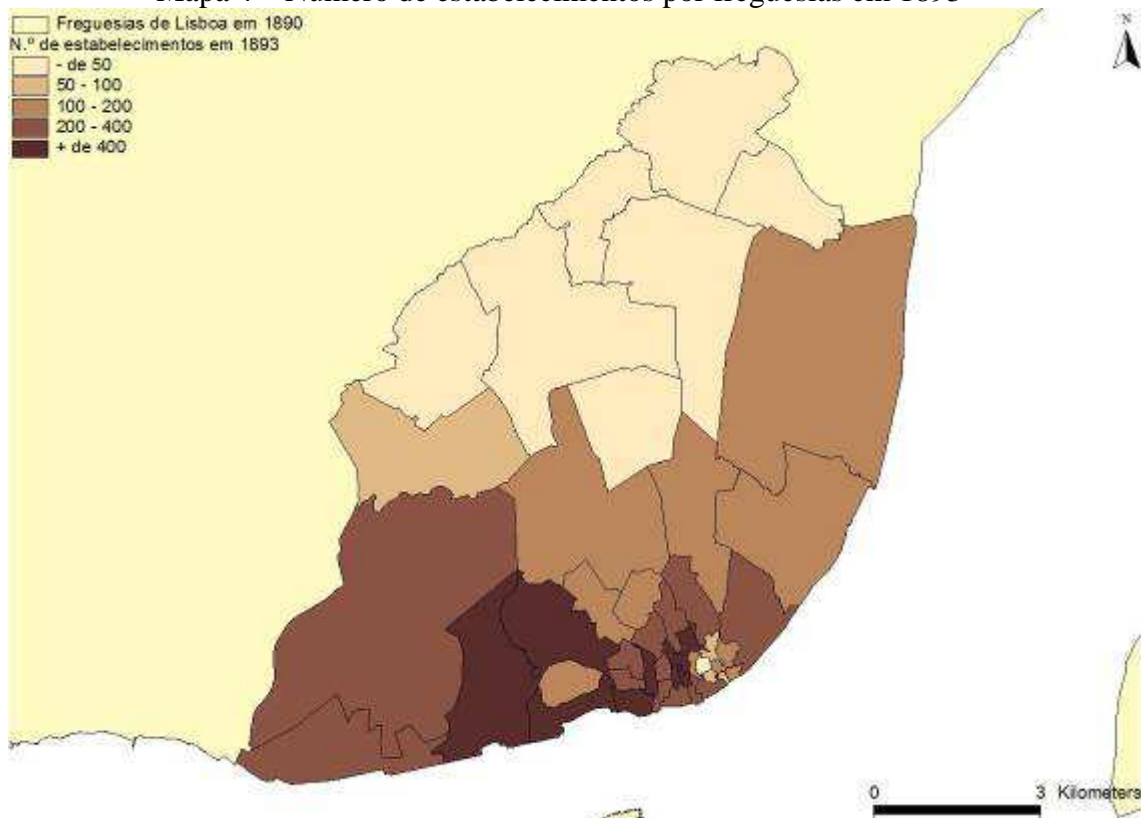


Mapa 3 – Número de estabelecimentos por freguesias em 1887¹²⁹

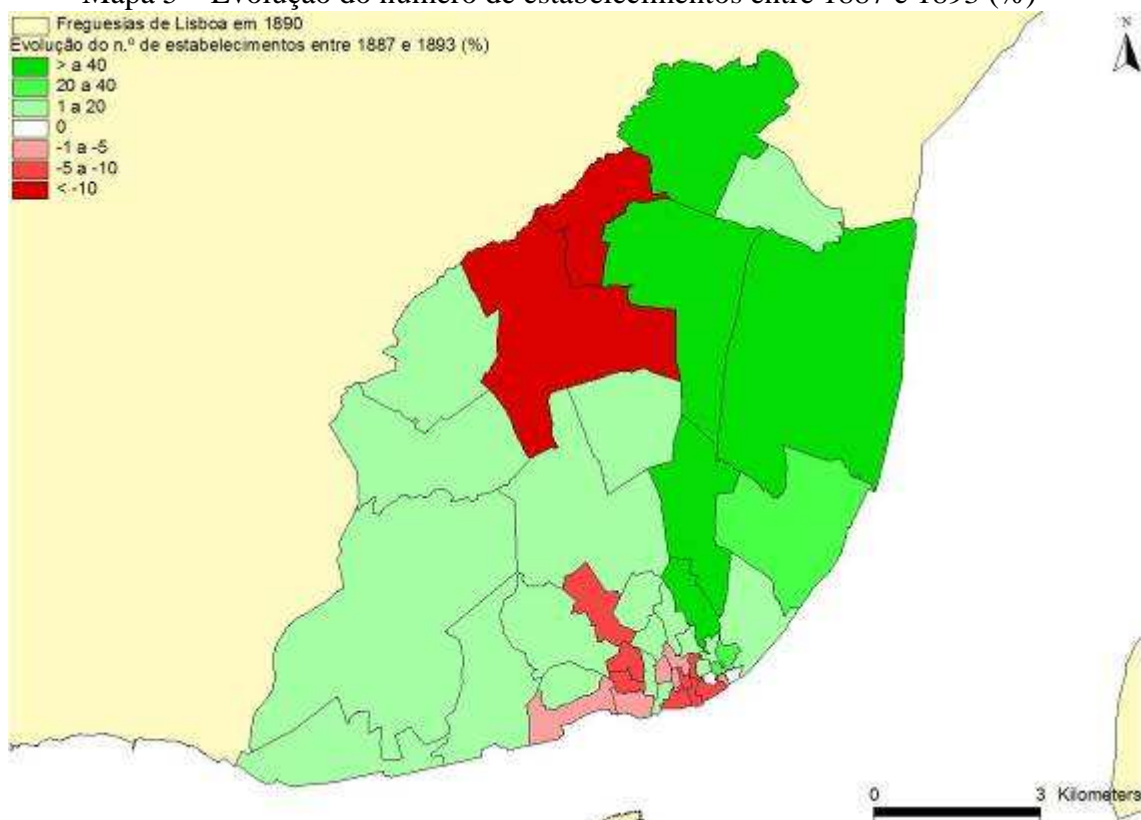


¹²⁹ Ver Anexo 1.

Mapa 4 – Número de estabelecimentos por freguesias em 1893¹³⁰



Mapa 5 – Evolução do número de estabelecimentos entre 1887 e 1893 (%)¹³¹



¹³⁰ Ver Anexo 1.

¹³¹ Ver Anexo 1.

Nos dois momentos observados, a distribuição geral do comércio de porta aberta, aparentemente, não parece ter sofrido grandes alterações. A maior concentração de lojas na zona da Baixa-Chiado, nas freguesias adjacentes e zona ribeirinha, em especial, na parte ocidental de Lisboa, nos dois anos, contrasta com uma zona ainda essencialmente em desenvolvimento urbanístico e, em alguns casos, mesmo predominantemente rural, na qual a densidade de lojas é pouco significativa, em particular, na zona norte (mapas 3 e 4). Esta primeira observação não parece trazer grande novidade em relação ao que tradicionalmente se observa em relação à distribuição do pequeno comércio pela cidade. Contudo, mesmo nesses mapas, é visível que o padrão estava a sofrer algumas alterações, na entrada da década de 1890.

É possível verificar então que, em termos relativos, as freguesias centrais estavam a perder dinamismo pois, com a excepção das da Ameixoeira e do Lumiar, que tinham poucas lojas e onde qualquer alteração se reflectia numa percentagem de variação elevada, as quebras no número de licenças verificavam-se precisamente na parte central da cidade, na zona da Baixa, no eixo S. Mamede – S. Paulo e em Santos. Pelo contrário, as freguesias envolventes estavam a crescer em número de lojas e esse fenómeno era particularmente evidente na zona oriental da cidade (mapa 5). Esta verificação é reforçada pela observação de alguns casos particulares, como, por exemplo, da freguesia dos Olivais, a que se poderiam juntar ainda as de S. Jorge de Arroios, Anjos, S. Bartolomeu e S. Vicente, onde é possível verificar um significativo aumento, tanto do número de licenças, como dos valores pagos por elas (Anexo 1)¹³². Ou seja, se, por um lado, o relativo “esvaziamento” populacional da zona central da cidade parecia estar a afectar o pequeno comércio tradicionalmente aí existente, por outro lado, o maior dinamismo demográfico das novas freguesias de Lisboa estava a contribuir para um

¹³² Os casos da Charneca e de Camarate não podem ser destacados por representarem valores absolutos muito pouco representativos, em 1887, para os quais qualquer pequena variação representa imediatamente uma percentagem de crescimento muito elevada.

aumento do número de lojas, para um ritmo mais elevado de expansão do comércio retalhista. No fundo, as mudanças populacionais da cidade levavam a que os lojistas, muito provavelmente, sentissem necessidade de acompanhar a clientela, de acompanhar o que era o crescimento urbanístico e demográfico da cidade.

Contudo, é bem provável que o factor demográfico não fosse o único a influenciar o que parece ser uma certa redistribuição geográfica do pequeno comércio lisboeta no final do século XIX. Para isto parecia estar a contribuir, também, o preço elevado das rendas das casas em Lisboa, em particular na zona da Baixa, que tendiam a afastar alguns lojistas do centro da cidade. Este era um problema que estando a afectar outros países europeus não atingia, necessariamente, os seus lojistas. De facto, desde 1870 que se verifica a tendência para a “subida do preço das habitações na maioria das cidades europeias”, mas aí os lojistas apresentavam-se como um dos principais grupos de pequenos proprietários¹³³. Situação que não se verificava em Lisboa, onde o aluguer das lojas foi sempre uma questão que mobilizou as atenções dos lojistas e da ACLL¹³⁴. O enfoque era constantemente colocado na “carestia dos alugueis [sic]”, apesar de Gomes de Brito não considerar os valores das rendas muito elevados, ao apurar os mesmos em maior detalhe para duas ruas da Baixa, classificando de exagerado o discurso dos lojistas¹³⁵.

O funcionário camarário poderia ter razão para parte das rendas praticadas em Lisboa, nomeadamente nos bairros periféricos, mas em relação à Baixa é provável que os lojistas tivessem algumas razões de queixa. Tendo apurado para as ruas Nova do

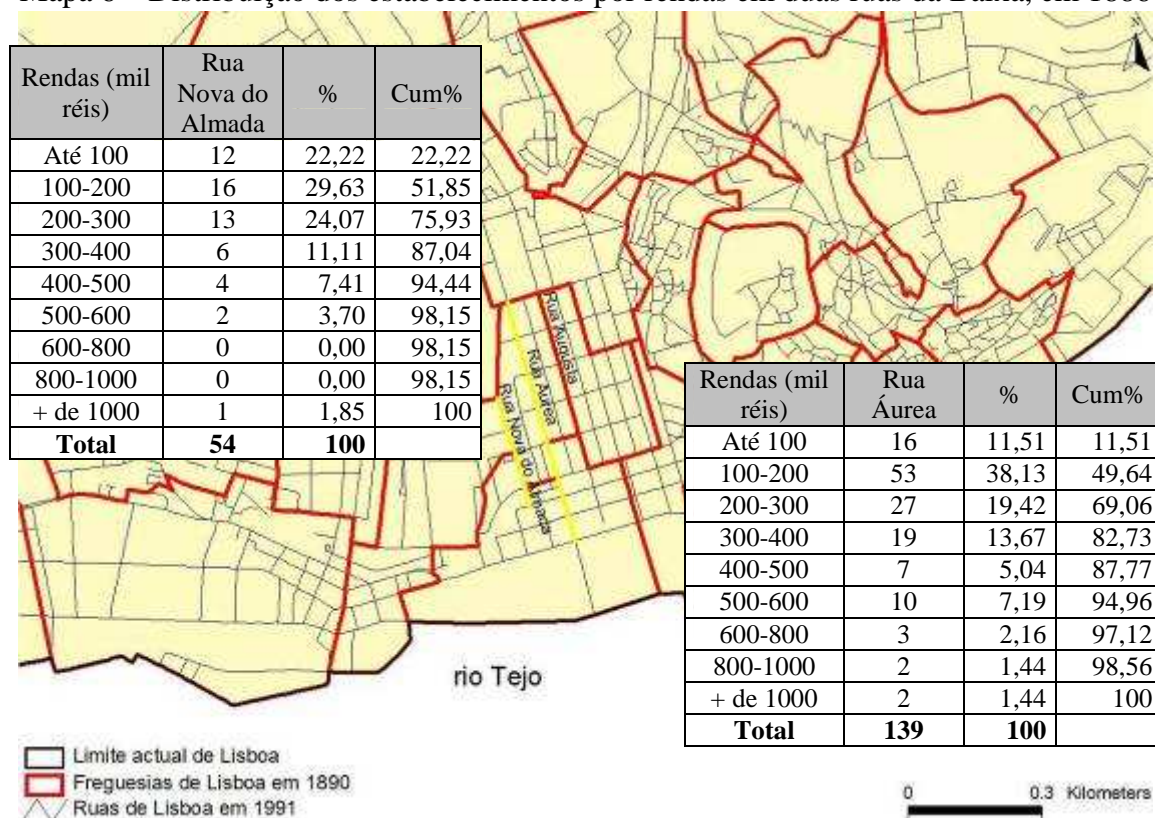
¹³³ Cf. NÚÑEZ SEIXAS, Xoxé M., “Una clase inexistente?...”, p. 24. Sobre o facto dos lojistas representarem, em boa parte da Europa, uma classe de pequenos proprietários urbanos, veja-se apenas a título de exemplo CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *The Petite Bourgeoisie in Europe...*, pp. 123-126. Este assunto será tratado com maior detalhe quando se abordar a questão do inquilinato comercial.

¹³⁴ Algo que se terá oportunidade de verificar com detalhe na terceira parte da tese, ao ser abordada a dinâmica de defesa dos interesses de classe entre os lojistas.

¹³⁵ CML, *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença...* (2ª série), p. 31.

Almada e Áurea (do Ouro), por estabelecimento, o valor das rendas anuais e respectivas taxas cobradas, Gomes de Brito não perdeu a oportunidade do relatório para dar a sua opinião sobre a questão das rendas dos espaços comerciais, tão sensível para os lojistas. Chamava a atenção para o que considerava ser “a modicidade das rendas da maioria das lojas de duas ruas das mais importantes de Lisboa” (mapa 6 e quadros anexos)¹³⁶.

Mapa 6 – Distribuição dos estabelecimentos por rendas em duas ruas da Baixa, em 1886



Se se tiver em conta os valores de aluguer dos espaços comerciais da Baixa que só excepcionalmente atingiam mais de 1 conto de réis, e se se observar que cerca de metade dos estabelecimentos presentes nessas duas ruas pagavam menos de 200\$000 réis, a razão parece estar do seu lado. Contudo, a sua afirmação não leva em conta a área das lojas, o tipo de negócio aí praticado, que poderia gerar maior ou menor valor acrescentado, ou sequer as expectativas dos próprios lojistas e o peso que as rendas

¹³⁶ CML, *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença...* (2ª série), p. 31.

representariam na contabilidade das lojas. Ora, é precisamente neste campo que surgem as discrepâncias com o que os lojistas pensavam. Em Dezembro de 1891, por exemplo, a influência da questão nas dificuldades que estavam a atingir o comércio era mesmo destacada pelos lojistas, publicando o jornal da classe, “gostosamente”, uma carta enviada por um assinante que considerava o elevado valor das rendas pedidas pelos senhorios como um dos elementos que mais contribuía para o avolumar da “crise”¹³⁷.

Antes de mais é necessário afirmar que, no geral, as rendas das casas eram mais elevadas em Lisboa que noutras cidades do país¹³⁸. Para além disso, os valores médios que se podem calcular para as rendas nestas duas ruas, 231\$000 réis para a Rua Nova do Almada e 267\$000 réis para a Rua Áurea, estão bem acima do que os lojistas indicavam ser o preço médio das rendas pagas por uma mercearia, que rondava os 50\$000 réis, são praticamente equivalentes ao que os lojistas declaravam, em 1892, serem as despesas necessárias com as “comedorias para o dono do estabelecimento e sua família”, que rondavam os 250\$000 réis, e representam entre 53% e 61% do lucro médio indicado pelos mesmos para essa mesma mercearia tipo (438\$000 réis anuais)¹³⁹. Desta forma, não deveria ser fácil para um indivíduo que quisesse iniciar uma vida atrás do balcão, como lojista, aspirar a conseguir a sua “independência” na zona da cidade mais concorrida, comercialmente falando.

A afirmação não é despicienda se se tiver em conta dois aspectos: por um lado, alguma da bibliografia que se dedica ao estudo dos lojistas na Europa e não só refere a relativa facilidade em entrar na classe, em abrir um pequeno negócio, pelo reduzido capital a investir no início da actividade¹⁴⁰; por outro lado, é preciso realçar que os

¹³⁷ *O Lojista*, n.º 14, 27 de Dezembro de 1891.

¹³⁸ MARTINS, Conceição Andrade, “Trabalho e condições de vida em Portugal...”, p. 488.

¹³⁹ ACLL, *Desagravo do commercio de Lisboa...*, p. 5.

¹⁴⁰ Veja-se, por exemplo, WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, p. 44-45; BENSON, John, *The penny capitalists. A study of nineteenth-century working-class entrepreneurs*, Dublin, Gill and

valores das rendas tinham de ser pagos adiantados e com prazos relativamente longos (6 meses ou 1 ano, pareciam ser a norma), o que tornava mais problemático aquele investimento inicial para quem quisesse abrir uma loja em Lisboa¹⁴¹. No fundo, a crer no exemplo apresentado pelos próprios, que é preciso ser encarado com alguma cautela, esse esforço inicial corresponderia a mais de metade do lucro previsto para um ano de actividade de uma pequena mercearia.

De destacar igualmente que o valor de 50\$000 réis apontado como padrão para a renda de uma loja não era inflacionado, antes pelo contrário, pois na assembleia-geral onde foi discutido o texto do “desagravo”, no qual estava incluído o referido orçamento da loja de mercearia, foram feitas críticas a estes valores por alguns sócios, sendo explicado por Custódio Martins Pereira, secretário da Direcção e um dos responsáveis pela redacção do texto, que os mesmos tinham sido computados pelo “mínimo”, para que não parecesse ao “público” que os lojistas estavam a fazer demagogia com o assunto. Os valores apontados correspondiam a “uma média” que se procurou manter “nos limites da verdade”, sendo que aos 50\$000 réis se podiam ainda juntar mais 30\$000 correspondentes ao aluguer da casa do lojista, normalmente, no mesmo prédio ou num prédio vizinho da loja¹⁴².

Acresce que uma observação mais atenta dos valores recolhidos por Gomes de Brito permite verificar que a maior proximidade ao centro, aqui definido como a rua Augusta, se traduz numa alteração da distribuição dos estabelecimentos pelas rendas pagas já com algum significado, apesar de se analisarem duas ruas paralelas muito próximas. Na rua Nova do Almada, a percentagem dos estabelecimentos que pagavam

Macmillan, 1983, pp. 98 a 127; CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *The Petite Bourgeoisie in Europe...*, pp. 69-70; ou ainda SHORB, Patrick Naoya, *Retailing Society, Retailing the State...*, p. 55.

¹⁴¹ A confirmação destes detalhes surge na apresentação que, em Julho de 1891, o ministro da Justiça, Morais Carvalho, fez na Câmara dos Deputados de um projecto para regular os contratos de arrendamento, dando uma especial ênfase à questão do arrendamento dos estabelecimentos comerciais. Projecto que acabaria por não ser discutido, como se verá na terceira parte. Cf. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados (DCD)*, sessão de 09-07-1891, pp. 3-5.

¹⁴² ACLL, *Boletim*, n.º 53, Abril de 1892, pp. 1-4.

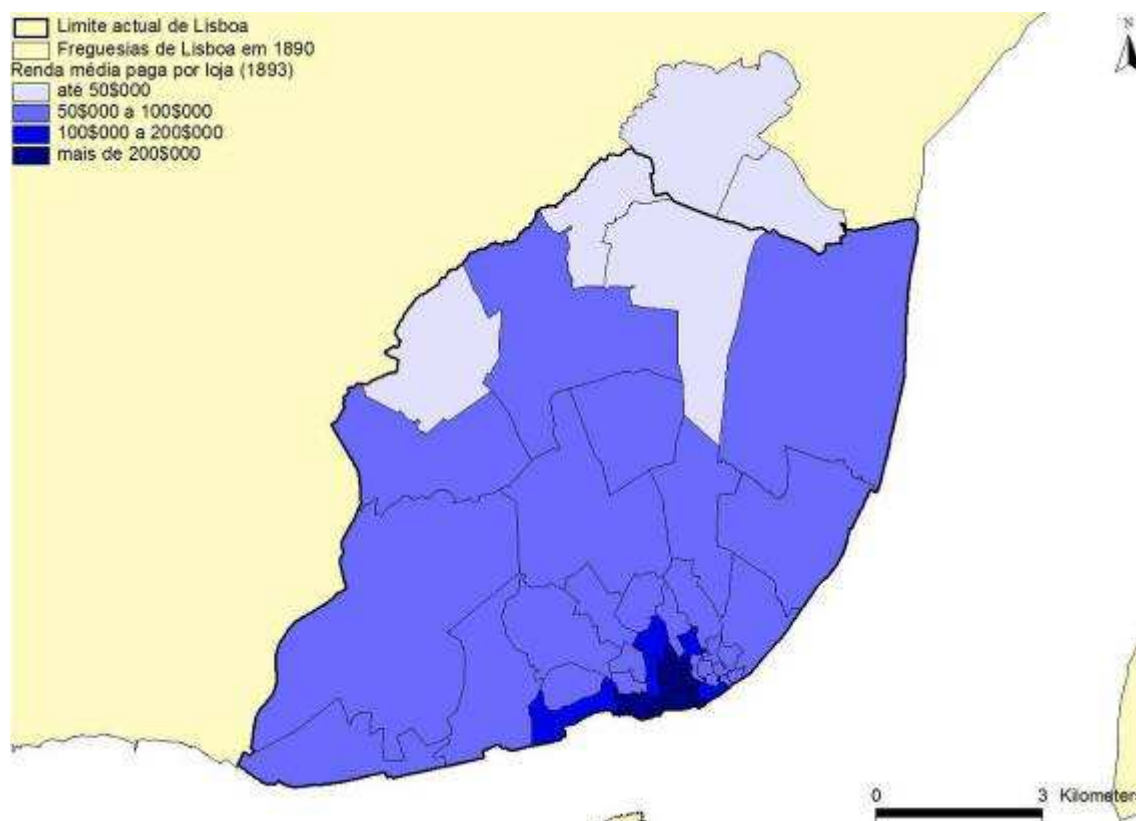
rendas inferiores a 100 mil réis ultrapassava os 22%, enquanto na vizinha rua do Ouro, essa percentagem descia para metade. No lado oposto da escala, verifica-se que só cerca de 6% das lojas na primeira rua pagavam rendas superiores a 400 mil réis, valor que correspondia já ao salário de um juiz de comarca¹⁴³, por exemplo, ao mesmo tempo que esse valor ultrapassava os 12% na rua que o Marquês de Pombal tinha destinado aos ourives. Além de que se encontram na rua Áurea sete lojas acima dos 600\$000 réis e na rua Nova da Palma apenas uma.

O exemplo analisado, que por ser o único disponível na fonte ao nível das ruas poderá não ser totalmente representativo, aponta já para um cenário de rendas mais elevadas à medida que as lojas se vão aproximando das ruas centrais da Baixa. Porém, a tendência que aqui se adivinha é claramente confirmada quando se faz a análise com base nas médias das rendas pagas em cada freguesia, calculadas a partir dos dados do anexo 1 e das taxas e rendas definidas na postura de 16 de Novembro de 1886 (quadro 1). Da observação do mapa 7 é possível destacar uma distribuição das rendas numa certa lógica concêntrica, partindo das freguesias da Baixa, onde, sem excepção, a média das rendas dos estabelecimentos comerciais era superior a 200\$000 réis, passando depois para um pequeno conjunto de freguesias limítrofes (Santos, Encarnação, S. José, Socorro e Sé), com rendas que iam dos 100 aos 200\$000 réis. As restantes freguesias, na maior parte, já afastadas do que Gomes de Brito classifica de “Bairro do Comércio” e correspondendo às áreas de expansão urbanística e demográfica da capital, tinham a servi-las lojas mais baratas e talvez também mais pequenas, tendo em conta os valores médios das rendas pagas que oscilavam entre os 50 e os 100\$000 réis. Ou seja, a facilidade em entrar na vida de lojista dependia claramente da zona da cidade em que se localizasse o espaço a arrendar e se as rendas estavam a aumentar era natural que os

¹⁴³ MARTINS, Conceição Andrade, “Trabalho e condições de vida em Portugal...”, pp. 509-510.

lojistas, uma boa parte dos lojistas, tivessem agora maiores dificuldades em manter aí os seus negócios.

Mapa 7 – Distribuição por freguesias da média das rendas declaradas em 1893¹⁴⁴



Uma imagem que vem reforçar a ideia de que estava a acontecer, nestes anos, uma transferência de lojistas do centro da cidade, onde as rendas eram mais elevadas, para a periferia, onde os custos de manutenção de um estabelecimento certamente baixavam e onde a população estava a aumentar. Sabendo que o valor das licenças estava indexado ao valor das rendas dos estabelecimentos, o mais provável foi neste período alguns

¹⁴⁴ Para cada freguesia, com base nos valores do anexo 1, foram calculadas as taxas médias aplicadas aos estabelecimentos, dividindo o total das taxas cobradas pelo número de estabelecimentos. A esta taxa média foram aplicados os escalões de rendas apontados na postura de 16 de Novembro de 1886, o que permitiu cartografar cada freguesia de acordo com a renda que mais vezes era declarada pelos lojistas no acto de obtenção da licença. É apresentado apenas o mapa para 1893, pois apesar de existirem diferenças entre os dois anos observados, ao nível da taxa média cobrada por freguesia, quando se transpõem esses dados para os escalões de rendas, o reduzido número de taxas e a sua amplitude, acabam por “esconder” essa evolução. Porém, essa lacuna pode ser ultrapassada através de uma leitura mais pormenorizada dos valores constantes do anexo 1, que será feita um pouco mais à frente.

lojistas, querendo certamente manter a sua actividade, as suas lojas abertas, verem-se forçados a abandonar o centro da cidade e a procurar lojas mais baratas nas freguesias periféricas. Nestas cresceu o número de negócios, mas diminuíram, provavelmente, a área média das lojas e, sem dúvida, a renda média paga por cada uma.

Já não parece tão evidente que esta mudança tenha gerado automaticamente um empobrecimento significativo nos negócios dos respectivos lojistas. Se é certo que os homens do pequeno comércio ao saírem das lojas nas freguesias centrais, as que pertenciam ao 2º bairro, “o *Bairro do Comércio*, por excelência”, iam instalar-se noutras que, segundo Gomes de Brito, “mal suprem uma clientela tão pobre como os, na sua grande maioria, pobríssimos estabelecimentos que por elas arrastam ou efémera ou misérrima existência”¹⁴⁵, também é certo que essas zonas da cidade estavam a expandir-se em termos demográficos de forma acelerada, como se viu, aumentando assim a clientela disponível, em média, para cada loja.

A ideia de uma mudança no padrão de distribuição geográfica das lojas entre o final da década de 1880 e a década seguinte é ainda reforçada pela análise de outros casos, nomeadamente, os das freguesias de Santos-o-Velho ou Conceição Nova, tradicionalmente mais comerciais, que, apesar de verem diminuir o número total de estabelecimentos, apresentam valores de licenças cobradas mais elevados em 1893 do que em 1887. Mesmo as freguesias de S. Justa, S. Julião e S. Nicolau podem ser apresentadas como um exemplo desta “fuga” dos lojistas da Baixa Pombalina. Respectivamente, perdem cerca de 4, 6 e 8% de estabelecimentos, contudo, os valores das licenças pouco ou nada baixam, apresentando percentagens de quebra quase insignificantes, rondando ou mesmo ficando abaixo de 1% (anexo 1).

¹⁴⁵ CML, *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença... (1ª série)*, p. 57 (itálico no original).

Isto provavelmente vem dar razão aos lojistas quando se queixavam que as rendas eram um dos maiores esforços impostos ao orçamento das lojas e que as mesmas eram constantemente aumentadas, de forma especulativa, por parte dos proprietários dos prédios, deste modo ficando “completamente ao arbítrio do senhorio”¹⁴⁶. As queixas não eram recentes, mas em 1888, por exemplo, assumiam tom dramático, pois “a alta do preço das rendas das casas, lojas e armazéns” apresentava-se com um aspecto ameaçador para o comércio de retalho, transformando-se num “insuperável e terrível flagelo”. A tendência das rendas era para aumentos ainda maiores nos próximos anos que iriam atingir “especialmente (...) a parte da cidade mais acessível ao movimento comercial”¹⁴⁷.

Como se vê, o tom não era só de dramatismo, mas também de previsão com algum realismo, justificando em parte a análise feita. Além disso, era uma realidade que a todos, pequenos e grandes, afectava e que decorria da falta de uma lei que regulasse os arrendamentos comerciais. Em 1890, até um “comerciante activíssimo”, como Grandella, estava confrontado com esta questão, vendo a renda de um dos seus estabelecimentos ser aumentada de forma exagerada, enquanto decorriam as obras dos seus futuros Armazéns¹⁴⁸. Alguns anos mais tarde a importância da questão das rendas e a sua ligação com a crise por que passava o comércio era ainda atestada pela constatação jornalística de que até “nas ruas mais concorridas de Lisboa, naquelas em que era vulgar pagarem-se centos de mil réis pela chave de uma loja”, agora só se viam “tantas e tantas ficarem com escritos”, ou seja, vazias e com anúncios de “aluga-se”¹⁴⁹.

¹⁴⁶ ACLL, *Boletim*, n.º 54, Maio de 1892, pp. 1-2.

¹⁴⁷ ACLL, *Boletim*, n.º 2, Fevereiro de 1888, p. 1.

¹⁴⁸ Num anúncio da “Loja do Povo”, Francisco Grandella informava os seus clientes estar a fazer “grandes abatimentos” nos preços por se ver obrigado a mudar a localização da sua loja, devido “a exigências inaceitáveis do senhorio da actual loja do Rossio”. Cf. *O Século*, n.º 3139, 1 de Novembro de 1890; ACLL, *Boletim*, n.º 37, Dezembro de 1890, p. 3 e SERRA, João Bonifácio (dir.), *Grandella, o grande homem*, Lisboa, Biblioteca Museu República e Resistência, 2000, p. 27.

¹⁴⁹ *Novidades*, 2967, 8 de Dezembro de 1893.

Talvez mais do que as alterações quantitativas, destacadas na análise da evolução do número de lojistas e no mapa relativo à evolução do número de estabelecimentos, que poderão até ter desempenhado uma oportunidade de regeneração no seio do pequeno comércio de Lisboa, foram as mudanças qualitativas, com a redistribuição das lojas pela cidade e o aumento das rendas das mesmas, a gerar um forte sentimento de crise, para mais, tendo em conta o que os lojistas consideravam ser o principal activo do seu negócio e uma das suas principais ameaças, respectivamente, a fixação de uma clientela e a mudança da loja. “Valendo principalmente pela clientela que fixou, a mudança de local é muitas vezes – é quase sempre no comércio de retalho – a destruição completa da propriedade, adquirida com tanta assiduidade e trabalho.” A expressão é retirada de uma representação que a ACLL enviou aos deputados, em 1890, a pedir a promulgação de uma lei que regulasse o “direito de propriedade” dos lojistas e industriais, no fundo, uma forma de combater precisamente a “carestia dos alugueis”¹⁵⁰.

É certo que não é possível, através das fontes consultadas, aferir esta dinâmica, muito menos quantificá-la com rigor, mas a exploração de alguns indícios, mais do que mera curiosidade, permite levantar uma hipótese de confirmação do discurso dos lojistas. Através da análise das listas de sócios verifica-se que, em alguns casos, quando os lojistas mudavam de morada, com maior frequência quando essa mudança implicava um afastamento das freguesias mais centrais, nos anos imediatamente a seguir (1 a 3 anos, normalmente) deixavam de ser sócios da ACLL. É óbvio que o abandono da Associação poderia ter outras razões que não a “destruição completa” do negócio causada pela deslocalização, mas não deixa de ser significativo que a maioria dos casos observados digam respeito a alterações de moradas registadas entre 1889 e 1894 e que o respectivo afastamento da ACLL tenha ocorrido entre 1890 e 1896.

¹⁵⁰ Cf. ACLL, *Relatório de 1890*, p. 92.

É preciso referir que a amostra usada para esta análise é pequena. Dos 4917 sócios para os quais foi possível apurar moradas, só 230 registaram duas diferentes ao longo do tempo em que permaneceram na Associação. Destes, 150 (65%) acabaram por abandonar a ACLL durante os 40 anos estudados. Contudo, cerca de 4/5 fizeram-no precisamente na década de 1890, sendo que mais de metade eram merceeiros. Tendo em conta que nesta altura os donos de mercearias correspondiam a cerca de 25% do total de sócios, que se estava a viver uma época de dificuldades e que foi nesta altura que o problema do inquilinato comercial começou a ser abordado com maior profundidade pela ACLL, fica-se com a impressão que o aumento das rendas estava a ser um factor importante para a crise dos lojistas na década de 1890, influenciando, muito provavelmente, a mudança do estabelecimento, com particular incidência ao nível das mercearias.

Outra face da questão significaria, provavelmente, que a Baixa estava a especializar-se, não só ao nível do tipo de comércio aí realizado, como se procurará demonstrar mais à frente, mas também no que dizia respeito ao tipo de clientela, acolhendo agora, cada vez mais, lojas com maior dimensão e/ou dedicadas a um tipo de comércio que não dependia tanto da população residente e mais de uma clientela que vinha à Baixa-Chiado em passeio, fazer compras, frequentar os cafés, ver as modas, discutir a política, trabalhar nos serviços. Era uma população que estava de passagem durante as horas úteis do dia e, logo, com outros interesses ou hábitos de consumo. Não é por acaso que os “grandes armazéns” se vão implantar precisamente nesta zona da cidade. No fundo, o que para uns estava a ser um momento de crise, para outros era uma oportunidade que lhes permitia expandir o seu negócio, à conta dos seus vizinhos de balcão.

Esta perspectiva, aliás, era comum a outros países, como Inglaterra, por exemplo. Ao longo do século XIX a maioria das lojas encontravam-se concentradas no centro das cidades, onde conviviam na mesma rua pequenas e grandes lojas em concorrência. Contudo, o desenvolvimento demográfico e urbanístico levou à criação de novos bairros periféricos, onde a maioria da população citadina passou a estar concentrada. Esta separação física entre os lojistas tradicionais e a clientela não causou grandes problemas para os que viviam de vendas ocasionais de produtos caros, como joalheiros, alfaiates ou livreiros, mas representou uma mudança significativa para os merceeiros, por exemplo. Esse é precisamente o padrão que se regista em Lisboa e para o qual serão fornecidos mais alguns detalhes adiante. Estes lojistas não tiveram outro remédio do que acompanhar a sua clientela e afastar as suas lojas do centro das cidades. É certo que as lojas tinham a tendência para serem mais pequenas, para se transformarem no que em Inglaterra se chamava de *corner shops* (literalmente, lojas de esquina), mas ganhavam com essa deslocalização a vantagem da conveniência, da proximidade, essencial para conquistar uma clientela que, por tradição e pelas naturais condições económicas, se caracterizava por compras de baixo valor e muito frequentes¹⁵¹.

Deste modo, a década de 1890, ao trazer uma mudança no padrão de distribuição espacial das lojas pela capital, se constituiu uma altura de maior incerteza e insegurança, talvez tenha contribuído, num segundo momento, já na viragem do século, para o prolongar da vida destes pequenos negócios, que acabavam por sobreviver à custa de uma clientela que crescia a um ritmo elevado e que tendia agora a ocupar igualmente a periferia da cidade, num anel urbanístico que rodeava o centro comercial e de serviços em que a Baixa de Lisboa se estava cada vez mais a transformar. O processo parece ter sido, em parte, comum aos vários países europeus onde o desenvolvimento urbano, com

¹⁵¹ WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, p. 44.

as consequentes rupturas e transformações impostas à malha comercial, acabou também por trazer outras oportunidades na periferia¹⁵². Ao mesmo tempo, a alteração do rácio lojas/habitantes nas freguesias centrais, mesmo levando em conta o ritmo demográfico mais lento registado nesta zona, acabou por a médio prazo trazer vantagens aos que conseguiram resistir e manter o seu negócio ao longo do conturbado final do século XIX. No fundo, apesar da percepção e da persistência de uma certa ideia de “crise”, mais tarde baseada noutros factores que não os estritamente económicos, como se verá, o que provavelmente terá acontecido, em termos gerais obviamente, é que na altura em que a economia começou a dar sinais de retoma, no início do século XX, os homens do pequeno comércio de Lisboa encontravam-se melhor preparados do que tinham estado 5 ou 10 anos antes.

Também a ideia de que a crise não afectava todos por igual perpassa no trabalho de Gomes de Brito. Ao falar das freguesias das Mercês e de São Mamede, refere que “pouco mais luzidias” se mostravam, em relação ao que já tinha afirmado para S. Sebastião da Pedreira, ou seja, não eram freguesias com grandes tradições comerciais. Em sentido contrário estavam Santa Catarina e São Paulo, sendo esta considerada “a gema entre as pedras menos brilhantes que a acompanham (...)”. Aí o desfalque fez-se sentir, na verdade. Contra 443 estabelecimentos em 1887 tivemos 427 em 1893.” Esta queda, na sua opinião, não resultava porém de “estabelecimentos antigos, firmes, insusceptíveis de abalar-se por qualquer transtorno, dos que põem em perigo as especulações aventureiras, e lhes dão justa morte quase à nascença”. Os estabelecimentos existentes nas vias “menos frequentadas” foram os que verdadeiramente sofreram “as consequências, em certo modo salutareis, da crise geral”¹⁵³.

¹⁵² CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *The Petite Bourgeoisie in Europe...*, p. 47.

¹⁵³ CML, *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença... (1ª série)*, p. 57.

Nas palavras de Gomes de Brito, o saldo para o comércio parecia positivo, ou, pelo menos, o saldo para os cofres da CML, traduzido num maior volume de cobrança de licenças, era definitivamente positivo. Contudo, essa noção não levava em conta o que era o reverso da medalha, ou seja, a inflação das rendas comerciais¹⁵⁴. Ignorando alguns sinais claros de estagnação, aos quais facilmente teria acesso através da contabilização do total das licenças em cada ano, à semelhança do que foi feito no início desta abordagem ao pequeno comércio de Lisboa, o funcionário camarário considerava, pelos números recolhidos em 1887 e 1893 no serviço de licenças, que se poderia falar de “relativo desafogo do comércio e indústria da cidade desde 1887 até os dias presentes.” Recorde-se que Gomes de Brito publicou o seu relatório final em 1895, ano a partir do qual se assistiu não já a uma estagnação, mas sim a uma quebra efectiva do número de lojas em Lisboa. É certo que o seu discurso era publicado antes mesmo da fase mais aguda da crise geral, mas tendo em conta os aspectos destacados, a geografia das mudanças e os que estavam a ser atingidos já há alguns anos, é óbvio que a percepção dos lojistas e, em particular, a dos sócios da ACLL dificilmente poderia ser concorde com o seu relato, como se verá de seguida.

As freguesias que sofreram uma diminuição do número de lojas ou que viram esse número congelado, entre 1887 e 1893, correspondem, como já se viu, essencialmente à zona da Baixa, mas também às freguesias de Santos, S. Paulo, Mercês e S. Mamede (mapa 5)¹⁵⁵. Será de estranhar a apetência para o protesto e para um discurso de crise da ACLL, quando, depois de identificadas as freguesias onde tinha maior implantação, maior número de sócios, se verifica que são, em grande medida, as mesmas onde a crise

¹⁵⁴ Em 1887, como demonstra o anexo 1, esse montante ascendia a 34.421\$160 e seis anos mais tarde era de 36.006\$760 réis, ou seja, em tempos de crise a CML acabava por ver as suas receitas aumentarem, neste ítem, cerca de um conto e seiscientos mil réis.

¹⁵⁵ As freguesias da Ameixoeira e do Lumiar são casos claramente atípicos, para além de representarem um peso insignificante ou mesmo inexistente no conjunto de sócios da ACLL, pelo que não foram tidas em conta nesta análise.

efectiva se tinha declarado? De facto, cerca de 2/3 dos seus sócios em 1892 (63,41%) vinham precisamente dessas freguesias mais afectadas por aquilo que Gomes de Brito chama de “consequências, em certo modo salutareis, da crise geral”.

Assim sendo, efectivamente, era de esperar que a percepção de crise estivesse fortemente implantada no seio da Associação, quando os lojistas sentiam quotidianamente a realidade do fecho dos estabelecimentos ou da sua mudança para outras zonas da cidade, como será visível mais à frente ao fazer-se a caracterização da crise da década de 1890. Acresce a esta percepção o facto dos merceiros ocuparem lugar de destaque no total de associados e de tudo indicar, como aliás estava a ocorrer em Paris pela mesma altura, que eram eles os principais alvos da deslocalização de lojas, da despovoação da Baixa¹⁵⁶. Os relatos de falências a que se dará maior destaque à frente realçavam precisamente o sector dos “généros alimentícios”¹⁵⁷. Se é difícil afirmar concretamente que as quebras registadas nas licenças correspondiam na maior parte a mercearias, fica pelo menos a noção, dada pelo discurso da ACLL e da imprensa, de que assim seria.

Na primeira assembleia-geral de 1893, que foi também a primeira dedicada às “propostas de Fazenda” apresentadas por Dias Ferreira, essa noção não podia ficar mais clara. Com as soluções preconizadas pelo novo governo, que implicavam um previsível aumento dos impostos, “de todas as classes a que mais afectada ia ser era o comércio”, já muito atingida com a “enorme escassez de transacções”, resultantes da crise económica e financeira. Notavam que o aumento do imposto do consumo, então proposto, iria agravar esta situação e que o imposto de renda de casa traria como consequência um aumento das despesas com a manutenção dos estabelecimentos, ou seja, novo aumento no valor das rendas, dos mais sensíveis no orçamento dos lojistas,

¹⁵⁶ FAURE, Alain, “The grocery trade in nineteenth-century Paris...”, p. 161.

¹⁵⁷ *O Lojista*, n.º 23, 8 de Março de 1892.

como se viu. Os dois factores contribuiriam, definitivamente, para aumentar o “sofrimento” do comércio, apresentando-se como exemplo vivo dessas dificuldades o facto de em 1893 existirem “menos 250 renovações de licença para estabelecimentos”¹⁵⁸. A afirmação era de Sebastião Correia Saraiva Lima, à época vice-presidente da Associação, e foi feita tendo em conta os primeiros registos do ano, certamente, mas andava muito próxima da realidade dos números, pecando apenas por defeito¹⁵⁹. A diminuição do número de estabelecimentos apresentava-se assim como uma realidade e tinha vindo afectar, em especial, as freguesias e os tipos de negócio onde a ACLL tinha maior implantação, maior número de associados, tendência que se reforçaria, muito provavelmente, nos anos seguintes¹⁶⁰.

A coincidência entre a evolução da distribuição das lojas pela cidade e um momento de maior crispação política gerada entre a ACLL e os governos, em especial, o regenerador de Hintze Ribeiro / João Franco, que sucederia ao de Dias Ferreira, ao qual se dará maior destaque na última parte da tese, não deve assim ser entendida como meramente fortuita, nem exclusivamente dominada por uma tendência política. É certo que outros factores tiveram a sua quota-parte de responsabilidade nas atitudes mais radicais dos lojistas no período que vai de 1890 a 1894, mas a percepção de que estavam a atravessar uma crise ou, pelo menos, uma razoável renovação e a ideia de que do Estado pouco ou nada poderiam esperar, a não ser mais impostos, amplificou sem dúvida essas mesmas tomadas de posição e o confronto de que resultará a dissolução das associações em Janeiro de 1894.

¹⁵⁸ ACLL, *Boletim*, n.º 64, Março de 1893, p. 2.

¹⁵⁹ Efectivamente, segundo os registos camarários em 1892 foram requeridas 16420 licenças e no final do ano seguinte o total foi de 16155. A diferença entre os dois anos correspondia a menos 265 renovações. Cf. Arquivo Municipal de Lisboa (AML), *Licenças para Estabelecimentos de Comércio e Indústria*, 1892-1893.

¹⁶⁰ Sobre a distribuição geográfica e por ramo de negócio dos sócios da ACLL ver a secção específica na segunda parte da tese.

A exacerbar este sentimento estava o facto das tendências para o fecho e a deslocalização de lojas na zona central da cidade não passarem despercebidas aos lojistas, que as referiam na imprensa ou nas reuniões da ACLL, isto apesar de a primeira metade da década representar apenas, como se viu, um período de estagnação. A realidade, contudo, ficaria ainda mais amarga a partir de 1895 quando o número de licenças recuou com maior significado, mantendo a tendência de quebra até ao final do século. Nos dois períodos, a crise, da qual a questão das rendas das lojas constituía uma forte componente, era acompanhada pela questão fiscal que vai ser a principal preocupação dos lojistas nestes 40 anos estudados e também a decisiva força de agregação e identificação entre eles.

Os lojistas de Lisboa: uma classe heterogénea

Importa agora efectuar uma caracterização do pequeno comércio de Lisboa que vá além dos números gerais até aqui analisados. Infelizmente, a principal fonte que tem sido seguida, o relatório de Gomes de Brito, não apresenta dados que permitam apresentar, por exemplo, uma contabilização das lojas por tipo de actividade, os níveis de rendimento das várias categorias de lojistas, ou mesmo a distribuição geográfica dos tipos de negócios. Em relação a este último ponto, refira-se que as informações mais adiante analisadas permanecem incompletas ou podem oferecer uma imagem que, em certos momentos, poderá não ser a mais representativa, apesar de, no estado actual da investigação, serem as únicas utilizáveis. Apesar disso, é possível apresentar um conjunto de pormenores que permitem melhorar a visão sobre a estrutura interna do pequeno comércio. Esses dados foram obtidos essencialmente através das informações fiscais, quer as dos recenseamentos eleitorais, quer as constantes das listas de indústrias colectadas com a contribuição industrial, disponibilizadas pelo *Anuário Estatístico*.

No sentido de prevenir que a utilização dessas informações seja enviesada, será necessário primeiro ter em conta as alterações que a carga fiscal foi sofrendo no período em análise, as quais podem, também, ajudar a explicar a evolução registada no seio da pequena burguesia comercial lisboeta e contribuir para aclarar alguns pontos sobre a dinâmica do seu posicionamento político, na medida em que os sucessivos aumentos de impostos contribuíram para a definição da década de 1890 como uma época de “crise” que acabaria por perdurar na memória colectiva dos lojistas de Lisboa, em grande medida, através da sua associação representativa.

Da análise à série de dados recolhida por Maria Eugénia Mata sobre os valores da receita fiscal relativos aos impostos directos – onde se incluía a contribuição industrial, alvo de grande parte das queixas dos lojistas relativas aos impostos, ao longo dos 40 anos em análise e, em particular, no período de 1890 a 1894 – podem ser destacados três períodos relativamente distintos que vão ser importantes para ajudar a perceber os fundamentos do discurso de crise dos lojistas na década de 1890 e a persistência dessa ideia ao longo do primeiro decénio do século XX¹⁶¹.

Assim, num primeiro momento, entre 1887 e 1894, mas de forma mais acentuada a partir de 1890, verifica-se que as queixas dos lojistas e da ACLL tinham uma razão de ser, pois o aumento da receita fiscal foi efectivamente muito pronunciado, coincidindo com a crise financeira de 1891-1892, passando de 5495 contos de réis em 1886-1887 para quase o dobro em 1893-1894 (10527 contos), ano em que a Associação dos

¹⁶¹ MATA, Maria Eugénia, *As Finanças Portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, Banco de Portugal, 1993, p. 131. É necessário não esquecer que esta análise é simplificada, pois o mero aumento ou diminuição das receitas fiscais não é sinónimo ou não implica uma relação imediatamente directa ou perfeitamente linear com um reforço ou um alívio da carga fiscal sobre os contribuintes, podendo significar, entre outros aspectos, uma maior ou menor eficácia na cobrança ou um desenvolvimento ou retrocesso económico subjacente. Outro factor a ter em conta é que os valores apresentados por Maria Eugénia Mata dizem respeito ao total do país, sendo que as conclusões a retirar vão reflectir-se essencialmente sobre Lisboa. Não deixa contudo de ser um bom indicador, na medida em que os lojistas da capital não estavam à margem desta evolução fiscal, muito pelo contrário, uma vez que exerciam a sua actividade numa terra de 1ª categoria, onde as taxas de contribuição eram mais elevadas e o volume das mesmas mais representativo do total apurado.

Lojistas, em conjunto com a Associação Comercial e a Associação Industrial Portuguesa (AIP), foi dissolvida, precisamente pela veemência dos seus protestos contra o aumento das taxas daquela contribuição¹⁶². Se é certo que, nos anos finais da década de 1880, um crescimento das receitas pode ser atribuído ao bom momento económico, que é, inclusive, detectável na própria evolução do número de licenças de estabelecimentos, como se viu, o aumento subsequente e, em particular, os registados em 1892 e 1893 estão já em contra-ciclo e representam, sem qualquer dúvida um agravamento da carga fiscal que, neste sentido, terá contribuído para dificultar ainda mais as condições económicas das pequenas empresas.

A um primeiro pico dos impostos, em 1894, segue-se um segundo em 1896, numa evolução ascendente que só parece abrandar em 1901. Nesta fase tornam-se evidentes as consequências do agravamento anterior, pelo menos no que ao pequeno comércio de Lisboa diz respeito. De facto, a evolução das receitas fiscais e as altas salientadas são coincidentes, mas não uma mera coincidência, com a contracção no número de lojistas (gráfico 1), traduzindo-se numa quebra de quase 400 licenças entre 1895 e 1896, para prosseguir em queda nos dois anos seguintes e atingir, em 1900, após um ligeira recuperação no ano anterior, o nível mais baixo desde 1888 com 15664 licenças requeridas, ou, de acordo com os valores de Gomes de Brito, 10189 lojistas.

Ou seja, os aumentos sucessivos que a carga fiscal foi sofrendo¹⁶³ se traduziam, por um lado, as dificuldades financeiras do Estado e o facto do “sistema fiscal [estar] regulado pelas necessidades de cobrança”, significavam, por outro lado, um esforço

¹⁶² O início da análise em 1887 explica-se pelo facto de se pretender fazer coincidir esta observação com os dados apresentados por Gomes de Brito.

¹⁶³ Onde se destaca o “segundo imposto adicional aos impostos indirectos (...) criado pela lei de 30 de Julho de 1890, com taxa de 6%”, as alterações às taxas e ao próprio código da contribuição industrial pelas leis de 21 de Julho de 1893 e 31 de Março de 1896, pelos decreto de 28 de Junho de 1894, 28 de Julho de 1894 e 28 de Fevereiro de 1895 e, finalmente, pelo “terceiro adicional sobre os impostos directos e indirectos criado pela lei de 25 de Junho de 1898 com taxa de 5%”. VALÉRIO, Nuno (coord.); NUNES, Ana Bela; BASTIEN, Carlos; MATA, Maria Eugénia, *Os impostos no Parlamento português. Sistemas fiscais e doutrinas fiscais nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Dom Quixote, 2006, pp. 78-79, 171 e seguintes.

adicional que os lojistas consideravam, em 1892, como um “exagero da tributação”, que teria como consequências “uma considerável diminuição no movimento comercial”. No ano seguinte caracterizavam a situação como um “golpe mortal vibrado a um grande número de pequenos estabelecimentos, que estão lutando com grandes dificuldades para se sustentarem”, o que muitos não terão logrado¹⁶⁴. Desta forma, o aumento da pressão fiscal, conjugado com a questão do inquilinato comercial e com a contracção do consumo que é visível nesta época¹⁶⁵ terão efectivamente agravado a situação do pequeno comércio, pois de outra forma não se compreende o desaparecimento de praticamente 500 estabelecimentos em Lisboa, entre 1890 e 1900¹⁶⁶. Os que resistiram sentiam certamente que a onda do fisco invadia as suas lojas e tendia a saltar o balcão em vagas “esmagadoras para o pequeno comerciante”¹⁶⁷.

Contudo, no período seguinte da série de dados que se tem vindo a analisar (1901-1908), tendo em conta a tendência de evolução do número dos lojistas, caracterizada por um aumento moderado, a recuperação económica do início do novo século e o facto do nível de cobrança dos impostos directos ter estabilizado, tudo leva a crer que a situação do pequeno comércio lisboeta estava efectivamente a melhorar, isto apesar da carga fiscal se manter elevada. É óbvio que não se pode falar de enriquecimento dos lojistas, contudo, esta fase também parece estar longe de representar uma época de crescimento das dificuldades. Neste período, o discurso da crise e da injustiça fiscal terá resultado apenas da manutenção dessa carga fiscal? O esforço maior, a pressão já tinha sido exercida cerca de 10 anos antes, com consequências importantes ao nível da recomposição geográfica e, provavelmente, económica do pequeno comércio em

¹⁶⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 52, Março de 1892, p. 4 e suplemento ao n.º 69, Agosto de 1893, p. 3.

¹⁶⁵ Sobre o aumento do custo de vida e a retracção do consumo na década de 1890 veja-se MARTINS, Conceição Andrade, “Trabalho e condições de vida em Portugal...”, p. 517.

¹⁶⁶ O cálculo do número de lojistas, seguindo a metodologia atrás indicada, dá 10688 para 1890 e 10189 para 1900.

¹⁶⁷ *O Lojista*, n.º 78, 6 de Novembro de 1893.

Lisboa, pelo que talvez seja lícito afirmar que não era só isso a influenciar o posicionamento cada vez mais radical da ACLL¹⁶⁸.

A partir de 1900 e até 1908 assiste-se, então, a uma recuperação económica, o número de estabelecimentos estava a crescer e era acompanhado pelo ainda maior crescimento da população de Lisboa, o que só poderia significar, em média, mais clientela para as lojas. Apesar disso, existem alguns sinais contraditórios nesta tendência, nomeadamente quando se analisam os dados sobre os motivos que levavam os lojistas a deixar de ser sócios da ACLL, entre 1890 e 1910¹⁶⁹. Nestas duas décadas, apesar da ACLL ter registado nos seus livros de matrícula cerca de 3960 novos sócios, acabariam por abandonar a Associação 2260 lojistas, o que pode denunciar, em parte, a instabilidade que passou a caracterizar o mundo do pequeno comércio de Lisboa. Mais significativo ainda é que cerca de metade dos que abandonaram a vida associativa, entre o *Ultimatum* e o ano da Revolução Republicana, ficaram com dívidas por saldar na ACLL, ou seja, com quotas em atraso, o que pode ser um indicador das dificuldades económicas dos lojistas. Porém, se é certo que este pode ser mais um sinal das dificuldades que, eventualmente, estariam a afectar as lojas de Lisboa, não deixa de ser necessário enquadrar correctamente a sua análise.

Por um lado, quando se observam os motivos para a saída da Associação verifica-se que somente pouco mais de 4% se referem explicitamente a razões que implicam um abandono da actividade, isto se se entender que os “trespasses”, representando quase metade desta percentagem, equivaliam todos a um afastamento dos pequenos negócios, o que não é possível confirmar ou negar somente com o recurso às listas de sócios da

¹⁶⁸ Pedro Lains ressalta o facto de na viragem do século estarem a ser ultrapassadas as dificuldades das finanças e economia, justificando “o regresso da instabilidade política a partir de 1897 (...) com o fraco nível de representatividade política de importantes faixas da população.” Cf. LAINS, Pedro, “A crise financeira de 1891 em seus aspectos políticos”, in MATOS, Sérgio Campos (coord.), *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX: actas*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 79.

¹⁶⁹ Para as duas décadas anteriores as informações são mais incompletas e o reduzido número, em média, de sócios então existentes dificulta a análise e introduz um maior grau de insegurança nas conclusões que se possam tirar.

ACLL. É até provável que uma parte dos trespasses represente mais um sinal dessa deslocalização das lojas atrás registada. É ainda preciso referir que só em 17 casos (0,75% do total) se fala que o lojista “fechou” a sua loja e em 32 outros se refere a “falência” (1,42%) como causa para a saída da ACLL. Observe-se que esta percentagem é muito semelhante à indicada para as falências que, aparentemente, atingiam os merceiros ingleses, em 1902¹⁷⁰. É importante, no entanto, mencionar que a esmagadora maioria dos casos se reportam a 1909 e 1910, o que aliás, está de acordo com o que Maria Eugénia Mata afirmou para os mesmos anos, caracterizados, “sob o ponto de vista económico”, por uma “relativa estagnação”¹⁷¹.

Por outro lado, é óbvio que uma parte dos que foram eliminados ou desistiram podem ser considerados como potenciais vítimas de tempos difíceis que estariam a afectar o pequeno comércio¹⁷². Neste aspecto, é significativo referir que as maiores quebras no número de sócios, tanto em valores absolutos, como percentualmente, se verificam precisamente nos anos de 1894 a 1896 (menos 385 sócios entre o primeiro ano e 1895; menos 143 entre este e 1896, para além de no decorrer do ano de 1894 terem saído da ACLL outros 248 lojistas), prosseguindo o ritmo de abandono da associação até 1900, altura em que o número de sócios chegou a ser inferior ao registado em 1889 (900 e 917, respectivamente). A similitude com a evolução das séries dos lojistas de Lisboa e das receitas fiscais não podia ser mais óbvia.

No processo de caracterização desta parte do “corpo comercial” lisboeta, será útil começar por apresentar e analisar o número de lojistas por categoria. No fundo, procurar

¹⁷⁰ O presidente da Associação dos Merceiros em Inglaterra falava então em 1% de falências. *The Times*, 21 de Agosto de 1902.

¹⁷¹ MATA, Maria Eugénia, *As Finanças Portuguesas...*, p. 187.

¹⁷² A saída da ACLL podia também ter outras motivações, inclusive políticas, ou revelar mesmo um descontentamento ou mero desinteresse com o desenrolar da vida associativa. Infelizmente, as fontes não esclarecem este assunto e o estado actual da investigação não permite avançar uma hipótese que seja definitivamente esclarecedora.

saber quais os tipos de lojas mais frequentes e, na medida do possível, pois as fontes são muito parcelares neste aspecto, qual a sua distribuição geográfica¹⁷³.

Infelizmente, nem o trabalho de Gomes de Brito, nem as fontes fiscais permitem colmatar esta última lacuna. As informações recolhidas nos recenseamentos eleitorais ou directamente dos milhares de licenças anuais do Arquivo Municipal poderiam ajudar nesta análise. No entanto, em relação às licenças já foram referidas as dificuldades do seu tratamento e no que diz respeito aos recenseamentos, apesar de compulsados, a análise feita não cobre toda a área da cidade. Apesar disso, e por parecer que as freguesias consultadas na documentação eleitoral eram representativas do pequeno comércio da capital, foram comparados os dados aí recolhidos com os que são apresentados mais à frente no mapa 8 e que resultam das informações das listas de sócios da ACLL, verificando-se que, no geral, as tendências são semelhantes.

Em relação à contagem do número de lojistas por categoria recorrer-se-á não só às listagens das “indústrias colectadas” com a contribuição industrial, fornecidas pelo *Anuário Estatístico de Portugal*, mas também aos dados recolhidos nas listas de sócios da ACLL que, a partir de 1878, continham informações sobre as moradas e profissões dos lojistas associados. As dificuldades em conjugar estas fontes, apesar de não serem muito significativas, têm de ser referidas, em especial, porque nem sempre foi coincidente no tempo a sua produção, porque foram elaboradas com fins muito distintos e perspectivas sobre o mundo dos lojistas igualmente diferenciadas que transparecem inclusive nas categorias profissionais indicadas¹⁷⁴. Houve assim necessidade de confrontar os dados de ambas e criar categorias mais abrangentes onde pudessem ser

¹⁷³ Essa informação, contudo, está disponível nos originais das licenças de comércio e indústria depositados no AML que, como já foi observado, não eram simples de tratar pelo esforço de recolha de dados que implicariam, mesmo que se pretendesse tratar apenas um ano.

¹⁷⁴ As dificuldades aqui apontadas são igualmente referidas por Jonathan Morris no seu trabalho sobre Milão. Cf. MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan...*, pp. 46-47.

incluídas as actividades ou profissões indicadas nos dois tipos de listagens, de modo a permitir uma comparação dos dois conjuntos.

No que diz respeito ao *Anuário* a selecção das “indústrias” a incluir em cada categoria e mesmo na categoria geral de lojista levou em conta três critérios essenciais. Em primeiro lugar foram contabilizadas todas as actividades ou profissões que eram exercidas “com estabelecimento”, depreendendo-se desta opção que as mesmas tinham uma componente de venda ao público. Em segundo lugar, em caso de dúvida, optou-se pela inclusão ou exclusão de “indústrias” registadas na lista de actividades e profissões encontradas nos livros de matrícula de sócios da ACLL entre 1878 e 1910, que totalizavam mais de 400 entradas, sendo estas últimas, em alguns casos, bastante mais ricas e pormenorizadas. No fundo, privilegiou-se a noção do que era um lojista dada pelos próprios corpos gerentes da ACLL quando aceitavam as inscrições de sócios. Em terceiro lugar, foram incluídas categorias que não apresentavam “dificuldades assinaláveis” na sua classificação, caso dos botequins, capelistas, merceeiros, retroseiros ou taberneiros, por exemplo¹⁷⁵. Apesar de tudo, o tratamento destas listagens não comportou problemas de maior, como “denominações ambíguas” ou alterações de significado resultantes do “decorso do tempo”. As fontes usadas, correspondendo à passagem do século XIX para o século XX, são muito homogéneas e as categorias praticamente não sofreram alteração entre os três momentos¹⁷⁶.

As categorias assim definidas foram depois utilizadas na análise dos quantitativos de lojistas, na abordagem dos seus níveis de rendimento e também na caracterização dos sócios da ACLL, a que se dará destaque na segunda parte da tese.

¹⁷⁵ Sobre os problemas de classificação socioprofissional e “a necessidade de agregação de uma imensidade de profissões ou ocupações” de forma a tornar operativa a análise do historiador veja-se: PEREIRA, Gaspar Martins, *Famílias Portuenses na Viragem do século (1880-1910)*, Porto, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993, Vol. 2, pp. 284-293 e CRUZ, Maria Antonieta, *Os burgueses do Porto...*, pp. 104-106 e 171-172.

¹⁷⁶ Alguns destes problemas foram detectados por Maria Antonieta Cruz. Cf. nota anterior.

A análise dos dados do *Anuário*, nos anos de 1890 e 1900, não causa grandes problemas na questão da representatividade ou comparabilidade com os dados que se encontram nas outras fontes. A dificuldade pode, todavia, surgir com os valores de 1915, cinco anos depois do fim do período abrangido por este trabalho. Porém, tendo em conta que o total de lojistas nesse ano não se afasta muito do valor que é possível encontrar para 1911, através da série das licenças municipais, bem como o facto da hierarquia das lojas de 1915 ser, no essencial, a que se encontra em 1900, parece razoável a utilização, com relativa segurança, dos dados respeitantes àquele ano como representativos do que seria a distribuição geral dos lojistas de Lisboa nos anos finais da Monarquia. Em abono desta opção refira-se que Vasco Pulido Valente fez um exercício semelhante, usando o mesmo *Anuário*, embora com uma metodologia diferente, para caracterizar económica e socialmente a capital em 1911¹⁷⁷.

A primeira conclusão a retirar da observação do quadro 4 é que Lisboa era uma cidade de tabernas e mercearias, cujo peso, no total das lojas existentes entre 1890 e 1915, nunca foi inferior a 30%, ultrapassando mesmo os 35% na viragem do século. A estas podem-se juntar outras que disponibilizavam bens ou serviços considerados de primeira necessidade dentro do sector alimentar, como as padarias ou os talhos. O facto das lojas mais frequentes em Lisboa serem precisamente as que estavam ligadas à venda de vinho e bebidas alcoólicas era coerente com a própria evolução das condições de vida no final do século XIX, época em que se assistiu a um aumento do consumo daqueles bens e que, no caso da capital, levou à proliferação de “loja[s] de bebidas”, de “botequins”, com ou sem bilhar, de espaços cuja principal actividade era a venda de “vinhos e comidas”, “vinhos e licores” ou “vinhos e carvão”, das “taberna[s]”

¹⁷⁷ Cf. VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo*, pp. 46-48.

propriamente ditas, ou ainda das mais modernas e também menos frequentes “cervejaria[s]”¹⁷⁸.

Quadro 4 – Distribuição geral dos lojistas de Lisboa por tipo de actividade/profissão

Actividade/profissão	Lojistas constantes das tabelas de “indústrias colectadas” ¹⁷⁹						Sócios da ACLL ¹⁸⁰
	1890		1900		1915		1878-1910
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	%
Vinhos e bebidas	1515	19,4	1835	22,3	2242	20,9	6,4
Mercearias	826	10,6	1154	14,0	1574	14,7	22,6
Quinquilharia e utensílios vários	741	9,5	726	8,8	667	6,2	3,2
Roupas e acessórios	686	8,8	687	8,3	714	6,7	14,0
Fabrico e venda de pão	432	5,5	359	4,4	320	3,0	1,1
Barbeiros ¹⁸¹	408	5,2	0	0,0	688	6,4	1,0
Fabrico e venda de calçado e acessórios	368	4,7	203	2,5	421	3,9	3,7
Talhos e açougues	323	4,1	311	3,8	416	3,9	2,7
Construção e materiais de construção	315	4,0	417	5,1	450	4,2	3,6
Agências e comissões	302	3,9	419	5,1	626	5,8	4,1
Confeitarias, cafés, restaurantes e afins	205	2,6	199	2,4	255	2,4	4,7
Ouro, prata, relógios	197	2,5	194	2,4	205	1,9	1,6
Farmácia e botica	166	2,1	207	2,5	249	2,3	2,1
Hotelaria e alojamento	161	2,1	190	2,3	164	1,5	0,5
Câmbio e lotarias	157	2,0	177	2,1	240	2,2	2,4
Móveis, artigos de decoração e antiguidades	109	1,4	156	1,9	257	2,4	3,2
Droguistas	79	1,0	121	1,5	187	1,7	2,1
Tipografia e papelaria	75	1,0	83	1,0	115	1,1	1,7
Géneros alimentares (outros)	47	0,6	35	0,4	32	0,3	2,0
Livreiros	40	0,5	44	0,5	55	0,5	0,9
Refinação de açúcar	36	0,5	23	0,3	11	0,1	0,5
Grandes armazéns	33	0,4	26	0,3	59	0,6	0,2
Fotografia e gravura	32	0,4	45	0,5	63	0,6	0,5
Bacalhoeiros	26	0,3	25	0,3	17	0,2	0,4
Espingardarias	6	0,1	7	0,1	3	0,0	0,1
Tabacos ¹⁸²							3,7
Outras	513	6,6	600	7,3	688	6,4	11,1
Total Lisboa	7798	100,0	8243	100,0	10718	100,0	100,0
Total País	59572		59500		79568		
% de lojistas de Lisboa no total do país	13,1		13,9		13,5		

¹⁷⁸ Estes e os exemplos que irão ser indicados a seguir surgem nas listas de sócios da ACLL publicadas nos relatórios anuais e nos dados registados nos livros de matrícula de sócios, fontes atrás referenciadas. Em relação ao aumento do consumo de vinho no final do século XIX veja-se MARTINS, Conceição Andrade, “Trabalho e condições de vida em Portugal...”, p. 515.

¹⁷⁹ *Anuário Estatístico de Portugal*, 1892 (contém os dados de 1890), 1900 e 1917 (contém os dados de 1915). N.º = lojistas indicados na coluna “Lisboa Bairros” das listagens, correspondendo assim à totalidade do concelho de Lisboa, então dividido em 4 bairros.

¹⁸⁰ ACLL, *Relatórios da ACLL*, 1878-1910 e *Livro de matrícula dos sócios (1894 a 1918)*. A percentagem de 1878-1910 corresponde ao cálculo feito sobre as profissões e actividades de todos os lojistas independentemente do número de anos que permaneceram como sócios. Nessa medida, serve apenas como indicador geral pelo que não faz sentido a apresentação de valores absolutos.

¹⁸¹ Os barbeiros quase desaparecem das “indústrias colectadas” em 1900, não tendo sido possível verificar se foram alvo de alguma isenção fiscal, o que é, no entanto, provável, tendo em conta que a alteração ocorreu na passagem de 1897 para 1898 (no primeiro ano ainda são referidos quase 3000 barbeiros a nível nacional, número que cai para apenas 4 no ano seguinte), mantendo-se em 1899 e 1900. Algo semelhante aconteceu com os alugadores de carros e carroças e os alugadores de bois, o que pode reforçar a ideia de uma isenção de contribuição. Cf. *Anuário Estatístico de Portugal*, 1900.

¹⁸² As listas dos *Anuários* indicam apenas fábricas de tabaco, em número muito reduzido, o que obviamente não traduz a existência de lojistas vendedores de tabaco, de tabacarias, provavelmente, por estes pequenos comerciantes serem efectivamente “pequenos” e ficarem isentos de contribuição ou por esta actividade estar agregada a outro tipo de lojas, como as de capela ou barbearias, por exemplo.

No caso das mercearias é preciso começar por destacar que a esmagadora maioria dos lojistas que apareciam nas listas de indústrias colectadas eram dados como “tendeiros (mercadores de víveres por miúdo)”, contudo, essa designação era muito rara nas listagens de sócios da ACLL. A um nome diferente corresponderia provavelmente um volume de negócios distinto, expresso aliás nas taxas da própria contribuição industrial que colocava os merceeiros na 5ª categoria e os tendeiros na 8ª, algo, contudo, que não transparece quando se analisaram as contribuições declaradas nos recenseamentos. Contudo, até os contemporâneos tinham dificuldade em saber “bem onde acaba a tenda para começar a mercearia”¹⁸³. O próprio Gomes de Brito, para além de confirmar, em 1892, esta hierarquia de lojas na cidade, onde predominavam “Tavernas” e “Mercearias”, incluía nesta última categoria todos os lojistas, tendeiros ou merceeiros, que tinham pedido licença à CML em 1887¹⁸⁴. Esta mistura passava inclusive pela literatura, onde se caracterizava um “tendeiro, pessoa de boa nota, de génio pacífico” como proprietário de uma “loja de mercearia”¹⁸⁵.

Além da posição de destaque das mercearias, em termos quantitativos, é ainda de realçar o aumento muito significativo do seu número entre 1890 e 1915, algo que estava a acontecer também em Milão e na Bélgica, por exemplo¹⁸⁶. Para tal concorreram essencialmente dois factores. Por um lado, o facto da procura estar a aumentar de forma acelerada. Observe-se que a população de Lisboa, quando comparadas as freguesias que compunham o concelho em 1911 (quadro 1), aumentou cerca de 90% entre 1878 e aquele ano (quase 46% entre 1890 e 1911), sendo que nas freguesias onde havia uma

¹⁸³ *O País*, n.º 812, 30 de Setembro de 1875.

¹⁸⁴ *Comércio de Portugal*, n.º 3783, 28 de Fevereiro de 1892.

¹⁸⁵ VASCONCELOS, António Augusto Teixeira de, *Papéis velhos. Narrações*, Lisboa, Typ. Portuguesa, 1872, p. 248.

¹⁸⁶ MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan...*, p. 56 e JAUMAIN, Serge, *Les petits commerçants belges...*, p. 38.

maior percentagem de mercearias, de acordo com as listagens de sócios da ACLL – Anjos, Encarnação, Lapa, Mercês, S. Catarina, S. Isabel, S. José, S. Justa, S. Paulo, S. Pedro em Alcântara e Santos-o-Velho – o aumento populacional foi ainda superior, rondando os 107%, em média, entre 1878 e o primeiro censo da República. Por outro lado, a chegada ao mercado de uma quantidade e variedade apreciáveis de produtos pré-embalados poderá ter contribuído para alterar o tradicional modo de negócio e as características profissionais dos merceeiros, fazendo diminuir as necessidades de aprendizagem de um conjunto de técnicas e procedimentos essenciais à pesagem e embalagem dos produtos vendidos, possibilitando agora um acesso ainda mais facilitado a uma profissão que pouco exigiria em termos de capitais. Este factor, a verificar-se de forma generalizada, como terá provavelmente acontecido na primeira década do século XX¹⁸⁷, contribuiu certamente para um aumento do número de mercearias.

Uma última nota em relação a estas duas categorias de lojas e correspondentes lojistas, para destacar a sua importância na vivência social e, em especial, política da capital na passagem do século XIX para o século XX. Os homens em Lisboa discutiam política “em clubes, restaurantes, cafés ou tabernas (...) e também nas barbearias, mercearias, drogarias e bordéis.”¹⁸⁸ Talvez por isto não seja de estranhar o relativamente precoce envolvimento associativo dos merceeiros, por exemplo, que vão estar na base da fundação da ACLL em 1870, e a sua importância nos jogos políticos eleitorais, frequentemente cortejados pelas várias forças partidárias, vendo reconhecida a sua importância não só em termos quantitativos, mas também como veículos essenciais da propaganda política da época.

O sector do vestuário era igualmente importante na composição do pequeno comércio lisboeta e, no final da Monarquia – princípio da República, ocupava já o

¹⁸⁷ Era pelo menos o que se passava na Inglaterra na mesma altura. Cf. WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, pp. 45 e 123-125.

¹⁸⁸ VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo*, pp. 49-50.

terceiro lugar no número total de lojas de Lisboa, posição que é aliás confirmada pelos dados da ACLL. Se neste “sector” se incluir o fabrico e venda de calçado, o vestuário ultrapassa as mercearias em 1890 e fica em terceiro lugar logo a partir de 1900. É preciso levar em conta, porém, que as listas do *Anuário* se referem aos sapateiros como fabricantes e vendedores, pelo que é provável que uma parte dos que foram incluídos nesta categoria não possuísse loja para venda ao público. As lojas dedicadas ao vestuário são das mais diversificadas entre as categorias definidas. Predominavam os fanqueiros, os alfaiates e os capelistas com modas, mas eram também muitos os que se dedicavam ao comércio de chapéus, de luvas, de vários tecidos e acessórios.

As listas da ACLL, mantendo no geral a hierarquia indicada, com o maior número de sócios a deter lojas de fanqueiro ou a exercer a actividade de alfaiate, são muito mais ricas nas designações e na caracterização do comércio de porta aberta da cidade. As camisarias e as chapelarias ocupam aqui um lugar de destaque e são muito diversificados os vários tipos de lojas de vestuário, como as que vendem em exclusivo “tecidos de malha”, “carteiras”, “bonés”, “espartilhos” ou “bengalas”. Porém, é possível verificar que a reunião de vários tipos de vestuário ou confecções numa mesma loja era uma tendência, com as “casas de modas” e as “lojas de fazendas”, em conjunto, a serem mais frequentes que os próprios alfaiates. A concentração destes lojistas, ainda de acordo com os dados fornecidos pelas listagens de sócios da ACLL, era particularmente evidente nas freguesias da Baixa e no Chiado¹⁸⁹.

Destaque ainda para três outras categorias com um forte peso no pequeno comércio lisboeta, caso dos capelistas ou lojas de quinquilharia, das barbearias e de uma impressionante percentagem (quase 6% em 1915) de agentes comerciais ou “indiferenciados”, como são referidos no *Anuário*, no fundo, indivíduos que vivem de

¹⁸⁹ Um mesmo padrão de distribuição geográfica foi detectado para as lojas de Milão no final do século XIX. Cf. MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan...*, pp. 64 a 88, em especial 79-80.

“comissões”, da “corretagem”, da “importação e exportação”, do “fornecimento de navios” ou até de assuntos “fiscais”¹⁹⁰. No fundo, um reflexo da posição de Lisboa como centro económico do país e o seu principal entreposto comercial.

A categoria dos capelistas e afins, reunida sob a designação de “quinquilharia e utensílios vários”, a que porventura se poderiam juntar algumas das actividades incluídas na “Construção e materiais de construção”, pelo facto de se dedicarem em alguns casos também à venda de pequenos objectos, englobava uma miríade de pequenas lojas onde se vendia um pouco de tudo, normalmente, em pequenas quantidades. Eram estabelecimentos espalhados “por toda a cidade, oferecendo à clientela miudezas, linhas, agulhas, alfinetes, dedais, retroses, rendinhas e bijutarias baratas. Para a venda de tabaco, tinham que se *habilitar*, isto é, munir-se de licença especial para tanto.”¹⁹¹

Nas listagens da ACLL os sócios incluídos nesta categoria vinham de quase todas as freguesias, mas concentravam-se especialmente na Baixa (particularmente em S. Justa), no Chiado e freguesias limítrofes, onde se destacava S. Paulo, com um número de lojas de “quinquilharia” bastante significativo, nomeadamente, nas ruas da Boa Vista e S. Paulo. Em relação ao Chiado nota-se já alguma diferença, pois na rua Garrett, no Carmo ou na rua Nova da Trindade, apesar de aparecerem ainda quinquilharias eram mais frequentes outras designações, como as “novidades”, os “bazares” ou o “bric-a-brac”, que tendiam a adaptar-se a um outro tipo de clientela, de estrato social mais elevado. No mundo das lojas de venda de pequenos objectos a variedade de designações era significativa, pois além das indicadas encontram-se lojas de “Variedades” propriamente ditas, lojas de “Bijutaria”, de “Objectos para brindes” ou, simplesmente, “Loja de capela”. Na categoria dos capelistas é necessário chamar a atenção para uma

¹⁹⁰ Exemplos das listas da ACLL.

¹⁹¹ COSTA, Mário, *Da Rua Nova à Rua dos Capelistas*, Lisboa, Tip. Soc. Ind. de Tipografia, 1953, p. 32.

distinção que era feita pelo próprio fisco entre a loja de capela normal e a que também vendia “objectos de modas”. Separação que existia igualmente nas listagens da ACLL onde alguns sócios surgem como “Capelista sem modas” e outros como “Capelista com modas”¹⁹². Na evolução analisada, estas lojas são das poucas onde se nota uma persistente diminuição em número entre 1890 e 1915¹⁹³.

A mesma tendência é registada nas padarias, nas lojas de géneros alimentares específicos, nos estabelecimentos de refinação de açúcar e nos bacalhoeiros. Estará esta diminuição de algum modo ligada à expansão observada para as mercearias? É bem provável que a variedade de produtos oferecidos pelas mercearias tivesse tendência para aumentar, numa evolução que criava cada vez mais dificuldades aos lojistas “especializados”, como já atrás foi destacado. Estão neste caso os bacalhoeiros, mas também os vendedores de “frutos” ou de “fruta”, os de “azeite”, de “manteiga” e mesmo os de “cereais”, actividades que surgem nas listas de sócios da ACLL. Curiosamente, no caso dos cereais, ao lado do lojista que exclusivamente “vende cereais” surgem outros, todos já no século XX, que põem à disposição da clientela dos seus estabelecimentos “cereais e azeites”, “cereais e vinhos” ou “cereais e mercearias”, como era o caso por exemplo de José Agostinho Fonseca, com loja na rua do Arco do Cego¹⁹⁴. A quebra no número das padarias, no entanto, estaria relacionada não tanto com o aumento das mercearias, mas mais com a legislação que na década de 1890 estabeleceu “um limite para o número de padarias a funcionar em Lisboa e no Porto”¹⁹⁵.

¹⁹² Os últimos foram contabilizados na categoria de roupa e acessórios.

¹⁹³ A tendência verificada para esta classe de lojistas parece estar em sintonia com o que um sócio da ACLL, em 1903, declarava na assembleia-geral de 18 de Março, chamando “a atenção para as dificuldades em que vive a classe dos capelistas”, pedindo uma alteração dos impostos a que estava sujeita “por ser uma classe pobre.” ACLL, *Boletim*, n.º 27, Março de 1903, p. 4.

¹⁹⁴ ACLL, *Livro de Matrícula dos Sócios (1894 a 1918)*, ano de 1906.

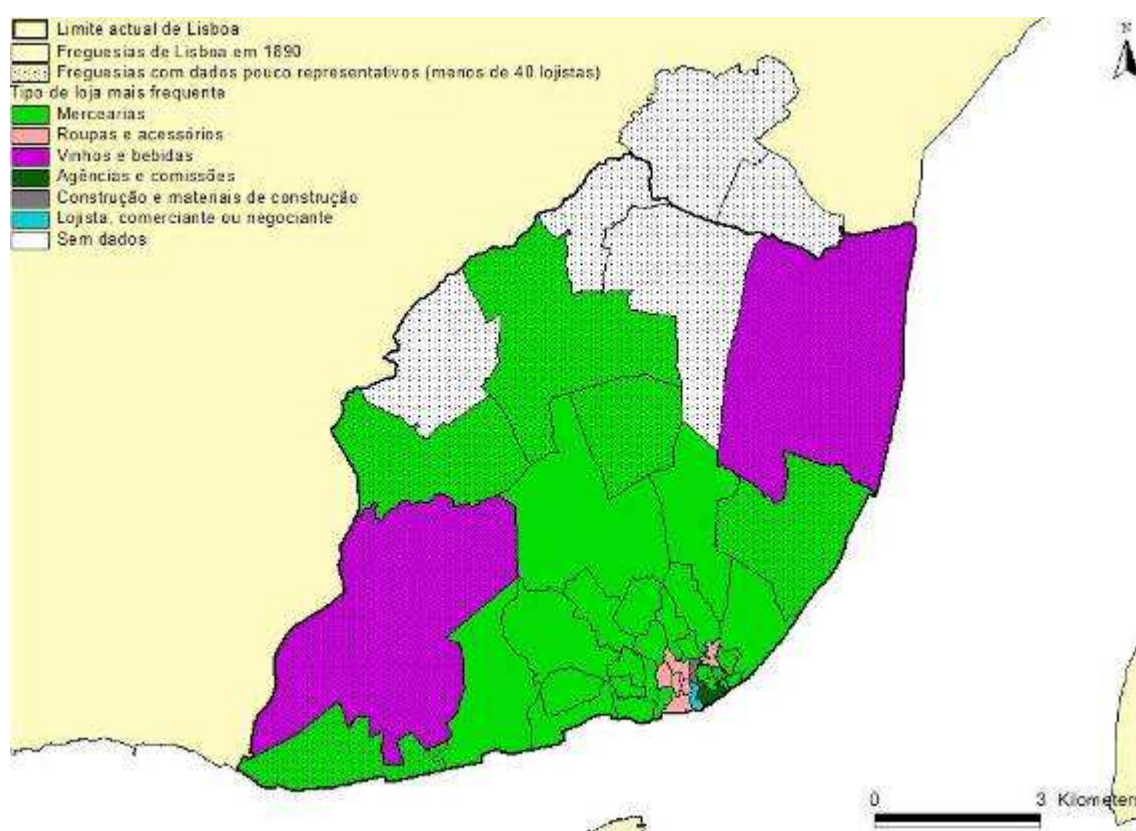
¹⁹⁵ Cf. REIS, Jaime, “A «Lei da Fome»: as origens do protecçãoismo cerealífero (1889-1914)”, in *Análise Social*, vol. XV, n. 60, 1979, p. 748.

As referências que atrás foram sendo feitas à distribuição geográfica das lojas são parcelares e não permitem uma análise sistemática. É possível melhorar um pouco esta imagem utilizando as listas de sócios da ACLL, como se viu, pois continham dados sobre as moradas dos lojistas. Contudo, é necessário referir que esse esforço, sintetizado no mapa 8, não elimina algumas distorções. Em primeiro lugar, elas resultam do critério estatístico da referência mais frequente, o que esconde toda a riqueza que uma observação mais detalhada pode transmitir. Por exemplo, na freguesia da Conceição Nova, apesar dos lojistas de roupas e acessórios serem os mais registados nas listas da ACLL (quase 30%), havia ainda uma presença significativa (mais de 10%) de lojas relativas a agências e comissões. No caso da Encarnação, as mercearias destacavam-se, com quase 23% do total de sócios da ACLL a serem oriundos dessa freguesia, mas tanto as lojas de vinhos e bebidas, como as de roupas e acessórios não deixavam de ter uma forte presença, cada uma representando cerca de 10%. Em segundo lugar, esta é uma visão do pequeno comércio obtida pela lente do que era o seu associativismo, do que era a dinâmica atractiva exercida pela ACLL junto do comércio de Lisboa. Neste caso, o mais significativo a apontar é sem dúvida o facto, que ressalta inclusive da análise do quadro 4, de existirem alguns tipos de lojistas sub-representados nas listagens da Associação, nomeadamente, os taberneiros, os donos de lojas de capela e quinquilharias e os padeiros.

Apesar disso é possível destacar algumas ideias gerais, começando pelo facto das freguesias da Baixa terem, aparentemente, uma percentagem mais elevada de lojas de roupa e acessórios e de nas restantes a preponderância ir para as mercearias. Nos extremos da cidade, tanto no lado ocidental, como oriental, a venda de vinho e outras bebidas parecia ser relativamente frequente. Na zona central, um destaque ainda para a presença significativa de agências comerciais e de muitos sócios classificados

genericamente como lojistas, comerciantes ou negociantes (mapa 8). No fundo, no coração comercial da capital, junto à zona ribeirinha parecem concentrar-se os tipos de comércio que, provavelmente, já pouco tinham que ver com o negócio do retalho e sim com a exportação e importação ou com a navegação. Prova disso são as presenças de sócios ligados aos negócios das “fragatas” e do “fornecimento de navios”, por exemplo, ou os negociantes da rua dos Bacalhoeiros.

Mapa 8 – Distribuição por freguesias do tipo de loja mais frequente em Lisboa¹⁹⁶



Uma análise mais detalhada sobre dados fiscais pode revelar outros aspectos importantes na caracterização do pequeno comércio lisboeta, para além da simples quantificação, reforçando, inclusive, algumas das ideias já expostas, nomeadamente, a noção de crise no pequeno comércio de Lisboa, na década de 1890, e a ausência da

¹⁹⁶ Tratamento estatístico feito com base nas listas de sócios da ACLL entre 1878 e 1910. ACLL, *Relatórios da ACLL, 1878-1910* e *Livro de matrícula dos sócios (1894 a 1918)*.

mesma na primeira década do século XX. Nesse sentido, de seguida serão observadas as contribuições médias declaradas para os lojistas da capital em vários recenseamentos eleitorais, numa amostra de 14 freguesias da cidade, entre 1878 e 1906. As freguesias incluídas são Conceição Nova, Encarnação, Lapa, Madalena, Mercês, N S^a do Socorro, S. Catarina, S. Isabel, S. Julião, S. Justa, S. Nicolau, S. Paulo, S. Pedro em Alcântara e Santos-o-Velho. Foram seleccionadas de acordo com o critério de, entre 1870 e 1910, terem mais de 100 sócios da ACLL, sendo assim as freguesias mais representativas do que era o associativismo dos lojistas e também da distribuição do comércio pela cidade.

A análise das contribuições indicadas nos recenseamentos eleitorais não está isenta de problemas, sendo necessário levar em conta, entre outros aspectos, uma possível fuga ao imposto, a deficiente fiscalização ou até possíveis erros de registo e cópia nos recenseamentos, mas a utilização de valores médios na análise e a produção de estatísticas com números relativamente elevados de casos observados, como se procurou fazer com os dados recolhidos, permitem suplantar, em grande medida, estes problemas e transformar estas séries em fontes de informação aceitáveis, em bons indicadores gerais do que seria o nível médio de rendimento dos vários tipos de lojistas de Lisboa. Ao todo foram procurados dados sobre 3630 lojistas e recolhidas informações sobre 1406. Refira-se que os lojistas que, em qualquer momento, entre 1870 e 1910, fizeram parte das listas de sócios da ACLL correspondem a um total de 5392 indivíduos ou firmas comerciais. A amostra conseguida representa 26% desse total. Desta forma, obteve-se um conjunto de dados significativo e relativamente representativo do que seria a realidade do pequeno comércio de Lisboa à época e, mais do que isso, de como ele evoluiu ao longo destes anos.

A validade do recurso a este tipo de fontes como indicadores dos rendimentos médios dos indivíduos é ainda reforçada por trabalhos idênticos levados a cabo por

investigadores estrangeiros. No caso do estudo dos lojistas de Paris, Philip Nord recorre precisamente aos dois tipos de fontes aqui usadas, os registos fiscais (a *patente*, uma taxa a pagar por todas as empresas estabelecidas, semelhante à contribuição industrial paga pelos lojistas portugueses) e dados dos recenseamentos eleitorais, chamando atenção para os mesmos problemas, sem contudo negar o seu potencial para o estudo das “mudanças estruturais dos negócios” parisienses no final do século XIX¹⁹⁷. O uso das informações produzidas pela cobrança de impostos foi levado a cabo igualmente por Jonathan Morris ao apresentar, tal como aqui se propõe, uma hierarquia de rendimentos entre as várias categorias de lojistas na cidade de Milão¹⁹⁸.

Tendo em conta a observação do gráfico 2 e a análise dos valores indicados no anexo 2, ressalta essencialmente a quebra muito significativa e generalizada dos valores médios de contribuições dos lojistas no recenseamento de 1894, consequência, muito provavelmente, de uma quebra nos seus níveis de rendimento no período imediatamente anterior¹⁹⁹. No que diz respeito à média de todas as categorias, esse ano veio interromper o que parecia ser uma tendência geral de crescimento desses valores. Contudo, tendo em conta que a transição entre 1881 e 1890, pelo número de anos de intervalo, pode ser enganadora e que em 1890 já se nota uma certa inflexão da tendência ascendente, em algumas categorias, é bem provável que aquilo que aparenta ser um

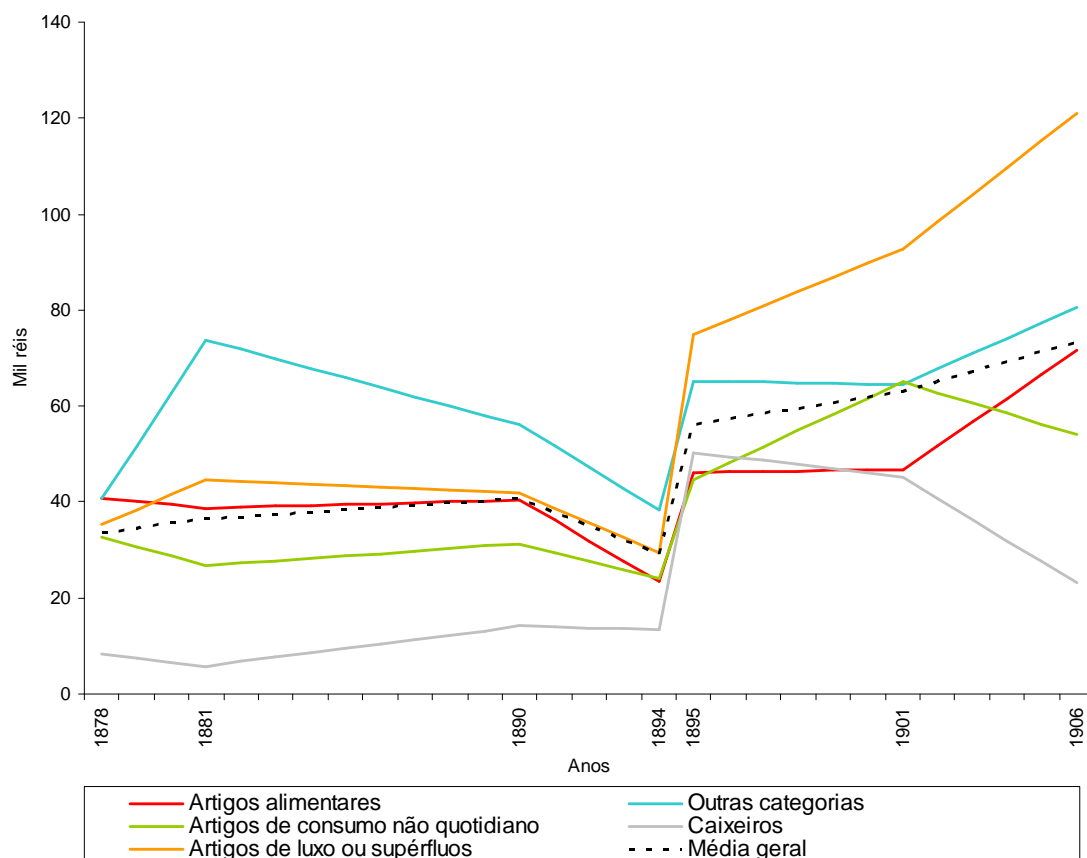
¹⁹⁷ Cf. NORD, Philip G., *Paris shopkeepers...*, pp. 206-207 e seguintes.

¹⁹⁸ MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan...*, p. 53. No caso do Japão é também a informação fiscal que está na base do estudo sobre os lojistas. Cf. SHORB, Patrick Naoya, *Retailing Society, Retailing the State...*, pp. 29-82, em especial p. 55.

¹⁹⁹ Para além das categorias indicadas no anexo 2 e que estão na base do gráfico, únicas com informações em todos os recenseamentos consultados, foram também recolhidos dados sobre bacalhoeiros, apenas em 1881; sobre lojas de fotografia e gravura, em 1881 e 1906; sobre refinações de açúcar, entre 1878 e 1895; tipografias e papelarias, com dados apenas a partir de 1890; sector da hotelaria e alojamento, com informações apenas entre 1881 e 1894; agências comerciais, com registos entre 1878 e 1901; e ainda de um conjunto de lojistas de que se desconhecia a profissão, com dados entre 1878 e 1894. Tirando as duas primeiras categorias, para as quais não é possível fazer qualquer tipo de análise, para as restantes verificou-se que, independentemente de os dados serem mais ou menos completos, todas registam quebras no volume de contribuições médias no ano de 1894. A única excepção é a da hotelaria e alojamento que, entre 1881 e 1894 viu subir sempre o seu nível contributivo.

corde abrupto estivesse a ocorrer já há alguns anos, presumivelmente, desde a altura do *Ultimatum* ou até um pouco antes (gráfico 2).

Gráfico 2 – Evolução da média das contribuições dos lojistas em 14 freguesias de Lisboa²⁰⁰



A série segue depois com uma subida muito acentuada em 1895 que corresponde, certamente, à entrada em vigor das novas tabelas da contribuição industrial aprovadas em 1893 e ligeiramente corrigidas em 1894, para depois, já no novo século, prosseguir a tendência de crescimento, em algumas categorias, de forma bastante acentuada. A única excepção parece ser a categoria de lojistas que se dedicavam à venda de bens de consumo não quotidiano ou não alimentares, sendo de realçar que neste caso, a

²⁰⁰ Ver Anexo 2. Os dados para a elaboração deste gráfico correspondem às linhas das médias. A inclusão da categoria “Caixeiros” explica-se pelo facto de alguns dos lojistas procurados, em alguns dos recenseamentos, ainda não terem conseguido a sua “independência” comercial e surgiram na fonte ainda como caixeiros. Sobre o tipo de lojistas incluídos em cada uma das categorias veja-se o Anexo 2.

tendência descendente do início do século XX era influenciada, essencialmente, pelas lojas de venda de materiais de construção, de móveis e de calçado e acessórios. As lojas de roupa e acessórios, de longe as mais frequentes nesta categoria, pelo contrário, estavam a proporcionar aos seus donos uma melhoria dos rendimentos médios. Essa, aliás, parece ser a tendência geral da primeira década da nova centúria, na qual se assiste a uma subida generalizada dos valores das contribuições, o que, tendo em conta que a maior subida da carga fiscal já tinha ficado para trás, só pode significar uma relativa melhoria do nível de rendimento médio da maioria dos lojistas, coerente, inclusive, com a relação população/loja que já atrás foi destacada e que estava a beneficiar o pequeno comércio. Registe-se ainda que o crescimento da receita fiscal, na primeira década do século XX, aparentemente, corresponde “ao enriquecimento do País”²⁰¹, o que, conjugado com a análise atrás feita sobre a evolução dos impostos directos, leva a confirmar a ideia de que a década final da Monarquia terá sido um período de relativo desafogo económico para os lojistas de Lisboa.

A visão geral dada pelo total das categorias e pelas médias aí calculadas, é ainda confirmada quando se observam de forma isolada os vários grupos de lojistas e se verifica que em 1894 não houve nenhuma categoria que não visse descer o seu nível de rendimento e que todas foram fortemente afectadas pela subida de impostos em 1895. Mesmo que se olhem os dados com maior detalhe, analisando os vários tipos de lojas separados das categorias genéricas que foram elaboradas para o gráfico 2, as únicas excepções ao panorama de quebra generalizada em 1894 são as farmácias e boticas, as barbearias que, no entanto, sofreram uma quebra no ano seguinte, as casas de venda de ouro, prata e relógios e o sector da hotelaria e alojamento (anexo 2)²⁰².

²⁰¹ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 176.

²⁰² Não se incluiu nesta análise a série “Outras categorias” pois incluía um conjunto de indivíduos identificados genericamente como lojistas, comerciantes ou negociantes, bem como um conjunto de

Para além disso, uma análise mais atenta do gráfico, conjugada com a leitura dos valores do anexo 2, permite perceber que a crise da década de 1890 afectou de forma mais destacada um certo tipo de lojistas, os que se dedicavam ao fornecimento de bens de primeira necessidade. Os talhos, as padarias e, sobretudo, pelo seu elevado número, as mercearias foram as principais vítimas da crise da década de 1890. Observe-se que ao iniciar a série, no final da década de 1870, este tipo de lojas eram as que estavam no topo da hierarquia de rendimentos do conjunto dos lojistas de Lisboa e que, entre 1890 e 1894, correspondem à categoria que sofreu a maior quebra percentual, com -42%, por comparação com as lojas de artigos de consumo não quotidiano e as de artigos de luxo ou supérfluos, respectivamente, com -23% e -29%. Tendo em conta, ainda, as mesmas categorias, nota-se que na segunda metade da década, apesar de acompanhar a subida generalizada registada em 1895, o nível de rendimento dos lojistas de géneros alimentícios parece praticamente estagnar até 1901, só recuperando no período seguinte, embora vendo acentuar a diferença que os separava agora dos lojistas que se dedicavam, por exemplo, ao comércio de lotarias, ouro, prata e relógios, bem como dos donos de confeitarias, cafés e restaurantes.

Uma última nota para falar dos caixeiros e essencialmente para destacar a diferença registada entre os seus rendimentos médios e os da generalidade dos lojistas, estes últimos, normalmente, cerca de 3 a 4 vezes mais elevados. Esta disparidade, perfeitamente compreensível dentro da hierarquia da própria loja, tem uma excepção nos anos de 1895 e 1901, quando os valores médios se aproximaram, para depois, em 1906, retomarem o que era o padrão normal. De referir, contudo, que a extraordinária subida em 1895 poderá ter resultado de uma queda significativa no número de observações, ou seja, foram muito poucos os lojistas ainda identificados como caixeiros

outras situações e actividades muito diversificadas, o que torna muito problemática qualquer conclusão ou comentário comum. Ver anexo 2.

no recenseamento desse ano, o que poderá ter influenciado a média calculada, por comparação com os restantes anos (gráfico 2 e anexo 2).

Em relação à evolução conjunta das várias categorias de lojistas é preciso referir que mesmo que se entenda que a subida da média das contribuições foi influenciada pelo aumento da carga fiscal, o que, obviamente, não se nega, dificilmente esse factor, de forma isolada, explicaria a subida generalizada registada entre 1901 e 1906. Pode até explicar uma parte desse crescimento, infelizmente, muito difícil de contabilizar, mas não parece forçado afirmar que não explicou tudo. Deste modo, comparando esta série com a da evolução do número de lojistas, com a da população da cidade e com as análises ao comportamento da economia portuguesa, a conclusão parece ser a de que o pequeno comércio de Lisboa, após uma fase de crescimento na década de 1880, enfrentou uma crise nos últimos dez anos do século, cujas “consequências, em certo modo salutaras”, como afirmava Gomes de Brito, acabariam por ditar uma melhoria geral na primeira década de noventa.

A expressão do funcionário camarário, exposta no relatório sobre as licenças de 1887 e 1893, aliás, é muito semelhante, com o devido desconto geográfico e temporal, à que apareceu numa polémica do jornal inglês *The Times*, de 1902. De facto, à inserção de um artigo a anunciar “The passing of the grocer” (A morte do merceeiro), como resultado de uma crise no pequeno comércio britânico que aparentemente tinha levado à falência de mais de 900 lojas, o presidente da associação dos merceeiros do Reino Unido, em resposta ao articulista, afirmou o seu entendimento sobre o momento de dificuldades como “an indication of the operation of the law of the «survival of the

fittest.»” (“uma indicação do funcionamento da lei da «sobrevivência dos mais aptos»”)²⁰³.

Por comparação com duas cidades europeias que pela mesma época atravessavam igualmente uma crise no pequeno comércio, o padrão encontrado para Lisboa tem bastantes semelhanças, com uma pequena excepção no caso de Paris. Efectivamente, na capital francesa o sector comercial sofreu uma crise prolongada nas décadas de 1880 e 1890, sendo afectada especialmente a parte central da cidade, o antigo “coração comercial de Paris”, o que tem algum paralelismo com o caso lisboeta. Contudo, apesar das mercearias também terem sofrido com as contrariedades económicas da época, o sector atingindo com maior violência e de uma forma mais dilatada no tempo foi o do “comércio de luxo e o vestuário”²⁰⁴. No caso dos lojistas de Milão o padrão é quase idêntico ao lisboeta pois estes indivíduos passaram igualmente por uma “profunda recessão” entre 1889 e 1897, sendo que a análise que Jonathan Morris faz sobre a evolução da “contribuição per capita” aponta, à semelhança do que aconteceu em Lisboa, para uma subida dos rendimentos médios na década de 1880, queda pronunciada até 1896 e recuperação na viragem do século. Na crise, foram afectados praticamente todos os tipos de negócios, mas os que mais sofreram foram os talhos, as padarias, os vendedores de frutas e hortaliças e as casas de comidas e bebidas²⁰⁵.

Uma outra ideia a reter da observação geral do gráfico 2 e, em especial, da informação mais detalhada que ficou registada no anexo 2 e apresentada de seguida no gráfico 3, refere-se à disparidade existente nos rendimentos do chamado “pequeno

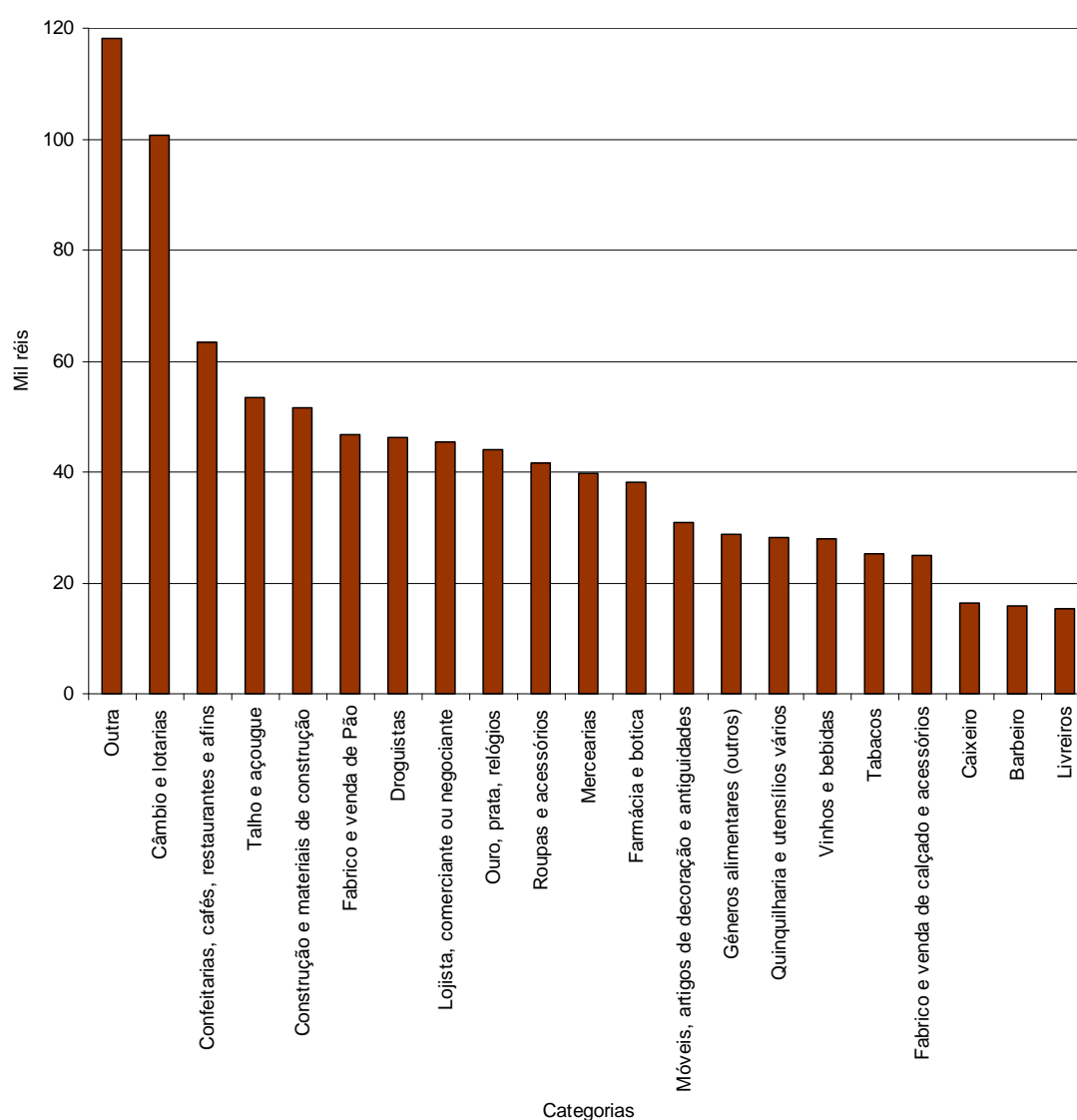
²⁰³ Cf. CML, *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença... (1ª série)*, pp. 57-58 e *The Times*, 21 de Agosto de 1902. Um entendimento semelhante foi destacado entre os lojistas do Canadá, quando também eles enfrentaram uma crise no final do século XIX. Cf. MONOD, David, *Store wars...*, pp. 195-211.

²⁰⁴ NORD, Philip G., *Paris shopkeepers...*, pp. 182 a 204, em especial as páginas 182 e 200 e FAURE, Alain, “The grocery trade in nineteenth-century Paris...”, p. 161.

²⁰⁵ MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan...*, pp. 27 a 35 e 121.

comércio”. Essas diferenças são óbvias entre as médias das várias categorias e mesmo entre as várias subcategorias nelas incluídas, permitindo inclusive traçar uma hierarquia de lojistas de Lisboa, aqui definida como resultando simplesmente de um maior ou menor nível de contribuição/rendimento, a qual, contudo, deve ser encarada com algum cuidado.

Gráfico 3 – Contribuições médias dos lojistas de Lisboa entre 1878 e 1906²⁰⁶



²⁰⁶ Ver Anexo 2. Os dados para a elaboração deste gráfico correspondem à sub-coluna “Média” da coluna “Total”.

Antes de mais, é preciso chamar a atenção que, para algumas subcategorias, o total de observações é pequeno pelo que não foram tidas em conta nesta análise. É o caso dos bacalhoeiros, das lojas de fotografia, dos hotéis e, em certa medida, também das tipografias e das agências que não chegaram a ser incluídos no gráfico geral. Para outras categorias, não é o factor quantidade a destacar, mas a dificuldade em analisar situações profissionais ou actividades que por si são muito díspares e que à partida introduzem um grau de variabilidade maior. O que se passa com a categoria “outras” é óbvio, sendo de referir que ela pode incluir desde alguns proprietários até um empregado na alfândega, de uma loja de bicicletas a outra de “venda de selos para colecção”. Algo semelhante pode ser referido para a subcategoria “lojista, comerciante ou negociante”, na qual cada uma das designações por si só pode remeter já para uma certa hierarquia. Neste caso, com uma única excepção, todos os que surgem com a designação genérica de “lojista” apresentam um nível de contribuição sempre inferior a 100\$000 réis, a maioria, cerca de 2/3, inferior mesmo a 20\$000 réis. Já os “comerciantes”, que são a esmagadora maioria dos indivíduos desta categoria, apresentam um nível de contribuições muito mais disperso, variando de pouco mais de 1\$000 a perto de 500\$000 réis, com cerca de metade abaixo dos 20\$000 réis. No que diz respeito aos “negociantes” a situação é um pouco semelhante, com a excepção de que são em muito menor número. Por fim, é preciso ter em conta que os valores médios utilizados dizem respeito a uma série de dados bastante dispersa em termos cronológicos (anexo 2).

Nuns casos as disparidades internas podem decorrer da composição dos vários grupos, ou seja, do conjunto, por vezes, também diversificado das actividades ou profissões que os compõem, mas noutros, como os barbeiros, os vendedores de tabacos, os próprios merceeiros ou os padeiros, por exemplo, as discrepâncias entre os valores observados transmitem efectivamente uma ideia de heterogeneidade na composição

económica da pequena burguesia comercial lisboeta. A observação de alguns casos concretos pode elucidar melhor este aspecto.

Na subcategoria “Confeitarias, cafés, restaurantes e afins”, os lojistas encontrados nos recenseamentos eram essencialmente confeitheiros, aparecendo também algumas lojas de chá e um “restaurante”. Neste caso, apesar de uma média de contribuição que rondava os 63\$000 réis, encontramos tanto um Manuel José Cerqueira, dono de uma confeitaria no Largo do Calhariz, n.º 2, ao qual era atribuída uma contribuição de 6\$400 réis, como um Isidoro Mendes Silva igualmente confeitheiro, mas na rua de São Nicolau, n.º 44, que pagava, no mesmo ano, 107\$160²⁰⁷. Ao nível das mercearias, apesar da esmagadora maioria dos lojistas referenciados serem merceeiros (219 em 259), não se detectou uma distinção clara entre estes e os tendeiros ao nível fiscal. Contudo, as disparidades dentro da classe eram também evidentes. Apenas como exemplo, é possível apontar os casos de Francisco Ennes Rua Vianna e Manuel Gregório Silva, ambos da freguesia da Encarnação, o primeiro com loja de mercearia na rua de São Roque (actual rua da Misericórdia), pagando 126\$244 de contribuição em 1881, o segundo estabelecido na rua das Gáveas, com uma contribuição de 11\$863, no mesmo ano²⁰⁸.

Estas diferenças tanto podiam vir da dimensão do próprio estabelecimento, de uma diferente localização geográfica ou da própria antiguidade da loja ou do lojista, na medida em que o tempo favorecia a formação de uma clientela mais ampla, que não estava presente logo no início da actividade. Veja-se que, nos casos apontados, uma maior proximidade ao centro da cidade – Isidoro Mendes Silva, com a sua confeitaria na Baixa – ou a localização da loja nas “artérias de maior movimento”, como acontecia com a rua de S. Roque, local da mercearia de Francisco Ennes Rua Vianna,

²⁰⁷ AHP, AEM, cx. 2073A, S Catarina e cx. 2073, S Nicolau.

²⁰⁸ AHP, AEM, cx. 1427, Encarnação.

representavam uma aparente mais-valia económica. A expressão é de Gomes de Brito que fazia a diferença entre as lojas das ruas menos movimentadas, mais “pobres”, e as que se situavam nas “linhas directas de trânsito, que chamam a especulação do comércio são”²⁰⁹. Ao contrário, lojas que partilhavam a mesma rua tendencialmente proporcionavam aos seus proprietários um retorno financeiro mais equilibrado entre si, mas provavelmente também mais reduzido, tendo em conta a concorrência. José Ramos Amorim, António Raymundo Estrella e João Rodrigues Silva, durante vários anos merceiros na Calçada do Combro, declaravam em 1881, respectivamente, 25\$080, 31\$766 e 48\$900²¹⁰. O caso de Bento Guilherme Bacelar Silva e Silvério Silva Gil pode também ser referido. Estes dois alfaiates da rua Augusta, em 1878 e 1881, tinham um valor médio de contribuição que rondava, respectivamente, os 25\$000 e 39\$000²¹¹.

Também o facto de se ter aberto a loja há pouco tempo, podia significar uma clientela menor e, logo, um nível de rendimento igualmente mais reduzido. O caso de Manuel Gregório Silva, acima referido, pode ser um exemplo. Caixeiro em 1878, três anos depois aparece já como merceiro, mas como se viu, com uma contribuição cerca de 10 vezes inferior à de Francisco Ennes Rua Vianna, lojista já há mais tempo estabelecido, tendo em conta que era sócio da ACLL desde a fundação, em 1870²¹². Caso semelhante é o de Acácio Coutinho Fonseca, caixeiro em 1890, passou a merceiro em 1894, com loja na rua Augusta e 13\$100 réis de contribuição. Na mesma rua e ano, Bernardo Rodrigues Ferros, também merceiro pelo menos desde 1890, pagava já 48\$177²¹³. Um último exemplo com o caso de Manuel Matta Lapas, caixeiro em 1878, salsicheiro em 1881, na rua das Trinas, freguesia de Santos-o-Velho, ano em

²⁰⁹ CML, *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença...* (1ª série), p. 57. Idêntico fenómeno é detectado para o pequeno comércio de Paris no final do século XIX. Cf. NORD, Philip G., *Paris shopkeepers...*, p. 184.

²¹⁰ AHP, AEM, cx. 1428, Mercês e cx. 1429A, S. Catarina.

²¹¹ AHP, AEM, cx. 1222, S Nicolau e Conceição Nova; cx. 1427, S Nicolau e Conceição Nova.

²¹² AHP, AEM, cx. 1222, Encarnação e cx. 1427, Encarnação; ACLL, *Relatório de 1873*, p. 8.

²¹³ AHP, AEM, cx. 1890F, S. Julião; cx. 1890F, Conceição Nova; cx. 1932, S Julião e cx. 1734F, S Julião; ACLL, *Relatório de 1890*, p. 41.

que lhe é atribuída uma contribuição de 25\$600, inferior, contudo, à que no mesmo recenseamento é apontada para a maioria dos salsicheiros que foi possível encontrar (5 num total de 6). Se é certo que esse valor não se afastava muito do de Francisco Luís Pinto (38\$400), salsicheiro na freguesia vizinha de S. Paulo, representava somente cerca de um terço do que João Antunes Júnior conseguia com a sua salsicharia (69\$150)²¹⁴. Neste caso, contudo, é necessário referir que o lojista se encontrava estabelecido na praça do Rossio, ou seja, no centro comercial de Lisboa, reforçando este exemplo a ideia atrás exposta de uma valorização dos negócios consoante a sua localização geográfica mais ou menos privilegiada.

Não levando em conta, então, as subcategorias enumeradas não parece estranho que no topo da hierarquia de rendimentos do pequeno comércio lisboeta se encontrem as lojas de câmbio e lotarias, que incluíam também as casas de penhores e empréstimos (gráfico 3). Seguem-se algumas actividades relacionadas com a indústria e o comércio alimentar, como a refinação de açúcar e as confeitarias, mas também os talhos e as padarias. Pelo meio, surgem a venda de materiais de construção e os droguistas, o que talvez não seja de estranhar numa cidade que estava a crescer a um ritmo acelerado, como se observou. A posição das ourivesarias à primeira vista parece algo estranha, ficando atrás da venda de pão, mas o certo é que os dois valores são muito próximos, o que não contraria em absoluto o que é possível observar, por exemplo, para Milão, onde estas duas categorias, apesar de estarem em posições inversas na hierarquia de rendimento colectável por contribuinte, apresentavam valores praticamente equivalentes.

Na cidade italiana, tal como em Lisboa, quem se destacava claramente eram os confeiteiros e os talhantes. A única diferença assinalável entre a pirâmide de

²¹⁴ AHP, AEM, cx. 1429A, Santos-o-Velho (1ª assembleia); cx. 1224, Santos-o-Velho (1ª assembleia); cx. 1429A, S. Paulo e cx. 1427, S. Justa.

rendimentos definida por Jonathan Morris e a que se encontra no gráfico 3 tem a ver com as farmácias que, no caso italiano, ocupavam o primeiro lugar²¹⁵. A posição relativa das restantes categorias é muito semelhante, mesmo tendo em conta que as que constam do gráfico 3 são muito mais pormenorizadas do que as referidas no estudo sobre os lojistas milaneses. Mesmo a posição das mercearias e das lojas de roupas e acessórios, que ocupam o meio da tabela em Lisboa, uma vez mais, coincide, grosso modo, com o que acontecia em Milão pela mesma altura²¹⁶. Por fim, a posição dos caixeiros, no fundo da escala, também não surpreende, sendo talvez estranho que estejam acompanhados pelos barbeiros e, em especial, pelos livreiros. Porém, é preciso referir que estes dois tipos de lojistas, juntamente com os vendedores de tabacos constituem as únicas categorias com menos de 40 observações no total do período estudado, o que, estatisticamente, pode influenciar a sua posição relativa.

Fará esta comparação sentido? Será que a hierarquia encontrada para Milão pode, de alguma forma, dar fiabilidade aos dados lisboetas? A resposta é positiva analisando várias perspectivas. Por um lado, como já foi destacado, o estudo de Jonathan Morris recorre igualmente a informações fiscais para definir a sua hierarquia de lojistas. Por outro, as duas cidades são comparáveis em alguns aspectos, sendo os mais importantes, a dimensão demográfica e do próprio sector comercial. Embora Milão tivesse uma população maior – em 1901 viviam ali cerca de 490 mil habitantes e Lisboa rondava os 350 mil um ano antes (quadro 3) – as duas cidades estavam a passar por uma fase de crescimento demográfico muito acentuado. O número total de lojistas não se afastava muito entre ambas, sendo quase 13800 em Milão no primeiro ano do século, para cerca

²¹⁵ MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan...*, p. 53. De referir que no caso italiano as lojas de “câmbio e lotarias” ou similares não aparecem em nenhuma das categorias elaboradas pelo autor.

²¹⁶ MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan...*, p. 53 e página 34 no caso do vestuário.

de 10400 em Lisboa, na mesma data²¹⁷. Além disso, o mais significativo era que a tendência de evolução dos rendimentos do pequeno comércio era praticamente igual, como já foi destacado anteriormente²¹⁸. Deste modo, tudo parece apontar para uma certa coerência e validade da hierarquia de rendimentos elaborada para os lojistas de Lisboa.

A visão geral do pequeno comércio que é possível detectar através das várias perspectivas de análise atrás utilizadas é relativamente ambígua. Por um lado, pode-se falar de uma certa heterogeneidade entre a classe dos lojistas de Lisboa, ideia transmitida, tanto pela diversidade do tipo de lojas existentes, ainda assim escondida pelas categorias que forçosamente foi necessário elaborar para facilitar o estudo do conjunto, como pelas diferenças de rendimento existentes entre lojistas, por vezes, dentro de um mesmo ramo de negócio e, em parte, influenciadas pela localização e antiguidade do estabelecimento. Por outro lado, sem ignorar as óbvias discrepâncias entre vários tipos de negócio, visíveis na hierarquia de rendimentos que se estabeleceu entre actividades que certamente possibilitavam a obtenção de uma significativa mais-valia, por terem uma forte componente financeira, como era o caso das casas de câmbio, penhores ou lotarias, ou por darem azo à manipulação de produtos com um elevado grau de especialização, como eram as confeitarias, e outras que geravam naturalmente um lucro mais pequeno por cada género ou objecto transaccionado, como seriam as lojas de capela e quinquilharias ou mesmo as tabacarias, acabam por ressaltar alguns aspectos que, muito provavelmente, potenciavam uma maior identificação entre os vários lojistas e a consolidação de um sentimento, mais ou menos, generalizado de pertença a uma mesma classe, a um grupo social com características próprias e, por isso, diferente e com distintas necessidades dos restantes elementos da sociedade portuguesa.

²¹⁷ MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan...*, pp. 26 e 42.

²¹⁸ MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan...*, pp. 27-35, em especial o gráfico da página 34.

É certo que o cálculo de rendimentos médios pode ser enganador, mas também é preciso destacar que a maioria das categorias de lojistas se situam num intervalo contributivo que variava entre os cerca de 25\$000 e pouco mais de 50\$000 réis. Se se restringir a observação às categorias quantitativamente mais representativas no pequeno comércio de Lisboa, as dos taberneiros, dos merceeiros e dos donos de lojas de roupas, então as diferenças ainda se esbatem mais, variando as contribuições agora entre 29 e 42 mil réis. De realçar ainda que os dois últimos tipos de lojistas, aparentemente, os mais propensos ao associativismo, apresentam um nível de rendimento, inferido das contribuições que lhes são indicadas, praticamente equivalente.

Acresce a tudo isto um outro factor, sem dúvida, determinante para a construção daquela imagem identitária entre os lojistas de Lisboa: a noção de todos, praticamente sem excepção, terem passado por uma crise pronunciada na década de 1890 que, mesmo afectando de modo diferente as várias categorias de lojas, deixou marcas visíveis ao nível da redistribuição geográfica e do próprio crescimento do número de lojas, interrompido nesta altura, bem como na percepção que os mesmos tiveram sobre os factores ou causas da mesma. Tão ou mais importante do que essa noção e os seus efeitos, foi a maneira como a crise do final do século XIX ajudou a moldar, de forma definitiva, o seu alinhamento político dentro da Monarquia, como se procurará evidenciar na última parte da tese.

A persistência de uma certa ideia de “crise” entre os lojistas de Lisboa

O tema da “crise” vai, a partir da década de 1890, tornar-se central no discurso do pequeno comércio lisboeta pois, se até então a expressão não era praticamente usada, nos anos que se seguiram ao *Ultimatum* vai verdadeiramente pulular os jornais dirigidos

à classe, os relatórios anuais da direcção da Associação dos Lojistas e estará sempre presente nos vários números do seu *Boletim* associativo²¹⁹.

Como é óbvio, para além de ser significativo destacar a frequência estatística da própria palavra que, de assunto quase ignorado no final da década de 1880, passou a tema predominante pelo menos até 1893²²⁰, o mais importante será perceber o que os lojistas entendiam por “crise”, os factores que os mesmos consideravam estar na base desta expressiva mudança no seu discurso e em que medida esses factores terão influenciado a sua auto-representação social e o seu posicionamento político, algo a que se procurará dar uma primeira resposta aqui, numa perspectiva mais de âmbito económico-social, mas que só será cabalmente entendido em conjunto com as análises a desenvolver nas partes seguintes da tese, onde se abordarão as vertentes do associativismo, da defesa dos interesses da classe e da intervenção política dos lojistas.

A primeira entrada em cena do tema da “crise”, de forma destacada, dá-se já no segundo semestre de 1890 e integra-se nas ondas de patriotismo que varreram o país após o *Ultimatum* de 11 de Janeiro, o tratado anglo-luso de 20 de Agosto e o *Modus-Vivendi* de 14 de Novembro²²¹. É precisamente nos protestos que a ACLL organizou

²¹⁹ No período agudo da crise, nos anos de 1891 a 1893, será analisado com maior destaque o jornal *O Lojista* publicado, precisamente, entre estas duas datas. Os relatórios das direcções eram publicados e distribuídos pelos sócios da ACLL todos os anos, desde 1870, apresentando um resumo das principais actividades desenvolvidas. O *Boletim da ACLL* foi fundado em Janeiro de 1888, após proposta feita por José Pinheiro de Melo, presidente da Assembleia-geral da ACLL, em reunião desta, datada de 6 de Dezembro de 1887, e era publicado mensalmente. Cf. ACLL, *Relatório de 1888*, pp. III-IV. Com a análise dos temas tratados no *Boletim* e nos relatórios, é possível observar que a temática da “crise” não aparece em 1887, surge duas vezes em 1888 e uma apenas em 1889, mas logo em 1890 é referida 8 vezes, só suplantada pela questão dos impostos, com a qual se liga intimamente (como acontecerá em 1892), sendo a mais referida em 1891 (15 vezes) e 1893 (11 vezes).

²²⁰ Este ano acabou por corresponder, por uma coincidência de factores, ao último em que foi possível analisar em conjunto as fontes acima referidas. O jornal *O Lojista* terminou a sua publicação em Dezembro de 1893, no mesmo mês *O Boletim* foi interrompido, só regressando em Janeiro de 1901. Quanto aos relatórios anuais, o interregno manteve-se entre 1893 e 1897. Em relação ao jornal nada foi possível apurar, mas as publicações da ACLL foram suspensas devido à dissolução da Associação imposta pelo governo Regenerador em Janeiro de 1894.

²²¹ Sobre o patriotismo e a convulsão político-social de 1890 veja-se TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Ultimatum Inglês. Política externa e política interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Alfa, 1990 e RAMOS,

contra estes dois últimos que os lojistas efectuam uma primeira análise sobre o “período angustioso que o país” atravessava. O quadro era pintado a traços muito negros e todos os sectores de actividade eram caracterizados como vivendo dias difíceis, no meio de uma “decadência assustadora”. Transparece um óbvio exagero, inflacionado pelo patriotismo do momento, mas a conclusão a que chegavam os homens do pequeno comércio de Lisboa demonstra igualmente que estavam atentos aos sinais financeiros da altura que prenunciavam “a ruína do nosso crédito (...) num período que não se nos afigura muito longo!”²²²

A “crise financeira” já não era novidade e o mesmo acontecia com as dificuldades por que passavam várias indústrias, “colocadas na mais desoladora e precária situação”, que acabavam por atingir sobretudo as “classes pobres” e as “classes trabalhadoras”, pelo aumento do preço dos “géneros de primeira necessidade” e pela “miséria” que as forçava à “emigração para o Brasil”²²³. Mas os tempos sombrios atingiam também directamente os lojistas e, logo no ano seguinte, as falhas na circulação monetária levavam a que “os ânimos da classe comercial” começassem a ficar “exaltados”, tendo em conta a “grave crise que tanto afecta a todos” e o facto do “comércio a retalho [ser] o que mais sofria”²²⁴. O pequeno comércio que, pelo próprio discurso, se considerava ainda “ordeiro”, reconhecedor da “utilidade da manutenção da ordem”, sentia-se agora “indignado contra o lamentável estado de coisas que estava afectando o país” e ameaçava, inclusive impondo prazos, com o encerramento das portas dos

Rui, *A Segunda Fundação...*, pp. 69-144. A participação dos lojistas nesta conjuntura política será destacada na última parte da tese.

²²² As afirmações foram retiradas do texto da representação contra o *Modus-vivendi*, redigida a 1 de Dezembro de 1890. ACLL, *Relatório de 1890*, pp. 128-129. Mas elas reproduzem, em boa medida, os argumentos que já tinham sido enunciados na representação contra o tratado de 20 de Agosto, datada de 15 de Setembro. ACLL, *Relatório de 1890*, pp. 103-106.

²²³ ACLL, *Relatório de 1890*, pp. 17-18, 109-111 e 128.

²²⁴ ACLL, *Actas da Direcção, 1889-1893*, p. 136 e ACLL, *Relatório de 1891*, pp. 59 e 62.

estabelecimentos e com “inevitáveis perturbações de ordem pública” a que a sua determinação de “paralisar todas as suas transacções” acabaria por levar²²⁵.

É óbvio que as causas desta situação, da “gravíssima situação em que se acha o comércio”, eram a crise financeira e a “crise monetária” provocadas pela dificuldade em conseguir empréstimos no estrangeiro e pelo curso forçado do papel-moeda, instituído em 9 de Julho de 1891, crise que estava a ser acompanhada de forma atenta e preocupada pela ACLL. A reunião da direcção de 13 de Maio de 1891 foi quase exclusivamente dedicada a “uma prolongada discussão (...) acerca da crise comercial e monetária”. A forma muito negativa como estava a afectar o pequeno comércio ficava expressa nas palavras da direcção que decidia “empregar todos os meios dignos para combater o terror pânico que a todos atacara”²²⁶. Neste ponto, as “dificuldades”, a “crise”, a “situação aflitiva e dolorosa” sentidas pelos lojistas não se afastavam da realidade, não eram exagero²²⁷. A crise começou logo no Verão de 1890, quando os regeneradores não conseguiram um empréstimo em Paris. Para além de não conseguir dinheiro, “o Estado era obrigado a gastar muito mais no auxílio a bancos e companhias à beira da falência.”²²⁸ Em 7 de Maio do ano seguinte, a falta de liquidez no mercado financeiro levava o Governo a autorizar “o Banco de Portugal a deixar de converter em ouro as suas notas. Era a crise total.” Depois do curso forçado, o Governo chegou mesmo a ter de comprar, em Agosto, “máquinas para cunhar moedas de trocos e evitar a ruptura total dos pagamentos e das transacções comerciais no País.” A crise dos câmbios fez depreciar a moeda portuguesa e gerou uma alta dos preços dos produtos vendidos nas cidades, e que tinham em grande medida de ser importados²²⁹, com o que

²²⁵ ACLL, *Boletim*, n.º 33, Agosto de 1890, p. 2; ACLL, *Relatório de 1890*, p. 16 e ACLL, *Relatório de 1891*, pp. 59-61.

²²⁶ ACLL, *Actas da Direcção, 1889-1893*, p. 112.

²²⁷ ACLL, *Relatório de 1891*, pp. 60 e 64-65.

²²⁸ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 155.

²²⁹ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 156.

sofriam os consumidores, como a ACLL tinha apontado, mas que não deixaria de afectar também os lojistas, pois eram estes a sentir o primeiro embate do descontentamento popular pelo aumento do custo de vida e pela contracção do consumo.

Porém, não era só a Associação dos Lojistas que transmitia uma ideia de crise. Apesar de periodicamente acarinhados ou criticados pelos periódicos da época, a partir de Agosto de 1891 os lojistas de Lisboa passaram a contar com uma voz própria na imprensa. No dia 14 desse mês saiu o primeiro número do jornal *O Lojista*. As preocupações que expressava eram as que no momento afligiam o público-alvo deste novo órgão. A questão financeira e a crise monetária, com origem no “câmbio do Brasil”, foram desde logo temas principais a explorar no primeiro mês de tiragens²³⁰ de uma publicação que se dizia representante da classe e que era editada por quem, anos antes, já tinha dado à estampa outra tentativa, aparentemente frustrada, de criar uma imprensa periódica ligada directamente aos interesses do pequeno comércio de Lisboa²³¹. Este novo esforço acabaria por se revelar um relativo êxito, traduzido em 82 números publicados entre a data referida e Dezembro de 1893. A diferença estava na conjuntura económica e na exploração de um sentimento de crise que estava agora a ser vivido e sentido pelos lojistas da capital. O discurso do jornal era de tal maneira apelativo que a própria ACLL, no final de 1891, passou a recomendar nas páginas do *Boletim* a leitura deste “excelente periódico”²³².

As características da crise eram minuciosamente apresentadas. Quando antes comprava a prazo, podendo pagar a 3 e a 6 meses, ficando assim com tempo para gerir

²³⁰ *O Lojista*, n.º 1, 14 de Agosto de 1891; n.º 2, 26 de Agosto de 1891; n.º 3, 3 de Setembro de 1891 e n.º 4, 10 de Setembro de 1891.

²³¹ O proprietário e administrador do jornal era Aniceto José Rodrigues que, em 1877, lançou um *Jornal dos Lojistas. Folha dedicada ao comércio português*, de que se conhecem apenas 7 números publicados entre Agosto e Setembro desse ano.

²³² ACLL, *Boletim*, n.º 49, Dezembro de 1891, p. 7 e n.º 51, Fevereiro de 1892, p. 4.

melhor as suas rendas, o lojista no presente tinha de pagar adiantado as suas mercadorias e, em consequência, era obrigado a “vender mais depressa” para conseguir rapidamente realizar o capital necessário a novo abastecimento de stock. Para além disso, a diferença no câmbio obrigava agora “o comerciante a vender mais caro, com manifesta indisposição do comprador.” Em 1892 a situação parecia estar pior, pois as vendas tinham baixado, o negócio estava em crise e, segundo o jornal, o “número de pequenos negócios que está suspendendo pagamentos é considerável”, existindo estabelecimentos onde se reduzia o número de empregados, outros onde os patrões propunham “aos caixeiros e empregados” conservarem-se apenas “pela alimentação”. A crise tinha começado por afectar a “classe operária”, argumento em sintonia com o que a ACLL já afirmava em 1890, mas começava “a seguir por entre a pequena burguesia”, ou seja, afectava directamente as duas componentes sociais mais significativas da clientela das lojas. Na “pequena burguesia”, *O Lojista* incluía obviamente os seus leitores que faziam a vida atrás do balcão, mas também os funcionários do Estado que tinham sofrido “desfalques nos seus vencimentos”, pois esta “classe numerosa reduz naturalmente as despesas em proporção com a minguada das receitas.”²³³

Os “desfalques” eram uma referência às medidas adoptadas por Oliveira Martins, ministro da Fazenda do governo de José Dias Ferreira que, em Janeiro de 1892, tinha substituído o do general João Crisóstomo de Abreu e Sousa. Oliveira Martins, crítico da política de “manutenção de desequilíbrios nas contas do Estado”, procurou debelar a crise com um conjunto de medidas que não eram novas e passavam por “aumentar os impostos por forma a saldar as contas do Estado, em vez de recorrer à emissão de mais dívida.” Começou pela “única fonte de impostos imediatamente acessível e de produto seguro, os rendimentos dos títulos da dívida pública. Era uma manobra altamente

²³³ *O Lojista*, n.º 28, 17 de Abril de 1892 e n.º 30, 30 de Abril de 1892.

impopular”²³⁴, como a ACLL fez questão de frisar no seu relatório de 1892, ao comentar os acontecimentos associativos e políticos do ano, caracterizando, em tom irónico, o ministro da Fazenda como detendo “créditos de profundo economista”, ao mesmo tempo que declarava os efeitos prejudiciais das suas medidas para o “movimento comercial.”²³⁵

Que medidas eram essas, consideradas pelos lojistas como tendo influído “prejudicialmente” na vida comercial do país e, em particular, dos seus associados, público imediato do relatório anual? Além do aumento de impostos cobrados sobre os juros das inscrições de dívida pública, a ACLL destacava o cercear dos “ordenados dos empregados públicos” e a alteração das pautas alfandegárias, consideradas verdadeiramente “proibitivas”²³⁶. No fundo, iniciativas que afectavam ou tenderiam a afectar de forma mais ou menos significativa a actividade do comércio retalhista. Em primeiro lugar, cortava-se nos rendimentos da própria associação que investia regularmente os excedentes dos seus saldos anuais na aquisição de títulos de dívida pública e obrigações várias. A comparação das verbas obtidas por esta rubrica no orçamento da ACLL em 1891 e 1892 levou à verificação de uma quebra acentuada deste tipo de rendimentos. Em 1891 a associação apresentava um rendimento por juros de papéis de crédito na ordem dos 359\$290 réis, já depois de deduzidos os impostos. No ano seguinte este valor, apesar da subida dos valores nominais e correspondentes juros ilíquidos, quedou-se pelos 287\$170 réis, já deduzidos do novo imposto. Ou seja, a ACLL perdeu 72\$120, cerca de 2% das suas receitas anuais, tendo em conta o orçamentado em Dezembro de 1892²³⁷. Sendo este tipo de investimentos privilegiados

²³⁴ LAINS, Pedro, “A crise financeira de 1891...”, pp. 69-70.

²³⁵ ACLL, *Relatório de 1892*, p. 5.

²³⁶ ACLL, *Relatório de 1892*, p. 5.

²³⁷ ACLL, *Relatório de 1891*, p. 18 e *Relatório de 1892*, p. 30. Esta preocupação não passava em claro aos sócios, como se depreende pela crítica que é feita em assembleia-geral ao “enorme imposto que vem

pela associação (durante largos anos foram mesmo os únicos), não será descabido supor que o mesmo se verificasse junto dos seus associados e, como é óbvio, no seio da classe lojista de Lisboa em geral²³⁸. A ser assim, era natural que um aumento para 30% no imposto que incidia sobre os juros fosse muito “impopular” e colocasse uma boa parte da classe dos pequenos comerciantes em rota de colisão com o governo de Dias Ferreira. Em última análise, eram as suas poupanças e pequenos investimentos que consideravam estar em perigo.

Em segundo lugar, o corte nos vencimentos dos empregados públicos era outra medida que só poderia ser considerada como pouco simpática por parte dos lojistas. Tendo em conta o elevado número de funcionários do Estado existentes em Lisboa e o facto de estes serem potenciais clientes das mercearias e mais lojas da cidade, a alusão a esta medida no relatório anual da ACLL, onde os merceeiros ocupavam uma parte significativa da lista de sócios não pode ser entendida de forma inocente²³⁹. Diminuindo o vencimento dos funcionários do Estado, diminuía igualmente o dinheiro disponível nas bolsas na hora de se deslocarem à loja e, em igual proporção, por certo, baixava o volume de vendas ou aumentavam as folhas nos livros de “fiados”. Como se viu atrás, essas consequências eram destacadas no jornal *O Lojista* que chamava a atenção,

sobrecarregar o (...) fundo social [da ACLL], constituído por títulos de dívida pública.” Cf. ACLL, *Boletim*, n.º 53, Abril de 1892, p. 3.

²³⁸ Rui Ramos refere que muitos portugueses viam nas operações de empréstimo ao Estado e nos títulos da dívida pública um bom investimento, com juros garantidos e elevados. RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 159.

²³⁹ Pedro Tavares de Almeida, na sua tese de doutoramento refere não ser possível efectuar uma “quantificação rigorosa”, mas que estudos parcelares apontavam para uma “elevada concentração [de funcionários públicos] na capital”. Cf. *A construção do Estado liberal: elite política e burocracia na “Regeneração”: 1851-1890*, Lisboa, Tese de doutoramento em Sociologia política apresentada na FCSH, 1995, p. 274. A mesma conclusão é destacada por Luís Espinha da Silveira, apesar dos dados apresentados se referirem a 1854. Neste ano existiriam cerca de 46 mil funcionários ao serviço do Estado, sendo que 34% dos mesmos estavam em Lisboa (no distrito, incluindo os ministérios da Guerra e Marinha). Em 1890 o número total de funcionários ascendia já a quase 53 mil. Se, como mero exercício estatístico, a estes números se aplicar uma proporção semelhante à de 1854, cerca de 1/3, então o número de funcionários no distrito não deveria andar longe, hipoteticamente, dos 18 mil, a esmagadora maioria na própria cidade de Lisboa, o que representaria cerca de 6% da população da capital na mesma data, ou seja, uma fatia significativa de potenciais clientes do pequeno comércio, ainda mais importante caso se incluísse neste cálculo o conjunto de indivíduos dependentes, entre família e criados. Cf. SILVEIRA, Luís Espinha da, “A Administração do Estado em Portugal no Século XIX”, in *Los 98 Ibéricos y el Mar*, tomo III, El Estado y la Política, Madrid, Sociedad Estatal Lisboa 98, 1998, pp. 317-333.

igualmente, para o problema que constituía essa outra contrariedade “não menos onerosa, a dos *fiados*”²⁴⁰.

Em terceiro lugar, as alterações das pautas alfandegárias, pelo aumento das taxas, tinham levado ao crescimento dos preços. Sobre isso não se esquecia de falar *O Lojista*, referindo, em artigo de Junho de 1892, que todos os géneros alimentícios tinham sofrido aumentos em virtude das alterações das pautas e do câmbio desfavorável²⁴¹. As novas pautas tinham sido aprovadas em Março, fruto de um processo negocial e de pressões económicas e políticas que vinham já de meados da década de 1880, aparentemente numa jornada parlamentar rápida e sem grandes discussões²⁴². Numa altura de crise, esta pressão inflacionista nunca poderia ser encarada como benéfica para a actividade de quem, atrás do balcão, tinha de explicar aos clientes mais um encarecimento do custo de vida. O certo é que se assistiu a uma “retracção do consumo. (...) Aqueles que viviam de ordenados e de juros da dívida pública, tiveram de apertar o cinto”²⁴³, no fundo, “a diminuição das vendas era resultado da redução dos vencimentos e dos juros.”²⁴⁴

O sentimento de crise era ainda traduzido em vários artigos e notícias dedicados ao pequeno comércio noutros jornais da época, num processo classificado de “coleccionismo” jornalístico de “sinais de crise”²⁴⁵. Como é óbvio, numa parte dos casos estas “colecções” não eram isentas de uma perspectiva puramente política, impregnada de influências partidárias ligadas, no que aos interesses dos lojistas diz respeito, aos progressistas e aos republicanos, mas representavam também mais um

²⁴⁰ *O Lojista*, n.º 30, 30 de Abril de 1892 (itálico no original).

²⁴¹ *O Lojista*, n.º 37, 20 de Junho de 1892.

²⁴² *O Lojista*, n.º 23, 8 de Março de 1892 e VALÉRIO, Nuno (coord.); NUNES, Ana Bela; BASTIEN, Carlos; MATA, Maria Eugénia, *Os impostos no Parlamento português...*, p. 73. Sobre o processo político que levou à aprovação das novas pautas em 1892 veja-se SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo...*, em especial as páginas 139 a 142.

²⁴³ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 168.

²⁴⁴ *O Lojista*, n.º 30, 30 de Abril de 1892. Na assembleia-geral da ACLL de 20 de Abril foi precisamente referido que “as pautas vêm prejudicar gravemente o comércio de retalho.” Cf. ACLL, *Boletim*, n.º 54, Maio de 1892, p. 5.

²⁴⁵ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 168.

testemunho de que a estagnação observada nas licenças de estabelecimentos era um reflexo das reais dificuldades porque estava a passar o comércio retalhista de Lisboa.

O articulado do *Século* é, neste ponto, particularmente interessante. Num editorial de Maio de 1891, intitulado “A crise monetária”, o jornal fala da troca de notas e do ágio que gerava essa necessidade de conseguir dinheiro em metal, chamando a atenção para a “agiotagem” e para as dificuldades que o comércio estava a sentir para descontar letras junto dos bancos. Era dada uma atenção especial ao “pequeno comércio [que] está lutando com graves dificuldades financeiras e o dia 20 ou 25 do corrente avizinha-se para ele como um espectro de terror, porque [os lojistas] antecipadamente sabem que, se a confiança não se restabelecer prontamente e as transacções comerciais não entrarem num período de normalidade, não poderão obter dinheiro para pagar as rendas das lojas em que funcionam os seus estabelecimentos.”²⁴⁶ Às dificuldades reais sobrepunha-se, então, uma certa ideia de “crise” que – como referia o *Diário Popular*, outro dos periódicos que muitas vezes se dedicava às causas dos lojistas – resultava do “pânico e da desconfiança de que tanta gente anda possuída e que são os mais perigosos agentes desta grave situação.”²⁴⁷

Porém, para os lojistas, fosse através do discurso oficial da sua associação representativa, através de testemunhos individuais ou de artigos de jornais, as causas “desta grave situação” deviam ser procuradas mais fundo, nas “conveniências partidárias” e na falta de “uma administração cordata, sensata e enérgica”²⁴⁸. Era às “péssimas negociações feitas pelas câmaras e pelos governos” que se deveria assacar as responsabilidades pelo “estado desgraçado em que se acha o comércio”²⁴⁹. Podiam

²⁴⁶ *O Século*, n.º 3328, 11 de Maio de 1891.

²⁴⁷ *Diário Popular*, n.º 8626, 12 de Maio de 1891. A expressão aparecia numa notícia sobre uma possível reunião dos corpos gerentes da ACLL destinada a “apreciar os acontecimentos resultantes da crise monetária”, a qual efectivamente teve lugar no dia 13 de Maio, como já foi indicado atrás.

²⁴⁸ ACLL, *Relatório de 1890*, p. 129.

²⁴⁹ ACLL, *Boletim*, n.º 49, Dezembro de 1891, p. 4.

mesmo ir mais além, quando a militância republicana estava presente e se sobrepunha ao discurso do interesse de classe, contrapondo aos “sacrifícios” que eram impostos ao “povo” os gastos feitos com a família real. A inflamada comparação foi feita em assembleia-geral de 18 de Julho de 1890, por Domingos Baptista Cabeça, um pequeno comerciante da rua de Santo Amaro, sendo o seu discurso “calorosamente aplaudido com uma salva de palmas pela assembleia.”²⁵⁰ O mesmo lojista, um ano depois, afirmando não querer “discutir a pessoa do rei”, acabava por o responsabilizar pelo agravamento das “despesas” do Estado e pelo aumento da “desconfiança”²⁵¹.

Também nas reuniões da direcção não se perdia a oportunidade para criticar aqueles que “concorreram para a situação calamitosa” em que todos se encontravam, ou seja, os sucessivos governos, como era afirmado por José Cupertino Ribeiro em 29 de Julho de 1891²⁵². Era ao “devaneio político” que os lojistas atribuíam a causa de todos os males. “Foram os sucessivos erros económicos e administrativos, a prodigalidade escandalosa dos gastos, a decadência se não a completa perversão do senso moral na gerência dos negócios públicos”, no fundo, “os desatinos dos governantes” que colocaram o país em dificuldades. Ainda em 1891, a crise, que prometia deixar “milhares de famílias (...) sem pão”, resultava de um orçamento sem “economias” e com demasiados gastos considerados supérfluos com um “pomposo e garrido corpo diplomático e consular, (...) palácios ornados com magnificência, (...) cohortes de

²⁵⁰ ACLL, *Boletim*, n.º 33, Agosto de 1890, p. 3. O lojista surge como “comerciante” nos recenseamentos eleitorais de 1890 e 1894, mas a assunção que era um “pequeno comerciante” resulta do facto de ter sido recenseado na qualidade de “chefe de família” uma vez que os seus rendimentos não seriam suficientes para lhe garantir o estatuto de eleitor, como era definido na lei de 8 de Maio de 1878 que mudou os critérios de elaboração do sufrágio, antes decretados a 30 de Setembro de 1852. Cf. Arquivo Histórico Parlamentar (AHP), Assembleias Eleitorais Monárquicas (AEM), cx. 1734D, S Isabel (2ª assembleia) e cx. 1890D, S. Isabel (intra-muros, 2ª assembleia). A partir de 1878 passaram então a ser “eleitores e para isso considerados como tendo a renda do artigo 5º, n.º 1 do decreto eleitoral de 30 de Setembro de 1852, os cidadãos portugueses de maior idade que souberem ler e escrever, ou forem chefes de família.” Cf. ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Legislação Eleitoral Portuguesa, 1820-1926*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, pp. 220 e 307.

²⁵¹ ACLL, *Boletim*, n.º 45, Agosto de 1891, p. 8.

²⁵² ACLL, *Actas da Direcção, 1889-1893*, p. 137. Cupertino Ribeiro pertencia já ao Partido Republicano, no qual viria mais tarde a ocupar cargos de destaque. Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (GEPB)*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1978, vol. 25, p. 624.

directores gerais, nuvens de conselheiros superiores, avalanches de comarcas e de juizes (...).²⁵³ Em 1892, a situação mantinha-se, bem como as justificações e soluções. A crise comercial era grave e devia-se, em grande medida, à “falta de moralidade, tino político e patriótico dos governos.” A solução não passava pelo “exagero da tributação”, fosse nos “impostos directos” ou nas “pautas”, que resultaria numa “considerável diminuição do movimento comercial”, mas uma vez mais pela “economia de 3000 contos no orçamento” que o novo governo previa²⁵⁴.

Não se julgue, porém, que o verdadeiro crescendo deste discurso contra a classe política, os privilegiados e, em última análise, contra o monarca, era um exclusivo da ACLL ou dos lojistas de Lisboa, apesar de ser visível um tom mais radical. O mesmo se passava na segunda cidade do país, o mesmo sentimento e iguais responsabilidades eram descritas numa representação que o Centro Comercial do Porto enviou ao monarca, em Maio de 1891, secundada pela ACLL que a publicou no seu *Boletim*. Eram precisas “severas economias” nos serviços dependentes do Estado para conseguir tirar o país da “terrível crise financeira e económica que nos esmaga”, cuja responsabilidade assentava em parte no “descrédito” do sistema parlamentar que tinha regido os “sessenta anos de liberalismo” já vividos²⁵⁵. No fundo, a política e os políticos, o Estado e o seu peso, os ricos e os seus privilégios eram considerados como a verdadeira causa da crise vivida por esta “pequena burguesia”.

Para a esconjurar era destacada a importância da intervenção das associações de classe a ela ligadas. Nas suas próprias palavras, elas eram decisivas para repor as condições de confiança dos agentes económicos e da população em geral, uma vez que os governos não conseguiam cumprir uma obrigação que era sua. A ACLL tinha em pensamento precisamente estes aspectos, primeiro, ao referir como determinante a

²⁵³ ACLL, *Boletim*, n.º 40, Março de 1891, pp. 4-5.

²⁵⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 52, Março de 1892, p. 4 e *O Lojista*, n.º 30, 30 de Abril de 1892.

²⁵⁵ ACLL, *Boletim*, n.º 43, Junho de 1891, pp. 4-6.

“propaganda” que tinha levado a cabo em 1891 para “desvanecer a desconfiança e o terror” gerados pela crise monetária, conduzindo a que “os pagamentos e transacções nos estabelecimentos [fossem] realizados sem a mais pequena relutância no recebimento de papel”²⁵⁶; depois, ao lamentar que a situação do país, resultante da “instabilidade dos poderes nestas sucessivas mutações políticas”, tivesse chegado ao ponto de levar à “necessidade da intervenção directa das colectividades”²⁵⁷. Além disso, estas demonstravam ser necessárias para despertar do “indiferentismo” e unir a “classe dos comerciantes a retalho” com o objectivo de denunciar e combater as “difíceis circunstâncias” em que se encontrava. Era isso que a levava a apoiar as iniciativas e representações do Centro Comercial do Porto, a congratular-se pela fundação de uma “instituição (...) irmã”, como era a Associação Comercial de Lojistas do Porto, significativamente criada em 10 de Maio de 1892, no meio da crise, ou a declarar que não havia melhor “oportunidade” de destacar o “verdadeiro papel” da associação do que “esta em que nos achamos na presença de umas poucas de crises: crise financeira, política e social”²⁵⁸.

Se a ideia de “crise” que então se instalou e as causas apontadas para a mesma não estavam totalmente isentas de uma certa visão política e denunciavam até algum grau de comprometimento partidário, que poderia levar a “dramatizar” as dificuldades, a análise sobre a evolução geral do pequeno comércio não parece deixar dúvidas sobre uma real estagnação das actividades comerciais da cidade levando, certamente, algumas lojas à

²⁵⁶ ACLL, *Boletim*, n.º 43, Junho de 1891, p. 1. A ideia de confiança no chamado “papel-moeda”, o facto de “as notas do Banco de Portugal [terem sido] sempre aceites pelo seu valor facial”, é aliás um dos elementos apontados por Rui Ramos para justificar a sua afirmação que a crise da década de 1890 não foi assim tão grave e que “os contemporâneos tenderam a dramatizar.” Cf. RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 154.

²⁵⁷ ACLL, *Boletim*, n.º 56, Julho de 1892, p. 3.

²⁵⁸ ACLL, *Boletim*, n.º 45, Agosto de 1891, p. 1 e n.º 56, Julho de 1892, pp. 1-3. De notar ainda o “voto de satisfação” pela fundação, provavelmente nos meses de Junho ou Julho de 1892, de outra colectividade ligada aos interesses comerciais, a “Associação Comercial do Beato e Olivais”. ACLL, *Boletim*, n.º 57, Agosto de 1892, p. 1. Esta vaga de criação de associações ligadas aos lojistas estava em sintonia, aliás, com o que se passava no resto da Europa, no final do século XIX. Cf. BLACKBOURN, David, “Between resignation and volatility...”, p. 35.

falência e a fecharem as suas portas, para além de gerar agora uma menor atractividade para quem estivesse a equacionar uma vida atrás do balcão, uma vez que parecia estar a aumentar a incerteza no futuro dos pequenos negócios. Os relatos sobre o encerramento de estabelecimentos comerciais na cidade, ao longo dos 40 anos estudados, surgem efectivamente em grande número neste período, com destaque para uma afirmação sobre o fecho de “400 estabelecimentos” em Lisboa, no ano de 1892, o que significa, antes de mais, que o fenómeno das falências só nesta altura assumiu proporções que justificassem a sua inclusão no discurso da pequena burguesia comercial lisboeta²⁵⁹. Os lojistas pareciam estar a dramatizar, mas era uma reacção às dificuldades que estavam já a sentir.

Inflacionada por uma retórica de “crise” a afirmação denunciava, assim, um mal-estar evidente entre os homens do comércio de Lisboa. Ao longo de 1892 e 1893 o jornal *O Lojista* referiu, com bastante insistência, um aumento do número de falências entre o pequeno comércio de Lisboa. Em Março de 1892 começou por afirmar que esse parecia ser um fenómeno recorrente nos últimos tempos e centrado numa determinada actividade, pois “todos os anos são numerosas as falências no negócio de géneros alimentícios”²⁶⁰. Nos meses seguintes e em 1893 os relatos mantêm-se, “falências não

²⁵⁹ A referência aos 400 estabelecimentos teve origem numa representação mais ou menos inflamada que a Associação Comercial de Lisboa enviou à Câmara dos Pares em Julho de 1893, em protesto contra o aumento das taxas da contribuição industrial. Apesar de repetida numa assembleia-geral da ACLL, em 20 de Julho de 1893, por Teixeira Bastos, em 1894, e mais recentemente pela historiografia, essa contagem não correspondia totalmente à realidade ou era influenciada pelo momento de contestação à política fiscal que se vivia, uma vez que foi possível verificar que o número de licenças de estabelecimentos em 1892 não diminuiu em relação ao ano anterior, pelo contrário, e, apesar da estagnação referida atrás e de na reunião da ACLL se afirmar que isso era a “verdade constante dos arquivos municipais”, em nenhum dos anos entre 1890 e 1894 se registou uma quebra com esse volume. AML, *Licenças para Estabelecimentos de Comércio e Indústria*, 1890-1894; ACLL, *Boletim*, suplemento ao n.º 69, Agosto de 1893, p. 2; BASTOS, Teixeira, *A Crise*, Porto, 1894, p. 363; CASTRO, Armando de, “Tensões e modificações económico-sociais (1890-1910)”, in José Hermano Saraiva (dir.), *História de Portugal*, Vol. 6, Lisboa, Alfa, 1982, p. 236; RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 168 e SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo...*, p. 161.

²⁶⁰ *O Lojista*, n.º 23, 8 de Março de 1892.

faltam”, estava a “aumentar” o encerramento de “muitos estabelecimentos” e isso era uma prova da crise que afectava o comércio desde o *Ultimatum* inglês²⁶¹.

Neste aspecto e pelos exemplos detectados para o estrangeiro, a capital portuguesa não seria um caso isolado na Europa do final do século. A chamada “Grande Depressão” (1873-1896) estava a afectar lojistas também noutros países, como na França, onde na viragem do século foi possível detectar uma percentagem muito elevada de falências e trespases entre os pequenos negócios, ou na Alemanha, que viu o número de falências entre os lojistas aumentar de forma significativa depois de 1890. O mesmo, aliás, estava a acontecer do outro lado do Atlântico, com os lojistas do Canadá a verem chegar a falência em grande número²⁶².

Os vários olhares sobre a “crise”, conjugados com a análise feita sobre as características e evolução do pequeno comércio de Lisboa, levam à elaboração de uma hipótese que pode ajudar, juntamente com o que será abordado nas restantes partes da tese, na explicação do que se considera ter sido um peculiar posicionamento político dos lojistas de Lisboa, no final da Monarquia, por comparação com o estrangeiro. Parecendo, como efectivamente terá ficado demonstrado, que o quadro evolutivo do pequeno comércio de Lisboa é aquele que ficou expresso acima, então, o crescimento observado depois de 1900 vem contrariar, em parte, o que Vasco Pulido Valente supõe ter sido a chave para a compreensão da “súbita ressurreição do PRP” depois de 1903: o facto de, “entre o fim dos anos 90 e 1910, as condições económicas das pequenas empresas – tanto industriais, como comerciais – [terem] sofrido uma certa

²⁶¹ *O Lojista*, n.º 28, 17 de Abril de 1892; n.º 30, 30 de Abril de 1892; n.º 39, 5 de Julho de 1892; n.º 62, 24 de Junho de 1893 e n.º 64, 8 de Julho de 1893.

²⁶² BLACKBOURN, David, “The Mittelstand in German Society and Politics...”, p. 411; DENECKE, Dietrich; SHAW, Gareth, “Traditional retail systems in Germany”, in BENSON, John; SHAW, Gareth (ed.), *The Evolution of Retail Systems 1800-1914*, Leicester, Leicester University Press, 1992, p. 85; HAUPT, Heinz-Gerhard, “The Petty Bourgeoisie in Germany and France...”, p. 313; NÚÑEZ SEIXAS, Xoxé M., “Una clase inexistente?...”, p. 24; MONOD, David, *Store wars...*, p. 25.

deterioração”, sendo esta suposta crise a explicação para a “militância política”, entre outros, dos lojistas²⁶³. Ora, não só a suposição de Pulido Valente parece assentar em pressupostos que não se verificam, pelo menos no que às “pequenas empresas” comerciais diz respeito, como a cronologia fundamental para a explicação dessa “militância” parece estar desfasada, devendo recuar cerca de 10 anos e ser procurada numa certa ideia de “crise” que se desenvolveu entre os lojistas de Lisboa, com maior persistência, a partir da década final de oitocentos.

Contudo, essa noção que tendia a ver nos políticos e, em última análise, na Monarquia a causa das dificuldades que afectavam os lojistas não derivava somente das condições concretas da economia, era igualmente afectada por um outro conjunto de factores, uns ausentes ou com pouca influência na elaboração da percepção de crise que os lojistas estavam a construir, outros mais determinantes nesse processo, mas todos importantes para se perceber a ligação privilegiada que os homens do pequeno comércio vão desenvolver, a partir desta altura, ao republicanismo e a evolução diferenciada que essa associação vai apresentar em relação ao que pela mesma altura estava a ser a tendência de alinhamento político maioritária entre os lojistas europeus. As próximas páginas vão constituir, numa perspectiva comparativa com o estrangeiro, uma análise sobre esses factores.

Uma evolução peculiar no quadro europeu

Pelo que foi possível apurar através dos dados ao *Anuário Estatístico* o número de lojistas existentes em Lisboa em 1890 correspondia a cerca de 13% do total do continente, valor praticamente idêntico ao de 1900 e que, com as devidas cautelas, por se tratar de valores para 1915, parecia estar a regredir no final da Monarquia (quadro 4).

²⁶³ VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo*, p. 52.

Este facto, à primeira vista, pode levar a crer numa superabundância de lojas na capital de que fala Vasco Pulido Valente ao referir a existência em Lisboa de “uma camada de lojistas, pequenos comerciantes e donos de oficinas anormalmente numerosa”, observando apenas o ano de 1911²⁶⁴. À semelhança do que acontecia no estrangeiro, essa superabundância estaria a provocar uma crise de concorrência entre os lojistas, criando ou agravando uma crise económica no seio da pequena burguesia comercial lisboeta. Ora, acontece que não só é discutível que os primeiros anos do século XX tenham sido uma época de excesso de concorrência ou, pelo menos, de agravamento da mesma entre o pequeno comércio, como se procurará justificar, como é precisamente a ausência desse fenómeno que, em parte, ajuda a explicar que os lojistas de Lisboa tenham caminhado para a esquerda do espectro político, quando a tendência geral na Europa era precisamente contrária.

Neste ponto é importante retomar a referência que se fez no início à população, pois se em 1890 os lojistas de Lisboa correspondiam a 13% do total do país e serviam cerca de 6% da população (percentagem da população portuguesa que vivia em Lisboa), 21 anos mais tarde continuavam a representar pouco mais de 13%, mas a clientela subiu para quase 8% do total dos portugueses (quadros 3 e 4). Apresentando as contas de outra forma, enquanto no ano do *Ultimatum* cada loja contava hipoteticamente com cerca de 38 clientes, no final da Monarquia eram já 41. A subida não parece significativa em termos absolutos, mas não deixa de representar uma variação positiva de quase 8% e de estar em sintonia com a tendência que foi possível calcular usando os quantitativos das licenças municipais. Assumindo que em 1890 o total de “lojistas e mais comerciantes” da cidade de Lisboa era de 10688, então o número de clientes por loja rondaria os 28, o que em parte pode até ajudar a explicar o sentimento de crise que

²⁶⁴ Cf. VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo*, pp. 46-48. Como já foi referido, a análise feita pelo autor em relação a 1911 foi efectuada com base na estatística de 1915, a mesma usada no quadro 4 já atrás analisado.

então se começou a viver entre o pequeno comércio da capital, como se viu, na medida em que o número de potenciais clientes parece relativamente reduzido. Porém, o valor sobe para os 38 em 1911, altura em que, de acordo com os totais de licenças, a capital contaria com 11373 estabelecimentos, o que representou uma variação positiva de quase 36% e terá implicado, como se pretende destacar a seguir, um alívio da pressão sobre os lojistas lisboetas.

A pergunta que se impõe a seguir a estes cálculos é se fará sentido a obtenção destes valores médios, sabendo que as várias categorias de lojistas tiveram ritmos diferentes de crescimento ao longo destes anos? A resposta parece positiva e justifica-se também pela necessidade de obter um conjunto de valores comparáveis com o que foi possível encontrar em diversos estudos sobre a evolução quantitativa, a caracterização socioeconómica e o posicionamento político dos lojistas em vários países. Efectivamente, tendo em conta o que se apurou nessa bibliografia, não só faz sentido essa estimativa, como ela permite, pela comparação com as conclusões que são adiantadas pelos restantes estudos, adiantar a primeira parte de uma hipótese explicativa para o que foi um percurso político peculiar da pequena burguesia comercial de Lisboa no final da Monarquia, dentro do quadro internacional.

Antes de passar à análise comparativa, uma primeira nota para sublinhar algo que em parte já foi referido, um pouco de passagem, no início da caracterização do comércio de retalho na capital: uma certa dificuldade que existe em obter números completamente fiáveis que permitam a apresentação de uma visão de conjunto sobre a pequena burguesia comercial entre 1870 e o início da Grande Guerra. Este é um problema, contudo, que não afecta só os dados sobre Lisboa, aliás, em certos aspectos, afecta menos as fontes disponíveis para a capital portuguesa do que para outras cidades ou

países, onde, por vezes, os investigadores sentiram necessidade de recorrer a estimativas e à utilização de testemunhos indirectos.

A Alemanha pode ser destacada como um caso onde não é fácil a evolução do número de lojas durante o século XIX. Aliás, os autores da afirmação chegam mesmo a generalizar essa lacuna das fontes para outros países. Assim, os valores que são apontados para o caso alemão resultam de estudos locais ou regionais e de estimativas nacionais. Uma dificuldade semelhante é realçada por Serge Jaumain, referindo que a pequena burguesia belga, apesar de numerosa, pouca documentação legou aos historiadores, sendo necessário recorrer a fontes complementares ou indirectas que nem sempre permitem traçar “com precisão” a evolução do pequeno comércio. No estudo sobre os lojistas de Milão, Jonathan Morris refere que “é impossível fornecer qualquer estimativa credível sobre o número de pequenos negócios na cidade”. Uma vez mais, os dados que apresenta referem-se a estimativas, neste caso, feitas com base nos censos populacionais. O mesmo acontece na Grã-Bretanha, onde “não existem dados fiáveis para mostrar a evolução do número de lojas (...) antes de 1914” e os valores que existem resultam de investigações com outros fins e que, por isso, não podem ser utilizados de forma directa. Por fim, refira-se o caso do Canadá, onde “as fontes disponíveis permitem apenas traçar um esboço sobre o desenvolvimento dos serviços de retalho”²⁶⁵.

No caso português, tanto a série das licenças de estabelecimentos, muito estável e com informações anuais, como a das “indústrias colectadas”, igualmente homogénea e permitindo uma visão de conjunto em três momentos-chave da evolução do pequeno comércio, permitem conhecer com um grau de aproximação razoável os quantitativos

²⁶⁵ DENECKE, Dietrich; SHAW, Gareth, “Traditional retail systems in Germany”, p. 83; JAUMAIN, Serge, *Les petits commerçants belges...*, pp. 14-15 e 37; MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan...*, p. 47; JEFFERYS, James B., *Retail trading in Britain 1850-1950*, Cambridge, University Press, 1954, pp. 14-15; MONOD, David, *Store wars...*, p. 25.

dos lojistas, algumas das suas características e evolução, apresentando-se como fontes complementares entre si. As informações recolhidas, tendo em conta até que uma mesma tipologia de fontes foi utilizada em alguns dos trabalhos indicados para o estrangeiro, permitem uma análise comparativa com o que, na mesma época, estava a acontecer com os lojistas de outros países (quadro 5)²⁶⁶.

Quadro 5 – Índices da evolução do número de lojistas e população²⁶⁷

	Anos	Índice	Índice Pop/Loj	Anos	Índice	Índice Pop/Loj
Lisboa I	P 1890	100	100	P 1911	146	136
	L 1890	100		L 1911	106	
Lisboa II	P 1890	100	100	P 1911	146	108
	L 1890	100		L 1915	137	
Portugal	P 1890	100	100	P 1911	119	90
	L 1890	100		L 1915	134	
Alemanha	P 1882	100	100	P 1906	140	56
	L 1882	100		L 1906	168	
Suécia	P 1880	100	100	P 1900	113	73
	L 1880	100		L 1900	155	
Bélgica	P 1880	100	100	P 1910	134	88
	L 1880	100		L 1910	152	
Milão	P 1879	100	100	P 1901	164	92
	L 1881	100		L 1901	175	
Inglaterra e Gales	P 1882	100	100	P 1911	139	103
	L 1882	100		L 1911	136	
Canadá	P 1881	100	100	P 1911	167	116
	L 1880	100		L 1911	145	
Japão	P 1898	100	---	P 1913	120	---
	L 1898	100		L 1913	144	

²⁶⁶ Fontes do quadro 5: Lisboa I e II e Portugal – Censos da População de 1890 e 1911; AML, *Licenças...*, 1890 e 1911; *Anuário...*, 1892 e 1917; Alemanha – CROSSICK, Geoffrey; HAUP, Heinz-Gerhard, *The Petite Bourgeoisie in Europe...*, p. 48 e DENECKE, Dietrich; SHAW, Gareth, “Traditional retail systems in Germany”, p. 84; Suécia – Statistics Sweden, *Population and Population Changes 1749-2007*, s.d., consultado em Setembro de 2008, http://www.scb.se/templates/tableOrChart___26047.asp e ERICSSON, Tom, “Social mobility and the urban petite bourgeoisie...”, p. 167; Bélgica – LAHMEYER, Jan, *Belgium. Historical demographical data of the whole country*, 4 de Dezembro de 2004, *Belgium: country population*, consultado em Setembro de 2008, <http://www.populstat.info/Europe/belgiumc.htm> e JAUMAIN, Serge, *Les petits commerçants belges...*, p. 308; Milão – MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan...*, pp. 13, 26, 33 e 89; Inglaterra e Gales – *A vision of Britain through time*, consultado em Setembro de 2008, http://www.visionofbritain.org.uk/census/table_page.jsp?tab_id=EW_1881POP2_M4&u_id=10001043&show=DB&min_c=6&max_c=10 e http://www.visionofbritain.org.uk/text/chap_page.jsp?t_id=SRC_P&c_id=3&cpub_id=EW1911GEN&show=DB e JEFFERYS, James B., *Retail trading in Britain...*, p. 15; Canadá – *Historical Statistics of Canada. Section A: Population and Migration*, s.d., *Statistics Canada: Canada's national statistical agency*, consultado em Setembro de 2008 <http://www.statcan.ca/english/freepub/11-516-XIE/sectiona/sectiona.htm> e MONOD, David, *Store wars...*, p. 25; Japão – *Historical Statistics of Japan*, s.d., *Statistics Bureau Home Page*, consultado em Setembro de 2008, <http://www.stat.go.jp/english/data/chouki/index.htm> e SHORB, Patrick Naoya, *Retailing Society, Retailing the State...*, p. 55 (o autor não disponibiliza os totais de lojistas, mas apenas a percentagem de crescimento entre os anos indicados, pelo que não é possível calcular o número de população por lojistas).

²⁶⁷ P = População; L = Lojistas ou lojas.

Tendo em conta estes vários testemunhos e o facto de se estar a lidar com valores originais muito díspares entre si, na medida em que pretendem retratar realidades geográficas também muito distintas, não só não fazia sentido, como dificultaria a leitura de conjunto que se pretende transmitir, a sua indicação em termos absolutos. A opção pelos índices permite comparar de forma relativa as várias situações histórico-geográficas e destacar as tendências diferenciadas da evolução do pequeno comércio e da população. A cronologia de início e fim do fenómeno representado nem sempre é coincidente nos vários países, no entanto, procurou-se enquadrar os exemplos recolhidos no arco temporal de 1870 a 1914, o qual, como já se fez referência na introdução, é o mais usado nos vários estudos sobre a pequena burguesia.

Para se compreender melhor a hipótese a formular a partir da análise da informação do quadro 5 é necessário atentar principalmente nos valores das últimas três colunas e começar por destacar uma das ideias mais correntes em praticamente toda a historiografia que se tem dedicado ao estudo dos lojistas na transição do século XIX para o século XX: a de que existiu uma correlação entre desenvolvimento urbano e crescimento da pequena burguesia comercial e que tal terá levado a “um aumento do número de oficinas e pequenos comércios, inclusive, superior proporcionalmente ao crescimento demográfico”²⁶⁸.

Efectivamente, pela observação do quadro verifica-se que, com a excepção de Lisboa, da Inglaterra e Gales e do Canadá (mesmo os casos destes dois países têm de ser contextualizados, como se verá de seguida), um pouco por todo o lado o fenómeno era idêntico, apesar de se apresentar com ritmos diferenciados. O pequeno comércio, aproveitando o desenvolvimento industrial e urbano de finais do século XIX, estava a crescer mais do que a população, o que é ainda reforçado pelo facto de no caso dos

²⁶⁸ CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *The Petite Bourgeoisie in Europe...*, pp. 6-7 e NÚÑEZ SEIXAS, Xoxé M., “Una clase inexistente?...”, p. 24.

totais de lojistas, como se viu, por vezes, se estar a lidar com dados parcelares ou estimativas. O que significava que o estímulo do crescimento demográfico levava, num primeiro momento, ao desenvolvimento dos pequenos negócios, mas também queria dizer que, mantendo-se esse desenvolvimento, mais cedo ou mais tarde, se chegava a uma situação de superabundância de lojas, de excesso de concorrência. É a conclusão a que chegam vários trabalhos sobre países como a Alemanha ou a Inglaterra, mas também sobre cidades como Paris ou Milão²⁶⁹.

A propósito, refira-se que a comparação entre áreas urbanas e exemplos nacionais, apesar de à primeira vista parecer desadequada, faz sentido se se tiver em linha de conta que o ritmo de crescimento do pequeno comércio, já elevado nos países destacados, aparentemente, estava a ser ainda mais rápido nas respectivas áreas urbanas. O caso do Canadá vale a pena ser realçado, pois, apesar dos números em termos nacionais contrariarem a tendência geral, e já foi referido que eles resultam de estimativas, alguns estudos com um enfoque mais urbano tendem a apontar para um incremento muito significativo do número de pequenos negócios, como no caso de Toronto, entre 1871 e 1894, ou de Kingston, entre 1891 e 1901²⁷⁰. Algo de semelhante pode ser afirmado para a Grã-Bretanha onde, entre 1851 e 1911, aparentemente, houve um aumento geral do número de lojistas por 1000 habitantes, sendo que este crescimento foi mais notório em zonas densamente povoadas²⁷¹. Mesmo o caso espanhol, não incluído no quadro, parece estar em sintonia com o que se passava nos restantes países, pois o crescimento urbano

²⁶⁹ BLACKBOURN, David, "The Mittelstand in German Society and Politics...", p. 421; WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, pp. 40-41; NORD, Philip G., *Paris shopkeepers...*, pp. 198-200 e MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan...*, pp. 132-136.

²⁷⁰ BENSON, John, "Small-scale retailing in Canada", in BENSON, John; SHAW, Gareth (ed.), *The Evolution of Retail Systems 1800-1914*, Leicester, Leicester University Press, 1992, p. 95.

²⁷¹ PHILLIPS, Martin, "The evolution of markets and shops in Britain", in BENSON, John; SHAW, Gareth (ed.), *The Evolution of Retail Systems...*, p. 71.

e o aumento do nível de vida registados em Madrid na segunda metade do século XIX terão favorecido uma “expansão muito rápida do pequeno comércio”²⁷².

Ora, esse não era claramente o evoluir do fenómeno que se registava em Lisboa, como a comparação entre a capital e o resto do país faz supor e a confrontação com os dados dos outros países parece tornar bastante clara. Os lojistas lisboetas podiam até representar uma classe “anormalmente numerosa”, nas palavras de Vasco Pulido Valente, quando se chegou às vésperas da República e estar a crescer desde o princípio do século, como se viu, sendo óbvio que isso tinha implicações no número de habitantes por loja, em última análise, no número de clientes por loja, apesar de as duas coisas não serem equivalentes. Efectivamente, os cerca de 38 a 41 habitantes por estabelecimento, se se recordar os valores atrás referidos, parecem indicar para um excesso de lojas. Contudo, não só estes valores não estavam muito afastados do que eram as médias indicadas para outros países ou cidades, como em alguns casos chegavam mesmo a ser superiores. Em Milão, em 1901, a média era de 34 habitantes por loja e a tendência era para a descida desses quantitativos, como se pode ver pelo índice de população/lojistas do quadro 5²⁷³. A mesma tendência estava presente na Bélgica com 64 habitantes por loja, em 1911, mas onde a série dos lojistas não inclui todas as categorias possíveis²⁷⁴. Na Inglaterra o rácio era de uma loja para cada 59 habitantes, em 1911, mas igualmente com tendência para descer²⁷⁵. No Canadá, apesar de uma evolução geral positiva, a região de Ontário, para a qual é possível dar números mais precisos, também sofreu uma diminuição do número de pessoas por loja. Em 1891 existia cerca de 1 loja para cada 80 habitantes, quando 20 anos antes esse rácio era de 1 para 95²⁷⁶. Finalmente, a tendência

²⁷² NÚÑEZ SEIXAS, Xoxé M., “Una clase inexistente?...”, p. 33.

²⁷³ MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan...*, pp. 13, 26, 33 e 89.

²⁷⁴ JAUMAIN, Serge, *Les petits commerçants belges...*, pp. 37-38 e 307-308.

²⁷⁵ WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, pp. 40-41 e PHILLIPS, Martin, “The evolution of markets and shops in Britain”, p. 71.

²⁷⁶ MONOD, David, *Store wars...*, p. 26.

mais pronunciada para um aumento excessivo de lojas é a da Alemanha que, em 1907, apresenta um valor de 30 habitantes por loja, que podia ainda ser mais baixo em determinadas regiões, como na Saxónia, onde em 1895 o número de habitantes por loja era de apenas 16²⁷⁷.

Porém, além da observação do ponto de chegada importa acima de tudo destacar o caminho, ou seja, a diferença de tendências na evolução daqueles rácios, entre os lojistas de Lisboa e os seus contemporâneos estrangeiros, e, em especial, a percepção ou o sentimento que dessa mesma evolução tinham certamente os homens do pequeno comércio, pois ela é fundamental para se perceber que, comparativamente, o indivíduo que vivia por trás do balcão em Lisboa estava, nos últimos anos da Monarquia, em média, mais próspero, provavelmente mais confiante e, associado a tudo isso, mais independente do que tinha estado 10 ou 20 anos antes. É precisamente essa maior independência um dos três principais factores que, na perspectiva defendida neste trabalho, vão contribuir para que o lojista de Lisboa, ao contrário dos seus colegas europeus, estivesse na disposição de abraçar ideais políticos de esquerda de que o PRP era o principal mensageiro na primeira década do século XX. Os outros dois resultam da evolução da associação que desde 1870 representava os interesses dos lojistas de Lisboa e de um conjunto de características e evoluções políticas, onde avultam o programa e o discurso republicano, bem como a desilusão com os partidos monárquicos. Sobre eles se escreverá nas partes seguintes da tese. Importa agora aprofundar a hipótese acima lançada, procurando demonstrar que, apesar de tudo, a ideia de “crise” permaneceu, mas que a evolução referida, associada à ausência de alguns outros factores, a que se dará destaque de seguida, acabou por formatar de forma peculiar essa noção, expurgando-a

²⁷⁷ DENECKE, Dietrich; SHAW, Gareth, “Traditional retail systems in Germany”, pp. 83-84.

da sua vertente económica para a fazer derivar, essencialmente, para uma perspectiva política.

A evolução traçada e que é possível descortinar na comparação dos índices da população e dos lojistas nos vários países, entre os dois momentos apresentados no quadro 5, estava a criar desequilíbrios no seio do pequeno comércio, aumentando o sentimento de insegurança e instabilidade, e a contribuir também para um “despertar da consciência política” entre os lojistas. É o que se nota na Alemanha, onde o agravamento da concorrência terá sido responsável pela exigência de medidas reguladoras da actividade económica a partir de 1890²⁷⁸. O mesmo parece ter acontecido com os lojistas ingleses, apesar de tudo, menos propensos a olhar para o Estado como uma entidade salvadora ou reguladora²⁷⁹. Em Paris, a crise originada, entre outros factores, por uma “superlotação” de lojas gerou igualmente um sentimento de “amargura e frustração” que levou à mobilização política e associativa dos lojistas²⁸⁰. Na Bélgica, apesar de uma desconfiança inata em relação ao Estado, os lojistas “em estado de choque”, pressionados pela excessiva concorrência, começaram a reclamar uma intervenção directa e maior regulamentação²⁸¹. Mesmo no Canadá, onde, segundo David Monod, os lojistas no geral até conseguiram superar relativamente bem as suas dificuldades, em áreas onde o número de lojas novas aumentava ou onde os consumidores caíam em relação ao número de lojas, “era certo que apareciam queixas sobre o aumento da «instabilidade».”²⁸² No fundo, um aumento do número de estabelecimentos, do número de lojistas, se à partida poderia ser encarado como um reflexo de uma maior prosperidade, tinha como resultado final a diminuição do

²⁷⁸ DENECKE, Dietrich; SHAW, Gareth, “Traditional retail systems in Germany”, p. 86.

²⁷⁹ WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, pp. 80 e 90-92.

²⁸⁰ NORD, Philip G., *Paris shopkeepers...*, pp. 200-204.

²⁸¹ JAUMAIN, Serge, *Les petits commerçants belges...*, pp. 65 e seguintes.

²⁸² MONOD, David, *Store wars...*, p. 26.

rendimento médio, o aumento da precariedade e um sentimento de “inquietude” entre os lojistas, como refere Serge Jaumain²⁸³.

Pelo que foi possível apresentar sobre o caso dos lojistas de Lisboa, esse aumento do número de lojas estava a ser compensado pelo ainda maior crescimento demográfico da cidade e não terá resultado numa geral deterioração das condições económicas, pelo contrário, muito provavelmente, traduziu-se numa melhoria do rendimento médio disponível para o homem do pequeno comércio. O que leva a formular a ideia de que a evoluções diferentes corresponderiam também reacções distintas.

Além disso, os lojistas no estrangeiro viravam-se contra aqueles que consideravam ser os factores responsáveis pela sua crise interna: os novos métodos de distribuição, as cooperativas de consumo e as grandes lojas de venda a retalho. Mesmo que em alguns casos esses não fossem efectivamente os factores mais importantes, como procurou demonstrar Philip Nord em relação a Paris e aos grandes armazéns, o certo é que a evolução destes novos fenómenos do comércio de retalho estava a ser rápida e muito forte, acabando por funcionar como “bodes expiatórios” para as debilidades do pequeno comerciante²⁸⁴. No caso alemão, o ataque dos lojistas aos grandes armazéns e às cooperativas de consumo mais não eram do que uma escapatória que negligenciava o verdadeiro problema, a existência de apenas uma minoria de lojistas verdadeiramente independentes²⁸⁵. Um pouco por todo o lado, os lojistas “eram vistos como vítimas da competição em larga escala levada a cabo pelas cadeias comerciais e pelos grandes

²⁸³ JAUMAIN, Serge, *Les petits commerçants belges...*, p. 39.

²⁸⁴ NORD, Philip G., *Paris shopkeepers...*, pp. 60-82 e 99. Em Milão, a tónica das críticas dos lojistas não se centrava tanto nos grandes armazéns mas mais nas cooperativas de consumo, estas sim funcionando como “scapegoat[s] for the depression”. Cf. MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan...*, p. 154. Veja-se ainda CROSSICK, Geoffrey; JAUMAIN, Serge (eds.), *Cathedrals of consumption...*, pp. 3-9.

²⁸⁵ BLACKBOURN, David, “The Mittelstand in German Society and Politics...”, p. 422.

armazéns.”²⁸⁶ Estas duas novas formas de concorrência comercial começaram a expandir-se a partir de 1860 em França e desde 1865-1870 nas grandes cidades inglesas e alemãs. Ao mesmo tempo deu-se a expansão de novos métodos de venda e a criação de cooperativas de consumo, um pouco por toda a Europa industrializada, com início também em 1860, mas com a sua época de maior desenvolvimento a começar em 1880. Estas desenvolveram-se mais cedo na Alemanha do que na França, na Espanha ou na Bélgica²⁸⁷.

No Canadá a expansão dos grandes armazéns começou na década de 1870 e na viragem do século eles eram já encarados pelos lojistas tradicionais como os principais responsáveis pelas “injúrias condições” em que o pequeno comércio aparentemente se encontrava²⁸⁸. Em Inglaterra, as *department stores*, essas “monster shops”, começaram a desenvolver-se rapidamente após 1860. Por seu turno, as grandes cadeias de lojas começaram a surgir em força a partir de 1870. Esse crescimento foi muito significativo entre 1880 e 1915, em particular nos ramos da alimentação e do calçado. Na alimentação a subida foi de cerca de 500 lojas em 1880 para mais de 12000 em 1915. No calçado o número de lojas destas cadeias comerciais passou de menos de 100 em 1880 para quase 4000 em 1915²⁸⁹. Na Alemanha, as grandes firmas, as que empregavam mais de 50 pessoas e que podem ser identificadas como *department stores* passaram de 250 em 1882 para cerca de 1000 em 1907. Neste aspecto, a fase inicial de fundação e crescimento destas lojas era muito semelhante ao padrão encontrado para a Inglaterra. O crescimento das cooperativas de consumo foi mais acelerado a partir de 1890, mas em

²⁸⁶ SHAW, Gareth, “Large-scale retailing in Germany and the development of new retail organisations”, in BENSON, John; SHAW, Gareth (ed.), *The Evolution of Retail Systems...*, p. 178 e BLACKBOURN, David, “Between resignation and volatility...”, p. 41.

²⁸⁷ NÚÑEZ SEIXAS, Xoxé M., “Una clase inexistente?...”, p. 26.

²⁸⁸ MONOD, David, *Store wars...*, p. 116.

²⁸⁹ JEFFERYS, James B., *Retail trading in Britain...*, pp. 1-39; SHAW, Gareth, “The evolution and impact of large-scale retailing in Britain”, in BENSON, John; SHAW, Gareth (ed.), *The Evolution of Retail Systems...*, pp. 140, 153 e 155; SCOTT, Peter, “Large-scale Retailing in Britain 1850-1914”, in *ReFRESH*, n.º 24, 1997, consultado em Setembro de 2008, <http://www.ehs.org.uk/society/pdfs/Scott%2024b.pdf>.

1864 existiam já 38 sociedades, com 7700 membros, número que passou a 638 sociedades e 630785 membros em 1901, para em 1913 atingir as 1169 cooperativas com mais de 1 milhão e 630 mil membros²⁹⁰.

O que se passava em Portugal? O principal a destacar é que não só a cronologia de criação e expansão dos grandes armazéns é mais tardia em Portugal, como o fenómeno das cooperativas de consumo não assumiu a mesma importância. Outro aspecto diferenciado em relação ao resto da Europa diz respeito à ausência de preocupação dos lojistas no que concerne aos novos métodos de venda. Sobre este aspecto, apesar da falta de monografias que permitam ter uma ideia mais clara acerca da sua evolução em Portugal, no final do século XIX, pela leitura dos relatórios da gerência ou do *Boletim* da ACLL, entre 1870 e 1910, nunca transpareceu uma real preocupação com o assunto. Isto não quer dizer que a questão das cooperativas e dos “gigantes” do comércio estivesse de todo ausente do discurso crítico dos lojistas, mas o que é bem evidente pela análise de 40 anos de actas de reuniões, tanto de direcção, como das assembleias-gerais, de outros tantos relatórios anuais e de 15 anos de boletins da ACLL, assim como da leitura dos jornais, mesmo os exclusivamente dedicados aos lojistas, é que estes problemas nunca foram vistos como verdadeiras ameaças pelo pequeno comércio de Lisboa na fase final da Monarquia. A excepção concentrou-se no período entre 1892 e 1894, mas aqui estava mesclada com outras preocupações, como o aumento do gás, a estagnação comercial e, principalmente, a questão fiscal.

A questão dos *department stores*, na versão inglesa, esteve mesmo praticamente ausente das publicações oficiais da ACLL até Março de 1907, altura em que o *Boletim* publicou um artigo sobre os “Grandes Armazéns do Chiado”. Mesmo aqui, a tónica não era de ameaça, bem pelo contrário, era de profundo elogio aos “tenacíssimos esforços

²⁹⁰ SHAW, Gareth, “Large-scale retailing in Germany...”, pp. 167-169 e 173.

dos Srs. Nunes dos Santos & C^a., nossos antigos e benquistos associados.” Esse “grandioso estabelecimento” era, inclusive, bem-vindo numa lógica de enriquecimento da capital e por isso merecia “uma referência de louvor no órgão oficial” da Associação dos Lojistas²⁹¹. O mesmo aliás acontecia com Francisco Grandella e com “as novas instalações dos *Grandes Armazéns Grandella*”, inauguradas a 7 de Abril do mesmo ano. Uma “notável iniciativa”, assim era descrito o novo estabelecimento deste “negociante inteligente, probo e dotado de uma rara actividade”²⁹².

Em parte, a ausência de críticas e mesmo os elogios, como se viu, aos grandes armazéns no seio da ACLL pode estar relacionada com o facto de eles se dedicarem a um tipo de negócio onde predominavam os têxteis, o vestuário e as novidades. Era pelo menos o que se passava com a maioria deste tipo de lojas no estrangeiro²⁹³. Não representavam assim uma ameaça directa ao grande número de merceeiros que faziam parte da Associação dos Lojistas. Mesmo para os restantes, o facto de em Lisboa este tipo de loja se ter desenvolvido mais tarde e de forma mais lenta do que em outros países poderá ter contribuído para que na primeira década do século XX elas ainda fossem encaradas pelas suas “vítimas” potenciais – os lojistas de têxteis, vestuário e novidades, também com uma forte presença na Associação cada vez mais notada a partir de 1890, como se verá na segunda parte – com algum fascínio e como mais uma oportunidade de melhoria dos negócios, aproveitando o afluxo de clientela atraída pela novidade e imponência dos novos espaços comerciais.

Um processo semelhante ocorreu na Bélgica e em Paris, onde numa fase inicial estas lojas foram encaradas como casos de sucesso entre os lojistas e importantes marcos do desenvolvimento comercial, para depois, quando chegaram as dificuldades,

²⁹¹ ACLL, *Boletim*, n.º 27, Março de 1907, p.17.

²⁹² ACLL, *Boletim*, n.º 28, Abril de 1907, pp. 25-26.

²⁹³ WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, p. 34; SHAW, Gareth, “Large-scale retailing in Germany...”, p. 167 e JAUMAIN, Serge, *Les petits commerçants belges...*, p. 52.

nas décadas de 1880 e 1890, serem apontadas como uma das principais causas para a crise do pequeno comércio²⁹⁴. Em Portugal, esta evolução não se observa entre 1870 e 1910, em parte, porque a crise da década de 1890 não coincidiu com o aparecimento em massa dos grandes armazéns e porque, quando esse desenvolvimento se iniciou, na primeira década de noventa, os lojistas de Lisboa encontravam-se numa fase, se não de prosperidade, um termo que talvez seja forte de mais, pelo menos, de algum desafogo económico, como foi possível constatar. A fase de admiração e fascínio que franceses e belgas tinham vivido na década de 1870, estava a ser experimentada pelos lojistas de Lisboa entre 1900 e 1910. Algo de semelhante ocorreu aliás em Milão, onde os grandes armazéns eram vistos como “concorrentes legítimos”, casos de sucesso que quando muito poderiam ser alvo de “inveja” mas nunca de “gritos de injustiça”²⁹⁵.

É certo que podiam aflorar ressentimentos contra esses “monstros comerciais” que, nas palavras do *Diário Popular*, formavam “o assunto do *Bonheur des dames*, de Zola.” Os anteriores Armazéns Grandella, inaugurados em Junho de 1891, podiam estar neste caso, até porque representavam uma clara evolução em relação ao comércio tradicional, caracterizado por “aquela loja de aspecto comum, tectos baixos, atabalhoada de balcões e prateleiras provisórias”. O jornalista que acompanhou a inauguração deste “estabelecimento no género dos grandes armazéns de Paris e Londres”, aparentemente, fazia eco desses receios quando afirmava que estes “grandes estabelecimentos monstros” estavam destinados “a esmagar o pequeno comércio das cidades.” No entanto, fazia também questão de relembrar a escala pois, apesar de semelhante aos dos estrangeiro, era-o “em proporções mais pequenas”²⁹⁶.

²⁹⁴ JAUMAIN, Serge, *Les petits commerçants belges...*, pp. 68-71 e NORD, Philip G., *Paris shopkeepers...*, pp. 60-96, em especial páginas 82-83.

²⁹⁵ MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan...*, pp. 154-155.

²⁹⁶ *Diário Popular*, n.º 8675, 1 de Julho de 1891.

Poder-se-ia até pensar que em 1891 o ajuntamento de uma “enorme multidão, que se elevava a alguns milhares de pessoas”, aos “assobios e apupos” em frente dos Armazéns Grandella, no dia 1 de Agosto, estaria relacionada directamente com esta suposta ameaça²⁹⁷. Contudo, os gritos que se faziam ouvir eram os de “– Abaixo o gás!” e vinham na sequência da greve patrocinada pela ACLL, à qual tinha aderido a maioria dos estabelecimentos de Lisboa, seguindo um apelo feito no final do mês de Julho²⁹⁸. Os “poucos estabelecimentos que se conservavam abertos substituíram a iluminação por qualquer forma – petróleo, azeite, velas (...)”. A grande excepção eram os recém-inaugurados Armazéns, na rua do Ouro, e daí as manifestações que, aliás, logo terminaram assim que Grandella deu ordens para se apagarem as luzes e fechar o estabelecimento, o que foi imediatamente “aplaudido” pelos manifestantes²⁹⁹. Este incidente foi aparentemente um acto isolado, despoletado por uma questão que nada tinha que ver com o possível risco concorrencial que poderia representar a loja do futuro sócio da ACLL.

Para além disso, é necessário contextualizar um pouco o que representavam os “grandes armazéns” em Lisboa. As listas das “indústrias colectadas” referem “estabelecimentos em grande de venda a retalho”, categoria que sofreu uma quebra na década de 1890, passando de 33 para 26 em 1900. Exemplo desta crise, que parece não ter poupado nem as grandes lojas ao estilo do “Printemps de Paris”, era o facto da Companhia dos Grandes Armazéns do Chiado, criada em 1894, ter sido forçada a interromper a sua actividade em 1897, “em boa medida por causa da concorrência” do

²⁹⁷ Aliás, esta reacção não seria novidade comparada com o que se vivia no estrangeiro, pois quando se sentiam ameaçados no seu modo tradicional de fazer negócios os lojistas não hesitavam em recorrer ao protesto nas ruas. O mesmo tinha acontecido, por exemplo, em 1876, na zona oeste de Londres, quando uma “furiosa multidão de retalhistas” tinha protestado junto da primeira “department store” londrina. Cf. RAPPAPORT, Erika Diane, “«The Halls of Temptation»: Gender, Politics, and the Construction of the Department Store in Late Victorian London”, in *Journal of British Studies*, Vol. 35, n.º 1, 1996, pp. 58-59.

²⁹⁸ *O Século*, n.º 3408, 30 de Julho de 1891 e *Diário Popular*, n.º 8704, 30 de Julho de 1891. Sobre esta questão se falará de forma mais detalhada na terceira parte.

²⁹⁹ *O Século*, n.º 3411, 2 de Agosto de 1891 e *Diário Popular*, n.º 8707, 2 de Agosto de 1891.

próprio Grandella³⁰⁰. Apesar da recuperação posterior, em 1915 essas lojas não representavam mais do que 0,6% do total (quadro 4). Contudo, o facto de merecerem rasgados elogios do *Boletim* da ACLL e serem vistos com “orgulho [pel]os que lamentavam a tardia modernização de Lisboa”, onde se incluíam obviamente os lojistas, atesta efectivamente que eram uma novidade e estavam, provavelmente, muito acima do que era o típico “grande estabelecimento de venda a retalho”, ou seja constituíam uma excepção ao que seria o panorama dos pequenos “grandes armazéns” de Lisboa.



Grandes Armazéns Silva & Cunha, Rua da Palma, fotografia de Alberto Carlos Lima, início do século XX, Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa.

Veja-se a este propósito o que as máquinas fotográficas do início do século XX nos legaram sobre esse tipo de lojas e compare-se por fim o número de empregados dos Grandes Armazéns Grandella, “mais de 500 empregados efectivos” cerca de 1913, com os quase 7000 que em 1907 trabalhavam no *Bon Marché* de Paris³⁰¹. Refira-se, por fim,

³⁰⁰ SERRA, João Bonifácio (dir.), *Grandella, o grande homem*, p. 18.

³⁰¹ SERRA, João Bonifácio (dir.), *Grandella, o grande homem*, p. 36 e MILLER, Michael B., *The Bon Marché. Bourgeois culture and the department store, 1869-1920*, Princeton, Princeton University Press, 1994, p. 46. Como medida de comparação, rudimentar, observe-se que a população de Paris em 1911 equivalia a cerca de 7 vezes a de Lisboa, no mesmo ano, mas que o tamanho de um dos seus mais

que dos três armazéns efectivamente “grandes” existentes em Lisboa no final da Monarquia, o do Chiado, o Grandella e o Ramiro Leão, todos, sem excepção, apareciam nas listas de sócios da Associação dos Lojistas que incluía ainda os donos das lojas retratadas por Alberto Carlos Lima³⁰².



Grandes Armazéns Eduardo Martins & C.ª, Rua Garrett, fotografia de Alberto Carlos Lima, início do século XX, Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa.

Igualmente longe do centro das preocupações associativas, a questão das cooperativas de consumo surgiu também nos registos da ACLL em actos isolados, sendo que o mais significativo ocorreu em Fevereiro de 1892. Nesse mês, o deputado progressista Francisco José Machado, num discurso muito crítico em relação aos comerciantes e que gerou uma forte reacção por parte da ACLL, apontou aquelas instituições como uma solução para combater o que dizia ser uma política de alta de preços nos géneros alimentícios seguida pelos comerciantes. Se as acusações que fazia,

emblemáticos armazéns, medido apenas pelo número de empregados, superava em 14 vezes o seu congénere lisboeta. População de Lisboa (*Censo de 1911*). População de Paris (Ecole des Hautes études en sciences sociales, *Paris - Notice Communale* URL: http://cassini.ehess.fr/cassini/fr/html/fiche.php?select_resultat=26207 (consultado em Setembro de 2008))

³⁰² ACLL, *Livro de matrícula dos sócios (1894 a 1918)*.

em parte, poderiam ser dirigidas ao governo, por estar novamente a aumentar os impostos dos “géneros de primeira necessidade”, já as medidas para combater os elevados preços finais que afectavam os consumidores eram claramente contra os comerciantes e, logo, susceptíveis de uma reacção por parte deles. Propunha que o governo estipulasse preços máximos de venda ao público, todos os anos, e falava, então, na criação de cooperativas de consumo³⁰³.

Em Abril, uma reunião da ACLL presidida por Pinheiro de Melo que tinha como objectivo a “eleição dos corpos gerentes” acabou por ver adiada esta ordem de trabalhos em virtude de se entrar “na discussão de outros assuntos”, entre eles dois “importantes” que os corpos gerentes estavam a debater: o eterno problema do inquilinato comercial e as cooperativas de consumo, este último como resposta ao discurso do deputado³⁰⁴. O assunto, que chamou também a atenção do jornal *O Lojista*, foi abordado por Sebastião Correia Saraiva Lima referindo a questão das cooperativas como de “vida ou morte” para os comerciantes, mas apresentando-a como “um perigo futuro”, ao qual a ACLL deveria prestar mais atenção, sendo mais enérgica na defesa dos seus interesses, pois se a situação ainda não era grave, apesar de alguma concorrência, podia “amanhã tornar-se perigosa”³⁰⁵.

Por sua vez, o defensor dos lojistas na imprensa, em tom mais radical, num artigo contra as cooperativas de consumo, considerava-as uma “epidemia”. “Há poucos anos apenas existiam duas ou três na capital; hoje há um número considerável e vão alastrando por toda a parte”. O Governo deveria regular melhor estas sociedades, ou seja, sustentar a sua criação. Medida que até para o Governo seria benéfica, uma vez que as cooperativas eram “beneficiadas com respeito a impostos”. Estas, apesar disso não tinham ficado satisfeitas e algumas chegaram a reclamar a “isenção de imposto de

³⁰³ DCD, sessão de 23 de Fevereiro de 1892, p. 12.

³⁰⁴ *O Século*, n.º 3672, 21 de Abril de 1892.

³⁰⁵ ACLL, *Boletim*, n.º 54, Maio de 1892, p. 1-2 e *O Lojista*, n.º 31, 9 de Maio de 1892.

consumo, no que não foram atendidas”. O jornal de “defesa da classe” entendia a cooperativa de consumo como “especulativa e prejudicial aos legítimos interesses dos lojistas, que encontravam nestas agremiações uma concorrência perigosa.” A falência das lojas em Lisboa eram um desses perigos e, segundo o jornal, estavam a aumentar em resultado do seu elevado número, para logo a seguir acrescentar que tal se devia também ao aumento dos impostos e à inacção do governo, que nada fazia para proteger o pequeno comércio³⁰⁶.

O mesmo sentimento sobre a criação de sociedades cooperativas e a forma como estas poderiam representar uma forte, ou mesmo fatal, concorrência para os lojistas seria propalado pela imprensa britânica uma década depois, quando o *The Times*, na sua edição de 18 de Agosto de 1902, inseriu o já referido artigo “*The passing of the grocer*”. O principal inimigo do merceeiro eram igualmente as cooperativas de consumo, que lucravam “cada vez mais” e levavam os lojistas a um verdadeiro “desastre” de falências e prejuízos³⁰⁷. Porém, a questão não parecia ser ainda muito relevante em Portugal, como tinha acabado por admitir, não só Saraiva Lima em discurso directo, mas também a própria Associação de forma indirecta, pois durante o ano de 1892 nunca as actas das reuniões da direcção se referem ao assunto e o mesmo é totalmente ignorado no relatório anual da gerência³⁰⁸.

Uma intuição semelhante, aliás, tinha Magalhães Lima, um propagador das vantagens das cooperativas. No dia 4 de Janeiro de 1894 iniciou-se o “congresso das cooperativas”, numa reunião que decorreu na Sociedade de Geografia e contou com a representação de “vinte e seis cooperativas” e o apoio explícito do jornalista republicano³⁰⁹. Apesar disso, como reconhecia, o seu crescimento era incipiente e em

³⁰⁶ *O Lojista*, n.º 39, 5 de Julho de 1892.

³⁰⁷ *The Times*, 18 de Agosto de 1902.

³⁰⁸ ACLL, *Relatório e contas... 1892*.

³⁰⁹ *O Século*, n.º 4291, 4 de Janeiro de 1894.

1892 existiriam “apenas trinta cooperativas civis (seis de produção e vinte e quatro de consumo e crédito)”³¹⁰. Os números de adesão a este congresso remetem precisamente para a mesma ideia: estas sociedades, que eram encaradas pelos lojistas europeus como ameaças à sua sobrevivência, não representavam motivos de preocupação para os lojistas de Lisboa, mais desassossegados com o aumento da contribuição industrial. Apesar de tudo, o número avançado por Magalhães Lima em 1892 correspondia a um aumento de cerca de 70% em relação às sociedades existentes oito anos antes.

Os dados disponíveis no quadro 6 dizem respeito às datas de fundação das cooperativas, sendo que os Anuários davam também informações sobre o fim a que se destinavam e a localização da sede respectiva. No entanto, para além de não darem números de membros, é sempre referido que correspondem a “sociedades cooperativas *instituídas* em Portugal”, não fornecendo qualquer informação que permita verificar, em cada momento, as cooperativas que efectivamente estavam em funcionamento, ou seja, aquelas que se encontravam em concorrência com os lojistas de Lisboa e as que já tinham encerrado.

Apesar disso, é possível avançar com algumas tendências que reforçam a ideia de que as cooperativas de consumo não representaram uma ameaça real aos lojistas lisboenses. Efectivamente, Costa Goodolphim, escrevendo em 1876, afirmava que as cooperativas de consumo “pouco resultado infelizmente obtiveram, pela ignorância das classes populares, não compreendendo as vantagens que destas instituições se obtém.” Das 7 fundadas em Lisboa, entre 1871 e 1873, apenas restava uma, com 188 sócios e somente “dois estabelecimentos abertos, um na Rua de S. Bento e outro na Rua da Rosa. (...) Quanto às outras sociedades cooperativas de consumo, umas já de todo acabaram, outras estão liquidando, deixando quase todas perdas e, o que é mais, a

³¹⁰ GARNEL, Maria Rita Lino, *A República de Sebastião de Magalhães Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, p. 71.

descrença no ânimo das classes operárias por tão úteis instituições.” As cooperativas, de consumo ou produção, eram “ainda ensaios, infelizmente”³¹¹.

Quadro 6 – Fundação de cooperativas de consumo em Lisboa, entre 1871 e 1900³¹²

Datas	N.º	Média anual
1871-1884	17	1,2
1885-1892	20	2,5
1893-1900	22	2,75

É certo que é um testemunho da fase inicial destas instituições, mas mesmo assim, supondo que todas as que estão indicadas no quadro 6 continuavam activas em 1900 não chegavam sequer a 60, ou seja, representariam também, tal como os grandes armazéns, apenas 0,6% das lojas existentes nesse ano, por comparação com as que são referidas no quadro 4. Contudo, não se pode deixar de referir que a taxa de fundação anual destas instituições, aparentemente, estava a aumentar, dando talvez razão a Saraiva Lima quando este afirmava que poderiam representar “um perigo futuro”.

Talvez este facto, associado à crise monetária e comercial que se fez sentir entre 1891 e 1893, possa ter contribuído para fazer realçar uma temática que rapidamente, passada a fase mais angustiosa da “crise”, caiu no esquecimento. Independentemente de o seu número ser ou não uma real ameaça para os mais de 10000 lojistas que povoavam as ruas de Lisboa por volta do ano de 1893, o certo é que a sua existência era geradora de um sentimento de injustiça e desigualdade nos pequenos comerciantes independentes, essencialmente, fruto das suas isenções fiscais e não pela concorrência real que representariam. *O Lojista* foca precisamente esse ponto e aos sócios da ACLL

³¹¹ GOODOLPHIM, Costa, *A Associação*, (1ª edição, 1876) Lisboa, Seara Nova, 1974, pp. 172-175 e 205. Em Milão, apesar dos “furiosos ataques” dos lojistas às cooperativas de consumo, era igualmente assumido que “a maioria das cooperativas da classe trabalhadora tinham uma curta existência e pouco sucesso.” Cf. MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan...*, p. 147.

³¹² *Anuário Estatístico de Portugal* de 1875, 1884, 1885, 1886, 1892 e 1900. Os intervalos de anos são diferentes e esse facto pode ter influência no cálculo da média, contudo, a forma como os dados estavam organizados nos vários anuários não permite a elaboração de outro tipo de agregação.

não passou certamente despercebido o facto de, na nova postura municipal sobre as licenças para estabelecimentos, elaborada em 1886, se definir uma isenção “do pagamento de licença” precisamente para “as cooperativas de consumo que só vendam aos seus associados.”³¹³

A reforçar a ideia de que o combate às cooperativas de consumo passava mais por um sentimento de injustiça fiscal e de concorrência desleal do que por um real perigo económico, atente-se na resposta que Pinheiro de Melo, em Agosto de 1893, dirigiu a um representante do comércio moçambicano que se encontrava em Lisboa para contestar uma daquelas instituições. A ACLL apoiava a iniciativa, porém, “noutras condições, como sociedades livres e perfeitamente estranhas à protecção do Estado, o comércio não as combaterá, embora possa encontrar nelas um terrível inimigo.” No fundo, os lojistas, certamente convencidos que a sua concorrência não era desmedida, consideravam que não era “necessário levar a luta contra as cooperativas para além dos limites da legalidade.”³¹⁴

A mesma perspectiva em relação à concorrência exercida pelas cooperativas era transmitida, em 1902, pelo secretário da *Federation of Grocers' Associations of the United Kingdom* que, em resposta ao artigo do *The Times*, enviou uma carta ao jornal contestando as conclusões do artigo e referindo que mais preocupante do que as falências – as quais representavam apenas cerca de “1 por cento” do total dos merceiros existentes – era o facto dos mais de 6 milhões de libras de lucros gerados pelas cooperativas estarem isentos de impostos³¹⁵.

³¹³ CML, *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença...* (1ª série), p. 24.

³¹⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 70, Setembro de 1893, pp. 1-4.

³¹⁵ Para os lojistas britânicos era claro: “there is no greater element of *unfairness* that can be mentioned than the fact that the retail co-operative societies, which your correspondent says have advanced by giant strides, made, according to the Registrar-General's returns last year, £6.175.033 profit, upon which they did not pay a penny piece of income-tax.” (itálico meu) *The Times*, 21 de Agosto de 1902.

No caso lisboeta, um aspecto curioso na atribuição das benesses fiscais às cooperativas é que elas foram propostas por Simões de Almeida, um vereador municipal do Partido Regenerador ligado ao mundo comercial que se fez sócio da ACLL em 1888, tendo sido eleito presidente da direcção no ano seguinte³¹⁶. O facto de ter sido o autor deste factor de concorrência “desleal” não parece ter afectado de forma significativa a sua influência associativa, que só acabaria por ser posta em causa no início de 1890, levando à sua demissão, mas por motivos de ordem política³¹⁷.

Aliás, o discurso radical de *O Lojista* estaria mais relacionado com um pendor demagógico e radical, de que o jornal deu vários exemplos ao longo da sua curta existência, do que com um real interesse demonstrado pela ACLL no assunto. Neste sentido, será interessante frisar que a primeira referência directa a este tipo de preocupação registada nas actas da direcção, depois da referida discussão em assembleia-geral de 1892, surge apenas em Setembro de 1903. Nesta data e no seguimento de uma denúncia anónima declarando que a Cooperativa Militar estava a fazer “concorrência desleal” ao vender a “indivíduos não associados”, a direcção discutiu o assunto, falando em “prejuízos (...) ao comércio de retalho”, mas afirmando também a necessidade de se provar a denúncia³¹⁸. Contudo, o facto é que o assunto não voltou a ocupar os trabalhos da direcção até ao final da Monarquia.

O facto de existirem poucas referências a estes dois assuntos, cooperativas e grandes armazéns, nas fontes relacionadas com a ACLL, não quer dizer que eles não pudessem continuar a ser usados pelas forças políticas para tentar cativar audiência no seio da pequena burguesia comercial lisboeta. Exemplos disso são duas intervenções na Câmara dos Deputados, em Novembro e Dezembro de 1906. Ambas falam em dificuldades do pequeno comércio. A primeira compara essas contrariedades com o caso

³¹⁶ *Diário Popular*, n.º 7073, 28 de Novembro de 1886.

³¹⁷ ACLL, *Boletim*, n.º 29, Abril de 1890, p. 4.

³¹⁸ ACLL, *Actas da Direcção, 1897-1906*, acta n.º 114, 9 de Setembro de 1903.

francês onde os “grandes armazéns de retalho, tais como o Louvre, Printemps, Bon Marché e outros” estavam a prejudicar “o pequeno comércio.” A segunda é mais expressiva e fala das “dificuldades com que lutam os comerciantes, principalmente os pequenos comerciantes de Lisboa, e mesmo de outros pontos do país. Além de contribuições bastante fortes com que são sempre colectados, os de Lisboa estão lutando ultimamente com muitas cooperativas que lhes fazem uma concorrência extraordinária, e com os grandes armazéns que ultimamente se têm estabelecido e que os prejudicam bastante nos seus negócios.”³¹⁹

Contudo, não só estas notas são isoladas, surgindo já em 1906, no governo de João Franco, numa altura em que ele ainda procurava conquistar terreno aos republicanos, cuja influência no seio dos lojistas era já evidente, como se verá na quarta parte da tese, como ambas resultaram de intervenções no âmbito de pedidos de alteração legislativa relacionados com dois aspectos que sempre estiveram no topo da lista das preocupações da ACLL: os impostos, nomeadamente, a injustiça fiscal da contribuição industrial, e a questão do inquilinato comercial, como se verá na terceira parte. Alterações, aliás, que o próprio ministro não rejeitou por completo, em resposta às intervenções parlamentares.

Mesmo quando a “concorrência dos grandes estabelecimentos” era apontada como uma das causas para a “crise do comércio”, essa referência não era desenvolvida e mesclava-se num discurso de propaganda política que colocava em pé de igualdade esta questão e o “estado actual da política”, como aconteceu em Julho de 1909 numa entrevista de Cupertino Ribeiro, dirigente da ACLL, mas também um destacado republicano, ao jornal *Luta*³²⁰. Semelhante perspectiva pode ainda ser apontada a um texto inserido no jornal *Vanguarda*, em Março de 1910, quando este periódico republicano regressou ao activo depois de ter estado interrompido desde Agosto do ano

³¹⁹ DCD, sessão de 27-11-1906, p. 4 e sessão de 21-12-1906, p. 3.

³²⁰ ACLL, *Boletim*, n.º 55, Julho de 1909, p. 66.

anterior. Logo no seu primeiro número, num novo formato semanal, refere que “em todas as classes se nota[va] um mal-estar profundo.” Entre os vários factores que contribuíam para esse estado de coisas, o jornal destacava “a questão das cooperativas”, provavelmente, num piscar de olho aos lojistas, a fazê-los lembrar que um dos jornais que mais os tinha apoiado nos últimos anos estava de volta³²¹.

É importante destacar a pouca relevância que as cooperativas e os grandes armazéns estavam a ter no discurso dos lojistas lisboetas, subordinados à maior relevância dada à questão dos impostos ou do inquilinato, e conjugar esse factor com a evolução positiva do pequeno comércio da capital, pois entre os lojistas estrangeiros eram precisamente aqueles elementos que estavam a gerar uma forte instabilidade, eram os principais catalisadores da sua mobilização associativa e, em última análise, eram os responsáveis pelo que parecia uma tendência geral: o facto dos lojistas passarem “do radicalismo liberal-democrático de 1848 ao conservadorismo social em 1914.”³²²

Em Paris, a principal associação ligada ao pequeno comércio fez da luta aos grandes armazéns o seu cavalo de batalha mais forte. Apesar de esse combate e da mobilização por ele gerada terem sido, durante muito tempo, enquadrados pelos políticos de esquerda, o certo é que na viragem do século, a solicitude dos movimentos de direita em procurar resolver alguns dos focos de “ansiedade” e “ressentimento” dos lojistas, nomeadamente, a questão fiscal relativa aos grandes armazéns, levou a que

³²¹ *Vanguarda*, n.º 1, 13 de Março de 1910. Não deixa de ser curiosa esta referência vinda dos republicanos que tinham no seu programa, precisamente, a valorização das cooperativas de consumo. Aparentemente, até isso os republicanos estavam dispostos a fazer esquecer para manter intacto o apoio do grupo social a que, aparentemente, davam mais importância no combate “antimonárquico”, ou seja, a pequena burguesia. Cf. RIBEIRO, Lia Armandina Sá Paulo, *A Popularização da Cultura Republicana (1881-1910)*, Coimbra, Tese de mestrado policopiada, 2003, p. 41.

³²² NÚÑEZ SEIXAS, Xoxé M., “Una clase inexistente?...”, p. 28.

passassem a contar com o apoio dos homens do pequeno comércio parisiense³²³. Na Alemanha, também a crise, atribuída aos mesmos factores, acabou por mobilizar os lojistas, encaminhando-os para a direita à medida que as forças conservadoras e católicas, em maioria no parlamento nas duas últimas décadas do século, impuseram um conjunto de medidas que supostamente os beneficiava, como restrições ao comércio ambulante e às cooperativas de consumo e um regime fiscal diferenciado para os grandes armazéns, “o alvo preferido dos comerciantes de retalho”³²⁴. Na Bélgica o percurso e os actores foram semelhantes, com o Partido Católico a patrocinar, inclusive, a criação e o desenvolvimento das associações de pequenos comerciantes, entre outras medidas concebidas para “ajudar” os lojistas³²⁵.

Nestes países a crise e o ressentimento dos lojistas, gerados pela superabundância de estabelecimentos, tendiam a ser atribuídos pelos próprios às inovações da distribuição comercial, nomeadamente, às cooperativas de consumo e aos grandes armazéns, encaminhando-os para posições políticas conservadoras. No fundo, a concentração industrial e comercial a que se assistiu no final do século XIX, fruto da crise económica então vivida e que “aparentemente ameaçava a existência de numerosos donos de oficinas e lojistas”, foi o principal factor a influenciar a mudança de posição política da pequena burguesia³²⁶. Neste ponto, cabe destacar o caso espanhol,

³²³ GAILLARD, Jeanne, “La petite entreprise entre la droite et la gauche”, pp. 63-64 ; NORD, Philip G., *Paris shopkeepers...*, pp. 266-275 e 465-477 e MAZGAJ, Paul, “The Origins of the French Radical Right...”, pp. 311-314.

³²⁴ WINKLER, Heinrich August, “From Social Protectionism to National Socialism...”, p. 2; BLACKBOURN, David, “Between resignation and volatility...”, p. 36. Quando estas medidas se mostraram improdutivas para resolver o problema do excesso de concorrência e os anos da Grande Guerra criaram novas dificuldades económicas e financeiras, o caminho dos lojistas foi abraçar o Nacional-Socialismo. BLACKBOURN, David, “The Mittelstand in German Society and Politics...”, pp. 425-426 e 432-433; BLACKBOURN, David, “The German bourgeoisie: an introduction”, in BLACKBOURN, David; EVANS, Richard J. (eds.), *The german bourgeoisie: essays on the social history of the german middle class from the late eighteenth to the early twentieth century*, London, Routledge, 1991, p. 29.

³²⁵ JAUMAIN, Serge; GAIARDO, Lucia, “Aide-toi et le Gouvernement t'aidera”. Les reponses de l'etat a la crise de la petite bourgeoisie (1880-1914)”, in *Revue belge d'histoire contemporaine*, Vol. 19, 1988, pp. 442-456 e JAUMAIN, Serge, *Les petits commerçants belges...*, pp. 99-159.

³²⁶ HAUPT, Heinz-Gerhard, “The Petty Bourgeoisie in Germany and France...”, p. 318.

onde a pequena burguesia tinha um nível de “ansiedade” ou “ressentimento” menor, relativamente ao resto da Europa, em grande medida fruto de uma mais fraca industrialização e concentração empresarial, do “tardio e limitado desenvolvimento dos grandes armazéns e das cooperativas de consumo” e de um também mais tardio desenvolvimento do movimento operário que só terá efectivamente “arrancado” nos primeiros anos do século XX. Se isto justificou, para o caso espanhol, uma bipolarização da pequena burguesia, com uma parte, no final do século XIX, a seguir opções políticas de esquerda e outra uma via mais conservadora³²⁷, é perfeitamente aceitável pensar-se que no caso português, onde aqueles factores, como se viu, sofreram um desenvolvimento ainda mais lento e débil, eles não terão constituído elementos perturbadores do natural radicalismo pequeno-burguês nas vésperas da República, deste modo, levando os lojistas de Lisboa a uma “colagem” aos republicanos, depois de terem passado pelo reformismo, primeiro, e pelo apoio ao Partido Progressista, depois.

Além disso, apesar de Lisboa estar a sofrer alguma industrialização, no final do século XIX e na primeira década do século XX³²⁸, tal não foi certamente suficiente para levar os lojistas da capital a sonhar com um regresso aos valores do passado, para contrariar as “forças” da modernização. A “crise” do pequeno comércio de Lisboa ocorreu na década de 1890, mas na década seguinte os seus efeitos estavam já a ser ultrapassados e, tanto em número, como em condições económicas, os lojistas pareciam estar a viver uma tendência de melhoria das suas condições, contrariamente aos seus colegas um pouco por toda a Europa.

A este percurso económico inverso, correspondeu um movimento político diferente. A última década do século parece ter representado um “salutar correctivo” ou a “sobrevivência dos mais aptos”, mas representou também – (i) pela relativa melhoria

³²⁷ NÚÑEZ SEIXAS, Xoxé M., “Una clase inexistente?...”, pp. 31-32.

³²⁸ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 232.

das condições económicas, (ii) pela ausência de um conjunto de factores concorrenciais ou potencialmente ameaçadores para a sobrevivência do pequeno comércio, (iii) pela falta de resposta das forças políticas mais conservadoras aos problemas que verdadeiramente preocupavam os lojistas, os impostos e o inquilinato, (iv) pela atractividade do discurso republicano e, por fim, (v) pelo diminuto significado da questão social – uma época de reforço da sua identidade, da sua noção de independência e do seu radicalismo, apontado não contra os grandes armazéns, as cooperativas de consumo, o socialismo ou os judeus, que constituíam os escapes da maioria dos lojistas europeus, mas sim contra o Estado, por causa dos impostos e dos “desperdícios”, contra os políticos monárquicos, por causa dos “escândalos” e dos direitos cívicos “coarctados”, e contra os ricos e privilegiados, por causa das dificuldades em garantir estabilidade no negócio ou um direito de propriedade que levasse em conta aquele que era o principal aspecto realçado na construção ideológica do que era ser um lojista, o seu trabalho, o seu esforço³²⁹.

O sentimento de crise, real ou percebida, dos lojistas passava precisamente por estes últimos aspectos, determinantes na modulação de uma postura definitivamente radical face à sociedade e à política. Com o tempo, essa atitude de contestação aos governos e aos políticos haveria de evoluir para uma contestação ao regime político, neste caso, já devidamente enquadrada por uma propaganda republicana cada vez mais apelativa e coerente para um conjunto de indivíduos que moldavam o seu sentimento de pertença a um grupo ou classe, não só por uma experiência de vida e negócio comuns, mas essencialmente pela imagem do cidadão contribuinte, do indivíduo honrado e trabalhador que, pelo seu papel de intermediário na sociedade, por um lado, e de contribuinte líquido para o Estado, por outro, tinha todo o direito e mesmo o dever de

³²⁹ Os pontos (iii) a (v) serão alvo de abordagem específica e, naturalmente, mais desenvolvida nas terceira e quarta partes da tese.

intervir politicamente nessa mesma sociedade ou junto dos representantes desse Estado. Daí o papel central da questão fiscal, em conjunto com a do inquilinato, no conjunto das preocupações associativas dos lojistas e a sua crescente intervenção na propagação de um ideário mais liberal, mais avançado, em grande medida numa rota convergente com a progressiva afirmação dos republicanos e dos seus valores de responsabilização política, moralidade económica e “democratização” social.

A crise dos anos 90 não “matou o merceeiro” lisboeta, constituiu antes um momento de renovação e reorganização do pequeno comércio que, depois da “tempestade” da última década do século XIX, terá aproveitado a “bonança” de um crescimento demográfico da cidade verdadeiramente espectacular. Os lojistas eram mais, é certo, mas a concorrência não era vista como um mal, pois a cada um cabia agora uma fatia maior do bolo, mesmo tendo em conta que ele continuava a ser, por vezes, mais pequeno do que o dos seus colegas no estrangeiro, numa tendência claramente oposta ao que acontecia um pouco por todo o lado, onde a pequena burguesia comercial via diminuir de dia para dia a quota de mercado disponível. É neste ponto, nestas diferentes visões sobre a evolução do mercado de consumo e as ameaças que essa dinâmica perspectivava, entre um futuro que parecia estar a melhorar e outro onde a luz ao fundo do túnel parecia ficar cada vez mais ténue, que se pode encontrar uma das justificações para a manutenção de uma ideia progressista da sociedade e da política que ajudou a impulsionar os lojistas de Lisboa para o republicanismo. Não era tanto uma suposta crise económica que os assustava e lhes aumentava o ressentimento, nem uma improvável revolução vinda de baixo que lhes metia medo, num país onde o anarquismo, o socialismo e a classe operária tinham um desenvolvimento no mínimo débil, o que efectivamente os preocupava e encaminhava para um maior radicalismo era o facto de, social e politicamente, a Monarquia não lhes permitir evoluir, nem lhes

deixar margem para uma representatividade que fosse o espelho efectivo dos seus peso social e influência política, reais ou idealizados.

2ª PARTE – A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LOJISTAS DE LISBOA: ESBOÇO HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO A 1910

Foi atrás destacado um conjunto de factores considerado essencial na moldagem do posicionamento político dos lojistas de Lisboa. Aquele conjunto incluía, acima de tudo, a noção de independência, que era reforçada pela conjugação de uma série de tendências económicas, sociais e de concorrência comercial que colocavam os homens do pequeno comércio lisboeta num caminho divergente em relação aos seus colegas europeus. No entanto, foi igualmente referido que essa evolução era influenciada ainda por uma vivência associativa característica e por um conjunto de ligações políticas singulares que, no seu todo, terão potenciado a passagem dos pequenos comerciantes do universo radical da segunda metade do século XIX para a órbita republicana na primeira década de noventa. Com esta parte da tese pretende-se destacar, precisamente, a importância do associativismo e as peculiaridades do desenvolvimento e do discurso da instituição que desde 1870 representava a pequena burguesia comercial da capital, a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa.

Para melhor se compreender o seu papel na formação de uma identidade comum ao conjunto dos lojistas de Lisboa – os quais, como se viu, se caracterizavam por uma relativa heterogeneidade, aliás, bem visível na própria elaboração dos estatutos, a que se dará atenção mais à frente – e a sua influência na propagação de um ideário cívico e político, primeiro radical e mais tarde de contestação ao regime monárquico, será necessário antes de mais atentar nas particularidades do nascimento da ACLL e depois nas várias facetas do seu desenvolvimento, em termos associativos e de defesa dos interesses da classe que representava. Neste quadro são de destacar a relativa precocidade da sua fundação, tanto nacional como internacionalmente, as motivações

por detrás da sua criação, em 1870, a evolução estatutária e a dinâmica da vida associativa que, em grande medida, acompanharam e influenciaram as vicissitudes do crescimento da sua lista de sócios, bem como as características dos lojistas atraídos pela vida associativa. Por último, será analisada a forma como a crescente representatividade da Associação influenciou o reconhecimento do seu papel como interlocutor privilegiado entre os interesses e expectativas dos lojistas, por um lado, e os poderes públicos e as associações congéneres, por outro.

Vale a pena, à partida, sublinhar a dinâmica de unidade que a vida associativa veio trazer em relação a um grupo caracterizado por uma certa heterogeneidade. O tipo e o volume de negócio, o tamanho da loja, o tipo de clientela e a localização geográfica eram factores que potenciavam uma maior diferenciação no seio da classe dos lojistas, como se observou. Em parte, a história da ACLL e dos seus sócios nos primeiros 15 anos estudados reflectem um pouco esta imagem. Contudo, a evolução posterior acabou por fazer realçar um conjunto de aspectos que foram proporcionando aos lojistas a oportunidade de construírem uma identidade comum, algo que a ACLL soube aproveitar a partir de meados da década de 1880, conseguindo então um crescente número de adesões. Nesta parte serão destacados os de cariz meramente associativo, como seja, por exemplo, a maior abertura à entrada de sócios de todo o tipo de lojas. Juntar-se-á, depois, na terceira parte o discurso reivindicativo, enquadrado por uma série de lutas pelos interesses de classe consideradas transversais e que acabaram por esbater algumas das diferenças internas. Em conjunto, a história associativa e a dinâmica de defesa do pequeno comércio constituem a segunda peça de uma trilogia que leva a caracterizar o grupo em estudo como lojistas, contribuintes e cidadãos³³⁰.

³³⁰ A expressão final é a tradução do título de um artigo sobre a pequena burguesia italiana, onde aquela imagem assumia contornos semelhantes. Cf. MORRIS, Jonathan, “Traders, taxpayers, citizens: the lower middle classes from Liberalism to Fascism”, in *Modern Italy*, vol. 7, n.º 2, 2002, pp. 153-169.

O texto que se segue pretende, por fim, ser um pequeno contributo para uma das lacunas sentidas na historiografia portuguesa, na qual a investigação sobre as associações e o associativismo no século XIX ocupa um lugar “ainda incipiente.”³³¹ Com a excepção de alguns trabalhos desenvolvidos sobre as duas principais associações do país, a Associação Comercial de Lisboa e a sua congénere do Porto³³², pouco tem sido produzido sobre o associativismo comercial, sendo que uma das mais recentes incursões na matéria é um estudo sobre os vários tipos de associações profissionais, numa perspectiva de análise global do fenómeno³³³ e não na vertente que é destacada, por exemplo, por Luís Reis Torgal quando refere que “dado o dinamismo das associações comerciais (...) seria de muita utilidade que (...) se elaborassem monografias (...) sobre a sua acção, indissociável da própria história do País (...) no último século e meio.”³³⁴

Que importância reveste, então, o nascimento de mais uma associação comercial no país? E porquê o seu aparecimento nesta altura? A resposta a estas duas questões passa pela narrativa dos acontecimentos que levaram um grupo de lojistas a decidir-se, em 1869, pela fundação de uma associação que pudesse representar os seus interesses e pelo enquadramento da sua criação no que era a tendência nacional e internacional do associativismo no final do século XIX, em particular, do associativismo comercial. Será primeiro feito este enquadramento, para depois se regressar à história e evolução da

³³¹ PINTO, Antonio Costa; ALMEIDA, Pedro Tavares de, “On Liberalism and the Emergence of Civil Society in Portugal”, in BERMEJO, Nancy; NORD, Philip G., *Civil society before democracy: lessons from nineteenth-century Europe*, Lanham, Rowman & Littlefield, 2000, p. 9.

³³² BONIFÁCIO, Maria de Fátima, “A Associação Comercial do Porto no Contexto Político-Económico do Segundo Quartel do Século XIX”, in *Análise Social*, 91, 1986, pp. 331-367; TRINDADE, Luís; SANTOS, Miguel; CARVALHO, Rita, *História da Associação Comercial de Lisboa: da fundação nacionalista à integração Europeia*, Lisboa, Câmara de Comércio e Indústria/Associação Comercial de Lisboa, 2000 ou SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo....*

³³³ LOUSADA, Maria Alexandre, “Tradição e renovação nas associações profissionais” in FREIRE, João (org.), *Associações Profissionais em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 2004, pp. 21-55.

³³⁴ TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço, *O Liberalismo (1807-1890)*, Vol. V da *História de Portugal*, (dir.) José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 318.

ACLL, ou melhor, às lutas e perspectivas dos homens que vão estar por trás da sua fundação, entre 1863 e 1870. Tal permitirá ficar a conhecer melhor as motivações e interesses que levaram um conjunto de indivíduos, normalmente caracterizados, até pelos próprios, como se verá, como individualistas e “egoístas”, a constituírem-se em associação e servirá igualmente para se começar a descobrir a tendência para a intervenção política dos lojistas de Lisboa.

A ACLL no quadro do associativismo comercial de finais do século XIX

No dia 17 de Outubro de 1870 os membros da direcção provisória da jovem Associação Comercial de Lojistas de Lisboa declaravam no seu primeiro relatório de actividades que “a associação se pode considerar legalmente constituída em virtude da lei de 15 de Junho do corrente ano.” Apesar desta convicção, não deixavam de fazer a ressalva de que procurariam para os estatutos aprovados em assembleia-geral de 8 de Agosto “a aprovação régia, para os efeitos do artigo 33º do código civil” de 1867. Terminava assim a fase de instalação da associação representante do pequeno comércio da capital iniciada³³⁵. Para a história e a memória associativa ficava, porém, registado o dia 1 de Janeiro de 1870 como a data de fundação da Associação dos Lojistas, data não totalmente exacta, como se verá, mas recordada, por exemplo, no primeiro número da segunda série do *Boletim da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa*, saído em Janeiro de 1901, na versão dos estatutos de 1940, altura em que a associação mudou o seu nome para *União de Grémios de Lojistas de Lisboa*, ou ainda no actual sítio da Internet da *União de Associações do Comércio e Serviços*, instituição herdeira e continuadora da ACLL³³⁶. As origens da associação, contudo, podem recuar até ao ano

³³⁵ ACLL, *Relatório de 1870*, pp. 4 e 9.

³³⁶ ACLL, *Boletim*, n.º 1, Janeiro de 1901; *Estatutos da União de Grémios de Lojistas de Lisboa*, 1940, p. 5 e *Apresentação*, s.d., UACS - *União de Associações do Comércio e Serviços*, consultado em Setembro de 2008, <http://www.uacs.pt/gca/?id=151>.

de 1863, como se terá oportunidade de ver, e estão relacionadas, em parte, com uma polémica que ainda se mantém actual no seio do pequeno comércio: a questão dos horários de abertura dos estabelecimentos.

O cuidado colocado na constituição “legal” da associação justificava-se pelas mudanças que o enquadramento do direito de associação sofreu no conturbado ano político de 1870. Na vigência da Monarquia Constitucional, a criação de associações esteve quase sempre sujeita à autorização das entidades oficiais, fossem os governadores civis ou os próprios governos. O código Penal de 1852 era taxativo quanto à proibição de associações “de mais de vinte pessoas”, fosse qual fosse a sua natureza, se estas não tivessem “autorização do Governo”³³⁷. Ou seja, não se negava o direito de associação, mas este ficava claramente sujeito ao poder político. No mesmo sentido ia a formulação do Código Civil de 1867, no qual se definia o direito de associação como um dos direitos originários e fundamentais na sociedade, mas se dizia também que “nenhuma associação” poderia existir juridicamente antes de ser “legalmente autorizada”³³⁸. Em 1870, porém, o governo do duque de Saldanha e Dias Ferreira (Decreto de 15 de Junho) legislou no sentido de todos os cidadãos, no gozo dos seus direitos civis e políticos, poderem constituir-se em associação “para fins eleitorais, literários, artísticos, de recreio, e para fundação de montes de piedade ou montepios, *independentemente de licença da autoridade pública*”³³⁹.

Residia nesta orientação liberal, que foi seguida também para os direitos de petição e reunião, a afirmação dos lojistas de que a sua associação estava já legalmente constituída. Luís Manuel da Costa, primeiro presidente da assembleia-geral, assim o

³³⁷ *Código Penal aprovado por Decreto de 10 de Dezembro de 1852*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1855, p. 82.

³³⁸ *Código Civil Portuguez aprovado por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, pp. 9 e 67.

³³⁹ “Decreto de 15 de Junho de 1870”, in *Jornal do Comércio*, n.º 4993, 18 de Junho de 1870 (itálico meu).

declarou na referida reunião de 8 de Agosto. Contudo, como tinham surgido dúvidas sobre a interpretação do mesmo decreto, foi pedido parecer jurídico ao visconde de Paiva Manso³⁴⁰ “o qual respondera que aquele decreto em nada tinha alterado” o que era preconizado pelo Código Civil e “que por a associação representar uma individualidade jurídica, deviam os estatutos ser sancionados pelo governo.”³⁴¹ Os acontecimentos posteriores acabariam por dar razão a este conselho jurídico. Em 29 de Agosto de 1870 caiu o ministério do duque de Saldanha e a nova maioria parlamentar, saída das eleições de Setembro, acabaria por votar favoravelmente, em 12 de Dezembro, a exclusão do decreto sobre o direito de associação do conjunto de medidas “ditatoriais” para as quais o governo Ávila / Bispo de Viseu propôs um *bill* de indemnidade. Ou seja, entre as iniciativas legislativas da curta “ditadura”, a que se referia ao direito de associação não era sancionada pelo novo poder onde, curiosamente, se incluíam elementos da esquerda dita “reformista”³⁴².

Mas porquê o nascimento de mais uma associação comercial? Em 1870, Lisboa tinha já, levando quase 36 anos de existência, uma associação representativa do comércio. Fundada em Junho de 1834, a então denominada Associação Mercantil Lisbonense que, em Fevereiro de 1855, passaria a designar-se Associação Comercial de Lisboa, representava contudo “a grande burguesia comercial de Lisboa”³⁴³. Este género

³⁴⁰ Levy Maria Jordão (1831-1875), 1º Visconde de Paiva Manso por decreto de 13 de Outubro de 1869. Autor de um *Projecto de Código Penal Português*, publicado em 1861 e que influenciaria o Código Penal de 1867.

³⁴¹ *O Popular*, n.º 52, 9 de Agosto de 1870.

³⁴² DCD, sessão de 12-12-1870, p. 444 e sessão de 10-12-1870, pp. 430-433 (discurso do deputado Teles de Vasconcelos proferido na sessão de 2 de Dezembro). CUNHA, Carlos Guimarães da, *A «Janeirinha» e o Partido Reformista. Da Revolução de Janeiro de 1868 ao Pacto da Granja*, Lisboa, Colibri, 2003, pp. 193-211.

³⁴³ PEREIRA, Maria Paula, *A Associação Comercial de Lisboa e a grande burguesia comercial da Praça da Lisboa. Um projecto de desenvolvimento do comércio externo português (1890-1926)*, Universidade Nova de Lisboa, tese de mestrado policopiada, 1994, p. 12; TRINDADE, Luís; SANTOS, Miguel; CARVALHO, Rita, *História da Associação Comercial de Lisboa...*, pp. 17 e 45; SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo...*, pp. 29-30.

de associações comerciais eram relativamente frequentes em Portugal, tendo sido criadas várias logo na década de 1830. A Associação Comercial do Porto foi fundada também em 1834, no ano seguinte surgiram as da Figueira da Foz, Setúbal e Ponta Delgada, e em 1836 foi a vez do Funchal. Em 1858 surgiu a Associação Comercial de Aveiro e em 1863 foram fundadas as de Braga e Coimbra³⁴⁴. Contudo, na sua maioria representavam quase exclusivamente os “negociantes”, os comerciantes “de grosso trato” dessas localidades, como transparece da caracterização relativa à Associação Comercial de Lisboa feita por Luís Aguiar Santos³⁴⁵.

Apesar das fundações apontadas, esta é aparentemente uma fase de relativa calma no que diz respeito ao associativismo comercial em Portugal, incluindo nesta análise os vários níveis de profissionais ligados ao comércio: “comerciantes, lojistas, empregados e caixeiros”. Entre 1852 e 1890, por exemplo, período regido pelo artigo 292º do Código Penal que proibia qualquer associação com mais de 20 pessoas, como se viu, foram fundadas 22 associações profissionais ligadas ao comércio, a maioria com objectivos mutualistas, número que conheceu um impulso decisivo entre 1892 e 1932, altura em que foram fundadas 111 associações, crescendo agora mais rapidamente as de cariz empresarial³⁴⁶. Esta segunda fase, que resultava, em parte, do “desenvolvimento urbano e fabril” e que teve na crise financeira da década de 1890 igualmente um importante estímulo, era já enquadrada por legislação específica, nomeadamente, o decreto de 9 de Maio de 1891, rubricado pelo ministro António Cândido, que regulava “a existência das «associações de classe» que podem ser comerciais, industriais ou agrícolas, só de patrões, só de empregados, operários ou trabalhadores, e mistas”, e também pela portaria de 9 de Fevereiro de 1894, de Carlos Lobo de Ávila, resultante da

³⁴⁴ LEMOS, Maximiliano (dir.), *Encyclopedia Portuguesa Illustrada: dicionário universal*, Porto, Lemos & Co., 1900-1909, vol. 3, p. 189; *GEPEB*, vol. 3, pp. 562-568 e TORRAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço, *O Liberalismo...*, p. 318.

³⁴⁵ Cf. SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo...*, pp. 39-47.

³⁴⁶ LOUSADA, Maria Alexandre, “Tradição e renovação nas associações profissionais”, pp. 30 a 36.

crise das associações dissolvidas, onde se encontrava “explicitamente recomendado pelo Governo” ao governador civil o “policiamento” das associações de classe³⁴⁷.

Apesar dos dois períodos indicados e do ritmo mais lento registado até à década de 1890, o mundo do comércio era, por comparação com os restantes sectores de actividade, aquele onde o associativismo parecia mais dinâmico, na segunda metade do século XIX. Segundo Costa Goodolphim, referindo-se apenas à realidade observada até meados da década de 1870, “a classe comercial, uma das mais numerosas, é aquela que mais tem compreendido o princípio da associação, e o tem firmado em bases mais sólidas”, no que é confirmado pela recente investigação de Maria Alexandre Lousada³⁴⁸.

Porém, este relativo dinamismo e mesmo o facto de Lisboa ter sido pioneira no associativismo comercial, não sossegavam o comércio retalhista da cidade antes de 1870, uma vez que se ressentia pelo facto de não ter representantes directos, sentindo a falta de uma associação que fizesse chegar a sua voz e as suas reivindicações junto dos poderes constituídos. Até porque algumas dessas reclamações nem sempre eram coincidentes com as dos grandes comerciantes. Provavelmente, os lojistas da capital portuguesa à época acabavam por sentir o mesmo, por exemplo, que os seus colegas espanhóis, na década de 1880, que viam a sua “representação política e a defesa dos interesses (...) subordinados ao controlo e direcção dos interesses do grande comércio e da grande indústria.” Efectivamente, em Madrid as associações onde estava integrado o pequeno comércio eram dominadas pela “burguesia mercantil da capital”³⁴⁹.

³⁴⁷ SANTOS, Fernando Piteira, “Associação (Direito de)”, in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. I, Joel Serrão (dir.), Porto, Livraria Figueirinhas, s.d., p. 238; TENGARRINHA, José Manuel (dir.), *História do Governo Civil de Lisboa*, Lisboa, Governo Civil de Lisboa, 2002, Vol. I, pág. 206 e LOUSADA, Maria Alexandre, “Tradição e renovação nas associações profissionais”, p. 30.

³⁴⁸ GOODOLPHIM, Costa, *A Associação*, p. 98 e LOUSADA, Maria Alexandre, “Tradição e renovação nas associações profissionais”, p. 36.

³⁴⁹ NÚÑEZ SEIXAS, Xoxé M., “Una clase inexistente?...”, pp. 35 e 38. Algo semelhante parecia estar a ocorrer do outro lado do Atlântico. As associações de pequenos comerciantes no México não lograram êxito no último terço do século XIX. Estes indivíduos estavam ligados às Câmaras de Comércio que reuniam os grandes comerciantes, ocupando nelas um lugar subalterno e detendo uma influência precária.

Na realidade, o pequeno comerciante lisboeta, no início da década de 1860, dava já mostras de não estar satisfeito com esta situação e daí as tentativas de criação de uma associação que defendesse os comerciantes de retalho, de modo a que o lojista passasse a ser olhado pelos governos, pelo menos, em pé de igualdade com o “negociante de grosso trato”. Os interesses dos lojistas não se podiam confundir com os da restante classe comercial e para que isso acontecesse, para que pudessem captar as “atenções” do poder eram necessárias “uma ou mais associações”, como afirmavam logo em 1864³⁵⁰.

No fundo, a diminuta representatividade da pequena burguesia comercial em algumas organizações ou instituições criadas ao longo do século XIX e com as quais o Estado pretendia fazer a ligação entre o mundo dos negócios e o poder central, acabou por ser um factor importante de mobilização deste estrato social, com reflexos quer na reivindicação da sua presença nos tribunais do comércio e nas associações comerciais, quer inclusive na fundação de associações “autónomas para os pequenos comerciantes”. Esta mobilização, efectivamente, “representou um factor importante para o desenvolvimento de uma identidade social” entre a pequena burguesia³⁵¹.

Um outro factor, na base desta noção de interesses próprios divergentes em relação a um outro grupo social, parece ter sido importante na construção de uma identidade comum entre os lojistas e, ao mesmo tempo, responsável pela necessidade de criação de uma associação representativa autónoma. Era a idealização da sua própria imagem e do seu papel na sociedade, elaborada, não só, tendo por base as características próprias do que entendiam ser a classe dos “lojistas”, mas, também, através de um

Cf. RANGEL CONTLA, José Calixto, *La pequeña burguesía en la sociedad mexicana, 1895 a 1960*, México, Universidad Nacional Autónoma de México, 1972, pp. 166-167.

³⁵⁰ *Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, n.º 8, 12 de Janeiro de 1864.

³⁵¹ NÚÑEZ SEIXAS, Xoxé M., “Una clase inexistente?...”, p. 27. Se, por um lado, a fundação da ACLL em 1870 veio preencher esta lacuna, por outro lado, problema solucionado apenas na década de 1890 quando as duas associações começaram a apresentar listas conjuntas para a eleição do júri. Este assunto será desenvolvido mais à frente, quando se procurar estabelecer a efectiva representatividade da ACLL no seio do mundo lojista de Lisboa.

confronto ou comparação com outros grupos sociais com os quais não pretendiam ser confundidos e com os quais igualmente não se sentiam identificados. O relatório de apresentação dos primeiros estatutos da ACLL, analisado com maior detalhe mais à frente, dá, neste sentido, uma pista importante para se perceber esta perspectiva. Logo nos parágrafos iniciais, afirmava que “as necessidades sociais do lojista [eram] muito diferentes das do empregado público, do artista e do operário”³⁵². Estava aqui presente, claramente, a noção de independência atrás apontada, centrada no valor da propriedade, conferida pelo negócio e pela clientela, à falta de uma real propriedade da loja, a maior parte das vezes arrendada. Daí a importância que a questão do inquilinato sempre teve na vivência reivindicativa da ACLL.

Também inerente a esta perspectiva estava a noção de que era o facto de serem, além de patrões de si próprios ou proprietários, igualmente trabalhadores, que os distinguia dos grupos sociais superiores. Neste ponto, não se diferenciavam particularmente dos restantes colegas europeus que frequentemente se reconheciam e eram também reconhecidos, como pertencendo a um grupo que se situava no meio da sociedade, “entre o capital e o trabalho”³⁵³. Os lojistas de Lisboa, alguns anos mais tarde, seriam taxativos ao afirmar que as “classes” que constituíam a ACLL tinham “quase por única riqueza a aptidão ao trabalho”³⁵⁴. Por isso, os lojistas não se consideravam representados na ACL, junto do grande comércio, da alta burguesia, mas tinham igualmente a noção que constituíam um grupo à parte dentro da pequena burguesia e claramente separado da classe operária, ou pelo menos interessado em fazer

³⁵² *Estatutos da Associação Commercial de Logistas de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal, 1870, p. 7.

³⁵³ Entre outras referências, veja-se MAYER, A., “The Lower Middle Class as a Historical Problem”, p. 433; BLACKBOURN, David, “The Mittelstand in German Society and Politics...”, pp. 409-433 e ERICSSON, Tom, “The mittelstand in Swedish class society...”, pp. 313-328. A citação é retirada do título do estudo de Tom Ericsson, *Mellan kapital och arbete. Småborgerligheten i Sverige 1850-1914* [Entre o Capital e o Trabalho. A Pequena Burguesia na Suécia 1850-1914], Almqvist & Wiksell International, 1988.

³⁵⁴ ACLL, *Relatório de 1886*, p. 12.

passar essa imagem, na medida em que a mesma lhes poderia garantir, por um lado, uma maior respeitabilidade junto dos poderes e, por outro, uma maior autonomia nas relações com outros grupos sociais.

Contudo, entre a ideia de uma representação própria e o momento da fundação associativa, o individualismo da classe ainda levava a que as “comissões” de protesto criadas para combater uma determinada medida – como a “comissão de lojistas da capital”, activada em Novembro de 1863 para reclamar contra a obrigatoriedade de fechar as lojas “depois da hora de recolher” – logo perdessem força e se dissolvessem quando o assunto ficava resolvido³⁵⁵. Assim aconteceu em Lisboa, nesta altura, mas o mesmo se passou, por exemplo, com os lojistas parisienses ao criarem associações ou comissões efémeras, em grande medida, para combater problemas específicos gerados por nova legislação, nomeadamente, fiscal, ou por novos concorrentes, como os grandes armazéns. Contudo, estes agrupamentos de lojistas “desintegravam-se tão rapidamente como tinham sido formados” e só em 1888 foi fundada uma associação mais estável e duradoura, a *Ligue syndicale du travail, de l'industrie et du commerce*, instituição que passou, então, a representar os “pequenos comerciantes” da Cidade Luz³⁵⁶. Esta era uma perspectiva comum a vários países, pois, aparentemente, quando as associações eram criadas com um fim muito específico, sem definição de objectivos a longo prazo, tinham tendência para se dissolverem assim que conseguissem os seus intentos³⁵⁷.

Um outro exemplo pode ser o caso da Alemanha, onde os lojistas eram caracterizados como individualistas e “incapazes de reconhecer o valor do associativismo”, facto que era particularmente sentido ao nível dos merceiros, levando

³⁵⁵ *Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, n.º 1, 1 de Janeiro de 1864; n.º 4, 6 de Janeiro de 1864 e n.º 10, 14 de Janeiro de 1864.

³⁵⁶ NORD, Philip G., *Paris shopkeepers...*, pp. 7 e 23-31.

³⁵⁷ Cf. SUBACCHI, Paola, “Organisations économiques et groupes de pression en Europe au XIXe siècle et au début du XXe siècle”, in *Histoire, économie & société*, Vol. 16, n.º 2, 1997, p. 158.

a uma diminuta apetência dos pequenos comerciantes para a formação de associações profissionais³⁵⁸.

Em parte, pode ser afirmado o mesmo em relação aos tempos iniciais da ACLL e ao facto de esta só ter sido fundada em 1870, após outras tentativas frustradas para a sua organização. Aliás, como se verá mais adiante, era frequente o discurso sobre o individualismo dos lojistas, o seu egoísmo e a pouca crença que depositavam na acção concertada, presente nos primeiros relatórios da gerência da ACLL, como desabafo para o reduzido número de sócios que a jovem agremiação conseguia atrair.

Se havia pontos de contacto entre os lojistas lisboetas e os de Madrid, Paris ou mesmo os da Alemanha, a fundação da ACLL acabou por ser singular num aspecto: na cronologia. Um pouco por toda a Europa, e não só, a pequena burguesia comercial era incentivada à união e à mobilização política e associativa para a defesa dos seus direitos e interesses, mas tal só se efectivou, essencialmente, a partir do final da década de 1880³⁵⁹. Por esta altura, a Associação dos Lojistas de Lisboa levava já quase duas décadas de existência e, em comparação com o caso alemão, por exemplo, os principais dinamizadores do associativismo entre os lojistas eram precisamente os merceeiros, como se terá oportunidade de realçar³⁶⁰. Mesmo no panorama nacional, se o associativismo do pequeno comerciante de Lisboa chegava com algum atraso em relação à burguesia comercial, por comparação com os lojistas de outras localidades, uma vez mais é possível destacar a relativa precocidade da ACLL. Veja-se, por

³⁵⁸ BLACKBOURN, David, "The Mittelstand in German Society and Politics...", p. 416.

³⁵⁹ Além do trabalho de Nord sobre Paris, já citado, veja-se WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, pp. 75-77; BLACKBOURN, David, "Between resignation and volatility...", p. 50; JAUMAIN, Serge; GAIARDO, Lucia, "Aide-toi et le Gouvernement t'aidera", pp. 442-446; BENSON, John, "Small-scale retailing in Canada", p. 96; MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan...*, pp. 103-109; JAUMAIN, Serge, *Les petits commerçants belges...*, pp. 163-164; MONOD, David, *Store wars...*, p. 27; MORRIS, Jonathan, "Les associations de détaillants en Italie...", pp. 237-238 e 240-241 e MORRIS, Jonathan, "Traders, taxpayers, citizens...", pp. 155 e 160.

³⁶⁰ No Canadá, por exemplo, os merceeiros foram um dos grupos da pequena burguesia que, relativamente cedo, "adquiriram uma certa identidade corporativa". Cf. MONOD, David, *Store wars...*, p. 20.

exemplo, o caso da Associação de Lojistas do Porto, fundada apenas em 1892³⁶¹. Como é óbvio, neste caso funcionava também o factor “capital do reino” que, pela sua maior dinâmica comercial e elevado quantitativo populacional, potenciava a existência de um número muito significativo de lojistas, o que poderá ter influenciado uma precoce tomada de consciência da identidade da classe e, nesse sentido, da necessidade de formação de uma associação representativa³⁶².

Uma outra diferença essencial está relacionada com o tipo de associação que os lojistas pretendiam e levaram à prática. Se nos primeiros estatutos ainda afloravam alguns aspectos de mutualidade, de socorros-mútuos, a realidade da vida associativa veio revelar antes uma clara tendência para a constituição da ACLL como uma instituição de pressão económica, onde o importante era o “princípio da representatividade de interesses”, mais ao estilo das associações que se formavam para os grandes comerciantes, ou, no caso da pequena burguesia, mais próxima do que iria ser a realidade, nacional e internacional, a partir da última década do século XIX³⁶³.

Mas não é só o *timing* e as características gerais que fazem com que a ACLL se destaque das associações que foram criadas pela pequena burguesia comercial europeia. Igualmente importantes são as motivações que levaram à sua criação, em parte diferentes das que, um pouco mais tarde, iriam influenciar a maioria dos seus colegas estrangeiros a uma maior mobilização associativa. Na Bélgica, por exemplo, o aparecimento das associações de lojistas teve um denominador comum à grande

³⁶¹ ACLL, *Boletim*, n.º 56, Julho de 1892, pp. 1-3. Em 1893, a ACLL refere a existência de outras três associações de lojistas, a Associação Comercial dos Lojistas de Coimbra, a de Santarém e a de Setúbal, mas não foi possível verificar a data de fundação das mesmas. Cf. ACLL, *Boletim*, n.º 64, Março de 1893, p. 3.

³⁶² Em alguns estudos é precisamente destacado o factor de desenvolvimento urbano como um dos componentes da maturação de uma identidade comum entre a pequena burguesia. Veja-se, por exemplo, CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *The Petite Bourgeoisie in Europe...*, pp. 13 e 47. Igualmente, em Portugal é apontado o “desenvolvimento urbano” como um dos factores impulsionadores do crescimento do movimento associativo, em termos gerais. Cf. TENGARRINHA, José Manuel (dir.), *História do Governo Civil de Lisboa*, Vol. I, pág. 206.

³⁶³ SUBACCHI, Paola, “Organisations économiques et groupes de pression...”, p. 157 e LOUSADA, Maria Alexandre, “Tradição e renovação nas associações profissionais”, p. 34.

maioria, um objectivo claro: “a supressão das cooperativas de consumo ou, pelo menos, uma severa regulamentação das suas actividades.” Foi este o principal “catalisador” que possibilitou à pequena burguesia urbana ultrapassar as suas diferenças e constituir uma “frente unida”, mais tarde igualmente preocupada com outras questões, como os vendedores ambulantes ou a pressão fiscal³⁶⁴. Em Milão, foi precisamente esta última que acabou por despertar uma consciência de classe entre os lojistas e os levou ao movimento associativo e a uma participação política mais activa, mas igualmente importante foi a contestação às cooperativas de consumo³⁶⁵. Em Paris, as justificações para o rápido evoluir do movimento associativo, no final da década de 1880, resultaram da conjugação de vários factores, com a questão fiscal à cabeça, também relacionados com o combate aos grandes armazéns, considerados como a “nova feudalidade” que ameaçava “devorar” o pequeno comerciante, e a necessidade de enquadramento político e social de um grupo que se sentia “inconfortável” entre a pressão vinda de cima, dos negociantes, ou de baixo, de uma “massa crescentemente militante” de trabalhadores de colarinho-branco, onde se incluíam os caixeiros, com claras tendências socialistas³⁶⁶. No caso da Inglaterra, as motivações foram igualmente variadas, passando pela necessidade dos lojistas responderem “a um mundo de negócios cada vez mais complexo, o qual estava progressivamente a ser colocado sob a regulamentação e inspecção estatal”, ou pelas críticas ao sistema fiscal e à “concorrência injusta”, onde se destacava uma “feroz” contestação às cooperativas de consumo³⁶⁷.

Como já foi possível observar, uma parte destes factores esteve longe das preocupações dos lojistas de Lisboa, nomeadamente, a questão da concorrência dos grandes armazéns e das cooperativas de consumo. Se na crise da década de 1890 as

³⁶⁴ JAUMAIN, Serge, *Les petits commerçants belges...*, pp. 163-164.

³⁶⁵ MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan...*, pp. 95-102 e 140-153.

³⁶⁶ NORD, Philip G., *Paris shopkeepers...*, pp. 23-44.

³⁶⁷ WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, pp. 75-83.

referências a estes problemas foram escassas, nos vinte anos anteriores são mesmo inexistentes. Nesta análise é preciso, contudo, levar em conta que não se perscrutou toda a imprensa, a todo o momento, tarefa impraticável no conjunto do trabalho de investigação levado a cabo para este estudo, como se teve oportunidade de frisar logo na introdução. Porém, da observação de toda a documentação produzida pela ACLL entre 1870 e 1890, entre relatórios, representações, actas de reuniões e *Boletim*, nunca estas temáticas foram sequer abordadas, pelo que esta ausência poderá também ser considerada como denunciadora de que as mesmas estavam longe de representar qualquer força aglutinadora da pequena burguesia comercial de Lisboa. Efectivamente, eram outras as preocupações dos lojistas que no final de 1869 “projecta[va]m associar-se”, como se verá de seguida³⁶⁸.

A fundação da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa

A história da fundação da ACLL não começou em 1870. É preciso recuar até Novembro de 1863 para se compreender o que esteve por trás desse “projecto”. Ao terminar o século XIX e nos primeiros anos da nova centúria a memória desses “trabalhos primordiais” estava ainda viva e no *Boletim* de Janeiro de 1901, o primeiro número da segunda série, depois deste ter sido interrompido devido à dissolução das associações em 1894, é precisamente afirmado que os esforços iniciais “para a sua organização” começaram em 1863³⁶⁹. A razão para as primeiras movimentações organizadas dos lojistas de Lisboa partiu, curiosamente, de uma problemática que se mantém muito actual entre o comércio de retalho dos nossos dias, os horários das lojas e a liberdade de comércio.

³⁶⁸ *Diário Popular*, n.º 1118, 11 de Novembro de 1869.

³⁶⁹ ACLL, *Relatório de 1898*, p. 6; ACLL, *Boletim*, n.º 1, 1901, p. 1 e n.º 11, Novembro de 1905, p. 1.

Contudo, se a temática se mantém actual, já a posição dos lojistas sobre o assunto era radicalmente diferente da de agora e esse vai ser um elemento crucial para se perceber a evolução associativa e política do pequeno comércio lisboeta entre 1870 e 1910: o fundamental para estes indivíduos que na década de 1860 começavam a dar os “primeiros passos” para formar uma associação era a “liberdade de trabalho”, a qual nunca deveria ser “coarctada” na medida em que era benéfica “ao consumidor e ao produtor”. Em 1864, um “defensor dos lojistas” fazia dessa forma a apologia da “concorrência” na vida comercial³⁷⁰. No primeiro relatório da ACLL, em 1870, também se falava nos vexames por que passava a “nossa liberdade industrial”, uma matéria que era “de tal importância para os lojistas, que a associação não deve levantar mão dela enquanto não for resolvida favoravelmente.”³⁷¹ Este discurso está ainda presente, com as mesmas cambiantes, no primeiro número do boletim associativo, começado a publicar em 1888. Era, então, exigido que fosse “garantida a liberdade do trabalho e da indústria” aos lojistas, não sendo lícito ao Estado impor limites – que lembravam os “tempos abnóxios do absolutismo” – ao exercício da actividade comercial³⁷².

Três épocas distintas na vida associativa, três polémicas igualmente diferentes por trás de cada um dos discursos, porém, um denominador comum: o que estava em causa era uma interpretação divergente sobre qual deveria ser o papel do Estado na regulamentação das actividades económicas pois, enquanto este procurava reforçar a sua intervenção, os lojistas entendiam que não deveriam, literalmente, pedir “licença” para trabalhar, pedir “licenças” para abrir as suas lojas, para vender nelas determinados produtos ou para as manter abertas até determinadas horas. Neste ponto, os lojistas de Lisboa aproximavam-se dos seus colegas ingleses, como se viu atrás³⁷³. Também em

³⁷⁰ *Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, n.º 38, 19 de Fevereiro de 1864.

³⁷¹ ACLL, *Relatório de 1870*, p. 15.

³⁷² ACLL, *Boletim*, n.º 1, Janeiro de 1888, p. 5.

³⁷³ Cf. WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, p. 78.

Portugal, já na crise dos anos 90, foi dado destaque aos conflitos gerados entre os poderes e o mundo dos pequenos negócios, neste caso, entre o poder local em Lisboa, que procurava afirmar-se através de “novos regulamentos e novas posturas”, e “aquela importante parte da população que vivia de prestar serviços”, onde se incluíam, obviamente, os lojistas³⁷⁴.

Foram precisamente aquelas licenças para manter abertas as lojas até determinadas horas, exigidas pelas autoridades com base no regulamento para os estabelecimentos insalubres, incómodos ou perigosos, definido pelo decreto de 21 de Outubro de 1863, mas que se apoiava no decreto de 10 de Dezembro de 1861, onde era regulada a cobrança do imposto de selo, que levaram mais de 100 lojistas de Lisboa a criarem, em 28 de Novembro de 1863, uma “comissão de protesto” para procurarem contrariar algo que os deixava “vexados”³⁷⁵. No início desse mês, ou seja, poucos dias após a publicação do regulamento de estabelecimentos insalubres, alguns lojistas, na descrição emotiva do seu “defensor”, tinham sido “apanhados de assalto” pela polícia “pelo facto de terem as lojas abertas depois da hora de recolher”³⁷⁶. A actuação da autoridade baseava-se numa interpretação do regulamento do selo, onde era definida a verba a pagar por uma licença para ter os estabelecimentos abertos até mais tarde, a qual, aparentemente, nunca tinha sido definida, nem mencionada em legislação a não ser no referido decreto de 1863. Assim, além de autuados, os lojistas estavam igualmente sujeitos a serem julgados “como se fossem grandes criminosos”, para usar, uma vez

³⁷⁴ Cf. RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 184.

³⁷⁵ *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, 1863, pp. 538-551 e *Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, n.º 4, 6 de Janeiro de 1864. Não foi possível apurar o número exacto de lojistas que pertenceram à comissão, mas chegou a ser publicada uma listagem com os nomes de 100 que contribuíram para as despesas da mesma, pelo que o número total deve ter sido superior. Cf. *Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, n.º 53, 8 de Março de 1864 e n.º 54, 9 de Março de 1864.

³⁷⁶ *Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, n.º 3, 5 de Janeiro de 1864.

mais, as expressões coloridas do jornal que foi fundado, precisamente, na sequência desta questão³⁷⁷.

A ideia do jornal tinha já “mais de dois anos”, ou seja, coincidia com a publicação do regulamento do selo, mas tinham sido os últimos “factos tendentes [a] agravar a classe que mais recursos dispõe a favor dos cofres do estado” a influenciar a fundação do periódico³⁷⁸. Nesta ideia transparecia já a noção do lojista/contribuinte “líquido” que, por isso mesmo, tinha direitos perante o Estado e que para os fazer valer cada vez mais necessitava de se associar, de tomar consciência que só pela união poderia impor a sua voz e combater as injustiças de que se julgava alvo.

Em 1863, a oportunidade de destacar a força dessa unidade surgiu e foi, precisamente, o dono de uma mercearia, Joaquim José de Sousa Figueiredo, um dos primeiros a ser alvo da nova interpretação da lei, sendo autuado pela polícia a 2 de Novembro de 1863 e condenado a 23. Cinco dias depois era já vogal da “comissão de lojistas” que então se organizou para protestar junto do governo. Faziam parte dessa estrutura Tomás Antunes de Mendonça, como presidente, José Pinheiro de Melo, como secretário, bem como António Simões Ferreira dos Santos, José Araújo da Costa e o próprio Joaquim Figueiredo como vogais³⁷⁹. Ora, com a excepção dos dois últimos, para os quais não foi possível encontrar mais informações pessoais, os restantes fizeram parte dos primeiros órgãos sociais eleitos da ACLL, em 1870, respectivamente, como presidente da direcção, 1º secretário da mesma e presidente do Conselho Fiscal, sendo dois merceeiros e um salsicheiro³⁸⁰.

Além disso, da centena de lojistas que contribuíram com uma quota de “1\$000 réis” cada para os trabalhos da comissão, pelo menos, 26 tornaram-se sócios da ACLL,

³⁷⁷ *Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, n.º 3, 5 de Janeiro de 1864.

³⁷⁸ Cf. *Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, n.º 1, 1 de Janeiro de 1864.

³⁷⁹ *Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, n.º 5, 8 de Janeiro de 1864 e n.º 10, 14 de Janeiro de 1864.

³⁸⁰ ACLL, *Relatório de 1870*, p. 9 e *Jornal do Comércio*, n.º 4898, 24 de Fevereiro de 1870. A informação sobre o tipo de negócio surge apenas em ACLL, *Relatório de 1878*.

constando das primeiras listas publicadas a partir de 1873. É até provável que o número de nomes coincidentes fosse superior, tendo em conta os que entraram e saíram da ACLL entre 1870 e 1872, somando algumas dezenas, e para os quais não existem registos individuais. Na lista de lojistas pertencentes à comissão de 1863 encontravam-se ainda quatro senhoras, Carolina Maria Amália, a viúva de Joaquim Pedro da Silva, Maria da Madre de Deus Nunes e Carolina Augusta da Nazaré. Uma presença feminina que, contudo, só voltará a verificar-se nas listas de sócios da ACLL depois da viragem do século³⁸¹.

A questão que uniu pela primeira vez os lojistas que viriam a ser os fundadores da ACLL resultava, então, de uma interpretação do referido decreto regulamentar do imposto de selo, usado agora para exigir “dos lojistas a apresentação de licenças para terem abertas lojas e armazéns de venda de géneros além da hora de recolher”. Os lojistas consideravam essa exigência injusta e limitadora da liberdade de comércio, pois tendo já requerido uma licença para a abertura do estabelecimento, à qual eram obrigados pela Câmara Municipal de Lisboa, não podiam aceitar uma segunda que lhes limitasse o horário de funcionamento do seu negócio. Juntavam a esta noção de injustiça um conjunto de argumentos sobre a vida comercial e a própria segurança da cidade. Antes da instalação da iluminação a gás na cidade, o que aconteceu em 1848, para os lojistas, a questão da hora de fecho das lojas não se colocava, pois os deficientes sistemas de iluminação então existentes, onde predominava o azeite, não permitiam a manutenção das lojas em funcionamento muito para além do pôr-do-sol. Luz Soriano, nas suas memórias, comparou precisamente a realidade das lojas lisboetas do início da década de 1860 com o que se passava, cerca de 30 anos antes, na cidade de Falmouth,

³⁸¹ ACLL, *Relatório de 1873*, pp. 7 e seguintes; *Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, n.º 53, 8 de Março de 1864 e n.º 54, 9 de Março de 1864.

na Inglaterra, onde ficou “agradado” num passeio nocturno com “o brilho das lojas, iluminadas a gás”³⁸².

Os pequenos comerciantes, aparentemente, começavam agora a fazer um uso sistemático do novo sistema e era já frequente as lojas de fanqueiro, as casas de modas e também alguns mercadores, ourives e, como se viu, merceeiros, terem os seus estabelecimentos abertos até “às nove e dez horas da noite”. E mais tarde fechariam se não fosse a questão das licenças. Para além disso, os lojistas estabeleciam uma correlação entre a abertura das lojas até tarde e uma maior segurança nas ruas. A loja aberta auxiliava com a “maravilhosa luz do gás” a iluminação pública e facilitava o trabalho da “polícia”. As lojas abertas à noite eram mesmo “o mais sólido obstáculo à temeridade do vadio, do ladrão, do turbulento, que perturba a tranquilidade pública”. Por isso, “quem mais paga[va]” para sustentar a polícia, e tão bem a auxiliava, devia ser protegido e não perseguido³⁸³.

Por tudo isto, tinham sido levados à acção, ao protesto, e, efectivamente, no próprio dia 28 de Novembro, a comissão decidiu reunir “as primeiras assinaturas” para um “requerimento que os lojistas dirigiram ao governo”, forçando um esclarecimento da referida lei, pois nem todos os estabelecimentos comerciais, segundo a sua posição, deveriam estar sujeitos a uma hora de encerramento específica, mas apenas os que eram considerados “incómodos ou perigosos”³⁸⁴. A esses especialmente se referia o decreto de 21 de Outubro e não a todos os outros, os quais deveriam ficar livres de estabelecer, sem imposições legislativas ou normativas municipais, os critérios por que se havia de reger a vida comercial e a concorrência entre lojistas. Era este o valor principal na base da mobilização dos pequenos comerciantes em 1863 e será esta mesma ideia que, em

³⁸² SORIANO, Simão José da Luz, *Revelações da minha vida e memórias de alguns factos e homens meus contemporâneos*, Lisboa, Typ. Universal, 1860, p. 392.

³⁸³ *Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, n.º 4, 6 de Janeiro de 1864; n.º 13, 17 de Janeiro de 1864 e n.º 14, 19 de Janeiro de 1864.

³⁸⁴ *Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, n.º 10, 14 de Janeiro de 1864.

parte, regerá a actuação dos lojistas e da sua Associação mais de 40 anos depois, quando o Estado procurou regulamentar, uma vez mais, o horário de abertura das lojas, desta vez impondo o encerramento dominical.

Uma vez mais, não deixa de ser curioso observar a diferença de posição, em termos gerais, entre os lojistas do tempo do governo de João Franco, altura em que se legislou sobre este assunto e os pequenos comerciantes da actualidade, activamente contra a abertura do comércio aos domingos. De forma simplista, pode-se afirmar, até tendo em conta o que ficou dito na primeira parte da tese, que um dos aspectos que contribuiu para essa mudança de posição na classe comercial foi o aparecimento e o forte desenvolvimento que as grandes superfícies registaram nas últimas décadas em Portugal, constituindo um factor de concorrência que, como se viu, estava praticamente ausente do mundo dos pequenos negócios de Lisboa, pelo menos, até à fase final da Monarquia.

A pressão exercida junto do ministério surtiu efeito logo a 5 de Dezembro, quando Joaquim Tomás Lobo de Ávila, ministro da Fazenda, fez publicar uma portaria onde, de acordo com um parecer da “Direcção Geral das Contribuições Directas”, se comunicava ao governador civil de Lisboa que cessasse a exigência das licenças “com o fundamento numa lei que não as autoriza”³⁸⁵. Consideravam os lojistas, porém, que em termos dos processos judiciais ainda faltava fazer algo pois o texto da portaria não era claro em relação aos que estavam pendentes. Nesse sentido, reuniram-se por duas vezes com o responsável pela Justiça, nos dias 9 e 17 de Dezembro, entregando neste último dia, na própria “casa do ministro”, um novo requerimento, outra vez, rapidamente atendido, posto que a 26, “já depois de ter ido a informar ao sr.º procurador da Coroa, expedia-se

³⁸⁵ Portaria de 5 de Dezembro de 1863; *Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, n.º 4, 6 de Janeiro de 1864 e n.º 10, 14 de Janeiro de 1864.

ordem pela Procuradoria Régia para os delegados das varas não promoverem processos contra os donos das lojas *que as podem ter abertas até depois da hora do recolher*”³⁸⁶.

Depois deste esclarecimento, a comissão considerou que tinha cumprido os seus propósitos e no dia 4 de Janeiro de 1864 publicou um comunicado informando os “seus colegas” e agradecendo o apoio da imprensa, em especial do *Jornal do Comércio*. Em Março a comissão dissolveu-se, apresentando contas com um saldo positivo de 1\$910 réis, os quais iam ser entregues àquele jornal para distribuir “por uma família necessitada”³⁸⁷.

Positivo tinha sido também o resultado da campanha de protesto dos lojistas e o mais importante, o que era verdadeiramente destacado, era o facto dessa acção ter conseguido, pela primeira vez, retirar os lojistas de Lisboa do habitual “letargo” em que se encontravam. O jornalista do *Diário de Portugal* entendia que a questão das licenças tinha ensinado algo aos lojistas: reclamando e unindo-se os comerciantes de retalho conseguiam defender os seus interesses. Não queria com isto dizer que os lojistas devessem andar numa “rebelião constante”, mas deviam usar o “direito de petição” para fazerem ouvir a sua voz, como tinham feito desta vez. Se era certo que os lojistas, em termos individuais, não se podiam comparar com os “de grosso trato”, responsáveis pelas “relações comerciais com as outras potências”, eles eram, em conjunto, uma “máquina constante” a ter em conta pela função distributiva que desempenhavam na sociedade, levando a todas as classes, através das suas “operações miúdas”, os benefícios do comércio, permitindo desta forma o regular funcionamento do grande comércio e a manutenção dos “importantes rendimentos das alfândegas”. Eram eles que expunham os “produtos obtidos da natureza ou da arte”, que os mostravam aos

³⁸⁶ *Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, n.º 4, 6 de Janeiro de 1864 e n.º 10, 14 de Janeiro de 1864 (itálico no original).

³⁸⁷ *Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, n.º 4, 6 de Janeiro de 1864; n.º 53, 8 de Março de 1864 e n.º 54, 9 de Março de 1864.

consumidores, fazendo notar a sua existência, desse modo incentivando a sua compra e, conseqüentemente, a economia. Ora, esse papel comum deveria ser destacado e transformado em força reivindicativa através da união, da associação³⁸⁸. A mesma não foi possível criar logo em 1863, mas o retomar da polémica sobre as licenças alguns anos mais tarde, acabaria por levar a bom porto aquilo que nesta altura era já considerado como necessário.

Em Setembro de 1867, a questão foi reavivada uma vez mais por intermédio de um novo regulamento para a fiscalização e arrecadação do imposto do selo, decretado no dia 4³⁸⁹. A confusão era gerada pelo facto de nos quadros anexos, onde eram registados os valores do selo a cobrar pela emissão de licenças, constarem as necessárias “para ter aberta a *loja ou armazém de venda de géneros*, até onze horas, de Inverno, e meia-noite de Verão”³⁹⁰. Aparentemente, este decreto não tornava obrigatórias as licenças mencionadas, mas impunha o imposto de selo no acto de “emissão” das mesmas. O articulado da lei prestava-se a interpretações várias e se as câmaras municipais entendiam que passavam a ser obrigatórias as referidas licenças (não fazia sentido falar em imposto de selo para licenças que não existissem), os lojistas de Lisboa tinham precisamente o entendimento contrário, valendo-se da portaria conseguida em Dezembro de 1863.

A polémica arrastou-se até Maio de 1869. No dia 18, o ministro da Fazenda, conde de Samodães, apresentou na Câmara dos Deputados um conjunto de propostas de lei relativas a impostos, entre elas a número 14, cujo objectivo era “tornar obrigatórias as licenças de venda, que até agora eram apenas voluntárias ou dependentes de regulamentos municipais” e onde se incluíam as licenças para abrir até mais tarde.

³⁸⁸ *Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, n.º 8, 12 de Janeiro de 1864 e n.º 9, 13 de Janeiro de 1864.

³⁸⁹ Decreto de 4 de Setembro de 1867, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa (COLP)*, 1867 e *Jornal do Comércio*, n.º 4815, 13 de Novembro de 1869.

³⁹⁰ Decreto de 4 de Setembro de 1867, *COLP*, 1867, p. 604 (itálico meu)

Procurava o ministro uniformizar a legislação, mas o sentido final da proposta era essencialmente financeiro pois, como acabou por afirmar, “o sistema de fiscalização que adoptei, e que deve ser desenvolvido por meio de regulamentos, deve, no meu modo de ver, trazer uma importante receita para o tesouro.”³⁹¹ A intenção do ministro era destacada por quem se opunha à medida, declarando que a mesma lei só foi feita por o responsável pela Fazenda a isso ser obrigado pela “penúria do tesouro”, na medida em que se não proporcionasse essa receita às câmaras municipais teria de ser o Estado a suprir os deficits do poder local. Por isso mesmo, era considerada uma lei mal feita e pouco clara que abria a “porta ao arbítrio e ao vexame”, precisamente, porque o sistema de fiscalização previsto, com metade do valor das multas a reverter para quem denunciasse a infracção, criava um clima de suspeição e denúncia mais próprio do “antigo regime”³⁹². É preciso notar, contudo, que estas críticas eram feitas numa altura em que já não era ministro o conde de Samodães e sim Anselmo José Braamcamp, integrado no governo “Histórico” nomeado por D. Luís a 11 de Agosto.

Após a apresentação da medida no Parlamento, a Câmara Municipal de Lisboa procurou esclarecer o assunto, tendo em conta os seus próprios interesses financeiros. No fundo, ao serem obrigatórias as licenças perspectivava-se uma fonte de receita mais sólida. Houve, ainda no decorrer do mês de Maio, uma reunião com os recém-eleitos deputados por Lisboa, reunindo-se depois estes com o ministro da Fazenda que terá declarado apoiar qualquer projecto de lei que lhe fosse apresentado, desde que no sentido de “generalizar o actual imposto de licenças”. As informações desta reunião foram transmitidas aos vereadores, tendo os mesmos ficado comprometidos a estudar o “actual imposto das licenças e a maneira de o generalizar”.

³⁹¹ *DCD*, sessão de 18-05-1869, pp. 130-131 e 138-139.

³⁹² *Jornal do Comércio*, n.º 4815, 13 de Novembro de 1869.

Terá sido, então, criada uma comissão para tratar da questão, mas os problemas financeiros do município continuavam a jogar contra os interesses dos lojistas. Efectivamente, no dia 5 de Agosto, numa nova reunião da CML foram delegados poderes no seu vice-presidente, Francisco Manuel de Mendonça, para que pudesse entender-se “com o sr. ministro da Fazenda acerca do aumento da prestação municipal”³⁹³. Parte destas informações foram dadas ao *Jornal do Comércio* numa carta, de 13 de Outubro, enviada por António Augusto Pereira de Miranda, comerciante e político, ligado ao partido Reformista e depois ao Progressista, indivíduo politicamente muito próximo daqueles que virão a constituir a futura Comissão Instaladora da ACLL e que tinha entrado pela primeira vez para a Câmara dos Deputados precisamente em Maio de 1869, provavelmente, fruto da estima de que gozava “nos meios comerciais da capital”³⁹⁴.

Entretanto, a 11 de Agosto, mudava o Governo, ficando Anselmo José Braamcamp na pasta da Fazenda. Contudo, o projecto sobre as licenças não sofreu qualquer modificação e no dia seguinte entrava na Comissão de Fazenda da Câmara dos Deputados, com o objectivo de resolver a “obscuridade da legislação vigente” que levava a que as licenças fossem obrigatórias “em algumas localidades, mas não em

³⁹³ *Jornal do Comércio*, n.º 4732, 7 de Agosto de 1869 e n.º 4790, 14 de Outubro de 1869.

³⁹⁴ António Augusto Pereira de Miranda nasceu em Coimbra em 1838 e morreu em Lisboa em 1922. De origem modesta, fez estudos em Lisboa e em Coimbra (Curso Superior de Letras). “Cedo enveredou pela carreira comercial, primeiro como empregado de escritório na firma Almeida, Silva & C.ª, depois como guarda-livros e mais tarde, em 1876, como sócio da mesma, em substituição, por falecimento, de António José Rodrigues Leitão, pai do conhecido comerciante lisboeta Luís Eugénio Leitão. Negociou também a título individual na praça de Lisboa e posteriormente fundou a firma Miranda & Silva, juntamente com Luís Justiniano da Silva, tendo conseguido uma importante fortuna com esta actividade. (...) Era muito estimado nos meios comerciais da capital, tendo sido eleito deputado pela primeira vez, para a legislatura de 1869-1870 (juramento a 1.5.1869) pelo círculo n.º 66 (Lisboa), em representação desse mesmo interesse, assim como foi, mais tarde, secretário da Associação Comercial de Lisboa, em 1874.” Foi ainda eleito deputado pelo mesmo círculo para as legislaturas de 1870 a 1881. “Politicamente, começou por aderir aos reformistas e ser amigo do bispo de Viseu, entrando mais tarde, juntamente com o seu amigo Mariano Cirilo de Carvalho, em 1876, para o então recém-criado Partido Progressista, de cuja Comissão Executiva fez parte. (...) Foi nomeado par do Reino por Carta Régia de 8 de Janeiro de 1880 e tomou posse a 5 de Junho desse ano. (...) Apoiou os governos extrapartidários de João Crisóstomo (1890-1892), retomando depois e até ao fim da vida política, em 1910, o seu apoio ao Partido Progressista.” Cf. AAVV, *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910 (DBP)*, Lisboa, ICS e Assembleia da República, 2005, Vol. II, pp. 935-937.

outras”. Este projecto estava incluído num pacote de medidas com as quais se esperava um aumento de receitas. Sem qualquer discussão a proposta foi aprovada em 20 de Agosto e, em 1 de Setembro, era convertida em lei, assinada pelo novo ministro, sancionando “o decreto das Cortes Gerais” e declarando obrigatórias, no seu artigo 1º, “as licenças mencionadas (...) [no] decreto de 4 de Setembro de 1867”³⁹⁵. Tanto o novo Governo como a CML não queriam, em altura de “penúria do tesouro”, abrir mão de uma “importante” fonte de receita.

No entanto, aquilo que os políticos queriam fazer passar por uma tentativa de regulamentação e uniformização, teve o condão de aumentar ainda mais o “desconforto” que os lojistas sentiam em relação às licenças. Para além da obrigatoriedade de serem tiradas “antes da abertura dos estabelecimentos”, a sua falta era agora punida com uma multa de 2\$000 réis, valor que seria arrecadado metade pela “Fazenda (...) e a outra metade [por] quem descobrir a infracção”, o que era considerado como um verdadeiro cúmulo “vexatório”. Além disso, permaneciam as críticas que vinham já de 1863, os lojistas de Lisboa continuavam muito incomodados por verem os seus horários de negócio controlados pelas autoridades, algo entendido como uma afronta à liberdade de comércio, uma das “garantias constitucionais”³⁹⁶.

A somar a esta polémica estava o facto de, pela mesma altura, terem sido feitas alterações às posturas municipais, tendo sido publicado um novo código em Junho de 1869. Entre outras normas, foram fixados os procedimentos a cumprir por todos os que quisessem abrir um estabelecimento comercial na cidade, mantendo contudo o antigo formulário das licenças, que, como se viu na primeira parte da tese, era já considerado como um “anacronismo” pelos lojistas. Agora passava a ser obrigatória a declaração de

³⁹⁵ DCD, sessão de 12-08-1869, p. 1095; sessão de 20-08-1869, pp. 1213-1214 e Lei de 1 de Setembro de 1869. Sobre a mudança do Governo em Agosto de 1869 e os problemas financeiros que se viviam veja-se CUNHA, Carlos Guimarães da, *A «Janeirinha» e o Partido Reformista...*, pp. 153-160 e FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”...*, pp. 71-74.

³⁹⁶ Lei de 1 de Setembro de 1869 e *Jornal do Comércio*, n.º 4815, 13 de Novembro de 1869.

todos os tipos de géneros à venda nas “lojas ou andares” e o pagamento prévio das taxas correspondentes, sendo impostas pesadas multas a quem não o cumprisse. Registavam-se, ainda, neste regulamento camarário oficial, duas excepções que mais contribuía para o descontentamento de uma boa parte dos lojistas: “os donos dos estabelecimentos não compreendidos naquele formulário” tinham apenas de requerer a respectiva licença, sem estarem sujeitos ao imposto, e os que vendessem ou alugassem “exclusivamente” objectos fabricados pelos próprios não tinham sequer a obrigatoriedade de pedir a licença³⁹⁷.

Estas e outras disposições do novo código cedo começaram a ser postas em causa, alvo de reclamações na CML e de queixas junto da imprensa periódica da capital. No início de Setembro, o *Diário de Notícias* afirmava que o código de posturas estava a “sofrer alterações, porque contra diversas disposições suas se levantaram clamores.”³⁹⁸ No final desse mês era a vez do *Jornal do Comércio* fazer eco das queixas de alguns lojistas que acusavam um polícia de os “vexar (...) com injustas perseguições quando não lhe satisfazem os seus pedidos de dinheiro.”³⁹⁹ Alguns dias depois, novas reclamações de lojistas que estavam a ser multados por não cumprirem, no prazo legal, algumas disposições do novo código de posturas⁴⁰⁰. Algo que já tinha levado, inclusive, a edilidade a pedir “ao sr. governador civil brandura e tolerância na execução dos artigos do código de posturas, que contenham disposições inteiramente novas.”⁴⁰¹

Em 11 de Outubro foi a vez das licenças para abertura dos estabelecimentos serem alvo de uma tentativa de alteração. Em sessão camarária foram discutidas duas propostas elaboradas pela comissão de finanças, no sentido de aumentar as receitas do

³⁹⁷ CML, *Código de Posturas da Câmara Municipal de Lisboa publicado no Diário do Governo n.º 175 e seguintes*, Lisboa, Typographia do Jornal do Commercio, 1869, pp. 50-51.

³⁹⁸ *Diário de Notícias*, n.º 1394, 5 de Setembro de 1869.

³⁹⁹ *Jornal do Comércio*, n.º 4778, 30 de Setembro de 1869.

⁴⁰⁰ *Diário de Notícias*, n.º 1419, 5 de Outubro de 1869.

⁴⁰¹ *Diário de Notícias*, n.º 1416, 1 de Outubro de 1869.

município. Uma previa um pedido ao governo para que este considerasse lançar um adicional de “tantos por cento sobre direitos cobrados na alfândega municipal” e que seriam aplicados exclusivamente ao orçamento da CML. Após “larga e acalorada discussão”, a proposta foi rejeitada pelos “restantes srs. vereadores”⁴⁰². A outra proposta gerou mais consenso e pretendia “fazer distribuir mais equitativamente as taxas das licenças, compreendendo todas as indústrias e quaisquer estabelecimentos que hoje estão fora do respectivo *Formulário*”. Ao mesmo tempo que se procurava aumentar a receita municipal, acenava-se aos lojistas com o propósito de equilibrar ou tornar mais justa a repartição do imposto, favorecendo as “pequenas indústrias, das quais algumas estão sobrecarregadas de impostos, enquanto outras de muito maior vulto e comércio nada pagam”⁴⁰³.

Contudo, os sinais vindos da CML eram contraditórios e não ajudavam a serenar os ânimos dos lojistas. Apesar de todos os comerciantes da cidade terem, de acordo com o código de posturas, de comunicar à CML, por escrito e com assinatura reconhecida, a abertura do seu negócio, “alguns cidadãos requereram à câmara dispensa do reconhecimento” o que foi concedido pela municipalidade, por iniciativa do presidente⁴⁰⁴. Se por um lado eram criadas facilidades, por outro introduziam-se exceções que geravam um sentimento de injustiça. Em 21 de Outubro, a CML “decidiu sob requerimento dos interessados, que os donos das farmácias não estavam compreendidos nas disposições do artigo 213º do código das posturas, que obriga os donos dos estabelecimentos a tirar licenças”⁴⁰⁵. Em sentido oposto, estavam a ser “intimados muitos lojistas que já tinham licenças da câmara, para terem abertos os seus estabelecimentos, para que satisfaçam o importe da licença a que se refere o n.º 8 da

⁴⁰² *Diário Popular*, n.º 1089, 12 de Outubro de 1869, *Jornal do Comércio*, n.º 4789, 13 de Outubro de 1869 e *Diário de Notícias*, n.º 1427, 14 de Outubro de 1869.

⁴⁰³ *Jornal do Comércio*, n.º 4789, 13 de Outubro de 1869.

⁴⁰⁴ *Diário de Notícias*, n.º 1433, 21 de Outubro de 1869.

⁴⁰⁵ *Jornal do Comércio*, n.º 4797, 22 de Outubro de 1869 e n.º 4800, 26 de Outubro de 1869.

classe IV da lei do imposto do selo, sob pena de multa respectiva”, ou seja, eram os primeiros impactos da lei de 1 de Setembro a fazerem-se sentir, exigindo-se a licença para manter os estabelecimentos abertos depois da hora do recolher. Mas a confusão aparentava ser grande entre as várias entidades responsáveis pela fiscalização da actividade comercial pois, aparentemente, os lojistas que procuraram satisfazer aquela exigência tinham corrido “Seca e Meca”, deslocando-se à CML, ao escrivão da fazenda, à repartição do selo e ao governador civil, sem conseguirem obter esclarecimentos sobre aquela licença⁴⁰⁶.

Com isto voltava o fantasma de 1863 e o discurso sobre a liberdade do comércio, envolto em alguma agitação política, ou não tivesse sido substituído recentemente o governo “Reformista” e não se aproximassem a passos largos as eleições municipais⁴⁰⁷. Aparentemente, o aproveitamento político do problema das licenças também tinha ocorrido 6 anos antes, quando os periódicos ligados ao Governo e à oposição tentaram “fazer deste assunto uma questão política”⁴⁰⁸. Era evidente que o número de lojistas em Lisboa não podia ser negligenciado politicamente. Aparentemente, “em 1868 e 1869, os donos de centenas de lojas, casas comerciais e fábricas de Lisboa e do Porto, à frente dos seus empregados e operários, haviam derrubado e sustentado governos, com a arma do *lock-out*.”⁴⁰⁹ Agora esse aproveitamento era ainda mais claro, com os jornais ligados ao que viria a ser o partido “Reformista”, nomeadamente o *Jornal do Comércio* e o *Diário Popular*, a contarem-se entre os mais entusiásticos “defensores” dos lojistas⁴¹⁰.

⁴⁰⁶ *Diário de Notícias*, n.º 1437, 26 de Outubro de 1869.

⁴⁰⁷ As eleições para a CML ficaram marcadas para o dia 14 de Novembro de 1869, por deliberação da vereação de 28 de Outubro. Cf. *Jornal do Comércio*, n.º 4806, 3 de Novembro de 1869. Mas já no dia 20 de Outubro o mesmo jornal se referia a elas em artigo editorial. Cf. *Jornal do Comércio*, n.º 4795, 20 de Outubro de 1869.

⁴⁰⁸ *Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, n.º 4, 6 de Janeiro de 1864.

⁴⁰⁹ Cf. RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 200.

⁴¹⁰ Sobre o posicionamento político dos referidos jornais nesta época vejam-se CUNHA, Carlos Guimarães da, *A «Janeirinha» e o Partido Reformista...*, pp. 132 e seguintes; FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”...*, pp. 58 e seguintes.

O primeiro criticava o governo, acusando-o de tudo fazer para “mostrar aos lojistas da capital a impossibilidade de exercerem livre e pacificamente as suas indústrias”. Recordava, então, os factos de 1863, quando tinham metido os lojistas “em grande bulha (...) por causa da hora em que deviam fechar os seus estabelecimentos. Incomodaram-se muitos, fizeram despesas, tiveram de perder o seu tempo, que ninguém lhes paga, sofreram incríveis vexames” e agora, na opinião do jornal, estavam a passar por tudo novamente. A redacção tinha, inclusive, recebido um grupo de lojistas que tinham vindo queixar-se de “novas tropelias”. Os motivos eram, aparentemente, os mesmos de há seis anos, a lei do selo e as licenças aí referidas. “Andam polícias farejando pelas lojas que encontram abertas depois das nove horas e perguntam aos donos pelas licenças”. Os lojistas respondem que não têm, porque as mesmas não são passadas nem pela CML, nem pelo Governo Civil. “Respondem os polícias autuando-lhes, impondo-lhes multas”. O jornal entendia que era necessário mudar e clarificar a lei das licenças e o mesmo para a lei do selo que representava um “vexame” para “centenares de cidadãos”⁴¹¹. No seu entender não devia ser a lei do selo a determinar “as licenças, mas uma disposição administrativa. Este direito ficou assim definido nas portarias de 5 de Dezembro de 1863, expedidas pela secretaria da fazenda e pela presidência do conselho, e pela circular da procuradoria régia dessa mesma época.” Entendia que só uma nova alteração administrativa poderia obrigar “às licenças e é só então que recai a obrigação do selo.”⁴¹²

Já o *Diário Popular* criticava a polícia por andar a avisar os “lojistas de que deviam fechar as portas às 9 horas” em vez de se preocupar com os criminosos. Era esta atitude das autoridades que, em sua opinião, estava a levar os pequenos comerciantes a juntarem-se com o objectivo de reclamar contra as licenças para manter os

⁴¹¹ *Jornal do Comércio*, n.º 4801, 27 de Outubro de 1869.

⁴¹² *Jornal do Comércio*, n.º 4803, 29 de Outubro de 1869.

estabelecimentos abertos depois do recolher, o que efectivamente aconteceu no dia 27 de Outubro, quando alguns, provavelmente a comissão que estará na origem da fundação da ACLL, se reuniram “para combinar o meio de representar ao governo”. O *Diário Popular*, de Mariano de Carvalho, considerava “justíssima a pretensão dos lojistas”, afirmando ter notícias que as autoridades já tinham reconsiderado o assunto⁴¹³. Estas últimas novidades eram igualmente confirmadas pelo *Jornal do Comércio* que falava num edital a publicar brevemente, não resultando apenas da mera especulação jornalístico-política, uma vez que no dia 30 surgiam já informações sobre a intervenção do governador civil na questão, o qual planeava consultar o governo por causa das licenças que estavam a causar muitos protestos e desentendimentos entre a polícia e os donos dos estabelecimentos⁴¹⁴.

A 4 de Novembro havia já novos dados, tendo a CML recebido um ofício do Governador a pedir esclarecimentos sobre “quais são os estabelecimentos ou profissões para cujo exercício [a CML] concedia licenças quando se publicou a lei de 1 de Setembro deste ano.” A resposta da edilidade acabaria por dar um novo trunfo aos lojistas contestatários. Os vereadores afirmaram “que se passavam todas as licenças mencionadas nos artigos 98º, 212º e 213º do código de posturas municipais”, onde, efectivamente, estavam definidas, entre outras, as licenças para abertura dos estabelecimentos, mas onde nada era dito sobre o horário de funcionamento das lojas ou sobre a necessidade de requerer uma licença para as ter abertas até mais tarde⁴¹⁵.

Entretanto, no dia 10, os lojistas tinham já pronta a representação a entregar “ao governo contra o vexame de que estão sendo vítimas”, reunindo em “grande número”, provavelmente, cerca de 200, para a ouvir ler. Na reunião, depois de ter sido aprovado o

⁴¹³ *Diário Popular*, n.º 1105, 28 de Outubro de 1869 e n.º 1106, 29 de Outubro de 1869.

⁴¹⁴ *Jornal do Comércio*, n.º 4803, 29 de Outubro de 1869 e *Diário de Notícias*, n.º 1441, 30 de Outubro de 1869.

⁴¹⁵ *Jornal do Comércio*, n.º 4809, 6 de Novembro de 1869; n.º 4811, 9 de Novembro de 1869 e CML, *Código de Posturas...*, 1869, pp. 22 e 50-51.

texto reivindicativo, ficava ainda no ar a ameaça de novo “*lock-out*”, concordando em “não abrir os estabelecimentos se o governo não deferir a representação.” Além disso e pela primeira vez, são referidos trabalhos conducentes a uma associação que “os lojistas projectam” fundar⁴¹⁶. Para dar mais força ao protesto, enquanto a cidade e os seus periódicos dedicavam atenção às eleições municipais, realizadas a 14, a comissão dos lojistas conseguiu a assinatura de “mil e tantos indivíduos” para uma representação que até um jornal próximo dos “Regeneradores”, não inocentemente, considerava “sensatamente redigida e fundamentada”⁴¹⁷.

Os argumentos para esta apreciação eram certamente influenciados por uma visita que a comissão de lojistas fez à redacção do *Revolução de Setembro* no próprio dia em que a foi entregar ao Governo, 27 de Novembro, facto que se repetiu nas instalações de outros representantes da imprensa de Lisboa, mas também pela leitura do “exemplar da representação” que aí foi deixado, mas que apenas o *Jornal do Comércio* publicou na íntegra. No fundo, todos concordavam que numa cidade como Lisboa as lojas não deveriam ser “obrigadas a fecharem cedo”, pois eram “um elemento de polícia”, representavam, com as suas luzes e o movimento que produziam, um factor de segurança, “quem sabe (...) evitando grandes roubos e catástrofes”. Contudo, os lojistas na sua representação apresentavam ainda outro factor, este sim bem mais indicativo e expressivo dos seus verdadeiros interesses. As lojas prestavam um outro serviço à população, pois ao não fechar às nove horas da noite ficavam disponíveis para todos os que necessitassem “prover-se dos géneros alimentícios e de primeira necessidade a qualquer hora”⁴¹⁸.

⁴¹⁶ *Jornal do Comércio*, n.º 4813, 11 de Novembro de 1869; *Diário Popular*, n.º 1118, 11 de Novembro de 1869 e n.º 1120, 13 de Novembro de 1869.

⁴¹⁷ *Revolução de Setembro*, n.º 8244, 28 de Novembro de 1869.

⁴¹⁸ *Jornal do Comércio*, n.º 4828, 28 de Novembro de 1869; *Diário de Notícias*, n.º 1466, 28 de Novembro de 1869 e *Diário Popular*, n.º 1121, 28 de Novembro de 1869.

É bom recordar que muitos dos homens que estavam por trás destas movimentações eram merceeiros, como as primeiras listas de sócios da ACLL acabaram por demonstrar. A constante preocupação dos lojistas de Lisboa com as horas de fecho dos seus estabelecimentos e a resistência que sempre desenvolveram perante as tentativas, ou mesmo os meros boatos, de intervenção estatal ou municipal nesta vertente do que chamavam a “liberdade de comércio”, podem assim ser explicadas, em parte, pela tentativa de preservar um importante factor de concorrência ou mesmo a mera sobrevivência do negócio. Em 1871, por exemplo, o assunto regressaria às colunas dos jornais de Lisboa, tendo como protagonista um dos mais destacados sócios da ACLL, João Marques da Costa, e como pano de fundo, novamente, as eleições municipais⁴¹⁹. O mesmo tema mereceu destaque no número programa de um jornal que, em 1880, procurou ser um novo defensor da “classe dos lojistas” e onde era afirmado que o fecho das lojas mais cedo não trazia vantagem alguma no combate à “vadiagem”, para além de representar um “cerceamento da liberdade comercial.”⁴²⁰

Na representação entregue ao duque de Loulé, ministro do Reino, os lojistas pediam um esclarecimento da lei de 1 de Setembro de 1869 e que “se suspendam os procedimentos administrativos, pelos quais os obrigam a tirar licenças para terem os seus estabelecimentos abertos à noite.” Estranhavam essa actuação das autoridades pois em lado algum eram referidas as horas a que os lojistas deveriam fechar os estabelecimentos, nem mesmo nas licenças que anualmente tinham de tirar junto da CML. Este acabava apenas por ser mais um imposto, e “pesadíssimo”, a recair sobre a classe para além da “contribuição industrial” e das “licenças para terem os estabelecimentos abertos”. Relembavam ainda que a mesma questão se tinha colocado

⁴¹⁹ Cf. *Jornal do Comércio*, n.º 5423, 23 de Novembro de 1871 e n.º 5424, 24 de Novembro de 1871; *Diário de Notícias*, n.º 2112, 24 de Novembro de 1871; *Diário Popular*, n.º 1831, 25 de Novembro de 1871 e *Jornal da Noite*, n.º 280, 24 e 25 de Novembro de 1871.

⁴²⁰ Cf. *O logista: órgão da classe commercial*, s/n.º, 20 de Junho de 1880.

já em 1863, com os mesmos “gravames”, e que tinha sido resolvida com “justiça”, curiosamente, por um governo “cujos membros por feliz coincidência são os mesmos de agora”⁴²¹.

Fossem estes argumentos a pesar na decisão política ou estivesse a mesma mais influenciada pela pressão do “encerramento dos estabelecimentos” e do apoio muito alargado que os lojistas pareciam suscitar na imprensa, inclusive “Regeneradora” como se viu, o certo é que logo da reunião com o chefe dos “Históricos” a comissão dos lojistas pareceu trazer boas notícias. Na altura, “o ministro do reino fez perceber à comissão que o seu pedido era fundamentado” e que até “já tinha opinião formada acerca da reclamação”, muito provavelmente, contrariando as pretensões da Câmara de Lisboa⁴²². Aliás, nesse sentido apontavam as iniciativas levadas a cabo pelo Governador Civil quando pediu esclarecimentos sobre o assunto, os quais levariam inclusive a uma reacção da recém-eleita vereação. Em sessão de 9 de Dezembro, “por unanimidade e em votação nominal”, a CML decidiu-se pela anulação do código de posturas que estava em vigor e pela colocação “em vigor das antigas posturas”, medida que, porém, não chegou a ser efectiva, novamente por intervenção do chefe do Distrito⁴²³.

O optimismo da comissão de lojistas acabou por se verificar e no dia 27 de Dezembro era publicado um edital do Governo Civil dando conhecimento da decisão do Governo, expressa numa portaria datada de 20 e assinada pelo duque de Loulé. Era referido que a decisão tinha sido tomada com base num ofício do Governador Civil a pedir esclarecimentos sobre a interpretação a dar à lei de 1 de Setembro e, também, numa “representação de muitos lojistas da capital pedindo que fosse suspensa” a mesma

⁴²¹ *Jornal do Comércio*, n.º 4815, 13 de Novembro de 1869 e n.º 4828, 28 de Novembro de 1869.

⁴²² *Jornal do Comércio*, n.º 4828, 28 de Novembro de 1869 e *Diário de Notícias*, n.º 1466, 28 de Novembro de 1869.

⁴²³ *Jornal do Comércio*, n.º 4837, 10 de Dezembro de 1869; n.º 4840, 14 de Dezembro de 1869; n.º 4842, 16 de Dezembro de 1869 e n.º 4843, 17 de Dezembro de 1869; *Diário Popular*, n.º 1146, 10 de Dezembro de 1869.

lei. Tal como em 1863, foi pedido parecer ao Procurador-geral da Coroa e embora não se suspendesse a lei, como pretendiam os lojistas, pois ela obrigava à existência de licenças para abertura dos estabelecimentos e nisso não se podia ceder, era declarado que só seriam obrigados a ter licença para estarem abertos depois da hora de recolher os estabelecimentos que até então a isso eram obrigados, como “casas e lojas de bebidas, casas de comer, cafés, casas de jogo lícito, etc.”⁴²⁴ Ficava aparentemente esclarecido o articulado da lei de 1 de Setembro, que não fazia esta distinção e, baseando-se no decreto de 4 de Setembro de 1867, aplicava a obrigatoriedade, genericamente, a qualquer “loja ou armazém de venda de géneros”⁴²⁵.

Ao contrário de 1863, a resolução do conflito acabou por não desmobilizar os lojistas que viram nas suas capacidades reivindicativas e de “união”, certamente, uma “grande força” na defesa dos interesses da classe. Curiosamente, no mesmo dia em que o chefe do Governo assinava a portaria, 20 de Dezembro, correu novamente a notícia de que “alguns lojistas da capital promovem a criação de uma associação dos indivíduos da sua classe, com o fim de se prestarem mútuo auxílio.”⁴²⁶ A ideia tinha nascido fruto “da perseguição que ultimamente se intentou contra eles”, mas a semente tinha sido lançada seis anos antes, sempre por causa da questão das licenças e tendo como pano de fundo a defesa da liberdade de comércio. Acabaria por se materializar a 9 de Janeiro de 1870, um domingo, naquela que foi a primeira reunião da “associação dos lojistas”, uma reunião que decorreu no n.º 27 do Largo do Poço Novo, com a presença de “cerca de 200” a “perto de trezentos indivíduos desta classe”. Nascia assim a Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa, com o propósito de discutir “todas as questões que

⁴²⁴ *Jornal do Comércio*, n.º 4853, 30 de Dezembro de 1869; *Diário de Notícias*, n.º 1492, 30 de Dezembro de 1869 e *Revolução de Setembro*, n.º 8269, 30 de Dezembro de 1869.

⁴²⁵ “Decreto de 4 de Setembro de 1867”, *COLP*, 1867, p. 604.

⁴²⁶ *Jornal do Comércio*, n.º 4846, 21 de Dezembro de 1869.

digam respeito à classe” e de representar aos “poderes públicos quando para isso tenham motivo.”⁴²⁷

O que mudou entre 1863 e 1869 para que agora a união entre os lojistas não fosse também efémera e resistisse, inclusive, às dificuldades e abandonos registados nos primeiros meses de 1870, como se verá? Os elementos dinamizadores eram os mesmos, a causa do protesto era idêntica e, após um processo de contestação semelhante, os lojistas tinham, do mesmo modo, obtido “justiça” do Governo. Até os argumentos aduzidos eram praticamente iguais, constatando-se a permanência de uma forte oposição do pequeno comércio à tentativa de restringir ou regulamentar os horários de abertura e fecho das lojas. Na actividade comercial pretendia-se a maior “liberalidade” possível e a questão dos horários era de vital interesse para os lojistas, na medida em que constituía uma mais valia para o negócio. Dessa visão liberal decorria também a importância que sempre deram ao combate aos “monopólios”, a outra face da moeda dos ataques à “liberdade de comércio”, pela restrição que impunham à livre concorrência, algo que estava já presente no seu discurso em 1864 e que será visível doravante nos primeiros 40 anos de vida da associação⁴²⁸. Também José Tengarrinha, Vasco Pulido Valente ou Rui Ramos falam da “luta”, “aversão” e “ódio” que a pequena burguesia comercial nutria pelos “monopólios”⁴²⁹. Antipatia que resultava, sem dúvida, da valorização de um comércio livre de interferências estatais, auto-regulado e independente.

⁴²⁷ *Jornal do Comércio*, n.º 4860, 9 de Janeiro de 1870; n.º 4861, 11 de Janeiro de 1870 e *Diário Popular*, n.º 1175, 11 de Janeiro de 1870.

⁴²⁸ Veja-se, a título de exemplo, as críticas ao monopólio dos “tabacos”, das “águas” ou do “gás”. *Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, n.º 13, 17 de Janeiro de 1864 e n.º 49, 3 de Março de 1864; ACLL, *Boletim*, n.º 6, Junho de 1888, p. 2-3; ACLL, *Actas da Direcção, 1889-1893*, p. 126-129 ou ACLL, *Boletim*, n.º 46, Outubro de 1904, p. 4-5.

⁴²⁹ Cf. TENGARRINHA, José Manuel, *Estudos de história contemporânea de Portugal*, Lisboa, Caminho, 1983, pp. 67-68; RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 184 e VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo*, p. 52.

Contudo, para que esta visão do mundo dos negócios, que era também muito individualista, tivesse a capacidade de ser aglutinadora o suficiente para potenciar o nascimento e a manutenção desta associação em particular foi necessário, provavelmente, um segundo conjunto de ingredientes: um certo radicalismo característico dos lojistas de Lisboa e que será a sua imagem de marca ao longo do período estudado, associado à agitação política de 1867-1870 e a um apoio muito significativo da imprensa da capital⁴³⁰.

Nesta perspectiva, merece destaque a dinâmica de protesto e de politização introduzida pela Janeirinha. Em 1867 as reuniões da oposição, onde pontificavam os chamados “penicheiros”, seguidores do Conde de Peniche, entre outros grupos, decorreram muitas vezes num palácio na travessa da Queimada, rua onde sempre morou e teve a sua loja José Pinheiro de Melo, um dos indivíduos mais activos no movimento associativo dos lojistas de Lisboa⁴³¹. Como é óbvio, a influência do momento político não se restringiu ao futuro presidente da ACLL, pois em 29 de Dezembro de 1867, no auge da contestação ao imposto de consumo, realizou-se no referido palácio um *meeting* onde estiveram presentes “contribuintes de todas as classes”, com destaque para os lojistas. Foi então eleita uma comissão para levar à prática a resistência ao imposto de consumo, tendo-se realizado novo encontro no dia 30. O objectivo passava por “convencer o comércio, «de natureza ordeiro e egoísta», a desobedecer à lei”, por

⁴³⁰ Não serão aqui esmiuçados os pormenores dessa crise política, abundantemente retratados em algumas obras historiográficas recentes. Cf. CUNHA, Carlos Guimarães da, *A «Janeirinha» e o Partido Reformista...*, pp. 111-170; DORIA, Luís, *Correntes do radicalismo oitocentista. O caso dos Penicheiros (1867-1872)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004, pp. 102-145; SILVEIRA, Luís Espinha da e FERNANDES, Paulo Jorge, *D. Luís*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 162-186 e FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”...*, pp. 58-95.

⁴³¹ DORIA, Luís, *Correntes do radicalismo oitocentista...*, pp. 69-70. Pinheiro de Melo seria um indivíduo influenciado pela “Lisboa «penicheira» da década de 60”. Cf. RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 200.

convencer negociantes e lojistas a não apresentar o manifesto de “todos os artigos sujeitos ao novo imposto”, como determinava o regulamento⁴³².

O que acabou por ser conseguido e em muito contribuiu para a queda do governo da Fusão, prova de que os lojistas estavam cada vez mais a ser mobilizados para a acção colectiva, como ficaria demonstrado nos anos seguintes. “Em 1868 e 1869, os donos de centenas de lojas, casas comerciais e fábricas de Lisboa e do Porto, à frente dos seus empregados e operários”, haveriam de derrubar e sustentar governos, “com a arma do *lock-out*.”⁴³³ A mesma arma que os fundadores da ACLL usaram no final de 1869 para pressionar o governo Histórico a ceder na questão das licenças.

Fosse por iniciativa própria, procurando protestar contra determinadas medidas que consideravam lesivas dos seus interesses, fosse integrados em momentos de maior agitação política ou contestação popular, o encerramento das lojas ou da “meia porta”, como também era frequente, representava um sinal claro da turbulência urbana prontamente interpretado pela imprensa ou observadores mais atentos e, muitas vezes, tido em conta pelas autoridades que, deste modo, eram confrontadas com a possibilidade da interrupção da cadeia de distribuição de géneros de primeira necessidade, representada pelas lojas, poder gerar ainda mais tensões e problemas. Esta força representava agora para os lojistas uma influência política e social decisiva e poderá, ao mesmo tempo, ter significado um incentivo à construção de uma imagética de classe em indivíduos normalmente caracterizados como individualistas e egoístas, levando assim ao natural nascimento de uma associação que congregasse vontades e expectativas comuns. Tal como a nível nacional a “Janeirinha” tinha tornado “claro que era praticamente impossível impor uma reforma fiscal ao país sem que primeiro

⁴³² CUNHA, Carlos Guimarães da, *A «Janeirinha» e o Partido Reformista...*, pp. 81-85; DORIA, Luís, *Correntes do radicalismo oitocentista...*, pp. 68 e 70-71; CORDEIRO, José Manuel Lopes, *A indústria portuense no século XIX*, Porto, Tese de Doutoramento, 2006, cap. IV, p. 76.

⁴³³ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 200.

existisse um consenso nacional entre os contribuintes”⁴³⁴, também na capital do Reino os protestos dos lojistas começavam a tornar óbvio que regular a vida comercial da cidade não podia ser obtido sem a adesão dessa classe “numerosa”⁴³⁵ que via agora nascer uma associação representativa.

Para este nascimento, além do factor político, poderão ter sido importantes ainda os sinais de crise económica que desde Fevereiro de 1869 pareciam ser gerais e que levaram inclusive os lojistas a queixarem-se de “falta de fregueses”⁴³⁶. Escassez que estava relacionada com as dificuldades por que passavam as “classes trabalhadoras”, com o facto dos funcionários públicos terem sofrido “deduções dos vencimentos” e com a redução das remessas de dinheiro do Brasil⁴³⁷, tudo contribuindo, provavelmente, para uma quebra do consumo que tinha, como consequência imediata, a geração de um sentimento de instabilidade entre os lojistas.

Deste modo, a conjugação de uma maior mobilização cívica e política, as dificuldades económicas sentidas pela clientela habitual dos lojistas e aquilo que os mesmos consideraram ser um novo ataque à sua liberdade de comércio terão introduzido um factor de diferenciação em relação à agitação de 1863, potenciando os factores de agregação entre os homens do pequeno comércio, levando a que, desta vez, o apelo à união e ao associativismo fosse mais forte para uma parte deles.

Do vago mutualismo à afirmação de um grupo de pressão

Para que se perceba melhor a influência da ACLL no quadro geral do pequeno comércio de Lisboa procurar-se-á, nas páginas seguintes, analisar os seus objectivos e propósitos, acompanhando, em simultâneo, a história da Associação e os momentos

⁴³⁴ FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”*..., p. 60.

⁴³⁵ *Jornal do Comércio*, n.º 4876, 28 de Janeiro de 1870.

⁴³⁶ DORIA, Luís, *Correntes do radicalismo oitocentista*..., p. 122.

⁴³⁷ CUNHA, Carlos Guimarães da, *A «Janeirinha» e o Partido Reformista*..., pp. 144-146.

mais marcantes da evolução da vida associativa. Pretende-se conjugar uma visão mais narrativa *do que foi* a construção da ACLL, desde os primeiros anos, onde “os trabalhos, as dificuldades e as hesitações” imperaram, e a sua evolução, até atingir, no final da Monarquia, um estatuto de “simpática e próspera” associação⁴³⁸, com uma perspectiva analítica sobre o que os pequenos comerciantes idealizavam *dever ser* o contributo da associação não só para a melhoria da sua condição económica, social e cívica, mas também para a construção de uma perspectiva unitária da classe, um primeiro e efectivo passo na elaboração da imagética tripartida destacada no início desta segunda parte.

Os estatutos aprovados na já referida reunião de 8 de Agosto de 1870, correspondiam à versão final dum “projecto” apresentado em Fevereiro, e que foi depois discutido, quase artigo a artigo, numa série de assembleias dedicadas exclusivamente ao assunto, entre Maio e Julho. Na reunião fundadora do dia 9 de Janeiro, além de ter sido eleita uma “comissão instaladora”, foi igualmente formada uma outra “para elaborar os estatutos”, constituída por Luís Manuel da Costa, como presidente, José António de Carvalho, Joaquim José Moreira, António Simões Ferreira dos Santos, José Pinheiro de Melo, Marcelino José de Barros e João Marques da Costa, como relator⁴³⁹. Em 21 de Fevereiro realizou-se a primeira assembleia-geral depois da reunião fundadora. A ordem de trabalhos passou pela leitura do projecto de estatutos e pela eleição dos “corpos gerentes provisórios”⁴⁴⁰. A primeira direcção da ACLL ficou assim constituída: Presidente, Tomás Antunes Mendonça; 1º Secretário, José Pinheiro Mello; 2º Secretário, José António Carvalho; Tesoureiro, Manuel Inácio Ávila; Vogais,

⁴³⁸ ACLL, *Relatório de 1870*, p. 3 e *O Mundo*, n.º 2849, 10 de Outubro de 1908.

⁴³⁹ *Jornal do Comércio*, n.º 4861, 11 de Janeiro de 1870 e *Estatutos... (1870)*, p. 13.

⁴⁴⁰ *Diário de Notícias*, n.º 1538, 24 de Fevereiro de 1870; *Jornal do Comércio*, n.º 4898, 24 de Fevereiro de 1870 e *Diário Popular*, n.º 1218, 25 de Fevereiro de 1870.

Jerónimo José Santos, José Pereira Pinto e José Caetano Pires Branco. Quatro eram merceeiros, dois refinadores de açúcar e um “comerciante”⁴⁴¹.

Provisória era também a sede da Associação que, nos primeiros meses, funcionou em salas alugadas ou nas próprias “residências [ou lojas] do Presidente e do [1º] Secretário” da direcção, na “calçada do Combro, n.º 31 e 33, e travessa da Queimada, 29.”⁴⁴² Estas dificuldades iniciais levaram a adiar a “sessão instaladora e preparatória da direcção” para o dia 1 de Abril, sendo referida a “urgência” em alugar uma “casa para o trabalho da associação”. Ao mesmo tempo iniciou-se a cobrança das quotas, desde Janeiro, no valor de \$500 réis mensais⁴⁴³. Entretanto, no final do mês, foi alugada aquela que vai ser a primeira sede da ACLL, na rua do Norte, n.º 145, 1º andar, podendo dar-se início à “discussão dos estatutos” que ficou marcada para 4 de Maio⁴⁴⁴.

Sobre os primeiros trabalhos e discussões, em particular, sobre a discussão efectiva dos estatutos, infelizmente, pouco se poderá adiantar, na medida em que não foi possível encontrar as actas dessas reuniões e os jornais pouco mais referiam do que os anúncios convocatórios das mesmas. O único relato que existe consta do relatório da referida comissão, publicado em conjunto com os estatutos, quando estes foram impressos e distribuídos aos sócios em Novembro de 1870. Contudo, a análise dos avisos publicados na imprensa e do relatório da comissão pode dar algumas pistas e, neste caso, é de destacar que, ao contrário do que parece ter acontecido com a maioria dos artigos, alguns provavelmente aprovados sem discussão, o 3º, que tratava dos lojistas que podiam ser admitidos como sócios da ACLL, ocupou pelo menos as duas primeiras reuniões da assembleia-geral, em 4 e 5 de Maio, tendo sido inclusive alvo de

⁴⁴¹ ACLL, *Relatório de 1870*, pp. 9 e 12.

⁴⁴² ACLL, *Actas da Direcção, 1870-1881*, p. 2; *Jornal do Comércio*, n.º 4954, 3 de Maio de 1870 e ACLL, *Boletim*, Janeiro de 1937, p. 3.

⁴⁴³ ACLL, *Actas da Direcção, 1870-1881*, p. 1.

⁴⁴⁴ ACLL, *Actas da Direcção, 1870-1881*, pp. 1v e 2v. Foram publicados na imprensa os anúncios convocatórios dos sócios. Cf. *Diário de Notícias*, n.º 1592, 1 de Maio de 1870; *Diário Popular*, n.º 1279, 1 de Maio de 1870 e *Jornal do Comércio*, n.º 4954, 3 de Maio de 1870.

“muitas reclamações e objecções”⁴⁴⁵. Mais significativo ainda é o facto das condições aí definidas terem, ao longo de vários anos e até à aprovação dos terceiros estatutos da ACLL, em 1890, sido frequentemente apontadas como responsáveis pelo reduzido número de sócios que compunham as listas associativas até meados da década de 1880, como se terá oportunidade de verificar.

O que dizia então esse artigo e em que medida a sua introdução nos estatutos contribuiu para moldar a própria composição social da associação e a evolução algo hesitante dos primeiros anos da vida associativa? Subjacente à redacção proposta estava uma visão restritiva das classes que podiam participar na associação, declarando-se que apenas o podiam ser “os donos” de “confeitarias, refinações de açúcar, mercearias, salsicharias, lojas de chá, armazéns de carnes secas e bacalhau”, sem qualquer excepção ao nível das nacionalidades⁴⁴⁶. Esta não tinha sido a ideia inicial dos membros da comissão de estatutos, cujo objectivo fora o de “legislar para uma associação de lojistas no sentido genérico”, de modo a garantir-lhe uma maior força e representatividade. Contudo, as pressões “que de diferentes partes afluíram rejeitando esta ideia” e a noção de que os interesses das classes referidas divergiam “absolutamente das demais que completam o imenso quadro de lojistas da capital” levaram a comissão a optar apenas pelas “classes de confeitaria e mercearia, e as mais que lhes são inerentes por afinidade”⁴⁴⁷.

A separação operada entre estas classes e as dos “mercadores, capelistas e fanqueiros”, por exemplo, à primeira vista poderia parecer artificial, tendo em conta a noção genérica do que era o lojista de que se falou logo na introdução da tese e mesmo a

⁴⁴⁵ *Diário Popular*, n.º 1283, 5 de Maio de 1870. O anúncio publicado avisava para uma reunião no próprio dia, dando seguimento à do dia anterior, para “continuar a discussão do artº 3º dos estatutos”. A informação sobre as discussões relativas ao artigo 3º consta do relatório da comissão. *Estatutos... (1870)*, pp. 7-8.

⁴⁴⁶ *Estatutos... (1870)*, p. 15.

⁴⁴⁷ *Estatutos... (1870)*, pp. 7-8.

diversidade do pequeno comércio em Lisboa, oportunamente destacada na primeira parte. Todos, no fundo, funcionavam no espaço urbano, em estabelecimentos fixos, numa relação de proximidade com o consumidor final. Contudo, merceeiros, confeitores e afins, sem concordar que alguns tipos de lojistas se pudessem considerar “superiores” aos restantes, claramente consideravam-se diferentes, imagem que se impunha, inclusive, à opinião pública, à imprensa. Os fundadores da ACLL em 1870 eram pequenos negociantes da área dos géneros alimentícios, de produtos de primeira necessidade. Um pouco mais tarde o *Jornal do Comércio* dirá que “a associação dos lojistas não abrange todos os lojistas de Lisboa, mas unicamente os de balança, como são merceeiros, confeitores, padeiros, salsicheiros, etc.: todos os estabelecimentos que não têm balança não fazem parte da associação.”⁴⁴⁸ No fundo, a separação era efectiva entre os que tinham necessidade de usar “pesos e medidas” ao balcão e todos os outros que, pelo tipo de produtos transaccionados, não recorriam a esse tipo de instrumentos.

A caracterização feita pela imprensa, apesar do tom irónico do artigo e das declarações terem sido produzidas após uma luta eleitoral onde a ACLL procurou intervir, andava muito próxima da realidade. De facto, alguns dos interesses que fizeram mover a ACLL nos primeiros tempos eram muito específicos deste conjunto de indivíduos. Uma rápida observação dos primeiros protestos e campanhas reforça aquela visão, como aconteceu em Outubro de 1870, por exemplo, quando a ACLL representou à CML “contra o artigo 221º do código de posturas” que tratava, precisamente, do comprimento que deveriam ter os braços das balanças⁴⁴⁹. Esta preocupação de âmbito local e muito centrada nos interesses específicos dos lojistas não deixava, porém, de ser acompanhada por uma procura de alargamento da influência da associação, algo que é

⁴⁴⁸ *Jornal do Comércio*, n.º 5421, 21 de Novembro de 1871

⁴⁴⁹ Após uma série de autuações, alegadamente, por um comprimento ilegal dos braços das balanças, os lojistas afirmavam que as mesmas já tinham sido “devidamente aferidas e legalizadas na repartição competente” e que por isso só poderiam ser multados os lojistas que não tinham ido aferir as suas balanças. *Diário de Notícias*, n.º 1726, 9 de Outubro de 1870.

visível naquele que pode ser considerado como o primeiro protesto e a primeira vitória da ACLL: uma representação dirigida igualmente à CML, reclamando a suspensão de outros dois artigos do código de posturas que estavam a levar à aplicação de multas aos lojistas que pintavam as ombreiras das suas lojas, entregue no dia 31 de Janeiro e deferida pela edilidade no dia seguinte⁴⁵⁰.

Não é que estes assuntos não fossem do interesse do pequeno comércio em geral, como o demonstra o facto desta última representação da ACLL ter sido secundada por outra, com 500 assinaturas de lojistas que “não estão associados”⁴⁵¹. Afinal, tratava-se de procurar destacar a loja do espaço urbano envolvente, no que pode ser considerado como uma forma rudimentar de publicidade, e constituía mais uma variante da luta dos lojistas contra a tentativa do município disciplinar esse mesmo espaço, impondo regras à sua utilização. Contudo, a campanha de Janeiro era enquadrada, quer pela imprensa, quer pelo discurso do lojista individual, por uma preocupação maior, a questão tributária no seu todo, que afligia “aqueles que não sugam o tesouro, mas para ele concorrem com o fruto do seu suor”⁴⁵². No fundo, a multa era considerada somente mais um imposto que recaía sobre “aqueles que bastante razão têm já para terem a paciência apurada”, uma “violência” mais no conjunto das contribuições que afectavam os lojistas, como era declarado pelo “dono de um estabelecimento no Rossio”, ainda a propósito da polémica das ombreiras pintadas⁴⁵³.

Este tema, por um lado, apontava já para o que mais tarde vai ser central nas preocupações dos lojistas, a questão fiscal ou tributária, formulada inclusive por ocasião da aprovação dos estatutos, ao ser referido que, depois da vitória na questão das

⁴⁵⁰ *Jornal do Comércio*, n.º 4877, 29 de Janeiro de 1870 e n.º 4884, 8 de Fevereiro de 1870; *Diário de Notícias*, n.º 1518, 30 de Janeiro de 1870 e n.º 1519, 1 de Fevereiro de 1870; *Diário Popular*, n.º 1195, 1 de Fevereiro de 1870.

⁴⁵¹ *Jornal do Comércio*, n.º 4879, 1 de Fevereiro de 1870.

⁴⁵² *Jornal do Comércio*, n.º 4877, 29 de Janeiro de 1870.

⁴⁵³ *Jornal do Comércio*, n.º 4876, 28 de Janeiro de 1870 e n.º 4880, 2 de Fevereiro de 1870.

“ombreiras da porta”, as próximas batalhas seriam a da “questão das licenças, esta interminável questão, a da contribuição industrial e outras”⁴⁵⁴. Por outro lado, demonstrava também que a associação tinha de fazer ainda um longo e “difícil” caminho até se impor como voz unitária e representativa de todo ou sequer da maioria do pequeno comércio lisboeta, como o demonstra o facto de a sua representação ser secundada por outra, independente, assinada por mais lojistas do que aqueles que se tinham inscrito como sócios inicialmente.

De facto, se a composição social imposta pelos primeiros estatutos tinha a vantagem de reunir indivíduos que podiam “fazer causa comum”, que tinham “interesses recíprocos”, não gerando “grandes dissensões” internas, ela acabou igualmente por se revelar contraproducente em dois aspectos fundamentais para uma associação que se pretendia “numerosa” e propiciadora de “vantagens morais e materiais” aos seus sócios. Por um lado, as definições do artigo 3º foram sempre um obstáculo a um crescimento do número de sócios, com repercussões óbvias em termos da força política e da legitimidade da associação perante os interlocutores dos seus pedidos e reclamações, os poderes central e local. Os próprios corpos gerentes lamentaram sempre aquela regra em vários relatórios, como se verá, referindo que a um maior número de lojistas inscritos certamente corresponderia uma maior “força” da Associação. Sobre esse aspecto terei oportunidade de apresentar alguns exemplos que contrariam precisamente qualquer noção de uma associação totalmente improcedente ou ineficaz.

Por outro lado, pelo menos até meados da década de 1880, essas restrições foram, em boa medida, responsáveis por uma agenda reivindicativa também ela restritiva e, em

⁴⁵⁴ *Estatutos...* (1870), p. 38. As licenças aqui referidas não eram as relativas às horas de fecho dos estabelecimentos que, como se viu, representaram a causa próxima da fundação da ACLL e para as quais os lojistas tinham conseguido uma resolução “satisfatória”, mas sim as licenças para abertura dos estabelecimentos, referidas na primeira parte da tese, que funcionavam ainda com base no “Formulário” definido no século XVIII.

última análise, pela dificuldade da ACLL em se tornar representativa de uma classe que cada vez mais pretendia afirmar-se na esfera pública e procurava criar uma imagem mais clara do seu papel e da sua função na sociedade. Aquelas restrições eram também um obstáculo a uma maior autonomia da ACLL e ao reforço do peso da própria instituição nas relações com outras associações representativas de outros grupos ou classes sociais, nomeadamente, as ligadas ao “grande comércio”.

A discussão dos estatutos só voltou aos jornais através da publicação do anúncio convocatório da assembleia-geral de 8 de Agosto, onde, como se viu, aqueles foram aprovados⁴⁵⁵. Mesmo este facto pouca curiosidade jornalística suscitou, pois a imprensa, que até aqui tinha acompanhado com alguma atenção os vários passos desta “associação, que pode ser de grande alcance para a classe”, como era referido em Janeiro⁴⁵⁶, praticamente ignorou a aprovação final, com duas excepções: do *Diário de Notícias* que, a 11 de Agosto, informou terem sido os mesmos aprovados por “unanimidade”, numa sessão onde estiveram presentes “quarenta senhores associados”; e de um jornal fundado em Junho, intitulado *O Popular*, que, a 9 de Agosto, publicou “na íntegra” a acta da sessão e o discurso pronunciado na ocasião por José Pinheiro de Melo⁴⁵⁷. Isto apesar do 1º secretário da direcção, o indivíduo que virá a ser o elemento mais activo e mais influente dos primeiros 40 anos de vida associativa dos lojistas de Lisboa, ter destacado na ocasião, precisamente, a importância da imprensa ao “animar os empreendedores” da fundação da ACLL quando os pequenos comerciantes começaram a formular essa ideia.

⁴⁵⁵ *Diário de Notícias*, n.º 1672, 7 de Agosto de 1870; *Jornal do Comércio*, n.º 5034, 7 de Agosto de 1870 e *Diário Popular*, n.º 1372, 8 de Agosto de 1870.

⁴⁵⁶ *Jornal do Comércio*, n.º 4860, 9 de Janeiro de 1870.

⁴⁵⁷ *Diário de Notícias*, n.º 1675, 11 de Agosto de 1870 e *O Popular*, n.º 52, 9 de Agosto de 1870. O facto do *Jornal do Comércio* e do *Diário Popular* terem ignorado esta simbólica reunião da ACLL, sem qualquer notícia em relação à mesma durante o mês de Agosto, e desta ter merecido honras de destaque de um jornal que se dizia fundado na sequência e concordando com o que “se passou na noite de 19 de Maio último”, ou seja, com a *Saldanhada*, (Cf. *O Popular*, n.º 1, de 6 de Junho de 1870) será analisado com maior detalhe na terceira parte da tese. A acta e o discurso estão igualmente publicados no final da versão impressa dos estatutos. Cf. *Estatutos... (1870)*, pp. 34-39.

O discurso pronunciado então por Pinheiro de Melo é relevante para, tal como já foi afirmado, se perceber a importância que o associativismo vai ter na construção de uma identidade comum dos lojistas de Lisboa e na elaboração de uma representação ou imagem daquele do papel social e cívico dos indivíduos ligados ao pequeno comércio, fazendo-os sair da sombra do balcão para, ainda nas palavras de 1864, os levar a subir “desassombradamente as escadas das secretarias”, dos ministérios⁴⁵⁸. Para ele eram valorizadas a “união” e a “força” que vinham do associativismo, pois só dessa forma os lojistas poderiam sair do individualismo que já pouco conseguia “perante os poderes constituídos da sociedade” e “só desta maneira é que podemos obter a posição social a que temos jus, que precisamos”. A “força” da associação passava pela “fraternidade” entre as várias “classes que ora compõem e mais tarde hão-de aumentar esta instituição”. Residia nessa força uma maior “consideração” social dada aos lojistas, uma melhor defesa dos seus “justos interesses”, a certeza da “atenção dos poderes públicos para as suas representações”. Se até aqui a perspectiva deste merceeiro/prestamista, filiado na Maçonaria⁴⁵⁹, não era muito diferente das que tinham circulado na imprensa aquando das movimentações para a fundação da ACLL, o futuro presidente da assembleia-geral era bastante mais ambicioso nas ideias formuladas em Agosto de 1870, que vai levar aos poucos para a própria vivência associativa, em particular, após 1887, ano em que assumiu o referido cargo. No fundo, não era apenas o interesse económico dos lojistas a ficar melhor defendido, era também a aspiração de contribuir para o bem geral que levava Pinheiro de Melo a definir a Associação, o associativismo

⁴⁵⁸ A expressão é do jornal *Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, n.º 8, 12 de Janeiro de 1864.

⁴⁵⁹ Iniciado em 1863, na loja 5 de Novembro (Confederação Maçónica Portuguesa), com o nome simbólico de Pelaio. MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, Lisboa, Delta, 1986, Vol. II, Cols. 967-968. Não foi possível encontrar informações que sustentem a hipótese de uma intervenção da Maçonaria nos protestos dos lojistas em Novembro de 1863, mas não deixa de ser bastante curiosa a proximidade temporal entre a criação da “comissão” e a filiação de Pinheiro de Melo na loja maçónica.

profissional, como “um obstáculo à tirania dos déspotas” e “uma sentinela vigilante da nossa justiça”⁴⁶⁰.

A perspectiva política estava já presente e a ligação entre intervenção cívica e defesa dos interesses de classe vai ser um traço característico do seu discurso e da sua actuação, ao longo destes anos, e também, por via da sua crescente influência, da própria Associação dos Lojistas. Aliás, a definição dos “fins” da associação, no artigo 5º dos estatutos, deixava claro este duplo objectivo de defender os lojistas, mas também de os incentivar a uma maior participação na vida pública da cidade e do país, de valorizar o seu papel de cidadãos. Os pontos 2º a 5º daquele artigo eram “consagrados à criação de fundos para socorro mútuo”, regalias como empréstimos, subsídios e pensões aos sócios e respectivas viúvas que, contudo, só se tornariam efectivas decorridos 5 anos. Porém, o que era destacado no relatório, da autoria de João Marques da Costa, outro dos indivíduos cuja acção foi fundamental para o desenvolvimento da ACLL nas duas primeiras décadas de vida, era precisamente “o pensamento consignado no n.º 1º do artigo 5º”, considerado de “vastíssimo alcance”, propiciando aos “lojistas que compõem a associação direitos e regalias que de outra forma jamais viriam a atingir”. Consistiam esses direitos na faculdade de “discutir questões de interesse público, especialmente comerciais, industriais ou todas quantas implicarem directa ou indirectamente com qualquer das classes dos associados, agravando-lhes as suas industrias e franquias liberais, sendo todos por um e um por todos no tocante a reclamar e representar perante os poderes públicos constituídos”⁴⁶¹.

Porém, este “vastíssimo” objectivo, esta latitude de questões que podiam ser discutidas pelos lojistas eram, provavelmente, uma regalia demasiado abrangente para que a aprovação dos estatutos pelo governo fosse obtida com a celeridade desejada

⁴⁶⁰ *O Popular*, n.º 52, 9 de Agosto de 1870 e *Estatutos...* (1870), pp. 36-38.

⁴⁶¹ *Estatutos...* (1870), pp. 8-9 e 15-16.

pelos corpos gerentes. Apesar de distribuídos aos sócios em Novembro de 1870, na sua versão final, em conjunto com uma cópia do decreto de 15 de Junho, o facto deste ter sido revogado em Dezembro, como se viu, associado àquela ampla “regalia”, teve, provavelmente, influência no facto de em Março de 1871 ainda estarem por aprovar. Efectivamente, a 28 desse mês, a direcção decidiu pedir ao seu presidente, Tomás Antunes de Mendonça, para que recorresse “ao conhecimento que tem no Ministério competente” no sentido de obter a sua aprovação⁴⁶². Em 31 de Julho a questão estava ainda pendente, sendo requerido a uma comissão criada para o efeito que solicitasse junto do Ministério das Obras Públicas a aprovação dos estatutos⁴⁶³. A partir desta data não voltaram a surgir referências ao assunto, deixando também de se realizar reuniões da direcção, que só voltou a juntar-se no dia 24 de Novembro⁴⁶⁴. Aparentemente, o motivo para este interregno associativo relacionou-se com a mudança da sede que passou então a funcionar na rua do Almada, n.º 38, 1.º⁴⁶⁵.

Apesar de ter sido possível encontrar uma cópia dos estatutos no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (AHMOP)⁴⁶⁶, não se identificou qualquer documento ou informação sobre a sua aprovação pelo governo, normalmente feita através da concessão de um alvará régio que, provavelmente, terá sido adiada até 1873, altura em que o mesmo é publicado, aprovando, não estes, mas sim, os segundos estatutos da ACLL, como se verá de seguida. A reforçar a convicção de que os primeiros não chegaram a ser aprovados pelo poder central, apesar de ter sido registada

⁴⁶² ACLL, *Actas da Direcção, 1870-1881*, p. 11.

⁴⁶³ ACLL, *Actas da Direcção, 1870-1881*, p. 12v.

⁴⁶⁴ ACLL, *Actas da Direcção, 1870-1881*, p. 12v-13.

⁴⁶⁵ ACLL, *Relatório de 1870*, p. 17.

⁴⁶⁶ *Estatutos da Associação Commercial de Logistas de Lisboa aprovados em sessão de 28 de Julho de 1870*, AHMOP, DGC-RCI, 1-S, Mutualismo, ACLL. A data da sessão não coincide com a que ficou apontada no texto, 8 de Agosto, pois é provável que após a conclusão da redacção, em 28 de Julho, os lojistas tenham querido solenizar a aprovação dos estatutos numa reunião especialmente dedicada ao assunto, como, aliás, parece apontar o aviso convocatório para a reunião do dia 8, ao falar de “assuntos pendentes da última sessão”. Cf. *Diário de Notícias*, n.º 1672, 7 de Agosto de 1870; *Jornal do Comércio*, n.º 5034, 7 de Agosto de 1870 e *Diário Popular*, n.º 1372, 8 de Agosto de 1870.

a sua entrega no Governo Civil, está o facto do referido alvará de 1873 falar, não na renovação dos estatutos, como acontecerá em 1890, mas sim na fundação da “sociedade”, como se aos olhos do poder político só naquele ano ela tivesse nascido⁴⁶⁷. A contribuir para a não aprovação dos primeiros estatutos talvez estivesse a noção, recorrente naquela época no meio político e, aparentemente, também no próprio meio comercial, de que as associações profissionais não eram mais do que “centro[s] de revolucionários”, como testemunhou Costa Goodolphim, escritor e jornalista ligado ao republicanismo⁴⁶⁸.

O certo é que o período de indefinição não foi benéfico para a ACLL, pois nos primeiros tempos eram mais os sócios que saíam do que os que entravam. Entre as causas apontadas para esta “triste verdade” estavam “principalmente a falta de educação social de todas as classes da nossa associação” e também os valores das quotas e da jóia de 6\$000 réis que então era exigida aos novos sócios, como tinha sido apontado num parecer dos “corpos gerentes, de 16 de Dezembro de 1871”⁴⁶⁹.

Nesse documento era proposto que se reformassem os estatutos, trabalho que se iniciou logo em 27 do mesmo mês com uma reunião da assembleia-geral dedicada ao assunto e para a qual se esperava que a “concorrência seja numerosa, atendendo à importância do assunto”⁴⁷⁰. O mais provável, no entanto, é que assim não tenha acontecido, se se tiver em conta que uma outra reunião dedicada à eleição da mesa e da comissão revisora de contas, marcada para o dia 31 de Janeiro, acabou por ser adiada

⁴⁶⁷ Cf. *Estatutos...* (1870), pp. 3-4; *Estatutos da Associação Commercial de Logistas de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal, 1874, p. 3 e *Estatutos da Associação Commercial de Lojistas de Lisboa*, Lisboa, Typographia Minerva Central, 1890, p. 3.

⁴⁶⁸ GOODOLPHIM, Costa, *A Associação*, p. 97.

⁴⁶⁹ ACLL, *Relatório de 1871*, pp. 3-5.

⁴⁷⁰ *Diário de Notícias*, n.º 2143, 27 de Dezembro de 1871.

por não estar presente um “número de associados suficiente para funcionar”, algo que vai ser característico, aliás, da primeira fase da vivência associativa⁴⁷¹.

O pouco interesse que a associação e os seus objectivos estavam a despertar no pequeno comércio lisboeta, em parte, devia-se a alguns dos factores atrás destacados, como a restrição no tipo de lojistas que podiam ser admitidos, a questão das quotas ou mesmo a “falta de educação social” e a “pouca tendência para o trato e convivência” que caracterizavam os pequenos comerciantes. Contudo, é preciso notar também que, aparentemente, uma boa parte destes indivíduos, “a maioria dos sócios” como referia a direcção, não queriam que a ACLL fosse somente mais uma instituição de socorros-mútuos. Para eles não eram importantes “as vantagens que se oferecem no artigo 5º”, pelo menos as vantagens de tipo assistencialista, pois, como se verá, a perspectiva de defesa dos interesses do comércio, de representação aos poderes públicos, ou seja, a vertente de pressão económica e, em última análise, de pressão política, que aproximaria a sua associação do propósito e da actuação da Associação Comercial de Lisboa, por exemplo, não foi abandonada nos segundos estatutos e seria mesmo ampliada nos seguintes, como se verá. Contudo, se para atingir este objectivo, para proteger “os nossos direitos ofendidos, os nossos interesses ameaçados, as nossas indústrias agravadas”, como afirmava a direcção, era “preciso reformar? Reforme-se.”⁴⁷²

Em Março de 1872, na altura da verificação do relatório do ano anterior, a Comissão Revisora de Contas afirmava desejar de todo o “coração” essa reforma para retirar do “estado de estacionamento (...) e dar maior vida” à Associação. Já tinha sido nomeada uma “comissão incumbida de elaborar aquela reforma”, provavelmente na

⁴⁷¹ *Diário de Notícias*, n.º 2174, 30 de Janeiro de 1872 e *Diário de Notícias*, n.º 2181, 7 de Fevereiro de 1872.

⁴⁷² ACLL, *Relatório de 1871*, pp. 5-6 e 19.

reunião de Dezembro de 1871, mas os “trabalhos” estavam atrasados⁴⁷³. Pinheiro de Melo queixar-se-ia disso mesmo, em reunião de direcção de 14 de Maio, afirmando que “era triste e precária a situação da Associação, por falta de vida e iniciativa”. Os sócios “mais influentes” estavam muito ocupados com os seus próprios negócios e assim sendo a associação corria o risco de acabar. Sugeria a reunião imediata da assembleia-geral para se eleger uma nova direcção para a qual fossem eleitos sócios com “mais tempo”. No mesmo dia foi decidido que se requeresse a breve conclusão dos estatutos a João Marques da Costa, novamente responsável pela sua redacção⁴⁷⁴. A diligência acabou por resultar, pois na sessão seguinte, a 23 de Maio, “Marques da Costa, o simpático lojista que ama o progresso”, mandou informar que o projecto de estatutos já estava concluído⁴⁷⁵.

Segundo a direcção de 1872, foram “profundas [as] alterações efectuadas” no novo documento estatutário aprovado em assembleia-geral de 29 de Agosto de 1872, contando-se, entre as principais mudanças, as que retiravam “à associação o carácter de montepio” e também as de ordem financeira, desaparecendo a jóia de 6\$000 réis anteriormente cobrada e sendo a “quota mensal (...) reduzida a 200 réis”⁴⁷⁶. Em relação aos “fins” a prosseguir as modificações foram mesmo radicais por comparação com os primeiros estatutos e poderiam até ter ido ainda mais longe se o “crivo” administrativo da Procuradoria-Geral da Coroa se tivesse absterido de efectuar algumas correcções.

Antes de passar à análise dessas “alterações”, fundamental para se perceber o tipo de associação de classe que, então, foi verdadeiramente refundada, é importante referir

⁴⁷³ ACLL, *Relatório de 1871*, p. 19.

⁴⁷⁴ ACLL, *Actas da Direcção, 1870-1881*, pp. 14-14v.

⁴⁷⁵ ACLL, *Actas da Direcção, 1870-1881*, p. 15. O elogio ao lojista veio do *Diário de Notícias*, jornal com o qual o confeiteiro mantinha uma relação muito próxima, talvez mesmo de colaboração, o que tornará aquele órgão da imprensa uma das fontes melhor informadas sobre as actividades da ACLL nos primeiros anos de existência. Cf. *Diário de Notícias*, n.º 1719, 1 de Outubro de 1870. A ajudar a este facto estava também a proximidade geográfica entre a sede do periódico, na esquina entre a antiga rua dos Calafates e a travessa da Queimada, a sede da ACLL, situada, entre 1870 e 1871, na rua do Norte, artéria imediatamente paralela, e a loja de Pinheiro de Melo que ficava na referida travessa.

⁴⁷⁶ ACLL, *Relatório de 1872*, pp. 7-8.

que as mesmas reflectiam uma das características mais salientes dos homens ligados ao pequeno comércio, na época aqui em estudo. Os lojistas eram essencialmente pragmáticos. Não os cativou particularmente fundar ou aderir a uma associação que previa regalias futuras, provavelmente, incertas, como incerta talvez fosse a sua permanência no negócio durante os 5 anos que então eram definidos nos estatutos para a efectivação daquelas vantagens. Por isso não viam com bons olhos o pagamento de uma jóia de valor elevado e de uma quota mensal que não lhes traria prontos benefícios. Também por isso davam mais importância à defesa dos seus interesses imediatos, através da pressão económica que podia ser exercida junto do Estado ou da Câmara Municipal pela “união” de esforços, ou à defesa da sua actividade, por intermédio da luta contra a crescente ingerência do poder municipal na regulação da mesma, não sendo a velhice que procuravam tornar mais suave, mas sim a vida de negócios presente que desejavam menos onerada e mais livre. É ainda por isso que, após a retirada das cláusulas assistencialistas, a diminuição da quota e a inclusão da defesa dos sócios em relação à actuação das autoridades na vistoria e vigilância da actividade comercial, o “número de associados triplicou”, nos “seis meses” a seguir à aprovação dos novos estatutos⁴⁷⁷.

Contudo, entre a votação dos estatutos em assembleia-geral e a publicação do alvará régio a conceder a devida aprovação decorreram quase 12 meses. Aparentemente, não estava a ser fácil aos lojistas de Lisboa verem legalmente reconhecida a sua associação e, em boa medida, isso devia-se uma vez mais ao já referido “alcance” das regalias concedidas aos sócios, agora com implicações bem mais sensíveis ao nível do que deveria ser a relação política e institucional entre uma associação de classe e os poderes públicos. Depois de entregue no Ministério das Obras Públicas, o projecto de

⁴⁷⁷ ACLL, *Relatório de 1872*, p. 8. Ver ainda o gráfico sobre a evolução do n.º de sócios da ACLL apresentado mais à frente.

estatutos foi analisado na Procuradoria-geral da Coroa e Fazenda que, em 5 de Novembro de 1872, concluiu o seu parecer sobre o mesmo. O confronto entre o texto do projecto, as observações feitas na Procuradoria e a versão definitiva dos estatutos mostra bem a amplitude das temáticas que os lojistas pretendiam poder discutir no seio da sua associação, bem como o raio de acção que a defesa dos seus interesses poderia abarcar, visões que foram contrariadas pelo “lápiz” do ajudante do Procurador-geral⁴⁷⁸.

O n.º 1 do artigo 5º que abordava os objectivos da associação foi apresentado exactamente igual à versão de 1870. Pretendiam os lojistas “discutir questões de interesse público”, ligados ao comércio e indústria no geral, mas também “todas quantas (...) directa ou indirectamente” pudessem ser consideradas, obviamente, pelos próprios lojistas, como lesivas para os seus negócios e para a sua visão de liberdade comercial. Em relação a isto, que potencialmente poderia abarcar quase tudo, ou seja, quase todas as medidas de carácter legislativo ou regulamentar a tomar pelos poderes central e municipal, os lojistas auto-regulavam a sua capacidade de reclamação ou representação “perante os poderes públicos constituídos”. A esta “progressista” disposição, Marques da Costa acrescentou, e os sócios concordaram, uma perspectiva ainda mais abrangente, a de fiscalização por parte da Associação dos actos praticados por quem, por sua vez, tinha a atribuição de fiscalizar a actividade dos lojistas, ou seja, a polícia. Nesse sentido ia o texto do n.º 2 do artigo 5º ao definir como um dos fins da ACLL tomar conhecimento e requerer justiça para as “*ilegalidades* que por ventura os agentes da autoridade” praticassem contra os lojistas⁴⁷⁹.

Num ano em que se encontrava no poder um governo conservador, liderado por Fontes Pereira de Melo, numa altura em que se assistia a uma onda de contestação às

⁴⁷⁸ Efectivamente, no processo de aprovação dos estatutos, sobre o texto do projecto apresentado pela ACLL e anexo ao parecer já referido, foram feitas observações e acrescentos a lápis que tiveram de ser levados em conta na versão final. Cf. *Estatutos da Associação Commercial de Logistas de Lisboa aprovados em sessão de 29 de Agosto de 1872*, AHMOP, DGCI-RCI, 1-S, Mutualismo, ACLL.

⁴⁷⁹ *Estatutos... (1872)* (itálico meu).

medidas fiscais, com representações e protestos contra o real d'água, “imposto indirecto que incidia sobre géneros de primeira necessidade, como a carne e o vinho”, quando o país era “agitado por notícias da preparação de uma sublevação militar – a «Pavorosa»”⁴⁸⁰, era natural que o poder político e administrativo procurasse imprimir uma marca, também ela, mais conservadora aos estatutos de uma associação que representava os interesses, precisamente, da classe dos vendedores de géneros alimentícios. Assim, a redacção do n.º 1 do artigo 5º teve de ser substituída por algo mais lacónico e restritivo, limitando-se a associação a “discutir questões do interesse da classe comercial a que os associados pertençam”. Como é óbvio, não poderia caber à ACLL qualquer função fiscalizadora pelo que também o n.º 2 do mesmo artigo teve de ser alterado, eliminando-se a expressão “ilegalidades”.

Foi ainda acrescentado pela Procuradoria-Geral um n.º 7 à definição de objectivos. Além da elucidação dos sócios sobre “melhoramentos comerciais” (n.º 3), da promoção da “educação e moralidade dos caixeiros” (n.º 4), da melhoria da “instrução dos sócios e dos filhos varões” através, entre outras formas, da realização de conferências (n.º 5), e da procura de uma “colocação [na vida comercial] para os órfãos varões” dos sócios (n.º 6), a ACLL ficava agora expressamente proibida de discutir “sobre assuntos meramente políticos.”⁴⁸¹

A associação acatou estas “irregularidades e deficiências”, como lhes chamou o ajudante do Procurador-geral, e apresentou nova versão dos estatutos. Numa comunicação interna deste funcionário, datada de 30 de Julho de 1873, é dado parecer positivo à aprovação dos estatutos com “as alterações que lhe foram indicadas”, sendo decretada a aprovação dos estatutos em 4 de Agosto. O alvará régio data de 20 do

⁴⁸⁰ DORIA, Luís, *Correntes do radicalismo oitocentista...*, pp. 175-177 e 183; SILVEIRA, Luís Espinha da e FERNANDES, Paulo Jorge, *D. Luís*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 187-188.

⁴⁸¹ *Estatutos...* (1872). Na versão final dos estatutos foi alterada a expressão do n.º 1 para “discutir todas as questões...”. Cf. *Estatutos...* (1874), p. 6.

mesmo mês, falando, ainda, em termos genéricos, da fundação de uma “sociedade de socorro mútuo” que estava já longe dos objectivos agora propostos pela ACLL. Além do enquadramento legal, o documento assinado por D. Luís incluía “a expressa cláusula de que a Minha aprovação lhe poderá ser retirada quando se desvie dos fins para que é instituída”, uma fórmula genérica de salvaguarda da capacidade de controlo político e policial sobre o associativismo, repetida no alvará atribuído aos terceiros estatutos, em 1890 e que, em parte, servirá de base à dissolução da Associação em Janeiro de 1894.

Com a excepção das modificações apontadas, que acabaram por mudar a própria tipologia da Associação, no restante, as duas versões dos estatutos eram muito semelhantes. Foram contudo feitas ligeiras alterações que aqui se registam de forma muito esquemática, a começar pela composição dos órgãos sociais. A mesa da assembleia-geral mantinha o presidente, um vice-presidente, dois secretários e dois vice-secretários. Já a direcção era composta por um presidente, dois secretários, um tesoureiro e um vogal, perdendo dois vogais em relação ao que estava em vigor desde 1870. O conselho fiscal dos primeiros estatutos, composto por um presidente, dois secretários, um relator e três adjuntos, deixava de existir e em sua substituição seria eleita, todos os anos, em assembleia-geral uma comissão revisora de contas composta por cinco membros, um presidente, um secretário, dois vogais e um relator⁴⁸². Foi ainda criada a categoria de sócio honorário a atribuir aos que tivessem auxiliado a ACLL com os seus serviços. Por fim, foi também introduzida a possibilidade de se elaborar um registo dos caixeiros, a regulamentar futuramente, mas que nunca chegará a funcionar.

É interessante destacar este aspecto, na medida em que, juntamente com o objectivo de moralizar e educar os empregados do comércio, definido no artigo 5º, demonstra uma faceta paternalista dos donos das lojas que vai sempre aflorar aquando

⁴⁸² No Anexo 3 é publicada a lista com a composição dos órgãos sociais da ACLL entre 1870 e 1910.

dos conflitos laborais gerados atrás do balcão, nomeadamente, na “eterna” questão do descanso semanal e do encerramento das lojas ao domingo⁴⁸³. Apesar disso, os novos estatutos continham uma novidade, no célebre artigo 3º, que acabava por transmitir uma imagem mais positiva das relações entre lojistas e caixeiros, pois era previsto que os últimos poderiam “adquirir a qualidade de sócios” desde que as suas “qualidades recomendáveis sejam incontestáveis [e] tenham cinco anos de bom e efectivo serviço no mesmo estabelecimento.”

Contudo, apesar da excepção introduzida para os caixeiros e da indicação que a direcção poderia propor para sócios “quaisquer indivíduos do comércio” que pudessem “concorrer para o bom êxito da associação”, o artigo 3º mantinha-se praticamente inalterado, sendo indicadas as mesmas classes de lojistas, com a excepção do acrescento das “fábricas de aletria”. Ora, nem esta nova classe tinha potencial para fazer crescer o número de sócios, nem parece que os caixeiros e os membros de outras classes tenham beneficiado das modificações estatutárias. O certo é que estas duas medidas, até meados da década de 1880, pelo menos, nunca foram levadas a sério pelos corpos gerentes.

Em Dezembro de 1886, por exemplo, ao serem analisadas várias propostas para sócios, gerou-se muita discussão no seio da direcção por se ter incluído um “caixeiro do comércio”. Casimiro Valente começou por afirmar que o artigo dos estatutos que previa a entrada de caixeiros para a ACLL era “absurdo” e que a associação devia “continuar a ser única e exclusivamente de lojistas.” A mesma opinião tinha João Nogueira Feio. O presidente, José Tomás Salgado, não concordou com os dois secretários e referiu que se devia cumprir a “lei da associação”. Casimiro Valente reforçou os seus argumentos, entendendo que, apesar de também ele já ter sido caixeiro, cada classe profissional deveria ter e pertencer à sua própria associação. O presidente da direcção acabou por

⁴⁸³ Esta questão será mais desenvolvida quando se abordar as lutas e campanhas encetadas pela ACLL em defesa dos interesses da classe.

ficar isolado no seu pensamento, o que talvez seja representativo da atitude da maioria dos lojistas em relação aos caixeiros⁴⁸⁴.

Apesar disso, logo em Dezembro de 1873 os corpos gerentes tinham a noção de que os estatutos, recentemente “aprovados pelo Governo”, eram ainda muito restritos “enquanto às classes que podem ser admitidas nesta associação” e que tal facto “prejudicava o desenvolvimento dela”⁴⁸⁵. A definição sobre o tipo de lojistas que podiam ser sócios era considerada “excessiva e talvez mesmo pouco justificada”. Dever-se-ia facilitar “mais o ingresso”, sem esquecer a “salvaguarda [de] certas e determinadas clausulas”, e apelar aos sócios para “proporem novos associados”⁴⁸⁶. No mesmo relatório, a Comissão Revisora de Contas reforçava os argumentos contra o referido artigo, considerando-o um “estorvo” e não encontrando “nenhuma razão plausível” para a sua existência⁴⁸⁷.

Apesar dos aumentos recentes no número de sócios, o seu total era ainda considerado reduzido e para isso parecia estar a contribuir, em muito, os constantes abandonos. Para este facto, as direcções acabavam por destacar alguns argumentos. Era uma pretensa “economia”, o “egoísmo” natural dos lojistas e a incompreensão pelo “princípio social” que acabava por os afastar⁴⁸⁸. Destacava-se igualmente o “indiferentismo dos membros de muitas classes”, mas, acima de tudo, “as causas do mal” residiam no facto de ainda não ter sido possível levar a todas “as classes da sociedade a instrução e o ensino de que tanto carecem”⁴⁸⁹. A solução passava,

⁴⁸⁴ ACLL, *Actas da Direcção, 1881-1889*, acta n.º 159, 22 de Dezembro de 1886.

⁴⁸⁵ ACLL, *Actas da Direcção, 1870-1881*, p. 26v.

⁴⁸⁶ ACLL, *Relatório de 1873*, p. 5.

⁴⁸⁷ ACLL, *Relatório de 1873*, p. 19.

⁴⁸⁸ ACLL, *Relatório de 1874*, p. 5.

⁴⁸⁹ ACLL, *Relatório de 1874*, pp. 21-22.

obviamente, por uma aposta na educação, algo que preocupava os lojistas em 1864⁴⁹⁰ e continuou a chamar a sua atenção em 1891-1892⁴⁹¹.

Todavia, logo nos primeiros anos da ACLL era indicado outro caminho, bem mais acessível às capacidades da Associação e enquadrado nos objectivos que tinham norteado o projecto de estatutos de 1872: era preciso abordar e discutir “assuntos que chamem a atenção dos indivíduos que a nós deviam estar associados”, assuntos que representassem um “interesse mais *imediato* que remoto”, que pudessem chamar a atenção de um maior número de lojistas, ou seja, os fins da Associação tinham de ser tão pragmáticos como eram, aparentemente, os lojistas de Lisboa⁴⁹². É precisamente com base nesta perspectiva que ao longo dos anos seguintes se foi erguendo e reforçando a noção de que para ganhar os “lojistas” para a “união”, para a inscrição na ACLL, era necessário concentrar esforços na sua faceta de “contribuintes”.

Em assembleia-geral de 30 de Maio de 1877 voltou a colocar-se o problema dos estatutos e os corpos gerentes, “agregando a si” Custódio Martins Pereira e Pinheiro de Melo, ficaram encarregues de estudar a sua reforma⁴⁹³. Contudo, a comissão aparentemente “não chegou a constituir-se” e a iniciativa só seria retomada em 1882⁴⁹⁴. A direcção eleita em Outubro do ano anterior parecia vir com novo fôlego e foram várias as medidas tomadas. Em Novembro começaram a procurar uma casa com

⁴⁹⁰ Quando apoiavam o projecto de reforma da instrução primária apresentado pelo governo. Cf. *Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, n.º 18, 24 de Janeiro de 1864 e n.º 22, 29 de Janeiro de 1864. Ou ainda quando defendiam a “necessidade urgente” de uma “reforma do ensino comercial”, numa série de artigos então publicados. Cf. *Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, n.º 31, 11 de Fevereiro de 1864; n.º 44, 2 de Março de 1864; n.º 49, 3 de Março de 1864 e n.º 63, 19 de Março de 1864.

⁴⁹¹ Em vários artigos um novo defensor dos lojistas elogiava o papel da educação e, em especial, as aulas de comércio do Ateneu Comercial de Lisboa, como um factor positivo na vivência do comerciante. *O Lojista*, n.º 8, 28 de Outubro de 1891; n.º 10, 15 de Novembro de 1891 e n.º 17, 14 de Janeiro de 1892. Esta era uma tendência que se sentia igualmente na direcção da ACLL que no relatório de 1891, assinado em 31 de Dezembro, apresentou como uma das propostas a ser votada em assembleia-geral a possibilidade de “fundação de um curso de escrituração e rudimentos comerciais”. Proposta que acabaria por não ser aprovada, em parte, devido às dificuldades financeiras de implantação de um tal projecto. Cf. ACLL, *Relatório de 1891*, p. 15 e *Boletim*, n.º 57, Agosto de 1892, pp. 3-4.

⁴⁹² ACLL, *Relatório de 1874*, p. 23 (itálico meu).

⁴⁹³ ACLL, *Relatório de 1877*, p. 30.

⁴⁹⁴ ACLL, *Relatório de 1881*, pp. 6-7.

melhores condições para as reuniões da associação que, desde 1877, ocupava o n.º 1 da travessa do Ataíde, depois de seis meses no “segundo andar do prédio n.º 84 na rua do Arsenal”, uma solução que nunca tinha agradado pois não permitia sequer “reunir uma assembleia-geral”, mas que tinha sido imposta pela “carestia das rendas e a falta de casas apropriadas”⁴⁹⁵. Em Dezembro, foi decidido enviar uma circular a todos os membros da Associação para que estes se empenhassem na indicação de “novos sócios” e no mês seguinte foi contratado um novo escriturário⁴⁹⁶.

A partir de então, a preocupação passou a ser a reforma dos estatutos, necessária pela “conveniência de serem admitidos sócios de todas as classes”, pois só dessa forma a “associação podia progredir.” Em Março, foi proposta a eleição de “uma comissão de sete membros”, com os objectivos de sempre: tornar a ACLL “mais próspera”, ou seja, conseguir um maior número de sócios, garantindo-lhes “o maior número possível de regalias”. A reforma impunha-se urgente, “profunda e radical”, pois tal como a sociedade e os negócios evoluíam com o tempo, assim deveria acontecer com as associações⁴⁹⁷.

Se neste ponto todos pareciam concordar, havia contudo ainda algumas divergências sobre o tipo de reforma a fazer. Uns, como António Simões Ferreira dos Santos e António Joaquim Guerreiro, entendiam que se deveria caminhar para uma “associação de socorros” mútuos. Um dos argumentos para esta posição passava pela desculpa que, segundo os mesmos, era indicada pelos sócios que se despediam da associação: por comparação com outras, como a dos “vendedores de vinhos e dos padeiros”, a dos lojistas “não oferece tantas garantias”. Outros porém, como António

⁴⁹⁵ ACLL, *Actas da Direcção, 1870-1881*, acta n.º 72, 30 de Junho de 1876; acta n.º 74, 5 de Novembro de 1876 e acta n.º 108, 23 de Novembro de 1881; ACLL, *Relatório de 1876*, p. 4.

⁴⁹⁶ ACLL, *Actas da Direcção, 1881-1889*, acta n.º 109, 5 de Dezembro de 1881 e acta n.º 112, 25 de Janeiro de 1882.

⁴⁹⁷ ACLL, *Relatório de 1881*, pp. 6-7 e 27-28; ACLL, *Actas da Direcção, 1881-1889*, acta n.º 114, 5 de Abril de 1882.

Caetano Macieira e Inácio de Magalhães Bastos, entendiam que a associação deveria manter-se fiel à sua história e tradição, como “uma corporação de vigilância, só unicamente para servir de protecção, representando em todas as instâncias da pública administração em todas as ocasiões que os sócios sejam prejudicados nos seus interesses”⁴⁹⁸.

Era uma fórmula muito lata para descrever os principais objectivos da ACLL, mas que já em Março de 1879 tinha sido apresentada pelos membros da comissão revisora de contas. “Erram aqueles que atribuem a esta associação o carácter de montepio ou socorro mútuo”. Não era essa a sua função e dessa “índole há muitas na capital, onde, seja dito em abono da verdade, estão filiados muitos lojistas”. O que a ACLL deveria ser, e era isso que faltava aos pequenos comerciantes de Lisboa, era “a sentinela activa e vigilante dos interesses comerciais, industriais e económicos das classes que representa”⁴⁹⁹, ou seja, uma associação de protesto e de luta activa pelos interesses dos lojistas, considerados agora de uma forma cada vez mais abrangente. Apesar de algumas hesitações, era uma receita efectivamente destinada a agradar à maioria, pois a proposta de “criação de uma caixa de pensões para as viúvas e filhos dos sócios falecidos”, feita em assembleia-geral de Agosto de 1882 por António Joaquim Guerreiro, acabaria por ter pouco destaque, ficando “para segunda leitura”, mas não voltando a ter a atenção dos sócios nas reuniões subsequentes⁵⁰⁰. Havia a noção que na vertente de protesto e de intervenção pública junto dos vários poderes, a associação já tinha “feito muito a favor dos associados” e esse era o caminho a seguir. Mas o problema deste tipo de estratégia, deste tipo de visão do que deveria ser uma associação, era que, em tempo de acalmia política ou de acalmia de reformas, os lojistas não sentiam que houvesse “motivos pelos

⁴⁹⁸ ACLL, *Actas da Direcção, 1881-1889*, acta n.º 114, 5 de Abril de 1882.

⁴⁹⁹ ACLL, *Relatório de 1878*, p. 16.

⁵⁰⁰ ACLL, *Relatório de 1882*, p. 35.

quais poderiam ser incomodados” e isso levava-os a “uma certa indiferença” e a um consequente fraco “desenvolvimento” da associação⁵⁰¹.

Entre as mudanças de facto impressas pelas direcções ao longo da década de 1880, contam-se as tentativas de dotar a ACLL de uma sede mais digna, que levaram à mudança, no dia 5 de Junho de 1882, para o “prédio n.º 4 da rua do Outeiro”, onde a associação ficaria “muito bem servida”⁵⁰². Já na nova casa, com melhores condições, a associação começou a receber pedidos de cedência das salas. Um dos primeiros foi o das “comissões” que pretenderam “reclamar aos poderes públicos contra o tratado de Salamanca”, em Junho/Julho de 1882. O presidente da direcção tinha autorizado provisoriamente a cedência das salas, pois entendia que o “tratado vem prejudicar todos os *contribuintes* do país e, portanto, também os sócios.” No mesmo sentido se pronunciaram os restantes membros da direcção pois, ao cederem as salas para reclamar a favor do que consideravam ser “o bem geral”, não estavam a fazer “política dentro da associação.”⁵⁰³ Estava claramente dada a tónica do que seria, daí por diante, a atitude “política” da ACLL e a interpretação que os corpos gerentes faziam dos estatutos e, mais importante do que isso, do papel que cabia aos lojistas enquanto cidadãos responsáveis e “contribuintes” activos do país.

Contudo, a procura de melhoramentos para incentivar a vida associativa prosseguiu e, em 4 de Outubro de 1886, por proposta de João Marques da Costa, foi decidido mudar novamente de casa, alugando uma parte do palacete que tinha servido de “escritório do Sr. Visconde de Bessone”, na rua do Ferragial de Cima, a qual era considerada como uma “oportunidade de obter uma casa tão vasta e esplêndida, como a

⁵⁰¹ ACLL, *Actas da Direcção, 1881-1889*, acta n.º 114, 5 de Abril de 1882.

⁵⁰² ACLL, *Actas da Direcção, 1881-1889*, acta n.º 118, 5 de Junho de 1882. Actualmente é a rua Paiva de Andrade, no Chiado.

⁵⁰³ ACLL, *Actas da Direcção, 1881-1889*, acta n.º 120, 1 de Julho de 1882 (itálico meu).

esta associação convém que tenha”⁵⁰⁴. Outra iniciativa a destacar neste período foi a criação de “um órgão na imprensa, denominado – *Boletim da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa*”, proposta feita por Pinheiro de Melo na assembleia-geral de 6 de Dezembro de 1887 e cujo primeiro número saiu em Janeiro seguinte. Entre outros objectivos, pretendia-se levar junto dos sócios, da imprensa, das outras associações e dos poderes públicos “a notícia das nossas necessidades e aspirações”⁵⁰⁵.

Mesmo com este novo dinamismo, o processo de revisão dos estatutos arrastou-se no tempo, levando a insistentes pedidos, a uma “necessidade impreterível de uma reforma (...) que dê à Associação um mais amplo desenvolvimento”, ou à conveniência de se resolver, “em qualquer sentido, sobre a reforma dos estatutos”, aguardada por “muitos sócios com ansiedade”, sempre tendo em conta o “embaraço constante” a um maior volume de entrada de sócios que o artigo 3º representava⁵⁰⁶. A solução acabaria por passar, uma vez mais, por João Marques da Costa, eleito vogal da direcção em Agosto de 1886 e, depois, nomeado relator da comissão de reforma dos estatutos⁵⁰⁷. O objectivo que iria enquadrar essa revisão centrava-se claramente no alargamento do factor representatividade da ACLL, era necessário que a esta fossem atraídos “comerciantes de qualquer natureza, mas também industriais cuja conduta ofereça garantias à nossa camaradagem”⁵⁰⁸.

Em 6 de Dezembro de 1887 era declarado em assembleia-geral, pelo “nosso consócio Marques da Costa estar completa a reforma de estatutos”, a ser brevemente

⁵⁰⁴ A casa foi “definitivamente alugada” a 15 de Novembro. ACLL, *Actas da Direcção, 1881-1889*, acta n.º 154, 4 de Outubro de 1886 e acta n.º 156, 15 de Novembro de 1886. Actualmente é a rua Victor Córdon

⁵⁰⁵ ACLL, *Relatório de 1887*, pp. 15-16; ACLL, *Relatório de 1888*, pp. 3-4 e ACLL, *Boletim*, n.º 1, Janeiro de 1888, pp. 1-4.

⁵⁰⁶ ACLL, *Relatório de 1883*, p. 4; ACLL, *Relatório de 1885*, pp. 6 e 15-16; ACLL, *Relatório de 1886*, pp. 8-9.

⁵⁰⁷ ACLL, *Actas da Direcção, 1881-1889*, fl. 36; ACLL, *Relatório de 1886*, pp. 8-9.

⁵⁰⁸ ACLL, *Relatório de 1886*, pp. 21-24.

submetida à “apreciação” dos sócios⁵⁰⁹. Contudo, o trabalho de revisão sobre este projecto ainda levou mais um ano e só em 19 de Dezembro de 1888 foi lido em assembleia-geral, tendo-se decidido “imprimir para ser distribuído e discutido oportunamente”, o que só aconteceu a partir de Abril seguinte depois de ter sido adiada a sua discussão na assembleia de 13 de Março⁵¹⁰. A primeira sessão foi agitada por uma polémica proposta de Marques da Costa sugerindo que a Associação mudasse de designação oficial, adoptando o nome de Associação Comercial e Industrial de Lisboa, o que acabou por ser rejeitado “por maioria”⁵¹¹. Pelo contrário, a maior parte dos artigos foi gerando consenso entre os sócios e muitos deles foram aprovados “sem discussão”, num conjunto de 8 sessões ao longo dos meses de Abril e Maio⁵¹².

Apesar de concluída a discussão, de aprovados os estatutos em 20 de Maio e da direcção afirmar que se regia por eles desde essa data, no final de 1889 os mesmos ainda aguardavam aprovação do governo, que será dada apenas em 25 de Junho de 1890, aparentemente, “depois de infinitas solicitações por parte da direcção e da mesa” da assembleia-geral⁵¹³. O atraso do processo, considerado normal pela própria direcção no relatório de 1889, é provável que se ficasse a dever, em parte, ao conturbado momento político que se viveu a partir de Outubro, com a morte de D. Luís, a aclamação de D. Carlos, em Dezembro, a polémica do *Ultimatum*, a queda do governo progressista e a chegada dos regeneradores ao poder, em Janeiro de 1890. Mas, uma vez mais, pode-se colocar a hipótese de o mesmo estar relacionado com um conjunto de alterações muito sensíveis feitas nos novos estatutos, em particular, no que aos fins da

⁵⁰⁹ ACLL, *Relatório de 1887*, p. 16.

⁵¹⁰ ACLL, *Relatório de 1888*, p. 18 (1ª parte); ACLL, *Boletim*, n.º 16, Abril de 1889, p. 1 e n.º 17, Maio de 1889, pp. 1-4; ACLL, *Actas da Direcção, 1881-1889*, acta n.º 201, 3 de Julho de 1889.

⁵¹¹ ACLL, *Boletim*, n.º 17, Maio de 1889, p. 1.

⁵¹² ACLL, *Boletim*, n.º 18, Junho de 1889, pp. 1-4 e ACLL, *Relatório de 1889*, p. 19

⁵¹³ ACLL, *Relatório de 1889*, p. 19-20 e ACLL, *Boletim*, n.º 34, Setembro de 1890, p. 8.

associação dizia respeito, o que, tal como em 1872-73, poderá ter levado a hesitações da administração e do poder político antes da aprovação final.

Efectivamente, para além da mudança do já referido artigo 3º, sempre considerado um “empecilho” ao crescimento da Associação, agora substituído pela admissão de “todos os comerciantes e industriais estabelecidos nesta cidade”, mas já sem referência aos caixeiros, foi igualmente retirada do texto estatutário a proibição, que tinha sido imposta na aprovação dos estatutos de 1872, de “discussão sobre assuntos meramente políticos”. Com estes estatutos os Lojistas recuperavam legalmente aquele conjunto de ideias bastante avançadas que tinham proposto no projecto de 1872, depois mudado na Procuradoria-geral da Coroa. Passaram a poder “discutir todas as matérias de interesse comercial e industrial”, a enviar representações “aos poderes constituídos, sobre *quaisquer assuntos de interesse geral*” e a “tomar conhecimento de quaisquer *arbitrariedades* que os agentes da autoridade pratiquem contra” os lojistas. A ACLL mantinha ainda os restantes “fins” e acrescentava a referência à intervenção, “quando julgar oportuno, na eleição do júri comercial”, mas também em “outros quaisquer actos públicos ou oficiais”. Um pormenor curioso, ligado em parte à eliminação da proibição de discussões políticas, que aconteciam cada vez com mais frequência nas assembleias-gerais, como se terá oportunidade de verificar, foi a inclusão de um artigo onde se pretendia regular, precisamente, “os incidentes que se levantarem nas sessões”, os quais seriam “decididos pelo regimento da câmara dos senhores deputados da nação.”⁵¹⁴

Era, claramente, um conjunto de novas e amplas possibilidades de intervenção que nascia, no fundo, dando cunho legal a uma situação de facto. Efectivamente, como se terá oportunidade de observar, o número de sócios estava a crescer a bom ritmo desde meados da década anterior, tornando a ACLL cada vez mais representativa do pequeno

⁵¹⁴ *Estatutos... (1890)*, pp. 5-6 e 20 (itálico meu).

comércio da cidade, o campo de actuação dos corpos gerentes tinha-se alargado, com um maior volume de representações sobre temas cada vez mais variados e a vertente de intervenção cívica, de “interesse geral”, era também mais significativa, como ficaria demonstrado na sequência do protesto contra a atitude “vil da Inglaterra”⁵¹⁵. Aliás, os corpos gerentes eram muito claros na assunção desta nova vertente de intervenção da ACLL. “Acima dos interesses duma classe em particular, estão os interesses da colectividade em geral” como afirmava a comissão revisora de contas em Maio de 1892. A Associação não podia ficar indiferente a “nenhum assunto político ou social, económico ou financeiro, (...) porque todos eles envolvem interesses do corpo comercial.”⁵¹⁶

A amplitude de intervenção assim definida não pode ser desligada do facto do discurso ser produzido por um conjunto de lojistas ligados ao republicanismo, mas era uma perspectiva que tendia a atrair cada vez mais lojistas. Como se terá oportunidade de destacar mais à frente, a partir de 1890 a tendência republicana nos corpos gerentes da ACLL vai ser maioritária e, neste caso, três dos quatro membros da comissão, Quirino Gil Carneiro, Agostinho Manuel Sousa e Júlio Felisberto Carvalho tinham ligações claras ao Partido Republicano⁵¹⁷, sendo o último, Francisco Raimundo Estrela, na altura conotado com o Partido Progressista e, mais tarde, também com o Republicano⁵¹⁸. Talvez por isso, aquela mesma influência, representatividade e capacidade de mobilização crescentes tenham contribuído para que o governo Progressista, no poder até Janeiro de 1890, não tenha feito aprovar os estatutos e que o Regenerador que lhe

⁵¹⁵ A expressão é retirada da descrição que um almanaque republicano fez da reunião de protesto realizada pela ACLL em 15 de Janeiro de 1890. *A Batalha, Almanach de Propaganda Republicana para 1893 e 1894*, Lisboa, Typographia Machado, 1892, p. 23-24. A ACLL foi mesmo a primeira associação a movimentar-se e a reunir a sua assembleia-geral para protestar contra o *Ultimatum*. Cf. ACLL, *Boletim*, n.º 27, Fevereiro de 1890, p. 2 e TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Ultimatum Inglês...*, p. 110. Este assunto será mais desenvolvido na última parte da tese.

⁵¹⁶ ACLL, *Relatório de 1891*, p. 28.

⁵¹⁷ Cf. *O O Século*, n.º 3494, 24 de Outubro de 1891 e n.º 4292, 5 de Janeiro de 1894.

⁵¹⁸ Cf. *Diário Popular*, n.º 8807, 10 de Novembro de 1891 e *O Mundo*, n.º 2896, 26 de Novembro de 1908 a n.º 2899, 29 de Novembro de 1908.

sucedeu, numa altura de grande pressão da opinião pública, apesar da relativa demora na aprovação, não arriscasse uma polémica que certamente seria despoletada com a recusa dos novos estatutos.

A partir desta data e da definição destes objectivos, a questão dos estatutos não mais voltou a ocupar, de forma voluntária, a atenção da ACLL. Aparentemente, os lojistas tinham finalmente definido o que deveria ser a sua associação representativa, a sua função e a “força” que esperavam conseguir da “união” associativa. Contudo, essa força foi posta à prova poucos anos depois e novamente por um governo Regenerador.

Em 31 de Janeiro de 1894, na sequência de um longo “braço-de-ferro” entre as associações comerciais e industriais e o Governo, por causa da reforma tributária iniciada em 1893, foi decretada a dissolução da Associação Comercial de Lisboa, da Associação Industrial Portuguesa e da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa⁵¹⁹. Este vai ser um marco fundamental na história da ACLL, recordado frequentemente ao longo dos anos seguintes, em especial, quando o momento era de embate com o poder político em defesa da “honra” associativa ou dos interesses dos lojistas.

Assim aconteceu em Junho de 1907, por exemplo, quando a Associação realizou uma “sessão solene” de homenagem aos “Reconstituidores da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa”, pouco tempo depois de uma polémica com o governo de João Franco⁵²⁰. É certo que nesse ano passava uma década sobre a aprovação dos últimos estatutos, concedida através do alvará régio de 11 de Fevereiro de 1897, mas o dia que era recordado na cerimónia, onde também se inaugurou um retrato do presidente da assembleia-geral, José Pinheiro de Melo, era o de “14 de Fevereiro de 1894, essa data

⁵¹⁹ Entre outros jornais, o decreto da dissolução das associações foi publicado no *Diário Ilustrado*, n.º 7493, 2 de Fevereiro de 1894.

⁵²⁰ Os pormenores do “braço-de-ferro” de 1893-1894 e da polémica de 1907, até pelas suas implicações políticas, serão desenvolvidos na última parte da tese.

gloriosa em que a referida colectividade ressurgiu de si própria.”⁵²¹ A referência era para uma reunião que alguns sócios da dissolvida ACLL tinham feito, nesse mesmo dia, no sentido de darem início aos trabalhos de “restabelecimento” da agremiação, depois de terem falhado as negociações com o governo de Hintze/Franco para “a reintegração completa das associações”⁵²². Contudo, apesar desses trabalhos decorrerem a bom ritmo (no início de Março a comissão instaladora da ACLL contava já com mais de 1000 sócios inscritos⁵²³), dos “novos” estatutos terem sido aprovados em assembleia-geral de 15 de Março e “cinco dias depois entregues no Ministério das Obras Públicas”, “a aprovação do governo” foi “constantemente denegada”, apesar de estarem, na opinião dos lojistas, “redigidos conforme os preceitos legais”⁵²⁴.

Foi necessário esperar pela substituição do governo Regenerador por um Progressista, em 1897, para que finalmente a ACLL, com as suas companheiras de infortúnio vissem os seus estatutos aprovados. Apesar disso, a Associação dos Lojistas, enquanto “Comissão Instaladora”, funcionou praticamente como antes da dissolução, tendo logo em Março de 1894 uma sede “provisoriamente estabelecida na rua Luz Soriano, n.º 48”, onde se encontravam os empregados para atender os sócios, da qual passou, pouco tempo depois, nesse mesmo ano, para uma casa mais “condigna”, no largo da Abegoaria, onde permaneceria até depois da implantação da República⁵²⁵.

⁵²¹ ACLL, *Boletim*, n.º 30, Junho de 1907, pp. 50-51 e seguintes; *Estatutos da Associação Commercial de Lojistas de Lisboa*, Lisboa, Typographia e Papelaria, 1897, pp. 3-4. Apesar desta festa ser a referência mais formal ao facto, a dissolução da ACLL em 1894 e a sua “reconstituição” em 1897 foram recordadas em muitos exemplares do boletim associativo, desde a sua refundação em 1901, depois de ter estado sete anos interrompido. Veja-se, a título de exemplo, ACLL, *Boletim*, n.º 1, Janeiro de 1901, p. 1; n.º 31, Julho de 1903, p. 1; n.º 1, Janeiro de 1905, p. 2; n.º 9, Setembro de 1905, p. 73 ou n.º 19, Julho de 1906, p. 50.

⁵²² *Diário Ilustrado*, n.º 7504, 14 de Fevereiro de 1894; *O Século*, n.º 4332, 15 de Fevereiro de 1894; *Comércio de Portugal*, n.º 4369, 17 de Fevereiro de 1894 e ACLL, *Relatório e contas da Comissão Instaladora...*, pp. 18-19.

⁵²³ *Vanguarda*, n.º 973, 7 de Março de 1894 e *Diário de Notícias*, n.º 10135, 13 de Março de 1894.

⁵²⁴ *Vanguarda*, n.º 981, 15 de Março de 1894; *Diário de Notícias*, n.º 10138, 16 de Março de 1894; *Diário Ilustrado*, n.º 7534, 16 de Março de 1894; *Comércio de Portugal*, n.º 4395, 20 de Março de 1894 e ACLL, *Relatório e contas da Comissão Instaladora...*, p. 20.

⁵²⁵ *Vanguarda*, n.º 982, 16 de Março de 1894 e ACLL, *Relatório e contas da Comissão Instaladora...*, p. 21.

Seriam os estatutos apresentados ao governo em 20 de Março de 1894 diferentes dos que até aí tinham sido usados e também distintos dos que viriam a ser aprovados três anos depois? Não foi possível encontrar esse projecto, pelo que apenas se poderá comparar os de 1890 com os de 1897. Contudo, o facto do projecto de 1894 ter sido votado pouco mais de um mês depois da dissolução e de, pela mesma altura, ser afirmado que se mantinham para os sócios “as vantagens e garantias que eram oferecidas pela associação dissolvida”, leva a supor que o governo Regenerador, mesmo que tivesse intenção de aprovar os novos estatutos, o que não aconteceu, teria novamente muitas hesitações em concordar com “tantas” e as “mesmas” concessões aos lojistas⁵²⁶. A análise do texto de 1897 leva igualmente a colocar a hipótese de que, pelo menos, uma parte dessas hesitações eram partilhadas pelos Progressistas quando chegaram ao poder e serão estas e outras hesitações, também, a influenciar a evolução do posicionamento político dos lojistas, como se terá oportunidade de verificar.

Em 1897 mantinham-se as características de associação de classe, sem fins assistencialistas, mas de pressão. Contudo, a amplitude das “vantagens” era agora mais mitigada e, provavelmente, por indicação do poder político progressista, reduzidas ao natural raio de acção de uma associação comercial. É certo que não se recuperou a proibição dos “assuntos políticos” de 1872, nem sequer desapareceu a referência ao “regimento” da Câmara dos Deputados, mas os assuntos que podiam ser alvo das representações a enviar pela ACLL aos poderes constituídos eram agora restritos aos que “interessem às mesmas classes” de que era composta. Ao mesmo tempo, caía a questão das “arbitrariedades” das autoridades, substituída por uma referência mais inócua aos “actos” das mesmas. Mesmo a intervenção da Associação em “actos

⁵²⁶ *Vanguarda*, n.º 982, 16 de Março de 1894.

públicos ou oficiais” deixava de ser indiscriminada e ficava limitada àqueles onde estivessem “envolvidos os interesses do comércio”⁵²⁷.

Se realmente se registou uma interferência do governo Progressista ou das autoridades administrativas agora controladas por ele – para a qual não foi possível encontrar prova documental, mas que parece ressaltar da análise do próprio texto dos estatutos – o certo é que ela pouca influência parece ter tido em relação ao controlo de uma associação que, a partir da viragem do século, cada vez mais foi sendo caracterizada como “evolucionista e progressista”, quando não mesmo como revolucionária.

Contudo, esta tendência não apareceu por mero acaso e de forma abrupta em 1897, quando a ACLL emergiu do relativo apagamento a que se viu forçada depois de três anos “instaladores”. Efectivamente, ela estava já presente nos lojistas de 1872 e, em meados da década de 1880, vai começar a crescer e a tornar-se mais evidente quando começou igualmente a crescer o seu corpo social. Efectivamente, em 1887, face à crescente subida do número de sócios, Pinheiro de Melo podia declarar que “esta numerosa classe reconheceu afinal a utilidade da instituição”. Dos seus objectivos eram afastadas, pelo menos retoricamente, “as polémicas partidárias e os assuntos políticos”, ao mesmo tempo que a Associação se definia como instituição de pressão e de defesa dos interesses económicos dos lojistas. Pela mesma altura, Sebastião Correia Saraiva Lima, um dos sócios e directores da ACLL mais influentes no período entre 1886 e 1893, recuperando os argumentos da comissão revisora de contas de 1879, reconhecia que não eram os fins de socorro-mútuo que faziam mover os homens do pequeno comércio lisboeta, “para o que aliás há tantas e tão profícuas agremiações”, não era a possibilidade de terem “médico”, “botica na enfermidade” ou “subsídio no desemprego”

⁵²⁷ *Estatutos...* (1897), pp. 5-6 e 20.

que dava valor à associação e aos “miseros 200 réis mensais” pagos pelos sócios. A associação “é precisa, é necessária, é mesmo indispensável, para aqueles que vêm nestes centros populares as mais poderosas alavancas do progresso moderno, o esteio mais seguro da manutenção das nossas regalias, o meio mais eficaz de defender os nossos direitos e interesses, salvaguardando a nossa dignidade de cidadãos de um país livre e que perante os poderes públicos nos dá foros de potência.” A força que vinha de uma associação deste tipo ficava espelhada nos “resultados verdadeiramente eloquentes” que se tinham conseguido ao nível das posturas municipais, das licenças, dos impostos, mas perguntava-se ainda “se a nossa força é grande com 600 sócios, o que não seria se fosse[m] 2 ou 3 mil?”⁵²⁸

A esta questão poder-se-ia colocar uma outra relativa aos fins e objectivos da ACLL. Se a partir de 1886/1887, com os sócios a ultrapassar o meio milhar, ficou definitivamente para trás qualquer noção de mutualismo, ressaltando cada vez mais a visibilidade da Associação como força de pressão económica, quando estes chegassem aos milhares então sonhados por Saraiva Lima qual seria o papel desejado para a representante do pequeno comércio de Lisboa? Em parte, a resposta a esta interrogação foi dada logo nos estatutos de 1890, como se viu, pois o ano em que a ACLL ultrapassou pela primeira vez os 1000 sócios foi também o ano que a sua lei estatutária ficou livre da proibição de discutir “assuntos políticos”. O corolário desta posição cada vez mais interventiva acabaria por chegar nos últimos anos da Monarquia, quando a ACLL se converteu, através da influência determinante do republicanismo, em grupo de pressão cívica e política.

Em Junho de 1910, o sócio Soares Guedes, recorrendo aos estatutos e à eliminação daquela norma restritiva, acabou por traduzir fielmente o fim dessa

⁵²⁸ ACLL, *Boletim*, n.º 1, Janeiro de 1888, pp. 2-3.

caminhada e o papel que cabia à ACLL, aos “pequenos e modestos comerciantes”, nos tempos conturbados porque passava a Monarquia desde 1908. “Há quem sustente que esta nossa associação não se deve ocupar de política. Mas a nossa lei não afaga esse místico preceito.” Pelo contrário, todos, colectividade e lojistas, deviam “entrar na política (...), mas numa política elevada e moralizadora”, obviamente representada pela República, a qual, como afirmava o lojista perante uma assembleia-geral com “numerosa concorrência”, “a ninguém assusta (...) porque só ela nos pode reabilitar e salvar.”⁵²⁹ Ou, pelo menos, era uma política que não assustava os mais de dois mil lojistas que desde o ano do regicídio enchiam as listas de sócios. É precisamente ao movimento do número de associados e a alguns aspectos da sua caracterização, bem como à importância que os corpos gerentes sempre deram a essa quantificação, que se dará atenção nos parágrafos seguintes, procurando com isso melhorar a perspectiva geral sobre a crescente radicalização e republicanização da Associação e dos lojistas de Lisboa.

Caracterização dos sócios da ACLL: a representatividade da associação

A evolução do número de sócios entre 1870 e 1910 permite verificar, entre outros aspectos, a maior ou menor representatividade da ACLL em relação ao total do pequeno comércio de Lisboa, ao longo da época em estudo. Esta verificação é relevante na medida em que se pode determinar a altura em que as opiniões, tomadas de posição e acções da Associação dos Lojistas se tornaram o discurso expressivo do que era o sentir e a vivência de uma parte significativa da pequena burguesia comercial lisboeta. Porém, este factor funcionava em ambos os sentidos e se, por um lado, se pode afirmar que a entrada de um maior número de lojistas na Associação a tornou representativa do

⁵²⁹ ACLL, *Boletim*, n.º 66, Junho de 1910, p. 43.

pequeno comércio, por outro lado, esse mesmo ingresso e as características desses sócios acabaram por condicionar a própria acção da ACLL. Assim, outro dos pontos a ter em conta passará por analisar quando e em que medida é que a entrada de novos sócios começou a influenciar a Associação e a sua dinâmica reivindicativa.

As listagens de sócios da ACLL, publicadas anualmente junto com os relatórios das direcções, para além do nome dos lojistas, forneciam por vezes outros dados que permitem verificar a sua distribuição geográfica e o tipo de negócio. A comparação destas informações ao longo do tempo possibilita ficar com uma ideia da evolução das características dos sócios e, no fundo, serve para observar o padrão de recrutamento ou o tipo de atractividade que era exercida pela ACLL no conjunto do corpo comercial de Lisboa, destacando os tipos de lojistas mais activos em termos associativos, bem como as zonas da cidade onde a ACLL era mais representativa. Apesar de ser possível apresentar dados para a maioria dos anos aqui analisados, pois foi feita a recolha integral dos sócios que constavam em todas as listas conhecidas, algumas das lacunas existentes e também a noção de que as mudanças no conjunto da informação, na maior parte dos casos, foram graduais, levaram a que se optasse pela apresentação de apenas alguns anos considerados representativos de determinados períodos.

A primeira lacuna a apontar é relativa aos primeiros anos da ACLL, pois só em 1873 foi publicada uma lista nominativa dos sócios e só a partir de 1878 é que começaram a ser publicados dados sobre moradas e tipos de negócios dos lojistas. Além disso, é preciso referir que entre 1887 e 1892 não foi publicado este segundo tipo de informações. Para 1893 não existe sequer uma lista de sócios, uma vez que o relatório anual respectivo não chegou a ser publicado. O mesmo aconteceu entre 1894 e 1897, altura em que a ACLL funcionou apenas como “comissão instaladora”. A partir de 1898 os relatórios retomam a publicação das listas de sócios, mas novamente apenas com

indicação das moradas. Contudo, para o período entre 1894 e 1910, a fonte usada foi o livro de matrícula dos sócios, onde era registada a morada e profissão do lojista à altura da sua inscrição. Isto significa que a análise sobre as profissões ou tipos de negócio dos sócios após 1894 vai ser feita, na maior parte dos casos, com base na informação do primeiro ano de vida associativa do lojista. É óbvio que isto poderia trazer um problema de fiabilidade na análise dos dados. A interpretação sobre os tipos de negócio dos sócios em 1900, por exemplo, poderia ser enviesada pelo facto dos sócios entrados antes dessa data entretanto poderem ter mudado de ramo. Contudo, a fonte utilizada permite ultrapassar essa questão, na medida em que sempre que se verificavam alterações nos dados dos sócios, como mudança de morada, de negócio ou a saída da ACLL, elas foram sendo registadas num campo de observações e levadas em conta nas estatísticas aqui apresentadas.

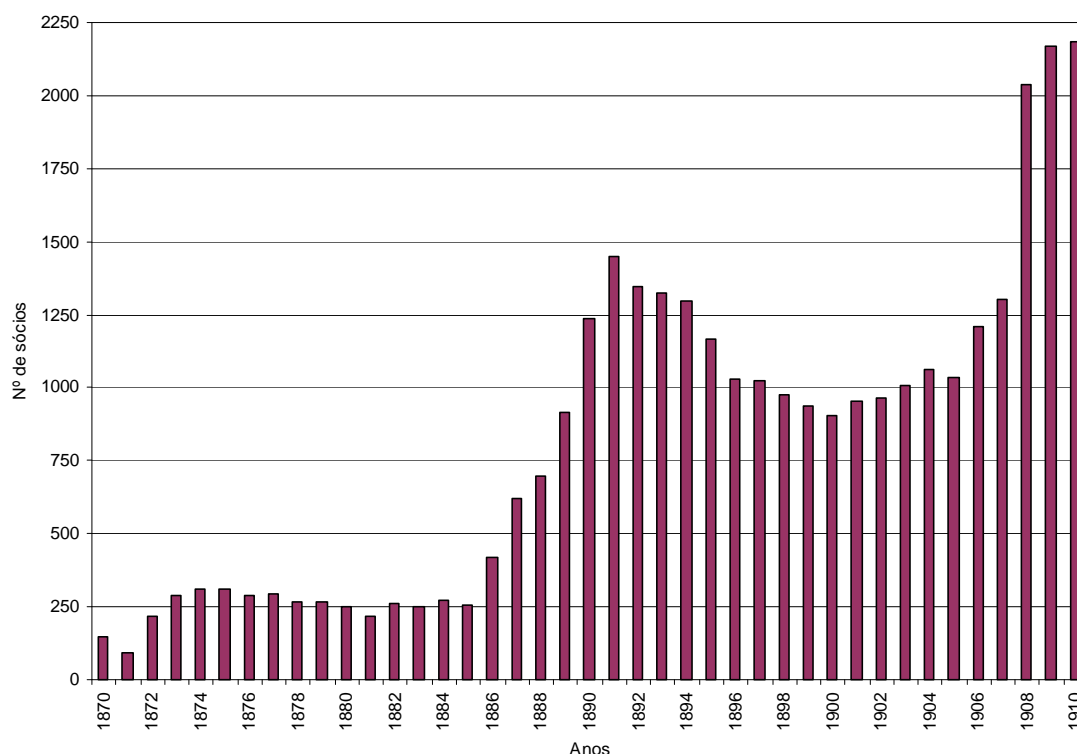
Assim, para a análise do corpo social da ACLL nos primeiros anos foi utilizada a lista de 1873, a primeira a ser publicada e a que estava mais próxima do momento da fundação, à qual se ligaram os dados de 1878, primeiro ano em que são acrescentados as moradas e os tipos de negócios aos nomes dos lojistas. O momento seguinte corresponde à transição de 1885 para 1886, anos com informações completas e que correspondem a um momento de viragem na história da ACLL, uma vez que o número de sócios começou a subir de forma acentuada, em parte, resultado de uma maior abertura das direcções à entrada de outros tipos de lojistas para além dos que estavam definidos nos estatutos. A falta de informação relativa às profissões ou tipo de negócio nos anos seguintes levou a optar por 1894 como próximo ponto de observação, sendo que este ano representou igualmente um momento importante em consequência da dissolução da Associação e do esforço da comissão instaladora para a sua restauração. A entrada no novo século e a observação dos sócios da “restaurada” ACLL será analisada

através da lista de 1900, que permite a comparação directa com os dados atrás referidos sobre o total de lojistas de Lisboa, recolhidos no *Anuário Estatístico*, e forma uma visão sobre o ponto mais baixo da série após a contracção registada na segunda metade da década de 1890. Por fim, impõe-se uma observação do ano da Revolução, não só pelo simbolismo político-social, mas também por representar o ponto mais alto de toda a série, o momento em que a lista de sócios da ACLL melhor representava o que era o conjunto do pequeno comércio lisboeta (gráfico 4).

Sendo um dos objectivos dos próximos parágrafos, entre outros, observar a representatividade da ACLL no conjunto dos lojistas da capital, é óbvio que em termos metodológicos fazia todo o sentido analisar os sócios de 1890 em vez de 1894, tal como foi seguido para 1900. Essa escolha teria a vantagem de os valores encontrados poderem ser confrontados com um maior grau de confiança com os que foram recolhidos no *Anuário Estatístico*, relativos ao mesmo ano e apresentados na primeira parte da tese. Ficar-se-ia assim com uma comparação directa entre os lojistas existentes no início da última década de Oitocentos e os que eram, na mesma altura, sócios da ACLL. Contudo, como já foi referido, os dados relativos à lista de sócios de 1890 são lacunares e a tentativa de os completar através das listagens de 1886, de 1894 ou mesmo pela conjugação de ambas, deu sempre uma amostra muito menos representativa do que aquela que foi possível obter com os sócios de 1894, daí a opção por esta última. No mesmo sentido, a comparação entre os sócios de 1910 e os lojistas de Lisboa em 1915 poderá igualmente não ser a ideal, mas tendo em conta os objectivos e limites cronológicos da tese, para os quais o ano da Revolução Republicana era fundamental, e a noção de que os dados de 1915 podiam, à falta de outros e de acordo com o que sobre os mesmos já foi avançado na altura da sua apresentação, ser aproveitados para a

caracterização do pequeno comércio de Lisboa nos anos em redor do 5 de Outubro, acabam por ficar justificadas as escolhas feitas e a metodologia usada.

Gráfico 4 – Evolução do n.º de sócios da ACLL (1870-1910)⁵³⁰



Entre Janeiro e Março de 1870 o número de sócios da ACLL foi de 231, “número de sócios primitivamente inscritos e como tais considerados fundadores”. Contudo, logo a seguir teve a Associação a sua primeira grande derrota, pois assim que “se tratou de levar a efeito a cobrança das quotas, muitos deles desistiram”, concretamente, 83⁵³¹.

⁵³⁰ ACLL, *Relatórios da ACLL de 1870 a 1910* e ACLL, *Livro de matrícula dos sócios (1894 a 1918)*. Para todos os anos foi levado em conta o número de sócios existente em 31 de Dezembro. A excepção é o ano de 1893, para o qual não existe lista de sócios, nem livro de matrícula. O valor indicado deve ser tomado como uma estimativa. No balancete de contas relativo a Agosto de 1893, incluído no *Boletim*, são referidos “1324 avisos” feitos para uma assembleia-geral, o que aponta para o número de sócios efectivos naquela data. Tendo em conta o facto do número de sócios estar aparentemente a baixar desde 1892, é provável que se possa aceitar este valor como próximo da realidade. Cf. ACLL, *Boletim*, n.º 70, Setembro de 1893, p. 8. Entre 1898 e 1910 o total de sócios indicado nem sempre corresponde ao que é apontado nos respectivos relatórios anuais, pois foram usados os dados do livro de matrícula, mais completos e, nessa perspectiva, mais fiáveis.

⁵³¹ ACLL, *Actas da Direcção, 1870-1881*, p. 3. No gráfico sobre a evolução do número de sócios não foi levado em conta, então, este valor inicial, mas sim os “148 efectivos, que tantos são os que ao presente existem, por já terem pago uma ou mais quotas”, como é declarado no primeiro relatório da direcção, datado de Outubro de 1870. ACLL, *Relatório de 1870*, p. 6.

Apesar da questão financeira relacionada com o valor das quotas, alterado nos segundos estatutos da ACLL, a justificação para este abandono, mais do que a tradução de uma ignorância dos “benefícios” e “utilidade da associação”, como pretendia a direcção no seu primeiro relatório, é provável que resida noutra ordem de factores, dos quais se destacam, sem dúvida, a noção restritiva sobre as classes de lojistas que poderiam fazer parte da associação, definida no artigo 3º dos estatutos, assim como a relativa indefinição sobre os objectivos da associação e as regalias a conceder aos sócios, alvo de mudanças logo nos estatutos seguintes, como se observou.

O panorama dos primeiros anos, efectivamente, não parecia ser de molde a motivar os lojistas, pois à queda inicial, seguiu-se, em 1871, nova fuga de sócios, ficando o total em Dezembro desse ano reduzido a apenas 93. A tendência inverteu-se no ano seguinte, em parte, devido às alterações dos estatutos, nomeadamente a dispensa de jóia e a redução da mensalidade para \$200 réis. A vaga de entrada de novos sócios foi então realmente significativa, quando comparada com o que tinha sido a falta de “prosperidade” anterior⁵³². As reuniões da direcção do 2º semestre de 1872 e primeiros meses de 1873 são bastantes elucidativas. Só no mês de Outubro foram aprovadas 83 propostas para novos sócios. Até ao fim do ano entraram mais 55. A 16 de Janeiro entraram para a Associação mais 29 lojistas e a 26 de Fevereiro outros 33⁵³³. O desenvolvimento registado levou inclusive a novas necessidades, tendo sido contratado, em 22 de Outubro, um novo contínuo, com um vencimento mensal de 4\$500 réis, mais 5% das quotas cobradas. Foi ainda aprovado, sob proposta de Pinheiro de Melo, que a ACLL passasse a ter um escriturário, tendo o cargo sido atribuído ao sócio Augusto José Coimbra, com um rendimento mensal de 6\$000 réis⁵³⁴. Porém, é preciso referir que este aumento foi conjuntural e estava essencialmente relacionado, como se terá

⁵³² A expressão é do relatório da direcção relativo a 1871. Cf. ACLL, *Relatório de 1871*, p. 3.

⁵³³ ACLL, *Actas da Direcção, 1870-1881*, pp. 15v-20v.

⁵³⁴ ACLL, *Actas da Direcção, 1870-1881*, p. 17-17v.

oportunidade de verificar mais à frente, com uma postura reivindicativa mais activa da Associação, assumida precisamente desde Outubro de 1872, em parte, decorrente dos amplos objectivos definidos no projecto de estatutos, mas relacionada em concreto com aquela que vai ser a primeira grande conquista dos Lojistas de Lisboa, a “substituição do antigo formulário das licenças”, conseguida a 13 de Março de 1873⁵³⁵.

Quadro 7 – Número médio de sócios da ACLL em períodos-chave da sua evolução⁵³⁶

Anos	Média
1870-1885	250
1886-1889	664
1890-1894	1332
1895-1900	1006
1901-1907	1077
1908-1910	2129

Na sequência, após o crescimento registado na passagem de 1872 para 1873, o número de sócios manteve-se praticamente estacionário até 1885. A média anual de sócios nos primeiros 15 anos de vida associativa ficou-se pelos 250 (quadro 7), valor considerado insuficiente pelas várias direcções que sempre “estranhava[m] o pouco desenvolvimento da associação pelo relativamente limitado número de associados que possuía”. Por isso “lamentavam o abandono e indiferentismo” dos lojistas em relação ao associativismo, único princípio que permitiria “a sua regeneração moral, a elevação do seu espírito”, no fundo, o reconhecimento da sua importância social⁵³⁷. Havia anos em que eram mais os que saíam do que os que entravam, como aconteceu, por exemplo, em

⁵³⁵ ACLL, *Relatório de 1872*, p. 4 (itálico no original).

⁵³⁶ ACLL, *Relatórios de 1870 a 1910* e ACLL, *Livro de matrícula dos sócios (1894 a 1918)*. Não será estatisticamente correcto comparar valores médios em intervalos de anos tão díspares. Contudo, a lógica de elaboração destes intervalos não foi exclusivamente matemática, mas resultou essencialmente de uma observação dos vários períodos em que se podiam dividir os primeiros 40 anos de história da ACLL e da importância que cada um deles teve na evolução da ideia de associativismo entre os lojistas de Lisboa. Por outro lado, eles resultam também da própria análise sobre o posicionamento político dos lojistas, pelo que serão, nessa medida, igualmente significativos quando se voltar a essa temática mais à frente. Por fim, a sua leitura e interpretação não pode ser dissociada da observação do gráfico 4 onde está representada a evolução anual do número de sócios.

⁵³⁷ ACLL, *Relatório de 1874*, pp. 21-22.

1876, quando foram inscritos 29, mas “despediram-se 47 e faleceram 6”⁵³⁸. O mesmo ocorreu em 1878, descendo o número de sócios de “292 em Dezembro de 1877”, para 266 um ano depois⁵³⁹. O desalento pelo “movimento dos associados” era evidente, de tal forma que, em 1880, a direcção tinha a “convicção” de que a ACLL se arriscava “a cair num certo estado de decadência, que pode ser a sua ruína”⁵⁴⁰. Os corpos gerentes seguintes tentaram contrariar essa tendência, procurando melhorar as condições materiais da Associação, como o demonstra a mudança de sede em 1882, mas também apelando sempre e “mais uma vez” à “necessidade impreterível de uma reforma de estatutos”⁵⁴¹. Apesar disso, o “marasmo” de 1880, como era então classificado, continuou até 1885.

O “estacionamento” da ACLL se, em parte, se devia aos estatutos, em grande medida era causado pelo facto da corporação se achar “há tanto tempo adormecida”. A crítica surgiu no relatório da direcção de 1886, ano de viragem para a ACLL, marcado pela mudança para uma nova sede, mas essencialmente pela dinâmica da nova direcção e pelo início de uma fulgurante subida no número de sócios. Eleita em 26 de Julho, a direcção tomou posse a 2 de Agosto⁵⁴². Um dos primeiros actos foi o envio de um ofício a Carlos Augusto Tibau, na qualidade de presidente da mesa da assembleia-geral, relembrando a necessidade de se assinarem os diplomas “que há próximo de três anos” não eram distribuídos aos associados⁵⁴³. O ofício constituía, no fundo, uma crítica ainda mais directa aos anteriores corpos gerentes e ao funcionamento da ACLL que tinha entrado numa fase de indiferença e decadência, tanto em número de sócios, como em acções de protesto para a defesa dos interesses dos lojistas. Tinha também um cunho

⁵³⁸ ACLL, *Relatório de 1876*, p. 4.

⁵³⁹ ACLL, *Relatório de 1878*, p. 14.

⁵⁴⁰ ACLL, *Relatório de 1880*, p. 11.

⁵⁴¹ ACLL, *Relatório de 1883*, p. 4.

⁵⁴² ACLL, *Actas da Direcção, 1881-1889*, fl. 36.

⁵⁴³ ACLL, *Actas da Direcção, 1881-1889*, acta n.º 151, 19 de Agosto de 1886 (sublinhado no original).

peçoal, uma vez que nos últimos tempos os trabalhos da assembleia-geral pouco tinham contado com o contributo do seu presidente, como o demonstra o facto da maior parte dos anúncios convocatórios das reuniões da ACLL, durante o ano de 1886, serem assinados por José Pinheiro de Melo, à altura vice-presidente⁵⁴⁴. Carlos Augusto Tibau, que só ocupou o cargo durante um ano, tinha sucedido a Luís Manuel da Costa, de quem aliás era sócio na vida comercial, depois da morte daquele que foi o presidente da mesa da ACLL desde 1870, ocorrida em Setembro de 1885⁵⁴⁵.

A marcar a diferença da nova direcção estava precisamente a enumeração no relatório, ao contrário do que acontecia antes, dos assuntos abordados pelos corpos gerentes, onde avultavam não só os protestos contra as “posturas municipais”, a “imposição de direitos de consumo” e o aumento dos “impostos”, mas também uma nova atitude em relação à entrada e saída de sócios⁵⁴⁶. Face aos que pretendiam despedir-se da associação ou que deixavam de pagar as quotas, a política da ACLL era agora diferente e, por iniciativa da nova direcção, cada sócio que demonstrasse vontade de abandonar a colectividade era contactado por escrito no sentido “que não instem no seu intento”⁵⁴⁷. Ao mesmo tempo, foi enviada uma circular aos sócios pedindo-lhes que cada um propusesse “um sócio novo”⁵⁴⁸. A iniciativa da direcção resultou e fez com que nos “últimos dois meses” de 1886 “se inscrevessem ou filiassem cerca de duzentos sócios”, 194 para ser exacto, um valor equivalente a cerca de 76% do total de sócios existente em 31 de Dezembro de 1885⁵⁴⁹. A diferença que esta nova dinâmica associativa veio impor é claramente visível no gráfico do número de sócios, na

⁵⁴⁴ Apenas como exemplo, vejam-se os anúncios publicados nos seguintes jornais: *Diário Popular*, n.º 6863, 27 de Abril de 1886; *O Século*, n.º 1699, 25 de Julho de 1886; *Diário de Notícias*, n.º 7378, 2 de Agosto de 1886 ou *O Século*, n.º 1723, 22 de Agosto de 1886.

⁵⁴⁵ *Diário Popular*, n.º 6639, 7 de Setembro de 1885. A eleição da nova mesa da assembleia-geral decorreu a 27 de Abril de 1886. *Diário Popular*, n.º 6863, 27 de Abril de 1886.

⁵⁴⁶ ACLL, *Relatório de 1886*, p. 4.

⁵⁴⁷ ACLL, *Actas da Direcção, 1881-1889*, acta n.º 152, 2 de Setembro de 1886

⁵⁴⁸ ACLL, *Actas da Direcção, 1881-1889*, acta n.º 150, 5 de Agosto de 1886.

⁵⁴⁹ ACLL, *Relatório de 1886*, pp. 10-11. A taxa de variação entre o total de 1885 e o de 1886 foi, contudo, de 64,3%, pois entretanto alguns lojistas abandonaram a ACLL.

passagem de 1885 para 1886, mas também na média anual calculada para o segundo período, entre aquele último ano e 1889, que quase triplica por comparação com o período anterior (gráfico 4 e quadro 7).

Que factores estiveram na base desta rápida mudança? Um foi já destacado e prende-se com novos nomes e novas caras que nesta altura chegaram aos corpos gerentes. Entre 1870 e 1885 à frente da direcção estiveram apenas três homens, Tomás Antunes de Mendonça (1870 a 1872), Carlos Augusto Tibau (1873 a 1880) e António Caetano Macieira (1881 a 1885), todos eles fundadores. Se, por um lado, o factor estabilidade poderá ter sido importante para manter a ACLL em épocas de desânimo associativo, por outro, pode ter sido igualmente responsável por uma certa acomodação. Era pelo menos essa a opinião da nova direcção, como se viu. O mesmo se pode afirmar em relação à assembleia-geral, à frente da qual esteve sempre Luís Manuel da Costa. Contudo, entre 1885, altura da sua morte, e 1887, data da chegada de Pinheiro de Melo àquele cargo, as mudanças nos corpos gerentes foram profundas. Se no primeiro ano a maioria dos dirigentes eram ainda antigos sócios, muitos deles fundadores, como Augusto José Coimbra, José António Carvalho ou António Caetano Macieira, em 1887, os fundadores resumiam-se a Pinheiro de Melo e Marques da Costa, sendo os restantes membros da mesa e da direcção, nove ao todo, sócios entrados para a ACLL depois de 1882, como Sebastião Correia Saraiva Lima e Casimiro Rodrigues Valente, sócios desde 1883, ou João Nogueira Feio, inscrito em 1884. Os três ocupavam agora respectivamente os cargos de presidente, 1º e 2º secretários da direcção e, igualmente relevante, tinham todos ligações ao Partido Republicano. Mesmo que à análise se juntem os membros das comissões de multas e revisora de contas, a perspectiva é exactamente igual, ou seja, uma completa renovação nos quadros dirigentes, com reflexos evidentes em termos da dinâmica de angariação de sócios e na vertente

reivindicativa da ACLL, representando também um primeiro sinal daquilo que vai ser uma tendência de republicanização da vida associativa, como o caso da direcção parece apontar⁵⁵⁰.

No seu primeiro relatório, a nova direcção não se esqueceu de demonstrar a diferença com o passado, quando a associação “raras vezes reunia e quando reunia apenas se juntavam os corpos gerentes, ou pouco mais”. Mas destacava também outro factor de mudança, ao qual já se fez referência quando se analisou a evolução dos estatutos. Os indivíduos que agora geriam a ACLL ambicionavam por uma associação mais interventiva, “empreendedora, enérgica e activa”, como era referido no relatório, uma instituição dedicada a um plano mais alargado de defesa dos interesses dos lojistas, em termos das temáticas que deveriam ser alvo da sua atenção, pondo em prática ao mesmo tempo uma visão menos espartilhada sobre o público-alvo do seu discurso, sobre o tipo de lojista que poderia e deveria ingressar como associado. Daí a crítica relativa aos assuntos antes abordados nas reuniões, pois “raras vezes eram daqueles que por si só convidam os associados a deixarem os seus misteres para correrem às assembleias.” A mudança pretendida era quantitativa, faceta importante para que a associação pudesse prosseguir “prosperamente no caminho do progresso” e tornar-se representativa do pequeno comércio de Lisboa, de “todos os lojistas, sócios e não sócios”, mas devia ser igualmente qualitativa, deveria representar um pensamento, uma “cabeça”, que funcionasse “em harmonia com as necessidades do corpo”, ou seja, com as expectativas da maioria dos lojistas, com a maioria do corpo comercial da cidade⁵⁵¹.

⁵⁵⁰ Sobre o republicanismo dos lojistas referidos veja-se Século, n.º 3511, 10 de Novembro de 1891 e n.º 3512, 11 de Novembro de 1891; *GEPB*, vol. 27, p. 703; RIBEIRO, Lia Armandina Sá Paulo, *A Popularização da Cultura Republicana...*, pp. 17-18. Este é efectivamente um dos primeiros sinais da tendência de ligação entre o republicanismo e a ACLL, mas que só alguns anos mais tarde assumirá um aspecto definitivo.

⁵⁵¹ ACLL, *Relatório de 1886*, pp. 4, 10-12 e 22.

Foi isso que levou não só a dar maior destaque aos protestos e lutas associativas no relatório, mas também a dar início à publicação no mesmo das representações dirigidas aos poderes públicos e de outras iniciativas levadas a cabo pela Associação, função que mais tarde passará a ser atribuída ao *Boletim*.

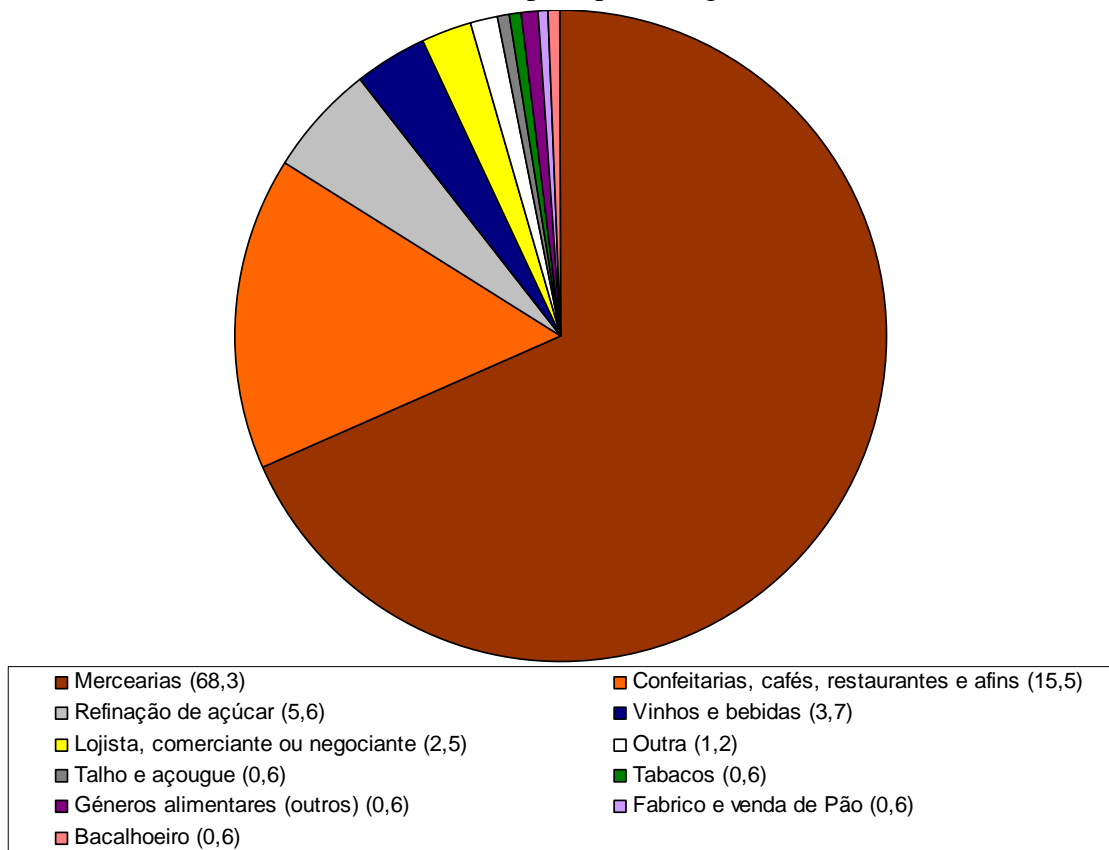
Para além disso, é muito provável que a subida do número de sócios estivesse relacionada com a própria conjuntura, pois a atitude mais interventiva da ACLL parecia ser motivada pela relevância de um conjunto de problemas que agora começavam a preocupar os lojistas. Entre eles, é preciso destacar as tentativas da CML de aumentar o valor das licenças de comércio e indústria, que se mantinham inalteradas desde 1873 e que foram modificadas em 1886. A edilidade pretendia um aumento de 50% nas taxas a pagar e a pronta intervenção da Associação conseguiu diminuir essa subida a uns meros 2,5% (quadro 1). Ao mesmo tempo, é nestes anos que começam a surgir os primeiros relatos sobre os aumentos das rendas das lojas, factor essencial para a manutenção do negócio e ao qual os corpos gerentes começaram igualmente a dar mais atenção⁵⁵². As duas questões poderão ter tornado mais claro o papel e a importância do associativismo para a defesa dos interesses dos lojistas e, nessa medida, ter constituído um incentivo à sua inscrição na ACLL.

A acompanhar esta nova dinâmica estava a ocorrer uma outra mudança, simultaneamente quantitativa e qualitativa, traduzida numa cada vez mais abrangente diversidade nos tipos de lojistas que agora eram propostos e aceites no seio da Associação. A partir desta altura, antes mesmo da mudança definitiva do artigo 3º dos estatutos, ocorrida em 1890, os relatórios anuais destacavam que o número de sócios estava finalmente a dar mostras de querer crescer de forma significativa, devendo-se a tendência ao facto das últimas direcções terem sido “mais liberais nas admissões de

⁵⁵² Estes dois factores, enquadrados na defesa dos interesses de classe, serão analisados em pormenor na terceira parte da tese.

sócios”, como era afirmado em 1886, o que deveria agora reflectir-se na “lei orgânica” que estava então a ser reformada⁵⁵³. Desta forma, assistiu-se a um alargamento muito significativo dos ramos de negócio a partir desta altura representados nas listas de sócios da ACLL, como se verificará nos gráficos seguintes.

Gráfico 5 – Sócios da ACLL por tipo de negócio em 1873 (%)⁵⁵⁴



Nos primeiros anos, por força dos próprios estatutos onde se definiam os profissionais que podiam ser sócios, como se viu, a ACLL era formada essencialmente por lojistas que recorriam aos “pesos e medidas”. A lista de 1873 permite ficar com uma ideia muito clara de quem eram os sócios na altura e desde a fundação, podendo

⁵⁵³ ACLL, *Relatório de 1886*, p. 23.

⁵⁵⁴ Total de sócios em 1873 = 289. Sócios com informação sobre o tipo de negócio, obtida através da lista de 1878 = 161 (55,7%). Os lojistas incluídos no gráfico correspondem ao segundo total. As profissões ou tipo de negócio da loja são as indicadas na lista de 1878. ACLL, *Relatório de 1873* e *Relatório de 1878*. As cores das várias categorias são constantes em todos os gráficos a seguir apresentados sobre o “tipo de negócio”, de modo a possibilitar uma melhor identificação e comparação da posição relativa de cada uma ao longo do tempo.

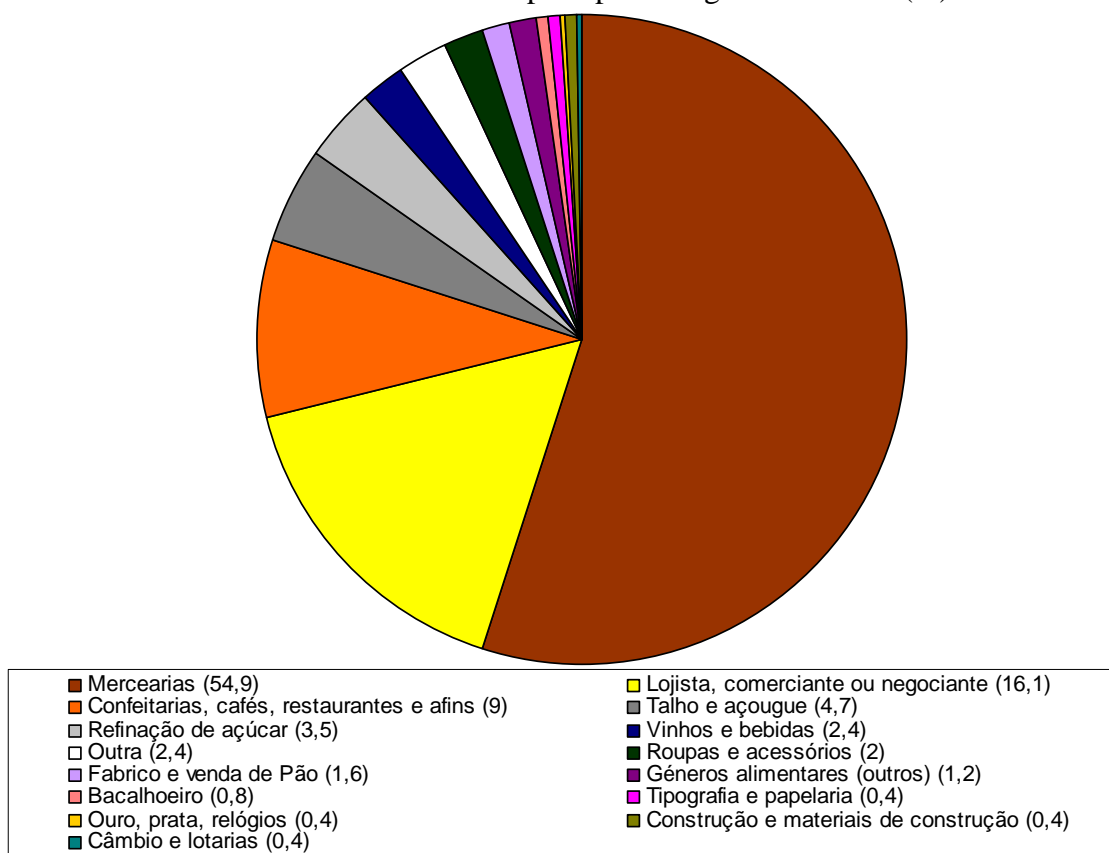
afirmar-se até que mais do que uma associação de lojistas de “balança”, como chegou a afirmar o *Jornal do Comércio*, a ACLL dos primeiros tempos era uma associação de merceeiros (gráfico 5).

Efectivamente, os donos de mercearias destacaram-se continuamente durante os primeiros 15 anos, representando quase sempre mais de 2/3 do total de sócios. Seguiam-se depois os confeitores, categoria onde foram incluídos os donos de lojas de chá, constituindo quase 16% dos sócios. Nestas duas áreas encontravam-se também os principais dirigentes associativos do período entre 1870 e 1885. Tomás Antunes de Mendonça, José Pinheiro de Melo ou Augusto José Coimbra, por exemplo, eram merceeiros. Carlos Augusto Tibau era dono de uma loja de chá e João Marques da Costa era confeiteiro. Ainda significativa era a presença da indústria de refinação de açúcar e a venda de vinhos e bebidas, nesta altura, representada em exclusivo por donos de armazéns de venda de vinho.

Um último destaque para a categoria genérica de “lojista, comerciante ou negociante”, à época pouco significativa em número, apenas 2 comerciantes e 2 negociantes, mas que talvez pelo simbolismo do poder económico que representavam acabaram por se realçar na vida associativa. O melhor exemplo disso é o da escolha dos membros da primeira “comissão instaladora”, em 1870, quando foram eleitos dois negociantes, “o rico capitalista e negociante desta praça o sr. António José Marques Leal, ex-camarista de Lisboa, para presidente; e para vice-presidente o honrado e hábil negociante o sr. Luís Manuel da Costa, antigo sócio do sr. Leal”, mantendo-se este último como presidente da assembleia-geral até 1885⁵⁵⁵.

⁵⁵⁵ De referir, contudo, que António José Marques Leal não ocupou qualquer outro cargo, sendo até duvidoso que tenha efectivamente tomado posse na referida comissão, pois esta informação do *Diário de Notícias* (n.º 1501, 11 de Janeiro de 1870), aliás repetida no *Jornal do Comércio* (n.º 4861, 11 de Janeiro de 1870) e no *Diário Popular* (n.º 1175, 11 de Janeiro de 1870), não é confirmada por nenhuma documentação produzida pela própria ACLL, nomeadamente, os relatórios anuais e as actas da direcção.

Gráfico 6 – Sócios da ACLL por tipo de negócio em 1885 (%)⁵⁵⁶



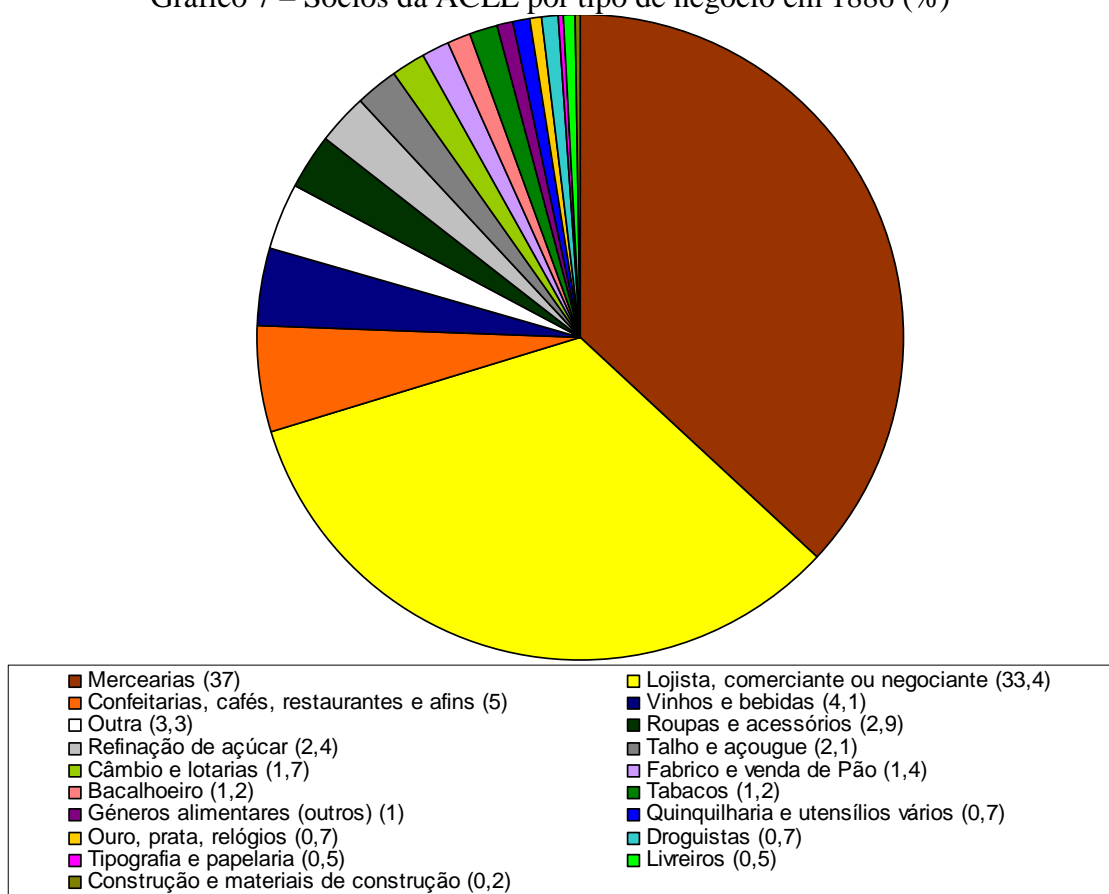
Contudo, tal como era afirmado no relatório de 1886, a composição socioprofissional da ACLL estava a ser alterada em virtude de uma nova atitude das direcções. Se em 1880 os merceeiros ainda eram quase 65% e os confeitários 12%, ao chegar a 1885 o padrão dos primeiros anos estava já a sofrer transformações (gráfico 6). É certo que os merceeiros continuavam a representar a maioria e os donos de confeitarias e lojas de chá eram ainda quase um décimo dos sócios, mas não só a segunda categoria mais representativa era já a dos “lojistas, comerciantes ou negociantes”, como estavam a entrar outros para além das categorias inicialmente definidas nos estatutos. Foi o caso do relojoeiro Libânio José Santos Costa, da firma de

O relatório de 1870, por exemplo, aponta Luís Manuel da Costa já como presidente da mesa da assembleia-geral e nunca refere o nome de Marques Leal.

⁵⁵⁶ Total de sócios em 1885 = 255. Sócios com informação sobre o tipo de negócio = 255 (100%). ACLL, *Relatório de 1885*.

papelaria José Lima Neto & C.^a, entrados em 1884, ou do já mencionado Casimiro Rodrigues Valente, cambista na rua da Boa Vista, freguesia de S. Paulo. Naquele ano entraram também três “industriais” e dois “capelistas”, entre outros ramos de negócio que agora eram mais diversificados. Igualmente significativo, apesar de ter recuado em percentagem do total, foi o aumento do número de “salsicheiros”, da categoria “talho e açougue”.

Gráfico 7 – Sócios da ACLL por tipo de negócio em 1886 (%)⁵⁵⁷



Porém, a mudança radical ocorreu em 1886, acompanhando as alterações já referidas ao nível dos corpos gerentes e o maior dinamismo associativo. O gráfico 7 mostra, pela primeira vez, a classe dos merceeiros a perder a maioria nas listas de

⁵⁵⁷ Total de sócios em 1886 = 419. Sócios com informação sobre o tipo de negócio = 419 (100%). ACLL, *Relatório de 1886*.

sócios, correspondendo agora a pouco mais de um terço do total, posição muito próxima da que então passou a ser ocupada pela categoria dos “lojistas, comerciantes e negociantes”.

É necessário, contudo, chamar a atenção para dois aspectos importantes na leitura e interpretação desta representação gráfica. Primeiro, é preciso ter em conta que a nova disposição relativa das várias classes de lojas não significou uma quebra no número efectivo de merceeiros. Eram 140 em 1885, subiram a 155 no ano seguinte. Mesmo ao nível das confeitarias e afins não se pode falar em abandono da associação. Em 1885 existiam 23 lojas nesta categoria, em 1886 são apenas menos 2. Mas o ano de 1886, como já foi observado, ficou marcado, como o ficaram os anos seguintes, até 1890/1891, essencialmente, por grandes volumes de entrada de novos sócios. A passagem entre os dois anos representados nos gráficos 7 e 8 significou uma quase duplicação do número de lojas com que a ACLL então passou a contar (gráfico 4).

Como é óbvio, pelos exemplos dados atrás, pela própria observação das categorias e da sua quantidade em ambos os gráficos e, mesmo, pelo destaque que a categoria “outra” passou a ter – contando agora com dez industriais, dois donos de depósitos de produtos variados e, até, um “solicitador” – esta mudança ficou a dever-se, sem dúvida, a uma maior abertura da ACLL ao conjunto do corpo comercial da cidade, colocando então em prática aquela que tinha sido a ideia original da comissão de estatutos saída da reunião fundadora, em Janeiro de 1870: a criação de “uma associação de lojas no sentido genérico”.

Genérica era também a classificação profissional dada a cerca de 1/3 dos sócios, sendo esta a segunda nota ao gráfico 7. A maioria, 103, surgiam nas listas como “comerciantes”, um termo relativamente vago que podia abarcar desde um fanteiro ou

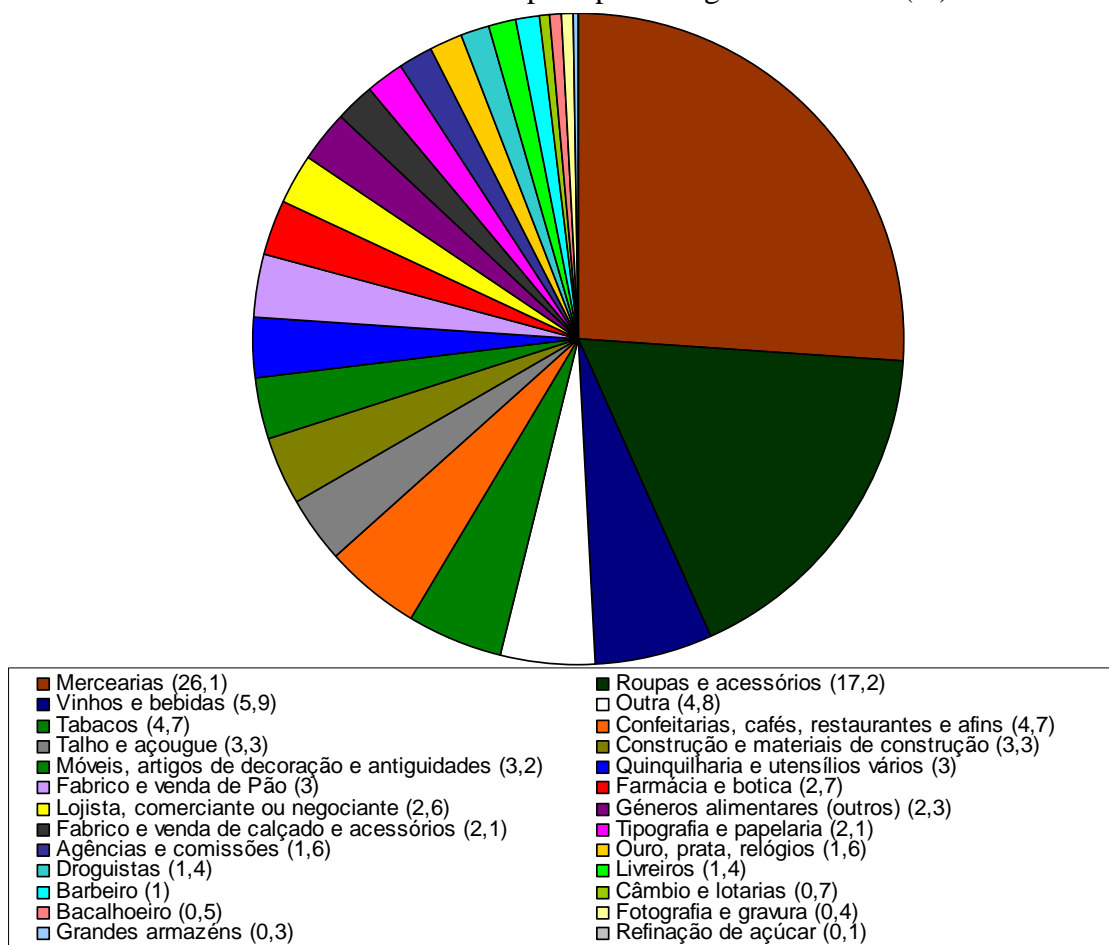
um retroseiro, ao dono de um talho ou um merceeiro, entre outros⁵⁵⁸. Nove eram dados simplesmente como “lojistas”, onde se incluíam, por exemplo, Augusto Vitorino Borges, dono de uma loja de ferragens, ou Quirino Gil Carneiro, merceeiro e um dos sócios mais activos no período pós-*Ultimatum*. Os restantes 28 eram “negociantes” e também aqui havia alguma variedade, embora em menor grau, sendo possível encontrar desde merceeiros, uma vez mais, a um dono de restaurante ou ainda verdadeiros homens de negócios, como José Adolfo de Mello e Sousa que, em 1885, tinha ficado como “herdeiro e chefe da casa comercial de seu tio”, negociante com interesses no Brasil, tendo pouco depois feito parte da direcção da companhia de seguros *Fidelidade* e do Banco Comercial de Lisboa. Desde o final daquele ano que pertencia à Associação Comercial de Lisboa, da qual foi director em várias gerências, tendo ingressado como sócio da ACLL em 1886⁵⁵⁹.

Destacou-se este aspecto porque a excessiva simplificação da fonte, o registo dos sócios, talvez resultado do rápido desenvolvimento observado nestes anos, esconde o aspecto que efectivamente deve ser realçado na transição de 1885 para 1886 e que está já bem visível no gráfico relativo a 1894: a maior diversidade de lojistas, o maior número de “classes”, como os próprios lojistas gostavam de se lhes referir, que passaram então a fazer parte das listas de sócios da ACLL, tornando-a cada vez mais representativa, uma espécie de microcosmos do que era a pequena burguesia comercial de Lisboa (gráfico 8).

⁵⁵⁸ Estes exemplos e alguns dos seguintes foram obtidos através da comparação das listagens de sócios de 1886 com as de 1894, muito mais pormenorizadas na descrição da categoria profissional ou do ramo de negócio a que se dedicavam os sócios.

⁵⁵⁹ *Commercio e Industria, folha illustrada com retratos e biographias*, n.º 169, Lisboa, 1904.

Gráfico 8 – Sócios da ACLL por tipo de negócio em 1894 (%)⁵⁶⁰



A década de 1890 começou com a ACLL a ultrapassar, pela primeira vez, o milhar de sócios, num ritmo de expansão muito elevado que vinha de 1886 e se prolongou até 1891 (gráfico 4). As subidas registadas nos dois últimos anos, em parte, podem ter derivado da dinâmica que vinha já de meados da década anterior, mas estarão essencialmente relacionadas com outros factores que, a partir de 1890, vão ser cruciais na moldagem do associativismo entre os lojistas e na elaboração da sua auto-imagem, aquela visão tripartida atrás enunciada, de lojistas, contribuintes e cidadãos. O facto de estes anos não corresponderem, de todo, a tempos de acalmia política ou de acalmia de reformas e de agora os lojistas efectivamente sentirem, ao contrário de 1882, que havia

⁵⁶⁰ Total de sócios em 1894 = 1299. Sócios com informação sobre o tipo de negócio = 728 (56%). Os lojistas incluídos no gráfico correspondem ao segundo total. ACLL, *Livro de matrícula dos sócios (1894 a 1918)*.

“motivos pelos quais poderiam ser incomodados”⁵⁶¹, explicam as subidas muito significativas do número de sócios em 1890 e 1891.

De facto, os anos de começo da última década de oitocentos foram recheados de polémicas que se revelaram essenciais na definição do papel da Associação na defesa dos chamados “interesses de classe”, entendidos como um programa de acção relativamente simplificado, mas suficientemente abrangente para retirar da “indiferença” os lojistas e os fazer acorrer às assembleias-gerais. Por um lado, as tentativas dos poderes central e local de aumentar a capacidade reguladora sobre o pequeno comércio, de que pode ser um exemplo a vaga de inspecções sanitárias às mercearias e outros estabelecimentos, entre Junho e Julho de 1890, na sequência de uma epidemia de cólera⁵⁶², bem como as, reais ou empoladas, consequências para o comércio dos fenómenos de concentração industrial ou económica, dos sempre odiados “monopólios”, como o que efectivamente foi criado pela sociedade Companhias Reunidas de Electricidade e Gás de Lisboa, fundada em 1891, podem ser encarados como dois desses momentos que potenciaram a criação da imagem do pequeno comerciante como um indivíduo para quem a independência e livre-concorrência eram valores a destacar.

Por outro lado, os primeiros sinais da crise financeira e as consequências da mesma, com a imposição de medidas fiscais de recurso em 1890⁵⁶³, ou a chamada “crise dos trocos” de 1891, possibilitaram à ACLL passar a centrar uma boa parte da sua acção nas críticas e protestos aos impostos, realçando e por vezes mesmo exacerbando o papel

⁵⁶¹ ACLL, *Actas da Direcção, 1881-1889*, acta n.º 114, 5 de Abril de 1882.

⁵⁶² *O Século*, n.º 3009, 24 de Junho de 1890, *O Século*, n.º 3014, 29 de Junho de 1890 e RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 184.

⁵⁶³ No dia 11 de Julho de 1890 o projecto do adicional de 6% sobre os impostos foi aprovado “por 87 votos contra 32.” Os votos contra foram dos progressistas, dos republicanos e de Augusto Fuschini. Cf. *DCD*, sessão de 11-07-1890, p. 1163 e *O Século*, n.º 3027, 12 de Julho de 1890.

dos lojistas como contribuintes, importantes para a sociedade e para o Estado pelo seu número e pela sua função de intermediários na economia.

Por fim, os impulsos patrióticos gerados pelo *Ultimatum* de Janeiro de 1890, pelo Tratado Anglo-luso de Agosto do mesmo ano e pelo *modus-vivendi* de Novembro, momentos em que a ACLL se destacou, tanto pela pronta e rápida intervenção, como pelo carácter mais radical do seu discurso, como se terá oportunidade de verificar, possibilitaram uma maior visibilidade pública e política para a ACLL ao mesmo tempo que lhe permitiram focar-se num terceiro aspecto da dinâmica de elevação do lojista ao papel que, de acordo com a Associação, lhe cabia na sociedade, a sua dimensão de cidadão activo.

Contudo, após esta fase de subidas fulgurantes do número de sócios, os anos seguintes assistem a uma inversão da tendência, com a lista de sócios a contrair-se de forma gradual até 1894 e a ficar fortemente desfalcada logo no ano imediato, em parte, devido à crise que afectou o pequeno comércio lisboeta nesta altura, como se verificou na primeira parte da tese, em parte, devido ao facto da ACLL não se ter conseguido legalizar, não ter os seus estatutos aprovados (gráfico 4). Apesar disso, o período entre o ano do *Ultimatum* e o da dissolução da ACLL, pela dinâmica de protesto e visibilidade do associativismo dos lojistas, deve ser considerado como um momento particular, para mais se se observar que a partir de 1890, tal como foi expressamente referido em reunião da direcção, o número de sócios se manteve sempre acima dos “mil e duzentos”,⁵⁶⁴.

A lista de sócios do ano de 1894 é, ao mesmo tempo, a confirmação de uma outra tendência, esta iniciada em 1886, a da consolidação de uma associação que também pela diversidade de “classes” que incluía – 27 categorias que representavam já 125 tipos de

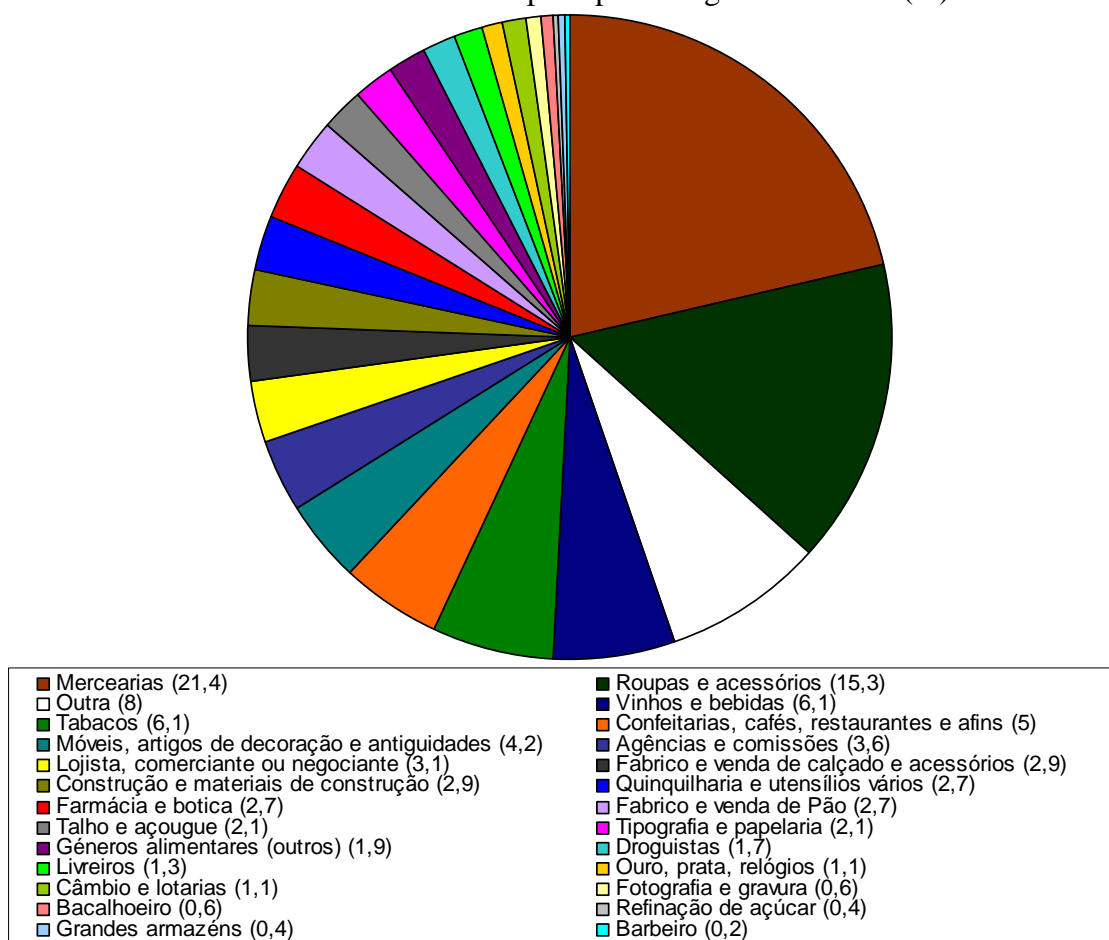
⁵⁶⁴ ACLL, *Actas da Direcção, 1889-1893*, pp. 92-93.

lojas ou lojistas, desde a gravataria à loja de solas, do oculista ao droguista, passando pelo cordoeiro ou o armazém de modas – se tornava cada vez mais representativa do pequeno comércio. Neste aspecto particular, o ano de 1894 trouxe ainda uma verdadeira novidade, as lojas de roupas e acessórios, categoria que, em termos agregados, passou a andar muito próxima da dos merceiros. As lojas de vinhos e bebidas, as tabacarias e as confeitarias (nesta fase, correspondendo mais a lojas de chá e cafés) surgem nas posições seguintes, algo que se vai manter até à entrada do novo século, como o demonstra o gráfico relativo a 1900 (gráficos 9 e 10). Porém, quando os tipos de lojas são analisados individualmente, verifica-se que os donos das mercearias continuavam a ser os elementos mais destacados, sendo a única classe a ultrapassar a centena de indivíduos, representando mais de 1/4 dos sócios em 1894 e ainda 1/5 em 1900.

A tendência de quebra iniciada em 1892 poderia ter sido interrompida se, para 1894, se levasse em conta não o total de sócios existentes em 31 de Dezembro, medida usada para todos os anos, mas sim os que se inscreveram ou reinscreveram no mês de Fevereiro. Em reacção contra a medida de dissolução imposta pelo Governo, os lojistas corresponderam em massa e o livro de matrícula registou um total de 1498 indivíduos. Uma lista que foi sem dúvida conjuntural (ao longo do ano iriam abandonar a ACLL perto de 250 lojistas), de solidariedade ou de combate, na medida em que foi formada essencialmente através do esforço da comissão instaladora para fazer “renascer das cinzas” uma associação que tinha sido, nas palavras dos pequenos comerciantes, “violentamente” dissolvida em 31 de Janeiro e que, mês e meio depois, surgia com “mais sócios do que os que contava no dia da sua dissolução”, como destacou Pinheiro de Melo na assembleia-geral onde foram aprovados os novos estatutos⁵⁶⁵.

⁵⁶⁵ *Diário de Notícias*, n.º 10138, 16 de Março de 1894; *Vanguarda*, n.º 7, 24 de Agosto de 1896 e ACLL, *Boletim*, n.º 23, Novembro de 1906, p. 82.

Gráfico 9 – Sócios da ACLL por tipo de negócio em 1900 (%)⁵⁶⁶



Após a retracção registada entre 1895 e 1900, com a média a descer de mais de 1300 ao ano, para perto do milhar (quadro 7) – nunca será de mais destacar que também neste caso existe uma coincidência com a tendência geral do número de lojistas de Lisboa – o início do novo século vai assistir a uma recuperação, ainda que pouco acentuada do número de sócios. Terão contribuído para isso, em parte, o retomar da publicação do *Boletim*, com a maior visibilidade que trazia às iniciativas da ACLL e por representar um serviço prestado aos lojistas que não pode ser negligenciado, mas também duas vertentes da actividade associativa que a partir de 1901 se vão destacar. A

⁵⁶⁶ Total de sócios em 1900 = 900. Sócios com informação sobre o tipo de negócio = 524 (58,2%). Os lojistas incluídos no gráfico correspondem ao segundo total. ACLL, *Livro de matrícula dos sócios (1894 a 1918)*.

primeira prende-se com a contestação às alterações fiscais, propostas a um ritmo anual pelo governo Regenerador (no poder desde Junho de 1900) e, com igual ritmo, alvo de reclamações e protestos de forma concertada pelas três associações entretanto restauradas, onde se incluía a ACLL⁵⁶⁷. A segunda passa por uma clara aproximação entre a propaganda de cariz republicano e aquilo que os corpos gerentes consideravam ser um serviço de “interesse público”, nomeadamente, a cedência das suas salas para conferências, palestras e reuniões ligadas ao republicanismo, ao livre-pensamento e ao anti-clericalismo, bastante frequentes a partir de 1901, como se terá oportunidade de observar.

Neste período, os anos de 1906 e 1907 foram já de franca recuperação, atingindo a Associação os valores médios de sócios que a tinham caracterizado no início da década de 1890. É evidente, mais uma vez, a coincidência desta progressão numérica nas listas de sócios e o momento político conturbado que representou o governo de João Franco, durante o qual a ACLL acabaria por se transformar em autêntico grupo de oposição política.

Contudo, os últimos anos da Monarquia vão ser cruciais, em particular, o ano de 1908, para catapultar a ACLL para aquela posição de “força”, para o estatuto de “potência” associativa e reivindicativa que os corpos gerentes de 1888, pela voz de Sebastião Correia Saraiva Lima, ambicionavam⁵⁶⁸. Efectivamente, o gráfico da evolução do número de sócios regista valores verdadeiramente extraordinários nas últimas três colunas, tendo em conta o que tinha sido a média dos últimos anos (gráfico 4). O volume anual de sócios praticamente duplicou, ultrapassando a barreira dos dois mil (quadro 7).

⁵⁶⁷ RAMOS, Rui, *João Franco e o fracasso do reformismo liberal (1884-1908)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001, pp. 112-113.

⁵⁶⁸ ACLL, *Boletim*, n.º 1, Janeiro de 1888, pp. 2-3.

O que justificou este crescimento rápido e fulgurante em 1908? Estava a vida comercial de Lisboa a ser afectada por alguma medida camarária que restringisse a tão apreciada “liberdade de comércio”, como aconteceu em 1872 ou em 1884, com o caso das licenças de estabelecimentos? Estava projectada alguma reforma fiscal por parte do Governo que impulsionasse os lojistas para o protesto, como aconteceu em 1893-1894? Estavam os interesses dos lojistas a ser afectados por um novo “monopólio”, como em 1891, com o aumento do preço do gás? Não, desta feita, os lojistas de Lisboa não estavam a “encarar os interesses da sua classe através de um critério tacanho de *casta ou seita*”, não eram problemas e questões específicas do mundo da pequena loja que os mobilizava e os unia, e sim a noção – construída paulatinamente desde meados da década de 1890 e amplificada, ao longo do primeiro decénio do século XX, pela crescente propaganda republicana realizada, inclusive, nas próprias salas da sede da ACLL – de que havia uma “necessária” relação entre “a *liberdade política* e o *progresso comercial*” e que era à “*opressão* [ao conservadorismo, à Monarquia] e não à *liberdade* [ao progresso, à República]” que uma “classe das tais *que têm que perder*, na frase de João Franco”, deveria assacar responsabilidades pela suposta “crise” vivida pelo pequeno comércio⁵⁶⁹.

O que os tinha unido, o que tinha feito os lojistas de Lisboa acorrerem à ACLL, na segunda metade de 1908, tinha sido a defesa que esta tinha empreendido em favor de um seu associado. Uma defesa que misturava precisamente aquelas duas ideias, liberdade política e progresso comercial, pois à “imponente” assembleia-geral realizada a 23 de Agosto, se importava o facto de Heitor Ferreira (o armeiro acusado de falsas declarações na investigação sobre as armas usadas no regicídio de 1 de Fevereiro) ter visto os seus livros comerciais apreendidos e o seu negócio fechado, incomodava muito

⁵⁶⁹ *O Mundo*, n.º 2812, 3 de Setembro de 1908; *Vanguarda*, n.º 4183, 4 de Setembro de 1908 e ACLL, *Boletim*, n.º 47, Novembro de 1908, p. 86-87.

mais que estes actos, obviamente, considerados persecutórios pela tendência maioritariamente republicana dos lojistas reunidos, tivessem uma influência perturbadora na vida comercial, pelo clima de insegurança que, na sua opinião, despoletavam e pela, consequente, instabilidade nos negócios que geravam⁵⁷⁰.

É óbvio que a demagogia republicana andou à solta em tudo o que se disse e fez em relação à prisão de Heitor Ferreira, mas o que é certo é que quando os corpos gerentes da ACLL perderam de vez toda a espécie de constrangimentos e se soltaram até de um discurso de relativa independência que sempre fizeram questão de patentear e abraçaram finalmente, sem ambiguidades, o seu comprometimento político com o campo da “liberdade”, do republicanismo, pois de outra forma não pode ser entendida a acção da Associação em toda a questão, as propostas para sócios, literalmente, consumiram os seus funcionários, de modo que a direcção se viu obrigada a votar uma gratificação extraordinária ao escriturário “pelo excesso de trabalho”⁵⁷¹. Esta tomada de posição, que continha o seu grau de radicalismo, não foi suficiente para assustar os membros de uma classe onde o ideal da República estava já profundamente enraizado e levá-los a um abandono da Associação.

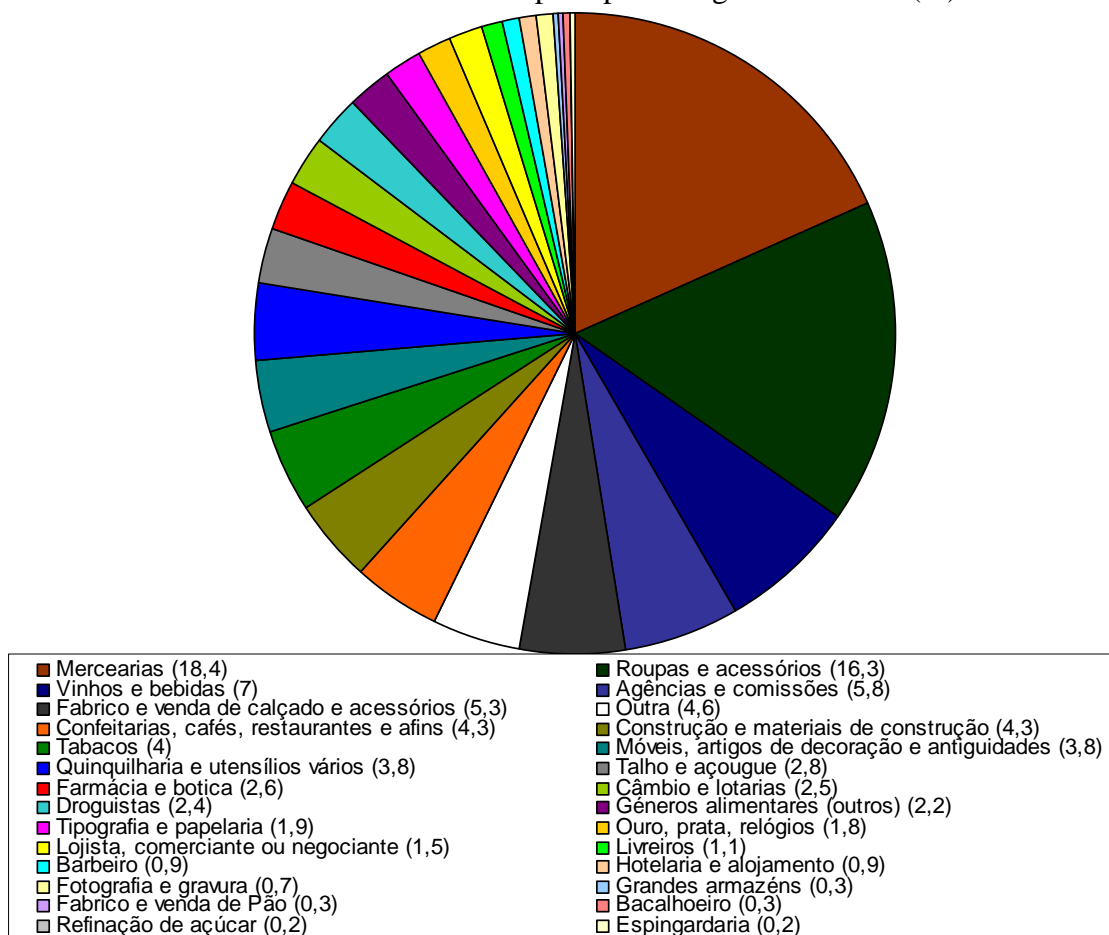
Efectivamente, entre Agosto e Dezembro de 1908 saíram, por diversos motivos, 57 sócios, sendo que apenas 32 o fizeram com a indicação, mesmo assim muito genérica, de terem “desistido”. Em percentagem do total de sócios existentes, este valor não era muito elevado, nem substancialmente diferente do que acontecia todos os anos. Contudo, verdadeiramente avassalador foi o número de lojistas inscritos como sócios exactamente nos mesmos meses: 710 foram os lojistas que a associação teve de inscrever no seu livro de matrícula em apenas 5 meses, cerca de 35% do total de sócios

⁵⁷⁰ Veja-se o aviso convocatório da reunião (*O Mundo*, n.º 2801, 23 de Agosto de 1908) e as descrições sobre a mesma na imprensa (*O Mundo*, n.º 2802, 24 de Agosto de 1908; *Vanguarda*, n.º 4172, 24 de Agosto de 1908 e *Portugal*, n.º 479, 25 de Agosto de 1908) e no *Boletim* (n.º 44, Agosto de 1908, pp. 63-66).

⁵⁷¹ ACLL, *Actas da Direcção, 1906-1912*, acta n.º 209, 7 de Setembro de 1908.

apurado no final de 1908, ou cerca de 54% do total dos que constavam das listas da ACLL em 31 de Dezembro de 1907⁵⁷²!

Gráfico 10 – Sócios da ACLL por tipo de negócio em 1910 (%)⁵⁷³



Esta verdadeira revolução nas listas de sócios, se por um lado pode ser elucidativa sobre o posicionamento político dos lojistas de Lisboa, representou, por outro, um momento privilegiado de propaganda associativa, uma maior visibilidade potenciada por um forte pendor polémico resultante da questão das armas do regicídio de 1 de Fevereiro de 1908, uma oportunidade para a Associação dos Lojistas conquistar, simbolicamente, aquela que, por diversas vezes, considerou como a sua principal

⁵⁷² ACLL, *Livro de matrícula dos sócios (1894 a 1918)*.

⁵⁷³ Total de sócios em 1910 = 2184. Sócios com informação sobre o tipo de negócio = 1942 (88,9%). Os lojistas incluídos no gráfico correspondem ao segundo total. ACLL, *Livro de matrícula dos sócios (1894 a 1918)*.

“arma”, uma numerosa lista de sócios que permitisse, pela sua maior representatividade, colocar em prática o desejo formulado no já longínquo ano de 1893: tinha chegado a altura em que, no confronto com os poderes económicos e políticos, a Associação “não pedirá, impor-se-á”!⁵⁷⁴

Se quantitativamente a ACLL era agora uma outra “força”, em termos qualitativos esse aumento pouco ou nada acrescentou à distribuição dos sócios por profissões. Mantiveram-se as posições relativas das três “classes” mais representadas, as mercearias, as lojas de roupas e acessórios e as de vinhos e bebidas, que vinham já da lista de 1894, e reforçaram as suas posições as agências comerciais e os lojistas que se dedicavam ao fabrico e venda de calçado e respectivos acessórios (gráfico 10). As únicas novidades foram a inclusão do ramo de hotelaria e alojamento, bem como das espingardarias⁵⁷⁵. A título de curiosidade, refira-se que Gonçalo Heitor Ferreira, por exemplo, se tornou sócio da ACLL em Fevereiro de 1904.

O que efectivamente se reforçou e significativamente foi o factor representatividade e neste ponto vale a pena começar por destacar que em 1890 a lista de sócios da ACLL comportava já cerca de 12 a 16% do total de lojistas da altura⁵⁷⁶. Contudo, na viragem do século assistiu-se a um afrouxar da mobilização dos lojistas relativamente ao associativismo, descendo aquela percentagem para valores na casa dos 9 a 11%, para o que terá contribuído, como já se observou, o facto da Associação ter estado três anos à espera da aprovação dos seus estatutos, com a consequente diminuição da capacidade de intervenção na esfera pública e, logo, de atracção no seio

⁵⁷⁴ ACLL, *Relatório e Contas...*1892, p. 10 e ACLL, *Boletim*, n.º 70, Setembro de 1893, p. 8.

⁵⁷⁵ Em relação às espingardarias nada se pode adiantar, mas em relação aos donos dos hotéis, a sua tardia inclusão nas listas de sócios da ACLL não será de estranhar tendo em conta o que aconteceu, por exemplo, em Milão, onde os lojistas só a partir dos inícios do século XX começaram a identificar-se com os indivíduos oriundos daquele tipo de negócio. Cf. MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan...*, p. 262.

⁵⁷⁶ O intervalo apresentado está relacionado com a medida de comparação. Neste caso, foi utilizado o total de sócios declarados em 1890 comparado, respectivamente, com o total de lojistas da cidade estimados através das licenças (o que deu uma percentagem de 11,6%) e com o total indicado nas listas do *Anuário* (15,9%).

do corpo comercial da cidade. Contudo, o momento político e polémico de 1908 foi responsável pela recuperação deste factor quantitativo de representatividade, pertencendo à ACLL, no último ano da Monarquia, cerca de 20% do total de lojistas então existentes em Lisboa⁵⁷⁷.

As percentagens encontradas na comparação entre o número de sócios e o total de lojistas de Lisboa não ficam nada a dever às que, por exemplo, Luís Aguiar Santos encontrou em relação à ACL, para meados da década de 1890. Por esta altura, “a percentagem de representação” no que o autor define como o “universo de sócios potenciais de Lisboa pela Associação Comercial é de 15,52%”. De acordo com estes cálculos, igualmente baseados na “estatística da contribuição industrial”, o que facilita a comparação com os dados dos lojistas, Luís Aguiar Santos aponta o que considera um factor de representatividade da ACL, uma vez que mesmo os indivíduos que não estavam associados “viam na Associação a sua representante.” No fundo, a diversidade e quantidade de interesses representados nas listas de sócios da ACL tornavam a sua voz e o seu discurso uma boa amostra do que seriam a voz e o discurso da totalidade dos “sócios potenciais”. Essa perspectiva parece estar presente também na estrutura interna dos sócios da ACLL, tanto ao nível do número, como do tipo de lojas que eram abrangidas, fazendo com que, a partir de 1890, muito provavelmente, falar da Associação dos Lojistas, das suas lutas, dos seus interesses, das suas posições, seja falar das lutas, interesses e posições de uma parte muito significativa dos homens do pequeno comércio de Lisboa.

Esta perspectiva pode ainda ser reforçada pela comparação com o estrangeiro, nomeadamente, com Milão onde, em 1888, a Associação de Lojistas local reclamava a representação de cerca de 1500 indivíduos. Rondando o total de lojistas da cidade, na

⁵⁷⁷ No caso da comparação com os valores registados no *Anuário Estatístico de 1815*, a percentagem é de 20,4%. Ao comparar com o número de lojistas que é possível estimar a partir das licenças camarárias, a percentagem de sócios é de 19,3%.

mesma data, os 10700, verifica-se que a congénere italiana da ACLL representava na altura cerca de 14% do total do corpo comercial, valor que está dentro dos limites apurados para Lisboa, em 1890. Alguns anos mais tarde, em 1899, juntando todas as associações do pequeno comércio milanesas o total de sócios rondaria os 5000, representando então 35% do total de lojistas existentes em 1901⁵⁷⁸. Tendo em conta que na cidade de Lisboa existiam outras associações que, em parte, faziam concorrência com a ACLL na mobilização dos lojistas, o valor encontrado para Milão não retira validade ao facto dos 20% de lojistas abrangidos pela Associação chefiada por Pinheiro de Melo poderem ser considerados uma parte muito fidedigna do todo, uma população muito representativa do universo, recorrendo a uma linguagem mais sociológica.

É interessante, ainda, observar a tendência na evolução da distribuição geográfica dos sócios da ACLL ao longo do tempo. Antes de a apresentar, refira-se que os três momentos escolhidos para a análise desta questão são relativamente diferentes entre si, em especial 1873, por comparação com 1894 e 1910. No primeiro ano, não só o número de sócios observado é muito inferior, como as informações de base resultam de uma fonte indirecta (as moradas dos sócios em 1878). É preciso indicar também que a distribuição de 1873 respeitava, no fundo, o que era o concelho de Lisboa nessa data, de Alcântara a S. Engrácia e da Praça do Comércio a S. Sebastião da Pedreira, e que as de 1894 e 1910 se enquadram no período subsequente à expansão administrativa da capital, levada a cabo em 1885-1886.

Para além disso, tal como para a caracterização profissional, na análise geográfica era possível ter apresentado mais mapas, entre 1878 e 1886, e de 1894 em diante, mas não só o padrão atrás esboçado não registou alterações significativas, como a sua

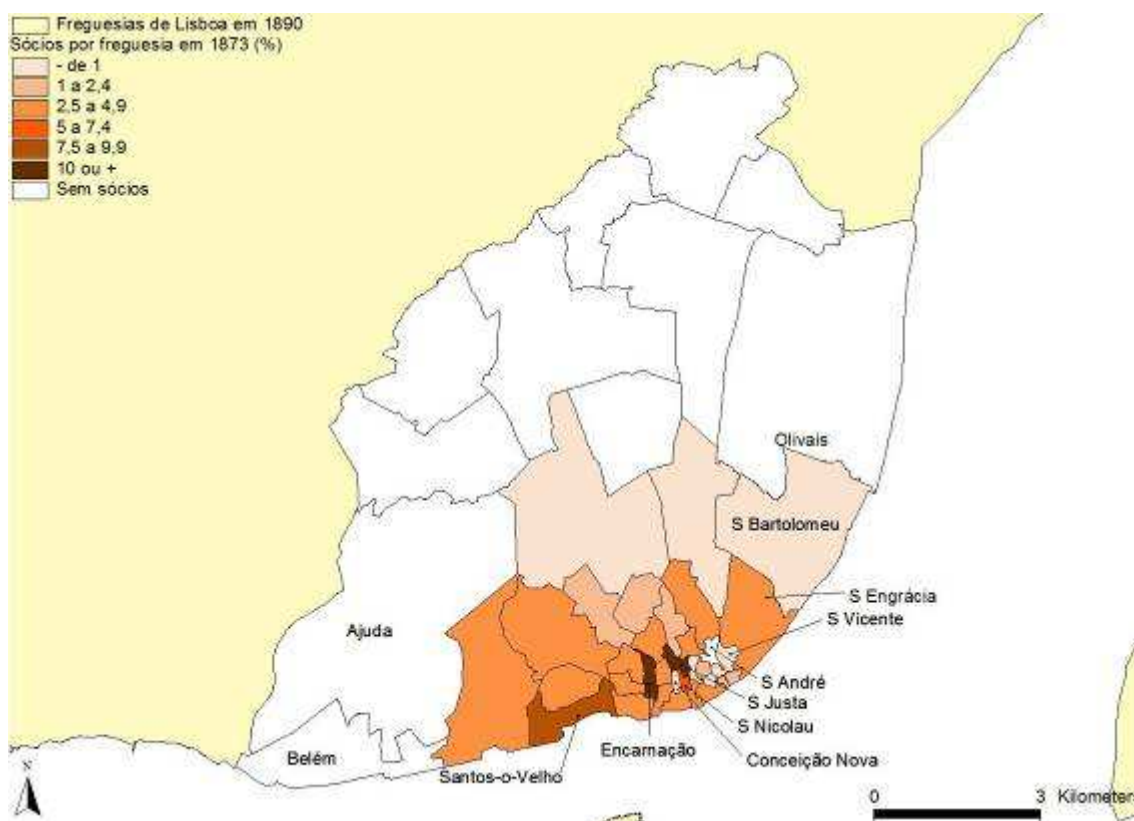
⁵⁷⁸ MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan...*, pp. 33 (valores totais de lojistas aproximados, de acordo com a leitura do gráfico apresentado pelo autor), 105 e 126.

apresentação acabaria por trazer dificuldades acrescidas na leitura e interpretação dos dados. Assim, procurando não descurar o rigor necessário à abordagem da questão, optou-se por uma simplificação, recorrendo a esses três momentos que podem ser considerados essenciais para compreender a evolução da “força” associativa dos lojistas e das implicações que a mesma acarretou: a fase da evolução hesitante no número de sócios, entre a fundação e o ano de 1885; a fase da primeira grande afirmação, culminando em 1894; por fim, a época de apogeu que coincide com a fase final da Monarquia.

Com estes reparos em mente observa-se que, apesar do associativismo do pequeno comércio tender paulatinamente a abranger todas as freguesias da cidade – em 1910, só a Ameixoeira e Carnide é que não tinham lojistas inscritos na ACLL⁵⁷⁹ – é relativamente evidente um padrão de maior concentração dos sócios em determinadas zonas ou freguesias à medida que se avança no tempo. Em 1873, os sócios concentravam-se especialmente nas freguesias de S. Justa, Encarnação, Santos e S. Nicolau, mas havia ainda uma mancha relativamente homogénea que abrangia a quase totalidade do concelho à época. A única excepção era a freguesia de S. André, onde a ACLL ainda não tinha recrutado sócio algum. Contudo, quando se chega a 1894 o predomínio da Baixa (S. Justa, S. Nicolau e Conceição) é já evidente, tendência que se reforçou em 1910 (mapas 9 a 11). Para isto contribuía com parece óbvio a própria distribuição geral das lojas em Lisboa, como já se destacou, mas não é de descartar também a proximidade às várias sedes da ACLL como um factor de maior atracção para a inscrição dos lojistas (mapa 11).

⁵⁷⁹ De notar que para facilidade de interpretação e para possibilitar a comparação geográfica numa base comum, se optou por utilizar em todos os mapas as freguesias de 1890, transpondo para as mesmas os dados dos respectivos anos. No caso de 1910, é preciso referir que Camarate e Sacavém já não faziam parte do concelho de Lisboa.

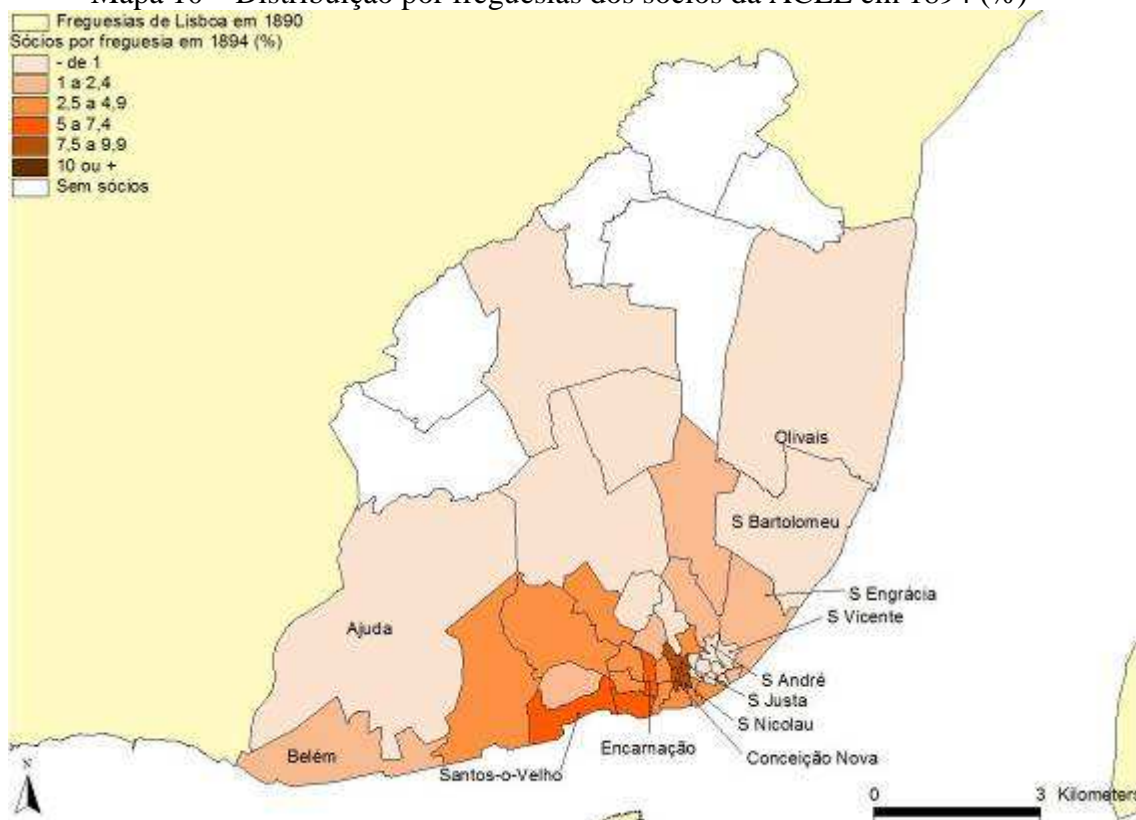
Mapa 9 – Distribuição por freguesias dos sócios da ACLL em 1873 (%)⁵⁸⁰



Na primeira parte da tese, já foi referido que havia uma natural coincidência entre as áreas de maior implantação do comércio em Lisboa (mapas 3 e 4) e aquelas onde a Associação recrutou um número de lojistas mais elevado. Convém agora analisar um pouco mais detalhadamente a questão. Comparando o mapa do número de licenças para estabelecimentos de 1893 (mapa 4), com o do número de sócios para 1894 (mapa 10) a correlação entre as duas distribuições é muito elevada, algo visível ao observar directamente os dois mapas e confirmado, também, pelo cálculo da correlação de Pearson, através do qual se obtém um coeficiente de 0,818, ou seja, uma correlação positiva e muito forte (o máximo é 1) que se traduz na prática num aumento do número de sócios à medida que se observam as freguesias com mais lojistas.

⁵⁸⁰ Total de sócios em 1873 = 289. Sócios com informação sobre a morada, obtida através da lista de 1878 = 159 (55,0%). ACLL, *Relatório de 1873* e *Relatório de 1878*.

Mapa 10 – Distribuição por freguesias dos sócios da ACLL em 1894 (%)⁵⁸¹



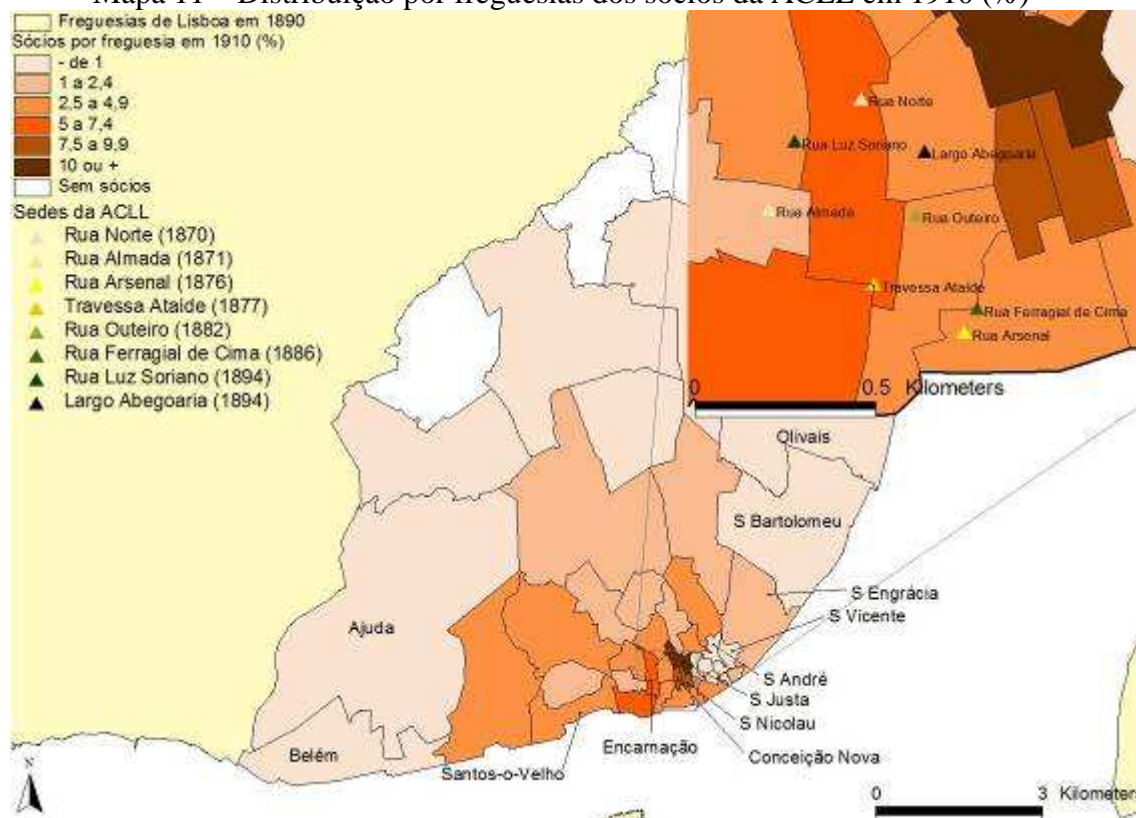
Contudo, a correlação não é perfeita e talvez mais interessante do que comparar o que parece ser uma distribuição normal e óbvia, seja verificar os desvios a esse padrão. Neste caso, destacar que a ACLL tinha uma penetração relativamente fraca nas freguesias da periferia citadina – entendendo o centro como sendo a Baixa-Chiado – em particular nas freguesias da zona oriental da cidade, nomeadamente, Olivais, S. Engrácia, S. Bartolomeu e S. Vicente, mas também no extremo ocidental de Lisboa, em Belém e na Ajuda⁵⁸². Uma justificação para isto passa, como é óbvio, pelo facto da ACLL levar já quase 20 anos de existência quando uma parte daquelas freguesias passou a integrar o concelho de Lisboa. Contudo, no que diz respeito às freguesias da zona mais oriental, a principal causa para esta fraca implantação da ACLL,

⁵⁸¹ Total de sócios em 1894 = 1299. Sócios com informação sobre a morada = 916 (70,5%). ACLL, *Livro de matrícula dos sócios (1894 a 1918)*.

⁵⁸² Não se aponta a zona norte da cidade pois nesta altura em termos demográficos e, consequentemente, em número de lojistas era ainda uma área em vias de desenvolvimento, como se observou na primeira parte.

provavelmente, estaria relacionada com a existência, a partir de 1892, de uma associação representativa dos interesses do pequeno comércio local, como era a Associação Comercial do Beato e Olivais, com quem, aliás, manteve também boas relações⁵⁸³.

Mapa 11 – Distribuição por freguesias dos sócios da ACLL em 1910 (%)⁵⁸⁴



Outro aspecto a realçar é que, do total das freguesias onde a ACLL conseguia as melhores taxas de cobertura de sócios em relação ao universo de lojistas existentes⁵⁸⁵, a maioria, 57%, sofreram os efeitos da crise dos anos 90, observando-se a tendência para a diminuição do número de lojistas entre 1887 e 1893. A imagem sai ainda reforçada se se lembrar que nas mesmas freguesias, em 1894, a ACLL conseguia quase 2/3 (c. de

⁵⁸³ ACLL, *Boletim*, n.º 57, Agosto de 1892, p. 1.

⁵⁸⁴ Total de sócios em 1910 = 2184. Sócios com informação sobre a morada = 2160 (98,9%). *Idem*.

⁵⁸⁵ Foram consideradas todas aquelas onde o número de sócios ultrapassava os 10% de lojistas, correspondendo a quase 89% do total de sócios.

63%) do total dos seus associados⁵⁸⁶. Este destaque tem alguma relevância, na medida em que é mais um factor a ter em conta na análise da agenda reivindicativa da ACLL, nomeadamente, no que diz respeito à questão do inquilinato, mas também no que se refere ao posicionamento político dos lojistas, tendo em conta que o sentimento de crise e de instabilidade poderá ter potenciado uma radicalização do discurso dos lojistas e, consequentemente, a sua aproximação ao campo republicano.

A tendência exposta pode igualmente contribuir para colocar à prova a noção de que era apenas o lojista mais pequeno e em maiores dificuldades económicas que se estava a radicalizar e a republicanizar. Tendo em conta o que se escreverá adiante sobre a evolução do discurso da ACLL e a sua progressiva colagem aos republicanos, esta tendência para um reforço da lista de sócios com gente que vinha do centro comercial da cidade, da sua zona economicamente mais dinâmica, permite enquadrar melhor, por um lado, a importância que a crise da década de 1890 teve na radicalização dos pequenos comerciantes e, por outro, perceber que na década seguinte não foram os factores económicos, ou pelo menos não o foram em exclusivo, a explicar a adesão ao republicanismo. Essa tendência política já existia, pelo menos, desde o final da década de 80, reforçou-se em definitivo nos anos seguintes e no início do século XX quando muito poder-se-á falar de um renascer, tal como “renasceu das cinzas” a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa. Os dois factores não podem ser dissociados, ou seja, não se consegue perceber a politização e evolução da ACLL sem entender que o radicalismo era já latente no seio do pequeno comércio lisboeta, mesmo do economicamente mais dinâmico ou viável, e também dificilmente se compreende a republicanização desse mesmo grupo social sem se observar o que representou a ACLL, a sua importância e a legitimidade que tinha para actuar como representante de uma

⁵⁸⁶ Estas percentagens referem-se ao total de sócios para os quais foi possível identificar a freguesia em que exerciam a sua actividade, o que para o ano de 1894 correspondia a 70,5% do total de sócios inscritos em 31 de Dezembro.

“multidão enorme de cidadãos”⁵⁸⁷, que correspondiam a pouco mais de 10% dos lojistas logo a seguir ao *Ultimatum* e a cerca de 1/5 nas vésperas do 5 de Outubro.

O reconhecimento da Associação pelo Estado e pelas suas congéneres

Para além do que já ficou dito, centrado numa explicação essencialmente quantitativa, a posição da ACLL como “legítima” representante dos interesses e das posições dos lojistas de Lisboa, como um todo, pode igualmente ser aferida por alguns indícios qualitativos. Normalmente, as suas intervenções em defesa dos sócios ou, num âmbito mais geral, em defesa dos interesses do pequeno comércio eram feitas sempre numa perspectiva voluntarista, ou seja, tinham por base a iniciativa dos corpos gerentes ou propostas de grupos de sócios. Quando se davam factos ou surgiam medidas legislativas ou regulamentares capazes de afectar, de algum modo, o “comércio dos lojistas”, eram os próprios, por sua iniciativa, que despoletavam uma intervenção, fosse através de uma “comissão de sócios” que se deslocava junto do ministério correspondente ou do governador civil, fosse pela redacção de uma representação a enviar ao rei, ao parlamento ou à CML, fosse ainda por intermédio de um protesto que se fazia chegar, por carta ou pessoalmente, às redacções dos jornais. A dinâmica reactiva que daqui decorria tornava difícil a defesa desses interesses, pois não sendo chamada, em termos oficiais, a pronunciar-se sobre os assuntos que considerava afectarem a “classe” e tendo que reafirmar constantemente a sua posição de entidade que aspirava a ser representativa do mundo dos pequenos negócios, acabava por ver mais complicada a própria posição negocial junto dos poderes públicos, fossem eles políticos ou meramente administrativos.

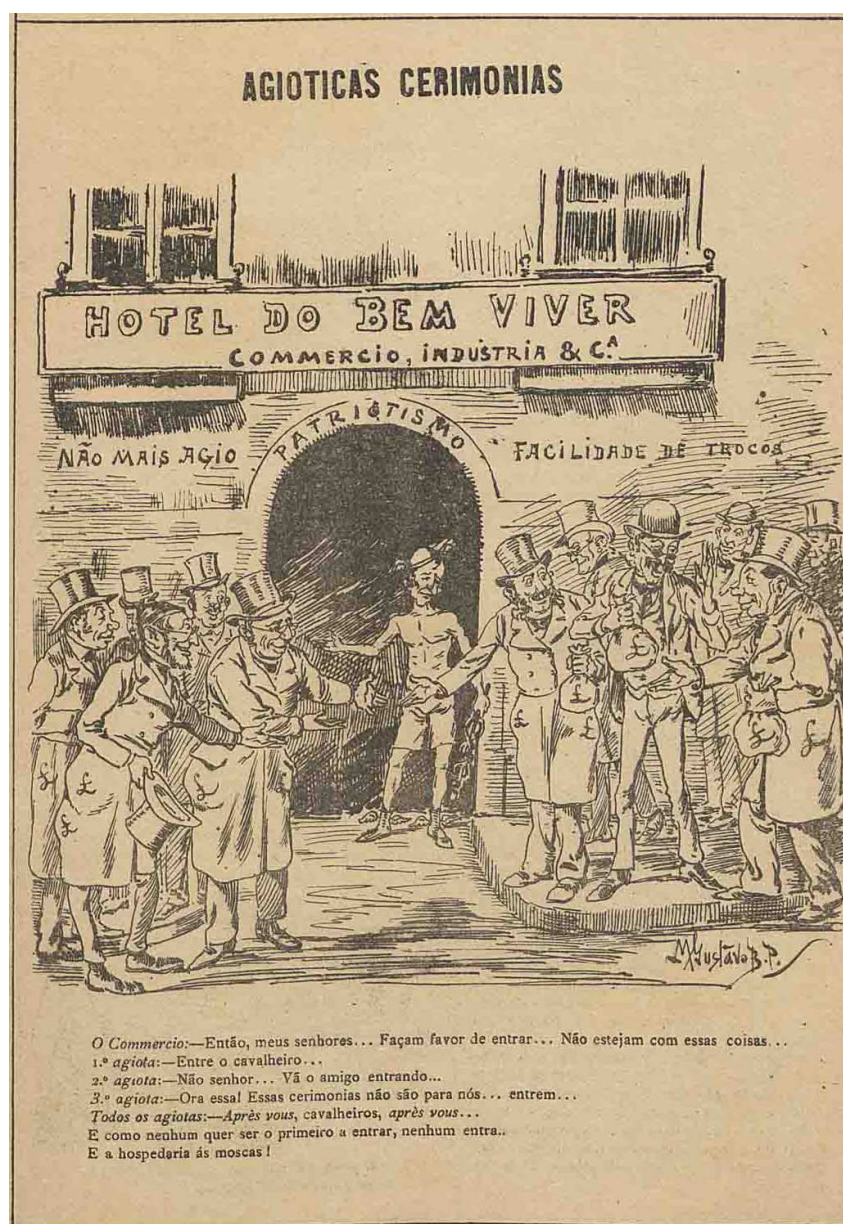
⁵⁸⁷ ACLL, *Desagravo do commercio de Lisboa...*, p. 21.

Em grande medida, o facto da Associação, pelo menos, até meados da década de 1880, ter um número de sócios relativamente restrito, tanto em número, como na diversidade das actividades constantes das listas de sócios, terá constituído certamente um óbice a esse almejado reconhecimento oficial. Contudo, as mudanças naqueles dois indicadores, iniciadas na segunda metade da referida década, acabaram por alterar a situação. Em Janeiro de 1889, partindo, significativamente, da iniciativa de um governo Progressista e, em particular, de um político que há muito se identificava ou via no pequeno comércio um apoio social e político, foram requisitados os “bons ofícios desta associação em prol dos interesses sociais”. Foi pedido que a ACLL nomeasse dois representantes seus para a comissão que ficaria encarregue de “remodelar o regulamento do serviço de selagem”, algo que “nunca se havia dado” e que mereceu, por ser “altamente lisonjeiro para esta associação” uma referência particular no relatório da direcção. A acção, despoletada pelo então ministro da Fazenda, Mariano de Carvalho, trouxe, como os próprios corpos gerentes assumiam, “o reconhecimento oficial do direito que temos, como colectividade, de sermos ouvidos em objecto de administração pública”, quando o assunto estivesse ligado aos interesses do pequeno comércio⁵⁸⁸.

Tendo em conta o ritmo de crescimento que a Associação estava a sentir havia já 3 anos e o facto dos lojistas não se sentirem representados pela ACL, o pedido de um envolvimento oficial ou o reconhecimento da sua representatividade por parte do Poder era um desenvolvimento natural numa entidade que queria cada vez mais afirmar-se como um grupo de pressão e de defesa dos interesses de uma classe numericamente importante e politicamente cada vez mais activa. Porém, os delegados eleitos pelos lojistas não chegaram sequer a tomar posse “porque tal lei e regulamento não resistiram

⁵⁸⁸ ACLL, *Relatório de 1889*, pp. 20-22. A iniciativa do ministro, que não foi exclusivamente dirigida à ACLL, não estava isenta de uma forte componente política e sobre ela se falará mais adiante.

às reclamações das associações comerciais do país⁵⁸⁹. Ficou, contudo, o reconhecimento oficial sobre algo que estava já a acontecer de facto: a ACLL tinha-se transformado, depois de uma fase inicial de algumas hesitações, na legítima representante do pequeno comércio de Lisboa, o que o momento patriótico do *Ultimatum* acabaria por definitivamente confirmar.



O António Maria, 30 de Julho de 1891, p. 169

⁵⁸⁹ ACLL, *Relatório de 1889*, pp. 21-22.

Nessa fase, a conjugação de estatutos mais liberais, de corpos gerentes mais dinâmicos e de um momento político-financeiro conturbado acabaria por funcionar em favor da manutenção de um elevado número de sócios, tornando a ACLL verdadeiramente “representante de quase todo o comércio de Lisboa”⁵⁹⁰, não só aos olhos dos lojistas, mas também aos do Governo e da Câmara Municipal. A atitude mais enérgica da Associação, em alguns momentos entendida como meramente política pelas críticas de uma imprensa mais conservadora, como se verá, acabou por trazer os seus dividendos, crescendo o seu número de sócios e aumentando em proporção a sua influência. Na sessão da direcção de 3 de Fevereiro de 1891 reuniram conjuntamente os membros desta e os da mesa da assembleia-geral. Pinheiro de Melo informou então que tinha recebido dois ofícios: um da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, para que a associação nomeasse delegados para uma comissão que ia encarregar-se da reforma dos impostos municipais, e outro da Comissão Parlamentar encarregue do estudo sobre as tarifas dos caminhos-de-ferro, a pedir a opinião da Associação⁵⁹¹.

Um outro exemplo deste tipo de reconhecimento oficial pode ser dado no âmbito da chamada “crise dos trocos” e esteve uma vez mais ligado a Mariano de Carvalho, quando este ocupou pela segunda vez a pasta das Finanças. Em 29 de Julho de 1891, Luís Diogo da Silva, presidente da direcção e ligado ao Partido Progressista⁵⁹², informou os restantes corpos gerentes que ele e José Pinheiro de Melo tinham sido contactados pela direcção do Banco de Portugal no sentido de se poder realizar na sede da ACLL “a troca das notas de maior valor pelas de valor mínimo, prestando com isto

⁵⁹⁰ ACLL, *Relatório de 1891*, p. 39.

⁵⁹¹ ACLL, *Actas da Direcção, 1889-1893*, pp. 97-98.

⁵⁹² Foi director da Associação Comercial de Lisboa durante 11 anos, pertenceu aos corpos gerentes da Associação Industrial e durante alguns anos exerceu o cargo de tesoureiro na Sociedade de Geografia. Em 1907 fazia parte da comissão de contas daquela instituição. Foi também vice-governador do Banco Nacional Ultramarino. Na ACLL exerceu o cargo de Presidente da Direcção em 1890 e 1891. ACLL, *Boletim*, n.º 25, Janeiro de 1907, p. 2. Em relação à filiação partidária veja-se *O Século*, n.º 4305, 18 de Janeiro de 1894.

um serviço ao comércio a retalho, que era o que mais sofria com a falta de trocos.” Considerando que iria ser uma tarefa trabalhosa, era porém de opinião que a ACLL deveria responder afirmativamente ao pedido, não só tendo em conta a “grave crise que tanto afecta a todos”, mas, como reforçou José Pinheiro de Melo, porque a Associação, com esta colaboração, só tinha a “lucrar em nome e prestígio”. Apesar de inicialmente criticado pelos elementos da direcção ligados ao republicanismo, como José Cupertino Ribeiro e António Peres⁵⁹³, que não viam com bons olhos usar-se o “nome e prestígio desta colectividade” para “cobrir falhas” que não eram da sua responsabilidade, o convite do Banco de Portugal acabaria por ser aceite ressalvando, porém, que os primeiros dias de troca de notas ficariam reservados aos sócios⁵⁹⁴. Os factos acabariam por dar razão aos que pensavam ter a Associação mais a lucrar do que a perder com a situação, pois a 11 de Agosto de 1891 davam entrada pelas mãos da direcção 121 propostas para admissão de sócios, número que era, de longe, o mais elevado dos últimos meses, superando, inclusive, os 83 sócios admitidos em 28 de Janeiro de 1890, no rescaldo do *Ultimatum*⁵⁹⁵.

O novo estatuto era, ainda, confirmado pelas relações que se foram estabelecendo com outras associações. Em 1890, estando a ACLL empenhada em resolver a questão do inquilinato comercial, enviou ao Parlamento uma representação nesse sentido. A mesma acabaria por ser “secundada” pelo Centro Comercial do Porto, “adoptando as

⁵⁹³ Entre 1889 e 1896 exerceu vários cargos na Comissão Revisora de Contas, na Direcção e na Comissão Instaladora da ACLL. De seu nome completo António Guerra Perez, era filho de pai espanhol e mãe portuguesa, dono de uma mercearia na Lapa, sendo considerado um “republicano convicto”, como fez questão de afirmar em sessão da direcção da ACLL, de 22 de Abril de 1891, na qual se declarou “muito amigo (...) e sobretudo (...) correlegionário político” de Elias Garcia, que tinha acabado de falecer. Pertenceu a outras colectividades de Lisboa e estava ligado também à Maçonaria. Faleceu em Fevereiro de 1908. Cf. *Almanach Commercial de Lisboa para 1889*, Lisboa, Companhia Typographica, 1888, pp. 969 e 992; ACLL, *Actas da Direcção, 1889-1893*, p. 107 e ACLL, *Boletim*, n.º 40, Abril de 1908, pp. 29-31.

⁵⁹⁴ ACLL, *Actas da Direcção, 1889-1893*, pp. 136-138.

⁵⁹⁵ ACLL, *Actas da Direcção, 1889-1893*, pp. 44 e 143. Foram aprovadas 117 destas propostas. Cf. ACLL, *Actas da Direcção, 1889-1893*, p. 148. No entanto, para esta afluência contribuiu também a posição da ACLL face à contestação pelo aumento do preço do gás, sobre a qual se dará mais detalhes à frente.

considerações da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa”⁵⁹⁶. Ou seja, a proponente original era reconhecida pela congénere do Porto como representativa dos interesses do pequeno comércio. Acresce a este facto que, ao longo do tempo, a influência da ACLL se foi consolidando, em parte, como resultado da sua proximidade aos centros de decisão. Efectivamente, foram relativamente frequentes, após 1886, os casos de associações de fora de Lisboa que recorreram ao “patrocínio” ou “apoio” da Associação dos Lojistas para as suas causas, para as suas representações, chegando, em alguns casos, a encomendar que a entrega das mesmas fosse feita por José Pinheiro de Melo e os seus colegas.

O já referido Centro Comercial, por exemplo, no dia 15 de Novembro de 1887, foi recebido pelos corpos gerentes, em sessão extraordinária, quando os seus delegados se deslocaram a Lisboa para entregar uma representação ao Governo a queixarem-se do comportamento do director da Alfândega do Porto. O encontro serviu não só para o estabelecimento de relações oficiais entre as duas colectividades, mas também para requerer “o apoio” da ACLL para o “bom êxito dos seus pedidos” junto do Governo⁵⁹⁷. Em Setembro de 1891, foi a vez da Associação Industrial Portuense solicitar o “auxílio da nossa associação para fazer triunfar as ideias patrióticas expostas numa proposta”⁵⁹⁸. Em Setembro do ano seguinte, a também portuense e recém-fundada Associação dos Lojistas enviava um ofício a pedir esclarecimentos sobre a questão das licenças de estabelecimentos à congénere lisboeta⁵⁹⁹. Em Julho de 1893, o “Comércio de Moçambique” enviou um ofício “pedindo o auxílio da associação numa representação contra o estabelecimento de uma cooperativa em condições ilegais”⁶⁰⁰. Em 1901, novo ofício de Moçambique, pedindo a Associação Comercial de Lourenço Marques que a

⁵⁹⁶ ACLL, *Boletim*, n.º 35, Outubro de 1890, pp. 1-2.

⁵⁹⁷ ACLL, *Actas da Direcção, 1881-1889*, acta n.º 179, 15 de Novembro de 1887.

⁵⁹⁸ ACLL, *Boletim*, n.º 47, Outubro de 1891, p. 1.

⁵⁹⁹ ACLL, *Boletim*, n.º 60, Novembro de 1892, p. 8.

⁶⁰⁰ ACLL, *Boletim*, n.º 69, Agosto de 1893 (suplemento), p. 2.

ACLL recebesse e apoiasse um seu delegado em visita a Lisboa, auxiliando-o, “com a sua influência, na obtenção das pretensões que ele leva em vista.”⁶⁰¹ Um último exemplo, de Setembro de 1902, quando a Associação dos Lojistas do Porto pediu o auxílio da ACLL, “incumbindo-nos de fazer entrega” de uma representação contra a legislação que regulamentava a fiscalização dos géneros alimentícios⁶⁰².

É certo que alguns destes pedidos, de que aqui se deixou, apesar de tudo, apenas uma amostra, correspondiam a “circulares” entre as várias associações comerciais e industriais do país, sendo uma forma de contacto institucional relativamente frequente. A própria ACLL aderiu amiúde a este tipo de iniciativas e nesta perspectiva o seu caso pouco tem de peculiar, não era estranho dentro do que se pode considerar como uma forma de colmatar a inexistência de uma federação que congregasse as associações comerciais do país, mas não deixa de ser mais um sinal de que os lojistas de Lisboa passaram, a partir de finais da década de 1880, princípio de 1890, a contar com uma associação que começou então a ter peso, a ter influência, no fundo, a ser olhada como uma parceira válida para os referidos esforços conjuntos de contestação ou requerimento junto dos poderes públicos. O que significa que passou a partir dessa época a ser considerada também pelas suas congéneres, como as palavras de Pinheiro de Melo em 1891 enfatizavam, como a “fiel intérprete” da “classe comercial” lisboeta⁶⁰³.

Uma última nota sobre os indícios qualitativos relativos ao reconhecimento da influência da ACLL, para destacar a questão do júri comercial. Como já foi referido no enquadramento feito ao associativismo comercial de finais do século XIX, a reivindicação por “direitos de sufrágio e elegibilidade” nos tribunais do comércio foi um factor importante de mobilização e de desenvolvimento de uma “identidade social”

⁶⁰¹ ACLL, *Boletim*, n.º 11, Novembro de 1901, p. 5-6.

⁶⁰² ACLL, *Boletim*, n.º 21, Setembro de 1902, p. 1.

⁶⁰³ ACLL, *Actas da Direcção, 1889-1893*, p. 180.

entre os lojistas, um pouco por toda a Europa⁶⁰⁴ e o mesmo parece ter ocorrido em Portugal. Legalmente, a Associação Comercial de Lisboa “tinha o direito de nomear, ou de organizar a nomeação, de alguns membros de tribunais especiais. Desde logo, nos dois tribunais do comércio de Lisboa (...), junto dos quais se constituía um júri comercial.” Eram tribunais previstos desde 1834 e “funcionavam com um júri constituído de comerciantes, cuja eleição anual a Associação deveria organizar.” Era um sistema que não estava isento de críticas pela morosidade dos processos, devido às constantes faltas dos comerciantes eleitos, e à falta de competência dos mesmos. Eleitores “eram todos os comerciantes registados, filiados ou não na Associação.”⁶⁰⁵ Contudo, a ACLL considerava que o pequeno comércio não estava suficientemente representado no tribunal e a partir de 1886, esse verdadeiro ano de viragem, como já se viu, em diversos aspectos, começaram as movimentações no sentido de alterar a situação.

A Associação tinha agora a seu favor uma crescente lista de sócios que acabava por lhe dar uma maior legitimidade para criticar o funcionamento do tribunal e, igualmente, exigir ter uma voz activa na escolha dos elementos que nele deveriam ter assento. Contudo, por parte do grande comércio não parecia haver ainda abertura para ceder naquilo que até então tinha sido um indisputado privilégio seu. Em Novembro de 1886 o director da ACL, Ernesto Driesel Schrotter, pronunciou-se mesmo “a favor da retirada do direito de voto para o júri comercial a «novatos e gente de comércio muito limitado»”⁶⁰⁶. Esta posição teve o condão de mobilizar ainda mais os lojistas e, no final

⁶⁰⁴ CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard (eds.), *The Petite Bourgeoisie in Europe*.... p. 142 e NÚÑEZ SEIXAS, Xoxé M., “Una clase inexistente?...” , p. 27.

⁶⁰⁵ SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo*..., p. 32.

⁶⁰⁶ SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo*..., p. 32. Curiosamente, em França, o direito de voto para os tribunais de comércio foi alargado em 1883, mas a pressão dos grandes negociantes acabaria por reduzir essa “democracia” em 1907, em parte para responder ao que consideravam ser o “perigo” destas instituições passarem a ser controladas por “donos de cafés e merceeiros”. Cf. CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard (eds.), *The Petite Bourgeoisie in Europe*.... p. 142.

do mês de Dezembro, as salas da ACLL foram cedidas para “uma reunião dos comerciantes de Lisboa” de forma a discutirem o assunto⁶⁰⁷.

Dois anos mais tarde, a questão ainda agitava as águas que separavam o grande e o pequeno comércio e, através do seu *Boletim*, a ACLL fazia inclusive alguns “reparos”, chamando a atenção para as repetidas ausências dos que eram eleitos, com o consequente mau funcionamento do tribunal. Tal devia-se, no seu entendimento, à “renhida luta que o alto comércio” empreendia para a eleição, arrogando-se “as *potências dinheiras* da nossa praça” todos os “direitos” sem querer cumprir os seus “deveres”, algo que “não pode continuar”. Exortava, então, os lojistas a serem mais activos na eleição do júri comercial, pois esta era “uma das suas mais legítimas regalias”⁶⁰⁸.

Para tal começou a contribuir a própria Associação, pois em Dezembro de 1888 entraram na luta pela “eleição suplementar de 6 jurados”, além da lista da ACL, uma outra constituída por lojistas, o que era visto como muito positivo ao significar “o despertar de uma classe que por muitos anos se mostrou descuidada e indiferente”. A iniciativa acabou por ser favorável uma vez que todos os “cavalheiros [eleitos] faziam parte da lista organizada por um grupo dos nossos consócios”⁶⁰⁹. A força dos seus 700 sócios começava a fazer-se notar, bem como tinha agora influência o destaque que a ACLL dava ao assunto nas páginas do seu órgão de comunicação. Para o êxito contribuía também a utilização que era feita da imprensa, no que vai ser uma constante, tanto no campo da defesa dos interesses de classe, como no posicionamento cívico e político.

Esta primeira vitória da ACLL acabaria por mudar a dinâmica das eleições seguintes e, muito provavelmente, terá sido o catalisador para uma mudança de atitude

⁶⁰⁷ ACLL, *Actas da Direcção, 1881-1889*, acta n.º 160, 26 de Dezembro de 1886.

⁶⁰⁸ ACLL, *Boletim*, n.º 9, Setembro de 1888, p. 7 (itálico no original).

⁶⁰⁹ ACLL, *Boletim*, n.º 13, Janeiro de 1889, pp. 3-4 e n.º 14, Fevereiro de 1889, p. 5.

no seio da ACL. Não foi possível apurar os detalhes de uma provável cedência da ACL e das conversações entabuladas com a ACLL, mas o que é certo é que a partir de 1889 os lojistas viram a sua Associação reconhecida por aquela que se figurava como um dos mais influentes grupos de pressão económica da época. As “potências dinheiras” acabavam por reconhecer que a crescente unidade e identidade do pequeno comércio lhes conferia legitimidade suficiente para que, na eleição do júri comercial, a ACLL passasse a ser considerada uma aliada com o objectivo de “confeccionar a lista [de candidatos] de acordo com a Associação Comercial” de Lisboa⁶¹⁰.

O que efectivamente começou a verificar-se logo na eleição seguinte, de 1889. Os trabalhos de preparação por parte dos lojistas começaram na assembleia-geral de Outubro, tendo Pinheiro de Melo, em resposta a uma questão de um dos sócios presentes, declarado, em face dos novos estatutos, já elaborados, mas à espera de aprovação oficial, que aquele “objecto era um dos fins da associação”⁶¹¹. Comprovando a ligação entre a maior representatividade da ACLL, “engrandecimento”, como era referido no *Boletim*, conquistada através de um maior número de sócios, e a questão do júri comercial, no mês seguinte foram enviadas aos mesmos duas circulares pedindo-lhes que propusessem “novos sócios (...) [e] convidando-os a registar as suas firmas no Tribunal do Comércio.” Não se escondia o objectivo principal deste pedido que era fazer aumentar a “lista dos comerciantes que hão-de eleger o júri comercial”, reforçando essa propaganda com a publicação de avisos nos jornais a alertar para a data da eleição⁶¹².

Apesar deste esforço autónomo, as relações entre as duas associações começaram a mudar, como é notório pelo “acordo” a que chegaram sobre “o júri comercial que há-

⁶¹⁰ ACLL, *Actas da Direcção, 1889-1893*, p. 202.

⁶¹¹ ACLL, *Boletim*, n.º 23, Novembro de 1889, p. 2.

⁶¹² ACLL, *Boletim*, n.º 24, Dezembro de 1889, p. 1 e 3; *Os Debates*, n.º 435, 18 de Dezembro de 1889; *O Século*, n.º 2824, 19 de Dezembro de 1889 e *Diário Popular*, n.º 8143, 19 de Dezembro de 1889.

de funcionar” em 1890⁶¹³. Esta paulatina aproximação seria reforçada nos anos seguintes, tanto ao nível das eleições para o júri comercial⁶¹⁴, como no estabelecimento de uma plataforma comum de protesto que levaria à conjugação de esforços na contestação às medidas financeiras dos Regeneradores, a partir de 1893, e à dissolução simultânea das associações no início do ano seguinte. Contudo, também este acontecimento contribuiu para a aproximação entre as duas representantes da actividade comercial de Lisboa, expressa, por exemplo, no facto de alguns dos seus sócios agora se encontrarem inscritos, simultaneamente, nas duas associações. Algo que já acontecia em certa medida em anos anteriores, com Sebastião Correia Saraiva Lima ou José Pinheiro de Melo, por exemplo, mas que após a dissolução passou a ser mais frequente, inclusive, em sentido oposto, com alguns negociantes a inscreverem o seu nome nas listas da ACLL, sendo o exemplo mais simbólico o do próprio presidente da direcção da Associação Comercial, ou melhor, da respectiva Comissão Instaladora, Luís Eugénio Leitão, sócio desde Fevereiro de 1894⁶¹⁵.

O reconhecimento oficial da legitimidade da ACLL para ser a “voz” do pequeno comércio, a questão das eleições para o júri comercial – que, diga-se, após 1894 foram sempre ganhas pelas listas patrocinadas pelas comissões instaladoras das associações dissolvidas, saindo derrotadas as que eram propostas pela Câmara de Comércio e Indústria, criada pelo Governo na sequência da dissolução, como orgulhosamente fazia questão de destacar a Associação dos Lojistas, em 1897, após a “reconstituição”⁶¹⁶ – a aproximação entre as duas associações e a crescente influência da ACLL junto das suas

⁶¹³ ACLL, *Boletim*, n.º 26, Janeiro de 1890, p. 6.

⁶¹⁴ Em Dezembro de 1891 a eleição do júri comercial foi novamente conseguida “por acordo entre as associações Comercial de Lisboa e Comercial de Lojistas”. Cf. ACLL, *Boletim*, n.º 51, Fevereiro de 1892, p. 5.

⁶¹⁵ ACLL, *Livro de matrícula dos sócios (1894 a 1918)* e SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo...*, p. 46.

⁶¹⁶ ACLL, *Relatório e contas da Comissão Instaladora...*, p. 30.

congêneres são factores que têm de ser ligados à manutenção de uma lista de sócios já bastante representativa do universo de lojistas de Lisboa e a uma correlação muito significativa em relação ao que era o padrão profissional e geográfico do pequeno comércio da cidade. Estes factores acabaram por contribuir para uma crescente consciencialização da utilidade e validade do associativismo entre os lojistas, por um lado, e também para o reforço da sua identidade social, na medida em que através da “união” e da “força”, como tinha destacado Pinheiro de Melo logo em 1870, os homens do pequeno comércio conseguiam “obter a posição social” a que consideravam ter direito.

Deste modo, procurou-se destacar a importância que o discurso reivindicativo e político da ACLL assumiu na identificação do que os lojistas de Lisboa consideravam ser os seus interesses, o seu papel na sociedade e a sua importância na arena política. Sobre os interesses e preocupações dos homens do pequeno comércio falar-se-á de seguida, deixando para a última parte da tese a questão do percurso político. Ressalva-se porém que para a compreensão deste último aspecto é fundamental perceber o que mobilizava os lojistas para o protesto, o que os fazia deixar “os seus mesteres para concorrerem às assembleias”, como se pedia que acontecesse em 1886, e isso só se tornaria realidade, nas suas próprias palavras, quando os corpos gerentes se ocupassem de “assuntos que directamente implicam com a vida comercial dos lojistas”⁶¹⁷.

⁶¹⁷ ACLL, *Relatório de 1890*, p. 23.

3ª PARTE – A ACLL A “DEFENDER OS INTERESSES DA SUA CLASSE”

Em Janeiro de 1888 começou a ser publicado o *Boletim da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa*. A ideia da sua criação partiu de Pinheiro de Melo com o objectivo de levar a todos os associados “a descrição dos actos mais salientes da associação”. A sua publicação fornecia o “melhor ensejo” para demonstrar a utilidade dos trabalhos levados a cabo nos últimos 18 anos, os quais se consubstanciavam “na árdua tarefa, na difícil e honrosíssima missão de defender os interesses das classes representadas na Associação!”⁶¹⁸ Deste modo, era apresentado o que tinha sido e se pretendia que continuasse a ser o papel da ACLL, e o seu programa de acção, defensiva ou reivindicativa, que necessariamente, como se constatou antes, foi de forma gradual correspondendo a um conjunto de expectativas comuns à maioria dos lojistas de Lisboa. Eram várias as vitórias evocadas e a lista dos trabalhos desenvolvidos era até resumida, pela “estreiteza do espaço”, mas no meio desta natural apologia é possível perceber o que foram as principais campanhas reivindicativas da ACLL e identificar os interesses de classe, em sentido lato, que mais motivavam os lojistas à participação associativa, ao protesto e à acção.

Por um lado, é sobre um determinado conjunto desses “interesses” que se debruçará a análise seguinte, procurando identificar as reais preocupações do pequeno comércio e, em simultâneo, tentando demonstrar que foram essas preocupações que os levaram a definir, logo desde 1870 e ao longo dos 40 anos estudados, as suas ligações políticas. Por outro lado, a observação dessas lutas e campanhas, que se materializaram em dinâmicas mais ou menos conflituosas com o Estado, com os políticos, com os outros grupos sociais ou com os caixeiros, por exemplo, permitirá descortinar alguns

⁶¹⁸ ACLL, *Boletim*, n.º 1, Janeiro de 1888, pp. 1-3.

traços da sua maneira de pensar, do que era o discurso identitário dos lojistas, a sua forma de ver o mundo e o seu papel na sociedade.

Desde a fundação e, como se viu, até antes disso, houve uma temática que sempre dinamizou os lojistas de Lisboa: a liberdade de comércio. Contudo, esta deve ser entendida numa ampla perspectiva que abarcava desde um “ódio” inato aos monopólios, até à frontal oposição a qualquer medida de regulamentação ou fiscalização da actividade comercial por parte das autoridades, passando pelo permanente repúdio de uma legislação sobre o descanso semanal ou, inclusive, já na fase final da Monarquia, por uma contestação a determinadas medidas de cariz estritamente político, nomeadamente as chamadas “leis de excepção”, que passaram a ser entendidas como “constrangedoras” do movimento comercial. Para além disso, “interesses de classe”, apesar de terem sido muito diversificados e, depois de 1885-1886, cada vez mais abrangentes e mobilizadores, podem ser concentrados noutras duas áreas: por um lado, a preocupação fiscal, englobando uma constante vigilância sobre todas as medidas legislativas que pudessem alterar o nível contributivo dos lojistas e as reclamações procurando modificações à legislação existente, com as quais se pretendia suavizar a carga de impostos ou taxas municipais que recaía sobre o comércio de porta aberta; por outro lado, a insistente tentativa de regular o regime do inquilinato comercial, questão fundamental para se compreender uma das vertentes de identificação social entre os lojistas, de diferenciação em relação a outros grupos sociais e de manutenção do seu radicalismo, a “propriedade” da loja.

São estas as temáticas a ser abordadas com maior detalhe nesta parte, correspondendo às que durante mais tempo, de forma sistemática ou mais visível, estiveram no centro das atenções dos lojistas por intermédio das intervenções da sua Associação. Serão destacadas por representarem um programa de acção suficientemente

mobilizador para impulsionar o “aumento progressivo de associados” a que se assistiu a partir de 1886, representando por isso um factor de identidade entre os lojistas⁶¹⁹. Isto não quer dizer que só começassem a preocupar a ACLL após aquela data, muito pelo contrário, como em parte já se viu. No âmbito da liberdade de comércio, os temas a analisar, as licenças dos estabelecimentos e o encerramento aos domingos, acabaram por abranger todo o período estudado, com a primeira questão a ser importante dos primeiros anos a 1884-1886 e a segunda a ocupar a atenção dos lojistas praticamente desde essa altura até à implantação da República. Já os monopólios e o inquilinato comercial, apesar de estarem presentes no discurso dos lojistas relativamente cedo, só começaram a ter realmente importância após aquelas datas. Pelo contrário, a contestação aos impostos foi uma constante desde o início e até 1910.

Esta selecção tem a vantagem de permitir uma análise mais coerente, destacando um conjunto de noções e princípios que enformavam o modo de estar dos lojistas na sociedade, nomeadamente, os valores da liberdade, do trabalho, da propriedade, da igualdade e da independência, mas pode ter a desvantagem de esquecer outras questões também relevantes para a “defesa da classe” que podiam abranger um conjunto muito diversificado de temáticas, desde a fiscalização dos géneros alimentícios, às pautas alfandegárias, dos pesos e medidas, à cobrança de pequenas dívidas, passando ainda pela contestação à venda ambulante e às posturas municipais. A opção foi claramente no sentido de privilegiar a vantagem enunciada, procurando não perder de vista que se os objectivos do trabalho fossem outros, a escolha poderia ter sido diferente.

Por liberdade de comércio ou “liberdade do trabalho e da indústria” os lojistas entendiam a faculdade de poder iniciar e auto-regular o exercício da actividade

⁶¹⁹ ACLL, *Relatório de 1886*, p. 22.

comercial sem intervenção do Estado, fosse na regulamentação ou na fiscalização da mesma. Um entendimento tão liberal sobre a sua maneira de fazer negócio necessariamente teria de chocar com a tentativa das autoridades de impor uma visão mais restritiva dessa mesma liberdade, tivesse motivações puramente fiscais ou derivasse de uma nova atitude de política sanitária que se começou a fazer sentir com maior rigor a partir dos anos 80 do século XIX. O certo é que em muitos momentos entre 1870 e 1910 essas duas visões opostas entraram em conflito e geraram reacções mais ou menos emotivas por parte dos lojistas. Através da observação de alguns desses momentos de tensão, é possível ficar com uma ideia mais clara sobre uma das temáticas mais persistentes no discurso do pequeno comércio, visto pela óptica de uma associação que tinha como primeiro objectivo a defesa da classe contra todas as medidas que pudessem agravar-lhes “as suas indústrias e franquias liberais”⁶²⁰.

Em conjunto com a abordagem da questão em termos gerais, proceder-se-á à análise mais detalhada de três das suas variantes: na secção imediata, a problemática do licenciamento inicial da actividade, da abertura da loja, através da observação das campanhas contra as chamadas “licenças de estabelecimentos” passadas pela CML; na secção seguinte, a temática do encerramento das lojas aos domingos, abordada pela direcção e assembleia-geral da ACLL com alguma frequência a partir da década de 1880, inclusive com implicações nas relações laborais entre lojistas e caixeiros; numa terceira secção, será destacada a questão dos monopólios pois, na medida em que eram encarados como um entrave à livre concorrência, constituíam uma outra face da liberdade de comércio.

Quando atrás se falou da fundação da ACLL foi precisamente destacada a importância da temática da liberdade de comércio para os lojistas de Lisboa e ela vai

⁶²⁰ *Estatutos... (1870)*, pp. 15-16.

estar presente no seu discurso com bastante frequência ao longo dos 40 anos aqui estudados, seja de forma isolada, ou, na maior parte dos casos, associada às temáticas mais mobilizadoras já destacadas. O relatório da direcção de 1870 começou logo por fazer esse tipo de associação, falando dos entraves a essa liberdade pelo facto de se manter em vigor o antigo “Formulário” que exigia a declaração de todos os produtos à venda nas lojas e potenciava a intervenção “vexatória” das autoridades na sua fiscalização. A substituição dessa forma de licenciamento do comércio vai ser uma das primeiras e principais campanhas da então jovem associação, como se verá mais à frente⁶²¹.

Em 1887 e 1888, a contestação a legislação fiscal e a regulamentos municipais criou a oportunidade para os lojistas teorizarem sobre a questão da liberdade de trabalho. Do poder central, por proposta do Partido Progressista, veio a possibilidade do lançamento e cobrança da contribuição industrial passar a ser feito por intermédio de licenças, através da lei de 15 de Julho de 1887. Entre outros aspectos da lei que não viam com bons olhos, destacava-se o facto de ter sido definida a fiscalização do seu cumprimento através da atribuição de metade do valor das multas para o agente que detectasse a infracção. Os lojistas consideravam que era justo terem de pagar imposto pelos rendimentos que auferissem do trabalho, não se importavam de o pagar, o que não era aceitável, era mesmo um cúmulo “imoral” e “inqualificável”, é que “ninguém” pudesse “exercer a sua indústria, profissão, arte ou ofício, sem prévia licença”, ainda por cima “paga adiantadamente” e que depois essa actividade ficasse também sujeita a ser fiscalizada por “uma multidão de empregados, (quase um exército!)”. Ou seja, no seu discurso a ACLL transmitia a ideia de que o lojista não devia pedir “licença” para

⁶²¹ ACLL, *Relatório de 1870*, p. 15.

trabalhar, o que era considerado um atentado à liberdade de comércio, reforçado pela perspectiva de um permanente “varejo” das autoridades⁶²².

A contestação seguia de perto os argumentos já inseridos numa representação, de Janeiro de 1887, contra a postura municipal que pretendia impor uma nova licença e o pagamento de uma taxa sobre as vitrinas, as tabuletas e os candeeiros das lojas⁶²³. As razões dos lojistas eram reforçadas com uma ideia sobre o que deveria ser “a melhor filosofia política e governativa”, sobre o que deveria ser o liberalismo e a sua aplicação às actividades económicas. Recorrendo ao código civil alegavam que o “direito (...) ao comércio” só podia ser “limitado por lei expressa” e que a postura que os obrigava a “ir à câmara pedir e pagar a respectiva licença” não estava nesse caso, era, isso sim, uma forma de manter o direito ao trabalho limitado e “até absolutamente coarctado”, o que “dentro de um regime liberal não tem razão de ser”. Pedir uma “licença” era pedir “um favor” que assim como era “concedido, pode ser retirado”, na sua perspectiva, com toda a carga de insegurança e instabilidade que lhe estava subjacente, sendo este um argumento recorrente também na questão do inquilinato comercial, como se verá mais à frente. Para além disso, o facto de ter de ser pedida e paga adiantadamente, tal como as rendas das lojas, criava uma dificuldade, um entrave não despiciendo ao início da

⁶²² ACLL, *Boletim*, n.º 1, Janeiro de 1888, p. 5. O Governo, apesar de garantir que na referida lei ficava “plenamente segura a liberdade da indústria, trabalho e comércio” acabaria por recuar nesta questão em Dezembro de 1887, após uma onda de protestos, e desistir definitivamente da obrigatoriedade das licenças em meados de Janeiro seguinte. Cf. *DCD*, sessão de 07-01-1888, p. 39 e sessão de 18-01-1888, p. 174; ACLL, *Boletim*, n.º 2, Fevereiro de 1888, p. 3-4.

⁶²³ Em relação a esta contestação a ACLL acabaria por obter um “resultado altamente satisfatório”, uma “revogação” incondicional, muito provavelmente fruto do momento político que se vivia e da necessidade do governo Progressista não alienar uma forte base social de apoio tão perto das eleições de deputados, marcadas para 6 de Março (ACLL, *Relatório de 1887*, p. 4). A representação foi apresentada e discutida em reunião de assembleia-geral de 16 de Janeiro de 1887 (*O Século*, n.º 1850, 18 de Janeiro de 1887 e *Diário Popular*, n.º 7120, 18 de Janeiro de 1887), entregue na CML a 24 (*O Século*, n.º 1856, 25 de Janeiro de 1887) e no ministério do Reino a 26 (*Diário Popular*, n.º 7128, 27 de Janeiro de 1887). Por pressão governamental, a edilidade acabaria por recuar e em 3 de Fevereiro a postura foi revogada (*Diário do Governo*, n.º 24, 1 de Fevereiro de 1887 e *O Século*, n.º 1865, 4 de Fevereiro de 1887).

actividade, ou seja, à liberdade de começar um negócio, de iniciar uma vida no comércio⁶²⁴.

A referência ao tema da liberdade de comércio foi muito frequente, estivesse em causa a questão das licenças, dos monopólios ou até do encerramento das lojas aos domingos, pois qualquer um destes temas era aproveitado pelos lojistas para se declararem como “apóstolo[s] da liberdade”. Um exemplo desta profissão de fé da autoria de António Joaquim Simões de Almeida, um sócio ligado ao Partido Regenerador, foi o da discussão de uma proposta sobre o descanso dominical, na assembleia-geral de 27 de Agosto de 1888, aliás fortemente contestada e reprovada. No âmbito da discussão, Pinheiro de Melo, influente do Partido Progressista, também acabou por declarar “a liberdade do comércio e da indústria [como] um dos princípios mais respeitáveis consagrados nos códigos modernos”, considerando “um ataque violento” contra essa mesma liberdade qualquer tentativa de legislar sobre o encerramento dos estabelecimentos, o qual deveria ser “voluntário” e deixado “ao bom critério” de cada um dos lojistas, associados ou não⁶²⁵. Iguais argumentos foram evocados pelo sócio António José Costa Júnior e pelo presidente da direcção Sebastião Correia Saraiva Lima, ambos ligados ao republicanismo, na assembleia-geral de 19 de Dezembro dedicada à mesma temática, tendo o primeiro argumentado “energicamente” contra o que considerava ser um acto “atentatório da liberdade de comércio”⁶²⁶.

Como se pode observar o discurso parecia ser não só transversal ao conjunto dos lojistas, mas também às várias tendências políticas que nesta altura se manifestavam no seio da ACLL, o que não surpreende se se verificar a forma como o tema da liberdade de comércio influenciou o discurso da pequena burguesia comercial ao longo do século

⁶²⁴ ACLL, *Relatório de 1887*, pp. 48-49.

⁶²⁵ ACLL, *Boletim*, n.º 9, Setembro de 1888, p. 8. Veja-se ainda n.º 3, Março de 1888, p. 2.

⁶²⁶ ACLL, *Boletim*, n.º 13, Janeiro de 1889, p. 4-5. Sobre as ligações de Costa Júnior ao republicanismo e também, muito provavelmente, à Maçonaria veja-se *O Século*, n.º 3510, 9 de Novembro de 1891 e ACLL, *Boletim*, n.º 9, Setembro de 1905, pp. 73-74.

XIX. Independentemente da passagem da esquerda política para uma crescente ligação à direita, visível um pouco por toda a Europa, o maior conservadorismo do seu alinhamento político não parece ter levado estes homens a abdicar daquele princípio que sempre caracterizou o seu radicalismo⁶²⁷.

O lojista não deve pedir “licença” para trabalhar: licenças de comércio e indústria

A campanha contra as chamadas licenças de comércio e indústria centrou-se essencialmente no período que vai da fundação a 1873, mas regressou à ribalta entre 1884 e 1886. Recorde-se que à época da criação da ACLL o pequeno comércio de Lisboa para poder exercer a sua actividade estava sujeito ao pagamento prévio de um conjunto de taxas, de acordo com a variedade dos produtos que o lojista pretendia colocar à venda no seu estabelecimento. Era um sistema considerado injusto, pensado para uma época em que a maioria das lojas eram especializadas na venda de apenas um tipo de produto ou, quando muito, de um número reduzido de produtos. Era assim natural que a contestação a esta forma de licenciamento do comércio partisse de uma associação que na grande maioria era constituída por donos de mercearias, lojas onde a variedade de produtos à disposição dos clientes era significativa, sendo aí vendido azeite doce, carnes secas, velas, chá, café, açúcar areado, milho doce, fruta, farinha, vinho e outras bebidas engarrafadas ou “por miúdo”, chocolate, cerveja ou “archotes”, entre outra “mercearia por miúdo”⁶²⁸.

Estes produtos eram disponibilizados em quantidades reduzidas, de venda quotidiana, tendo o comerciante necessidade de manter um stock regular, com a agravante de este poder variar no tipo de géneros que o constituíam, pois a vontade, a

⁶²⁷ CROSSICK, Geoffrey, “Shopkeepers and the state in Britain, 1870-1914”, in CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *Shopkeepers and master artisans...*, p. 258.

⁶²⁸ A descrição de produtos consta de um artigo de João Marques da Costa a contestar precisamente o “antigo Formulário” publicado na imprensa. *Diário de Notícias*, n.º 2414, 8 de Outubro de 1872.

imperiosa vontade, de agradar aos clientes poderia levar à inclusão de outros produtos inicialmente não previstos. Isto porque ser “agradável” ao cliente, aceder aos seus pedidos e “satisfazer todas as suas necessidades” era considerado um factor de competitividade que não podia ser negligenciado pelos lojistas que pretendiam singrar no negócio⁶²⁹. Pela quantidade de géneros vendidos e pela fluidez da sua variedade, o merceeiro e outros lojistas estavam sujeitos a multas, derivadas de qualquer alteração em relação ao inicialmente declarado, quando detectada pela fiscalização. Desta forma percebe-se, não só os entraves que um tal sistema colocava à “sua” liberdade de gestão, como a importância que a questão da fiscalização e das autuações representava para estes homens, tendo levado até à criação de uma chamada “comissão de multas” na ACLL.

No início de 1870, a CML chegou a anunciar estar a “estudar” a forma de “generalizar, igualando, o formulário das novas licenças”. Este intuito, em parte, vinha de encontro às aspirações da ACLL, pois uma das críticas que os lojistas faziam à questão das licenças é que acabava por constituir um “imposto” desigual e injusto por não abranger todos os tipos de negócios, todos os lojistas, mas apenas os que vendiam produtos designados no “formulário”⁶³⁰. A iniciativa da edilidade, provavelmente, foi despoletada por pressão da ACLL que através de “uma comissão, composta de quinze dos mais conspícuos membros (...) formulou e dirigiu à câmara municipal uma representação” onde falava de “vexames e injustiças” e pedia “a eliminação das licenças, ou ao menos que elas fossem reguladas mais equitativamente”. Contudo, a

⁶²⁹ Assim acontecia em Inglaterra e noutros países. Cf. WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, pp. 53-54 e 218; CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *The Petite Bourgeoisie in Europe...*, pp. 48 e 91; MONOD, David, *Store wars...*, p. 60.

⁶³⁰ *Jornal do Comércio*, n.º 4919, 22 de Março de 1870.

vereeção acabou por ir protelando o assunto e nem o apoio da “imprensa periódica” foi suficiente para resolver uma “questão tão repugnante à liberdade comercial”⁶³¹.

O assunto, com é óbvio, não ficou esquecido da parte da ACLL e se os pedidos, requerimentos e representações não resultavam era altura de passar a acções mais directas, levando a que, em Novembro de 1871, “os lojistas (...) intervissem na eleição de novos vereadores, a quem fizeram cientes da sua justíssima pretensão”. Apesar da direcção não querer envolver directamente a Associação no relatório anual, o certo é que a sua “influência” e “os trabalhos, fadigas e sacrifícios de uma comissão de associados” terão contribuído efectivamente para a vitória da lista “oportunamente” apoiada⁶³². No dia 10 aquela tinha sido aprovada numa reunião nas “salas da associação comercial dos lojistas”, em conjunto com “um grupo de eleitores do bairro Oriental”⁶³³. No dia 19 apresentaram-se à eleição, para além da “lista dos lojistas”, aparentemente apoiada por Históricos e Reformistas, uma outra favorecida por “alguns amigos do governo” Regenerador e uma terceira do “centro eleitoral democrático”, provavelmente de tendência republicana⁶³⁴. A lista apoiada pelos lojistas acabaria por obter uma vitória “por grande maioria” em muitas das freguesias da cidade, numas eleições que segundo era referido na imprensa tinham sido das mais disputadas e concorridas dos últimos anos⁶³⁵.

Para isso certamente terá contribuído aquele que se tornou o tema eleitoral mais visível, a “abolição das licenças e [a] liberdade de ter os estabelecimentos abertos todas

⁶³¹ *Jornal do Comércio*, n.º 5423, 23 de Novembro de 1871 e ACLL, *Relatório de 1872*, pp. 4-5.

⁶³² ACLL, *Relatório de 1872*, pp. 5 e 15 e *Revolução de Setembro*, n.º 8834, 24 de Novembro de 1871.

⁶³³ *Diário de Notícias*, n.º 2098, 10 de Novembro de 1871 e n.º 2099, 11 de Novembro de 1871. Os candidatos eram António José Rodrigues Loureiro, conde de Paraty, Francisco Manuel de Mendonça, Francisco Simões Carneiro, Francisco Simões Margiochi Júnior, Geraldo José Braamcamp, Joaquim José Alves, José Carlos Nunes, José Elias Garcia, José Isidoro Viana, Luís Caetano da Guerra Santos e Zofimo Pedroso Gomes da Silva.

⁶³⁴ *Diário de Notícias*, n.º 2106, 18 de Novembro de 1871; *Jornal da Noite*, n.º 277, 21 e 22 de Novembro de 1871; *Revolução de Setembro*, n.º 8833, 23 de Novembro de 1871. É provável que o “centro” seja o “Centro Eleitoral Democrático” fundado em Alcântara em 1870 e citado por CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal...*, p. 43.

⁶³⁵ *Diário de Notícias*, n.º 2108, 20 de Novembro de 1871 e n.º 2109, 21 de Novembro de 1871.

as horas”, como era referido no “manifesto” do centro eleitoral democrático⁶³⁶. Essa tinha sido, aliás, a única reivindicação da comissão de sócios que publicou circulares sobre as eleições, declarando que os votos do pequeno comércio deveriam ter em conta a actuação dos anteriores vereadores que, prometendo a “extinção das licenças”, não o tinham cumprido, mantendo assim “um dos maiores vexames dos lojistas de Lisboa”, no que eram apoiados até pela “lista governamental”⁶³⁷. Ou seja, tal como o tema da liberdade do comércio não conhecia barreiras políticas dentro da ACLL, como se viu, nas eleições municipais não houve força política que não concorresse em busca dos votos dos pequenos comerciantes, fazendo uso de um tema que lhes era tão próximo, no que acabaria por se tornar uma prática corrente ao longo das décadas seguintes. A iniciativa mostrava-se assim bastante mobilizadora e iria contribuir definitivamente para a resolução da questão.

No segundo semestre de 1872 a CML, por pressão dos lojistas, pela simpatia que a sua causa gerava entre alguns dos vereadores eleitos e por uma intervenção governamental, acabou por resolver a contento da ACLL e da classe que representava a questão das licenças de estabelecimentos. Antes disso, a 14 de Maio, o governo de Fontes publicou uma lei de regulamentação da cobrança do imposto de selo e da Contribuição Industrial que se converteu numa fonte de enorme polémica entre os lojistas e a Câmara Municipal. No artigo 22.º eram “abolidas as licenças” que constavam do regulamento do selo de Dezembro de 1869 “relativas ao exercício de

⁶³⁶ *Jornal do Comércio*, n.º 5415, 14 de Novembro de 1871.

⁶³⁷ *Jornal do Comércio*, n.º 5421, 21 de Novembro de 1871 e n.º 5423, 23 de Novembro de 1871. De notar que este jornal era apoiante da lista vencida, onde se incluíam, entre outros, os nomes de Rosa Araújo e Luís de Almeida e Albuquerque, à altura proprietário do periódico. Cf. Carta de João Marques da Costa dirigida ao jornal, inserida no n.º 5423, e *GEPB*, Vol. 1, pp. 754-755.

qualquer indústria”. Contudo, no artigo 26.º concedia-se aos municípios a “faculdade de estabelecer novas licenças”⁶³⁸.

A ACLL aproveitou a oportunidade para numa série de reuniões discutir o assunto, tendo acabado por marcar uma assembleia-geral, no dia 7 de Outubro, para se “tomar uma resolução definitiva acerca da exibição das licenças, visto que pela doutrina do artigo 22º da carta de lei de 14 de Maio do corrente ano se acham abolidas.”⁶³⁹ Pelo lado da CML estavam já adiantados os trabalhos de uma comissão presidida pelo vereador Geraldo Braamcamp no sentido de ser alterado o modo como as licenças eram cobradas, baseando-se agora num conjunto de taxas indexadas às rendas pagas pelos lojistas pelos seus estabelecimentos, proposta que foi apresentada e começou a ser discutida em sessão extraordinária de 8 de Outubro⁶⁴⁰.

Na reunião camarária, a que assistiram “muitos lojistas da capital”, o vereador referiu que o projecto já estava concluído “há muito tempo”, mas só agora podia ser discutido por ser uma matéria delicada para o orçamento camarário. Apesar de referir que “não gostava” do imposto das licenças de estabelecimentos, no que era acompanhado por outros vereadores que o consideravam “altamente iníquo e anacrónico e sobretudo desigual”, entendia que a CML não podia abdicar de uma receita que, aparentemente, rondava “vinte e tantos” contos de réis, o equivalente a cerca de 5% da receita total do município, pelo que sugeria, de acordo com a possibilidade dada pela lei de 14 de Maio, não a abolição das licenças, mas sim uma alteração do antigo “formulário”, com as taxas agora indexadas às rendas das lojas. A discussão não foi pacífica e alguns vereadores colocaram-se ao lado da ACLL que entendia não ter a CML legitimidade para repor a cobrança das licenças depois destas terem sido abolidas

⁶³⁸ *Regulamento da contribuição industrial aprovado por decreto de 28 de Agosto de 1872 e precedido das cartas de lei de 30 de Julho de 1860, 22 de Agosto de 1861, 7 de Julho de 1862, 9 e 14 de Maio de 1872*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1872 e ACLL, *Relatório de 1872*, pp. 5-6.

⁶³⁹ *Diário de Notícias*, n.º 2412, 6 de Outubro de 1872.

⁶⁴⁰ *Diário de Notícias*, n.º 2414, 8 de Outubro de 1872 e n.º 2415, 9 de Outubro de 1872.

pela lei de Fontes. Os vereadores José Carlos Nunes e Isidoro Viana eram os que defendiam uma solução mais próxima da preconizada pelos lojistas, falando numa percentagem a cobrar sobre a contribuição industrial. Segundo a ACLL “não se tratava de deixar de pagar licenças municipais”, mas ao pedir que a taxa devida pelas mesmas passasse a ser cobrada com o imposto estatal, “uma forma razoável e liberal” de o fazer, acentuavam a ideia que eram contrários a pedir “licença” para trabalhar. Isto porque as licenças tinham de ser pagas antes do início da actividade comercial, ao contrário da contribuição industrial que não era cobrada do mesmo modo⁶⁴¹.

Apesar da maioria dos vereadores ter votado pela manutenção da cobrança das licenças antigas enquanto a nova postura não fosse aprovada, a pressão da ACLL – expressa através de um comunicado à CML onde afirmava ter decidido pedir aos sócios para que “não exibissem mais licenças na conformidade do artigo 22º da carta de lei de 14 de Maio (...) enquanto a câmara não estabelecesse novas posturas” e também de uma representação ao governo onde pedia esclarecimentos sobre a interpretação a dar à referida legislação⁶⁴² – foi determinante para as divisões no debate camarário e para os acontecimentos posteriores que levariam à aprovação do projecto de Geraldo Braamcamp.

Era opinião corrente que a lei Regeneradora era confusa e levava a interpretações dúbias que, em boa medida, eram justificadas com uma tentativa do governo em “conciliar os interesses do município com os dos contribuintes”⁶⁴³. É certo que se

⁶⁴¹ *Diário de Notícias*, n.º 2415, 9 de Outubro de 1872 e ACLL, *Relatório de 1872*, pp. 10-11. Os cálculos sobre o peso orçamental das licenças foram feitos com base nas afirmações proferidas pelos vereadores José Elias Garcia e Joaquim José Alves na reunião camarária de 14 de Outubro, tendo o primeiro referido que a receita camarária rondava cerca de “400 contos”. *Diário de Notícias*, n.º 2421, 15 de Outubro de 1872. Valor que certamente não andaria longe da realidade, tendo em conta que vinte anos antes as receitas camarárias rondavam os 300 contos e pouco tinham variado desde 1834. Cf. FERNANDES, Paulo Jorge, *As Faces de Proteu...*, p. 286.

⁶⁴² *Diário de Notícias*, n.º 2415, 9 de Outubro de 1872 e *Diário de Notícias*, n.º 2416, 10 de Outubro de 1872.

⁶⁴³ *Jornal da Noite*, n.º 559, 17 e 18 de Outubro de 1872. Sobre as interpretações dadas à lei que tinha inclusive gerado um pedido de esclarecimento semelhante ao dos lojistas por parte de várias câmaras

aboliam as licenças antigas, mas abria-se também a porta legal para que a CML pudesse, através de uma nova postura municipal, manter a receita das taxas. Contudo, na resposta à ACLL o Governo, por intermédio do deputado Teixeira de Vasconcelos⁶⁴⁴, procurou agradar aos lojistas, referindo que a sua intenção tinha sido acabar com “desigualdades” e, com isso, “beneficiar principalmente os lojistas menos abastados, como era de justiça e equidade.”⁶⁴⁵

A atitude do ministério teve o condão de conseguir moderar o discurso dos lojistas que, apesar de não terem conseguido o desígnio inicial – acabar com umas licenças atentatórias da “liberdade de comércio” que era garantida pela Carta Constitucional – tendiam agora a aproximar-se mais de uma solução de compromisso: desde que fosse alterado o “antigo formulário” poderia haver entendimento⁶⁴⁶. A posição do governo pode também ser vista como uma forma de aliviar a pressão política do momento – já atrás se referiu a questão da “Pavorosa” e da contestação aos impostos que estavam a agitar o ano de 1872 – na tentativa de afastar os lojistas do radicalismo que lhes era reconhecido, numa altura em que chegavam a Lisboa notícias preocupantes vindas de Madrid, sobre uma “manifestação” das “classes do comércio” contra um imposto municipal que tinha degenerado em violência contra guardas e políticos, só controlada pela intervenção de um “batalhão de milicianos” e algumas prisões, no dia 6 de Outubro, logo seguida dos primeiros relatos acerca do levantamento republicano em Ferrol, a 11 de Outubro⁶⁴⁷.

municipais, veja-se *Diário de Notícias*, n.º 2416, 10 de Outubro de 1872; n.º 2417, 11 de Outubro de 1872 e n.º 2422, 16 de Outubro de 1872; *Jornal do Comércio*, n.º 5685, 12 de Outubro de 1872 e *Jornal da Noite*, n.º 557, 15 e 16 de Outubro de 1872.

⁶⁴⁴ António Augusto Teixeira de Vasconcelos (1816-1878) foi deputado pelo círculo de Margão entre 1870 e 1878, tendo sido igualmente eleito entre 1865 e 1868. Foi o fundador do jornal *Gazeta de Portugal*, tendo colaborado em vários periódicos, entre eles, o *Jornal da Noite*. Era um deputado ligado ao Partido Regenerador. Cf. *DBP*, Vol. III, pp. 964-965.

⁶⁴⁵ *Jornal da Noite*, n.º 558, 16 e 17 de Outubro de 1872.

⁶⁴⁶ *Diário de Notícias*, n.º 2423, 17 de Outubro de 1872.

⁶⁴⁷ *Diário de Notícias*, n.º 2416, 10 de Outubro de 1872 e n.º 2418, 12 de Outubro de 1872. A hipótese talvez saia reforçada se se tiver em conta que a situação da pequena burguesia comercial espanhola foi

De qualquer forma, a intervenção governamental pode, em parte, explicar a celeridade com que o assunto acabou por ser tratado na CML, com a publicação da nova postura a 4 de Novembro. Contudo, para isso terá igualmente contribuído o facto de na altura a edilidade se debater com dificuldades financeiras, como o demonstra o facto de estar a ser discutido um “empréstimo que o município está autorizado para contrair”⁶⁴⁸, e de a posição inicial que tinha adoptado, de que podia continuar a cobrar as licenças independentemente de nova postura, estar a ser contestada, não só pela ACLL e por muitos lojistas individuais, mas essencialmente pelos tribunais que estavam a dar razão aos comerciantes autuados por não terem tirado licenças, absolvendo-os e declarando abolidas as mesmas⁶⁴⁹.

O certo é que no dia 4 de Novembro a vereação terminou o debate sobre o projecto de Geraldo Braamcamp e aprovou “a postura que deve regular as taxas das licenças”, depois de terem sido feitas alterações significativas ao projecto original, nomeadamente, ao nível dos escalões de rendas e das taxas a aplicar, agora mais favoráveis para os lojistas, novamente com base numa pressão da ACLL⁶⁵⁰. Os lojistas passavam agora a dispor de um sistema bastante mais simplificado, tornado efectivo

sempre acompanhada com alguma atenção em Portugal, como o demonstra o facto de em Outubro de 1904, aparentemente, o governo ter desistido do intuito de apresentar ao parlamento uma lei sobre o encerramento ao domingo, sabendo-se da oposição que a mesma gerava entre os lojistas, precisamente, com o argumento que uma lei igual em Espanha tinha “produzido grande alteração de ânimos”, preferindo aguardar que os espíritos se “acalmassem naquela nação”. ACLL, *Boletim*, n.º 46, Outubro de 1904, p. 6. A lei espanhola foi aprovada a 3 de Março de 1904. Cf. SOTO CARMONA, Álvaro, *El trabajo industrial en la España contemporánea, 1874-1936*, Anthropos Editorial, 1989, p. 590.

⁶⁴⁸ *Diário de Notícias*, n.º 2421, 15 de Outubro de 1872 e n.º 2424, 18 de Outubro de 1872.

⁶⁴⁹ Sobre a posição da CML e a contestação dos lojistas veja-se *Diário de Notícias*, n.º 2428, 22 de Outubro de 1872 e n.º 2429, 23 de Outubro de 1872. Sobre os processos em tribunal veja-se esse último n.º e também *Jornal da Noite*, n.º 564, 23 e 24 de Outubro de 1872. No início de 1873 ainda corriam processos em tribunal sobre a questão e os resultados continuavam a ser favoráveis aos lojistas. Cf. *Diário de Notícias*, n.º 2529, 7 de Fevereiro de 1873 e n.º 2531, 9 de Fevereiro de 1873.

⁶⁵⁰ *Diário de Notícias*, n.º 2421, 15 de Outubro de 1872; *Jornal da Noite*, n.º 557, 15 e 16 de Outubro de 1872 e *Jornal do Comércio*, n.º 5707, 8 de Novembro de 1872. Não se conhece o teor exacto das propostas de alteração da ACLL, apresentadas por João Marques da Costa em reunião camarária de 14 de Outubro, mas a comparação entre o projecto inicial de dia 8 (*Diário de Notícias*, n.º 2414, 8 de Outubro de 1872) e o que foi definitivamente aprovado em 4 de Novembro (CML, *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença... (1ª série)*, pp. 23-24) permite verificar a cedência da CML. Toda esta questão foi mais tarde alvo de um opúsculo publicado pelo mais activo interveniente na polémica. COSTA, João Marques da, *Questão acerca das licenças industriaes...*

pela publicação da postura em edital de 13 de Março de 1873⁶⁵¹, que “substituía o antigo e volumoso formulário e resumia o imposto de licenças municipais sem peias ao comércio, nem vexames aos cidadãos.”⁶⁵² Quanto à jovem associação, finalmente mostrava “serviço” comprovando a “sua utilidade” e ganhando, com base na defesa da liberdade de comércio, aquela que vai ser a maior subida percentual de sócios da sua história, pois a lista mais do que duplicou dos 93 existentes em Dezembro de 1871, para os 219 um ano depois⁶⁵³.

A vitória representou um marco na influência que os lojistas ou as temáticas que lhes diziam respeito podiam exercer ao nível da política local. Neste ponto valerá a pena observar que a tentativa da CML, em 1884, de aumentar as taxas desta postura em 50% foi nova e “vigorosamente” combatida pela Associação. Aparentemente, foram outra vez as dificuldades financeiras da CML e a necessidade de consignar verbas para um novo empréstimo que levaram os vereadores a aprovar, em 17 de Abril, uma alteração à postura de 1872. A medida não escapou imune às críticas do Partido Progressista, então na oposição, do “radicalismo” de Augusto Fuschini e também dos republicanos, através da imprensa. Contra o novo empréstimo e sobre o “imposto de licenças” de comércio e indústria falaram nas Cortes os deputados António Maria de Carvalho, “amigo e colega” de Mariano de Carvalho, e o referido Fuschini, num discurso inflamado e cheio de referências populistas⁶⁵⁴. Na imprensa, os jornais *Diário Popular* e *Século* mostraram-se sempre muito solícitos com os lojistas, inclusive, incentivando-os ao protesto a partir de Abril⁶⁵⁵.

⁶⁵¹ Após ter sido aprovada pelo Conselho de Distrito. *Diário de Notícias*, n.º 2564, 15 de Março de 1873.

⁶⁵² ACLL, *Relatório de 1872*, p. 6.

⁶⁵³ ACLL, *Relatório de 1872*, pp. 7-8.

⁶⁵⁴ ACLL, *Relatório de 1884*, pp. 4 e 14-17. DCD, sessão de 02-05-1884, pp. 1379-1380 e sessão de 05-05-1884, pp. 1408-1410. Sobre o radicalismo de Fuschini e a sua ligação aos Regeneradores nesta época veja-se RAMOS, Rui, *João Franco...*, p. 42-45.

⁶⁵⁵ *Diário Popular*, n.º 6154, 19 de Abril de 1884 e n.º 6160, 25 de Abril de 1884; *O Século*, n.º 1012, 27 de Abril de 1884.

A questão da liberdade de comércio foi, então, aproveitada como tema de oposição política, associada a uma campanha da ACLL que se iniciou logo a 29 de Abril, através da decisão, em assembleia-geral, de “dirigir uma representação [à CML] contra semelhante imposto.”⁶⁵⁶ A pressão política e dos lojistas obteve rapidamente frutos, pois após a entrega da representação nos Paços do Concelho, no dia 8 de Maio, a CML decidiu enviar um ofício à Junta Geral do Distrito no sentido desta “sobrestar na aprovação ou rejeição [da postura de aumento das taxas] enquanto a câmara não resolver sobre a representação.”⁶⁵⁷ O assunto acabou por adormecer, passando ao lado das eleições para deputados que ocorreram em Junho, mas foi retomado em Dezembro, gerando pronta resposta por parte da ACLL⁶⁵⁸. A CML acabaria por adiar uma vez mais o assunto, após nova campanha da Associação que mereceu, “por assim dizer, a adesão unânime dos lojistas da capital”⁶⁵⁹. Quando em 1886 o município retomou a iniciativa de reforma da postura sobre as licenças, o ambiente político já era outro, estava no poder o Partido Progressista, e as alterações, aprovadas em 16 de Dezembro, foram poucas, limitando-se praticamente a um “pequeno aumento (...) nas taxas das licenças”, o qual não justificava um protesto da parte dos lojistas, como a própria Associação acabou por admitir⁶⁶⁰.

O sucesso obtido com a questão acabaria também por ser frequentemente recordado sempre que a ACLL pretendia fazer publicidade dos seus serviços, demonstrar a sua utilidade ou relembrar a sua história. Assim aconteceu, por exemplo,

⁶⁵⁶ *O Século*, n.º 1014, 30 de Abril de 1884.

⁶⁵⁷ *Diário Popular*, n.º 6174, 9 de Maio de 1884 e *Diário Ilustrado*, n.º 3958, 10 de Maio de 1884.

⁶⁵⁸ *Diário de Notícias*, n.º 6781, 7 de Dezembro de 1884; *Diário Popular*, n.º 6379, 7 de Dezembro de 1884 e *Diário Ilustrado*, n.º 4172, 10 de Dezembro de 1884; *O Século*, n.º 1205, 11 de Dezembro de 1884.

⁶⁵⁹ ACLL, *Relatório de 1884*, p. 4 e *Relatório de 1885*, p. 4. Durante o mês de Dezembro de 1884, provavelmente, como forma de pressão sobre a edilidade chegaram a surgir boatos na imprensa sobre a organização de um “meeting”, de um “comício de todos os lojistas de Lisboa”. Cf. *O Século*, n.º 1206, 12 de Dezembro de 1884 e n.º 1211, 18 de Dezembro de 1884; *Diário de Notícias*, n.º 6786, 12 de Dezembro de 1884 e *Diário Popular*, n.º 6389, 18 de Dezembro de 1884.

⁶⁶⁰ ACLL, *Relatório de 1886*, p. 43. A comparação do texto das duas posturas, a de 4 de Novembro de 1872 e a de 16 de Dezembro de 1886, já ficou patente na primeira parte da tese.

em Abril de 1901, numa circular a pedir aos sócios empenho em angariar mais lojistas para as fileiras associativas, na qual, entre outros serviços prestados, se recordava em primeiro lugar “o que se passou no início da Associação com respeito às licenças da Câmara Municipal (...); bastaria lembrar este facto, dizemos, para que o nome desta corporação ficasse para sempre na memória dos lojistas de Lisboa”⁶⁶¹.

“Liberdade de comércio” e paternalismo: o encerramento das lojas ao domingo

Para além da liberdade de poder iniciar o seu comércio quando entendesse, nunca verdadeiramente conseguida na medida em que as licenças não foram abolidas, mas satisfatoriamente resolvida para que o assunto não voltasse a preocupar a ACLL, a questão dos horários das lojas, como se viu na história da sua fundação, foi outra das temáticas importantes para os lojistas, estando na base do estímulo inicial de fundação da Associação. O encerramento das lojas ao domingo, no fundo, a polémica do descanso semanal, é outra vertente daquela questão, correspondendo a uma outra perspectiva sobre a liberdade de comércio. Deve, contudo, ser afirmado que a questão do encerramento aos domingos, fosse em Lisboa, ou no estrangeiro, ia muito para além da mera apologia daquele princípio e estava intimamente relacionada com a defesa de um factor de competitividade importante para as lojas mais pequenas ou aquelas que se situavam em bairros mais populares. Do ponto de vista dos historiadores, acresce o facto de o encerramento dominical, ou folga semanal, poder ser um bom ponto de observação das relações laborais que se estabeleciam atrás dos balcões, uma forma interessante de verificar as tensões e/ou cumplicidades entre lojistas e caixeiros.

⁶⁶¹ ACLL, *Boletim*, n.º 4, Abril de 1901, p. 2. A lembrança do “formulário de licenças odiosíssimas” já tinha sido destacada na assembleia-geral de 4 de Maio de 1892, por exemplo (Cf. ACLL, *Boletim*, n.º 55, Junho de 1892, p. 2), e voltaria a sê-lo em 1906, então apresentada como uma vitória contra os “agentes fiscais do município” (ACLL, *Boletim*, n.º 14, Fevereiro de 1906, pp. 13-14).

É necessário começar por afirmar que a questão do encerramento foi sempre tratada pela ACLL de uma forma relativamente ambígua, caracterizada, na melhor das hipóteses, como uma tentativa dos sucessivos corpos gerentes de manterem um certo distanciamento ou independência em relação a um assunto que tinha o condão de poder dividir, de forma insanável, o movimento associativo dos lojistas, como parece ter acontecido no estrangeiro. Aliás, os corpos gerentes nunca esconderam a “prudência” com que a questão foi sempre abordada no seio da Associação⁶⁶².

Apesar da temática aflorar por vezes antes da década de 1880, ela nunca parece ter representado, até então, um problema que exigisse uma intervenção em “defesa da classe”. Muito provavelmente, porque a questão estaria ainda enquadrada, como era visível no estrangeiro, por um lado, pelas relações de cumplicidade ou paternalismo que se estabeleciam entre patrões e empregados e, por outro lado, por uma dinâmica de propaganda dos primeiros movimentos reivindicativos de caixeiros caracterizada por uma aposta nos acordos voluntários. Os dois factores acabavam por contribuir para a manutenção de um baixo nível de conflitualidade. Pelo contrário, a importância e gravidade do assunto, na perspectiva dos lojistas, começou a fazer-se notar a partir do momento que aqueles mesmos movimentos assumiram uma vertente legalista, ou seja, a partir da altura em que iniciaram a demanda sistemática ao Estado para que este tivesse uma intervenção reguladora, para que produzisse legislação de protecção social e laboral, nomeadamente, relativa ao horário de trabalho e ao descanso semanal.

A confirmar a ideia que se acabou de expor talvez se possa indicar o facto do encerramento das lojas aos domingos surgir na documentação produzida pela ACLL pela primeira vez apenas em 1888, através da discussão da temática em algumas assembleias-gerais. Será igualmente interessante referir, como exemplo dos cuidados e

⁶⁶² ACLL, *Relatório de 1906*, p. 16.

da diplomacia com que os corpos gerentes sempre trataram o assunto, que somente no relatório anual de 1892 foi feita uma primeira referência ao tema, com a indicação que estava a ser alvo de “largo estudo” e da elaboração de um “parecer” a apresentar à assembleia-geral⁶⁶³.

Para o período que vai da fundação da ACLL àquela primeira referência, mesmo na imprensa, não parecem ter sido abundantes as menções, pelo menos as que se relacionavam com a posição dos lojistas ou com iniciativas por si patrocinadas. Dos vários jornais compulsados, dos vários anos e momentos escolhidos, apenas resultou uma breve nota do *Diário de Notícias*, de Novembro de 1875, a indicar o que parece ter sido a existência de um acordo voluntário entre vários lojistas da cidade, de vários ramos de negócio, conseguido provavelmente nesse ano, para que as lojas encerrassem aos domingos. Contudo, a própria notícia, dada numa segunda-feira, é elucidativa da margem de insucesso que rodeava estas iniciativas, pois o que o periódico destacava era precisamente o facto de já terem aberto “ontem as lojas de fanqueiro, que também haviam entrado na combinação de fechar aos domingos.”⁶⁶⁴ Seria a proximidade da época natalícia a impor a quebra do acordo, pela lógica da procura de maior lucro, de maior volume de negócio? Ou este era apenas mais um caso do que na altura representava uma tendência para o insucesso deste tipo de acordos entre o mundo do comércio retalhista? Em relação à primeira questão fica apenas a hipótese, já quanto à segunda as certezas são dadas pelos exemplos de Lisboa e pela análise da situação noutros países.

⁶⁶³ ACLL, *Relatório de 1892*, p. 12.

⁶⁶⁴ *Diário de Notícias*, n.º 3492, 8 de Novembro de 1875. A escassez de registos sobre este assunto pode resultar da metodologia adoptada na consulta da imprensa periódica, a que se fez referência na introdução, pois ao serem escolhidos momentos específicos relacionados com a vivência associativa dos lojistas isso pode significar que a importância da temática era ultrapassada ou ofuscada por outras, na altura, mais importantes para os patrões. Como é óbvio, tal não quer dizer que a temática não preocupasse os empregados, como se verá a seguir.

Os compromissos e acordos voluntários para a regulamentação das horas de fecho dos estabelecimentos, onde se incluía a questão do encerramento aos domingos, nunca tiveram muito sucesso, quer fossem apresentados com o argumento de possibilitarem uma diminuição dos custos com pessoal, combustível e iluminação, quer através da noção cristã de descanso ao domingo, ou quer até em defesa da saúde, educação e sociabilidade dos caixeiros. Em Lisboa, no final da década de 80, os insucessos mantinham-se. Um acordo para o encerramento das lojas ao domingo, obtido em Junho de 1888, recebia logo no mês seguinte as primeiras críticas por alguns merceeiros “não fecharem os seus estabelecimentos”⁶⁶⁵. O mesmo acontecia na Inglaterra, uma “nação de lojistas” que, em busca de “clientes”, tinha construído um império⁶⁶⁶, e algo idêntico parecia ser normal nas suas colónias, pois em Vitória, Austrália, os movimentos para fechar mais cedo as lojas, de carácter voluntário, não conseguiram resultados para além de frequentes sucessos “efémeros”⁶⁶⁷.

Em alguns casos, aparentemente, os lojistas foram mesmo pioneiros em relação às exigências dos caixeiros, como parece ter acontecido em Filadélfia, onde as primeiras tentativas para impor um horário de trabalho nas lojas, por acordo voluntário entre os lojistas e sem lograrem sucesso no longo prazo, começaram na década de 1830 e partiram da vontade dos patrões⁶⁶⁸. Na maior parte das vezes, contudo, estas iniciativas eram desenvolvidas por movimentos de caixeiros a pedirem uma jornada de trabalho

⁶⁶⁵ ACLL, *Boletim*, n.º 6, Junho de 1888, p. 5 e n.º 7, Julho de 1888, p. 7; RIBEIRO, Vítor, *O Atheneu Commercial de Lisboa no seu 25º aniversário em 10 de Junho de 1905*, Lisboa, Typographia de «A Editora», 1905, p. 131. Em Agosto de 1890 houve nova tentativa, organizada por uma “comissão da classe dos caixeiros” que contou com a “adesão” da ACLL, mas igualmente sem grandes resultados. Cf. ACLL, *Boletim*, n.º 34, Setembro de 1890, p. 1.

⁶⁶⁶ WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, p. 65; CROSSICK, Geoffrey, “Shopkeepers and the state in Britain...”, p. 252 e SMITH, Adam, *The wealth of nations*, Editado por Andrew S. Skinner, London, Penguin Classics, 1999, p. 197.

⁶⁶⁷ QUINLAN, Michael; GARDNER, Margaret; AKERS, Peter, “A Failure of Voluntarism: Shop Assistants and the Struggle to Restrict Trading Hours in the Colony of Victoria, 1850-85”, in *Labour History*, 88, 2005, pp. 165–182.

⁶⁶⁸ ESTEY, Marten, “Early Closing: Employer-Organized Origin Of The Retail Labor Movement”, in *Labor History*, Vol. 13 (4), 1972, pp. 560-570.

que terminasse às oito horas da noite e/ou um dia de descanso semanal, normalmente ao domingo, algo frequente na segunda metade do século XIX, por exemplo, no Rio de Janeiro⁶⁶⁹.

Em parte, o mesmo tipo de iniciativas, com as mesmas características, vão estar presentes no caso lisboeta, onde existem relatos da reivindicação dos caixeiros no sentido de conseguirem o encerramento dos estabelecimentos ao domingo, ainda na década de 1870, e, igualmente, dos “conflitos graves” que essa luta por vezes gerava. Os anos de 1882 e 1883 também parecem ter sido importantes para o movimento de “encerramento das lojas”, regressando as iniciativas em 1887. Em Portugal, já existia desde 1854 a Associação dos Empregados no Comércio e Indústria, mas o fenómeno associativo vai começar a crescer na década de 1880 e início da de 90, quando aparecem mais instituições com a mesma agenda reivindicativa, como a Associação dos Empregados no Comércio de Lisboa, o Ateneu Comercial e a Associação Federal da Classe dos Caixeiros Portugueses, chegando, segundo os próprios, a atingir os “4000 indivíduos” associados. Pela mesma altura foram fundados jornais ligados aos interesses dos caixeiros e empregados do comércio, como *O Caixeiro Portuguez*, que durou apenas três meses, *O Commercial*, também de curta duração e a *Voz do Caixeiro*, com maior longevidade⁶⁷⁰. Em 1876 já tinham sido lançados alguns números de um jornal ligado à classe, o *Aurora Commercial. Orgão dos Caixeiros Portuguezes*⁶⁷¹.

O crescimento da militância e da conflitualidade, também ligado, em parte, à campanha da própria Igreja que, desde a década de 1870, dedicava cada vez mais atenção à questão do descanso dominical, talvez ajude a explicar que o assunto se tenha

⁶⁶⁹ POPINIGIS, Fabiane, “Operários de Casaca”?..., pp. 86-105 e POPINIGIS, Fabiane, “As Sociedades Caixeirais...”, pp. 113-117.

⁶⁷⁰ *O Lojista*, n.º 11, 25 de Novembro de 1891; ACLL, *Boletim*, n.º 60, Novembro de 1892, p. 6; RIBEIRO, Vítor, *O Atheneu Commercial de Lisboa...*, pp. 130-131 e Associação de Socorros Mútuos dos Empregados no Comércio e Indústria, *Boletim comemorativo do 99º aniversário*, Lisboa, 1953.

⁶⁷¹ *AURORA Commercial. Orgão dos Caixeiros Portuguezes*, Lisboa, n.º 1 (31 de Outubro de 1876) a n.º 8 (17 de Dezembro de 1876).

tornado suficientemente relevante aos olhos dos lojistas para que começassem a dar atenção ao mesmo na segunda metade da década seguinte, como se viu⁶⁷². Contudo, este não é o único factor a ter em conta e, quer na cronologia do início da questão, quer nas divisões internas que as discussões sobre a mesma geraram, é preciso chamar a atenção para as próprias mudanças estruturais por que estava a passar a ACLL nestes anos, com o crescimento do número de efectivos e, essencialmente, a progressiva perda de importância relativa do sector dos géneros alimentares nas listas de sócios.

Quer no caso português, quer no estrangeiro, tendo em conta o insucesso dos movimentos voluntaristas, através dos quais os caixeiros procuravam chegar a acordo directo com os seus patrões ou em que os lojistas, entre si, estabeleciam combinações ou ajustes tendentes a abranger a maior parte das lojas de um determinado local, não é de estranhar que, nas décadas finais do século XIX, quando um pouco por toda a Europa e não só as medidas de cariz social começaram a ser exigidas e impostas, a questão dos horários de trabalho e do descanso semanal se tornasse a principal e por vezes a única causa defendida pelas associações de caixeiros, que então começaram a surgir, preocupando, particularmente, os lojistas⁶⁷³.

Em 1905, a ACLL acabou por apresentar deste modo a evolução histórica da questão em Lisboa: tentando obter o descanso semanal “vêm há muitos anos os caixeiros portugueses empregando as mais persuasivas diligências (...). Nos primeiros esforços para tal encetados, dirigiram apelos aos patrões para que eles cooperassem num acordo e neste sentido se fizeram várias tentativas conciliatórias (...) não se havendo conseguido nunca o encerramento geral das lojas aos domingos. Perdida a esperança

⁶⁷² Em 1903 a ACLL referiu mesmo que a sua intervenção em 1888 tinha derivado do facto da “propaganda” dos caixeiros ter atingido “maior intensidade” nesse ano. Cf. ACLL, *Boletim*, n.º 26, Fevereiro de 1903, p. 1. Fernando Catroga aponta os empregados do comércio como pioneiros nas reivindicações pelo descanso semanal, “com os olhos postos em outros países”, e a “década de oitenta” como a época de início desse “combate longo”. Cf. CATROGA, Fernando, *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal, 1865-1910*, Coimbra, Tese de Doutoramento policopiada, 1988, Vol. I, p. 551.

⁶⁷³ CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard (eds.), *The Petite Bourgeoisie in Europe...* p. 143.

(...) recorreram então para o governo pedindo-lhe a sua intervenção”⁶⁷⁴. O resultado das diligências acabaria por surgir em 1906-1907, com o decreto de João Franco a instituir o descanso semanal, como se verá mais à frente.

No estrangeiro o processo tinha sido em tudo semelhante e, ainda que com cronologias ligeiramente destoantes, o resultado final era o mesmo, a promulgação de leis. Em 1880, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, por exemplo, que já tinha tentado regular exigências semelhantes, lançou uma postura que obteve um curto sucesso e foi logo a seguir anulada “por força da pressão dos proprietários” das lojas. Uma lei considerada minimamente satisfatória pelos caixeiros só viria a ser aprovada em 1911⁶⁷⁵. Em França, em 1906, na sequência de uma greve mineira o descanso semanal foi convertido em lei e igualmente mal recebido pelos lojistas⁶⁷⁶. No caso inglês, em 1885, foi o Império a dar o exemplo, com a publicação de uma lei na colónia de Vitória a regular as horas de trabalho nas fábricas e nas lojas⁶⁷⁷. Na Metrópole existia já uma “antiga e pouco aplicada” lei de encerramento das lojas aos domingos. Contudo, no final do século XIX parece ter-se intensificado a abertura das lojas nesse dia, começando os lojistas a dividir-se em relação à questão, com os médios e grandes lojistas a apoiarem uma intervenção estatal, ao contrário dos pequenos, claramente contra. O assunto começou então a ser discutido nos meios políticos e em 1904 e 1911 foram publicadas leis que regulavam as horas de fecho das lojas⁶⁷⁸.

Havia um traço comum a estas leis, para além de terem resultado de longos movimentos de contestação por parte dos caixeiros e de tentativas infrutíferas de auto-

⁶⁷⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 12, Dezembro de 1905, p. 98.

⁶⁷⁵ POPINIGIS, Fabiane, “*Operários de Casaca*”?..., pp. 89-94 e POPINIGIS, Fabiane, “As Sociedades Caixerais...”, p. 113 e 142.

⁶⁷⁶ NORD, Philip G., “The small shopkeepers movement and politics in France, 1888-1914”, in CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *Shopkeepers and master artisans...*, p. 186.

⁶⁷⁷ QUINLAN, Michael; GOODWIN, Miles, “Combating the tyranny of flexibility: shop assistants and the struggle to regulate closing hours in the Australian colony of Victoria, 1880-1900”, in *Social History*, Vol. 30, n.º 3, 2005, pp. 345-349.

⁶⁷⁸ WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, p. 57, 94-99 e CROSSICK, Geoffrey, “Shopkeepers and the state in Britain...”, p. 252-254.

regulação entre os lojistas. Todas se caracterizavam por estarem “cheias de excepções”, por terem “excepções sistemáticas que em todo o lado acabavam por enfraquecer o seu impacto”, ficando a aplicação das mesmas, por vezes, dependente de uma maior ou menor regulação que era delegada aos poderes locais⁶⁷⁹. A vizinha Espanha parece ter sido pioneira na Europa, com a aprovação da lei do encerramento ao domingo a ocorrer em 1904 e a conter muitas excepções para estabelecimentos comerciais, “permitindo desde o primeiro momento o incumprimento da mesma”⁶⁸⁰. O caso francês é outro exemplo, pois a resistência patrocinada pelas associações de lojistas acabou por forçar o governo a ceder e a criar um vasto conjunto de excepções que, em última análise, “tornaram impossível a aplicação rigorosa da lei” de 1906⁶⁸¹. No mesmo sentido, pode ser apontado o caso inglês, pois a *Shops Act* de 1911 não conseguiu mais do que a definição de horários para as refeições e meio-dia de folga por semana⁶⁸². Na Bélgica, após um longo debate e muitas pressões, em grande medida, dos lojistas mais pequenos, seria aprovada uma lei em 1914, com muitos “extras”⁶⁸³.

A oposição dos lojistas a estas leis ou simplesmente a qualquer tentativa de regulamentação de horários e dias de descanso no sector comercial foi uma constante e, como se viu, a responsável, em grande medida, pela ambiguidade ou fraqueza da legislação que ia sendo aprovada. Com a excepção dos lojistas ingleses mais abastados, e mesmo nestes é preciso distinguir entre o que eram os princípios e o mero interesse

⁶⁷⁹ CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard (eds.), *The Petite Bourgeoisie in Europe*.... pp. 143-144 e 178; POPINIGIS, Fabiane, “*Operários de Casaca*”?..., p. 86; QUINLAN, Michael; GARDNER, Margaret; AKERS, Peter, “A Failure of Voluntarism...”, pp. 165-182 e QUINLAN, Michael; GOODWIN, Miles, “Combating the tyranny of flexibility...”, pp. 345-349.

⁶⁸⁰ SOTO CARMONA, Álvaro, *El trabajo industrial*..., pp. 591-592 e 624-625 e NÚÑEZ SEIXAS, Xoxé M., “Una clase inexistente?...”, p. 41.

⁶⁸¹ NORD, Philip G., “The small shopkeepers movement and politics in France...”, p. 186.

⁶⁸² WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world*..., p. 73.

⁶⁸³ Lei que não chegaria a entrar em vigor devido à invasão alemã. Cf. JAUMAIN, Serge, *Les petits commerçants belges*..., pp. 130-133.

económico⁶⁸⁴, o antagonismo declarado passava invariavelmente, tal como em Lisboa, pela defesa da liberdade de comércio. Mesmo na Bélgica, onde a intervenção estatal cedo começou a ser solicitada pelos lojistas no sentido de melhor ultrapassarem os efeitos da crise económica de finais do século XIX, o sentimento em relação a esse tipo de intervenção do Estado era contraditório, uma vez que, “apesar de tudo, poderia representar uma ameaça à liberdade individual.”⁶⁸⁵ Em França as associações de lojistas combateram sempre o Estado burocrático que queria impor leis e regulamentos à vida comercial, onde se incluía a questão do descanso semanal⁶⁸⁶. Os pequenos lojistas ingleses, nos argumentos que usavam para contrariar as novas leis, reforçavam a ideia de que não era necessária a intervenção do Estado para regular a actividade comercial e que só um “mercado livre seria garantia de salvação para os pequenos comerciantes.”⁶⁸⁷

O argumento parece ser comum a todos os lojistas independentemente de onde exercessem a sua profissão e, no fundo, correspondia à noção de liberdade individual que tinha sido sempre uma das pedras de toque do pensamento liberal ao longo do século XIX. Até no Rio de Janeiro da década de 1880, onde se dava o caso da “grande maioria dos pequenos comerciantes” da cidade brasileira ser constituída “de portugueses”, a contestação aos regulamentos sobre o “fechamento das portas”, ou seja, sobre os horários das lojas e o encerramento aos domingos, levava os homens do pequeno comércio para os jornais reclamar contra a “intromissão dos poderes públicos no que pensavam ser a sua vida particular e liberdade individual, leia-se liberdade de comércio.”⁶⁸⁸

⁶⁸⁴ As reacções às leis sobre os horários das lojas mostram que a posição dos lojistas mais abastados se relacionava, principalmente, com o objectivo de verem a lei servir como reguladora da concorrência entre lojas e não com uma hipotética abdicação do princípio da liberdade individual, sempre defendida. CROSSICK, Geoffrey, “Shopkeepers and the state in Britain...”, pp. 253-255.

⁶⁸⁵ HENTENRYK, Ginette Kurgan-van, “A forgotten class: the petite bourgeoisie in Belgium, 1850-1914”, in CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *Shopkeepers and master artisans...*, p. 128.

⁶⁸⁶ NORD, Philip G., “The small shopkeepers movement and politics in France...”, p. 184.

⁶⁸⁷ CROSSICK, Geoffrey, “Shopkeepers and the state in Britain...”, p. 256.

⁶⁸⁸ POPINIGIS, Fabiane, “Operários de Casaca”?..., pp. 91-92.

Em Lisboa, apesar de tudo, em meados da década de 1880, uma fracção das lojas fechava efectivamente ao domingo, normalmente, na parte da tarde. Não é possível apresentar números exactos ou sequer estimativas aproximadas, contudo, os testemunhos que se podem oferecer, apesar de indirectos, nem por isso deixam de ser menos interessantes, confirmando a ideia de que pelo menos em certas zonas da cidade o encerramento de uma parte das lojas era já uma realidade, com destaque para a zona da Baixa, o que é coerente com a distribuição do tipo de lojas pela cidade, como se viu na primeira parte, e também com o facto do assunto só começar a ser discutido na ACLL, precisamente, quando a ela afluem lojistas do sector das roupas e acessórios, em boa medida, oriundos dessa zona.

O *Diário Popular*, no final de Dezembro de 1886, ao noticiar um protesto da ACLL contra a postura que pretendia impor uma taxa sobre os letreiros das lojas, refere que a direcção tinha convocado a assembleia-geral para 9 de Janeiro “pelas duas da tarde”, por calhar esse dia num domingo e deste modo “a ela concorrer maior número de sócios e interessados”, isto porque era normal notar-se uma certa “monotonia (...) aos domingos nas ruas mais concorridas e alegres da cidade quando a maior parte dos estabelecimentos se acham fechados”⁶⁸⁹. Em 1890, uma nova campanha de protesto do comércio da capital, desta feita contra o Tratado Anglo-Luso de 20 de Agosto, levou a que o jornal *A Tarde* comparasse o aspecto da Baixa lisboeta, no dia 15 de Setembro, uma segunda-feira, com o que era normal acontecer “aos domingos e dias santificados”, pois “algumas lojas fecharam as suas portas; outras não chegaram a abri-las” em resposta a uma solicitação conjunta da Associação dos Lojistas e da Associação

⁶⁸⁹ *Diário Popular*, n.º 7103, 30 de Dezembro de 1886; ACLL, *Actas da Direcção, 1881-1889*, acta n.º 161, 30 de Dezembro de 1886 e ACLL, *Relatório de 1887*, p. 50.

Comercial de Lisboa⁶⁹⁰. Relatos ligados às próprias associações de empregados apontavam, criticando, com é óbvio, para o facto de ser normalmente concedido ao caixeiro “o resto da tarde e a noite de domingo”⁶⁹¹.

O costume certamente ainda não seria generalizado a toda a cidade e a todos os tipos de comércio, além de ser considerado pelos caixeiros, certamente, como pouco tempo livre, pois de outra forma não se compreenderiam as suas campanhas e os frequentes pedidos para que a ACLL os apoiasse na sua luta, como o que fizeram no início de 1888. A discussão dessa solicitação na assembleia-geral de 6 de Fevereiro confirma aliás que, pelo menos alguns caixeiros, “já gozam uma *meia liberdade* aos domingos e dias santos”, expressão que atesta igualmente um paternalismo que vai estar sempre presente na abordagem da questão por parte dos lojistas. Além disso, fica-se com a ideia de que mais facilmente os caixeiros de “lojas de fanqueiro, mercador, ferragens, etc., etc.” conseguiriam o descanso dominical do que aqueles que trabalhavam em lojas de venda de produtos de “primeira necessidade”, como eram as “mercearias, confeitarias, lojas de bebidas, farmácias, casas de pasto, padarias” e outras⁶⁹².

A descrição destas categorias faz levantar a hipótese, coerente com a evolução das listas de sócios, de que o assunto só nesta altura terá entrado na ordem do dia das assembleias – apesar de fora da ACLL ser já um “velho assunto que há tantos anos se ventila sem solução” – porque à Associação estava então a chegar um conjunto de sócios ligados aos primeiros tipos de lojas referidos que, provavelmente, já concediam aos seus empregados algumas garantias, sendo mais facilmente atraídos pela

⁶⁹⁰ A *Tarde*, n.º 477, 15 de Setembro de 1890; O *Século*, n.º 3090, 13 de Setembro de 1890 e *Diário Popular*, n.º 8397, 14 de Setembro de 1890.

⁶⁹¹ ACLL, *Boletim*, n.º 6, Junho de 1888, p. 4.

⁶⁹² ACLL, *Boletim*, n.º 3, Março de 1888, pp. 2-3 (itálico no original).

“propaganda” dos caixeiros em favor do descanso semanal⁶⁹³. O certo é que o assunto, apesar de nunca ter originado as divisões que se sentiam noutros países, sendo que normalmente venciam os argumentos contra o encerramento e sempre os que se opunham a uma lei que o impusesse, não era dos que trazia unanimidade às reuniões magnas dos lojistas, era isso sim uma “questão que sempre agitava e dividia a assembleia”⁶⁹⁴.

Havia, porém, alturas em que aos lojistas interessava mesmo fechar aos domingos e, em parte, esses momentos, mais ligados a uma vertente de intervenção cívica ou política, são um outro sinal, uma outra manifestação do seu paternalismo ou, neste caso, do seu ascendente sobre os caixeiros. Em 1894, as eleições para deputados de 14 de Abril foram um desses momentos. Recorde-se que a dissolução da ACLL e das outras duas congéneres tinha ocorrido no final de Janeiro. Com o intuito de levar a uma maior afluência às urnas foi feita a divulgação de um manifesto eleitoral dos comerciantes e industriais de Lisboa, no qual era referido terem os mesmos resolvido “também fechar no domingo os seus estabelecimentos à hora de todos poderem exercer os seus direitos políticos”, no fundo, “à hora de empregados e caixeiros poderem votar”⁶⁹⁵.

Este tipo de paternalismo em relação à cidadania dos caixeiros podia, como é óbvio, funcionar em sentido oposto, negando a folga ou a saída mais cedo da loja para impedir ou dificultar o voto, como foi denunciado pelo *Século* em 1881. Antes das eleições de Agosto, corriam rumores de que os “patrões” iriam impedir os “empregados no comércio” de votar e durante o acto eleitoral, no relato do jornal republicano, “as lojas eram fechadas tarde e os colégios [eleitorais] de Santa Justa e S. Nicolau eram

⁶⁹³ ACLL, *Boletim*, n.º 3, Março de 1888, p. 5; n.º 4, Abril de 1888, p. 4.

⁶⁹⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 13, Janeiro de 1889, p. 5. Veja-se ainda ACLL, *Boletim*, n.º 20, Agosto de 1889, p. 2 e n.º 55, Junho de 1892, p. 2.

⁶⁹⁵ *Vanguarda*, n.º 1008, 12 de Abril de 1894 e *Diário de Notícias*, n.º 10165, 13 de Abril de 1894.

fechados cedo para que os caixeiros não pudessem votar.”⁶⁹⁶ O relato não é totalmente imparcial, pois até os jornais afectos aos regeneradores admitiam que os caixeiros, “petulantemente” e mal agradecidos, após 1878 foram alistar-se “nas hostes republicanas”, mas era uma imagem que não devia fugir muito à realidade da altura⁶⁹⁷.

O paternalismo dos lojistas ingleses em relação aos seus empregados, muito influenciado pelo facto destes na sua maioria “viverem nas lojas”, era caracterizado precisamente através de uma igual negação dos “direitos cívicos e políticos” dos caixeiros⁶⁹⁸.

Os dois episódios relativos às eleições de 1881 e 1894, além das óbvias leituras políticas, reflectem também que o encerramento ao domingo estava ainda longe de ser uma norma generalizada ou maioritária em Lisboa. A suportar esta ideia continuavam os pedidos dos caixeiros e das suas associações representativas para que a ACLL demonstrasse a sua opinião sobre a questão e aderisse às suas representações que solicitavam a promulgação de uma lei, como aconteceu em 1899 e 1903. No primeiro ano foi o próprio Pinheiro de Melo que respondeu a uma mais uma tentativa dos caixeiros forçarem a representante dos lojistas a tomar uma posição. A réplica do presidente da assembleia-geral, depois seguida pelo *Boletim*, em 1903, no retomar da iniciativa por parte dos caixeiros, foi a que sempre tinha sido e continuaria a ser. Se os caixeiros tinham direito a lutar pelo descanso semanal, um “movimento civilizador e de aspirações liberais e democráticas”, não se podiam esquecer que do outro lado do balcão estavam também “espíritos rasgadamente liberais” que não podiam concordar com o

⁶⁹⁶ *O Século*, n.º 186, 20 de Agosto de 1881 e *O Século*, n.º 188, 23 de Agosto de 1881.

⁶⁹⁷ *Espectro da Granja*, n.º 271, 20 de Agosto de 1881.

⁶⁹⁸ Cf. HOSGOOD, C. P., “‘Mercantile monasteries’...”, p. 340.

recurso à lei, sempre “violento”, e que consideravam “o encerramento voluntário (...) a solução mais digna e honrosa para todos os interessados”⁶⁹⁹.

Apesar de até ao final da Monarquia, e mesmo depois, nunca ter sido possível chegar a esse acordo voluntário, em parte utópico, em parte adequado à posição diplomática que os corpos gerentes tinham de manter no seio de um grupo de sócios cada vez mais heterogéneo, mas igualmente motivado pela defesa dos seus interesses económicos, os testemunhos apontam para que, provavelmente, as características do encerramento ao domingo, no início do século XX, se mantivessem muito próximas das que já foram apontadas, provavelmente, abrangendo agora um maior número de lojas.

Em 1905, por exemplo, num ofício da Associação Comercial de Coimbra, é referido que “em Lisboa e Porto, há muito que a maioria dos estabelecimentos retalhistas fecham ao meio-dia” de domingo⁷⁰⁰. Por sua vez, nas descrições sobre a manifestação anti-clerical de 2 de Agosto de 1909, outra segunda-feira, o jornal *A Vanguarda* comparou o ambiente da cidade, que tinha conseguido reunir 100 mil manifestantes, ao que era vivido durante o descanso semanal, pois nesse dia “pode-se dizer que o encerramento dos estabelecimentos (...) foi completo”, com os comerciantes de Campolide, Chiado, Estrela e Lapa, por exemplo, a fecharem as lojas “pouco depois do meio-dia”, para “pela uma hora e meia da tarde, quase todos os estabelecimentos terem as portas cerradas, dando-nos a impressão que era domingo.”⁷⁰¹

A ACLL sempre procurou justificar a sua posição, garantindo que nunca tinha despoletado ou incentivado qualquer iniciativa que contrariasse a “justificadíssima aspiração” dos caixeiros, apresentando como prova disso o facto de “ter já estabelecido

⁶⁹⁹ ACLL, *Boletim*, n.º 26, Fevereiro de 1903, pp. 1-4. Neste número está incluída a resposta da Associação em 1903 e foi reproduzida a de Pinheiro de Melo de 1899.

⁷⁰⁰ ACLL, *Boletim*, n.º 12, Dezembro de 1905, pp. 98-99.

⁷⁰¹ CATROGA, Fernando, “O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)”, in *Análise Social*, vol. XXIV, n.º 100, 1988, pp. 211-273.

para todos os seus empregados um dia de descanso por semana”, precisamente o domingo, e ter até prestado o seu apoio e concordância em relação a um decreto do ministério das Obras Públicas que definiu o “descanso dominical dos empregados telégrafo-postais”⁷⁰². Voluntariamente, porém, pouco ou nada fazia para que o assunto pudesse ter uma solução satisfatória para ambas as partes.

Quando o encerramento aos domingos entrava pela porta dos lojistas era normalmente por pressão externa, como aconteceu em 1903, no seguimento de uma solicitação da Associação dos Caixeiros Portugueses para que a ACLL patrocinasse um novo pedido para a “promulgação de uma lei regularizando o encerramento dos estabelecimentos”. Da discussão da assembleia-geral e do relatório da direcção uma vez mais ressalta aquela que era a posição sistemática da maioria dos lojistas. O assunto não deveria ser alvo de interferências por parte dos poderes públicos, a solução deveria resultar de um esforço de propaganda dos caixeiros. Como sempre, os lojistas não discordavam do “*desideratum*”, o que não podiam aceitar era o “*modo faciendi*”⁷⁰³.

O mesmo argumento regressou em 1906, referindo-se que qualquer lei que fosse imposta, qualquer “apelo aos poderes públicos” seria sempre considerado um “verdadeiro entrave para o exercício da indústria pelas consequentes penalidades impostas pela lei que tenha de regular o descanso semanal.”⁷⁰⁴ É óbvio que as afirmações acabavam por esconder uma outra motivação para a sua oposição, pois concordar com leis para outros empregados e não o fazer para os caixeiros tinha claras justificações económicas, como aliás se observou nos exemplos estrangeiros. O discurso da ACLL em 1906 não apontava apenas para o público natural do *Boletim*, os lojistas, e também não era só dirigido aos caixeiros, antes tinha como alvo principal o Governo de

⁷⁰² O decreto foi publicado a de 9 de Maio de 1903. ACLL, *Boletim*, n.º 29, Maio de 1903, pp. 1-2; *Relatório de 1906*, p. 16 e *Actas da Direcção, 1906-1912*, acta n.º 169, 4 de Outubro de 1906.

⁷⁰³ ACLL, *Relatório de 1903*, pp. 7-8.

⁷⁰⁴ ACLL, *Relatório de 1906*, p. 16-17.

João Franco que, nesta questão, como na do inquilinato, iria dar neste ano passos legislativos cruciais, inclusive, já enunciados no seu programa de intenções quando assumiu o Poder⁷⁰⁵.

Efectivamente, em 5 de Outubro o projecto de lei sobre o descanso semanal, da autoria do deputado Carlos Lopes, foi apresentado no Parlamento. Em 27 de Novembro a comissão de legislação civil apresentou o seu parecer e ambos começaram a ser discutidos a 1 de Fevereiro de 1907. Após algumas sessões de debate, o projecto do “descanso dominical”, como alguns deputados fizeram questão de o designar, foi aprovado na generalidade no dia 6, apesar das muitas emendas propostas o encaminharem novamente para a referida comissão⁷⁰⁶.

As justificações apresentadas para a sua elaboração baseavam-se em critérios de higiene e saúde, de “necessidade fisiológica”, sendo ainda significativas as vertentes de recreio, educação e sociabilidade que um dia de pausa no trabalho poderiam proporcionar aos caixeiros, não estando ausente também a acomodação a um certo “preceito religioso”. Com isto pretendia-se beneficiar socialmente o “assalariado, em geral”, fosse o operário ou o caixeiro. O dia escolhido para esse descanso era o domingo, importante num “país tradicionalmente católico”, mas igualmente defendido pela comparação com a legislação de outros países, como “a Suíça, a Alemanha, a Bélgica, a Suécia, a Áustria e a Noruega, e recentemente a França”, onde aquele dia tinha recebido a preferência. O governo não desconhecia, certamente, a resistência que essas legislações tinham gerado e, no próprio relatório do projecto-lei, admitia abertura para aceitar alterações e excepções, tomar em conta algumas “condições especiais”, sem contudo esquecer que a defesa do princípio “social” e o passado impunham a elaboração

⁷⁰⁵ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 272.

⁷⁰⁶ DCD, sessão de 05-10-1906, pp. 3-4, sessão de 27-11-1906, p. 3, sessão de 01-02-1907, pp. 4-8 e sessão de 06-02-1907, p. 12.

de uma lei, pois estava já provado que as lutas e protestos “não foram até hoje eficazes para o estabelecimento de um acordo” entre patrões e empregados.

Até do republicano António José de Almeida o projecto mereceu elogios, embora não se esquecesse de indicar o que considerava errado, como a não aplicação da lei ao Ultramar, por exemplo. Mais importante do que isso, porém, é preciso destacar que, tendo o projecto apresentado às Cortes definido já algumas excepções, entre vários tipos de lojas e fábricas que não ficariam obrigadas ao descanso semanal, os republicanos foram os primeiros – apesar de constipado, facto que também atribuía ao “despotismo” do Governo, o deputado republicano foi o primeiro a falar no debate sobre a lei – a pedir que fossem acrescentadas mais algumas, como para os fotógrafos e os barbeiros, e a falar na possibilidade de a lei se adequar às especificidades locais, pois, “com a condição de haver uniformidade para cada uma das terras, podem, em localidades diferentes, adoptar-se critérios diversos.”⁷⁰⁷ No fundo, também eles contribuíram para, aos olhos dos lojistas, tornar mais injusta, porque mais desigual e mais difícil na sua aplicação, uma lei que, à partida, já não seria do seu agrado.

Apesar da aprovação do projecto na generalidade, quando as Cortes encerraram a 12 de Abril, os trabalhos da comissão ainda não tinham terminado, acabando o descanso semanal por ser objecto de um decreto do governo datado de 3 de Agosto⁷⁰⁸. Neste incluíam-se praticamente as mesmas excepções que vinham do projecto originalmente apresentado às Cortes, no que diz respeito aos tipos de lojas que poderiam continuar a abrir aos domingos. Na listagem não apareciam as mercearias, nem lojas de roupas e

⁷⁰⁷ DCD, sessão de 01-02-1907, pp. 8-11. Segundo Catroga, apesar da polémica que a intervenção e interesses da Igreja lançaram na questão do descanso semanal, ao defenderem o domingo como dia de ócio e de dedicação à religião, “no parlamento, o pragmatismo levou os deputados republicanos a apoiarem a lei sobre o descanso semanal” Cf. CATROGA, Fernando, *A Militância Laica...*, Vol. I, p. 553. Veja-se ainda VOLOVITCH, Marie-Christine, “As organizações católicas perante o movimento operário em Portugal (1900-12)”, in *Análise Social*, 72-73-74, 1982, pp. 1202-1203.

⁷⁰⁸ ACLL, *Boletim*, n.º 34, Outubro de 1907, p. 95; VOLOVITCH, Marie-Christine, “As organizações católicas...”, p. 1202 e CATROGA, Fernando, *A Militância Laica...*, Vol. I, p. 551. A data indicada pela ACLL é a de 7 de Agosto. De referir que boa parte das iniciativas legislativas de Franco, com as quais pretendia instituir a sua “revolução”, ficaram por votar. RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 279.

acessórios, duas das principais classes de lojistas representadas na ACLL. Contudo, era já definida a capacidade de intervenção dos governadores civis e das câmaras municipais na regulação dos horários de descanso, depois de ouvidas as associações de classe, o que, à semelhança do que acontecia no estrangeiro iria certamente criar muitas dificuldades a uma aplicação equitativa da lei. Para os menores de 16 anos era obrigatório o descanso semanal, independentemente do tipo de loja ou fábrica em que trabalhassem. Também se definiam multas e, inclusive, pena de prisão para quem não cumprisse a obrigatoriedade do descanso semanal, a observar genericamente aos domingos, com algumas adaptações para certas classes profissionais⁷⁰⁹. As reclamações que se seguiram acabaram por forçar o governo a aumentar ainda mais as excepções, por decreto de 14 de Outubro, incluindo a possibilidade das lojas que não empregassem caixeiros, mas apenas os proprietários e “pessoas de sua família”, ficarem dispensadas do descanso semanal por decisão dos governadores civis⁷¹⁰.

Como é óbvio, pelo conjunto de excepções, em especial esta última, que introduzia uma desigualdade apreciável em termos de concorrência⁷¹¹, pelo facto de permitir aplicações diferenciadas e a criação de novas excepções por intervenção dos poderes locais, por ter sido promulgada em “ditadura” e, acima de tudo, por ser uma obrigação imposta aos lojistas, inclusive, com a definição de “pena de prisão”, o decreto não agradou à Associação e terá sido, provavelmente, um dos que mais influenciou o posicionamento dos lojistas em relação ao governo de João Franco⁷¹². Nessa medida,

⁷⁰⁹ ACLL, *Boletim*, n.º 34, Outubro de 1907, pp. 94-95.

⁷¹⁰ ACLL, *Boletim*, n.º 34, Outubro de 1907, p. 96. Na Bélgica o mesmo tipo de lojistas estava incluído nas excepções previstas nos primeiros projectos apresentados sobre o descanso semanal, em 1903. Cf. JAUMAIN, Serge, *Les petits commerçants belges...*, p. 130.

⁷¹¹ Na Inglaterra era precisamente este tipo de lojista que no final do século XIX se mantinha intransigentemente contra qualquer tipo de regulamentação dos horários das lojas, motivado pela manutenção do que considerava um factor de “sobrevivência”. Cf. WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, pp. 58 e 95; CROSSICK, Geoffrey, “Shopkeepers and the state in Britain...”, pp. 253-256.

⁷¹² A forma como a lei do descanso semanal foi recebida pelos caixeiros de Lisboa, com forte oposição devido à sua ligação ao republicanismo (RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 280 e RAMOS, Rui,

mesmo tendo em conta uma influência republicana que se fazia sentir e estava em permanente crescendo há mais de uma década, talvez não seja exagerado considerar que o decreto possa ter tido um efeito tão mobilizador, no encaminhamento definitivo da ACLL para o campo da oposição aberta ao Franquismo⁷¹³, como a tentativa de Churchill fazer passar uma lei semelhante em Inglaterra, alguns anos mais tarde, na altura considerada como autêntica “dinamite política”⁷¹⁴.

Após a queda de João Franco, a posição da ACLL em relação ao decreto ficou bastante mais clara e, no fundo, era a mesma de sempre. Com a justificação de que era um decreto publicado em “ditadura”, a Associação tinha-se absterido de fazer comentários ao mesmo, na altura em que foi publicado. Agora que o momento político era outro, nada melhor do que nos boletins de Abril, Maio e Junho de 1908 reproduzir um relatório publicado em 1893 que, por sua vez, se baseava na cópia de 1892 de uma representação levada à CML em 1888, por um conjunto de lojistas e caixeiros, para reafirmar que “a imposição seria uma nódoa que mancharia a simpática ideia” do descanso semanal; o decreto representava “um atentado ao direito público, ao direito ao trabalho e à liberdade de comércio”, uma negação da “equidade” que deveria reger as relações entre indivíduos e, necessariamente, entre a “classe dos caixeiros” e a “classe comercial”⁷¹⁵.

João Franco..., p. 140.), em parte, pode ser aplicada aos lojistas, reforçada pelas suas reacções às leis da cobrança de pequenas dívidas e, particularmente, à do inquilinato como se terá oportunidade de observar.

⁷¹³ Praticamente oficializado na reunião da direcção de 10 de Junho onde foi aprovada a sua participação e o “convite aos sócios” para participarem numa homenagem a Bernardino Machado (ACLL, *Actas da Direcção, 1906-1912*, acta n.º 187, 10 de Junho de 1907), considerada por José Relvas como uma posição de força contra o Governo, com um carácter “quase (...) plebiscitário” e surgindo em reacção ao decreto de 10 de Maio de 1907 “que iniciou a ditadura”. Cf. RELVAS, José, *Memórias Políticas*, (prefácio de João Medina; apresentação e notas de Carlos Ferrão) Vol. I, Lisboa, Terra Livre, 1977, pp. 51-53.

⁷¹⁴ O projecto, atendendo à manifesta desaprovação dos pequenos comerciantes ingleses, acabaria por ser alterado a contento e transformado no inócuo “*Shop Act*” de 1911. WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper’s world...*, pp. 96-100.

⁷¹⁵ ACLL, *Boletim*, n.º 40, Abril de 1908, pp. 31-32; n.º 41, Maio de 1908, pp. 39-40 e n.º 42, Junho de 1908, p. 47. Veja-se ainda ACLL, *Boletim*, n.º 13, Janeiro de 1889, pp. 4-5; n.º 60, Novembro de 1892, pp. 5-7 e n.º 66, Maio de 1893, pp. 4-6.

Os protestos dos lojistas, para além da sempre propalada liberdade, tinham uma vertente de preocupação económica, dirigindo-se contra as excepções criadas pela lei, em particular, chamando a atenção para o facto dos vendedores ambulantes poderem fazer negócio aos domingos com os produtos que normalmente eram vendidos em lojas que pelo decreto eram forçadas a fechar as suas portas naquele dia, nomeadamente, as mercearias. O protesto ficou bem patente na assembleia-geral da ACLL de 16 de Junho de 1908 quando António Francisco Neves reclamou contra os vendedores ambulantes da Praça da Figueira⁷¹⁶. Os lojistas entendiam que a regulação do encerramento das lojas ao domingo não deveria ser algo imposto pelo poder, mas sim resultar de um acto voluntário de auto-regulação por parte dos pequenos comerciantes, ressalvando, contudo, que deveria abranger “todas as lojas” ou então criaria desigualdades e injustiças⁷¹⁷.

Pouco depois, a ACLL aprovou uma proposta no sentido de reduzir o tempo de trabalho de caixeiros e marçanos. Pretendia-se também melhorar a legislação “ditatorial” de Agosto de 1907 relativa ao dia de descanso semanal. Uma vez mais estavam presentes os argumentos que sempre acompanharam os lojistas na questão. Para se conseguir que as lojas passassem a fechar às 8 horas da noite no Inverno e às 9 no Verão colocavam-se novamente as esperanças num acordo entre os lojistas patrocinado pela Associação. Por sua vez, para que o dia de descanso semanal pudesse aproveitar a patrões e empregados era necessário, não só uma reformulação do decreto, mas essencialmente que o descanso fosse compensado através de uma campanha a pedir a “eliminação de quase todos os dias santos e de muitos dias feriados” que roubavam

⁷¹⁶ ACLL, *Boletim*, n.º 42, Junho de 1908, p. 44.

⁷¹⁷ ACLL, *Boletim*, n.º 42, Junho de 1908, p. 47. Em Milão, o entendimento da classe era exactamente o mesmo. Aceitava-se o princípio do descanso semanal, mas ele deveria ser deixado ao critério “individual” de cada lojista. Cf. MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan...*, pp. 231-235, em especial 232.

“alguns milhares de horas à produtividade” do comércio⁷¹⁸. Esta última proposta já tinha sido levantada em 1892, na altura deixada para segunda leitura, e em 1903, sendo apontada no fundo como moeda de troca para a aceitação do “descanso hebdomadário ou dominical” pois a quantidade de “dias santificados” prejudicava o comércio e a indústria⁷¹⁹.

Para além da persistência e estabilidade da argumentação ao longo dos anos, importa destacar, uma vez mais, que após um relativo sucesso inicial do acordo sobre os novos horários, com algumas classes de lojistas a aderirem à iniciativa, depressa se verificou um novo falhanço da vertente voluntarista, pois o “encerramento não se tornou geral”, como acabou por admitir a direcção no final de Dezembro⁷²⁰. Até 1910, apesar da cada vez mais óbvia convergência com os republicanos, “únicos” defensores da causa dos caixeiros, como os próprios se consideravam e o tinham declarado na altura do debate da lei de João Franco no Parlamento, os lojistas não mais voltaram a ocupar-se do assunto.

Neste ponto, vale a pena referir que, ao contrário de outras matérias, onde o interesse dos lojistas e a propaganda republicana andaram de mãos dadas, o caso do encerramento aos domingos sempre acabou por ser tratado pela maioria como uma pura questão de classe, na qual a vertente da “liberdade” e do “interesse” se sobrepunham a outras solidariedades ou cumplicidades, demonstrando que para estes homens a “independência” era igualmente um valor a preservar e que acima do cálculo político estava a gestão eficiente do negócio. Pode servir de exemplo deste facto, a circunstância de nas várias discussões sobre o assunto produzidas nas assembleias-gerais se esbater

⁷¹⁸ ACLL, *Relatório de 1908*, p. 23-26 e ACLL, *Boletim*, n.º 44, Agosto de 1908, p. 63.

⁷¹⁹ ACLL, *Boletim*, n.º 54, Maio de 1892, p. 3 e *Relatório de 1903*, p. 29. Assim como tinha acontecido em 1892, a proposta de 1908, pela leitura anticlerical que também gerava, não passou despercebida entre a imprensa mais conservadora, que não se coibiu de classificar a ACLL como uma “agremiação retintamente jacobina e maçónica”. *Diário Ilustrado*, n.º 6850, 24 de Abril de 1892; *Portugal*, n.º 479, 25 de Agosto de 1908 e n.º 481, 27 de Agosto de 1908. A expressão é do último n.º do *Portugal*.

⁷²⁰ ACLL, *Relatório de 1908*, p. 26.

por completo a tendência republicana que, desde a década de 1880, se fazia sentir. A favor de uma lei para o descanso semanal encontram-se, por vezes, os republicanos Custódio Martins Pereira ou Júlio Felisberto de Carvalho, mas energicamente contra posicionavam-se igualmente outros republicanos como Sebastião Correia Saraiva Lima ou Domingos Luís Coelho da Silva⁷²¹. Outro exemplo de oposição ao encerramento por parte de lojistas republicanos é o da apresentação do primeiro relatório da ACLL sobre a questão, datado de 5 de Abril de 1893, elaborado e assinado por uma comissão de seis membros, todos eles ligados ao Partido Republicano⁷²².

Talvez por isso, a seguir ao 5 de Outubro, após as primeiras notícias surgidas na imprensa sobre a possibilidade de António José de Almeida ir promulgar uma lei para regulamentar os horários dos estabelecimentos comerciais, a ACLL tenha dedicado uma assembleia-geral ao tema e enviado ao ministro do Interior uma moção aprovada “por unanimidade” a pedir ao “governo da República Portuguesa para não promulgar a lei que obrigue as lojas a fechar à 8 horas da noite, embora regulamente, como lhe cumpre, as horas de trabalho dos empregados do comércio.” A mudança de regime tinha mudado definitivamente o tom do protesto, agora bem mais conciliador, mas mantinha a argumentação, os direitos dos patrões nunca poderiam ser prejudicados pela imposição dos direitos dos empregados, se aos caixeiros era justo que fosse definido um determinado horário, igualmente justo era deixar aos lojistas a possibilidade de manter as lojas abertas mesmo “sem a presença dos empregados”⁷²³.

Os raciocínios esgrimidos contra o encerramento aos domingos, apesar de manterem sempre uma tónica significativa na questão da liberdade de comércio,

⁷²¹ Como exemplo, vejam-se as assembleias de 15 e 22 de Julho de 1889 ou a de 3 de Outubro de 1892. ACLL, *Boletim*, n.º 20, Agosto de 1889, pp. 2-5 e ACLL, *Boletim*, n.º 60, Novembro de 1892, pp. 1-3.

⁷²² ACLL, *Boletim*, n.º 66, Maio de 1893, p. 4-6. Os lojistas eram Domingos Luís Coelho da Silva, Agostinho Manuel de Sousa, Inácio de Magalhães Basto, Alfredo Joaquim da Silva Ramalho, José Romão de Matos e António Peres.

⁷²³ ACLL, *Boletim*, n.º 72, Dezembro de 1910, pp. 97-104.

acabavam por denunciar igualmente, em frases soltas, outras motivações menos teóricas e mais práticas. Um dos argumentos para a manutenção das lojas abertas ao domingo passava por óbvias questões económicas, pela sobrevivência do negócio, apesar de ser apresentado com o embrulho do “costume” e da “tradição”, dos hábitos enraizados nos clientes. O consumo das classes populares e operárias era, em grande medida, ditado pelo pouco tempo livre que as jornadas de trabalho deixavam, daí a importância da abertura até tarde das lojas e do não encerramento aos domingos, pelo menos, de manhã, pois abrir a loja neste dia era aproveitar uma vantagem competitiva, era não deixar fugir para o vizinho do outro lado da rua “um certo número de pequenas transacções”, era “aproveitar quaisquer interesses, por insignificantes que pareçam”. Num pequeno mundo sobrelotado de lojas, estar aberto mais horas e mais dias representava uma “necessidade”⁷²⁴.

A dificuldade em conseguir-se o acordo com os caixeiros resultava assim do facto de ser virtualmente impossível convencer todos os lojistas, para que todos, ao mesmo tempo, fechassem as lojas num determinado dia. A partir do momento em que algum falhava, em que algum furava o acordo, eram subvertidas as regras da livre e honesta concorrência e “todos temem ser prejudicados”. O encerramento só poderia funcionar sem prejuízo para os lojistas se fosse geral, pois só assim se mudavam os hábitos dos “fregueses” que se habituariam a comprar no dia anterior o que deixavam de poder adquirir no dia marcado para o descanso semanal. Mas os acordos voluntários não se conseguiam precisamente porque persistindo alguns “em não encerrar os estabelecimentos ao domingo, obrigam indirectamente os demais a seguir-lhe o exemplo.”⁷²⁵

⁷²⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 3, Março de 1888, p. 2 e n.º 12, Dezembro de 1905, p. 99.

⁷²⁵ ACLL, *Boletim*, n.º 3, Março de 1888, p. 5; n.º 4, Abril de 1888, pp. 4-5; n.º 60, Novembro de 1892, p. 6 e n.º 12, Dezembro de 1905, p. 99.

Apesar das divisões sobre o assunto nas assembleias acabava sempre por triunfar a vertente da “liberdade”, do acordo voluntário. Segundo alguns sócios, aliás, seria um contra-senso que uma Associação fundada com o objectivo de terminar “com o antigo regime em que não se permitia que os estabelecimentos estivessem abertos até depois de uma determinada hora da noite, porque tal lei representava evidentemente uma restrição à liberdade”, fosse “agora pedir que se elabore uma lei que vem restringir também a liberdade”, como era a do encerramento aos domingos⁷²⁶. Aceitava-se o “princípio”, ele era já aceite por “um grande número” de lojistas, mas o que dizia a “prática”? Na sua visão, impunha muito cuidado na análise da questão pois eram muitos os “interesses” em jogo, ou seja, era o princípio económico a sobrepor-se ao princípio social, por mais simpático que este último se afigurasse⁷²⁷.

Nesta defesa de interesses, normalmente, estava também presente um outro aspecto, a visão paternalista que os lojistas tinham da forma como se deveria orientar a gestão da loja e do seu pessoal. Embora derivando da liberdade de comércio e da tentativa de manutenção de um factor concorrencial, o factor paternalista acabava por expor alguma incoerência argumentativa dos lojistas, pois em alguns momentos parecia ser a principal justificação para a recusa da maioria dos presentes nas assembleias em aceitar uma lei do encerramento aos domingos. Para além disso, o conjunto de argumentos que envolvem essa visão paternalista das relações laborais, pela vivacidade que introduziam nas discussões e pelos pormenores que os acompanhavam, proporciona o ensejo de desenvolver um pouco a análise do que seria, em traços gerais, a vida atrás do balcão.

⁷²⁶ ACLL, *Boletim*, n.º 60, Novembro de 1892, p. 2.

⁷²⁷ ACLL, *Boletim*, n.º 66, Maio de 1893, p. 4-6. Veja-se igualmente n.º 28, Abril de 1903, p. 6-7.

Havia lojistas que recusavam o encerramento ao domingo, recusavam alargar a todo o dia a meia folga (“*meia liberdade*”) de que, numa forma mais ou menos abrangente, os caixeiros já usufruíam, suportando a sua opinião uma vez mais na noção de liberdade, nem que fosse uma muito peculiar noção de liberdade. Essa “deusa radiosa” que também era reclamada pelos caixeiros não podia, em boa medida, ser-lhes concedida essencialmente por que eles não a sabiam aproveitar. Era uma gente jovem, observação que à frente se poderá comprovar, que em vez de aproveitar as “horas livres” para se dedicarem ao estudo, por exemplo, as gastavam em “passeatas”, em “bacanais [sic]”, depauperando a saúde e a “bolsa”. Ceder mais liberdade aos caixeiros era entregá-los a uma vida de “excessos e folguedos prejudiciais.” Era uma classe esbanjadora, que não pensava no futuro, não se preocupava em economizar. O comércio, porém, era uma das actividades “que requer mais seriedade”, pelo que se impunha ao caixeiro uma atitude prudente, de parcimónia e “modéstia”, “cautelosa no gastar”, pois só assim se ganhava “confiança” para lidar “com haveres alheios” e a confiança era essencial para o comerciante⁷²⁸.

Na sua opinião, não sem algum cinismo, estes conselhos eram ditados pela experiência de vida dos lojistas que também já tinham sido caixeiros, também já tinham sido jovens. A “rapaziada” que pedia uma lei para o descanso semanal deveria era pôr os olhos nos exemplos dos seus patrões, a maioria dos quais já tinha passado “pelas amarguras e trabalhos de que essa classe” se queixava. A sua recusa em aceitar uma lei reguladora da questão resultava, até, de um “sentimento amigo e protector”, tinha por trás um historial que os levava a defender os empregados das “asneiras”, dos “perigos” e inconvenientes que advinham das “folgas”. A “avareza” dos patrões, como era por vezes classificada pelos caixeiros, a disciplina quase “militar” necessária à gestão das

⁷²⁸ ACLL, *Boletim*, n.º 3, Março de 1888, pp. 3 e 5; n.º 26, Fevereiro de 1903, pp. 1-2.

lojas, era imposta pelo desejo dos lojistas zelarem pela educação dos caixeiros. Estes encontravam-se, até pela sua idade, numa fase “perigosa” do seu desenvolvimento como homens, podendo cair em “relações perigosas e hábitos nocivos”⁷²⁹. O paternalismo, contudo, tinha uma razão de ser, pois era essa “sujeição salvadora”, esse “isolamento relativo” que permitia a muitos deles economizarem o suficiente e gerarem hábitos de trabalho no intuito de alcançar, mais tarde, uma “posição independente”⁷³⁰. Como é óbvio este era o discurso de antigos caixeiros que já tinham logrado chegar a lojistas.

O paternalismo, contudo, nem era um exclusivo dos lojistas de Lisboa, nem os seus argumentos andavam longe dos que eram usados pelos seus colegas do resto do país e mesmo do estrangeiro. Um pouco por toda a Europa os caixeiros estavam sujeitos a apertadas restrições de liberdade e a um paternalismo que transformava a loja numa “atmosfera opressiva”⁷³¹. No final do século XIX, as relações de trabalho nas lojas espanholas, por exemplo, apresentavam ainda traços pré-capitalistas, nomeadamente, o paternalismo, a prática do internato e a indiferenciação salarial⁷³². Em Milão o “sistema paternalista” era ainda comum, apesar de estar a ser cada vez mais contestado pelos caixeiros, onde predominavam fortes tendências socialistas⁷³³. Nem o mundo dos grandes armazéns, dos *Department Stores*, fugia à tentação de usar o sistema paternalista como forma de demonstrar a sua preocupação social, por um lado, e de garantir o “controlo laboral” e a gestão empresarial, por outro⁷³⁴. No *Bon Marche* de Paris, por exemplo, a vida dos empregados era regulada como se de uma “caserna” se tratasse⁷³⁵.

⁷²⁹ *O Lojista*, n.º 13, 12 de Dezembro de 1891 e n.º 34, 30 de Maio de 1892. Veja-se ainda *O Mundo*, n.º 2918, 18 de Dezembro de 1908.

⁷³⁰ *O Lojista*, n.º 34, 30 de Maio de 1892.

⁷³¹ CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *The Petite Bourgeoisie in Europe...*, pp. 177-178.

⁷³² NÚÑEZ SEIXAS, Xoxé M., “Una clase inexistente?...”, p. 40.

⁷³³ MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan...*, pp. 225-237.

⁷³⁴ CROSSICK, Geoffrey; JAUMAIN, Serge (eds.), *Cathedrals of consumption...*, pp. 19-20 e 125-126.

⁷³⁵ No que aliás imitavam velhos hábitos do “pequeno comércio”. Cf. NORD, Philip G., *Paris shopkeepers...*, pp. 63-64 e JAUMAIN, Serge, *Les petits commerçants belges...*, p. 49.

Em Portugal, da Associação Comercial de Coimbra, por exemplo, vinha, em 1905, a mesma ideia propalada pela ACLL de que liberdade a mais para o caixeiro iria resultar em “abusos”. Ao lojista competia educar e vigiar, qual figura paternal, o “bom comportamento dos seus empregados” e, se necessário, castigar os excessos. O objectivo, debaixo de uma efectiva subjugação e até negação de direitos sociais e de masculinidade, era formar um ser à imagem do protótipo ideal do que era ou devia ser o lojista: um homem probo, honesto, trabalhador e educado. Com isso procurava-se assegurar dois desígnios. Por um lado, garantir obviamente a hierarquia laboral da loja, sujeitando o caixeiro à “superior orientação do patrão”, por outro, preparar o futuro, pois a maioria dos lojistas sabia, até por experiência própria, que “o caixeiro de hoje será o comerciante de amanhã”⁷³⁶.

No fundo, quer em 1888 ou em 1905 limitavam-se, com ligeiras variantes de vocabulário, a chamar a atenção dos caixeiros que pretendiam coarctar as liberais garantias dos lojistas para uma frase citada num jornal de 1869, a propósito de uma greve dos caixeiros de Paris em protesto pela diminuição do horário de trabalho: “se todos os caixeiros são amigos da liberdade, todos os patrões foram caixeiros.”⁷³⁷

Este tipo de paternalismo “negava” ou procurava adiar a total independência, a passagem à vida adulta dos caixeiros⁷³⁸, ao mesmo tempo que ambicionava incutir ou, no mínimo, transmitir a ideia de que só através de um determinado modo de vida, necessariamente na sua particular interpretação, se poderiam resolver os problemas sociais. Assim, as publicações de federações e associações de lojistas um pouco por toda a Europa, numa tendência de que a ACLL não se afastava, exaltavam um conjunto de virtudes fundamentais relacionadas com a sociedade burguesa, nomeadamente, o

⁷³⁶ ACLL, *Boletim*, n.º 12, Dezembro de 1905, pp. 98-99.

⁷³⁷ Segundo o jornalista, a expressão era atribuída a “um louco que há anos divagava pelas ruas da baixa”. *Diário de Notícias*, n.º 1432, 20 de Outubro de 1869.

⁷³⁸ BAILEY, Peter, “White Collars, Gray Lives?...”, p. 277 e HOSGOOD, C. P., “‘Mercantile monasteries’...”, pp. 322-352.

louvor do trabalho, a poupança ou parcimónia, a ordem, a família e a propriedade. Ao mesmo tempo condenavam a preguiça, o desperdício, o caos, a lassidão moral e a indigência. Tudo isso está presente nos argumentos acima apresentados. No fundo, os lojistas consideravam “o seu modo de vida e os seus métodos de produção como uma solução exemplar” para a conflitualidade social que estava a crescer no final do século XIX. As “relações patriarcais, a possibilidade de uma mobilidade social ascendente através dos negócios, as qualificações educacionais: estas eram as soluções que a sociedade deveria adoptar para evitar a pobreza, o desenraizamento (...).”⁷³⁹

O facto de muitos dos caixeiros viverem e trabalharem no mesmo local, em acomodações disponibilizadas pelos patrões, acabava por reforçar a sua dependência em relação a estes. Tal situação contribuía para os colocar numa posição de maior subserviência, para a qual contribuía igualmente “os mecanismos do paternalismo” presentes nas relações entre patrões e caixeiros. A elaboração desta imagem, desta representação do lojista como o “benévolo paterfamilias” do caixeiro não escondia, porém, o objectivo “calculista” de manter na loja o precário equilíbrio entre a necessária distância, essencial para a gestão hierarquizada do negócio, para a manutenção da autoridade atrás do balcão, e a desejada identificação, importante para a construção de um sentimento de cumplicidade, de partilha de interesses comuns, onde se destacava, como é óbvio, a luta ou o empenho pela sobrevivência económica da loja⁷⁴⁰.

No fundo, em troca de um certo grau de respeitabilidade, de um aparente estatuto social, ao caixeiro era exigida uma quase completa subordinação aos interesses dos lojistas, podendo ser esta, evidentemente, uma das interpretações para a constante insistência dos comerciantes na temática da liberdade de comércio e dos acordos voluntaristas para o encerramento das lojas, pois qualquer progresso feito nesse campo

⁷³⁹ HAUPT, Heinz-Gerhard, “The Petty Bourgeoisie in Germany and France...”, pp. 315-316.

⁷⁴⁰ HOSGOOD, C. P., ““Mercantile monasteries’...”, pp. 323-325.

não deixaria de ser sempre percebido, igualmente, como mais uma benesse, mais um favor do lojista concedido ao seu bem comportado caixeiro, no fundo, mais uma das manifestações do paternalismo que regia as relações laborais nas lojas de Lisboa.

Em concreto, essas relações eram muito influenciadas por dois factores: por um lado, o facto dos caixeiros começarem a trabalhar nas lojas muito novos, muitos deles recentemente chegados à cidade; por outro lado, pela própria expectativa de ascensão social transmitida pela vida atrás do balcão e pelo discurso do patrão. As duas situações acabavam por criar uma maior margem de manobra aos patrões para imporem o seu paternalismo e facilitavam a aceitação dessas imposições pelos empregados.

Para que estes factores pudessem contribuir em definitivo para o serenar da conflitualidade laboral era preciso que as condições de trabalho fossem aceitáveis e que as expectativas se cumprissem com relativa facilidade e frequência. Aqui as tendências parecem contraditórias. Em relação às primeiras, os testemunhos existentes permitem afirmar que as exigências dos caixeiros tinham alguma razão de ser. No que diz respeito às segundas, apesar de os dados recolhidos não poderem ser apresentados como conclusivos, eles demonstram que pelo menos entre os lojistas se mantinha uma certa idealização sobre o que com trabalho e persistência um homem de origem humilde poderia vir a conseguir. No fundo, os seus percursos de vida acabavam por ser um exemplo para os caixeiros de que, com esforço, seria possível, para alguns, chegar à posição de lojista.

As condições iniciais oferecidas a quem queria fazer uma carreira no comércio não pareciam ser as melhores. Caixeiros e marçanos eram, os próprios lojistas o admitiam em 1903, tendo o cuidado de falar do passado, por vezes, “rudemente tratados pelos patrões e tidos como simples máquinas produtoras”, aos quais não se concedia “um dia de recreio, uma hora de repouso” e se pagava com uma alimentação “deficiente

e má”, com “castigos severíssimos pela mais leve falta” e, “com a denominação de cama, uma velha enxerga em cima do balcão.”⁷⁴¹

Os horários de trabalho também não ajudavam a criar uma imagem muito favorável da vida no comércio, por vezes considerada mais dura e exigente que a dos operários e justificando por isso as reclamações e protestos. Quem se levantava normalmente “às 7 horas da manhã e trabalha[va] activamente até às 10 da noite” tinha direito a um descanso ao fim de uma semana. O caixeiro levava uma vida “clausural e fastidiosa” e um repouso era benéfico para a sua saúde e até para a produtividade da loja. As “longas horas” passadas na “estreiteza de um balcão”, que podiam chegar a atingir “16 a 18 horas por dia!”, traziam prejuízos para o físico dos “jovens” caixeiros, “talvez a classe que mais contribui para a tísica”, como era afirmado em plena assembleia-geral por um lojista defensor da causa do encerramento. No fundo, um dia inteiro de descanso não era pedir muito e justificava-se para que fosse mais suportável a “clausura” da semana de trabalho⁷⁴². É curioso verificar a associação feita entre a vida na loja e a vida num mosteiro, a “clausura”, pois essa era precisamente a imagem usada em Inglaterra, na década de 1870, para caracterizar a sujeição dos caixeiros às permanentes exigências dos patrões⁷⁴³.

Apesar de tudo, mesmo tendo em conta as difíceis condições impostas aos caixeiros, a visão paternalista tinha uma certa razão de ser e, em parte, representava para estes uma esperança futura, ligada a histórias de vida que eram, provavelmente, comuns à maioria dos lojistas⁷⁴⁴. Muitos dos que, agora inscritos na ACLL, criticavam os caixeiros e chamavam a sua atenção para os valores do trabalho, da honestidade e da

⁷⁴¹ ACLL, *Boletim*, n.º 29, Maio de 1903, pp. 1.

⁷⁴² ACLL, *Boletim*, n.º 3, Março de 1888, p. 5; n.º 4, Abril de 1888, p. 5; n.º 6, Junho de 1888, pp. 4-5; n.º 60, Novembro de 1892, p. 6; *O Lojista*, n.º 36, 13 de Junho de 1892 e ACLL, *Relatório de 1908*, p. 24.

⁷⁴³ HOSGOOD, C. P., “‘Mercantile monasteries’...”, p. 336.

⁷⁴⁴ No final do século XIX era ainda muito vulgarizado o “ideal de que o caixeiro era um lojista embrionário”. Cf. CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *The Petite Bourgeoisie in Europe...*, pp. 176-177.

solidariedade para com os patrões, já tinham passado pelo que era o *cursus honorum* da vida comercial. À entrada muito jovem na loja, com 10 a 12 anos, na categoria de marçano, seguia-se um tempo de aprendizagem e integração, normalmente, até atingir a maioridade. Era indicado que a idade dos marçanos, “esses pequenos empregados, (...) medeia entre doze a dezoito anos”⁷⁴⁵. Após este período, a aplicação no trabalho levava-o eventualmente, sendo do agrado do dono da casa comercial, ao lugar de caixeiro e, em alguns casos, de guarda-livros. Entre os 28 e os 32 anos, em média⁷⁴⁶, se fosse poupado, responsável e empreendedor poderia então abraçar a sua “independência”, estabelecendo-se por conta própria. Em alguns casos, a cumplicidade com o patrão e a dedicação à loja poderiam levar a uma sucessão na mesma que começava pela oferta da posição de sócio e podia terminar com o trespasse ou cedência do negócio.

O percurso aqui esquematicamente traçado resulta da observação de um conjunto razoável de histórias de vida ou retratos biográficos sobre lojistas, disponíveis na imprensa e em enciclopédias. A riqueza de algumas das descrições e biografias permite confirmar esta imagem genérica e, mais importante do que isso, demonstra que ela fazia efectivamente parte do imaginário dos lojistas, da sua forma de ver o mundo e definir o seu lugar na sociedade, o que talvez seja tão significativo para a compreensão da mentalidade destes homens como o seria uma verificação estatística sobre a validade ou representatividade deste quadro. Ficam por isso aqui apenas alguns exemplos⁷⁴⁷.

⁷⁴⁵ ACLL, *Relatório de 1908*, p. 24.

⁷⁴⁶ O cálculo das idades foi feito com base na observação dos dados dos recenseamentos eleitorais, onde aquele intervalo era o mais frequente na transição da categoria de “caixeiro” para outra relacionada com a propriedade de uma loja. Foram estudados 166 indivíduos, para os anos entre 1878 e 1906. A fonte destes dados corresponde aos livros de recenseamento das 14 freguesias da cidade que foram analisadas e já antes referidas na análise às contribuições médias dos lojistas feita na primeira parte da tese.

⁷⁴⁷ Além dos destacados no texto, veja-se outros testemunhos biográficos de lojistas que passaram pela ACLL, apenas a título de exemplo, em *Commercio e Industria, folha illustrada com retratos e biographias*, n.º 16, Lisboa, 1882; n.º 38, 1884; n.º 163, 1903 e n.º 173, 1904; ACLL, *Boletim*, n.º 69, Agosto de 1893, p. 7; *O Mundo*, n.º 2916, 16 de Dezembro de 1908; *Vanguarda*, n.º 4286, 16 de Dezembro de 1908 e n.º 4287, 17 de Dezembro de 1908; *O Comércio Português*, n.º 4, Abril de 1929, pp. 102-104; *GEPIB*, Vol. 12, pp. 695-696 e Vol. 25, p. 624. A partir de 1905 a ACLL começou a publicar no seu *Boletim*, com regularidade quase mensal, uma série de esboços biográficos de sócios e antigos sócios. Veja-se ACLL, *Boletim*, n.º 1, Janeiro de 1905 (dedicado a José Pinheiro de Melo) e seguintes.

Sebastião Mestre Santos foi um desses casos. Sócio da ACLL desde 1888, “era natural do Alentejo, tendo vindo para Lisboa com 11 anos de idade para dar início à sua carreira comercial. Como marçano entrou para a célebre camisaria Rosa Araújo, na rua de S. Nicolau, onde se conservou por muitos anos. Destacando-se de uma maneira que desde logo lhe granjeou admiradas simpatias, ascendeu rapidamente na escala hierárquica do pessoal, chegando a empregado superior. Tendo resolvido adquirir a sua independência, saiu voluntariamente da camisaria Rosa Araújo, estabelecendo-se com uma casa do mesmo ramo denominada Camisaria Santos, localizada na rua do Ouro.” Montou depois a «Casa da Rússia» na rua Augusta, para o comércio de peles. Já depois de implantada a República chegou a assumir a direcção da ACLL⁷⁴⁸.

Percurso idêntico foi trilhado por Rafael Ribeiro Lopes. Sócio da ACLL desde 1903, era natural da Galiza de onde veio para Lisboa com apenas 11 anos para trabalhar “em casa de seu tio estabelecido com casa de bebidas ao Cais do Sodré”. “Pouco tempo depois” decidiu dedicar-se ao comércio de carnes, “servindo em diversos talhos de Lisboa” durante cerca de 14 anos. “Estimulado pelo desejo de pôr em prática as suas aspirações de independência, deliberou estabelecer-se por conta própria.” Tomou então de trespasse, em 1891, a António José Alves, também sócio da ACLL, em 1894, “um pequeno talho no mercado da Praça da Figueira, com porta para a Rua da Betesga”. Em 1896 o estabelecimento ampliou-se, com o crescimento do negócio. Em 1903 o seu filho, Eduardo Ribeiro Lopes, então com 10 anos, começou a trabalhar com ele, ao mesmo tempo que concluía o “curso comercial da Escola Académica e os preparatórios da Rodrigues Sampaio”⁷⁴⁹.

⁷⁴⁸ *Praça de Lisboa. Livro de Ouro do Comércio e Indústria da Capital*, Porto, 1945-1946, p. 123.

⁷⁴⁹ *Praça de Lisboa...*, pp. 60-61.

Em jeito de conclusão e à falta de um retrato do pequeno mundo da loja tão vivo como o do romance, *The History of Mr. Polly*, publicado em 1910 por H. G. Wells⁷⁵⁰, é igualmente interessante observar um pequeno texto de Angelina Vidal publicado em 1893 no jornal *O Lojista* e dedicado a José Pinheiro de Melo, que poderia ser o retrato de vida do presidente dos Lojistas e o de muitos outros. Representava, sem dúvida, uma imagem muito fiel do que os lojistas julgavam dever ser a sua forma de estar na vida e nos negócios e, também, como parece óbvio, do papel que nesse universo cabia aos caixeiros.

Era a história, em jeito de folhetim, de um guarda-livros a quem o patrão após longos anos de sã convivência ofereceu sociedade na sua firma. O guarda-livros tinha vindo para Lisboa, da Beira, com apenas 9 anos e começara a trabalhar no estabelecimento como marçano (José Pinheiro de Melo era natural de Aveiro e tinha vindo para a capital com a mesma idade para trabalhar no comércio). O pai já tinha morrido e a mãe morreu ao vir para Lisboa em visita. O patrão logo se comoveu da sua situação e “deixou de considerá-lo como empregado subalterno para lhe consagrar um carinho paternal. Educou-o, instrui-o e fê-lo seu guarda-livros” (Pinheiro de Melo começou por trabalhar com o seu tio a quem acabaria por suceder nos negócios). No dia em que propôs sociedade ao empregado, o patrão sofreu um desaire comercial e viu o seu negócio ameaçado, pelo que como homem honrado e honesto pretendeu desistir da projectada sociedade. Foi, então, a vez do guarda-livros mostrar toda a sua gratidão e,

⁷⁵⁰ *The History of Mr. Polly by H. G. Wells, Project Gutenberg*, URL: <http://www.gutenberg.org/etext/7308> (consultado em Setembro de 2008). Num registo diferente, para uma época mais recuada e igualmente interessante, veja-se ainda a novela *Alves & C.ª*, onde, ao bom estilo corrosivo de cronista social, Eça de Queirós oferece um retrato da mentalidade pequeno burguesa, na qual nem os desaires da vida íntima e privada eram suficientes para colocar em causa a cumplicidade entre dois recentes sócios de uma firma comercial.

com umas “economias razoáveis” que tinha amealhado, insistiu na sociedade, entrou como “sócio capitalista” e salvou a firma comercial⁷⁵¹.

A ficção tinha uma correspondência na vida real. Atente-se nas memórias de um profissional do comércio português que viveu e trabalhou no norte do país, mas que poderia também tê-lo feito em Lisboa, na transição da Monarquia para a República. Silvano Vitorino Machado era natural do concelho de Moncorvo, onde nasceu em 1884, filho de “pequenos lavradores”. Andou na escola “até aos 11 anos para fazer o exame de Instrução Primária.” Depois de terminado este último, o pai pediu a “um nosso patrício que vivia no Porto para me arranjar uma casa para marçano.” A colocação arranjada era “numa pequena mercearia na Rua de Álvaro de Castelões”, tendo servido na casa durante dois anos. “Naquela altura não havia horário de trabalho, pois se trabalhava tanto de noite como de dia, sem conta, nem peso, nem medida.” Por ter adormecido ao balcão, depois de abrir a loja às “cinco horas”, levou “uma bofetada mestra” do patrão e decidiu mudar de casa. Tinha trabalhado o primeiro ano “sem ordenado e no segundo ganhei 10.000 réis por mês, ou seja 120.000 réis por ano”. Na segunda casa, em Gaia, esteve apenas um ano, pois por ter ficado a dormir fora levou “uma forte e bem merecida descompostura por não entrar em casa à hora regulamentar”, depois de uma folga num domingo⁷⁵². Colocou então um anúncio num jornal e arranjou trabalho na Régua, novamente numa mercearia, à frente da qual estava a esposa do proprietário, por este se encontrar doente, tendo mais tarde falecido. Em 1903, em sociedade com outro caixeiro decidiu montar “uma casa”, mas o negócio preparado em segredo seria descoberto pela patroa que acabou por o convencer a permanecer na “Casa Viúva Lopes, que se tornou uma das melhores da Régua.” A opção então tomada acabaria por

⁷⁵¹ *O Lojista*, n.º 48, 15 de Março de 1893. Os dados sobre Pinheiro de Melo foram recolhidos em *O Comércio Português*, n.º 4, Abril de 1929, pp. 102-104.

⁷⁵² Atente-se na expressão “bem merecida”. No fundo, quem escreve as memórias já não é o jovem caixeiro e sim o lojista de sucesso.

compensar, pois em 1916 chegou a sócio da mercearia, tendo casado com a filha da viúva em 1921⁷⁵³. Pelo que foi possível observar nas páginas anteriores, parecia ser este também o caixeiro e lojista tipo de Lisboa e esta a vivência dos profissionais do balcão no final da Monarquia.

A apologia da “livre concorrência”: o “ódio” aos monopólios

Uma outra vertente da sempre propalada liberdade de comércio ficou representada pela contestação dos lojistas a qualquer tipo de monopólios. Que perigos representavam os monopólios? De que forma estes afectavam os lojistas ou julgavam os lojistas que os podiam afectar? Para a resposta a estas questões é fundamental perceber a percepção social e económica que os lojistas tinham de si próprios e para isso é preciso destacar, por um lado, a permanente oposição ou comparação que estes faziam entre os “grandes”, os “monopolistas”, e os “pequenos”, os que prezavam a “concorrência”; por outro lado, a importância dada ao esforço individual, à iniciativa privada e ao trabalho que definiam o seu modo de estar nos negócios e a sua identidade comum. Cimentando estas ideias estava a noção genérica de “liberdade de comércio” ou “liberdade de trabalho”, de onde resultava uma permanente rejeição dos lojistas em relação aos monopólios por, precisamente, “coarctarem”, com os seus privilégios e cláusulas exclusivas, a possibilidade de cada um prosseguir com a sua actividade dentro de um determinado ramo de negócio. Já em 1864 a questão dos monopólios, neste caso do monopólio do tabaco, chamava a sua atenção e da imprensa que os defendia⁷⁵⁴. Contudo, apesar da temática ter estado presente ao longo de todo o período estudado ela

⁷⁵³ MACHADO, Silvano Vitorino, *Memórias de um profissional do comércio*, Régua, 1955, pp. 3-12.

⁷⁵⁴ *Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, n.º 13, 17 de Janeiro de 1864. O *Defensor dos lojistas* concordava, sem sombra de dúvida, com o fim do monopólio do tabaco, embora contestasse o aumento dos impostos sobre o mesmo que afirmava acompanhar a proposta governamental (*Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, n.º 49, 3 de Março de 1864). Argumentos que repetiu noutro artigo (*Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, n.º 55, 10 de Março de 1864).

foi mais significativa, mais relevante na passagem da década de 1880 para a de 1890 e novamente entre 1908 e 1910.

Em 1887, num protesto contra a iniciativa Progressista relativa ao monopólio dos tabacos, algumas das ideias atrás enunciadas estavam já presentes. Aos monopolistas eram garantidas todas as condições e garantias, “tudo é largueza e amplitude”, para os que estavam do lado da “liberdade de fabrico e venda”, os revendedores e vendedores, tudo era dificultado, as exigências eram maiores, “todas as concessões são cerceadas”⁷⁵⁵. O perigo dos monopólios passava, sem dúvida, pela diminuição da concorrência ou pela criação de condições de concorrência tais que tornariam muito difícil a manutenção na actividade dos pequenos, dos lojistas. O perigo era, precisamente, a “aniquilação (...) dos revendedores pobres”⁷⁵⁶. No fundo, os monopólios consistiam sempre num “ataque à liberdade do trabalho” e por via disso conduziam à injustiça social⁷⁵⁷.

Exactamente a mesma opinião foi transmitida na polémica de 1888 sobre a possibilidade de criação de fábricas de moagem e padarias geridas pelo Estado e pela CML, com o objectivo de “regular permanentemente o preço do pão”. Um tal sistema, segundo a Associação Auxiliadora dos Fabricantes de Pão, acabava com a concorrência e ao fazê-lo era lesivo para os interesses que representava, pelo que pediu o apoio da ACLL na contestação à medida. Os lojistas consideravam que este “ataque à liberdade” que agora atingia os padeiros, mais tarde poderia ser transposto para qualquer outro ramo de negócios e, como tal, deveria ser contrariado⁷⁵⁸. A sua visão do que deveria ser um Estado “liberal” não se coadunava com a ideia de um intervencionismo permanente

⁷⁵⁵ ACLL, *Relatório de 1887*, p. 69.

⁷⁵⁶ ACLL, *Relatório de 1887*, pp. 69-70.

⁷⁵⁷ ACLL, *Relatório de 1887*, p. 7.

⁷⁵⁸ ACLL, *Relatório de 1888*, 1ª parte, p. 13.

na esfera particular, dos negócios. Na base até poderia estar um bom objectivo, a regulação do preço e da qualidade, mas não deixava de ser uma “extravagante ideia” ver um governo a “fazer [de] comerciante e industrial”. Isso era um caminho para a criação de monopólios de Estado que só tinham como resultado a morte da “concorrência legal, legítima, filha do trabalho, da inteligência e dos esforços de cada um”⁷⁵⁹.

Ainda nesse ano, nos primeiros números do *Boletim*, a ACLL associou “a sua voz de reclamação e protesto” contra o que considerava ser uma outra situação de monopólio e contra as desvantagens para o consumidor particular que poderiam advir dessa situação. A polémica estava relacionada com a Companhia das Águas e com o facto desta, após um período em que optou por não utilizar contadores, os voltar a colocar, em 1888, desta feita a expensas dos utilizadores e cobrando um aluguer pelos mesmos. Isto acontecia, segundo Saraiva Lima, autor do artigo, porque se estava perante uma “companhia monopolizadora”, cujo único objectivo era “avidamente aumentar os seus lucros”⁷⁶⁰.

Na base da contestação deste e de outros supostos “monopólios”, como o que os lojistas defendiam estar a ser preparado, na mesma altura, para a “Companhia dos Carris de Ferro Americanos”, estava uma ideia de justiça e igualdade. O Governo e o poder local deveriam deixar a iniciativa dos negócios, da economia, para a actividade privada, sendo exigido que a única regra a imperar fosse a da livre concorrência, pois não podia haver “um morgadio das companhias poderosas”. O sistema funcionaria naturalmente desde que as leis fossem “iguais para todos, ricos e indigentes”⁷⁶¹. Contudo, nem era propriamente a preponderância das companhias que acabava por radicalizar o discurso dos lojistas. No fundo, os homens que estavam à frente dessas empresas desejavam o mesmo que os pequenos comerciantes, “bons dividendos”, ter lucro, prosperar, o que

⁷⁵⁹ ACLL, *Boletim*, n.º 6, Junho de 1888, pp. 5-6 e n.º 18, Junho de 1889, pp. 6-7.

⁷⁶⁰ ACLL, *Boletim*, n.º 6, Junho de 1888, pp. 2-3.

⁷⁶¹ ACLL, *Boletim*, n.º 6, Junho de 1888, p. 6.

era perfeitamente razoável e expectável na opinião dos lojistas. O que já não era aceitável e gerava ressentimentos era que o Poder, os políticos se imiscuissem nos negócios que deveriam ser privados, distorcendo a concorrência através da outorga de concessões e privilégios que levavam aos monopólios. E isto acontecia porquê? Na sua opinião, porque “tudo isto é de meia dúzia de sujeitos, que tão depressa estão no governo, como são directores de companhias, bancos, etc., etc.”⁷⁶² Neste aspecto, é de notar que cedo começou a ser estabelecida uma relação entre a marcha da política e a dos negócios, algo que vai estar muito presente no discurso dos lojistas no final da Monarquia.

Em 1890, o regresso da questão do monopólio do tabaco levou a ACLL a expor uma vez mais a sua opinião sobre o assunto e, genericamente, sobre os monopólios económicos. O importante, o que se deveria preservar era a “concorrência dos produtores”, única garantia de manutenção da qualidade, de preços baixos e de lucros “para o tesouro”. Tais benefícios para o consumidor, para o vendedor e para o Estado só podiam ser assegurados através do “regime de liberdade” ou, quando muito, pelo “fabrico por conta do Estado”, mas nunca pelo monopólio, para mais um monopólio na venda, pois o objectivo deste era somente o lucro⁷⁶³.

Quaisquer que fossem e incidindo sobre qualquer actividade, os monopólios eram sempre prejudiciais, deles resultavam sempre “abusos” por parte das “companhias monopolizadoras” e fosse qual fosse o governo ou a vereação em causa os lojistas não se coíbam de contestar a medida, votar a sua “censura” ou, no mínimo, alertar para os “regulamentos a fazer”. Assim aconteceu em Julho de 1891 numa resposta a um pedido de informações do Governo que pretendia lançar o “concurso para a adjudicação do exclusivo da fabricação do álcool”. A resposta da Associação foi pronta, ou não tivesse

⁷⁶² ACLL, *Boletim*, n.º 7, Julho de 1888, p. 7.

⁷⁶³ ACLL, *Relatório de 1890*, pp. 98-99.

o pedido partido de Mariano de Carvalho, ministro da Fazenda à época, político que sempre tinha mantido uma relação de proximidade com os lojistas de Lisboa, mas também porque era necessário alertar o Governo para se prevenir “contra os excessos prováveis da empresa monopolista” que certamente iriam prejudicar “o comércio dos vinhos”⁷⁶⁴.

No ano seguinte foi a contestação ao “monopólio das lotarias”, a ser implementado através de um contrato com a Companhia Aliança de Lotarias, o qual iria prejudicar “altamente” a “classe (...) dos revendedores”, questão que mais uma vez preocupava a ACLL e a fez dirigir-se ao Governo de José Dias Ferreira com uma representação de protesto. No fundo, o monopólio “redundava em benefício de meia dúzia de indivíduos”, criava “privilégios” contra os interesses de “uma classe numerosíssima”, ameaçando o “comércio de retalho” por não lhes manter a “faculdade que antes tinham de honesta e livremente trabalhar”⁷⁶⁵.

Em 1891 e 1892 o discurso dos lojistas ainda poderia ser afectado pela época de crise financeira que então se vivia, mas não mudou na viragem do século, pois em 1904, quando estava a ser negociado o contrato dos tabacos, essa eterna questão, os argumentos mantiveram-se. Nas cláusulas a estipular deveria ser garantida “a manutenção do livre regime de venda” de modo a não prejudicar os pequenos vendedores e revendedores que não tinham capacidade para “lutar com a Companhia dos Fósforos”, empresa que tinha apresentado uma proposta para obtenção do “exclusivo”⁷⁶⁶. Um tal pedido, alvo de uma representação ao Governo entregue já em Março de 1905, tinha por base uma noção de “absoluta justiça” para com os lojistas a ser seguida no novo contrato, pois não dispendo de capacidade financeira suficiente

⁷⁶⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 45, Agosto de 1891, pp. 12-13. Sobre as relações entre Mariano de Carvalho e os lojistas veja-se a última parte da tese.

⁷⁶⁵ ACLL, *Relatório de 1892*, pp. 10 e 20-22; ACLL, *Boletim*, n.º 57, Agosto de 1892, p. 4.

⁷⁶⁶ ACLL, *Boletim*, n.º 46, Outubro de 1904, pp. 4-5.

deveriam, por isso, ser apoiados pelo Estado. Contudo, esse apoio não passava por qualquer subsídio ou lei extraordinária, apenas pelo estabelecimento de regras, de normas que impossibilitassem aos detentores do monopólio a supressão da concorrência e da “liberdade de comércio”⁷⁶⁷.

Em 1908, foi a vez do contrato feito entre a CML e a Carris a chamar a atenção da ACLL. Uma vez mais, na gestão da coisa pública, na gestão económica de serviços de utilidade pública o que deveria prevalecer era o interesse do todo, neste caso de “toda a população da capital”, e não o “enfeudar por largos anos, a companhias ou indivíduos, a posse e exploração de serviços”. Com isso, prejudicavam-se outras empresas que não conseguiam concorrer com as condições favoráveis garantidas aos “monopolistas”. A “benéfica concorrência” entre as várias empresas era a única forma de poupar os consumidores a aumentos de preços e de garantir para o Estado e para a Câmara maiores receitas fiscais. Nesta nova polémica nota-se uma total identificação entre os interesses da “classe” dos lojistas e a propaganda republicana, pois na assembleia-geral onde foi votado, “por unanimidade”, um ofício à CML a protestar contra o referido monopólio, foi igualmente aprovada uma moção que, entre outras coisas, defendia a “adesão plena e incondicional ao comício de protesto contra os monopólios, (...) aprovado em assembleia da Liga de Defesa dos Interesses Públicos”, instituição tutelada pelo PRP⁷⁶⁸.

Era reconhecido e a ACLL fazia questão de o publicitar que, “por princípio”, condenava “todas e quaisquer peias que tendam a coarctar as liberdades do livre exercício do comércio e da indústria”. Só da “livre concorrência” poderiam resultar

⁷⁶⁷ ACLL, *Boletim*, n.º 4, Abril de 1905, pp. 27-31. Em 1906 insistiram no mesmo discurso, ainda sobre a questão do contrato dos tabacos, referindo que “em princípio somos contra todos os monopólios, contra toda a absorção de todo o direito de livre produção, da livre concorrência, do mais amplo exercício de todo o trabalho e de toda a actividade nacional”. Em 1908, noutra polémica, os argumentos eram os mesmos. Cf. ACLL, *Boletim*, n.º 15, Março de 1906, p. 18 e ACLL, *Relatório de 1908*, p. 16.

⁷⁶⁸ ACLL, *Boletim*, n.º 42, Junho de 1908, pp. 46-47; ACLL, *Relatório de 1908*, pp. 14-17 e *Vanguarda*, n.º 4106, 19 de Junho de 1908.

melhorias na qualidade e no preço dos produtos, nomeadamente, no pão, afectado pelo limite no número das padarias que “se traduziu em disfarçado monopólio”, como afirmavam já em Novembro de 1910, depois da Revolução Republicana⁷⁶⁹.



O António Maria, 5 de Outubro de 1891, pp. 180-181

⁷⁶⁹ ACLL, *Relatório de 1910*, pp. 19-20. Exactly the same arguments had been expressed, for example, in 1909, in the defense of the sellers of “wine by the drop” against a hypothetical monopoly and, in September of 1910, in a protest against the Companhia dos Telefones. Cf. ACLL, *Boletim*, n.º 56, Agosto de 1909, pp. 73-76 and n.º 69, Setembro de 1910, pp. 70-71.

No âmbito da análise sobre esta temática, de que se fez uma resenha cronológica, destacando as principais características do discurso dos lojistas, será útil agora observar com algum detalhe uma das maiores campanhas de contestação aos monopólios e que resultou, provavelmente, na mais mobilizadora iniciativa de defesa dos interesses da classe de entre todas aquelas em que a ACLL esteve envolvida entre 1870 e 1910. Foi despoletada pela fusão, em 1891, entre as companhias de gás que actuavam em Lisboa, a “Companhia Lisbonense de Iluminação a Gás” e a “Gás de Lisboa”, ou a “Velha” e a “Nova” companhias como ficaram imortalizadas pela caricatura de Bordalo Pinheiro.

O interesse desta abordagem detalhada passa, primeiro, pela identificação de uma percepção sobre os prejuízos que os lojistas consideravam resultar, não só deste em particular, mas também de todos os “exclusivos” em geral. Em segundo lugar, porque foi um momento igualmente importante, pelo acompanhamento que a questão teve nos jornais, inclusive além-fronteiras, para perceber melhor os apoios que a ACLL recebeu durante a contestação e através deles tentar identificar, nesta temática específica, alguns sinais de aproximação entre os lojistas e o republicanismo. Refira-se, por fim, que nesta questão os motivos de mobilização e protesto dos lojistas de Lisboa eram, em parte, coincidentes com o que na mesma altura dinamizava os colegas espanhóis, como o demonstra o protesto de finais do século XIX contra o monopólio do gás em Madrid que “encarecia o combustível utilizado por muitas lojas”⁷⁷⁰.

Em 1878 já os lojistas se preocupavam com o preço do gás e com a forma como a CML se relacionava com a respectiva “Companhia Lisbonense”, a “Velha”. Na altura projectava-se a realização de um novo contrato entre as duas entidades e a ACLL, em assembleia-geral de 1 de Maio e por unanimidade, decidiu que deveria estudar as suas cláusulas, pois algumas havia que, na sua opinião, poderiam ser prejudiciais para “os

⁷⁷⁰ NÚÑEZ SEIXAS, Xoxé M., “Una clase inexistente?...”, p. 39.

consumidores, os quais na máxima parte são lojistas.”⁷⁷¹ Em 1887 regressou a preocupação com a questão, pois estando em andamento a realização de um concurso para o fornecimento de iluminação pública a gás na cidade – o anterior contrato com a Companhia Lisbonense tinha sido denunciado em 1886 – os lojistas entendiam que nas condições do referido concurso deveriam ser previstas algumas cláusulas que favorecessem os consumidores, nomeadamente, a gratuitidade dos contadores e uma “redução do preço do gás para os consumidores particulares”. As propostas foram apresentadas a Fernando Palha, à altura presidente da CML que, no entanto, referiu a “impossibilidade” de fazer alterações ao que estava já negociado⁷⁷².

A partir de 1889, altura em que entrou em vigor o novo contrato, passou a haver concorrência na distribuição do gás em Lisboa. Se para a iluminação pública a CML manteve um exclusivo com a “Nova” Sociedade Gás de Lisboa, para os particulares passaram a operar no mercado duas companhias, pois mantinha-se a funcionar a Companhia Lisbonense⁷⁷³. A nova situação acabou por dar razão aos lojistas quando apontavam os monopólios como geradores de preços elevados. Efectivamente, o preço do gás, que na década de 1870 rondava os 60 réis por m³, tinha descido para 45 réis em 1887 e acabaria por atingir os 27 réis em 1890, devido à “concorrência”⁷⁷⁴.

Porém, as notícias que surgiram no princípio de 1891 não eram animadoras para os lojistas. Estava a ser negociada a fusão das duas companhias e a realização de um novo contrato com a CML que poderia trazer como consequência para os consumidores a possibilidade de aumento do preço do gás, que passaria a 45 réis o m³, e o fim da gratuitidade na colocação dos contadores⁷⁷⁵. Em Maio, “o projecto que serve de base

⁷⁷¹ Foi na mesma reunião criada uma comissão para tratar do assunto. ACLL, *Relatório de 1878*, p. 24.

⁷⁷² ACLL, *Relatório de 1887*, pp. 10-11 e MATOS, Ana Cardoso de, “A indústria do gás em Lisboa: uma área de confluência de várias abordagens temáticas” in *Penélope*, n.º 29, 2003, pp. 110-111.

⁷⁷³ MATOS, Ana Cardoso de, “A indústria do gás em Lisboa...”, pp. 110-111.

⁷⁷⁴ MATOS, Ana Cardoso de, “A indústria do gás em Lisboa...”, p. 121.

⁷⁷⁵ *O Século*, n.º 3278, 22 de Março de 1891.

para a fusão das duas companhias do gás” foi entregue à comissão administrativa municipal e o jornal republicano *Século* chamava novamente a atenção dos consumidores, ou seja, em boa medida a atenção dos lojistas, afirmando que estes iam ficar prejudicados pois o preço do gás iria aumentar⁷⁷⁶.

Apesar do jornal não falar directamente nos lojistas a associação comerciante/consumidor decorre do facto de, em simultâneo com a notícia sobre a composição do novo governo, também incluída nesse número, se falar ainda de outras questões importantes para os sócios da ACLL, nomeadamente, dos “abusos dos senhorios”, numa piscadela de olhos a outra temática que os republicanos sabiam estar a incomodar e mobilizar os lojistas. Era também a primeira chamada de atenção directa dos republicanos em relação aos lojistas, para a questão da fusão e que se justificava pela preocupação que o preço do gás já vinha a ter no seio da associação representativa dos pequenos comerciantes, como se viu. A partir desta altura começou-se a misturar a propaganda republicana e a defesa dos interesses dos lojistas, vertentes cada vez mais ligadas por intermédio da questão dos monopólios. E de “monopólios”, no plural, se falava, pois para além da junção das duas companhias de distribuição do gás, estava igualmente a ser negociado a entrega às mesmas do exclusivo da produção e exploração da electricidade⁷⁷⁷. Estava lançado o “lamiré”, na expressão do *Boletim* de Abril, para que se tornasse “conveniente que a Associação dos Lojistas se ocupe desde já deste importante assunto”⁷⁷⁸.

O que, efectivamente, não demorou a acontecer, pois logo a 1 de Junho foi enviada uma representação à CML pedindo a salvaguarda dos “interesses dos consumidores” quando fosse autorizada a junção das duas companhias. Pedido reforçado junto do governo, a 26 do mesmo mês, para que se evitassem as

⁷⁷⁶ *O Século*, n.º 3339, 22 de Maio de 1891.

⁷⁷⁷ *O Século*, n.º 3372, 24 de Junho de 1891.

⁷⁷⁸ ACLL, *Boletim*, n.º 41, Abril de 1891, p. 3.

“consequências de um futuro monopólio”. O objectivo era defender o “grupo mais importante dos consumidores de gás”, os lojistas, que tinham exultado de “satisfação” quando foi criada uma segunda companhia e que agora viam ser ameaçadas as vantagens obtidas pela concorrência. Consideravam como uma boa medida o contrato celebrado a 14 de Outubro de 1887 com a companhia “Gás de Lisboa”, pois desta forma tinha sido contrariado o “monopólio exercido de facto pela Companhia Lisbonense de Iluminação a Gás”. Isto tinha beneficiado os consumidores e, na sua opinião, até o próprio município. A “concorrência estabelecida” tinha permitido reduzir os preços do gás e, com isso, tinha aumentado o seu consumo. A “concorrência livre” era uma garantia para os consumidores. Porém, da fusão prevista das duas companhias nada de bom seria de esperar, uma vez que regressava o monopólio, estando já previsto que o preço do gás iria aumentar para “45 réis por metro”. Ao Governo e à CML era pedida a manutenção dos “legítimos interesses dos consumidores particulares”, nomeadamente, o preço do gás, ou quando muito que o mesmo fosse aumentado até ao máximo de “30 réis por metro”, a gratuitidade das canalizações “até à torneira de segurança do consumidor” e o fornecimento, igualmente gratuito, dos contadores⁷⁷⁹.

Contudo, os pedidos endereçados aos poderes públicos não resultaram em alterações significativas nas negociações sobre a fusão das companhias e no final de Julho circulavam novamente notícias, uma vez mais no periódico republicano, sobre o aumento dos preços, estando agora os consumidores a ser informados pela companhia que a partir de 1 de Agosto pagariam o m³ a 45 réis. O jornal chamava a atenção de que seria a indústria e o comércio que mais sofreriam com este aumento, ao mesmo tempo que falava na formação de várias “comissões de comerciantes” que procuravam

⁷⁷⁹ ACLL, *Boletim*, n.º 44, Julho de 1891, pp. 1-4 e *Relatório de 1891*, pp. 38-42. No fundo, os lojistas retomavam aqui os anteriores argumentos contra o “regime monopolista” na gestão da coisa económica, considerado um “atentado à liberdade”. Na sua opinião, os monopólios só traziam “prejuízos e vexames (...) para os lojistas, para os industriais e para toda a população da capital.” Cf. ACLL, *Relatório de 1891*, pp. 10 e 39-40.

convencer “os seus colegas para não abrirem os seus estabelecimentos à noite”⁷⁸⁰. A pressão republicana sobre a ACLL não poderia ser mais clara e acabou por se concretizar através de um pedido de “um grupo de comerciantes”, de 25 de Julho, a Pinheiro de Melo no sentido da “urgente convocação de uma assembleia-geral” para discutir a questão do aumento do gás⁷⁸¹.

A reunião realizou-se a 27, com “a sala e corredores literal[mente] cheios de sócios”, mas também de “indivíduos” que não o eram⁷⁸². Na ordem de trabalhos, para além da questão do gás, estava a crise financeira e a resolução do problema dos “trocos”, da falta de moeda corrente. A junção das duas polémicas levou a uma sequência de discursos críticos em relação ao governo, em particular contra Mariano de Carvalho, pelo que não surpreende que o *Século* tenha depois falado em reunião “importantíssima” e o *Diário Popular* nem à mesma se tenha referido⁷⁸³. Tal como não surpreende que após uma longa discussão tivesse sido votada uma proposta para que se fechassem as lojas no dia 1 de Agosto, para que se fizesse uma “greve” ao consumo de gás em protesto contra a “espoliação” e “abusos” das companhias e que fosse nomeada uma “comissão especial” para gerir a questão, toda ela constituída por lojistas ligados ao republicanismo⁷⁸⁴. Tal como se viu na questão do descanso semanal, por vezes, interessava e muito aos lojistas fechar as portas dos seus estabelecimentos. Essa era uma forma de pressão muito eficaz sobre as autoridades pelas dificuldades que colocava ao

⁷⁸⁰ *O Século*, n.º 3402, 24 de Julho de 1891.

⁷⁸¹ *O Século*, n.º 3403, 25 de Julho de 1891.

⁷⁸² ACLL, *Boletim*, n.º 45, Agosto de 1891, pp. 6 e 9.

⁷⁸³ *O Século*, n.º 3406, 28 de Julho de 1891 e *Diário Popular*, entre o n.º 8702, 28 de Julho de 1891 e o n.º 8704, 30 de Julho de 1891.

⁷⁸⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 45, Agosto de 1891, p. 10 e *O Século*, n.º 3407, 29 de Julho de 1891. Presidida por Gil Carneiro, a comissão era composta por mais 8 sócios, Júlio Felisberto de Carvalho, José António Nunes, Marques Cacula, Manuel Nunes Ferreira, João António Félix de Carvalho, Agostinho Manuel de Sousa, José dos Reis Verol e João Evangelista Maia. À excepção do último, para o qual não foi possível encontrar informação pessoal, todos os outros apareciam com alguma frequência em iniciativas eleitorais patrocinadas pelo *O Século*. Cf. *O Século*, n.º 183, 17 de Agosto de 1881; n.º 185, 19 de Agosto de 1881; n.º 3494, 24 de Outubro de 1891 e n.º 4292, 5 de Janeiro de 1894. As greves eram uma forma normal de pressão dos comerciantes através das quais se lutava, entre outras coisas, “contra monopólios e exclusivos”. Cf. TENGARRINHA, José Manuel, *Estudos de história contemporânea de Portugal*, pp. 67-68.

abastecimento rotineiro das populações e por trazer para as ruas os caixeiros, essas “hostes republicanas”⁷⁸⁵.

Apesar dos naturais constrangimentos, o jornal de Mariano de Carvalho acabaria por apoiar igualmente a “greve”, publicando na primeira página o convite que a ACLL dirigia a “todos os srs. consumidores de gás”, para que encerrassem “os seus estabelecimentos ao anoitecer a começar no dia 1 de Agosto, mandando desde já retirar os seus contadores”. Ao governo não interessava ostracizar a “opinião pública”, nesta altura claramente identificada com os lojistas. Aliás, o ministro já na altura chegou a ser acusado de usar a questão do contrato do gás para “desfazer-se da actual comissão administrativa” municipal, ao colocar a hipótese de intervir, forçando a rescisão do contrato assinado entre a CML e as Companhias Reunidas⁷⁸⁶. Acusação que, como é óbvio, o jornal do ministro da Fazenda rejeitava por completo, mas que se veio a concretizar em 6 de Agosto, com a demissão da comissão presidida pelo marquês de Fronteira e a nomeação de uma outra presidida pelo conde de Ottolini, depois de surgirem boatos sobre a possibilidade de José Pinheiro de Melo fazer parte da nova estrutura⁷⁸⁷.

A “greve” começou efectivamente no dia 1 de Agosto, com o fecho de uma grande parte dos estabelecimentos comerciais da Baixa, a partir das 8 horas da noite. A extensão do protesto parece ter apanhado desprevenidos os próprios republicanos, sem que, contudo, perdessem a oportunidade de, como “inevitáveis pescadores de águas turvas”, como eram classificados pelo *Diário Popular*, realizarem mais uma demonstração de força e vitalidade, pelas ruas e cafés da baixa lisboeta. Poucos parecem

⁷⁸⁵ A expressão já atrás foi citada e pertence ao *Espectro da Granja*, n.º 271, 20 de Agosto de 1881. Veja-se ainda CHRISTO, Homem, *Notas da minha vida e do meu tempo*, Lisboa, Guimarães & C.ª, 1936, p. 57; RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 266 e FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”...*, pp. 692-693.

⁷⁸⁶ *Diário Popular*, n.º 8704, 30 de Julho de 1891 e ACLL, *Boletim*, n.º 45, Agosto de 1891, p. 9.

⁷⁸⁷ *O Século*, n.º 3411, 2 de Agosto de 1891 e n.º 3418, 9 de Agosto de 1891.

ter sido “os estabelecimentos que se conservavam abertos”, a greve tinha sido quase geral, o que dava um ar “bastante estranho” à cidade, privada ao cair da noite de uma boa parte das suas iluminações que dependiam, também, dos bicos de gás instalados nas lojas de Lisboa. Ainda assim, alguns “caixeiros e marçanos”, mas também “operários”, percorreram a cidade “forçando” os mais renitentes à adesão à greve a mudar de opinião, com cafés e outras lojas a desligar o gás e a servir os seus clientes à luz de velas, como aconteceu com o Montanha e o Suíço. No final da noite, o resultado mais visível, além da “estranha” escuridão, era um polícia ferido a tiro e a prisão de cerca de “500 indivíduos”, entre eles, Heliodoro Salgado⁷⁸⁸. Sintomático da força do protesto, o número de presos era superior ao de “todos os confrontos de 1890 juntos”⁷⁸⁹.

A ACLL procurou demarcar-se das atitudes mais radicais da primeira noite de greve através de uma carta e de um comunicado da “comissão do gás”. Para demonstrar as “intenções inteiramente pacíficas deste movimento”, era solicitada “a máxima ordem e cordura, por dignidade e honra da mesma classe, evitando quaisquer ajuntamentos e sobretudo provocações que possam tornar necessária a intervenção da autoridade.” Não se desistia da greve, obviamente, e o comunicado elogiava a atitude dos comerciantes que fecharam as suas lojas, como tinha sido proposto, incentivando-os a não desistirem do protesto até a companhia do gás ceder. Pedia também aos comerciantes que não podiam fechar as lojas “para fazerem substituir a luz por qualquer outra que não seja o gás.” Ao mesmo tempo, lamentava “profundamente” os acontecimentos de sábado “a que a classe comercial é completamente estranha pelas provas de máxima cordura que

⁷⁸⁸ Ao contrário da polémica sobre as “arruaças” e o papel dos republicanos nos distúrbios, as descrições sobre a abrangência da greve são concordantes nos dois jornais analisados. *O Século*, n.º 3411, 2 de Agosto de 1891; n.º 3412, 3 de Agosto de 1891; *Diário Popular*, n.º 8707, 2 de Agosto de 1891 e n.º 8708, 3 de Agosto de 1891.

⁷⁸⁹ RAMOS, Rui, *D. Carlos*, p. 71.

sempre tem presidido a todos os seus actos.”⁷⁹⁰ Mas seria realmente assim, tendo em conta que no extracto da reunião do dia 27 de Julho se observava que os lojistas mais exaltados falavam em “pegar em armas” e pediam “governo novo, com homens e princípios novos”⁷⁹¹?

Em parte, tinha sido precisamente o radicalismo dos acontecimentos do dia 1 a tornar mais visível o protesto e a levar a que este tivesse eco inclusive no estrangeiro, como o demonstra uma descrição da “Shopkeepers Strike” inserida no britânico *The Times*. A greve era resultado do protesto dos lojistas contra a fusão das duas companhias do gás e o aumento do preço do metro cúbico a que essa fusão tinha levado. Os lojistas tinham optado por “fechar as suas lojas ao cair da noite” ou por as iluminar com “velas e azeite”, mas as “ameaças sobre os poucos lojistas que não tinham fechado” tinham levado à intervenção da polícia e a prisões, antes que “houvesse tempo para qualquer manifestação política”⁷⁹².

Neste ponto, contudo o periódico inglês estava equivocado, pois a situação tinha contornos políticos claros, se bem que uma parte deles pudesse ser interpretada de forma ambígua pelos próprios lojistas. O combate aos monopólios era uma das bandeiras do Partido Republicano, o programa que aprovara ainda em Janeiro desse mesmo ano assim o apontava. Por isso era muito natural o aproveitamento desta questão pelos republicanos. Nada mais estavam a fazer do que usar o descontentamento dos lojistas para colocar em evidência a sua própria propaganda, as ideias que diziam defender. O estranho seria, depois de aprovado um tal programa, ver os republicanos afastados da polémica. As chamadas de atenção do *Século* e a composição “política” da

⁷⁹⁰ *O Século*, n.º 3411, 2 de Agosto de 1891; n.º 3412, 3 de Agosto de 1891 e *Diário Popular*, n.º 8708, 3 de Agosto de 1891.

⁷⁹¹ ACLL, *Boletim*, n.º 45, Agosto de 1891, pp. 6 e 8.

⁷⁹² *The Times*, 3 de Agosto de 1891.

comissão do gás são a prova de que definitivamente queriam até ser eles a dirigir os acontecimentos.

Para os republicanos era grave que uma empresa como as Companhias Reunidas de Gás e Electricidade fosse administrada por antigos ministros e deputados, sendo ainda mais grave na medida em que esses políticos representavam interesses económicos estrangeiros. Também aqui a aproximação dos discursos é óbvia, pois como se viu os lojistas já antes desta questão se mostravam preocupados com a promiscuidade entre política e negócios. Ora, no caso da Companhia parecia ainda mais grave pois esta era administrada a partir de França. Deste modo, a polémica entre a ACLL e a Companhia do Gás, apesar de estar em parte relacionada com a questão da subida dos preços, compreende-se melhor, nos apoios que gerou, na resistência que produziu e no tempo que durou, se se tiver em conta que esta era uma excelente oportunidade para os republicanos terem uma clientela numerosa e atenta ao seu discurso sobre o “tráfego de influências”⁷⁹³.

É preciso não esquecer, igualmente, o cálculo político e a questão foi obviamente usada para combater o governo onde se destacava Mariano de Carvalho, homem que já tinha dado provas da sua ligação a “monopólios”⁷⁹⁴, mas que também tinha conseguido manter sempre uma relação próxima com os lojistas. Agora porém, a situação acabava por ser algo confusa para esses mesmos lojistas, como se afirmou, pois, se por um lado, o governo se via obrigado a manter a ordem, por outro, o jornal mais próximo do poder na altura, o *Diário Popular*, tinha dificuldade em definir uma posição concreta de apoio ou condenação da greve⁷⁹⁵. Começou por referir que os lojistas tinham razão no seu protesto, apoiava a atitude da ACLL, pois “se a ideia da iluminação a petróleo nos

⁷⁹³ VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo*, pp. 35-36.

⁷⁹⁴ FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”...*, pp. 493 e 514-519.

⁷⁹⁵ A que não deveria ser indiferente a “campanha de divisão e sedução dos radicais” a que Mariano de Carvalho se dedicou no sentido de ganhar as eleições municipais de Lisboa de 15 de Novembro, como se verá na última parte da tese. Cf. RAMOS, Rui, *D. Carlos*, p. 85.

estabelecimentos tende a generalizar-se como parece, a Companhia do Gás apanha um valente castigo, bem merecido aliás.”⁷⁹⁶ Contudo, pouco tempo depois publicou vários comunicados da companhia do gás ou notícias de outros jornais sobre o conflito a justificar os aumentos e onde se referia que, comparando várias cidades europeias, Lisboa tinha o gás mais barato, só ficando à frente de Dunquerque ou Bruxelas, cidades que tinham um acesso facilitado a grandes reservas de carvão, material usado para a produção do gás. A acompanhar estas informações estava agora o facto de começarem a escassear as notícias sobre a greve do gás⁷⁹⁷.

Mais uma vez, uma parte dos lojistas acabariam certamente por sentir que do Poder e dos políticos monárquicos, alguns dos quais tinham mesmo merecido até há pouco tempo a sua preferência, o máximo que poderiam esperar eram hesitações ou contradições entre o que afirmavam na oposição e o que praticavam no governo. É certo que mesmo dentro da ACLL ainda restavam vozes que procuravam não radicalizar o discurso. Na referida reunião de 27 de Julho, os sócios Raimundo Estrela, à época ainda conotado com o Partido Progressista, e Joaquim Bizarro, aparentemente ligado aos regeneradores, procuraram contemporizar falando contra o fecho das lojas e em negociar, em ser “razoável”, com a companhia. Eram, contudo, uma minoria, vozes isoladas no conjunto da assembleia e cujas propostas, colocadas à votação, acabaram derrotadas ou “prejudicadas”⁷⁹⁸.

Pelo contrário, a apoiar a ACLL estavam os republicanos e a sua imprensa, no que começava a tornar-se uma tendência cada vez mais evidente, além de um novo periódico dedicado, a partir do dia 14 de Agosto, exclusivamente à classe, *O Lojista*.

⁷⁹⁶ *Diário Popular*, n.º 8709, 4 de Agosto de 1891.

⁷⁹⁷ *Diário Popular*, n.º 8710, 5 de Agosto de 1891 e n.º 8717, 12 de Agosto de 1891.

⁷⁹⁸ ACLL, *Boletim*, n.º 45, Agosto de 1891, pp. 9-10. Sobre o posicionamento político de Raimundo Estrela veja-se *Diário Popular*, n.º 8807, 10 de Novembro de 1891. Em relação a Joaquim Bizarro as certezas são poucas, mas a posição que tomou mais tarde numa polémica “moção de censura” aprovada pela ACLL e discutida nas páginas do *Diário Ilustrado* parecem apontar naquele sentido. Cf. *Diário Ilustrado*, entre o n.º 6848, 22 de Abril de 1892 e o n.º 6850, 24 de Abril de 1892 (carta de um sócio da ACLL com as iniciais “J. D. B.”).

Até neste aspecto o radicalismo e o republicanismo pareciam andar de mãos dadas, pois no seu primeiro número o jornal de defesa da classe abordou, para além da questão do gás, da crise financeira e da questão dos trocos, igualmente o “caso das Trinas”, escândalo de contornos policiais e religiosos que já há alguns dias estava a ser explorado pelos jornais republicanos⁷⁹⁹.

A greve parece ter-se mantido com relativo sucesso durante os meses de Agosto a Outubro. Ao fecho quase generalizado das lojas na noite de 1 de Agosto, seguiu-se um período de greve ao consumo do gás que é difícil avaliar em toda a sua extensão, pela falta de números concretos publicados, para a qual até a própria Associação contribuiu, pois, entre Agosto de 1891 e, pelo menos, Dezembro de 1892, a sede passou a ser iluminada a “petróleo”, como se pode observar através dos mapas de despesas anuais⁸⁰⁰. Em Outubro, o presidente da comissão de protesto nomeada pela ACLL, Gil Carneiro, afirmou que os “consumidores de gás [eram] mais de 14000”, numa contabilidade que não fugia grandemente à realidade⁸⁰¹. Destes, é provável que cerca de 8000 fossem lojas ou pequenas indústrias, ao aceitar-se “por verdadeira” uma estatística do *Diário Popular* sobre os métodos de iluminação das lojas em Lisboa resultante, muito provavelmente, dos trabalhos das subcomissões paroquiais então criadas pela ACLL para manter viva a

⁷⁹⁹ *O Lojista*, n.º 1, 14 de Agosto de 1891. No segundo número, a estas questões somaram-se as preocupações fiscais e o problema do inquilinato comercial. *O Lojista*, n.º 2, 26 de Agosto de 1891. O “caso das Trinas” referia-se à morte de uma jovem aluna interna do convento das Trinas, Sara Matos, que tendo falecido em condições suspeitas levou à intervenção das autoridades. *O Século*, n.º 3404, 26 de Julho de 1891 e n.º 3405, 27 de Julho de 1891. Ver ainda VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo*, p. 40; VENTURA, António, *Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal. As convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, p. 16.

⁸⁰⁰ ACLL, *Relatório de 1891*, pp. 22-23 e *Relatório de 1892*, pp. 34-35. Como já foi referido, não existe relatório para o ano de 1893, pelo que não foi possível verificar se essa situação se manteve.

⁸⁰¹ *O Século*, n.º 3484, 14 de Outubro de 1891. Aparentemente, “o número de consumidores privados era à época superior a 13000”. Cf. MENDES, Fátima, “Companhias Reunidas Gás e Electricidade - Museu da Electricidade”, <http://wikienergia.com/~edp/index.php?title=CRGE>, consultado em Agosto de 2009. Este valor representa uma subida bastante significativa do consumo, tendo em conta que Ana Cardoso de Matos, referindo-se apenas à Gás de Lisboa, é certo, aponta para 2728 como o total de consumidores particulares em 1889. MATOS, Ana Cardoso de, “A indústria do gás em Lisboa...”, p. 122. Estas diferenças acabavam por dar razão aos lojistas quando afirmavam que a concorrência tinha favorecido o consumo.

chama do protesto na questão do gás⁸⁰². Havia, então, “1546 estabelecimentos iluminados a gás e 6313 iluminados a outra luz”, o que significava, mesmo levando em conta um natural exagero da parte da comissão do gás, uma percentagem de “grevistas” bastante significativa, a rondar os 80%, justificando plenamente a repercussão que a questão teve, inclusive no estrangeiro, e evidenciando, também, a capacidade de mobilização da ACLL entre o mundo do pequeno comércio e da pequena indústria em Lisboa, que ia muito além dos “mil e duzentos” sócios então inscritos.

Durante esta fase da greve, apesar de algumas tentativas de diálogo, inclusive, entre a direcção da companhia e a ACLL, as posições de ambas as partes do conflito permaneceram praticamente irredutíveis. As Companhias Reunidas acenaram com uma redução de preço para os 40 réis, mas a maioria dos lojistas considerou que ainda não sairia beneficiada e era de opinião que a greve deveria continuar. Ao mesmo tempo surgiram notícias de experiências pioneiras com a electricidade e de propostas técnicas, inclusive do estrangeiro, para o fornecimento deste novo tipo de energia. Até a sede da Associação recebeu uma conferência dedicada ao tema pelo “electricista do Arsenal de Marinha, o ex.mo sr. J. J. Higgs de Almeida”. Os lojistas estavam despertos para os progressos científicos, mas o que era certo era que a greve tinha proporcionado um regresso ao passado, um triunfo dos “magníficos candeeiros de petróleo”, da “antiga serpentina para velas (...) e até [d]o clássico candeeiro de estudante boémio, isto é, a vela de cera posta no gargalo de uma garrafa”⁸⁰³. No primeiro relatório sobre os seus trabalhos, apresentado no final de Setembro, para além de apontar para a continuação da greve, a comissão do gás acabou por resumir as suas exigências em dois pontos: os

⁸⁰² *Diário Popular*, n.º 8793, 27 de Outubro de 1891.

⁸⁰³ Algumas destas informações surgem no relatório da comissão do gás apresentado na assembleia-geral de 28 de Setembro, mas são confirmados pela leitura dos jornais, com destaque para o republicano *O Século*, único a acompanhar com algum detalhe e regularidade a questão. ACLL, *Boletim*, n.º 47, Outubro de 1891, pp. 1-7; *O Século*, n.º 3417, 8 de Agosto de 1891; n.º 3420, 11 de Agosto de 1891; n.º 3429, 20 de Agosto de 1891 e n.º 3469, 29 de Setembro de 1891; *O Lojista*, n.º 3, 3 de Setembro de 1891.

corpos gerentes da ACLL deveriam continuar o estudo sobre “as propostas de luz eléctrica” e procurar “por todos os meios a anulação do contrato” entre a CML e as Companhias, “na parte que lhes dá o privilégio da iluminação eléctrica.”⁸⁰⁴

A questão acabou por se arrastar e nem a tentativa de mediação do conflito por parte do conde de Ottolini, com a participação directa de Pinheiro de Melo, conseguiu resolver a situação. Durante os meses de Outubro e Novembro surgiram notícias de negociações entre a direcção das Companhias Reunidas de Gás e Electricidade e a ACLL, mas apesar do optimismo inicial e de ser afirmado, num texto inserido no *Boletim*, que a comissão iria aceitar “a proposta feita pelas companhias”, muito provavelmente, o momento político que se vivia, com as eleições municipais marcadas para 15 de Novembro e novas condições aparentemente impostas pelas Companhias Reunidas acabaram por contribuir para o extremar de posições e dois dias antes do acto eleitoral o acordo foi rejeitado em assembleia-geral pelos lojistas⁸⁰⁵.

A questão do gás acabaria por esmorecer aos poucos e apesar das insistências da ACLL, como a representação enviada ao rei a pedir a anulação do contrato de exclusivo sobre a electricidade, em 30 de Dezembro, eram os próprios lojistas que admitiam, através do seu representante na imprensa, que o “indiferentismo da classe” estava a aumentar e eram já muitos os que iam “readoptando a iluminação de gás”⁸⁰⁶. Em Fevereiro de 1892 o Tribunal Administrativo ainda anulou o referido contrato através de uma acção interposta por um particular, mas apesar da vitória na 1ª instância em Dezembro de 1892, data do relatório da ACLL, o processo ainda aguardava o desfecho do recurso para o Supremo Tribunal Administrativo. A Associação queria ver a situação

⁸⁰⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 47, Outubro de 1891, p. 7.

⁸⁰⁵ *O Século*, n.º 3500, 30 de Outubro de 1891; n.º 3507, 6 de Novembro de 1891 e n.º 3515, 14 de Novembro de 1891; ACLL, *Boletim*, n.º 48, Novembro de 1891, p. 3 e *O Lojista*, n.º 12, 3 de Dezembro de 1891.

⁸⁰⁶ *O Lojista*, n.º 15, 2 de Janeiro de 1892. Artigo transcrito no *Boletim*, junto com a referida representação. ACLL, *Boletim*, n.º 50, Janeiro de 1892, pp. 1-5.

rapidamente resolvida uma vez que “desaparecia, pouco a pouco, a primeira energia da greve” ao consumo do gás iniciada em Agosto de 1891 e uma decisão judicial poderia dar nova dinâmica ao protesto⁸⁰⁷. Mas tal não chegou a verificar-se e em Março de 1893 foi o jornal *O Lojista* que se encarregou de dar a notícia da vitória da companhia do gás no recurso judicial, facto ignorado pelos corpos gerentes e pelo *Boletim*⁸⁰⁸.

Em 1900, quando o gás sofreu um novo aumento, aparentemente com um carácter transitório, a questão já tinha perdido todo o seu fulgor. É certo que isso ainda fez movimentar a ACLL, com o envio de mais uma representação à CML, em Julho. Em causa estava a possibilidade de o aumento de 10 réis sobre os 45 que tinham sido decididos em 22 de Julho de 1891 poder passar de “medida provisória” e “tomar um carácter definitivo”, o que efectivamente se veio a verificar através da realização de alterações ao contrato assinadas a 7 de Março de 1901⁸⁰⁹. Três anos mais tarde a ACLL continuava a pedir que, de acordo com o que tinha ficado definido nesse novo contrato, o gás regressasse ao “antigo preço de 45 réis” e em 1906 lamentava que as suas várias insistências apenas tivessem conseguido “uma diminuição de 5 réis em metro cúbico”⁸¹⁰.

Na análise final à temática não se pode deixar de concordar, em parte, com o que afirmou Vasco Pulido Valente, para o período entre 1900 e 1910, pois parece certo que “a manifesta aversão dos donos de oficinas e dos lojistas aos monopólios (de Estado ou de facto) não resultou necessariamente de uma improvável concorrência” que estes poderiam exercer sobre a actividade do pequeno comércio⁸¹¹. Pelo contrário, o que os

⁸⁰⁷ ACLL, *Boletim*, n.º 52, Março de 1892, p. 1-3 e ACLL, *Relatório de 1892*, p. 7.

⁸⁰⁸ *O Lojista*, n.º 50, 29 de Março de 1893.

⁸⁰⁹ ACLL, *Relatório de 1900*, pp. 12 e 42-45; ACLL, *Boletim*, n.º 1, Janeiro de 1901, pp. 6-8.

⁸¹⁰ ACLL, *Boletim*, n.º 46, Outubro de 1904, pp. 1-2; *Relatório de 1904*, pp. 12-13 e *Relatório de 1906*, pp. 13-14.

⁸¹¹ VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo*, p. 52.

incomodava era uma peculiar percepção sobre a concorrência, ou melhor, sobre a falta de uma concorrência “livre” de influências políticas que distorciam o que os lojistas consideravam dever ser a “liberdade” e “igualdade” das relações económicas entre indivíduos e empresas, num sistema que deveria funcionar por selecção natural baseada unicamente nas leis do “trabalho”, da “inteligência” e do “esforço”. Nestas ideias percebe-se uma vez mais uma aproximação, também natural, ao discurso dos republicanos, muito apostados na exploração dos escândalos, dos monopólios, entre outras temáticas, como forma de irem ao encontro de “um público receptivo” criado, segundo Fernando Catroga, pela conjuntura dos “inícios do século XX”, pelos “efeitos de um surto industrialista (...) e de um crescimento urbano significativo”, em particular, em Lisboa⁸¹².

Contudo, no caso dos lojistas a receptividade à retórica que condenava os monopólios vinha já de trás, era uma influência do radicalismo dos anos 60 e 70, enquadrado primeiro pelo reformismo e depois pelo progressismo, como se terá oportunidade de verificar com mais detalhe. O facto dessa demonstração de “ódio dos pequenos empresários” em relação aos monopólios se ter destacado no final da década de 80 e princípio da de 90, era o resultado das alterações urbanísticas e económicas da cidade de Lisboa que tinham potenciado “oportunidade[s] a alguns capitalistas para explorar grandes negócios”⁸¹³. Ou seja, o momento foi propício a demonstrações de animosidade em relação aos monopólios porque estes “negócios” estavam também a ser mais visíveis.

O jornal *O Lojista*, em 1892 foi bastante claro na caracterização deste período e da reacção do pequeno comércio. Num artigo sobre a liberdade de comércio a actividade era apresentada como uma parte indispensável do “organismo social”, como “força

⁸¹² CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal...*, p. 70.

⁸¹³ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 184.

impulsionadora do bem-estar material”. No entanto, para que o comércio pudesse exercer bem a sua missão era necessário que estivesse “livre de obstáculos”. Um desses obstáculos era o “monopólio”. Contudo, da parte do Estado, de quem esperava defesa e apoio, o comércio via precisamente o oposto, os governos, “desde alguns anos”, tendiam para os monopólios, para uma visão monopolista da economia que, obviamente, retirava liberdade ao comércio. Como ponto de comparação acabava por recordar e elogiar os governos do Duque de Loulé da década de 1860 que tinham acabado com alguns daqueles obstáculos, como o “monopólio dos tabacos”. “Anos decorridos, porém, faz o progresso um passo à retaguarda e, não só restabelece o monopólio do tabaco, como ainda cria outros.”⁸¹⁴

Para além desta forte concentração de casos de “monopólios”, é necessário destacar, uma vez mais, a coincidência temporal que, certamente, não terá sido apenas mera coincidência, entre a inclusão da temática no programa republicano, o crescimento e maior dinamismo reivindicativo da ACLL e a verdadeira onda de contestação do período entre 1887 e 1893 que teve nos lojistas um dos principais protagonistas, como se teve oportunidade de observar. Efectivamente, já em 1886, na proposta de programa federalista assinada por Teixeira Bastos era defendida a “supressão dos monopólios”, entre outras medidas, como solução republicana para a moralização da economia do país. O desenvolvimento civilizacional da época, consideravam os republicanos, não se coadunava com a manutenção de “instituições decrépitas” como eram, para além de outras, os monopólios⁸¹⁵. Também o programa do Partido publicado em 1891 apontava no mesmo sentido. Apesar de ser bastante esquemático, enunciando um conjunto de intenções e promessas, encontram-se algumas medidas ou reformas que iam de encontro

⁸¹⁴ *O Lojista*, n.º 32, 17 de Maio de 1892.

⁸¹⁵ BASTOS, Teixeira, *Projecto de um programma federalista radical para o partido republicano*, Lisboa, Nova Livr. Internacional, 1886, pp. 22 e 28 e CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal...*, pp. 54-55.

ao pensamento e ao discurso dos lojistas em relação à sociedade, ao Estado e, principalmente, às relações económicas e políticas. Entre outras propostas, referia-se novamente a “liberdade de trabalho e indústria e abolição dos monopólios quando não estejam subordinados à utilidade pública”, no que era quase uma transcrição de algumas das frases usadas pela ACLL, preconizando-se, também, a não concorrência do Estado “com as indústrias particulares”, ideia igualmente presente entre os lojistas⁸¹⁶.

Deste modo, não parece difícil fazer recuar uma vez mais a cronologia de identificação entre lojistas e republicanos, “dos inícios do século XX” propostos por Catroga, para os anos de viragem entre a década de 1880 e 1890. O que talvez seja mais complicado de aferir é a predominância ou influência exercida por cada um dos discursos, dos lojistas e dos republicanos, um em relação ao outro. Terá sido o republicanismo a moldar a visão do mundo dos lojistas ou a particular perspectiva destes em relação à sociedade e à economia a determinar o discurso republicano? A resposta não é fácil. As interdependências e a mútua influência entre os dois discursos talvez sejam os principais aspectos a destacar.

Contudo, tendo em atenção o seu número e a influência que este grupo social podia exercer no meio urbano, em especial, nas camadas populares, algo que os republicanos dos anos 70 já admitiam apesar de o fazerem em tom crítico⁸¹⁷, talvez se

⁸¹⁶ *Programa do Partido Republicano Português*, Lisboa, A Liberal - Off. Typographica, 1908, pp. 6-7 e COELHO, Trindade, *Manual Político do Cidadão Português*, 2ª edição, Porto, 1908, pp. 668-669. Sobre a aproximação textual ao discurso da ACLL, nomeadamente, às expressões “liberdade de trabalho e indústria” ou “liberdade de comércio e indústria”, veja-se, para além dos exemplos apresentados acima, ACLL, *Relatório de 1887*, pp. 7 e 75 ou ACLL, *Boletim*, n.º 1, Janeiro de 1888, p. 5 e n.º 9, Setembro de 1888, p. 8.

⁸¹⁷ Costa Goodolphim referia em 1876 que as classes populares estavam, em boa medida, dependentes dos lojistas e da política de crédito (de fiado) levada a cabo por estes. “A diferença de comprar pagando logo ou de comprar a crédito é imensa. O pobre torna-se como um escravo do comerciante; o pão, o chá, o café que vai buscar à venda é como se fosse uma esmola.” GOODOLPHIM, Costa, *A Associação*, p. 51. Os próprios lojistas, obviamente com uma visão mais positiva sobre a questão, consideravam o fiado como uma função social importante que os tornava credores de respeito e os constituía como uma das classes mais necessárias ao equilíbrio do tecido social. Cf. *O Lojista*, n.º 29, 24 de Abril de 1892. No estrangeiro o crédito ou fiado, também frequente, dava uma importância económica significativa aos lojistas, em alguns casos, transformados nos “banqueiros dos pobres”. A proximidade social e geográfica com a maioria dos seus clientes tornava-os, a si e às suas lojas, igualmente importantes na criação de uma

possa considerar que não era por mero acaso o facto dos republicanos prometerem um Estado “neutro” em termos económicos, acabando com os monopólios e os privilégios. O objectivo era beneficiar os “pequenos empresários e comerciantes ameaçados pelas grandes empresas”⁸¹⁸, como refere Vasco Pulido Valente, para o período 1900-1910, mas seria igualmente uma estratégia de captação de audiência, de uma audiência política e socialmente significativa, como a questão da greve do gás parece ter demonstrado.

Neste sentido, talvez valha a pena referir, em jeito de comparação com o que se passou em 1891, o que eram algumas das promessas eleitorais do PRP em 1908. Baseando-se no seu programa, os republicanos entendiam que “a Câmara de Lisboa, na sua mão, seria o início de maiores conquistas. Dentro em pouco, afirmavam, acabariam os monopólios (...) e essas questões das águas, do gás, das escolas resolvidas em benefício da multidão.”⁸¹⁹ O programa eleitoral ia claramente ao encontro das preocupações do pequeno comércio, onde avultava a questão dos “monopólios”, como se viu, e outras a que se dará atenção a seguir, como a do inquilinato ou dos impostos, dois temas para que Nobre França chamava a atenção dos eleitores republicanos. Era necessário suprimir alguns impostos, entre eles o das rendas, tendo o cuidado de não ir logo a seguir agravar outros. O objectivo era acabar com as desigualdades entre o que ganhavam os proprietários, “sem trabalho, nem responsabilidades”, e o que lucravam os industriais e comerciantes. Para isso era necessário uma “reforma tributária realizada

forte sociabilidade, inclusive, política a nível local. Cf. WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, pp. 36 e 55-56 e CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *Shopkeepers and master artisans...*, p. 18.

⁸¹⁸ VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo*, p. 38.

⁸¹⁹ MARTINS, Rocha, *D. Manuel II. Memórias para a História do seu reinado*, Lisboa, Sociedade Editora «José Bastos», 1916, Vol. I, p. 346.

num regime político honesto”, ou dito por outras palavras, o que era preciso para baixar os impostos e obter justiça fiscal era fazer triunfar a República⁸²⁰.

De notar que não tendo a República triunfado nesse ano no país, os republicanos acabariam por triunfar nesse mês em Lisboa, nas eleições municipais e de paróquia, onde os lojistas representavam a maior fatia dos candidatos e, provavelmente, uma grossa parte dos eleitores. A demonstração prática dessa comunhão de ideias ficou então evidente quando no dia 1, entre 22 candidatos republicanos à vereação, efectivos e suplentes, se encontravam 12 comerciantes e industriais, todos sócios da Associação dos Lojistas, e no dia 29, no sufrágio para as juntas de paróquia, era possível contabilizar 45% de comerciantes entre todos os candidatos (efectivos e suplentes), sendo que destes mais de metade eram também associados da ACLL⁸²¹.

Contudo, a ligação entre os lojistas e o PRP não pode ser explicada apenas pela confluência entre a defesa dos interesses de classe e o programa do republicanismo. Num aspecto os lojistas de Lisboa estavam claramente a par do que era comum entre os seus colegas europeus e isso é visível não só na questão dos monopólios, mas igualmente noutras consideradas importantes pela gente do pequeno comércio. Lá, como cá, as ideias de independência e propriedade, centrais como se tem vindo a mostrar na definição do papel do lojista na sociedade, eram defendidas de forma apaixonada pela pequena burguesia e “eram frequentemente defendidas tendo em conta mais a possível devastação de que poderiam ser alvo por parte dos ricos e poderosos, do que qualquer ameaça colocada pelos que não eram proprietários.”⁸²² Mesmo a resistência e as críticas lançadas às cooperativas e às grandes cadeias comerciais, em

⁸²⁰ *Vanguarda*, n.º 4264, 24 de Novembro de 1908.

⁸²¹ *O Mundo*, n.º 2852, 13 de Outubro de 1908 a n.º 2854, 15 de Outubro de 1908; *Vanguarda*, n.º 4233, 24 de Outubro de 1908; *O Mundo*, n.º 2896, 26 de Novembro de 1908 a n.º 2899, 29 de Novembro de 1908 e *Vanguarda*, n.º 4268, 28 de Novembro de 1908. Nestes jornais foram publicados os nomes e profissões dos candidatos republicanos. Essas listagens foram depois confrontadas com as dos sócios da ACLL para 1908.

⁸²² CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *The Petite Bourgeoisie in Europe...*, p. 9.

Inglaterra, por exemplo, não eram entendidas contra a concorrência e sim a favor de uma concorrência “pura”, invariavelmente relacionada com a preservação do lojista individual. A imagem que se transmitia era a de uma sociedade onde cada um, pela ausência de monopolistas, pudesse aspirar a ter sucesso e prosperidade⁸²³.

No fundo, nestas ideias que eram comuns aos lojistas de Lisboa está subjacente a visão de que a pequena burguesia portuguesa sempre esteve mais convencida que era efectivamente ameaçada pelos privilégios, pela corrupção, pelos monopólios dos ricos e poderosos do que pelo socialismo da classe trabalhadora⁸²⁴. Ora, foi precisamente esta posição, profundamente enraizada no pequeno comércio lisboeta e claramente perceptível no seu discurso, como se viu, que o impulsionou para uma identificação cada vez maior com os republicanos e a sua propaganda de denúncia de escândalos, corrupções e prepotências praticadas pelos homens políticos da Monarquia. Os lojistas, uma “gente orgulhosa, segura de si e ferozmente independente”, ressentiam-se da preponderância de uma “«oligarquia» reinante, que frustrava as suas ambições sociais e fazia dolorosamente sentir os limites da sua posição subordinada”⁸²⁵, tornando ainda mais atractivo o discurso moralizador e igualitário do republicanismo.

“Justiça” e “equidade” para o pequeno comércio: os impostos

“Injustiça fiscal”. Nestas duas palavras cabia todo um programa de defesa dos interesses de classe e, em parte, a forma como os lojistas procuraram afirmar o seu lugar e o seu papel na sociedade. Injustiça fiscal porque as licenças de estabelecimentos eram consideradas um imposto que recaía quase exclusivamente sobre os lojistas; injustiça fiscal porque ao “trabalho” era aplicada uma forte carga tributária que, na sua visão, não

⁸²³ WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, p. 89.

⁸²⁴ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, pp. 200-201.

⁸²⁵ VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo*, p. 48. Mesmo na Inglaterra, o “ataque à elite rica estava presente”, mantendo vivo um radicalismo que se fazia campeão na luta contra “monopólios e privilégios”. Cf. CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *Shopkeepers and master artisans...*, p. 76.

tinha paralelo na tributação “predial”; injustiça fiscal porque os pobres, os pequenos, proporcionalmente, pagavam mais impostos do que os ricos, os grandes.

Não surpreende que esta noção estivesse presente em muitos dos protestos da ACLL, nas várias representações que fez chegar ao soberano, ao governo, ao parlamento ou à câmara municipal. Ela resultava da importância da questão fiscal no discurso dos lojistas, logo destacada pelos primeiros relatórios da década de 1870, onde se defendia, como objectivo associativo, “mostrar às autoridades a justiça das nossas reclamações”, em matérias como o “imposto do selo”, os “projectos de lei de fazenda”, a “repartição do imposto” ou a “classificação das indústrias”, entre “tantas outras coisas de importância e interesse”⁸²⁶. A questão fiscal foi ainda escolhida como tema de eleição pelo jornal *O Lojista* que na década de 1890 lhe dedicou vários artigos⁸²⁷. O mesmo para o final da Monarquia, onde este assunto era ponto central da propaganda republicana dirigida aos lojistas, como era implicitamente admitido pelos próprios ou mesmo por aqueles que se lhes opunham⁸²⁸. No fundo, a centralidade deste tema não surpreende porque a questão fiscal foi das principais forças mobilizadoras e geradoras de ressentimento entre os lojistas ao longo do século XIX, não sendo, neste ponto, os lisboetas diferentes dos seus colegas europeus⁸²⁹.

Além de “comerciantes”, no sentido lato, os lojistas consideravam-se acima de tudo como “contribuintes”, sendo mesmo a função contributiva geradora de

⁸²⁶ ACLL, *Relatório de 1871*, p. 7.

⁸²⁷ *O Lojista*, n.º 6, 10 de Outubro de 1891; n.º 7, 19 de Outubro de 1891; n.º 8, 28 de Outubro de 1891; n.º 15, 2 de Janeiro de 1892 e n.º 30, 30 de Abril de 1892.

⁸²⁸ Ver, por exemplo, o discurso de Manuel Soares Guedes, sócio da ACLL, contra os impostos num comício republicano (*O Mundo*, n.º 2652, 26 de Março de 1908) e a importância dada pelo Partido Nacionalista às promessas fiscais dos republicanos como força mobilizadora entre os lojistas (*Portugal*, n.º 429, 26 de Junho de 1908). Segundo Vasco Pulido Valente, com algum exagero, a questão fiscal era mesmo a única promessa positiva do PRP. Cf. VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo*, p. 54.

⁸²⁹ GAILLARD, Jeanne, “La petite entreprise entre la droite et la gauche”, p. 68; WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, pp. 25 e 47; NORD, Philip G., *Paris shopkeepers...*, pp. 23-26; CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *The Petite Bourgeoisie in Europe...*, pp. 138-140; NÚÑEZ SEIXAS, Xoxé M., “Una clase inexistente?...”, p. 39 e MORRIS, Jonathan, “Les associations de détaillants en Italie...”, pp. 240-241.

solidariedades num grupo social tão heterogéneo e onde os interesses particulares poderiam divergir de modo significativo. Havia, como é óbvio, temas ou assuntos que eram transversais à classe, aos vários tipos de negócio dos lojistas, como se tem procurado comprovar ao longo dos textos anteriores, porém, nenhum terá reunido tanto consenso, nem tantos lojistas nas salas da associação, como o protesto contra os impostos. Era esse tema que os mobilizava, foi a sua exploração, em grande medida, que possibilitou à ACLL crescer de forma significativa em alguns momentos dos seus primeiros 40 anos de história e, por fim, foi a questão fiscal uma das que mais contribuiu para a crescente radicalização do seu discurso.

O processo que se procurará explicitar a seguir não foi uma marca distintiva dos lojistas de Lisboa, ele está presente, por exemplo, na Itália de finais do século XIX, onde a criação de uma identidade e cidadania “pequeno-burguesa”, na Lombardia, esteve relacionada com uma dupla identificação dos lojistas como comerciantes e contribuintes. Eram estas duas vertentes genéricas da sua caracterização que lhes permitiam ultrapassar as diferenças locais e, em parte, as resultantes dos vários níveis de fortuna, para criarem outro tipo de solidariedades já não baseadas nas diferentes formas de negócios e sim nas temáticas ou interesses que eram comuns a todos os lojistas. Depois, era o facto de considerarem que contribuíam “com uma boa soma de dinheiro” para o Estado que lhes dava o direito de participarem politicamente na vida da cidade e nos “negócios públicos”, de exercerem a sua cidadania. “Os lojistas tinham o direito de ver os seus interesses levados em conta pela administração porque pagavam impostos, contribuíam para o desenvolvimento da cidade. A cidadania estava então relacionada com a posição de contribuintes” que estes homens ocupavam ou idealizavam⁸³⁰.

⁸³⁰ MORRIS, Jonathan, “Traders, taxpayers, citizens...”, pp. 153-169. Na Inglaterra essa dupla identificação parecia ser também característica dos lojistas no final do século XIX. Cf. HOSGOOD, C., “A Brave And Daring Folk...”, p. 303.

Em Lisboa, a persistência de uma visão negativa em relação ao fisco talvez se compreenda melhor quando se analisa a forma como estes homens se viam a si próprios no seio da sociedade, procurando identificar-se como um grupo autónomo dos restantes, em particular, em relação à alta burguesia e ao operariado, coerente em termos sociais e económicos e relevante na sua expressão numérica. A conclusão óbvia, o corolário lógico da argumentação que produziam era a de que os lojistas formavam uma “classe” politicamente activa e significativa, à qual tinham de ser concedidos mais direitos cívicos pelo simples facto de que era também a classe que mais contribuía para o bem-estar da sociedade, fosse através da função comercial propriamente dita ou por intermédio dos “muitos” impostos que pagavam.

Na sua perspectiva, a “função comercial” era necessária à sociedade e à economia dos países e o seu principal objectivo era suprir as “necessidades individuais”, colocando à sua disposição um conjunto de “utilidades” para melhorar o dia-a-dia. Função de troca, de verdadeiro serviço prestado à comunidade, que não devia ser menosprezada pois, no seu entender, era tão ou mais válida do que a que era exercida por jornalistas, advogados, médicos ou, mesmo, por políticos. Além de necessária ao bom “funcionamento social”, pois levava ao consumidor aquilo que este precisava, a actividade do lojista contribuía para o desenvolvimento da indústria, através da colocação dos seus produtos no mercado, e era, acima de tudo, uma importante fonte de crescimento do Estado, pelos impostos pagos⁸³¹. E este era, talvez, o ponto mais significativo do discurso caracterizador da função comercial e da própria identidade do comerciante: a noção, sempre realçada, que o homem do comércio era, antes de mais, um cidadão contribuinte.

⁸³¹ ACLL, *Desagravo do commercio de Lisboa...*, pp. 6-7.

Numa reclamação enviada ao parlamento em Junho de 1890, a ACLL não se caracterizou como representante dos cerca de 1200 *lojistas* na altura inscritos, que o era efectivamente, e sim como um “grémio [de] mais de mil *contribuintes*” que nessa condição unitária e identitária vinham protestar contra o aumento de impostos e a definição de novos monopólios⁸³². É no discurso que realça, essencialmente, o papel de contribuinte e a que se associa a importância do trabalho que entronca toda a auto-justificação do seu contínuo protesto contra os impostos e da sua crescente tentativa de protagonismo político. O que caracterizava os *lojistas*, o cimento que os unia era o facto de todos serem “contribuintes que vivem do seu trabalho”⁸³³.

Como é óbvio, a preocupação com os impostos não era apenas uma questão de princípio e não se resumia somente aos impostos que poderiam afectar directamente a classe, era muito mais abrangente e incluía uma vertente económica de âmbito mais geral, pois mesmo as medidas “de Fazenda” que não eram dirigidas aos *lojistas* acabavam por os afectar. Pelo contacto directo e muito próximo com a população, com a sua clientela, estavam em posição de conhecer bem o estado económico do país e, também, isso dava-lhes uma maior legitimidade para reclamar contra o aumento dos impostos. Os membros da classe, “por assim dizer, apalpam todos os dias a situação dos contribuintes”, os quais diminuía ou aumentavam o seu consumo de acordo com as disponibilidades financeiras, sendo estas afectadas pela maior ou menor pressão fiscal que era exercida sobre a sociedade como um todo⁸³⁴. Assim era em 1882, na reclamação contra o adicional de 6%, e igualmente em 1892, pois “a diminuição das vendas era resultado da redução dos vencimentos e dos juros.” Naquele ano, o “funcionalismo

⁸³² ACLL, *Boletim*, n.º 32, Julho de 1890, p. 1 e *O Século*, n.º 3005, 20 de Junho de 1890 (itálico meu).

⁸³³ ACLL, *Desagravo...*, p. 4. Sobre esta identificação veja-se ainda *O Século*, n.º 3406, 28 de Julho de 1891 (extracto da assembleia-geral da ACLL); *O Lojista*, n.º 66, 26 de Julho de 1893 ou ACLL, *Boletim*, n.º 37, Janeiro de 1904, p. 1. Em 1884, era como “contribuintes e comerciantes” que se dirigiam à CML em protesto contra o aumento das taxas. ACLL, *Relatório de 1884*, p. 15.

⁸³⁴ ACLL, *Relatório de 1882*, pp. 24-25.

sofreu desfalques nos seus vencimentos” e isso era considerado como mais uma injustiça que em última análise afectava o pequeno comércio porque aquela “classe numerosa reduz naturalmente as despesas em proporção com a míngua das receitas.”⁸³⁵

A preocupação, além disso, foi constante e fosse o imposto de selo, o real d’água, o do consumo, o das rendas das casas, as taxas municipais, as pautas alfandegárias, a contribuição paroquial ou a contribuição industrial, entre outros que, por vezes, eram enumerados em conjunto para mostrar o excesso de impostos que sobrecarregava a classe⁸³⁶, todos mereciam a atenção da ACLL. A persistência derivava, por um lado, da sobrevalorização dada ao papel do comerciante e do comércio na sociedade e, por outro, do facto de, quer ao nível municipal, quer nacional, pelo menos desde a Janeirinha e, de forma mais consistente, a partir de meados da década de 1880, serem igualmente constantes as alterações e, acima de tudo, os aumentos sofridos pelo conjunto dos impostos que poderiam afectar os interesses do comércio, levando os lojistas a ironizar, em 1892, que “o comerciante da capital quase que nem pode respirar dentro do seu estabelecimento sem pagar uns tantos por cento de cada milímetro quadrado de oxigénio que absorver, ou de ácido carbónico que expelir.”⁸³⁷

Efectivamente, “o crescimento das receitas fiscais do Estado ao longo da segunda metade do século XIX foi mais acentuado que o crescimento do Produto Interno Bruto, pelo que o peso do fisco cresceu neste tempo longo.” A partir de 1885, “as dificuldades de recurso ao endividamento” levaram a que se intensificasse “a pressão fiscal”, afectando tanto a contribuição industrial como “os chamados «impostos indirectos»,

⁸³⁵ *O Lojista*, n.º 30, 30 de Abril de 1892.

⁸³⁶ Veja-se, por exemplo, *O Século*, n.º 1211, 18 de Dezembro de 1884; ACLL, *Relatório de 1884*, p. 21; *Relatório de 1887*, p. 50; *O Lojista*, n.º 18, 24 de Janeiro de 1892.

⁸³⁷ *O Lojista*, n.º 18, 24 de Janeiro de 1892. Segundo Luís Aguiar Santos, referindo-se aos grandes comerciantes e à Associação Comercial de Lisboa, “excluindo a contribuição predial, a contribuição pessoal, sumptuária e de rendas de casa e a contribuição de registo sobre transmissões de propriedade, todos os impostos do sistema fiscal então existente afectavam as actividades económicas representadas na Associação; mesmo as contribuições sobre o consumo, onerando os preços dos bens, oneravam também quem os vendia.” Cf. SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo...*, pp. 149-150. O mesmo se pode aplicar, como é óbvio, aos lojistas.

sobretudo aqueles que todos os cidadãos pagavam por comprar e vender mercadorias”, tais como as carnes, as bebidas alcoólicas, as frutas, os cereais, etc.⁸³⁸. Não admira, por isso, que os lojistas sempre estivessem preocupados com os impostos. A sua actividade era gravemente afectada pela política fiscal do Estado que elevava de forma sistemática as contribuições a que estava sujeita, directa ou indirectamente.

Elevada era também a percepção que estes homens tinham sobre o esforço fiscal que lhes era exigido. Os lojistas caracterizavam-se frequentemente como bons e, por vezes, como os únicos contribuintes. Em 1886, numa representação contra o aumento dos impostos municipais, como “munícipes” e “contribuintes”, contestavam as medidas fiscais com o argumento de se encontrarem já “altamente sobrecarregados de tributos de toda a ordem”⁸³⁹. Em 1888, noutra reclamação contra nova legislação fiscal, o argumento era reforçado e passava pela identificação dos lojistas com “aquelas classes que já pagam bastante e nada ficam a dever ao Estado.”⁸⁴⁰ No auge da crise financeira dos anos 90, o lojista concebia-se como um bom contribuinte, que nos últimos anos tinha sido sobrecarregado com mais impostos e sofria as consequências da crise económica, cujas responsabilidades caíam sobre os vários governos, sem excepção⁸⁴¹.

A imprensa que se dedicava exclusivamente à sua defesa fazia eco precisamente da ideia de excessiva pressão fiscal exercida sobre os lojistas. Em 1877, um *Jornal dos Lojistas*, de que se conhecem poucos exemplares, abriu um dos seus números com o título “A classe comercial dos lojistas e as contribuições”, para afirmar convictamente que “a laboriosa classe dos nossos clientes, os lojistas, está efectivamente sobrecarregada com enormes tributos”, ao mesmo tempo que chamava a atenção para os

⁸³⁸ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, pp. 172 e 175; SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo...*, pp. 150-151; VALÉRIO, Nuno (coord.); NUNES, Ana Bela; BASTIEN, Carlos; MATA, Maria Eugénia, *Os impostos no Parlamento português...*, pp. 71-79.

⁸³⁹ ACLL, *Relatório de 1886*, p. 47.

⁸⁴⁰ ACLL, *Boletim*, n.º 1, Janeiro de 1888, p. 5.

⁸⁴¹ *O Século*, n.º 3406, 28 de Julho de 1891; *O Lojista*, n.º 17, 14 de Janeiro de 1892; n.º 30, 30 de Abril de 1892 e n.º 37, 20 de Junho de 1892.

prazos das reclamações contra as matrizes da contribuição industrial⁸⁴². Alguns anos mais tarde, foi fundado novo “*orgão da classe commercial*” para representar os interesses de uma “classe nobre e respeitável – a classe dos lojistas”. O objectivo era defendê-los das injustiças, em particular, das injustiças fiscais: “uma multa lançada injustamente, uma décima exorbitante, um escândalo no despacho dos géneros na alfândega e caminhos-de-ferro, uma violência do fisco, um abuso dos municípios na concessão das licenças”. No fundo, o propósito era defender “os interesses legítimos de uma classe que tanto contribui para as despesas do Estado e que tão sobrecarregada está com a pesada cruz dos impostos sempre crescentes.”⁸⁴³

Tendo em conta os argumentos, era natural que na década de 1890 fosse feita nova tentativa de criar uma voz na imprensa, desta vez, com um discurso mais elaborado, baseado, como era assumido pelos próprios, nas ideias de Sully⁸⁴⁴, Mirabeau⁸⁴⁵ e Montesquieu⁸⁴⁶, em boa medida, ideias da França pré-revolucionária. O jornal *O Lojista* compreendia e aceitava a importância social do imposto e a necessidade de cada cidadão contribuir com uma parte dos seus rendimentos que permitisse ao Estado assegurar as tarefas de defesa da sua propriedade e segurança. No entanto, o mais importante no imposto devia ser o seu carácter equilibrado. Só se deveria cobrar o

⁸⁴² *Jornal dos Lojistas. Folha dedicada ao commercio portuguez*, n.º 7, 22 de Setembro de 1877.

⁸⁴³ *O lojista: orgão da classe commercial*, s/n.º, 20 de Junho de 1880.

⁸⁴⁴ Superintendente das Finanças na França, entre 1598 e 1611, Maximilien de Béthune, duque de Sully, conseguiu equilibrar o orçamento de Estado através da redução da dívida e de reformas financeiras que possibilitaram um alívio da “pressão fiscal” na época. Cf. BONNEY, Richard, *The rise of the fiscal state in Europe, c. 1200-1815*, Oxford, Oxford University Press, 1999, pp. 141-142.

⁸⁴⁵ Victor de Riquetti, marquês de Mirabeau, fisiocrata e economista francês do século XVIII, escreveu, entre outras obras, a *Teoria do Imposto*, livro que o levaria inclusive à prisão. Defendeu aí a teoria do equilíbrio financeiro conseguido através da luta contra a “arbitrariedade” no lançamento de impostos, que criava uma “fiscalidade exorbitante”, da criação de um “imposto único” e da “liberdade de comércio”, numa argumentação que roçava o republicanismo. KWASS, Michael, *Privilege and the Politics of Taxation in Eighteenth-Century France*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006, pp. 231-239.

⁸⁴⁶ Charles-Louis de Secondat, barão de Montesquieu (1689-1755), filósofo e escritor francês, autor d’*O Espírito das Leis*. Na obra Montesquieu criticava um sistema fiscal regido pela “arbitrariedade” e pela “excessiva” tributação que era imposta sobre a sociedade. O sistema fiscal deveria reger-se integrado com o “desenvolvimento económico”. KWASS, Michael, *Privilege and the Politics of Taxation...*, pp. 205-207 e BONNEY, Richard, *Economic systems and state finance*, Oxford University Press, 1995, pp. 192-194.

imposto estritamente necessário ao desenrolar daquelas actividades. Algo mais do que isso era considerado um abuso, um gasto “supérfluo” e, acima de tudo, um poderoso entrave à capacidade de desenvolvimento económico das sociedades. O imposto excessivo atacava a indústria, fazia definhar a agricultura, diminuía o consumo e levava a um aumento da imoralidade, ao potenciar o contrabando e a fuga às contribuições. O imposto para ser racional, para ter um fim que todos compreendessem e aceitassem, deveria ser moderado. Se não o fosse tornava-se uma “espoliação”⁸⁴⁷.

Em Inglaterra, as queixas frequentes dos lojistas acerca dos impostos passavam também por uma ideia persistentemente defendida de que eram eles que, proporcionalmente aos seus rendimentos, pagavam uma maior percentagem de impostos, o que aparentemente parecia também estar a acontecer na passagem do século⁸⁴⁸. O mesmo acontecia em França, pela mesma época, quando o argumento dos lojistas a favor de uma reforma da *patente* (imposto profissional) passava pela comparação da percentagem de impostos pagos pelos grandes armazéns, mais baixa, e aquela que efectivamente era paga pelos lojistas, muito mais alta em termos relativos⁸⁴⁹. Em Milão, os lojistas queixavam-se com alguma frequência da “excessiva tributação” de que eram alvo⁸⁵⁰. A reclamação era quase universal e especialmente dirigida contra as taxas locais ou municipais, uma vez que “os pequenos negócios eram geralmente afectados de forma desproporcional” pelas mesmas. No final do século XIX, os impostos locais e não só tornaram-se assim um foco de mobilização e identidade entre a

⁸⁴⁷ *O Lojista*, n.º 43, 8 de Agosto de 1892. Era frequente o jornal recorrer a uma linguagem que muito devia à tradição revolucionária francesa. Veja-se, por exemplo, *O Lojista*, n.º 30, 30 de Abril de 1892 e n.º 71, 2 de Setembro de 1893.

⁸⁴⁸ WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, p. 47 e OFFER, Avner, *Property and politics, 1870-1914: Landownership, Law Ideology and Urban Development in England*, Cambridge, Cambridge University Press, 1992, p. 288.

⁸⁴⁹ NORD, Philip G., *Paris shopkeepers...*, p. 355.

⁸⁵⁰ Facto que era aproveitado para fins políticos pelas várias forças em presença. MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan...*, pp. 200 e 267.

pequena burguesia, à medida que esta se “auto-designava como a verdadeira classe contribuinte”⁸⁵¹.

A interiorização deste tipo de discurso acabava por potenciar a crítica ao imposto com base na argumentação de este contribuir, na maior parte dos casos, para a desigualdade e a injustiça social e económica, tanto na sua génese e características, como na forma de aplicação e arrecadação. Desigualdade e injustiça que resultavam, na sua forma de ver, da “arbitrariedade” no lançamento dos tributos quando não se olhava às especificidades dos contribuintes, levando a que, proporcionalmente, os impostos atingissem com maior severidade os “desfavorecidos”, ou seja, o sistema fiscal estava ferido de “falta de «justiça»”, uma vez que todos os consumidores, pobres ou ricos, eram abrangidos da mesma forma pelos aumentos dos impostos. A noção parecia ser geral, não abrangia apenas os lojistas e dizia respeito tanto aos impostos indirectos como directos. No caso da contribuição predial era destacada a pouca confiança que mereciam as matrizes prediais. Porém, a resposta do Estado não tinha em conta estas críticas e mais fácil e menos dispendioso do que reformar as matrizes era lançar “adicionais” sobre as contribuições e eram estas percentagens arbitrárias, nas palavras dos lojistas, que potenciavam as desigualdades⁸⁵².

Por isso, os lojistas, reclamavam “igualdade” no tratamento fiscal, no pagamento dos impostos e na cobrança das dívidas fiscais, associando a fuga ao fisco às influências políticas e, particularmente, eleitorais, para além da clássica diferenciação entre “pobres” e “ricos”⁸⁵³. Falavam das “injustiças renovadas na distribuição do imposto”⁸⁵⁴ e o sentimento de injustiça e desigualdade, “iniquidade”, era dirigido ao “grande”, ao político, ao governo e até ao rei, acusado de esbanjar dinheiro, “veraneando à custa do

⁸⁵¹ CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *The Petite Bourgeoisie in Europe...*, pp. 131 e 139-140.

⁸⁵² RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 176.

⁸⁵³ *O Lojista*, n.º 13, 12 de Dezembro de 1891.

⁸⁵⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 68, Julho de 1893, p. 5.

pobre contribuinte”⁸⁵⁵. Esta era já uma posição mais radical, para a qual, como se afirmou, a questão fiscal sempre contribuiu e sobre a qual se falará mais à frente.

O adicional de 1882, por exemplo, era “verdadeiramente gravoso” porque iria atingir, sem excepções, tanto os produtos de luxo, como os “géneros de grande consumo”, como o arroz ou o bacalhau, apresentando-se o caso extremo do chá, para o qual a carga fiscal era tão elevada que “bem pode dizer-se que nenhum contribuinte tomará uma chávena de chá, sem que logo à sua custa o fisco tome outra”. Na sua opinião, os aumentos indiferenciados tinham a injustiça de onerar mais “os pobres do que os ricos”, para além de que a cobrança de outros, como o imposto do sal, por exemplo, trazia outro “vexame”, que era a necessidade de uma forte fiscalização para se conseguir atingir as metas propostas pelo Governo. Para serem igualitários e justos os aumentos de impostos deveriam excluir precisamente os produtos de grande consumo e levar em conta as colectas de impostos directos mais baixas, procurando assim não onerar as “classes mais desfavorecidas”⁸⁵⁶. Em alguns pontos, ficava a impressão de que mais do que igualdade fiscal pretendiam uma diferenciação positiva no lançamento dos impostos, aproximando o seu discurso das ideias de tributação progressiva.

Em 1884, na contestação ao aumento das taxas das licenças de comércio e indústria, baseadas nas rendas, como se viu, a justificação era semelhante, pois um imposto aumentado de forma indiferenciada atingia sempre mais as “classes desfavorecidas”, uma vez que “o lojistas mais remediado” que não vivia junto da loja não iria sentir esse aumento na renda da sua habitação, ao passo que o mais “infeliz que se vê obrigado a residir no próprio estabelecimento (...) há-de pagar imposto de licença

⁸⁵⁵ *O Século*, n.º 3406, 28 de Julho de 1891; *O Lojista*, n.º 17, 14 de Janeiro de 1892; n.º 30, 30 de Abril de 1892 e n.º 37, 20 de Junho de 1892.

⁸⁵⁶ ACLL, *Relatório de 1882*, p. 26-27. O mesmo tipo de argumentos seria repetido em 1890 num protesto contra o imposto de selo. ACLL, *Relatório de 1890*, p. 99.

mesmo pela parte habitada”⁸⁵⁷. Na representação que aprovaram em Maio e depois na que voltaram a aprovar em Dezembro desse ano era apresentada de forma clara a desigualdade e injustiça na distribuição da carga fiscal que motivava o protesto dos lojistas. “É necessário que na rede das contribuições não entrem só os que são conhecidos nas matrizes e nos cadastros de outras repartições”, o município não se compunha “só de lojistas” e se estes não se importavam de fazer “sacrifícios”, não viam com bons olhos serem outros, que estavam “fora destas obrigações, (...) os que mais aproveitam e que mais gozam dos benefícios e dos melhoramentos que os impostos que satisfazemos vão fomentar e desenvolver.”⁸⁵⁸

Em relação à contribuição industrial a crítica baseava-se em argumentos semelhantes. O problema da distribuição dos contribuintes pelas várias taxas foi sempre apresentado como um caso de “flagrante injustiça”. Não se podia “tributar desordenadamente”, era preciso averiguar a situação particular de cada contribuinte, só assim se faria “inteira justiça”⁸⁵⁹. Em 1893, quando o governo se propôs aumentar essas mesmas taxas e a fazer mudanças na classificação de várias indústrias e tipos de comércio, a reacção dos lojistas, em conjunto com a Associação Comercial e a Associação Industrial, foi muito forte apontando as injustiças de, na sua opinião, só os “pequenos” serem prejudicados e de não se mexerem nos privilégios dos “grandes”. Era a pequena burguesia representada pelo “pequeno comércio, (...) pequena indústria e (...) pequeno funcionalismo” que sofria com o aumento dos impostos⁸⁶⁰.

A cobrança do imposto profissional, *patente*, na França e na Bélgica, era relativamente parecida com o que se passava em Portugal com a contribuição industrial e produzia um conjunto de protestos semelhantes. A importância económica e social

⁸⁵⁷ ACLL, *Relatório de 1884*, pp. 16-17.

⁸⁵⁸ *Comércio de Portugal*, n.º 1638, 17 de Dezembro de 1884; *O Século*, n.º 1211, 18 de Dezembro de 1884 e ACLL, *Relatório de 1884*, pp. 20-22.

⁸⁵⁹ ACLL, *Relatório de 1889*, pp. 89, 91 e 93.

⁸⁶⁰ *O Lojista*, n.º 60, 8 de Junho de 1893.

atribuída à actividade exercida ditava a sua distribuição por um conjunto de escalões com taxas cada vez mais elevadas. O cálculo do imposto era feito sobre um “rendimento presumível” e não sobre o lucro real que podia ser obtido pelos lojistas, o que acontecia igualmente em Portugal⁸⁶¹. Por isso o sistema sempre foi alvo de críticas, pela “injustiça” que perpetuava e, nesses países, mesmo as reformas da década de 1880 e 1890 não fizeram diminuir o protesto, “continuando os retalhistas a lamentar que o imposto não fosse realmente progressivo” e baseado nos lucros efectivamente verificados ou que não tivesse servido para combater os grandes armazéns. Contudo, as propostas de reforma que faziam não eram claras e tinham sempre a dificultá-las a questão de um tal sistema levar à necessidade de verificação dos livros comerciais. Apesar de reclamarem que o imposto deveria ser calculado sobre o volume efectivo dos negócios, “eram muito reticentes à ideia de revelar esse montante.”⁸⁶²

Em Portugal este facto era considerado um verdadeiro atentado à “liberdade de comércio”, colocando entraves a uma reforma do sistema fiscal, neste caso, por culpa própria. O jornal *O Lojista*, em 1893, na reacção às propostas fiscais do governo, entre elas a do selo a impor nos livros comerciais, falava contra “ministros dementados e levianos”, “insensatos”, “desatinados” e “déspotas”, considerando que cabia às associações “o dever de reclamarem, e ainda mais, de resistirem.” E a resistência neste caso passava pela recusa na colocação do selo nos livros comerciais que já tinham começado a ser escriturados, com o argumento do “segredo” das transacções, da “inviolabilidade” do livro mercantil⁸⁶³. Muito mais tarde e num contexto político já muito formatado pela influência republicana, a contestação à prisão do armeiro Heitor

⁸⁶¹ VALÉRIO, Nuno (coord.); NUNES, Ana Bela; BASTIEN, Carlos; MATA, Maria Eugénia, *Os impostos no Parlamento português...*, p. 57.

⁸⁶² NORD, Philip G., *Paris shopkeepers...*, pp. 23-24 e 352-361; JAUMAIN, Serge, *Les petits commerçants belges...*, p. 75.

⁸⁶³ *O Lojista*, n.º 72, 10 de Setembro de 1893. Os pequenos comerciantes “fugiam da administração como da peste e não apreciavam nada que ela pudesse vir a fiscalizar os seus negócios”, algo considerado igualmente “vexatório” pelos lojistas belgas. JAUMAIN, Serge, *Les petits commerçants belges...*, p. 75.

Ferreira, sócio da ACLL, no âmbito das investigações às armas do regicídio, para além das claras motivações políticas, foi enquadrada pela questão da inviolabilidade do segredo comercial (quando foi preso foram-lhe apreendidos “os seus livros comerciais”), pois essa era uma forma de tornar ainda mais abrangente um protesto que se pretendia que incluísse “todo o comércio”⁸⁶⁴.

Quando pediam alterações aos impostos, como aconteceu em 1875 com uma reclamação dos merceeiros para passarem da 5ª para a 6ª classe da contribuição industrial, os lojistas clamavam por “justiça”, pois diziam não ganhar o suficiente para pagar o mesmo imposto que outras classes com negócios mais rendosos, no fundo uma crítica à forma de distribuição dos tipos de negócio pelas várias classes contributivas. Porém, assim que as autoridades pretendiam averiguar dessas mesmas injustiças para poderem fazer as alterações consideradas necessárias, uma vez que segundo o governo sem as mesmas era “impossível ao grémio fazer distribuição equitativa”, o mau-estar instalava-se entre os lojistas, logo considerando como vexatória a recolha de informações feita pelos funcionários da Fazenda, essas “tropelias”. Aliás, só o simples acto de “entrarem nos estabelecimentos, interrogando os lojistas”, era “vexatório e odioso”. Parecia ser uma posição pouco sustentável para quem reclamava justiça na repartição do imposto, depois, não permitir ou criticar violentamente a iniciativa das autoridades, mas até aqui o argumento da “justiça” e da “igualdade” era usado, pois esses “varejos” não tinham atingido na sua opinião, por exemplo, os engenheiros ou os

⁸⁶⁴ A “inviolabilidade” foi um argumento usado pelos republicanos na imprensa e pelos sócios da ACLL não só na assembleia-geral de 23 de Agosto de 1908 onde a questão foi discutida, mas também na assembleia da ACL onde alguns tinham assento. Para além disso foi um dos pontos referidos na representação que a Associação dos Lojistas dirigiu ao Parlamento. Cf. ACLL, *Boletim*, n.º 44, Agosto de 1908, pp. 63-66; *O Mundo*, n.º 2800, 22 de Agosto de 1908; n.º 2803, 25 de Agosto de 1908 e n.º 2805, 27 de Agosto de 1908.

fabricantes de ourivesaria quando, segundo os lojistas, também conseguiram mudar de classe contributiva⁸⁶⁵.

Já em 1880, quando da iniciativa Progressista relativa ao imposto de rendimento, aparentemente, a oposição dos lojistas e da ACLL só se verificou depois de colocados a circular “boatos” de que, em virtude do novo imposto, “o fisco vai entrar nas casas dos cidadãos, nas lojas e nas fábricas para examinar a escrituração, examinar os negócios e espreitar os segredos de cada um.” A imprensa afecta ao governo negava tal facto, o que não impediu a realização de uma assembleia-geral para aprovar uma representação de protesto⁸⁶⁶. Esta dirigiu-se à “desigualdade” que alguns artigos da nova lei poderiam acarretar e, essencialmente, aos que podiam “trazer vexames aos contribuintes”, como os que criavam comissões de paróquia com função de “arrolamento”, o que implicava uma fiscalização ou inquirição sobre o negócio efectivo, medida que repugnava a “índole e costumes do nosso povo.”⁸⁶⁷

Nesta ordem de ideias e de reacções adversas, não se afigurava simples a resolução da questão dos impostos, pois como seria possível tornar a carga fiscal mais suave e menos injusta, sem contrariar a “liberdade de comércio”? Pelo que se observou atrás, como seria de esperar, no discurso dos lojistas de Lisboa eram mais as críticas do que as soluções apontadas, era maior o volume de queixas e protestos do que a apresentação de alternativas. Apesar disso é possível registar algumas propostas, contudo, sem uma coerência argumentativa ou uma consistência cronológica que permita falar na teorização de um sistema fiscal, nem nada que se pareça. Como já atrás

⁸⁶⁵ *Diário Popular*, n.º 3184, 16 de Outubro de 1875 e n.º 3195, 27 de Outubro de 1875; *Jornal do Comércio*, n.º 6595, 28 de Outubro de 1875 e *Revolução de Setembro*, n.º 9997, 29 de Outubro de 1875. A questão foi praticamente assunto único na maioria das reuniões da assembleia-geral da ACLL, ao longo de 1875, mas vinha já do ano anterior a preocupação com as dificuldades que o grémio dos merceiros “encontrava na divisão do contingente tributário, devido à elevação da taxa.” Cf. ACLL, *Relatório de 1874*, p. 25-29 e *Relatório de 1875*, p. 21-25.

⁸⁶⁶ *Jornal da Noite*, n.º 2734, 30 e 31 de Janeiro de 1880 e *Diário Popular*, n.º 4680, 31 de Janeiro de 1880.

⁸⁶⁷ *Jornal da Noite*, n.º 2753, 24 e 25 de Fevereiro de 1880; *Diário Popular*, n.º 4703, 25 de Fevereiro de 1880 e *Diário de Notícias*, n.º 5048, 25 de Fevereiro de 1880.

foi referido, os lojistas não primavam pela filosofia, mas sim pelo pragmatismo e o mesmo aconteceu com a questão fiscal, inclusive, com reflexos nos apoios políticos⁸⁶⁸.

Neste sentido, as soluções que se podem surpreender ao longo destes 40 anos apontavam em duas direcções. Por um lado, de forma ténue e nem sempre muito definida, parecem defender a eliminação da multiplicidade de impostos e a criação de um imposto progressivo, surgindo aqui mais um sinal de identificação com os republicanos e, igualmente, com o que eram as modernas tendências do pensamento fiscal no final do século XIX⁸⁶⁹. Por outro lado, como seria expectável, defendem claramente um alívio fiscal, uma redução do esforço contributivo, associando a este objectivo uma predilecção pelo programa das “economias” e do governo poupado, uma tradição das décadas de 60 a 80, que os identificou com reformistas e progressistas, e que se manteve no seu discurso até à República.

Sobre o primeiro aspecto, de notar que o programa republicano publicado por Teixeira Bastos, em 1886, apontava para uma reforma fiscal que privilegiava a criação de um “imposto único e progressivo” sobre o capital fixo, ou seja, sobre a propriedade, procurando beneficiar “o comércio”⁸⁷⁰. O mesmo autor, em 1890, pouco mais de uma semana após a entrega de uma representação da ACLL ao Parlamento contra o adicional de 6%⁸⁷¹, falava no jornal *Século*, sobre a “iníqua distribuição das contribuições”, em “desigualdade”, em “fuga” aos impostos, em “multiplicidade” de tributos e taxas. A solução era reformar o sistema fiscal e estabelecer “um imposto único e directo, que substitua a multiplicidade actual” e termine assim com as “desigualdades”. Para além de uma maior justiça fiscal, este tipo de imposto trazia também vantagens para o Estado,

⁸⁶⁸ WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, p. 30

⁸⁶⁹ Sobre as tendências das doutrinas fiscais “para finais do século XIX e princípios do século XX”, veja-se VALÉRIO, Nuno (coord.); NUNES, Ana Bela; BASTIEN, Carlos; MATA, Maria Eugénia, *Os impostos no Parlamento português...*, p. 9.

⁸⁷⁰ BASTOS, Teixeira, *Projecto de um programma federalista...*, pp. 5 e 28.

⁸⁷¹ Representação transcrita pelo *O Século* por, na sua opinião, interpretar bem “os sentimentos da classe comercial, e cremos bem que do resto da nação”. Cf. *O Século*, n.º 3005, 20 de Junho de 1890. Veja-se a representação igualmente em ACLL, *Relatório de 1890*, p. 95-100.

com uma “considerável diminuição de despesas para o tesouro público, porque facilitava e simplificava a cobrança.” Contudo, para os republicanos um imposto deste género lançado sobre todo o tipo de rendimento tinha a desvantagem de ser muito difícil de implementar por ser complicado estabelecer “um cadastro rigoroso”. O argumento, neste ponto, andava próximo do que já tinha levado os lojistas ao protesto, em 1880, contra o imposto de rendimento dos progressistas, ou seja, não era o imposto em si que os contrariava e sim o “vexame” que adviria de uma forte fiscalização necessária para que tal opção funcionasse de forma equitativa. Agora Teixeira Bastos considerava que se poderia ultrapassar essa desvantagem através da opção pelo “mais prático e (...) mais equitativo (...) imposto único e directo sobre o capital”. Porém, este imposto deveria incidir apenas sobre o “capital fixo”, ficando isento o “capital circulante, isto é as matérias-primas, as mercadorias e a moeda (...) afim de se facilitar o movimento, o comércio, isto é a sua conversão em capital fixo.”

Era, obviamente, um projecto com um grau de utopia e radicalismo elevado para a época, mas que tinha algum eco junto dos lojistas, se não na eliminação de todas as outras contribuições, pelo menos no que se referia à necessidade de contrabalançar o excesso de impostos que sentiam estar a afectá-los, com reformas ao nível da contribuição predial, do tal “capital fixo”. No processo de contestação às medidas tributárias do governo Hintze-Franco, em 1893, consideravam que uma verdadeira reforma tributária deveria ser “equitativa na distribuição do imposto” e o que tinha sido proposto estava longe de o ser pois, uma vez mais, eram apenas o comércio e a indústria a contribuir para o esforço de equilíbrio do orçamento, com o aumento das taxas da contribuição industrial e do imposto de selo. O único aspecto positivo destacado era precisamente a promessa de resolução da “questão das matrizes prediais” que, no

entanto, não se tinha verificado⁸⁷². A ligação às ideias republicanas era ainda mais clara quando assumiam que o que deveria ser tributado era a riqueza fixa e não a riqueza circulante (dependente do comércio e indústria). O Governo deveria ir buscar as suas receitas aos proprietários, esses sim é que já deveriam ter sido sacrificados como estavam a ser, na sua opinião, o comércio e a indústria, “*as fontes vivas da riqueza pública*”⁸⁷³.

O sistema fiscal precisava de uma “remodelação completa”, como afirmavam, parafraseando em tom crítico Augusto Fuschini, e a reforma que os lojistas pretendiam que tivesse sido executada era a da “contribuição predial”. Sem isso, o simples aumento “arbitrário” das taxas proposto pelo ministro apresentava-se como uma “injustiça” ainda maior. No fundo, não era apenas contra o aumento que os lojistas “se revoltam”, era contra o facto desse aumento não ser acompanhado de uma reforma equitativa que, na sua opinião, passava pela criação de “um imposto geral de rendimentos”, à semelhança do “*income tax*” inglês. Mesmo assim, era necessário ter em atenção a especificidade do comércio, pois a “matéria colectável” deste tinha “uma natureza especialíssima”, ou seja, tinha mais dificuldade em ser abarcada por um sistema que se baseava na presunção de rendimentos. A injustiça, por fim, permaneceria enquanto fossem mais tributados os que trabalhavam e produziam, os comerciantes e os industriais, do que os que viviam “do ócio” das aplicações financeiras e do empréstimo de dinheiro, os capitalistas e banqueiros⁸⁷⁴. Este discurso não andava longe do que era produzido pelos republicanos portugueses, como se viu, e ficava muito próximo do que caracterizava o republicanismo dos lojistas parisienses, pela mesma época, empenhados numa reforma tributária onde a *patente* era apenas uma das dimensões, sendo a introdução de “um

⁸⁷² *O Lojista*, n.º 78, 6 de Novembro de 1893.

⁸⁷³ *O Lojista*, n.º 66, 26 de Julho de 1893 (itálico no original).

⁸⁷⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 68, Julho de 1893, pp. 5-6.

imposto de rendimento progressivo e acentuadamente proporcional” destacada como a “melhor de todas” as medidas a adoptar⁸⁷⁵.

A segunda forma de resolver a questão fiscal era menos problemática e talvez por isso mereceu sempre mais atenção por parte dos lojistas, até porque, em grande medida, se identificava com o seu próprio modo de vida, a sua atitude perante o orçamento... de balcão, por assim dizer.

A preocupação com o “alívio” da carga tributária foi uma reclamação “consistente” entre os lojistas ingleses, assim como as críticas acerca do que consideravam ser um excesso de tributação e um método de cobrança gerador de “iniquidade” entre os lojistas, por não levar em conta os vários tipos e dimensão de lojas ou negócios⁸⁷⁶. A solução preconizada passava por uma rigorosa política de “economias” no governo municipal de forma a conseguir uma redução dos impostos. Em Inglaterra, esta preocupação era justificada, pois as despesas dos municípios subiram de forma muito significativa, no final do século XIX e princípio do seguinte, e mesmo o crescimento dos subsídios governamentais não foram suficientes para equilibrar as contas do poder local, levando a um “aumento massivo das taxas” municipais⁸⁷⁷. A preocupação e o programa das “economias”, contudo, eram generalizados aos lojistas europeus, pois era uma forma de combater a excessiva tributação de que se diziam alvo por parte das administrações locais⁸⁷⁸. Para isso contavam, tal como em Lisboa, com a pressão que as associações faziam junto do Poder no sentido de se impor um governo poupado⁸⁷⁹.

⁸⁷⁵ NORD, Philip G., *Paris shopkeepers...*, p. 288.

⁸⁷⁶ WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, p. 30.

⁸⁷⁷ WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, pp. 25 e 46. Sobre a importância das “economias” para os lojistas ingleses veja-se, para além das indicadas, as páginas 79 e 102.

⁸⁷⁸ CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *The Petite Bourgeoisie in Europe...*, pp. 131-132.

⁸⁷⁹ WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, pp. 79-80.

Em Portugal, o programa das “economias” nas despesas do Estado e da consequente baixa de impostos que a poupança poderia proporcionar foi central no discurso político da esquerda, fosse ela reformista, progressista ou republicana. Era um programa simples e que dizia muito aos lojistas, não pela sua simplicidade, mas porque viam nele a sua forma de gerir os negócios. Para fazer despesa eram precisas receitas, logo havia que ter cuidado em não gastar demasiado para não ficar em dificuldades, uma vez que as receitas eram finitas e estavam dependentes da capacidade de consumo dos clientes. Com o Estado passava-se exactamente o mesmo, para gastar, para desenvolver o país eram precisos impostos, se se gastasse demais a solução era pedir mais impostos e nem sempre a capacidade económica dos contribuintes o permitia. Apesar da simplicidade do programa das “economias” e de ter sido repetidamente prometido por alguns políticos, ele acabou por nunca passar à prática com a frequência que era desejada pelos lojistas.

Foi esse o credo do Governo Sá da Bandeira - Bispo de Viseu de 1868-1869 e o não cumprimento da promessa, como se viu na história da fundação da ACLL, foi um dos factores de mobilização e protesto dos lojistas⁸⁸⁰. A pedir “economias” estiveram também “merceeiros, confeiteiros, chapeleiros, caixeiros e comerciantes”, em 1871, ao combaterem o aumento de impostos proposto pelo Governo Ávila⁸⁸¹. As mesmas ideias eram caras a Mariano de Carvalho e ao reformismo em geral que “defendia a redução drástica da despesa pública e que os tributos fossem proporcionais às possibilidades económicas dos cidadãos”⁸⁸². Em 1876, o Programa do Partido Progressista sem surpresa falava em “reforma dos impostos e contribuições” e em “suprimir as despesas improdutivas”, bem como no “desenvolvimento da riqueza pública pela diminuição dos

⁸⁸⁰ CUNHA, Carlos Guimarães da, *A «Janeirinha» e o Partido Reformista...*, pp. 111-136, em especial 120, 128, 131-132.

⁸⁸¹ DORIA, Luís, *Correntes do radicalismo oitocentista...*, pp. 172-173.

⁸⁸² FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”...*, pp. 83-84. Ainda sobre a importância política das “economias” vejam-se as páginas 280, 287 e 439.

impostos e direitos que tolhem ou dificultam a produção e as transacções”⁸⁸³. A redução dos impostos foi também uma aposta de propaganda e uma promessa programática dos republicanos falando, em 1891, de “abolição” ou “diminuição gradual” de alguns impostos e, em 1908, numa “remodelação do sistema tributário” que evitasse “injustiças e vexames”⁸⁸⁴.

No estrangeiro ou em Portugal o pedido de “economias” derivava de uma percepção de excessiva tributação e esta, por sua vez, era resultado do aumento das despesas com melhoramentos materiais, cada vez mais difíceis e dispendiosos de financiar, tanto ao nível local, como central. Ao mesmo tempo o crescimento urbano tinha trazido uma maior necessidade de providenciar um conjunto de serviços muito exigentes para os orçamentos municipais, como esgotos, água, estradas ou iluminação⁸⁸⁵. Neste sentido, até a própria “greve do gás” acaba por ganhar uma nova cambiante, pois os lojistas tinham a percepção de que melhorar a iluminação na cidade, para mais através de um “monopólio”, iria obrigar o município, além deles próprios, a gastar mais o que levaria a um aumento da pressão fiscal sobre os contribuintes/lojistas já exageradamente “vexados” pelo fisco.

Neste quadro, chamavam a atenção que os aumentos de impostos não eram justos porque por vezes serviam para “satisfazer encargos considerados (...) desnecessários”, ou seja, nem sempre percebiam a utilidade imediata de alguns desenvolvimentos materiais e, como já atrás foi afirmado, o que preocupava estes homens não era um futuro longínquo e sim a vivência do dia-a-dia. O município devia antes optar por uma “administração económica e modesta” e com isso poupar os munícipes a “um novo

⁸⁸³ Programa do Partido Progressista de 16 de Dezembro de 1876.

⁸⁸⁴ *Programa do Partido Republicano Português*, pp. 6-7 e COELHO, Trindade, *Manual Político do Cidadão Português*, p. 259.

⁸⁸⁵ Os factores parecem ser comuns no caso inglês. WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, pp. 46-47.

imposto”⁸⁸⁶. Os lojistas não eram apenas produtores do discurso das “economias” e do governo poupado, como eram atraídos pelo mesmo. Disso tinham consciência os Progressistas quando, em 1884, para cativar audiência no combate político camarário, davam como certo o aumento dos impostos assim que se soube que a CML ia “arranjar mais um empréstimo e continuar a sua vida de extravagância”, notícia que logo a seguir associaram ao aumento em 50% das taxas das licenças de comércio e indústria⁸⁸⁷. Em 1891 tinham a competir com eles os Republicanos e enquanto Mariano de Carvalho prometia “economias” para o novo governo do general João Crisóstomo, os Republicanos chamavam a atenção para o aumento de despesas, com rendas e gás, que começavam a afectar os comerciantes⁸⁸⁸.

Como seria natural, a ACLL desempenhou um papel importante na divulgação do argumento de que só através de poupanças, gastos criteriosos e “moralidade” do Estado e da Câmara Municipal os lojistas poderiam esperar finalmente uma redução de impostos ou, pelo menos, que estes não subissem em demasia. Na década de 1890, a Associação concordava que era necessário fazer um esforço para obstar às dificuldades financeiras do Estado, mas lembrava que antes de aumentar os impostos impunham-se “reformas” e “economias”⁸⁸⁹. O que era preciso era “fazer economias sensatas, aplicar justa e equitativamente as suas receitas, cobrar com regularidade, com justiça, com igualdade os seus impostos.” A principal reforma tributária “consistiria em entrar pelo orçamento, cortar sem deferência e sem hesitações as verbas supérfluas, as despesas injustificáveis e inúteis.”⁸⁹⁰

O discurso das “economias” era uma constante e as propostas de Fazenda de Janeiro de 1904 deram novo ensejo para a sua defesa. Era necessário equilibrar o

⁸⁸⁶ ACLL, *Relatório de 1884*, p. 15.

⁸⁸⁷ *Diário Popular*, n.º 6153, 18 de Abril de 1884 e n.º 6154, 19 de Abril de 1884.

⁸⁸⁸ *Diário Popular*, n.º 8636, 22 de Maio de 1891 e *O Século*, n.º 3339, 22 de Maio de 1891.

⁸⁸⁹ ACLL, *Relatório de 1890*, pp. 95-100.

⁸⁹⁰ ACLL, *Relatório e contas da Comissão Instaladora...*, pp. 8-9.

orçamento porque só assim se podia beneficiar “as classes produtoras do país”. Contudo, quem devia dar o exemplo apenas produzia “desmandos e desperdícios”, mesmo que não especificados, que “escandalizavam (...) os contribuintes”. Os governos deveriam obedecer a regras de “parcimônia, de equidade, de justiça e moralidade”, o que não acontecia há “muito” tempo⁸⁹¹. Por isso eram lançados “constantemente” novos impostos ou aumentados os existentes que, além de agravar as já “elevadas” contribuições do comércio, lhe colocava outras dificuldades pois levavam ao aumento dos preços dos produtos, à diminuição do rendimento disponível e os dois factores reunidos agravavam a “situação do consumidor (...) prejudicando o comércio”⁸⁹². Nos tempos que se seguiram os argumentos não mudaram, apenas foram ficando, também eles, mais “económicos”. Na marcha dos governos o que deveria contar era “a moralidade” e “a economia”⁸⁹³, o governo do país deveria seguir um “decisivo regime económico e de moralidade.”⁸⁹⁴

Se esta exigência dos lojistas tinha obviamente conotações económicas e políticas, é preciso ver nela igualmente reflexos de uma certa mentalidade ou forma de estar, no fundo, a identificação com este programa partia da sua própria experiência de negócio, o constante pedido ao Estado por mais “economias” era uma sequência lógica da vivência quotidiana dos pequenos comerciantes. Em tudo na sua vida pessoal, comercial e associativa estava presente a noção de economia e a necessidade de não cair em desperdícios ou em gastos supérfluos, cabendo aqui chamar a atenção para o que eram as críticas paternalistas em relação à suposta vida boémia dos caixeiros durante a “meia liberdade” dos domingos. Os lojistas davam importância às “economias” porque estavam “acostumados” a “ter sempre em vista o *Deve* e o *Haver*” na gestão dos seus

⁸⁹¹ ACLL, *Boletim*, n.º 37, Janeiro de 1904, p. 1.

⁸⁹² ACLL, *Boletim*, n.º 37, Janeiro de 1904, pp. 1-3.

⁸⁹³ ACLL, *Boletim*, n.º 42, Junho de 1904, p. 6.

⁸⁹⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 1, Janeiro de 1905, p. 3.

negócios, prevenindo qualquer “desequilíbrio que faça perigar o crédito do estabelecimento”⁸⁹⁵.

Na gestão da própria ACLL isso era notório, tanto na escolha das casas para sede da associação, que podiam ver as divisões excedentes subarrendadas, de modo a poupar na renda, como em coisas mais pequenas e aparentemente sem grande importância, como a pintura de uma placa com o nome da associação, cujo orçamento foi arduamente negociado com o pintor; a instalação de luz na nova sala, onde, apesar do “candeeiro não coincidir com as placas”, se tinha conseguido “uma grande economia”; ou na compra de um novo relógio acompanhada da venda do antigo que, apesar de “velho e inutilizado”, não foi imediatamente vendido “a ver se apareciam ofertas mais vantajosas”⁸⁹⁶. Um último exemplo demonstrativo da sua tendência para as “economias”, em vez da ostentação e do desperdício, pode ser dado através da discussão sobre a inauguração da nova sede em 1886. Apesar de um dos directores sugerir que fosse “feita com uma sessão solene”, a proposta foi rejeitada, em parte, porque acarretava “grandes despesas” e a maioria dos directores preferia gastar o dinheiro da Associação na “compra de inscrições” do Tesouro Público⁸⁹⁷. As excepções ao quadro esboçado só vão surgir quando a estes valores se começarem a sobrepor os do patriotismo e da propaganda, essencialmente, por influência republicana.

Como foi referido, este ideal de governo, se assim se pode dizer, apesar de frequentemente propagandeado raramente foi posto em prática pelos governantes,

⁸⁹⁵ ACLL, *Relatório de 1884*, p. 15 (itálico no original). O discurso não podia andar mais próximo do dos colegas ingleses, por exemplo. Cf. WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, p. 65.

⁸⁹⁶ ACLL, *Actas da Direcção, 1881-1889*, acta n.º 118, 5 de Junho de 1882, acta n.º 119, 22 de Junho de 1882, acta n.º 122, 5 de Agosto de 1882, acta n.º 152, 2 de Setembro de 1886 e acta n.º 153, 13 de Setembro de 1886.

⁸⁹⁷ ACLL, *Actas da Direcção, 1881-1889*, acta n.º 155, 2 de Novembro de 1886. O aspecto quase caricato que estes exemplos proporcionam não se afasta, contudo, do que era uma mentalidade “pequeno-burguesa” que dava mais importância à “poupança” do que ao próprio “conforto”. Cf. CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *The Petite Bourgeoisie in Europe...*, pp. 90 e 191-205.

certamente presos às “necessidades de cobrança”⁸⁹⁸, potenciando, não só a permanência da imagem de uma tributação excessiva, como até a radicalização do discurso dos lojistas. Neste jogo, os próprios políticos monárquicos acabaram por dar uma ajuda ao republicanismo pois, reconhecendo as “injustiças e desigualdades fiscais (...) é claro que sobretudo quando estavam na oposição” e não sendo capazes de as resolver assim que chegavam ao Governo, as críticas que produziam não só contribuíam para esse radicalismo, como a falta de eficácia os tornou “alvo de críticas contundentes por parte do Partido Republicano”⁸⁹⁹. Para além disso, este clima de permanente contestação às alterações fiscais e o destaque dado pelos políticos, quando se opunham às mesmas, aos aspectos mais injustos ou iníquos das várias leis tributárias, não podia deixar de se reflectir na sociedade civil e de ser ampliado e reproduzido pelos grupos sociais que se consideravam mais lesados pelas frequentes mudanças na fiscalidade e, neste aspecto, é bom lembrar que os lojistas definitivamente não se consideravam privilegiados.

Ao longo do período estudado a permanente contestação aos impostos acabou por ser uma imagem de marca que com o tempo e, particularmente, em momentos de crise se converteu num elemento definidor e de identificação no seio da classe dos lojistas. O indivíduo que fazia a sua vida atrás do balcão olhava-se a si mesmo, antes de tudo, como um homem de trabalho que tinha subido a pulso e que constituía um dos principais, senão mesmo o principal contribuinte líquido do Estado. Mas seria essa faceta, real ou idealizada, pouco importa para o caso, reconhecida pela sociedade e pelo Estado? Do seu ponto de vista, não! O Estado, os governos nada faziam em favor da classe, apenas se lembravam dos homens do comércio “para lhes aumentar as

⁸⁹⁸ VALÉRIO, Nuno (coord.); NUNES, Ana Bela; BASTIEN, Carlos; MATA, Maria Eugénia, *Os impostos no Parlamento português...*, p. 79. Mesmo quando o foi, o radicalismo político e outros interesses económicos, acabaram por não lhe reconhecer méritos, como aconteceu em 1892 com a redução dos juros e dos vencimentos dos funcionários. Cf. RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, pp. 172-173.

⁸⁹⁹ VALÉRIO, Nuno (coord.); NUNES, Ana Bela; BASTIEN, Carlos; MATA, Maria Eugénia, *Os impostos no Parlamento português...*, p. 83.

contribuições e pedir votos”. Isso mesmo, essa “injustiça fiscal” sobre quem recebe menos do que aquilo que dá, traduzia-se depois em injustiça social e política, dando, contudo, ao lojista um direito inalienável, o direito de não se calar, de se queixar⁹⁰⁰.

É isso precisamente que ele faz, permanentemente, por vezes, num tom amargo, ressentido, decididamente radical, como aconteceu na polémica que acabaria por levar à dissolução da ACLL, ou no meio de uma longa campanha de 4 anos contra as tentativas de Hintze Ribeiro levar por diante aumentos de impostos⁹⁰¹. Em 1893 o jornal *O Lojista*, à altura mera extensão na imprensa da ACLL, ao falar sobre as medidas da Fazenda, acusava o Governo de insensatez e levandade, mas estendia a acusação a todos os governos desde o *Ultimatum*. Todos, sem excepção, prometiam uma coisa na oposição e executavam outra totalmente contrária quando no Governo. Todas “as medidas de salvação pública” invariavelmente redundavam em aumento de impostos sobre “as duas classes mais proveitosas ao erário”, o comércio e a indústria. O Estado era “um morgado, cujas orgias e imoralidades determinaram a pobreza do organismo” e os “curandeiros” que se apresentavam para o salvar limitavam-se a “sangrar os filhos do administrado e dar o sangue a beber ao pai...”. Como “contribuintes” e “cidadãos” assistia-lhes o direito de “*repelir a afronta e a maneira mais correcta de o fazer é não pagar [a] nova contribuição.*”⁹⁰²

A noção de injustiça e o ressentimento por uma política dominada pela necessidade do constante aumento dos impostos tenderam a intensificar-se e a potenciar um discurso cada vez mais radical. Em 1903 o tom não era diferente, apenas era transmitido abertamente nas páginas do *Boletim*. Na sequência da chamada “Revolta do

⁹⁰⁰ *O Lojista*, n.º 30, 30 de Abril de 1892.

⁹⁰¹ Entre 1901 e 1904, “sempre que um ministro da Fazenda revelava planos de reforma fiscal, as associações económicas anunciavam comícios e greves contra os novos impostos, e o ministro demitia-se (...). Em quatro anos, Hintze teve quatro ministros da fazenda.” RAMOS, Rui, *João Franco...*, pp. 112-113.

⁹⁰² *O Lojista*, n.º 64, 8 de Julho de 1893 e n.º 66, 26 de Julho de 1893 (itálico no original)

Grelo”, de Março de 1903, em Coimbra, o editorial produzia um autêntico manifesto de apoio aos revoltosos (a ACLL terá sido a “única de Lisboa” a enviar um delegado à cidade dos estudantes para se inteirar *in loco* da polémica), um texto contra os “governos perdulários” e os “potentados da propriedade e da finança”, a favor dos “pobres” justamente “revoltados” e a cujo protesto se respondia com derramamento de “sangue”. O problema passava, uma vez mais, pela falta de um governo que fosse poupado, económico e moral, porque aqueles que existiam só olhavam “com piedade” para os ricos⁹⁰³.

A clientela como “propriedade” dos lojistas: o inquilinato comercial

O inquilinato comercial foi um dos temas que mais ocupou a ACLL e preocupou os lojistas nos 40 anos estudados. Apesar de não ser possível apresentar uma estatística sobre o assunto, a análise da série das licenças para estabelecimentos e o facto destas serem cobradas, a partir de 1873, com base no valor das rendas pagas pelos lojistas, leva a supor que a esmagadora maioria das lojas eram instaladas em espaços arrendados e que a temática terá sempre representado um foco polémico entre os lojistas, facto em relação ao qual, aliás, já se deu algumas pistas na primeira parte da tese. Foi ainda uma questão em que, desde cedo, se descortinou uma estreita sintonia entre as expectativas dos lojistas em conseguir resolver o problema a seu contento e o apoio do republicanismo para essa solução, expresso na promessa de uma futura regulamentação. Aliás, a sintonia foi tal e a coincidência cronológica foi tão óbvia, entre o momento de reforço da contestação aos senhorios por parte dos lojistas, na segunda metade da década de 80 e início da década de 90, e a inclusão do tema do inquilinato comercial no programa do Partido Republicano, em 1891, que talvez se possa dizer, neste caso, que

⁹⁰³ ACLL, *Boletim*, n.º 27, Março de 1903, p. 1 e *Relatório de 1903*, p. 28.

não foram os homens do pequeno comércio a aderir às ideias e propostas do republicanismo, mas o contrário, foram os republicanos a adoptar como sua uma causa que era fundamental, inclusive, na própria definição da imagem identitária dos lojistas e que ao longo do tempo se converterá num dos principais focos de ressentimento e desilusão deste grupo social em relação à Monarquia e aos seus políticos.

O tema era, sem qualquer dúvida, mais relevante para o lojista de Lisboa do que para os seus colegas estrangeiros. Na bibliografia consultada, o problema das rendas das lojas nunca é apresentado como mobilizador para o pequeno comércio ou para as associações que o representavam. Pelo contrário, os lojistas europeus estavam no outro lado da barricada no que diz respeito ao inquilinato, existindo muitos relatos de lojistas como pequenos proprietários urbanos, interessados inclusive no mercado de arrendamento de habitações da classe operária⁹⁰⁴. A aquisição de casas e apartamentos destinados a esse tipo de aluguer era uma tendência de investimento clara entre a pequena burguesia urbana, tendo os lojistas um papel relevante neste aspecto. “O típico dono de habitações de classe operária nas cidades Europeias ao longo de todo o século XIX era o pequeno homem de negócios”, ou seja, o lojista⁹⁰⁵. Assim acontecia na Alemanha e, em menor grau, também na França e na Inglaterra onde a “pequena burguesia predominava” nas estratégias de investimento em habitação que eram comuns a outros grupos sociais. As próprias associações de proprietários nestes países eram constituídas por uma grossa fatia de membros da pequena burguesia, “predominantemente, artesãos e pequenos comerciantes”⁹⁰⁶.

⁹⁰⁴ CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *Shopkeepers and master artisans...*, pp. 4, 63, 77-84; OFFER, Avner, *Property and politics...*, pp. 148-149; CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *The Petite Bourgeoisie in Europe...*, pp. 123-126, 183, 186-188 e 198-205.

⁹⁰⁵ CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *Shopkeepers and master artisans...*, p. 78 e CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *The Petite Bourgeoisie in Europe...*, p. 123.

⁹⁰⁶ CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *The Petite Bourgeoisie in Europe...*, pp. 123-125.

Este quadro relativo à propriedade urbana era claramente oposto ao que se passava em Lisboa, onde os lojistas se queixavam, precisamente, de não ter acesso à propriedade das suas lojas e das suas casas também. Já na importância dada à “propriedade”, como valor essencial na definição do seu papel social, da sua própria cultura e identidade, a pequena burguesia lisboeta parecia estar em sintonia com a europeia⁹⁰⁷, o que não era um contra-senso, como se verá.

Contudo, havia duas diferenças essenciais, importantes para se compreender, inclusive, o posicionamento político dos lojistas lisboetas. Primeiro, para a maioria, a propriedade tão ferozmente defendida não era algo a preservar e sim um sonho ou um ideal ainda a atingir. Segundo, mesmo a propriedade que efectivamente julgavam já possuir, de cariz localista e difícil de manter caso fossem obrigados a mudar o seu negócio, não era constituída por bens imóveis, de raiz, pelo prédio da loja e sim pela sua clientela, pela freguesia que após longos anos de trabalho, de dedicação e de esforço tinham conseguido conquistar e fidelizar.

Efectivamente, de “fidelizar” se tratava pois era muito frequente o recurso ao “fiado” (palavras que têm a mesma etimologia latina, derivando de *fides* – confiança, honestidade, lealdade), essa quase técnica comercial, esse indispensável factor concorrencial do mundo da pequena loja. Sobre isso veja-se a forma com o jornal *O Lojista*, em 1892 e 1893, tratava a questão do “fiado”, uma prática vulgar e generalizada a que recorria “o operário pobre mas honrado”, que era “o grande consumidor nos estabelecimentos de venda a retalho”, sendo uma função social exercida pelos lojistas que os tornava credores, na sua acepção, de respeito e os constituía como uma das classes mais necessárias ao equilíbrio da sociedade⁹⁰⁸. No fundo, era a partir da confiança que mútua e paulatinamente se erigia entre o dono da loja e os seus clientes,

⁹⁰⁷ CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *The Petite Bourgeoisie in Europe...*, pp. 198 e 200.

⁹⁰⁸ *O Lojista*, n.º 29, 24 de Abril de 1892; n.º 30, 30 de Abril de 1892 e n.º 73, 21 de Setembro de 1893.

muitos, em simultâneo, seus vizinhos, e da venda “a crédito”, que se estabeleciam os laços de dependência social e económica de âmbito local que emprestavam ao facto de o lojista ter a certeza ou garantia da loja permanecer muitos anos no mesmo sítio uma profunda relevância. A importância deste factor na modelação da sua forma de estar na vida e nos negócios, em última análise, explica a insegurança, o ressentimento e o radicalismo que a ausência dessa mesma garantia potenciava.

O código civil de 1867 definia um regime bastante liberal para o arrendamento, sem fazer qualquer distinção entre arrendamento habitacional e comercial ou industrial. Na base estava um contrato temporário com um prazo de seis meses, fazendo-se a ressalva de que seria assim desde que outro não tivesse sido acordado entre as partes ou fosse adoptado no “costume da terra”. A referência a um regime consuetudinário, aliás, era uma constante. No fim do prazo, o arrendamento podia ser renovado “se o arrendatário se não tiver despedido, ou o senhorio o não despedir no tempo e pela forma costumados na terra”. A renda era fixada livremente entre as partes e o senhorio podia despedir o inquilino antes do prazo, se a mesma não fosse paga ou fosse dado um uso indevido ao prédio, uma fórmula muito lata que, na prática, dava todas as garantias aos senhorios, como se verá. As indemnizações aos inquilinos, por privação de uso, resumiam-se a um abatimento no valor da renda. O inquilino tinha de devolver o prédio no fim do contrato e só seria indemnizado das benfeitorias se estas tivessem sido “expressamente consentidas por escrito”. Não era definida a obrigatoriedade de realizar contratos escritos, porém, algumas das poucas garantias dadas aos inquilinos só se tornavam efectivas na existência desse tipo de contrato, nomeadamente, a continuação do arrendamento depois da morte do senhorio ou do inquilino, ou depois da venda do imóvel. Laconicamente era ainda referido que “a acção de despejo é sempre

sumária”⁹⁰⁹. As disposições relativas a estas acções, provavelmente por terem gerado conflitos, foram depois ampliadas no Código de Processo Civil⁹¹⁰, tendo sido melhorados alguns aspectos processuais pela lei de 21 de Maio de 1896, mas foi o decreto de 30 de Agosto de 1907, do governo de João Franco, que substituiu as disposições anteriores e introduziu alterações substanciais.

O regime definido antes de 1870 não parecia dar muitas garantias aos inquilinos, o objectivo que transparece do código civil é o da preponderância do direito de propriedade, em detrimento dos direitos dos inquilinos. Talvez por isso, não seja de estranhar que o tema tenha sido dos mais recorrentes e frequentes ao longo dos primeiros 40 anos de vida associativa e que preocupasse os lojistas muito antes da fundação da ACLL, sendo responsável por alguns dos discursos mais inflamados, tanto nos relatórios anuais da direcção, como nas assembleias-gerais.

Em 1864 alertava-se já para a “arbitrariedade” de alguns senhorios “habitados a lidar com escravos” e que se aproveitavam do trabalho dos lojistas, do esforço que estes colocavam no aperfeiçoamento das suas lojas, para lhes aumentar as rendas “no próximo semestre”⁹¹¹. Sendo provavelmente um reflexo do quotidiano de incerteza que o sistema de arrendamento das lojas trazia para os pequenos comerciantes de Lisboa, o assunto cedo motivou os corpos gerentes. Em 14 de Junho de 1877 foi discutida e aprovada em assembleia-geral uma proposta de João Marques da Costa para estudar “as causas que dão lugar aos excessivos aumentos de rendas das casas em Lisboa, com o

⁹⁰⁹ *Código Civil Portuguez aprovado por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, art.º 1606º a 1632º.

⁹¹⁰ *Código de processo civil: aprovado por carta de lei de 8 de Novembro de 1876*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1876, art.º 498º a 507º.

⁹¹¹ *Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, n.º 40, 21 de Fevereiro de 1864.

que muito sofre a classe dos lojistas.” Deviam ser propostos “meios de remediar tão funestos abusos como os que os proprietários estão praticando.”⁹¹²

Em 1888, o segundo número do *Boletim da Associação* iniciava um conjunto de artigos sobre o assunto, com um título igualmente sugestivo, “O exagero das rendas das lojas é uma extorsão condenável”, alertando para a prática de “proprietários avarentos e cobiçosos” que se aproveitavam da propriedade “criada à custa de muito trabalho, permanente cuidado e, às vezes, muitas privações.”⁹¹³ Era considerado que a Associação deveria intervir nesta situação, não só porque estaria a prestar um serviço de “justiça” ao lojistas, mas também porque a propaganda gerada teria como efeito trazer “ao seu grémio milhares de indivíduos”, apresentando-se assim como um tema muito mobilizador e de preocupação universal dentro da classe⁹¹⁴.

Em 1889 o relatório da direcção apresentava os trabalhos desenvolvidos sobre “uma questão importantíssima e de valor incalculável para a classe dos lojistas – o direito de propriedade representado nos seus estabelecimentos”⁹¹⁵. A mesma andava já a ser discutida, pelo menos, desde 1887⁹¹⁶, e a ideia de “pedir aos poderes públicos a promulgação de uma lei” sobre expropriações e inquilinato comercial não resultava apenas do maior dinamismo associativo do período pós-1885, pois no relatório era relemburada a proposta de Marques da Costa, atrás referida. Com a legislação que fosse aprovada pretendia-se garantir “os legítimos direitos de propriedade dos lojistas”⁹¹⁷.

⁹¹² Foi então nomeada uma comissão composta por Luís Manuel da Costa, José Pinheiro de Melo, António Caetano Macieira, José António de Carvalho, Luís Francisco Lopes, Carlos Augusto Tibau e João Marques da Costa. ACLL, *Relatório de 1877*, p. 31.

⁹¹³ ACLL, *Boletim*, n.º 2, Fevereiro de 1888, pp. 1-2, continuado no n.º 4, Abril de 1888, pp. 7-8 e concluído no n.º 12, Dezembro de 1888, p. 1-2.

⁹¹⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 4, Abril de 1888, p. 5-6.

⁹¹⁵ ACLL, *Relatório de 1889*, p. 15 (itálico no original).

⁹¹⁶ Em 27 de Junho realizou-se uma assembleia-geral da ACLL para tratar, entre outros assuntos, de uma “proposta para se representar aos poderes públicos sobre o modo de salvaguardar os interesses dos lojistas, comerciantes e industriais, quando se derem casos de expropriações que os obriguem a mudanças de estabelecimentos.” Cf. *O Século*, n.º 1985, 26 de Junho de 1887.

⁹¹⁷ ACLL, *Relatório de 1889*, p. 15.

Apesar de se ter consciência de que o assunto seria “difícil de resolver”, o retomar do assunto, no final da década de 1880, devia-se às recentes expropriações levadas a cabo para as obras da Estação do Rossio e outras projectadas para a mesma zona que iriam trazer um “gravíssimo prejuízo [a] muitos e importantes estabelecimentos pertencentes a vários dos nossos consócios”. Foi pedido um parecer jurídico e elaborada uma representação enviada à CML contra as expropriações. A mesma foi bem acolhida na edilidade, em grande medida, fruto da intervenção do vereador Simões de Almeida, à altura presidente da direcção da ACLL, tendo sido proposta a nomeação de uma comissão para estudar o assunto⁹¹⁸. Contudo, o mesmo acabaria por não ter seguimento o que, aliado ao facto de não ter sido possível entregar uma outra representação a pedir “ao parlamento a promulgação de uma lei que regule o direito de propriedade dos lojistas”, levou a um lamento no relatório da direcção, pois estes “continuam a ser vítimas passivas dos senhorios e da febre de melhoramentos públicos”⁹¹⁹.

A representação ao parlamento ficaria para 1890. Quanto à que foi enviada à CML, é possível verificar o que os lojistas pensavam sobre a questão das expropriações e a definição da “propriedade” das lojas. Não estavam contra os “melhoramentos” da cidade que poderiam até trazer benefícios ao movimento comercial. Contudo, tal como a Carta Constitucional, o Código Civil e algumas leis gerais regulavam o direito dos proprietários a indemnizações por expropriações consideradas de “interesse público”, entendiam que deveria ser consagrada na lei uma igual garantia para os “lojistas e industriais”⁹²⁰.

Antes de mais, essa reivindicação partia da noção de “justiça social” baseada na igualdade e esta não era colocada em prática quando apenas se reconhecia ao lojista o

⁹¹⁸ ACLL, *Relatório de 1889*, pp. 15-18. A representação a enviar à CML foi apresentada na assembleia-geral de 21 de Junho de 1889 e aprovada por unanimidade. ACLL, *Boletim*, n.º 19, Julho de 1889, pp. 2-3.

⁹¹⁹ ACLL, *Relatório de 1889*, pp. 18-19.

⁹²⁰ ACLL, *Relatório de 1889*, pp. 78-80.

direito de ser indenizado pelo “valor material dos objectos que existem nos seus estabelecimentos”. A propriedade do lojista ia e deveria ser considerada muito para além disso. Não bastava receber como compensação apenas o “estritamente necessário para que ele possa fundar noutro local, idêntico comércio”. Era preciso levar em conta um conjunto de factores e de valores nem sempre objectivamente mensuráveis, mas cuja existência e importância eram vitais para a sobrevivência do pequeno comerciante. Deveriam ser consideradas as “condições especiais do comércio” que existiam de modo singular no local onde estava estabelecida a loja, sendo que uma boa parte eram obtidas através do “trabalho” levado a cabo pelo lojista para levantar o seu negócio, o qual tinha, igualmente, de ser ponderado para uma possível indemnização. Passavam essas “condições” pela existência de uma maior ou menor concorrência, pelo “crédito” estabelecido, pelos “lucros” esperados com a manutenção do negócio. Tudo acabava por se perder na ocasião de um despejo, porque o comerciante não podia “transportar consigo todo o movimento mercantil do seu estabelecimento”. Ou seja, o lojista ao mudar de lugar não perdia somente a mercadoria perdia, essencialmente, a clientela, sendo óbvia a relação de causalidade e a “experiência demonstra[va-o] que, na maioria dos casos, as expropriações trazem consigo a ruína dos estabelecimentos comerciais” forçados a mudar de local⁹²¹.

É provável que este argumento não andasse muito longe da realidade, como já se fez notar na primeira parte da tese, e ele era reforçado através de outros testemunhos. O discurso dos corpos gerentes não diferia do lojista comum, era, isso sim, uma tradução fiel desse sentimento de “injustiça”. Francisco Grandella, por exemplo, passou por essa situação em 1890. Depois de abrir no Rossio a sua “Loja do Povo” e de ter pintado “a fachada e a armação de vermelho”, sem autorização do senhorio, este acabou por lhe

⁹²¹ ACLL, *Relatório de 1889*, pp. 80-82.

aumentar “imensamente a renda e (...) lhe promover o despejo”, provavelmente alicerçado na justificação de “uso indevido”⁹²². Um pouco antes, Francisco da Costa Ramos, merceeiro na freguesia da Encarnação, apontava exactamente para uma situação semelhante, falando do “capricho e ambição do senhorio” que levava o lojista, forçado a abandonar a loja, a perder “certa e determinada freguesia”, sem que por isso recebesse uma “indenização razoável e equitativa”. Segundo o seu testemunho, “muitas vezes a fortuna de qualquer casa depende da sua persistência no local onde se fundou, persistência que, uma vez destruída por qualquer motivo, corta bruscamente o futuro que o lojista tinha antevisto na fundação do seu estabelecimento.”⁹²³

Os argumentos apresentados em 1889 foram reforçados no ano seguinte, procurando demonstrar que a questão relativa ao inquilinato comercial ou, como então referiam, à “lei que garanta aos lojistas e industriais o seu direito de propriedade”, era uma preocupação antiga e resultava do facto de não haver uma legislação específica sobre o assunto. A preocupação não era apenas com as indemnizações por expropriação, o objectivo era um pouco mais radical, era necessário “ir mais longe”, inclusive, do aquilo que era definido na própria legislação francesa, que apresentavam como exemplo, a qual, desde 1841, já previa aquela hipótese. Pediam que o direito de propriedade dos lojistas fosse igualmente levado em conta nos casos de aumentos de rendas ou de despejos executados pelos senhorios⁹²⁴.

Na representação que então dirigiram ao parlamento a solicitar a promulgação de uma lei sobre o assunto, os lojistas centraram os seus argumentos na afirmação de que tão respeitável era a “propriedade material” como a conseguida pela “inteligência” e “trabalho” dos comerciantes, materializada no “desenvolvimento dos respectivos estabelecimentos”, ao nível do volume de negócios e da clientela que a ele afluía. No

⁹²² *O Século*, n.º 3139, 1 de Novembro de 1890 e *GEPB*, Vol. 12, pp. 695-696.

⁹²³ *ACLL, Boletim*, n.º 19, Julho de 1889, p. 8.

⁹²⁴ *ACLL, Relatório de 1890*, pp. 14-15.

fundo, pretendiam que fosse mitigada a diferença de valor a atribuir à propriedade imobiliária e à constituída por bens menos palpáveis, mas igualmente relevantes em termos económicos, como era a criação de “um estabelecimento com importante e numerosa clientela”. Afirmavam não querer atacar “a propriedade do senhorio”, o objectivo era defender um certo tipo de propriedade considerada tão legítima, se não mesmo a “mais” legítima forma de “aquisição da riqueza individual”. Em concreto, ambicionavam que além da renda da loja, em caso de indemnização, fosse levado também em conta o que o estabelecimento valia pelas “armações e fazendas” que dispunha, pelas “obras feitas pelo inquilino” e “principalmente pela clientela que fixou”. Para dar maior segurança nos arrendamentos, pediam que fosse prevista a criação de um “tribunal arbitral” para gerir os diferendos entre senhorios e lojistas e incluídas a “proibição” do senhorio despejar o lojista sem justa causa e a “fixação do limite máximo de aumento da renda” num determinado período⁹²⁵. Todas as propostas não podiam deixar de ser entendidas, pelos proprietários que as lessem, como razoavelmente progressistas se não mesmo como radicais, tendo em conta o quadro legislativo então existente.

A representação foi entregue na Câmara dos Deputados na sessão de 20 de Maio, contudo, não seria discutida nesta sessão legislativa, apesar do pedido ter sido “secundado” pela Associação Comercial de Coimbra, numa representação à Câmara dos Deputados, em 1 de Julho, onde apoiava aquela em “que a associação comercial de lojistas de Lisboa pede providências quanto ao direito de propriedade, entre locadores e locatários de prédios urbanos”⁹²⁶, e igualmente apoiado pela Associação dos Empregados no Comércio e Indústria e pelo Centro Comercial do Porto através de duas

⁹²⁵ ACLL, *Relatório de 1890*, pp. 15 e 89-94. O texto da representação foi igualmente publicado em ACLL, *Boletim*, n.º 31, Junho de 1890, pp. 1-2, tendo sido aprovado, por unanimidade, na assembleia-geral de 19 de Maio (n.º 31, Junho de 1890, p. 6).

⁹²⁶ DCD, sessão de 20-05-1890, pp. 324 e 325; sessão de 01-07-1890, p. 939.

outras representações, de 11 de Junho e 11 de Agosto⁹²⁷. Por fim, curioso e muito significativo, foi o facto da representação da ACLL só ter chamado a atenção da imprensa republicana⁹²⁸ que, aliás, já acompanhava a discussão do assunto desde 1888⁹²⁹.

Apesar do desaire, as iniciativas não foram esquecidas e, em 1891, quando a ACLL voltou ao assunto, desta feita através de uma representação dirigida ao Governo, não se deu ao trabalho de redigir nova argumentação e chamou “a atenção do nobre ministro” para os documentos já enviados à Câmara dos Deputados⁹³⁰. Morais Carvalho era então o responsável pela pasta da Justiça no governo de João Crisóstomo de Abreu e Sousa que contava com Mariano de Carvalho na Fazenda. Também neste retomar da questão voltou a registar-se uma sintonia entre as aspirações dos lojistas e a imprensa republicana, pois certamente não foi por mero acaso que, no mesmo dia em que deu conta da constituição do novo governo, o jornal *Século* chamou a atenção, em artigo de fundo, para a questão das rendas das casas em Lisboa que estavam muito caras, falando também dos abusos dos senhorios e da necessidade de se legislar sobre a matéria, “por forma que o sistema, além de simplificado, estabeleça garantias.”⁹³¹

A pressão acabou por surtir efeito e no final de Junho surgiam já notícias de que o ministro da Justiça tencionava “levar ao Parlamento uma lei que estabeleça as relações entre senhorios e inquilinos” para, entre outras coisas, “pôr cobro aos abusos que alguns senhorios praticavam, nomeadamente para com os seus inquilinos comerciantes, a quem exigiam os aumentos de rendas, intempestivamente, injustificadamente, ou a quem mandavam despejar as suas casas, sem respeito pelo capital e pelo trabalho que elas

⁹²⁷ DCD, sessão de 11-06-1890, p. 624 e sessão de 11-08-1890, p. 1788. Os dois documentos, “adoptando” no geral os argumentos da ACLL, foram transcritos no *Boletim*. Cf. ACLL, *Boletim*, n.º 32, Julho de 1890, pp. 3-5 e n.º 35, Outubro de 1890, pp. 1-2.

⁹²⁸ *O Século*, n.º 2974, 20 de Maio de 1890.

⁹²⁹ Em Dezembro de 1888 o *Boletim* inseria num artigo sobre a questão das rendas uma opinião expressa no jornal *Os Debates*. Cf. ACLL, *Boletim*, n.º 12, Dezembro de 1888, p. 1-2.

⁹³⁰ ACLL, *Boletim*, n.º 44, Julho de 1891, p. 4 e ACLL, *Relatório de 1891*, p. 42-44.

⁹³¹ *O Século*, n.º 3339, 22 de Maio de 1891.

representavam para os seus moradores.” O discurso, que podia ser retirado de uma assembleia-geral da ACLL, do *Boletim* ou dos relatórios anuais, era uma vez mais difundido pelo *Século*, mas desta feita até a imprensa ligada ao governo fazia eco das mesmas preocupações, não inocentemente, como se verá um pouco à frente, com o *Diário Popular* a referir que o objectivo do ministro era pôr “cobro à exploração que por vezes se tem feito da freguesia comercial”⁹³².

Destinado à regulamentação em geral dos contratos de arrendamento, o projecto apresentado pelo ministro no parlamento, a 9 de Julho de 1891, dava uma especial ênfase à questão do arrendamento dos estabelecimentos comerciais e, em certos pontos, retomava os argumentos dos próprios lojistas. Ao mesmo tempo, é uma fonte muito útil para se perceber como eram reguladas as relações senhorio/inquilino, no caso das lojas de Lisboa, aspecto essencial para se compreender a importância que a temática sempre teve no seio do pequeno comércio e da ACLL, em particular. Pretendia-se “remediar injustiças, corrigir abusos”, pois se era certo que num regime liberal a legislação não podia impor-se nas relações entre particulares, isso não queria dizer que não se devesse levar em conta os “interesses das classes mais numerosas e mais desfavorecidas da sociedade.” Contudo, não havia qualquer intenção de fazer uma revolução legislativa, ou seja, apesar de se corrigirem alguns aspectos do funcionamento dos arrendamentos, apresentados de seguida, ignoravam-se as propostas de proibição de despejo e de fixação de um limite para as rendas constantes da representação da ACLL.

Os contratos de arrendamento ainda eram regulados mais pelo “uso e costume”, do que pela “lei civil”, o que, não lhes retirando validade, acrescentava algumas disposições que era preciso contrariar, em especial, “na capital”. Um desses costumes passava por “pagar a renda adiantadamente” e por “prazos demasiado longos.” Outro,

⁹³² *O Século*, n.º 3371, 23 de Junho de 1891 e *Diário Popular*, n.º 8626, 23 de Junho de 1891.

decorria do facto, assumido pelo ministro, da “maior parte, se não a quase totalidade dos contratos de arrendamento” serem “simplesmente verbais” e de, mesmo quando eram escritos, serem prorrogados sem necessidade de realização de novo registo. Para além disso, os prazos previstos para o despejo de “estabelecimentos industriais ou comerciais” eram os mesmos que os dos “prédios destinados a habitação (...) e contudo não se muda um estabelecimento (...) com a mesma facilidade que a mobília de uma casa”. Um aspecto também significativo era que, em caso de “expropriação pública” urgente, o dono do estabelecimento raramente tinha direito a uma indemnização⁹³³.

Por fim, o ministro destacava o que era, talvez, a principal reclamação do lojista, a principal causa para a injustiça sentida pelo pequeno comerciante, sendo também o ponto mais polémico ou radical do projecto-lei: o facto de não se reconhecer a propriedade do lojista e desta ser explorada, “em proveito próprio”, pelo proprietário do prédio, pois assim acontecia quando “o senhorio se aproveit[a] da freguesia criada por um seu arrendatário, porventura à custa de muito trabalho, dispêndios e sacrifícios, para desses esforços, que não são seus, tirar proveito para si ou para outrem. O lucro, que dessa freguesia já criada lhe possa resultar, não é a justa retribuição da fruição da sua propriedade, é fruto de propriedade alheia que lhe não deve pertencer.” O direito de propriedade passaria a ser reconhecido quando reconhecido fosse também o direito do lojista a ser indemnizado nestas situações, o que era efectivamente proposto agora. Eram estas as condições que o projecto queria regular, procurando fazer pender a balança das relações de inquilinato um pouco a favor dos lojistas, como parece óbvio pela leitura do texto justificativo e do próprio articulado do projecto⁹³⁴.

⁹³³ DCD, sessão de 09-07-1891, pp. 3-5. Muitos destes pormenores de funcionamento do regime de inquilinato comercial podem ainda ser confirmados através de uma descrição semelhante feita em 1906 pela própria ACLL. ACLL, *Relatório de 1906*, p. 21.

⁹³⁴ DCD, sessão de 09-07-1891, pp. 3-5.

Contudo, uma vez mais sobreveio a desilusão. Por um lado, o momento político não era propício à discussão de uma lei que, apesar das garantias do ministro, continha algumas alterações avançadas, na medida em que poderiam mexer com interesses fortes, como eram os dos proprietários urbanos, numa altura em que as dificuldades financeiras do Estado estavam na ordem do dia. Por outro, a data de apresentação do projecto, coincidindo com o “decreto que adia[va] as câmaras para 14 de Novembro próximo”⁹³⁵ e com o que instituía o “curso forçado”⁹³⁶, associada ao facto de, aparentemente, ser “a figura de Mariano de Carvalho que se impunha na coordenação política do ministério”⁹³⁷, deixava a impressão de que era apenas mais uma jogada política, na altura em que rebentava a “crise dos trocos”, para conter ou colocar ao lado do Governo, numa altura conturbada, um grupo social que normalmente criava dificuldades aos executivos sempre que se impunham reformas ou tomavam medidas que podiam influir no normal funcionamento da vida comercial. No fundo, seria mais uma manobra para movimentar as tropas que tão bem conhecia no meio comercial lisboeta⁹³⁸. Também por isso, não é de estranhar que o projecto caísse no esquecimento e não voltasse a ser discutido, o que a ACLL, pela voz de Sebastião Correia Saraiva Lima, também ele republicano, acabaria por lamentar em Maio de 1892⁹³⁹.

⁹³⁵ DCD, sessão de 09-07-1891, p. 1.

⁹³⁶ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 156. Mariano de Carvalho a “9 de Julho de 1891, assinou o decreto que prorrogava indefinidamente a suspensão da troca das notas do Banco de Portugal pelo seu valor em ouro ou prata (...). O mesmo decreto confirmava o monopólio da emissão de notas do Banco de Portugal, a todo o país”. LAINS, Pedro, “A crise financeira de 1891...”, p. 68.

⁹³⁷ FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”...*, pp. 591-593 e 604-606.

⁹³⁸ Sobre a influência e “simpatia” de Mariano de Carvalho junto da “pequena burguesia”, junto dos lojistas, veja-se CHRISTO, Homem, *Notas da minha vida e do meu tempo*, Vol. II, p. 57 e FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”...*, pp. 181, 207, 319, 409 e 693. Veja-se ainda RAMOS, Rui, *D. Carlos*, p. 85.

⁹³⁹ ACLL, *Boletim*, n.º 54, Maio de 1892, p. 2. Em Janeiro de 1892 a ACLL ainda fez eco de um possível regresso do projecto à discussão, mas se tal estava efectivamente a ser planeado, o que é duvidoso, pois nada transpareceu na imprensa ou na Câmara dos Deputados, a queda do Governo a 16 acabou com as esperanças dos lojistas que, em Fevereiro, já tinham entregue o assunto a um advogado no sentido de pedir uma reformulação do projecto de lei. ACLL, *Boletim*, n.º 50, Janeiro de 1892, p. 5 e n.º 51, Fevereiro de 1892, p. 5.

Como foi possível observar, o lamento teria alguma razão de ser, pois o regime de inquilinato comercial era bastante exigente para o lojista, não tanto pelo rigor da legislação ou das cláusulas acordadas – como se viu a maior parte dos contratos nem era escrito – mas precisamente pela instabilidade e insegurança permanente que um sistema de arrendamentos com estas características potenciava. Um exemplo disso, consta da posição tomada pela ACLL, na reunião da direcção de 30 de Novembro de 1892, em relação a uma carta do sócio Pedro Gonçalves y Vidal, estabelecido no largo de Santo António da Sé. O lojista pediu a ajuda da Associação numa “acção judicial que pretende mover contra o senhorio da casa onde tinha o seu estabelecimento”, uma vez que estava a ser alvo de um despejo. A direcção, apesar de estar ao seu lado, mostrava-se impotente e resolveu não patrocinar a causa, evocando precisamente o facto de entre este e o senhorio não existir “nenhum contrato escrito que pudesse servir de base a qualquer procedimento judicial”⁹⁴⁰. É assim óbvia a preponderância legal e de facto que este regime de “costume das terras” dava aos direitos de propriedade do senhorio e a ampla possibilidade de “abusos” e incertezas que podia gerar, mesmo descontando o natural exagero da propaganda dos lojistas sobre o assunto.

Contudo, nem a representação apresentada ao parlamento em 1890, nem a insistência em 1891, nem uma outra em 1892 faziam retirar a questão do esquecimento nos meios políticos, mais preocupados com a crise financeira. A última referida, fruto do trabalho jurídico encomendado a um advogado, voltava a insistir nas propostas mais avançadas da representação original, com a ressalva de que não se pretendia nada que fosse “revolucionário, violento, injusto”⁹⁴¹. Muito provavelmente, o ignorar do tema pelos políticos passava precisamente por um entendimento contrário em relação a esta questão. Porém, o facto de também os lojistas, durante 1892 e 1893, se começarem a

⁹⁴⁰ ACLL, *Actas da Direcção, 1889-1893*, p. 198.

⁹⁴¹ ACLL, *Boletim*, n.º 56, Julho de 1892, p. 6-8.

preocupar mais com a questão fiscal, acabaria por levar ao adiamento de novo pedido, apesar de ter sido criada uma nova comissão para discutir o assunto e de ser considerado “o maior padrão de glória para esta associação, conseguir obter uma lei que ponha cobro a tantas prepotências de que o comércio tem sido vítima.”⁹⁴²

Na sequência destas desilusões, é preciso referir que o assunto não era gerador de ressentimentos apenas contra o “proprietário [que] despediu exabrupto [sic] os seus inquilinos”, mas tinha o potencial de, no mínimo, frustrar os lojistas em relação às esperanças que poderiam ainda depositar nos políticos monárquicos. Em 1890, afirmavam que, apesar dos esforços desenvolvidos, “nada mais temos conseguido do que a confissão franca, dos altos poderes do Estado, de que, tal pretensão (...) tem razão de ser”. E esse entendimento tinha vindo, apesar de tudo, de onde menos esperavam, dos Regeneradores, na pessoa do ministro António Serpa⁹⁴³. A entrega da representação nesse mesmo ano, directamente ao presidente da Câmara dos Deputados, Pedro Augusto de Carvalho, apenas tinha conseguido um lacónico “redigida em termos convenientes”, com publicação no Diário do Governo e reencaminhamento para a “comissão respectiva”⁹⁴⁴. A iniciativa parlamentar de 1891, como se viu, parecia não ter passado de uma vã promessa política. Tudo acabava por contribuir para um desabafo da direcção da ACLL que era a imagem dessa desilusão e, ao mesmo tempo, mais um sinal das mudanças que estavam a ocorrer no posicionamento político dos lojistas. A questão do inquilinato era “importante e urgente”, mas era “muito para lamentar que os trabalhos eleitorais e *desadministrativos* não tenham ainda deixado a um, dos tantos ministros da *justiça* que nos últimos anos se têm sucedido no poder, um momento sequer para pensar

⁹⁴² ACLL, *Boletim*, n.º 69, suplemento de Agosto de 1893, p. 1. A referida comissão foi proposta em assembleia-geral de 8 de Agosto de 1892 e já estava instalada em Setembro seguinte. Cf. ACLL, *Boletim*, n.º 58, Setembro de 1892, pp. 1-2 e n.º 59, Outubro de 1892, p. 2.

⁹⁴³ ACLL, *Relatório de 1890*, p. 14.

⁹⁴⁴ DCD, sessão de 20-05-1890, pp. 324 e 325.

em assunto tão importante para a classe comercial.”⁹⁴⁵ O eco deste ressentimento passava inclusive pela imprensa exclusivamente dedicada à “defesa da classe”, misturando-se com a questão fiscal. Em Março de 1893, o *Lojista* voltava a ser publicado, após um interregno de seis meses, defendendo em artigo de fundo o comércio que, na sua opinião, estava constantemente “à mercê do fisco, à mercê do senhorio, à mercê das reformices *crónicas* da fazenda”⁹⁴⁶.

Entretanto, a dissolução de 1894 acabou por mudar as prioridades dos corpos gerentes provisórios, mais preocupados em conseguir a restauração da ACLL, reclamar contra as medidas fiscais do Governo ou patrocinar reuniões e conferências ligadas ao republicanismo, como se terá oportunidade de verificar⁹⁴⁷. Só em 1901 é que foi retomado o assunto, considerado como “uma das mais graves questões de que já em tempo esta Associação se ocupou”, voltando a ser referido que seria “um dos mais relevantes serviços prestados por esta Associação às classe que tem agremiadas.”⁹⁴⁸

Se o desalento se mantinha, recordando que a iniciativa da década anterior tinha sido “lançada ao esquecimento”, a urgência do assunto continuava e em 1902 foi sugerido um “novo estudo”⁹⁴⁹. Em 12 de Dezembro, Pinheiro de Melo comunicou à direcção que um artigo sobre o inquilinato publicado por Martins de Almeida no *Boletim* de Novembro poderia servir de base a uma “consulta que deve ser presente à Associação dos Advogados”, por intermédio do causídico da ACLL⁹⁵⁰.

⁹⁴⁵ ACLL, *Relatório de 1891*, p. 27 (itálico no original).

⁹⁴⁶ *O Lojista*, n.º 48, 15 de Março de 1893 (itálico no original).

⁹⁴⁷ O relatório produzido em 1897, para dar conta dos trabalhos da comissão instaladora, não se refere ao tema e o mesmo está igualmente ausente do *Diário*, documento que fez as vezes de um livro de actas da direcção que, oficialmente, não podia existir. Cf. ACLL, *Relatório e contas da Comissão Instaladora... e ACLL, Diário, 1894-1901*.

⁹⁴⁸ ACLL, *Relatório de 1901*, pp. 29-30.

⁹⁴⁹ ACLL, *Relatório de 1902*, p. 4-5.

⁹⁵⁰ ACLL, *Actas da Direcção, 1897-1906*, acta n.º 101, 12 de Dezembro de 1902. A este artigo foram anexados exemplares do *Boletim* de 1890, “onde estão publicados idênticos trabalhos”. Cf. acta n.º 102, 31 de Dezembro de 1902.

Aí era retomado, em tons mais carregados e mais informativos, o problema que o inquilinato representava para os lojistas, em especial, nas épocas de renovação dos contratos de arrendamento, normalmente, nos meses de Junho e Dezembro. A renda da loja era, não só a “primeira de todas” as despesas no orçamento do lojista, como o “constante sobressalto da instabilidade, a pior de todas as desvantagens do negócio.” Na altura de renovação o lojista que queria manter o seu negócio via-se obrigado a ceder a todas as exigências do senhorio, para além de pagar em “dinheiro na melhor espécie, adiantadamente”, pois “mudar de casa” era trazer “graves prejuízos para a sua vida comercial e perdas de importantes capitais empregados no estabelecimento.” Mesmo assim ficava sujeito a ser despejado a qualquer altura e sem se poder valer da Justiça, pois os casos que chegavam a tribunal acabavam sempre por passar “em julgado” a favor dos senhorios. “O abuso adquiriu foros de legalidade, por não existir lei para o coibir.” Cabia à ACLL instar junto das “estações superiores” para a promulgação de uma lei que, mantendo os interesses dos proprietários senhorios, reconhecesse que “um estabelecimento é também uma propriedade tão respeitável como a predial”⁹⁵¹.

O retomar da questão tinha ainda um outro aspecto em comum com o que acontecera cerca de 10 anos antes. Continuavam a ser os republicanos a dar destaque ao assunto, a transcrever para os seus jornais os argumentos, a “louvar” os autores dos mesmos e a “incitar” a ACLL para que se empenhasse em “conseguir uma lei que venha regular os recíprocos interesses entre senhorios e inquilinos.” O artigo de Martins de Almeida⁹⁵² tinha sido “acolhido com extrema benevolência pela imprensa lisbonense”, em especial, pelo *Século*, *Vanguarda* e *O Mundo*⁹⁵³.

⁹⁵¹ ACLL, *Boletim*, n.º 23, Novembro de 1902, pp. 1-3.

⁹⁵² De seu nome completo Francisco Antunes Martins de Almeida. Dono de uma papelaria na rua da Escola Politécnica e sócio da ACLL desde 1886. Era republicano e foi membro de várias instituições ligadas à instrução e à Maçonaria, como o Grémio Popular, o Vintém das Escolas, de que foi fundador e membro, a Academia de Estudos Livres e a “Escola gratuita 1º de Janeiro”; aos socorros mútuos, como “a dos Empregados no Comércio e Indústria e Afonso Albuquerque”; à beneficência, como “o Asilo de S.

O tema continuava a ser abordado todos os anos, quer no relatório anual, quer em artigos do *Boletim*, em intervenções na assembleia-geral ou em cartas dos lojistas dirigidas à imprensa. Em 17 de Maio de 1904, uma dessas missivas ao *Diário de Notícias* dava mais alguns pormenores sobre a questão que estava, inclusive, a afectar os “comerciantes de duas das melhores ruas da Baixa”. Os mandados de despejo eram frequentes e continuava a só conseguir resistir quem tinha “arrendamento a prazo”, ou seja contrato escrito, o que ainda era caso raro. A maioria tinha de recomeçar a “sua carreira” e se quem levava já “40 anos de trabalho insano” tinha amealhado o suficiente para passar pela transferência de local sem grandes dificuldades, quem tinha o seu negócio há menos tempo, “11 anos”, via todas as “pequenas vantagens” acumuladas serem “consumidas na mudança”. No entanto, estes eram os afortunados, pois a maioria era forçada “a liquidar (...) os seus negócios”⁹⁵⁴.

A situação, como é óbvio, preocupava a ACLL que através da direcção resolveu dar um novo passo no sentido de conseguir a “base de uma lei que regule o inquilinato da indústria.” Domingos Luís Coelho da Silva lembrou então que um estudo desses já tinha sido encomendado ao advogado da ACLL e que talvez fosse ocasião de o oficial “insistindo-se pela apresentação” do mesmo⁹⁵⁵. Desde 6 de Maio de 1897 que a ACLL tinha um acordo com o conhecido advogado João Catanho de Meneses⁹⁵⁶ “sobre o modo por que ele devia prestar aos associados os serviços de advocacia” e já desde

João, a Caridade de S. Mamede, a Sociedade do Bem e a Associação Protectora dos Cegos”; e à “propaganda”, como “o Grémio Lusitano, a Associação do Registo Civil, a Liga Portuguesa da Paz [ou] a Sociedade Protectora dos Animais.” Cf. ACLL, *Boletim*, n.º 19, Julho de 1906, pp. 49-51.

⁹⁵³ ACLL, *Boletim*, n.º 25, Janeiro de 1903, p. 5.

⁹⁵⁴ O artigo do jornal foi transcrito no *Boletim*. ACLL, *Boletim*, n.º 42, Junho de 1904, pp. 2-3.

⁹⁵⁵ ACLL, *Actas da Direcção, 1897-1906*, acta n.º 130, 30 de Agosto de 1904.

⁹⁵⁶ “Advogado e homem político”, formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1879, tendo aberto “banca de advogado em Lisboa.” Membro do Partido Progressista, “foi deputado pela Madeira”, sua terra natal, em 1905 e 1906, tendo abandonado o partido no ano seguinte. Na República ocupou lugar de destaque, tendo sido presidente da Câmara Municipal de Lisboa, em 1914, deputado e senador por diversas vezes desde 1915 e ministro da Justiça em 1915-16, 1922, 1924 e 1925-26. *GEPB*, Vol. VI, p. 279.

1902 que lhe tinha sido feito esse pedido⁹⁵⁷. No entanto, a colaboração entre a ACLL e o conhecido causídico tinha começado em Novembro de 1894, data a partir da qual são frequentes os pagamentos feitos pela defesa de associados em casos de multas e por várias “consultas” sobre direito fiscal e comercial⁹⁵⁸. A relação do advogado com os lojistas decerto terá sido fundamental para que, já na República, um dos principais projectos que patrocinou, enquanto deputado e ministro, tenha sido precisamente o do “Inquilinato Civil e Comercial”⁹⁵⁹.

Por agora, as insistentes referências ao assunto e a pressão exercida junto do Poder acabariam por ter um desenvolvimento importante, em 1905, mas cujo resultado final, diga-se em jeito de antecipação, acabou por ser um *déjà-vu* para os lojistas e mais um passo no caminho que paulatinamente os levava a afastarem-se da Monarquia, mesmo que, ao mesmo tempo, tenha representado um trunfo a que mais tarde acabariam por se agarrar, como se verá.

O começo da questão parecia promissor e a “esperança” de que o assunto finalmente ficasse resolvido levou a destaques em vários artigos do *Boletim* e a uma menção especial no relatório anual da direcção⁹⁶⁰. Em Março tinha sido nomeada uma comissão “encarregada de estudar e propor ao sr. ministro da Justiça” do novo governo Progressista, José Maria de Alpoim, um conjunto de medidas ligadas ao sector comercial. Entre alterações às leis que regulavam o júri comercial e a cobrança de pequenas dívidas, surgia a conveniência de “ponderar” sobre as “garantias” para o inquilinato comercial. Faziam parte da referida comissão sócios e membros dos corpos gerentes das associações comerciais de Lisboa e Porto, da ACLL e do Centro Comercial do Porto, como Melo e Sousa, Pedro Araújo, Pinheiro de Melo e Ezequiel de Castro, um

⁹⁵⁷ ACLL, *Diário, 1894-1901*, p. 21.

⁹⁵⁸ ACLL, *Livro de Caixa (1894 a 1902)*, fl. 11 e seguintes.

⁹⁵⁹ *GEPB*, Vol. VI, p. 279.

⁹⁶⁰ ACLL, *Relatório de 1905*, p. 5-7.

juiz da “vara comercial de Lisboa”, alguns negociantes, proprietários e capitalistas e dois advogados, incluindo Catanho de Menezes, responsável pela redacção do projecto sobre o inquilinato que acabaria por ser produzido pela comissão⁹⁶¹.

O entusiasmo entre os lojistas foi tal que deu direito a uma edição “suplementar” do *Boletim*, na qual se reproduziram as representações enviadas ao parlamento em 1890 e o projecto de lei de 1891, contributos para que estabelecesse o “justo preceito de que o funcionamento duma indústria criada à custa de capital e de trabalho representa uma *propriedade* como qualquer outra digna de consideração e respeito.”⁹⁶² Nesta frase estavam contidas duas ideias essenciais para compreender a importância da questão para os lojistas e a forma como estes se viam no seio da sociedade. Por um lado, a noção do que era um lojista, definido como um indivíduo que estava “entre o capital e o trabalho” e que concebia a sua identidade precisamente pelo uso simultâneo desses dois componentes das relações económicas⁹⁶³. Por outro lado, era essa percepção de pertencer a um grupo social com relativa especificidade, diferente dos restantes, mas ao qual era “justo” atribuir um peso ou importância semelhante aos demais, que lhe concedia o direito de reclamar igualdade, pois era isso que estava implícito na exigência de consideração pela *sua propriedade*.

Os acontecimentos seguintes pareceram dar razão ao novo ânimo que a questão suscitava. Em 21 de Agosto, Pinheiro de Melo informou a assistência da assembleia-geral de que o projecto de lei sobre o inquilinato estava concluído, já tinha sido entregue

⁹⁶¹ ACLL, *Boletim*, n.º 3, Março de 1905, pp. 18-19. Sobre o papel de Catanho de Menezes na comissão veja-se a pequena biografia do advogado publicada em ACLL, *Boletim*, n.º 45, Setembro de 1908, p. 69.

⁹⁶² ACLL, *Boletim*, n.º 5, Maio de 1905, pp. 41-48 (itálico no original).

⁹⁶³ A expressão é uma variante da do *Boletim* e foi usada em vários trabalhos sobre a caracterização da pequena burguesia, como definição base da representação social dos vários grupos a ela pertencentes, onde se incluíam os lojistas. Para além do trabalho de Tom Ericsson, já citado, veja-se MAYER, A., “The Lower Middle Class as a Historical Problem”, pp. 431-433 (de onde foi retirada a citação); CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *Shopkeepers and master artisans...*, p. 9; BLACKBOURN, David, “The German bourgeoisie: an introduction”, p. 29; HAUPT, Heinz-Gerhard, “The Petty Bourgeoisie in Germany and France...”, p. 302.

ao Governo e que, provavelmente, até seria discutido “na presente sessão legislativa”⁹⁶⁴. Era contudo o optimismo de um, ainda, influente progressista a falar, pois a dissidência de Alpoim em relação ao Partido e a sua exoneração do Governo, em Maio, tinham comprometido em definitivo o projecto. A reabertura das Cortes em Agosto não se revelaria promissora, pois a questão do dia era ainda o contrato dos tabacos e entre as preocupações do Governo de José Luciano, até Março de 1906, altura da sua demissão, contava-se a tentativa de conter os dissidentes, pelo que não haveria oportunidade de aprovar uma lei que, apesar de ir beneficiar uma classe importante para o jogo político, poderia levar a mesma a ficar mais agradecida a Alpoim pela paternidade da iniciativa⁹⁶⁵.

A confirmar esta ideia estava o facto de em Janeiro de 1906, Artur Pinto Miranda Montenegro, ministro que substituiu Alpoim na Justiça, ter afirmado, perante uma delegação da ACLL que o interpelou sobre a necessidade de apresentar o projecto para discussão “na próxima sessão legislativa”, a começar em Fevereiro, que ainda “estava estudando demoradamente” as disposições sobre o inquilinato comercial “dada a dificuldade de conciliar os interesses entre os senhorios e os inquilinos”. Contudo, esta era uma das situações que, na perspectiva dos lojistas, mais contribuía para ir “agravando de dia para dia a situação dos comerciantes e, em especial, o comércio de retalho”. Não por acaso, a descrição da reunião, que poderia ter sido feita com toda a independência através de uma nota isolada no *Boletim*, recorreu à transcrição de uma notícia do *Vanguarda*, esse “conceituado jornal”, para “demonstração das atenções que esses assuntos têm merecido”⁹⁶⁶. A frase da ACLL na apresentação da transcrição era suficientemente ambígua para poder ser interpretada como uma crítica aos

⁹⁶⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 8, Agosto de 1905, p. 68.

⁹⁶⁵ O chefe dos progressistas, aliás, ainda antes da dissidência de 1905 desconfiava das “ambições de Alpoim” e desde essa altura sempre o tratou “com algum cuidado”. RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, pp. 260-262 e 349.

⁹⁶⁶ ACLL, *Boletim*, n.º 13, Janeiro de 1906, p. 4.

Progressistas, por não darem andamento a uma lei há tanto tempo desejada pelos lojistas, ou um agradecimento aos Republicanos, pelo seu permanente apoio em relação à questão. O certo era que mais uma administração Progressista tinha passado e o desalento dos lojistas por ver, novamente, adiadas as suas pretensões tenderia por certo a aumentar.

Contudo, a Associação não desistiu dos seus intentos e, um mês após a nomeação do governo de João Franco, os corpos gerentes enviaram um ofício ao presidente do Conselho a requerer que assim que abrissem as Cortes fossem apresentados projectos para “a abolição dos passaportes, (...) a cobrança de pequenas dívidas” e a questão do inquilinato comercial⁹⁶⁷. A insistência era mais uma prova de que o assunto era efectivamente preocupante para a ACLL e igualmente relevante para todos os lojistas de Lisboa, independentemente de estarem ou não associados.

A confirmar isso, em Novembro desse ano, no parlamento, o deputado Carlos Lopes, o mesmo do projecto sobre o encerramento aos domingos, a pedido de “uma comissão de comerciantes da cidade” sem ligação à “ direcção da Associação de Lojistas de Lisboa”, interpelou João Franco sobre a questão, procurando saber a opinião do chefe do Governo sobre a possibilidade de “apresentar no Parlamento um projecto de lei que regularizasse, de maneira justa e equitativa, a questão do inquilinato dos estabelecimentos comerciais.” O ministro, apesar de considerar que “o assunto é importante” e que “não pode deixar de prender a atenção do Governo”, entendia que a solução não era simples, nem fácil, pelo conjunto de interesses que era preciso saber conciliar. João Franco acabou por ir mais longe e considerar mesmo inexequíveis as propostas da ACLL em relação ao inquilinato, provavelmente, as mais radicais já atrás indicadas, pois referiu que após a proposta ter sido lida “pelos membros do Governo,

⁹⁶⁷ Ofício datado de 20 de Junho. ACLL, *Boletim*, n.º 18, Junho de 1906, p. 47-48.

(...) não podia ser aceite pela forma por que era apresentada” e pela “inovação que há-de trazer à nossa legislação civil.”⁹⁶⁸

No dia seguinte a Associação reagiu através de uma assembleia-geral “extraordinária”, tendo sido apresentada uma proposta para voltar a insistir com o Governo para “que defina sem sombra de dúvida o assunto de tamanha importância”. A partir desta altura é difícil destrinçar o que era a defesa dos interesses de classe e o que eram as posições políticas assumidas pela maioria dos lojistas, pois a mesma proposta continha um protesto “contra esse acto de índole retrógrada” que poucos dias antes tinha sido cometido na “representação parlamentar”⁹⁶⁹. Era uma referência ao facto de terem sido expulsos das Cortes, a 20 de Novembro, os deputados Afonso Costa, pelas declarações contra D. Carlos proferidas na sequência da polémica dos “adiantamentos”⁹⁷⁰, e Alexandre Braga por, após vários avisos do presidente da Câmara, ter igualmente insistido em declarações consideradas “injuriosas” para a pessoa do Rei⁹⁷¹.

Efectivamente, ao longo do Governo de João Franco, tanto na questão do inquilinato, como noutras que a ACLL tinha mostrado interesse em ver resolvidas, nomeadamente, a da cobrança de pequenas dívidas e, em parte, a do encerramento das lojas ao domingo, a oposição política dos lojistas ao presidente do Conselho falou por vezes mais alto, mesmo após a apresentação de soluções legislativas concretas, como se viu com a questão do descanso semanal. É certo que as mesmas foram recusadas pela Associação com a justificação de terem sido propostas em “ditadura”, mas como se viu, já antes de Abril de 1907, altura em que o parlamento foi encerrado, a ACLL e,

⁹⁶⁸ DCD, sessão de 27-11-1906, p. 4.

⁹⁶⁹ ACLL, *Boletim*, n.º 23, Novembro de 1906, p. 85.

⁹⁷⁰ DCD, sessão de 20-11-1906, p. 17. Foi nesta sessão que o deputado republicano proferiu a depois célebre frase: “Por muito menos crimes do que os cometidos por D. Carlos I, rolou no cadafalso, em França, a cabeça de Luís XVI!”

⁹⁷¹ DCD, sessão de 20-11-1906, pp. 25-27.

provavelmente, a “grande maioria” dos lojistas estavam descontentes com o Governo e a participar na luta política que lhe era dirigida pelo Partido Republicano e mais tarde igualmente pelos Progressistas⁹⁷².

Apesar da estreita ligação entre a defesa dos interesses de classe e a política, algo crucial para se perceber a aproximação ao republicanismo desde a década de 1890, os lojistas tinham a noção de que não seria fácil encontrar um resolução que contentasse todas as partes envolvidas, mesmo pelos “embaraços” jurídicos que rodeavam a questão. Até o republicano e ex-director Domingos Luís Coelho da Silva era de opinião de que, atendendo a essas dificuldades, até não era “preciso pedir muito, e mesmo aceitar o pouco que se possa obter para de futuro se conseguir alguma coisa mais.”⁹⁷³ O que efectivamente não estavam à espera era que o Governo ignorasse por completo os trabalhos legislativos anteriores, nomeadamente, o projecto patrocinado por Alpoim em 1905, as suas representações e propostas, “deixando equiparados os estabelecimentos comerciais às casas de simples moradia” na lei sobre o despejo dos prédios rústicos e urbanos publicada a 30 de Agosto de 1907⁹⁷⁴.

Ao comparar os dois textos, o projecto de Alpoim e o decreto de João Franco, mesmo descontando a influência republicana e progressista na Associação e o conturbado momento político vivido depois de Maio de 1907, verifica-se que a equiparação das lojas às casas de habitação era, efectivamente, um dos pontos que

⁹⁷² A indicação sobre o que seria o posicionamento político da maior parte dos lojistas é, como deve ser referido, apenas uma suposição, embora, relativamente aceitável. É avançada tendo por base a votação que a proposta atrás indicada teve na assembleia-geral da ACLL, onde, depois de ter sido “dividida em duas partes”, a primeira, relativa ao inquilinato, foi “aprovada por unanimidade”, e a segunda, de protesto pela expulsão dos republicanos, passou “por grande maioria”. Tendo em conta que a ACLL era já há longos anos bastante representativa do que seria a imagem do pequeno comércio, como se procurou demonstrar anteriormente, e que o número de sócios estava novamente a crescer, tendo ultrapassado de novo a barreira dos 1200, talvez não seja abusiva a transposição da votação associativa para o que seria um sentimento geral comum no seio do pequeno comércio lisboeta.

⁹⁷³ ACLL, *Boletim*, n.º 27, Março de 1907, p. 24. Observações feitas na assembleia-geral de 15 de Março de 1907.

⁹⁷⁴ No *Boletim* foi publicado o texto integral da nova lei, seguido da transcrição do projecto de 1905, para “confronto”. ACLL, *Boletim*, n.º 33, Setembro de 1907, pp. 84-88 e n.º 34, Outubro de 1907, pp. 91-93.

levava os lojistas a oporem-se à nova legislação, pois a primeira grande diferença entre o “projecto da comissão” e o “decreto ditatorial” era que o primeiro tratava exclusivamente do inquilinato comercial e o segundo ignorava por completo a especificidade dos estabelecimentos comerciais. O decreto de João Franco definia o processo jurídico de despejo, o que era já um avanço significativo relativamente à legislação anterior e o que tinha sido um regime maioritariamente de “tradição e costume”, mas numa perspectiva de inquilinato comercial acabava por dar poucas garantias, a não ser a possibilidade dos inquilinos pedirem uma indemnização por “benfeitorias”. Esta disposição, contudo, continuava a deixar de fora da legislação qualquer garantia de estabilidade no negócio e a possibilidade de ser levada em conta aquela noção muito particular de propriedade dos lojistas baseada na construção de uma clientela.

O projecto de 1905, apesar de não ter passado de uma promessa, tinha acenado ao lojista, precisamente, com a “freguesia por ele alcançada” como factor preponderante na definição do valor da loja (“da coisa arrendada”) na altura do despejo. Além disso, defendia os lojistas contra os aumentos das rendas, que só poderiam atingir os 10% “por cada período de dez anos”, contra a instabilidade gerada pela morte do senhorio ou do lojista, pois previa a continuação do arrendamento nesses casos, e contra o carácter consuetudinário das relações de inquilinato, estipulando que todos os “arrendamentos futuros serão feitos por escrito e em duplicado”. Para ser perfeito, só faltava uma referência “ao trespasse dos estabelecimentos”⁹⁷⁵.

Por isso, era natural a desilusão dos lojistas. O Governo de João Franco tinha permanecido ao lado dos proprietários, regulando a questão do despejo e sem alterar a situação dos comerciantes, os quais, pelo contrário, se agarravam a um projecto que lhes

⁹⁷⁵ Cf. ACLL, *Boletim*, n.º 71, Novembro de 1910, p. 90.

dava muito mais garantias, mesmo que tivesse sido elaborado com algum grau de demagogia e que com a mesma agora fosse reproduzido. Ao lado dos lojistas permaneciam os republicanos, como o demonstra uma série de artigos sobre o assunto publicados no *Globo* e uma notícia do *Vanguarda* de 17 de Janeiro, jornal que, de resto, acompanhava de perto as actividades e iniciativas da ACLL e do seu presidente José Pinheiro de Melo⁹⁷⁶. Deste modo, percebe-se as “cautelas” do governo Franquista, expostas na Câmara dos Deputados em Novembro do ano anterior pois as cláusulas do projecto de 1905 seriam uma verdadeira “revolução” nas relações entre senhorios e lojistas, provavelmente, só possível de concretizar após uma outra revolução, a republicana, pois não parecia viável na Monarquia, pelo menos aos olhos dos lojistas, pelos constrangimentos económicos, sociais, políticos e até pessoais então existentes e palpáveis no cuidado dos vários governos em não ferir os interesses dos proprietários.

Neste ponto talvez valha a pena destacar que a elite política liberal, à qual João Franco pertencia e dentro da qual se movimentava, era constituída por uma rede de interesses e ligações pessoais, onde a propriedade, por vezes, a grande propriedade e o “emprego público” eram um factor determinante de identificação. Aspecto que, aliado ao facto do ministro ser um grande proprietário e parente de outros, terá contribuído certamente para a inviabilidade de um projecto que iria beneficiar a pequena burguesia, gente de extracção popular, em detrimento da elite⁹⁷⁷. O ressentimento que poderia sobrar deste confronto de interesses era depois explorado pelos republicanos ao afirmarem que “se o sr. João Franco, em vez de ser um dos grandes proprietários da

⁹⁷⁶ A indicação aos artigos do *Globo* e a referida notícia foram incluídas no *Boletim* (Cf. ACLL, *Boletim*, n.º 37, Janeiro de 1908, p. 3-4), mas tanto o *Vanguarda* como, ainda, o *O Mundo* dão no mês de Janeiro várias notícias sobre a ACLL. Veja-se, por exemplo, *O Mundo*, n.º 2573, 6 de Janeiro de 1908; *Vanguarda*, n.º 3943, 6 de Janeiro de 1908 e *Vanguarda*, n.º 3967, 30 de Janeiro de 1908. Neste último número era feito um extracto relativamente pormenorizado da reunião da direcção.

⁹⁷⁷ João Franco era “filho de um proprietário rural” e “cunhado do conde de Carnide, grande proprietário, diplomata e par do reino”. RAMOS, Rui, “João Franco: uma educação liberal (1884-1897)”, *Análise Social*, n.º 160, 2001, pp. 740-741, 748. O próprio governo era constituído na sua maioria de “abastados conservadores cinquentões”. Cf. RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 274.

capital, fosse um simples lojista que vive unicamente do seu trabalho” não teria produzido uma lei como a de 30 de Agosto⁹⁷⁸.

Deste modo, é muito provável que o tardio e tímido esforço dos políticos monárquicos tenha contribuído para que os lojistas se convencessem de que, neste ponto, já nada tinham a esperar do regime, pois apesar de nunca terem esquecido o assunto, referido repetidamente em todos os relatórios anuais e periodicamente no Boletim⁹⁷⁹, já tinham perdido a esperança de que o mesmo fosse resolvido de forma satisfatória na Monarquia. Para isso contribuiu ainda a instabilidade política após 1908, como o demonstra o facto de, depois de entregarem uma nova representação, redigida por Catanho de Meneses, ao ministro da Justiça, José de Medeiros, em Agosto de 1909, tendo sempre por base os projectos de 1891 e 1905, verem “naufragar mais uma vez essa ridente esperança” com a queda do Governo⁹⁸⁰. O que nunca perderam foi a oportunidade de criticar uma legislação que dava “garantias exclusivamente ao senhorio” e de reclamar por “uma lei justa que venha regular direitos e deveres”⁹⁸¹.

Lei que era uma das promessas inscritas no programa do Partido Republicano desde 1891⁹⁸² e que, logo após o 5 de Outubro, a ACLL não se esqueceu de exigir que fosse cumprida. Efectivamente, na primeira assembleia-geral após a queda da Monarquia, a 24 de Outubro, além de “um voto de congratulação pela implementação do regime republicano”, entre os primeiros assuntos abordados estava a questão do inquilinato comercial, garantindo Pinheiro de Melo que já estava “marcado o dia para se

⁹⁷⁸ Notícia do *Vanguarda* novamente reproduzida em ACLL, *Boletim*, n.º 37, Janeiro de 1908, p. 3.

⁹⁷⁹ Apenas a título de exemplo veja-se ACLL, *Boletim*, n.º 41, Maio de 1908, p. 35; n.º 43, Julho de 1908, p. 51; n.º 45, Setembro de 1908, p. 74;

⁹⁸⁰ ACLL, *Boletim*, n.º 49, Janeiro de 1909, p. 11 e ACLL, *Relatório de 1909*, pp. 16-19 e 41-42. A representação foi lida e aprovada na assembleia-geral de 25 de Março (ACLL, *Boletim*, n.º 51, Março de 1909, pp. 29-30), a sua entrega ao parlamento acabou por ser adiada para Julho (ACLL, *Boletim*, n.º 55, Julho de 1909, p. 72), mas seria o ministro a recebê-la (ACLL, *Boletim*, n.º 56, Agosto de 1909, p. 73 e ACLL, *Boletim*, n.º 57, Setembro de 1909, pp. 89-91) devido às constantes mexidas governamentais e à dissolução das Cortes. José de Medeiros acabaria por se demitir em Dezembro. Sobre a instabilidade política durante o ano de 1909 veja-se RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, pp. 349-351.

⁹⁸¹ ACLL, *Relatório de 1908*, p. 9-10.

⁹⁸² *Programa do Partido Republicano Português*, p. 7.

ir junto do sr. ministro da Justiça renovar a reclamação”⁹⁸³. O encontro com Afonso Costa ocorreu a 9 de Novembro e dessa reunião a ACLL trouxe logo a novidade de que o ministro republicano, do ainda governo provisório, “já havia delineado as linhas gerais de uma reforma da lei”⁹⁸⁴. No dia 12 já os lojistas podiam gritar “Até que enfim!”. Tinha sido publicado o decreto, com força de lei, que regulava o inquilinato⁹⁸⁵.

A exaltação tinha efectivamente razão de ser, não era fruto de mera propaganda. O decreto, para além de regular o inquilinato em termos gerais, previa também um regime especial para os estabelecimentos comerciais que praticamente colocava nas mãos dos lojistas a chave da loja. Assim, além de passarem obrigatoriamente a ser registados em notário, os contratos de arrendamento eram agora constituídos por um conjunto de cláusulas muito vantajosas para os inquilinos, quando comparadas com o quadro legal e o costume existentes até então. As rendas, cujo valor era imediatamente congelado pelo prazo de um ano, deixavam de ser pagas adiantadamente ou, quando o fossem por acordo entre as partes, nunca poderia ser pago mais do que um mês. No caso das lojas, os futuros aumentos das rendas nunca poderiam ultrapassar os 10% diluídos por um prazo de 10 anos. Era ainda melhorado significativamente o regime de despejos e de trespasses, bem como a questão, fundamental, das indemnizações. Foram alargados os prazos para citações por parte dos senhorios e criada a garantia de que, mesmo que o despejo fosse decretado, ao lojista era sempre garantido mais um ano na posse da loja, nos casos em que o arrendamento já tivesse mais de um ano, passando aquele prazo para dois anos, nos casos de arrendamentos com mais de 10 anos. O contrato manter-se-ia em vigor mesmo após a morte do senhorio ou do arrendatário e este deixava de ser obrigado a pedir autorização ao proprietário para realizar o trespasses da loja, desde que

⁹⁸³ ACLL, *Boletim*, n.º 70, Outubro de 1910, p. 84.

⁹⁸⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 71, Novembro de 1910, pp. 89-91.

⁹⁸⁵ ACLL, *Boletim*, n.º 71, Novembro de 1910, p. 91 e *Diário do Governo*, n.º 34, 14 de Novembro de 1910, pp. 398-400.

fosse para “o mesmo negócio”. Por fim, era incluída na legislação uma das principais, se não mesmo a principal reivindicação dos pequenos comerciantes: nas indenizações a definir por despejo antecipado, que poderiam elevar-se a 10 vezes o valor da renda anual, era aceite como critério de valorização do imóvel arrendado pelo lojista a “clientela por ele alcançada”⁹⁸⁶.

Para os lojistas e para a ACLL, a promulgação da lei e as condições definidas eram, no fundo, a concretização de uma aspiração de longos anos, a possibilidade de “olhar para os seus estabelecimentos como propriedade sua, certos das garantias de estabilidade”, a qual, curiosamente, nascia de uma revolução⁹⁸⁷. Talvez pareça demasiado óbvia a observação final de que o Governo Provisório da República não esqueceu quem tinha contribuído longamente para a propaganda, ajudado na queda da Monarquia e saudado com regozijo o novo regime.

Interesses de classe, “independência” material e “independência” cívica

Tanto a questão da liberdade de comércio, como a do inquilinato comercial ou mesmo, em certa medida, as dos impostos e monopólios, passavam por uma noção muito abrangente dos lojistas sobre a importância e a defesa da sua “independência”. Apesar de não haver propriamente uma teorização realizada pelos próprios sobre o assunto, é possível descortinar uma dupla perspectiva dessa noção através do discurso contestatário publicado na imprensa, das representações aos poderes públicos e das discussões no âmbito das reuniões de direcção e, em especial, da assembleia-geral. Havia por um lado a vertente da independência material, sendo óbvia a influência, negativa ou positiva, que sobre ela podia ser exercida pelos monopólios, pela exigência de fecho das lojas a uma determinada hora ou ainda pelo valor que as rendas e os

⁹⁸⁶ *Diário do Governo*, n.º 34, 14 de Novembro de 1910, pp. 398-400.

⁹⁸⁷ ACLL, *Boletim*, n.º 71, Novembro de 1910, p. 91.

impostos poderiam atingir. Os lojistas queriam ser “livres” de poder gerir as várias componentes da vida comercial de modo a manter sob o seu controle os factores concorrenciais que poderiam, a qualquer momento, ditar a sua fortuna ou a sua desgraça, literalmente.

É isso que, em parte, explica a mobilização em torno da contestação ao horário de fecho dos estabelecimentos, por exemplo, na medida em que ficando abertos durante muito mais horas tinham a possibilidade de manter como clientela “o principal consumidor dos estabelecimentos de pequena importância (...) o operário” que só depois das longas jornadas de trabalho nas fábricas teria oportunidade de se abastecer no comércio local⁹⁸⁸. Neste aspecto, os lojistas portugueses não se afastavam do padrão internacional. Em boa medida esta era uma das explicações para a “estranha” sobrevivência dos pequenos lojistas em Inglaterra, em meados do século XIX, apesar da crise e da concorrência. Lá, como cá, também eram os merceeiros que mereciam destaque pois costumavam ter as suas lojas abertas até perto da meia-noite, mas esta era, aparentemente, uma prática quase universal, fosse qual fosse o ramo de negócio⁹⁸⁹. O mesmo tipo de clientela procuravam conquistar os lojistas do Canadá e da Bélgica, por exemplo. É de notar, contudo, que no caso da Inglaterra e do Canadá parecia haver uma clivagem entre pequenos lojistas, a favor de lojas abertas até tarde, e lojistas mais abastados que chegaram inclusive a criar associações específicas para lutar por uma maior regulamentação dos horários, algo que não chegou a acontecer no caso de Lisboa, apesar de algumas discussões e divisões sobre o assunto que chegaram às assembleias-gerais⁹⁹⁰. Contudo, nunca o assunto foi motivo de dissensões graves entre os lojistas e

⁹⁸⁸ *O Lojista*, n.º 73, 21 de Setembro de 1893.

⁹⁸⁹ WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, pp. 15, 57 e 95.

⁹⁹⁰ Cf. JAUMAIN, Serge, *Les petits commerçants belges...*, pp. 120-130; CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *The Petite Bourgeoisie in Europe...*, p. 155 e MONOD, David, *Store wars...*, pp. 27, 32 e 55-56.

muito menos de clivagens ou tentativas de divisão associativa. A maioria esteve sempre ao lado da “liberalidade” dos horários.

Por outro lado, a noção de independência material conjugava-se com a independência cívica, ou seja, o constante cuidado dos lojistas com o seu desenvolvimento material e, neste ponto, a contestação aos impostos representava um aspecto relevante, não pode ser visto apenas como uma manifestação do seu suposto “egoísmo”, deve também ser encarado como uma preocupação em conseguir entrar no restrito grupo de indivíduos a quem o Liberalismo triunfante do início do século XIX concedeu a capacidade de gerir ou participar na gestão da coisa pública. A sua tentativa de afirmação social através da imagem tripartida de lojistas, contribuintes e cidadãos permite, deste modo, enquadrar melhor a valorização dos conceitos de “independência” e de “liberdade”.

No fundo, os lojistas sabiam que na sociedade liberal, em que cada vez mais queriam ser voz activa, o que “definia o cidadão era a sua «independência» pessoal”, a qual passava por um conjunto de condições que cumulativamente o indivíduo do pequeno comércio ia preenchendo na sua caminhada até à posição de lojista, de patrão de si mesmo. Em primeiro lugar, a alfabetização, necessária à plena execução das tarefas mais exigentes requeridas pelo trabalho atrás do balcão. A referência paternalista ao “estudo” não era mera retórica. Depois a não sujeição em relação “aos seus superiores”, conseguida quando se estabelecia por conta própria, quando abria a sua pequena loja. Por fim, no caminho em direcção à plena “capacidade para uma vida autónoma e independente” estava a obtenção de propriedade ou de um nível de rendimentos suficientes e não transitórios, ou seja, capazes de proporcionar estabilidade e segurança. Contudo, para que estas condições se verificassem era necessário que os “rendimentos (...) derivassem da propriedade individual”, única que podia “garantir a

«independência».”⁹⁹¹ Daí a importância que o inquilinato e os impostos sempre tiveram no próprio enquadramento do discurso mais radical dos lojistas, pois ao não poder assegurar a permanência do seu “estabelecimento” ou vendo perigar as suas poupanças, a sua margem de lucro, pelas repetidas alterações fiscais, viam constantemente em perigo a sua independência material e, conseqüentemente, a sua independência cívica.

De notar aqui que o ressentimento pela permanente sujeição ao “arbitrio” e “despotismo” dos proprietários era canalizado com muita facilidade para o conjunto dos indivíduos privilegiados, económica, social e politicamente, na sociedade, como se viu também para o caso dos monopólios, onde se incluíam, de forma simplificada, os ricos, os políticos e, em última análise, os governos e o próprio rei. A agravar este radicalismo estava a constante pressão fiscal e o adiamento que a questão do inquilinato foi sofrendo no seio das classes políticas, fruto de uma incompreensão do seu significado como medida de enquadramento social destes indivíduos ou, de uma forma mais prosaica, simplesmente refém dos interesses possidentes, nunca chegando verdadeiramente a ser equacionada uma solução satisfatória para os homens do pequeno comércio. Quando a solução chegou, para o inquilinato, pelas mãos de Franco, não só não satisfez, por comparação com outras propostas anteriores que não tinham sido implementadas, como era já tarde, pois o discurso e atitudes dos lojistas de Lisboa estavam agora condicionados por uma retórica republicana que prometia para uma futura mudança de regime a solução do problema, o que aliás cumpriu, ou foi impelido a cumprir, pouco tempo depois do 5 de Outubro, como compensação pela fidelidade “comercial”.

Apesar de nunca ter transparecido na documentação consultada, pelo menos nunca o foi afirmado directamente, é bem provável que o ressentimento em relação aos “monopolistas”, aos “privilegiados”, aos “políticos”, enfim, em relação aos grupos que

⁹⁹¹ RAMOS, Rui, “Para uma história política da cidadania em Portugal”, *Análise Social*, n.º 172, 2004, pp. 550-551.

detinham o capital, fosse ele económico, social ou cívico, derivasse de um medo de voltar a perder a independência conquistada à custa de tanto “trabalho”, “esforço” e “inteligência”, expressões que são uma constante do discurso dos lojistas lisboetas e que eram comuns aos colegas além-fronteiras⁹⁹². Em Inglaterra, por exemplo, “os lojistas gostavam de acreditar que a sua prosperidade se devia parcialmente aos seus esforços e competências”, ao trabalho duro e honesto, acompanhado por um extremo cuidado para com os seus clientes. Por isso, davam valor a determinados ganhos sociais que dificilmente poderiam ser colocados numa balança comercial. Estavam até dispostos a “aceitar um retorno financeiro baixo para os seus investimentos”, fugindo assim a uma lógica puramente económica, pois o facto do “negócio ser ainda considerado como um passaporte para a liberdade”, para a “independência” e a “respeitabilidade” era algo que se sobrepunha a possíveis insucessos financeiros⁹⁹³.

Por isso mesmo, as ameaças à independência, o medo da “proletarização” que parecia ser comum⁹⁹⁴, eram tão fortemente sentidos pelos lojistas mesmo que a dinâmica económica e demográfica, como se viu, estivesse a funcionar a seu favor. Em Lisboa, as reacções e os protestos que os mobilizavam tinha muitas vezes como pano de fundo, precisamente, o que eles consideravam serem ataques à sua “liberdade de comércio”, à sua “independência”, mesmo que esta última nem sempre fosse muito clara. É certo que tanto pelos contemporâneos, como por observadores posteriores, a independência foi sempre encarada “como a imagem de marca” dos lojistas e de outros estratos da pequena burguesia⁹⁹⁵. Contudo, no estrangeiro e no final do século XIX, aparentemente, ela estava a ser “minada” pelas relações de subordinação que se

⁹⁹² A partir de 1905 o *Boletim* associativo passou a ostentar na folha de rosto um brasão evocativo do comércio e da fundação da ACLL que, ao centro, ostentava a expressão “LABOR”, significativa do que o “trabalho” representava para os lojistas.

⁹⁹³ WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, p. 218.

⁹⁹⁴ GAILLARD, Jeanne, “La petite entreprise entre la droite et la gauche”, p. 50.

⁹⁹⁵ CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *Shopkeepers and master artisans...*, p. 10.

estabeleciam entre os lojistas e os “grandes negociantes armazenistas, que avançavam com crédito e empréstimos, uma boa parte das vezes com a condição do retalhista apenas comprar produtos a eles.”⁹⁹⁶ No caso lisboeta, como se viu ela estava a ser ameaçada pelas “exigências” dos senhorios e do fisco.

Deste modo, a independência, que poderia até levar a um certo grau de identificação entre a pequena burguesia e os grupos sociais superiores, no estrangeiro, em alguns casos, era mais aparente do que real pois, apesar de gozarem das garantias de alguma propriedade e da educação ou alfabetização, os indivíduos deste estrato social enfrentavam uma situação de independência quase sempre limitada e ameaçada. As ligações dos lojistas com os vendedores por grosso e as questões relacionadas com o crédito colocavam este grupo numa posição de dependência em relação a negociantes e capitalistas. No fundo, a independência para muitos lojistas acabava por ser “uma ficção”, na medida em que as relações económicas e políticas os colocavam como subordinados em relação aos detentores do capital e do poder⁹⁹⁷.

A própria fundação da ACLL parece ter estado ligada a uma noção de perda da independência do retalhista, valor que considerava estar a ser ameaçado pelo aumento de impostos, pela criação de novas taxas e pela tentativa do poder local aumentar a sua capacidade reguladora sobre os estabelecimentos e a forma tradicional, e muito livre, destes homens fazerem negócio. Neste aspecto, já no final da década de 1880, o campo de acção dos republicanos aparentemente viu-se facilitado, na medida em que os lojistas tinham desde cedo demonstrado uma propensão para o combate, para a crítica aos políticos estabelecidos e à política em geral, tendência que os republicanos mais tarde souberam encaminhar e amplificar para uma desconfiança e descrença, não só em relação à política quotidiana, mas em direcção ao sistema político, à Monarquia.

⁹⁹⁶ CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *Shopkeepers and master artisans...*, p. 11.

⁹⁹⁷ HAUPT, Heinz-Gerhard, “The Petty Bourgeoisie in Germany and France...”, pp. 304-305, 308 e 315.

4ª PARTE – OS LOJISTAS E A POLÍTICA: A REPÚBLICA ATRÁS DO BALCÃO

É objectivo desta última parte da tese procurar a explicação propriamente política para aquilo que no início se considerou como um percurso peculiar dos lojistas de Lisboa, por comparação com os colegas europeus, depois de já se ter apresentado um conjunto de factores económicos e de cariz associativo que agora, julga-se, ajudarão a perceber melhor o seu discurso e as suas tomadas de posição. É óbvio que a Associação dos Lojistas de 1870 era distinta da de 1910, não só, devido ao alinhamento político dos seus corpos gerentes e da maioria dos seus sócios, mas também, porque era uma associação diferente em si mesma, como já se observou, pelo número e características dos sócios que registava nos dois momentos, pela capacidade de intervenção e influência cívica que foi construindo, ou ainda porque o pequeno comércio que representava e defendia era também de algum modo díspar. Nas partes anteriores do texto as diferenças e a evolução que elas permitem traçar foram já destacadas, importando agora observar e analisar com maior detalhe e de forma sistemática como é que essas várias características se traduziram numa mudança nos alinhamentos políticos da ACLL e dos lojistas da capital.

Se até à segunda metade da década de 1880 os indícios que permitem situar politicamente os lojistas de Lisboa são mais indirectos e resultam, essencialmente, de um discurso que não era produzido pelos próprios, a partir de 1890, a situação parece inverter-se. Conjugaram-se então os factores económicos, resultantes da crise que o pequeno comércio começou a viver, os associativos, preponderando o elevado número de sócios e a crescente dinâmica reivindicativa da ACLL, e os aspectos políticos decorrentes de um conjunto de anos muito conturbados, tudo contribuindo para que as

tendências de radicalismo já antes visíveis nos lojistas se transformassem em paulatino apoio ao republicanismo.

Procurando caracterizar este caminho, será aqui defendido que o ano de 1894 e as consequências políticas do acto de dissolução imposto a algumas associações profissionais lisboetas, entre elas a dos Lojistas, pelo governo de Hintze Ribeiro e João Franco, terão constituído um marco decisivo na caminhada dos lojistas em direcção ao republicanismo. Por isso, sem olvidar a evolução anterior e posterior, vai ser essencialmente sobre o período entre 1890 e 1894 que se concentrará o esforço de observação e análise, tendo sido essencialmente nesse período que se concentraram os esforços de investigação, nomeadamente, através de uma leitura mais demorada e detalhada da imprensa e de outras fontes.

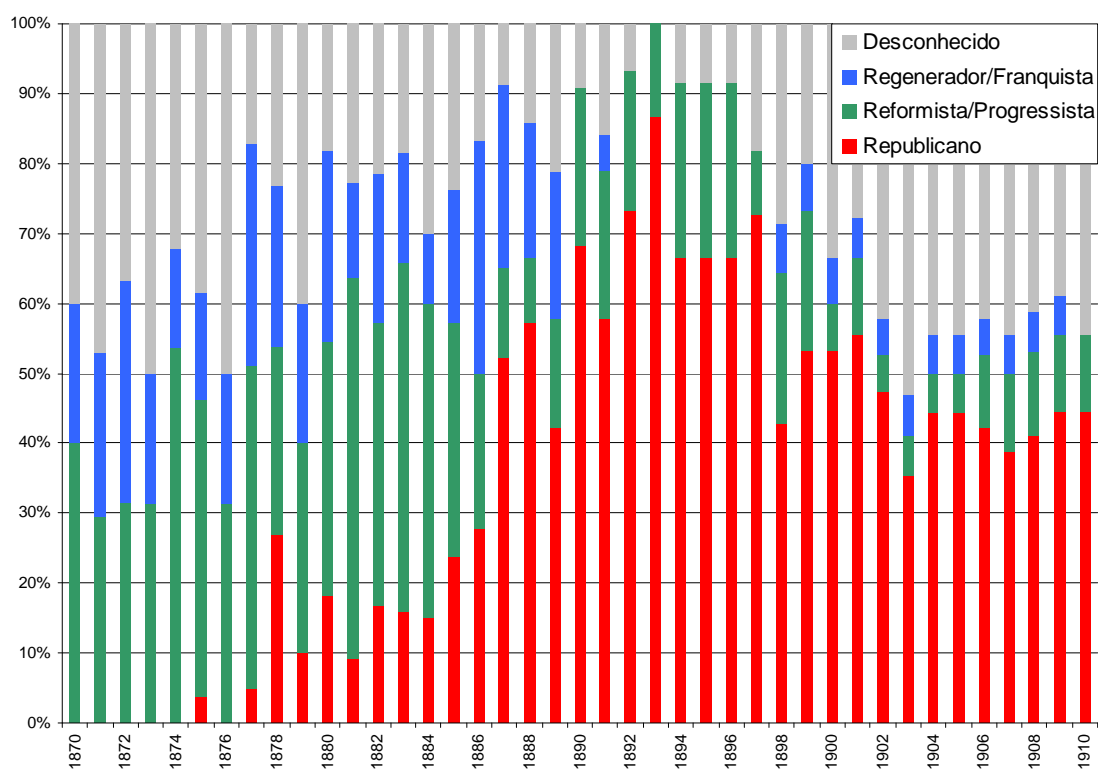
Recrutamento político dos sócios e corpos gerentes da ACLL

Desde a fundação que a Associação dos Lojistas congregava sócios conotados com todos os partidos. Havia no início, porém, um certo ascendente do “Espectro da Granja”, ou seja, uma influência mais visível dos partidos da esquerda monárquica, primeiro o Reformista e depois o Progressista⁹⁹⁸. Até meados da década de 1880, a Associação manteve relativamente inalteradas essas características iniciais que foi perdendo, a partir de 1886, quando começou a ganhar relevo uma certa dinâmica

⁹⁹⁸ *Espectro da Granja* foi um jornal fundado em 1881 ferozmente anti-progressista e no qual colaborou o sócio da ACLL, João Marques da Costa, conotado com os Regeneradores. O proprietário do jornal era Rosa Araújo, confeitiro que fez parte da ACLL até 1872, eleito por diversas vezes para a vereação da CML com o apoio do Partido Regenerador (PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme, *Portugal. Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Vol. I, Lisboa, 1904, pp. 651-653). José Gregório da Rosa Araújo terá sido sócio da ACLL entre 1870 e 1872, como se depreende da leitura do relatório da direcção de 1873 (ACLL, *Relatório da ACLL de 1873*, p. 3). No seu primeiro número, de Setembro de 1880, o *Espectro da Granja* declarou-se abertamente contra o “actual ministério” e em luta permanente com o *Diário Popular*. A administração e redacção ficavam a cargo de “M. da Costa”, na rua Larga de São Roque, n.º 117, 1º andar. Esta era precisamente a rua onde João Marques da Costa, secretário da ACLL, tinha uma das suas confeitarias. Neste primeiro número foram publicados anúncios da sua “Confeitaria Lisbonense” (*Espectro da Granja*, n.º 1, 28 de Setembro de 1880). João Marques da Costa já tinha experiência na imprensa pois tinha sido ele o responsável pelo *Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, publicado em 1864.

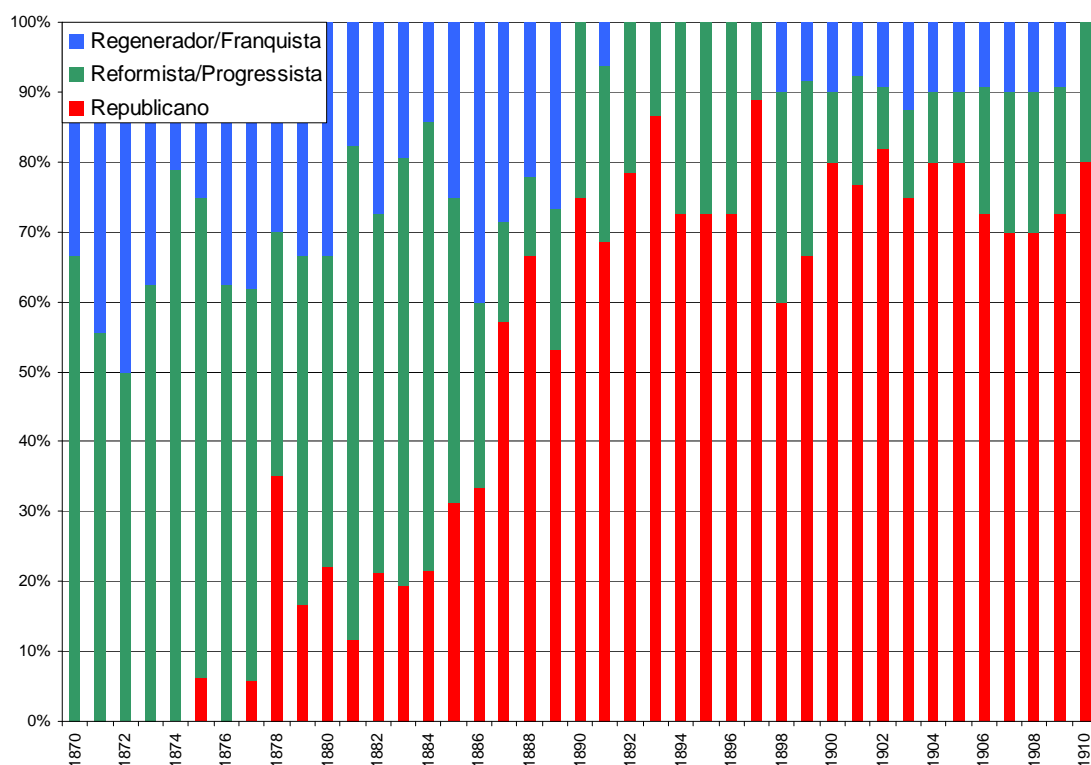
republicana. Depois de 1890, a tendência republicana foi-se reforçando, ao mesmo tempo que se registava um distanciamento relativamente ao Partido Regenerador, primeiro, e ao Partido Progressista, depois. Os anos de 1894 e 1895 e, em especial, a actuação do governo Hintze-Franco e as hesitações do Partido Progressista acabaram por potenciar o crescimento daquela tendência que, a partir de então, não mais parou de crescer, levando em 1908, não a um afastamento da ACLL em relação aos partidos monárquicos, que já tinha sido consumado antes, e sim a uma posição de confronto em relação à Monarquia.

Gráfico 11 – Tendência política dos membros dos corpos gerentes da ACLL (I)⁹⁹⁹



⁹⁹⁹ Anexo 3. Para uma parte dos membros dos corpos gerentes não foi possível definir a respectiva tendência política, o que é mais notório entre 1870 e 1876 e após 1901. Em parte, isto pode resultar da opção metodológica de consulta da imprensa, já referida na Introdução. Apesar disso, o facto de nesses períodos ser maioritária, claramente, a tendência monárquica, primeiro, e a republicana, depois, leva a considerar aceitável o nível de erro que essa lacuna pode introduzir, daí a produção de um segundo gráfico apenas com as informações conhecidas.

Gráfico 12 – Tendência política dos membros dos corpos gerentes da ACLL (II)¹⁰⁰⁰



Como é possível observar nos gráficos que retratam a tendência política dos membros dos corpos gerentes, a Associação dos Lojistas foi nos primeiros anos dominada por elementos ligados ao Partido Reformista, mais tarde, afectos ao Partido Progressista, mas os lojistas conotados com os Regeneradores marcavam também uma presença significativa. Isso mesmo é possível verificar através das sucessivas eleições de corpos gerentes, até 1889, que sempre integraram indivíduos ligados aos dois partidos políticos monárquicos (gráficos 12 e 13). Entre as figuras mais influentes da direcção e da assembleia-geral nesta primeira fase da vida associativa, contavam-se José Pinheiro de Melo e João Marques da Costa, o primeiro oriundo do Reformismo e depois ligado ao Partido Progressista, o segundo conotado com o Partido Regenerador. O esforço feito por estes dois partidos para “trazer para os seus centros e para a leitura dos seus jornais certo tipo de gente, como os lojistas de Lisboa ou os capitalistas do Porto,

¹⁰⁰⁰ Anexo 3. Ver nota em relação ao gráfico anterior.

famosos pela sua determinação radical e cuja simpatia progressistas e regeneradores andavam sempre a tentar roubar uns dos outros”, já tinha sido destacado por Rui Ramos¹⁰⁰¹.

O facto de não ser aqui indicado um alinhamento em relação aos Históricos, até 1876, não significa que não existissem sócios ligados a este partido. Contudo, no que diz respeito aos corpos gerentes a sua influência parece ter estado ausente, o que provavelmente explica algumas atitudes dos jornais ligados ao partido que nem sempre patrocinaram as iniciativas da ACLL, como se verá mais à frente. O forte radicalismo dos lojistas, aparentemente, parecia colocá-los com maior naturalidade no campo dos Reformistas e é bem provável que este factor possa ajudar a compreender algumas das tensões vividas entre a Associação dos Lojistas e a esquerda monárquica, a partir de 1876, de que se dará alguns exemplos, na medida em que no Partido Progressista passaram a conviver as duas tendências da esquerda.

Até 1872, a divisão de cargos na ACLL entre Reformistas e Regeneradores foi caminhando para uma posição de relativo equilíbrio, mais no número do que em relação à qualidade das funções exercidas, pois os presidentes da direcção e da assembleia-geral estiveram sempre nas mãos de lojistas conotados com o Partido Reformista (gráficos 12 e 13). A partir desse ano e até 1884 a maior influência da esquerda monárquica foi sempre evidente, excepção feita para o ano de 1878 onde, pela primeira vez, a presença republicana se tornou visível, em particular, nas comissões especiais normalmente criadas para tratar de assuntos específicos, como era o caso da Comissão de Multas. Apesar disso, aparece já Domingos Luís Coelho da Silva¹⁰⁰² como secretário da direcção.

¹⁰⁰¹ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, pp. 117-118.

¹⁰⁰² Sobre o republicanismo deste comerciante, natural de Pedrógão Grande e que iniciou a sua carreira como marçano em Lisboa, “muito novo ainda”, veja-se *Os Debates*, n.º 384, 27 de Outubro de 1889 e n.º

A presença republicana, em termos numéricos, recuou nos anos seguintes, contudo, Coelho da Silva passou a ter a companhia de Custódio Martins Pereira e Inácio Magalhães Basto, como secretários ou vogais da direcção e assembleia-geral até meados da década de 1880. Em 1885 e 1886, estas posições foram reforçadas com a entrada de Sebastião Correia Saraiva Lima e em 1887, pela primeira vez, os republicanos passaram a ser a maioria na direcção, posição que mantiveram no ano seguinte. Isto coincidiu com a subida muito pronunciada do número de sócios e os dois factos não são obviamente independentes.

A ampliação dos quantitativos da Associação parece efectivamente estar relacionada com a entrada em grande número de lojistas ligados ao republicanismo, o que poderá ter contribuído para o reforço da sua posição ao nível dos corpos gerentes, mas também para o maior pendor reivindicativo que a ACLL adoptou a partir desta altura, como se viu. Do total de lojistas que entraram para a ACLL entre 1885 e 1889 (824) foi possível identificar o alinhamento político de cerca de 100¹⁰⁰³. Mais de 70% tinham ligações ao PRP, participavam em iniciativas eleitorais republicanas ou eram referenciados como pertencendo a instituições ligadas ao republicanismo. Um pouco mais de 20% estavam conotados com os Regenerados e cerca de 9% com os Progressistas. A Associação estava a crescer essencialmente através de sócios republicanos, mas não deixa de ser curiosa a presença de uma maior percentagem de Regeneradores do que de Progressistas.

Não quer isto dizer que a Associação fosse dominada já pelos republicanos, neste caso, os números podem ser enganadores pois eram ainda as personagens ligadas aos

448, 2 de Janeiro de 1890; *Commercio e Industria*, folha *illustrada com retratos e biographies*, n.º 178, Lisboa, 1905.

¹⁰⁰³ Exactamente, 98. Não é possível indicar aqui todas as fontes utilizadas nesta identificação. Ao longo do texto foram e vão ainda ser indicadas as fontes para casos particulares. No entanto, neste esforço de recolha de dados a imprensa revelou-se essencial, em particular, os jornais *O Século*, *Diário Popular* e *Diário Ilustrado*. Em alguns casos, os esboços biográficos de sócios que o *Boletim* da ACLL foi publicando deram também algumas informações, assim como a consulta da *GEPB* e de alguns almanaques.

partidos da monarquia que imperavam nos cargos mais importantes, em especial na direcção e na assembleia-geral. Carlos Augusto Tibau e José Pinheiro de Melo eram, em 1886, respectivamente, presidente e vice-presidente desta última, ambos afectos, primeiro ao Partido Reformista e depois ao Partido Progressista, muito próximos de António Augusto Pereira de Miranda¹⁰⁰⁴, deputado e Par do Reino que tinha ligações ao mundo do comércio. Mesmo em 1887, continuam a ser dois progressistas a estar à frente da assembleia-geral, começando nesse ano o longo mandato de Pinheiro de Melo como presidente da mesa, e em 1890/1891 são outros dois progressistas, Luís Diogo da Silva e João Baptista Gregório de Almeida, que tomam conta dos principais cargos directivos.

Contudo, a partir de 1886 a influência dos republicanos não parou de crescer, como se pode verificar pela análise dos gráficos. Entre 1887 e 1889 ocupavam já mais de 50% dos cargos da Associação, os quais, segundo os estatutos e pelas observações recolhidas nos extractos das sessões das assembleias-gerais, eram eleitos pelos sócios através de voto secreto¹⁰⁰⁵. A partir do *Ultimatum*, com a excepção de 1898, quando apareceram alguns progressistas na comissão revisora de contas, os republicanos representaram sempre mais de dois terços do total dos cargos. Se a análise se restringir à direcção e à assembleia-geral, então, a partir de 1892 e até 1910, com a excepção de Pinheiro de Melo, o republicanismo tomou por completo conta da Associação dos Lojistas.

Verifica-se, deste modo, que foi durante o governo progressista de 1886-1890 que ocorreu a primeira grande mudança na tendência política da ACLL, passando a preponderar os republicanos. A segunda alteração significativa ocorreu precisamente a

¹⁰⁰⁴ Sobre as relações de proximidade política entre estes sócios e o político veja-se, por exemplo, uma pequena nota datada de 30 de Março de 1870, na qual os membros das comissões paroquiais oposicionistas, reformistas, das eleições realizadas nesse mês agradeciam aos cidadãos a eleição daquele político. Cf. *Jornal do Comércio*, n.º 4926, 31 de Março de 1870.

¹⁰⁰⁵ ACLL, *Estatutos da ACLL*, Lisboa, Tipografia Universal, 1874, p. 16.

seguir ao *Ultimatum* quando praticamente desapareceram dos corpos gerentes os lojistas conotados com os Regeneradores. A excepção, entre 1897 e 1909, no que diz respeito à direita monárquica, vai ser a presença de Marcos Clemente Meco, dono de uma papelaria no largo da Abegoaria, local onde a ACLL tinha a sua sede desde 1894, que aparece nas listas de apoiantes do Partido Regenerador-Liberal de João Franco e que ocupou sempre o lugar de tesoureiro da direcção.

Uma associação onde “figuram homens de todos os partidos” (1870-1890)

Em 1872 um jornal declarou a ACLL como uma associação “na qual figuram homens de todos os partidos”, procurando destacar não só a ideia que então se fazia sobre o que deveria ser o papel das associações profissionais, mas chamando a atenção, de forma indirecta, é certo, para que a ACLL, em particular, deveria procurar pautar a sua intervenção pública de defesa da classe por critérios de independência em relação à política partidária. Em 1908, um outro jornal, falando da mesma associação acabou por a declarar como republicana ou empenhadamente comprometida com as ideias republicanas, realçando precisamente o facto desta não se ter colocado à margem da política, entendida como uma ampla capacidade de intervenção cívica, e de com isso ter conseguido um “papel brilhantíssimo” na transformação civilizadora “da sua classe e da sociedade portuguesa”¹⁰⁰⁶. Pelo que se observou atrás sobre a evolução dos corpos gerentes, as duas afirmações eram bastante realistas. O pouco de exagero visível decorria de uma retórica de sedução através da qual os regeneradores, primeiro, e os republicanos, depois, procuravam conquistar um público mais vasto que, mesmo não fazendo parte da lista de sócios, poderia olhar para aquela colectividade como a representante dos interesses dos lojistas.

¹⁰⁰⁶ *Jornal da Noite*, n.º 559, 17 e 18 de Outubro de 1872 e *O Mundo*, n.º 2812, 3 de Setembro de 1908.

A comparação entre os dois anos, contudo, não mostra só diferenças e neles é possível encontrar exemplos de uma característica que foi desde muito cedo evidente no percurso político dos lojistas de Lisboa, o seu interesse e intervenção relativamente ao poder local e às eleições municipais. A vereação em exercício em 1872, que discutia a questão das licenças de comércio e indústria quando do reparo do *Jornal da Noite*, tinha sido eleita, em parte, com a ajuda da propaganda levada a cabo pela ACLL e por uma comissão de sócios; em 1908, pouco tempo depois da observação do *Mundo*, a primeira vereação republicana de Lisboa contava com 6 sócios no número de vereadores eleitos, sendo que, entre os 22 candidatos efectivos e suplentes à vereação, mais de metade pertenciam também à ACLL¹⁰⁰⁷. Por comparação com o que se passava no estrangeiro, onde os lojistas também investiam significativamente no âmbito da política local, o caso lisboeta não destoa e parece até mais significativo. Na Itália, a forma mais directa das associações de lojistas exercerem a sua influência era através da participação nas eleições municipais. Em Milão, por exemplo, nas eleições locais de 1899, a associação dos pequenos comerciantes da cidade, com mais de 3000 sócios, indicou 5 candidatos num total de 30¹⁰⁰⁸.

No período entre 1870 e 1890, uma outra característica da “política” relacionada com os lojistas foi o constante jogo entre a utilização das suas expectativas pela propaganda dos vários partidos, em particular, no que diz respeito às eleições municipais, e a sua inclinação para com maior facilidade apoiarem a esquerda do regime. O último ponto decorria da proximidade entre a mentalidade e reivindicações dos lojistas e a ideologia reformista e progressista que privilegiava o chamado programa

¹⁰⁰⁷ *O Mundo*, n.º 2896, 26 de Novembro de 1908 a n.º 2899, 29 de Novembro de 1908 e *Vanguarda*, n.º 4268, 28 de Novembro de 1908; SANTOS, Maria do Rosário e VIEGAS, Inês Morais (coord.), *A evolução municipal de Lisboa: pelouros e vereações*, Lisboa, Câmara Municipal. Pelouro da Cultura. Divisão de Arquivos, 1996, pp. 117 e 118.

¹⁰⁰⁸ MORRIS, Jonathan, “Les associations de détaillants en Italie...”, p. 244.

das “economias”, como já foi referido quando se falou sobre a importância da questão fiscal entre os lojistas.

Porém, os pontos de contacto não se ficavam pela supressão das chamadas “despesas improdutivas”. A sua aproximação ao reformismo em 1870, mais tarde ao progressismo, e, em particular, a influência que Mariano de Carvalho conseguiu granjear no seio da pequena burguesia comercial de Lisboa deviam-se, em grande medida, à proximidade entre o discurso do jornalista / político e algumas das aspirações dos lojistas, designadamente, ao nível da distribuição dos impostos e do papel do Estado na vida dos cidadãos, ou, neste caso, na vida do pequeno comerciante. Aspectos que foram já destacados como relevantes na caracterização dos “interesses” dos lojistas.

Um discurso que tinha sido gerado no período pós-Janeirinha, que continuava presente em 1876, na apresentação do programa do Partido Progressista, e que defendia um Estado mínimo, não intrusivo, o combate à “invasão da liberdade individual dos cidadãos” por parte da burocracia estatal, a luta pelas “economias” e pela garantia de justiça fiscal, através de uma reforma da contribuição predial e industrial. Importantes eram, ainda, a defesa da descentralização administrativa, dando um maior protagonismo ao poder local, uma das esferas de actuação privilegiadas pelos lojistas, e a proposta de ampliação do sufrágio eleitoral¹⁰⁰⁹.

Um programa político tão “rasgadamente liberal” e em alguns pontos “demasiado subversivo” para a época tinha muitos atractivos para o natural radicalismo dos lojistas e terá favorecido a influência que os progressistas exerceram na ACLL nos primeiros vinte anos de associativismo. Era, contudo, um programa difícil de cumprir na íntegra por uma força política que queria assumir uma alternância de Poder em relação ao fontismo sem colocar em causa as “formas monárquico-constitucionais”, ou seja, era

¹⁰⁰⁹ Programa do Partido Progressista de 16 de Dezembro de 1876 e FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”...*, pp. 61-65, 83-84, 280 e 287.

um programa em alguns pontos radical, apoiado por um discurso dos seus defensores que por vezes podia roçar o republicanismo, mas que por isso mesmo tinha o condão de tornar mais visíveis as contradições a que seria sujeito pela prática governativa de um partido necessariamente monárquico¹⁰¹⁰.

Nos primeiros anos da Associação são vários os sinais de aproximação política entre os lojistas e o “reformismo”, depois “progressismo”. Em parte, são visíveis também no âmbito da política local, no quadro da valorização do poder municipal pelos lojistas. A fundação da associação em 1870 pode ser um bom exemplo disso mesmo. Aquele que viria a ser designado para presidente da comissão instaladora da ACLL, em 9 de Janeiro de 1870, António José Marques Leal, tinha sido vereador de Lisboa nos anos de 1868 e 1869¹⁰¹¹. Os mais de 200 lojistas reunidos na assembleia fundadora entenderam certamente que o ex-vereador e “rico capitalista” seria uma escolha acertada para chefiar a nova colectividade, pela influência e prestígio que poderia ter. Contudo, é possível verificar ainda que por trás desta escolha havia uma certa inclinação política pois as vereações em que Marques Leal tinha participado, eleitas na sequência da “Janeirinha”, tinham neste vereador um representante dos futuros reformistas. Em Janeiro de 1869, por exemplo, foi um dos membros da deputação que entregou a “representação da praça [comercial] de Lisboa a El-Rei” pedindo a manutenção do governo, na sequência da manifestação ocorrida no dia 8 na Praça do Comércio, em reacção ao pedido de demissão do governo Sá da Bandeira / Bispo de Viseu¹⁰¹².

Aliás, não eram propriamente inocentes o apoio e os elogios prestados pelo *Jornal do Comércio* e pelo *Diário Popular*, dois periódicos ligados ao movimento reformista, à jovem Associação de Lojistas e à “acertadíssima” escolha daquele nome para

¹⁰¹⁰ FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”...*, pp. 64 e 280.

¹⁰¹¹ SANTOS, Maria do Rosário e VIEGAS, Inês Morais (coord.), *A evolução municipal de Lisboa...*, p. 106.

¹⁰¹² *Jornal do Comércio*, n.º 4559, 9 de Janeiro de 1869. Sobre o momento político veja-se CUNHA, Carlos Guimarães da, *A «Janeirinha» e o Partido Reformista...*, pp. 128-132.

presidente¹⁰¹³. Em especial, porque na mesma altura (Janeiro de 1870) era publicitada a reunião de alguns “eleitores de Lisboa”, entre eles António Cabral de Sá Nogueira, Latino Coelho, Saraiva de Carvalho, Mariano de Carvalho, José Elias Garcia e António Augusto Pereira de Miranda, aos quais Marques Leal enviou uma missiva a associar-se “ao pensamento político que ali congregava aqueles cidadãos”, e eram feitos apelos à mobilização associativa e ao protesto dos lojistas contra os “vexames” a que estariam a ser sujeitos, por virtude da aplicação de uma nova postura municipal. Num discurso radical, apelava-se a que “não obedeçam os lojistas, nem os proprietários às intimações que lhes façam” relativas às ombreiras das portas. Como é óbvio, a ligação implicitamente estabelecida e o apelo que era feito, aparecendo após a dissolução do parlamento, quando a oposição “reformista” se movimentava em protestos e reclamações contra o governo Histórico e já tinha publicitado os seus deputados por Lisboa, deve ser considerada como uma tentativa de ganhar as boas graças de um grupo social numeroso, como afirmava o *Jornal do Comércio*, que constituía um “forte baluarte” eleitoral ou de pressão política contra um governo que se pretendia derrubar a curto prazo¹⁰¹⁴.

Contudo, a aproximação dos reformistas à ACLL tinha dois sentidos, pois os lojistas não se mostravam completamente dessinteressados da política, pelo contrário, também eles participavam activamente no esforço eleitoral que levaria, por exemplo, à eleição de António Augusto Pereira de Miranda como deputado por Lisboa. Em 30 de Março de 1870, os membros das comissões paroquiais oposicionistas do círculo 66 agradeceram aos eleitores aquela vitória. Entre secretários, vogais e vice-presidentes,

¹⁰¹³ *Jornal do Comércio*, n.º 4861, 11 de Janeiro de 1870 e *Diário Popular*, n.º 1175, 11 de Janeiro de 1870.

¹⁰¹⁴ *Jornal do Comércio*, n.º 4876, 28 de Janeiro de 1870 e n.º 4877, 29 de Janeiro de 1870. A referência à “força” dos lojistas era apresentada em relação à defesa dos interesses de classe, mas parece óbvio o aproveitamento político feito pelo periódico. Cf. *Jornal do Comércio*, n.º 4846, 21 de Dezembro de 1869. Sobre a situação política entre finais de 1869 e inícios de 1870 veja-se FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”...*, pp. 77-81 e CUNHA, Carlos Guimarães da, *A «Janeirinha» e o Partido Reformista...*, pp. 160-169.

num total de 50 indivíduos, encontravam-se 11 sócios da ACLL, ou seja, 22%, o que não deixa de ser uma presença significativa, para mais quando incluía, entre outros, Luís Manuel da Costa, presidente da assembleia-geral, entre 1870 e 1885, Manuel Joaquim Alves Diniz, vice-presidente, em 1871 e 1872, ou Carlos Augusto Tibau, presidente da direcção entre 1873 e 1880¹⁰¹⁵.

Em Dezembro de 1874, é possível descobrir um novo exemplo do alinhamento político com os reformistas. A ACLL andava empenhada na tentativa de diminuição da carga fiscal “para diversas profissões de que a associação se compõe”, através de uma petição para que fosse alterada a respectiva “classe na matriz da contribuição industrial”. O pedido tinha sido dirigido ao governo regenerador, mas em assembleia-geral era agradecido “o empenho” do “ilustre deputado por Lisboa”, António Augusto Pereira de Miranda, com o qual Luís Manuel da Costa, presidente da ACLL, tinha mantido uma estreita “cooperação” sobre o assunto¹⁰¹⁶.

A aproximação à esquerda era, assim, mais notória em relação ao Partido Reformista do que ao Partido Histórico. Uma polémica de Abril de 1875 permite verificar essa tendência. Nesse mês faleceu Fradesso da Silveira, membro do “partido progressista-histórico”. Num jornal ligado aos Históricos foram publicados extractos da sua biografia e relatos sobre o seu funeral, referindo o conjunto de individualidades e instituições presentes. Foi então registada a presença, entre outras, da Associação Comercial de Lisboa e de um centro promotor da indústria fabril, mas não a da ACLL¹⁰¹⁷. O *Revolução de Setembro*, jornal dos regeneradores, como seria natural, deu um destaque menor ao acontecimento e não referiu a presença no funeral de qualquer

¹⁰¹⁵ *Diário Popular*, n.º 1245, 23 de Março de 1870 e *Jornal do Comércio*, n.º 4926, 31 de Março de 1870.

¹⁰¹⁶ ACLL, *Relatório de 1874*, p. 28.

¹⁰¹⁷ *O País*, n.º 684, 27 de Abril de 1875; n.º 685, 28 de Abril de 1875 e n.º 686, 29 de Abril de 1875.

associação empresarial ou outra¹⁰¹⁸. A presença do pequeno comércio, significativamente, só seria registada pelo “reformista” *Diário Popular* e pelo “independente” *Diário de Notícias* que assinalava a presença de “deputações” de várias associações, entre elas, a “da associação dos lojistas”, apontando João Marques da Costa e José Pinheiro de Melo “entre os cavalheiros presentes”¹⁰¹⁹. A diferença de “olhares” sobre as homenagens prestadas a Fradesso da Silveira não deixam de ser significativas para se traçar um perfil de alinhamento político da ACLL, podendo ser reforçada com o facto da associação dos lojistas, em assembleia-geral, ter aceite pagar “a despesa feita com o trem que ocupou a comissão que foi representar a associação no funeral”, mas somente depois de alguma discussão e da direcção se ter oposto ao referido pagamento¹⁰²⁰.

O distanciamento em relação aos lojistas, notado aqui por parte do Partido Histórico e dos Regeneradores, foi ainda mais notório no caso das eleições municipais desse mesmo ano. Num acto em que “choveram listas sobre listas”¹⁰²¹, onde não houve acordo entre a esquerda e nas quais o próprio governo se apresentou dividido no apoio a vários candidatos, é interessante verificar que a lista apoiada pelos lojistas, numa reunião de 27 de Outubro, fosse constituída por “membros dos partidos regenerador, histórico e reformista”, classificada como tendo um “carácter conciliador partidário”¹⁰²². Todavia, é revelador que essa mesma lista, mais tarde confirmada pelo *Diário Popular*,

¹⁰¹⁸ *Revolução de Setembro*, n.º 9844, 27 de Abril de 1875 e n.º 9846, 29 de Abril de 1875.

¹⁰¹⁹ *Diário de Notícias*, n.º 3304, 29 de Abril de 1875 e *Diário Popular*, n.º 3022, 29 de Abril de 1875.

¹⁰²⁰ ACLL, *Relatório de 1875*, p. 24. A presença da ACLL é atestada ainda pelas actas da direcção onde se fala na despesa “com um trem que transportou a comissão que por parte da associação acompanhara o funeral do Sr. Fradesso da Silveira.” ACLL, *Actas da Direcção, 1870-1881*, acta n.º 61, 2 de Agosto de 1875.

¹⁰²¹ *Diário de Notícias*, n.º 3487, 3 de Novembro de 1875.

¹⁰²² As expressões são do *Diário de Notícias*, ao falar de uma lista saída de uma reunião de 27 de Outubro, que não especifica, mas que se pode identificar como sendo de lojistas, tendo em conta que os nomes dos candidatos são basicamente os mesmos que mais tarde serão oficialmente patrocinados por eles. *Diário de Notícias*, n.º 3483, 29 de Outubro de 1875 e n.º 3484, 30 de Outubro de 1875. Sobre as divisões partidárias nestas eleições veja-se FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”...*, pp. 131-132.

só contasse com o apoio dos Reformistas e, curiosamente, do “independente” *Diário de Notícias*.

Na véspera das eleições, a 13 de Novembro, este último jornal reproduziu numa pequena notícia um anúncio que seria publicado no *Diário Popular* do dia seguinte, recomendando “à classe comercial de lojistas de Lisboa” a candidatura de Luís Manuel da Costa, o presidente da ACLL, que fazia parte da referida lista, “por ser um cidadão que reúne as precisas qualidades para bem representar a classe e desempenhar tão elevado cargo.”¹⁰²³ No próprio dia das eleições, o *Diário de Notícias* apresentou as três principais listas em confronto, a dos lojistas, a de Rosa Araújo, que recebeu o suporte do ministro do Reino, Rodrigues Sampaio, e dos grandes comerciantes de Lisboa, e a do barão de Mendonça, apoiada por Fontes Pereira de Melo. Através de um curioso expediente gráfico, o jornal acabou por ultrapassar a sua propalada “imparcialidade”. As primeiras palavras de apresentação de cada uma das listas foram registadas em caracteres maiúsculos e enquanto uma era “A LISTA RECOMENDADA pelo grupo dos lojistas”, a segunda era “A LISTA PROTEGIDA por alguns membros do corpo do comércio” e, subentende-se, pelo ministro do Reino. A do barão de Mendonça era “A LISTA QUE SE COMPÕE da maioria da câmara actual”¹⁰²⁴.

No mesmo dia, o *Diário Popular* apresentou a lista “recomendada pelo grupo dos lojistas que em certo tempo se esforçaram para levar a efeito a reforma das licenças”, numa referência às eleições de 1871. Esta era recomendada ainda pelo facto de incluir o nome de Luís Manuel da Costa, “presidente da Associação Comercial dos Lojistas, a quem a corporação deve tantos serviços”. Além desta notícia, o jornal trazia um anúncio dirigido “à classe comercial de Lojistas de Lisboa”, pago, muito provavelmente, pela ACLL, onde se recomendava o voto em Luís Manuel da Costa para “representar a

¹⁰²³ *Diário de Notícias*, n.º 3497, 13 de Novembro de 1875.

¹⁰²⁴ *Diário de Notícias*, n.º 3498, 14 de Novembro de 1875.

classe” dos lojistas na nova vereação¹⁰²⁵. Significativo foi o facto de *O País*, jornal dos Históricos, de todas as listas que publicou, e foram muitas, nunca ter referido a que foi patrocinada pelos lojistas, remetendo para o “carácter” reformista da mesma e para as divisões que então ainda afectavam os dois partidos que acabariam por se juntar no ano seguinte através do Pacto da Granja¹⁰²⁶.

Porém, não foi apenas no aspecto puramente político que se notou uma maior tendência para um apoio dos reformistas aos lojistas. As eleições ficaram marcadas pela polémica dos “varejos” às mercearias da cidade, levadas a cabo pelas autoridades centrais no sentido de recolher informações que permitissem reclassificar os merceeiros nas matrizes da contribuição industrial, uma exigência dos mesmos, como já se verificou atrás, sendo neste aspecto mais um sinal de que os temas “quentes” ligados ao pequeno comércio eram essenciais nas lutas políticas de âmbito local.

No início de Outubro, os reformistas declararam o seu suporte à defesa dos interesses de classe dos lojistas, fazendo mais tarde uma narrativa da questão. Há três anos que o assunto era tratado entre os merceeiros e o governo Regenerador, em várias reuniões, mas sem resultados práticos. Depois de muitas insistências, o governo acabaria por ceder, porém, com a condição de se averiguarem primeiro as situações específicas dos contribuintes através de acções inspectivas coordenadas pelo director geral das contribuições directas. Algo que o *Diário Popular* logo apelidou de “varejo às mercearias”, com o objectivo de “tomar informações”, segundo o governo, ou “de ganhar tempo”, segundo os reformistas. O conselho que estes davam aos lojistas, muito provavelmente, pela pena de Mariano de Carvalho, era para radicalizarem o seu protesto, realizando “*meetings*”, pois esta era a única forma de “meter medo ao governo” e só através do “medo” poderiam os seus interesses “ser atendidos”. Os

¹⁰²⁵ *Diário Popular*, n.º 3212, 14 de Novembro de 1875.

¹⁰²⁶ Foram consultados todos os números do jornal publicados entre 1 de Setembro e 14 de Novembro de 1874.

merceeiros eram pressionados para agir, sendo avisados de que o jornal não voltaria a patrocinar as suas causas enquanto não se resolvessem por medidas mais “enérgicas”¹⁰²⁷. Não pode ser apenas coincidência o facto de, no mesmo dia em que era publicada esta “enérgica” exortação, os lojistas terem elaborado a sua lista de candidatos à vereação.

Como é óbvio, tamanha energia reformista mereceu logo uma reacção dos Regeneradores, referindo que a pretensão dos merceeiros estava a ser aproveitada com fins políticos pela oposição. Concediam que aqueles lojistas tinham alguma razão no seu requerimento, pois era “impossível ao grémio fazer distribuição equitativa”, contudo, não deixavam de referir que seria difícil aceder ao que pediam uma vez que era necessário “haverem-se recolhido esclarecimentos prévios, difíceis de alcançar.” Exortavam-os a colaborarem com os funcionários da Fazenda e criticavam os reformistas pela tentativa de aproveitamento político de algumas reclamações que tinham surgido e pelo incitamento que faziam aos merceeiros para tomarem medidas mais radicais, assumindo a “atitude de causar medo ao ministério!”¹⁰²⁸

Apesar de apoiarem a pretensão dos merceeiros de mudarem de classe contributiva¹⁰²⁹, os Históricos nunca levaram esse suporte até ao radicalismo dos reformistas. Eram a favor, é certo, até porque era uma forma de tentar desgastar o Governo perto de um acto eleitoral, mas quando surgiram as primeiras notícias sobre reclamações dos lojistas por causa da fiscalização que estava a decorrer, o seu discurso ficou muito mais próximo do dos Regeneradores. Concordavam que os merceeiros tinham razão no seu pedido, mas a recolha de informações pelo “fisco” era essencial para averiguar “da sua justiça”, sem o que não se podia “racionalmente sentenciar na

¹⁰²⁷ *Diário Popular*, n.º 3170, 2 de Outubro de 1875; n.º 3184, 16 de Outubro de 1875 e n.º 3195, 27 de Outubro de 1875

¹⁰²⁸ *Revolução de Setembro*, n.º 9997, 29 de Outubro de 1875.

¹⁰²⁹ *O País*, n.º 812, 30 de Setembro de 1875.

sua causa.” Compreende-se a sua cautela nesta questão. Como partido que apostava no regresso ao poder, aproveitava a onda de contestação para fazer oposição a Fontes Pereira de Melo, mas não se comprometia demasiado com os descontentes, os lojistas, ao ponto de mais tarde ficar refém das suas exigências¹⁰³⁰.

As diferenças de tratamento que mereciam os lojistas, da parte de reformistas e históricos, mais tarde, vão reflectir-se nas incoerências e contradições que caracterizarão alguns dos actos do Partido Progressista em relação ao radicalismo de posições do pequeno comércio. Ao mesmo tempo, essa quase esquizofrenia do Partido da Granja, que ora impulsionou os pacatos merceeiros à revolta contra o fisco, ora lhes aumentou os impostos quando chegou ao Governo vai ser, em grande medida, responsável pela crescente popularidade que a mensagem republicana começou a granjear entre os lojistas. Os resultados das eleições municipais de 1881, com uma derrota dos progressistas, apesar do aliciamento ou manipulação da ACLL, parecem resultar precisamente dos efeitos da desilusão com o governo de 1879/1881.

Nessa altura o panorama de uma associação onde marcavam presença homens de todos os partidos, mas onde predominavam os progressistas, começou lentamente a mudar, acelerando alguns anos depois com a entrada em grande número de lojistas republicanos, como se viu atrás. É certo que elementos ligados ao republicanismo eram sócios activos antes de 1886, mas a partir desse ano o movimento parece alargar-se e uma boa parte dos sócios então entrados estavam de algum modo ligados ao republicanismo ou mesmo directamente ao Partido Republicano. Contudo, é preciso notar que aquilo que se tornou uma tendência nesta altura era, sem dúvida, o resultado das contradições progressistas, emanadas do governo de 1879-1881, onde estes

¹⁰³⁰ *O País*, n.º 838, 30 de Outubro de 1875.

acabaram por esquecer as tendências “radicais” de 1878/1879 e ignorar o “programa outorgado na Granja”¹⁰³¹.

É certo que os progressistas ainda puderam contar com a ACLL em alguns momentos angustiosos da sua governação, mas entre os lojistas de Lisboa algo parecia estar a mudar. Exemplo disso foi a aprovação da representação enviada ao Parlamento contra as medidas fiscais propostas pelo Governo no início de 1880. A iniciativa de redigir um protesto foi tomada a 29 de Janeiro, numa assembleia-geral “literalmente cheia de comerciantes e lojistas” e, aparentemente, muito conturbada, onde foi eleita uma comissão para estudar as medidas governamentais¹⁰³². A 23 de Fevereiro, em nova assembleia-geral, foi aprovado o texto da representação que resultava num protesto bastante suave em relação ao imposto de rendimento e ainda mais inócuo em relação à contribuição industrial e ao imposto do selo, ficando-se apenas por “alguns pedidos”. O documento declarava que não estava “no ânimo da associação a ideia de se recusarem ao governo os meios de obviar às dificuldades com que o país luta, mas só evitar” algumas “disposições vexatórias”. O significativo é que a representação, “aprovada por maioria” numa reunião presidida por Luís Manuel da Costa, foi alvo de larga discussão pois havia sócios que não concordavam com o texto, apesar de todos considerarem que se deveria protestar¹⁰³³.

A representação foi entregue no Parlamento, no dia 27 de Fevereiro, ao deputado progressista António Augusto Pereira de Miranda que a elogiou pela forma do discurso e pelo conteúdo que merecia “toda a consideração da parte da câmara e da parte da comissão” da Fazenda. O cuidado que a ACLL tinha colocado no texto da representação era evidente e decorria, sem dúvida, do seu comprometimento político com os

¹⁰³¹ FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”...*, pp. 231-233, 254-256, 264 e 268.

¹⁰³² *Jornal da Noite*, n.º 2734, 30 e 31 de Janeiro de 1880 e *Diário Popular*, n.º 4680, 31 de Janeiro de 1880.

¹⁰³³ *Diário Popular*, n.º 4703, 25 de Fevereiro de 1880; *Diário de Notícias*, n.º 5048, 25 de Fevereiro de 1880 e n.º 5049, 26 de Fevereiro de 1880.

progressistas, o que é amplamente confirmado pela intervenção seguinte, de Mariano de Carvalho, declarando que a “respeitável associação” reconhecia a “necessidade de aumentar as receitas públicas” e os seus sócios, “honrados cidadãos”, não se furtavam “a fazer os sacrifícios necessários”, apesar de sugerirem algumas alterações à proposta de lei¹⁰³⁴.

Contudo, entre uma parte dos lojistas de Lisboa o ambiente parecia ser diferente e alguns aderiam a protestos mais radicais contra o governo protagonizados por indivíduos que, com o passar do tempo, tenderam a transferir-se para o seio da ACLL. Apenas como exemplo, atente-se nos nomes dos organizadores de um *meeting* republicano realizado em Lisboa, no dia 8 de Março de 1880, para protestar contra as medidas “financeiras, administrativas e políticas apresentadas ao parlamento pelo actual gabinete progressista.” Entre 10 indivíduos encontravam-se António Máximo Verol Júnior, Quirino Gil Carneiro, José Augusto Oliveira, Casimiro Gomes, António Inácio Fonseca e Francisco Luís Torres. Todos estes, ou seja, 6 dos 10 organizadores, eram lojistas, 2 eram sócios da ACLL à altura, os restantes tornar-se-iam sócios depois de 1886¹⁰³⁵. Em Março de 1881, num conjunto de adesões ao protesto republicano contra o tratado de Lourenço Marques, com declaração de que “a República [era] a única salvação para a (...) pátria”, surgem outros 15 nomes de lojistas, um fazendo já parte da ACLL desde 1872, tendo os restantes entrado para as listas de sócios depois de 1886¹⁰³⁶.

O que em 1880/1881 constituía já um sinal das consequências que podiam derivar dos compromissos entre radicalismo e ordem levados a cabo pelos progressistas, ganhou nova visibilidade a partir da altura em que voltaram ao Poder, em 1886, desta feita com Mariano de Carvalho na Fazenda. A princípio a ACLL ainda procurou manter

¹⁰³⁴ DCD, sessão de 27-02-1880, pp. 619-620.

¹⁰³⁵ Democracia, n.º 1880, 9 de Março de 1880.

¹⁰³⁶ O Século, n.º 55, 12 de Março de 1881 e n.º 56, 13 de Março de 1881.

uma atitude de certa independência, mas as preocupações com o aumento dos impostos e o consequente encarecimento do custo de vida, associadas à presença de um maior número de sócios republicanos e à paulatina perda de influência dos progressistas no seio dos corpos gerentes, não deixaram margem para muitas manobras.

Na representação dirigida ao parlamento, em 1887, “contra a nova pauta geral das alfândegas”, apesar de se afirmarem “isentos da mais insignificante parcela política partidária”, os lojistas não deixaram de criticar duramente o governo Progressista e a sua orientação. A política de constantes aumentos de impostos, em parte necessária, como reconheciam, para manter o “equilíbrio financeiro”, estava a afectar as “três alavancas sociais” compostas pelos homens que se dedicavam à agricultura, à indústria e ao comércio. Sobrecarga de “tributos” reflectida depois nos preços de “vários artigos de comércio” e que poderia ter como consequência terminar com a “cordura e bom senso” dos povos “para aceitarem os encargos” do progresso e levar a que não bastasse o “talento e aptidão” dos homens encarregues de “gerir a causa pública” para contrariar o facto do “governo (...) [ir] isolando e perdendo o seu país lenta, mas fatalmente.” Ou seja, Mariano de Carvalho e os Progressistas estavam a correr o risco de verem afastarem-se os lojistas, desiludidos com novas contradições dos partidários das “economias”. Para uma Associação onde preponderavam cada vez mais os elementos ligados ao Partido Republicano e que representava um classe onde sempre tinha tido uma grande influência o actual ministro da Fazenda, a crítica era bastante contundente e levava, de facto, à necessidade de na mesma representação, por duas vezes, reiterarem “os seus protestos da mais solene isenção política”¹⁰³⁷.

Contudo, a noção de “isenção política” da Associação estava a mudar precisamente nesta altura. Se a ACLL continuava a considerar que “era defeso à nossa

¹⁰³⁷ ACLL, *Relatório de 1887*, pp. 55-56.

associação tratar de assuntos meramente políticos”, reafirmando o conteúdo dos estatutos, interpretava agora essa cláusula como referindo-se a assuntos “meramente partidários, mas não assim aqueles que dizem respeito à sociedade em geral e particularmente às corporações que representa”¹⁰³⁸. Por outras palavras, desde que o assunto, de algum modo, estivesse relacionado com a vida comercial, cabia à Associação o papel de o discutir, independentemente de quem estivesse no Governo. Isto levou a que se repetissem com alguma frequência as mesmas atitudes, de forte crítica à política governativa, sempre associadas à ressalva de independência política, como aconteceu, por exemplo, no protesto contra a possibilidade do governo criar um entreposto comercial em Cascais, surgida também em 1887.

Afirmando que era “sem o mais leve vislumbre político de corrilho [sic], sempre mal cabido em assuntos de interesse público”, a ACLL levantava a sua reclamação contra uma medida que considerava poder ter efeitos muito negativos no comércio da capital, com uma previsível transferência de parte do tráfego marítimo do porto de Lisboa. Semelhante projecto, a ser levado por diante, o que acabou por não acontecer, afectaria o “movimento de passageiros” do porto da capital, facto que não era “indiferente para o comércio dos lojistas de Lisboa” e daí o seu protesto¹⁰³⁹. Se é possível ver na representação uma genuína preocupação com os interesses do pequeno comércio, não estava ausente uma forte componente política que foi claramente aproveitada tanto por Regeneradores como por Republicanos para fazer oposição ao Governo. De destacar o interesse manifestado pelo assunto e pelas reuniões da ACLL, durante os meses de Julho e Agosto, por parte do *Século* com vários artigos a atacar a posição do Governo e a defender “a representação da associação comercial dos lojistas

¹⁰³⁸ ACLL, *Relatório de 1887*, p. 8.

¹⁰³⁹ ACLL, *Relatório de 1887*, pp. 61-65.

contra o entreposto do Sr. Mariano”¹⁰⁴⁰. Merece, igualmente, relevo o facto da representação dos lojistas ter sido apresentada na Câmara dos Pares, a 20 de Julho, por Hintze Ribeiro¹⁰⁴¹.

Como é óbvio, estes aproveitamentos e as dificuldades criadas pela Associação à proposta do Governo não passaram em claro e foram, inclusive, alvo de uma violenta resposta na imprensa, por parte do *Diário Popular*, o mesmo jornal que sempre se tinha mostrado solícito na defesa dos interesses dos lojistas, praticamente desde a fundação da ACLL. Cinco dias após a apresentação do protesto dos lojistas na Câmara dos Pares, com o patrocínio dos Regeneradores, o jornal refutava as críticas da associação, apelidando os seus argumentos de “absurdos” e a própria associação de falta de “bom senso” e de “ignorância”, chegando a apelidar de “doidos” os sócios que a ACLL tinha convidado para darem parecer sobre o projecto de lei¹⁰⁴².

A esta atitude crítica do jornal controlado por Mariano de Carvalho, em claro contraste com os reparos bem mais “suaves” feitos à ACL, que também tinha representado, talvez não fosse alheia uma expectativa que os Progressistas ainda alimentavam de que a Associação dos Lojistas fosse mais um ponto de apoio ao governo do que um foco de perturbação, como começava a parecer. Para isto contribuíam, como parece óbvio, as próprias mudanças internas na ACLL, como já foi destacado, que levaram a alterações profundas nos corpos gerentes, mas também a uma postura mais aguerrida na defesa dos interesses da classe.

¹⁰⁴⁰ Entre outros veja-se *O Século*, n.º 2015, 31 de Julho de 1887; n.º 2016, 1 de Agosto de 1887 e n.º 2017, 3 de Agosto de 1887.

¹⁰⁴¹ *Diário da Câmara dos Pares (DCP)*, sessão de 20-07-1887, p. 707. A proposta de lei que apontava para a criação do entreposto foi apresentada por Mariano de Carvalho na Câmara dos Deputados em 18 de Junho (*DCD*, sessão de 18-06-1887, p. 1304), tendo sido aprovada na generalidade a 8 de Julho (*DCD*, sessão de 8-07-1887, p. 1616). Quatro dias depois dava entrada na Câmara dos Pares (*DCP*, sessão de 12-07-1887, p. 667), mas acabou por não ser discutida nesta sessão parlamentar, como era “desejo” do ministro da Fazenda (*DCP*, sessão de 09-08-1887, p. 883).

¹⁰⁴² *Diário Popular*, n.º 7296, 25 de Julho de 1887.

Os lojistas tinham andado quase sempre na esfera de influência dos Reformistas e depois dos Progressistas, muito devido à capacidade de atracção exercida por Mariano de Carvalho que, apesar de tudo, não se perderia por completo nesta altura, como se verá. Porém, o facto dos Republicanos começarem a ocupar cargos de direcção na ACLL, associado ao aparecimento de um concorrente de peso no patrocínio das causas dos lojistas, como era, cada vez mais, o republicano *Século*, gerava estes conflitos. Mais acesos, provavelmente, pela circunstância de os Progressistas, que efectivamente poderiam arrogar-se a “paternidade” da associação, sentirem que a mesma começava a fugir ao seu controle, era permeável a outras “influências” e, no mínimo, era constituída por um conjunto de homens que não se deixavam facilmente “domesticar”, que faziam da sua independência, comercial e política, uma chave-mestra da sua personalidade quer individual, quer colectiva.

Ora os lojistas entendiam que a melhor forma de serem apoiados era através de um alívio fiscal e de maior liberdade de comércio. Eram, aliás, essas as questões que mais os incentivavam a reclamar, como aconteceu no caso da lei de 15 de Julho de 1887 que pretendia criar um sistema de cobrança da contribuição industrial por intermédio de licenças. Uma vez mais, “completamente desembaraçados de quaisquer intuitos meramente políticos”, os lojistas não se coíbam de perguntar onde é que aquela lei poderia levar “se a governação pública cair um dia nas mãos de homens facciosos e opressores?” Não poderiam ser mais contundentes. Escudados na frequente afirmação de não estarem a fazer política, os lojistas acabavam por se transformar numa potente força de protesto, cada vez mais radical e alicerçada, como se viu, quando se analisou a evolução do número de sócios, numa crescente “colectividade” de que se dizia representante. Colectividade essa que, em simultâneo, estava a ser cada vez mais atraída pela atitude veementemente reclamante da ACLL, como a própria acabava por admitir

ao dizer, logo após a sua declaração de princípio contra a política de “corrilho [sic]”, que apesar disso não havia “questões políticas que prendam mais as atenções do povo como são aquelas que se ligam intimamente com as leis e regulamentos tributários”¹⁰⁴³.

Os conflitos gerados pelo choque entre estas duas perspectivas, a do Partido Progressista, agora empenhado no Poder, e a da ACLL, como sempre empenhada na defesa dos interesses dos lojistas, começavam agora a ter impacto no apoio que os lojistas estavam dispostos a dar àquele lado da política que sempre os tinha atraído mais. Não foi certamente por acaso que numa das muitas representações levadas aos poderes públicos no ano de 1887 se fizesse uma comparação com os antigos governos reformistas, do “ex.mo Bispo de Viseu”, para demonstrar que os progressistas estavam agora a contrariar o seu programa de “liberdade” e de “diminuição dos impostos e direitos que tolhem ou dificultam a produção e as transacções”, numa crítica bastante explícita a Luciano de Castro e Mariano de Carvalho que em 1886 tinham reafirmado aquelas intenções constantes do Programa de 1876¹⁰⁴⁴. Estas contradições ou hesitações algo comprometidas dos Progressistas, em determinados momentos chegariam a ser comprometedoras, como se verá ao falar da crise da dissolução das associações em 1894. A inconstância do Partido Progressista no apoio concedido à pequena burguesia comercial de Lisboa não foi benéfica, a curto prazo, para o próprio partido e, a médio/longo prazo, para a Monarquia que assim via fugir um importante pilar social e eleitoral.

Contudo, até ao final da década de 1880 a ACLL não se colocou à margem do regime ou em confronto directo com ele, como o demonstra o facto de ter estado presente no cortejo fúnebre de D. Luís, tal como o fizeram a ACL ou a Associação dos

¹⁰⁴³ ACLL, *Relatório de 1887*, pp. 73-76.

¹⁰⁴⁴ ACLL, *Relatório de 1887*, p. 75; Programa do Partido Progressista de 16 de Dezembro de 1876 e FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”...*, pp. 436-439.

Empregados do Comércio, entre outras associações e corporações¹⁰⁴⁵. Mesmo estando a crescer, a propaganda republicana ainda não era suficiente para alterar definitivamente o posicionamento político e cívico dos lojistas. Cerca de vinte anos depois o panorama será completamente distinto, como se verá ao falar da reacção da ACLL ao regicídio. Para isso contribuíram o reforço do Partido Republicano e da sua propaganda, mas também as acções ou falta delas dos partidos monárquicos.

Contudo, nesta fase e mesmo nos anos seguintes a balança podia ainda pender para qualquer dos lados e a capacidade de mobilização dos Progressistas e, em especial, da figura de Mariano de Carvalho era ainda grande, como o demonstram os acontecimentos do ano de 1889, nomeadamente o reconhecimento oficial da ACLL pelo Governo como instituição representativa ao qual o Poder poderia recorrer para dar a sua opinião em matérias legislativas, de que já se falou, ou a cerimónia de homenagem patriótica prestada aos “actos do Governo” e, em especial, a Barros Gomes em Dezembro, onde até os elementos conotados com o republicanismo, influenciados pelo patriotismo da polémica, concederam o benefício da dúvida aos Progressistas.

A assembleia-geral de 22 de Dezembro de 1889, numa “sala literalmente cheia”, ainda conseguiu congrega a maioria dos sócios, mesmo os que eram Regeneradores ou Republicanos, num apoio aos Progressistas, mas mais do que uma demonstração de alinhamento político, era já um óbvio sinal da importância que o patriotismo iria assumir na mobilização cívica dos lojistas nos tempos seguintes. Como ficou expresso numa moção proposta pelo republicano Rodrigues de Sousa¹⁰⁴⁶, a reunião foi convocada para “registar com louvor o procedimento do governo no incidente colonial” que

¹⁰⁴⁵ *Os Debates*, n.º 383, 26 de Outubro de 1889.

¹⁰⁴⁶ Em Agosto de 1891, Rodrigues de Sousa era membro de uma comissão paroquial republicana de Lisboa que homenageou Latino Coelho após a sua morte (*O Século*, n.º 3439, 30 de Agosto de 1891). Ainda sobre a posição política de Joaquim José Rodrigues de Sousa veja-se *Os Debates*, n.º 439, 22 de Dezembro de 1889 e MATOS, Sérgio Campos, FREITAS, Joana Gaspar (org.), *Correspondência Política de Manuel de Arriaga*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, pp. 256-257.

opunha portugueses e ingleses na região dos Macololos, em Moçambique¹⁰⁴⁷. A resposta do ministro Barros Gomes à insistência britânica em declarar a região um protectorado foi divulgada na imprensa e já tinha levado a uma reunião semelhante da ACL, no dia 17¹⁰⁴⁸. Na ACLL, começando no natural elogio do presidente Pinheiro de Melo, passando pelas frases e propostas dos republicanos e acabando no “mui notável” discurso de Simões de Almeida¹⁰⁴⁹, a reunião seria o último exemplo de demonstração de ampla pluralidade política entre os lojistas, num panorama que gradualmente se estava a inclinar para o republicanismo¹⁰⁵⁰.

No fundo, esta reunião foi talvez a última onde ainda se manteve a noção, aí afirmada por Simões de Almeida, de que na Associação “não há partidos quando se trata da causa comum.”¹⁰⁵¹ Pode, desta forma e simbolicamente, representar o fim de

¹⁰⁴⁷ ACLL, *Boletim*, n.º 26, Janeiro de 1890, pp. 2-6. As motivações da assembleia-geral eram óbvias no anúncio publicado em vários jornais, essencialmente progressistas e republicanos. A reunião era convocada “a pedido de grande número de associados, a fim de manifestar a sua adesão aos actos do governo, que tenham por fim manter a dignidade do país e conservar ilesos os direitos e a soberania de Portugal nos territórios africanos, onde a História, a tradição e os factos lhos têm reconhecido sem exigências nem pressões de poderes estranhos.” Podiam assistir todos os “indivíduos não associados que pertençam ao comércio.” Cf. *O Século*, n.º 2823, 18 de Dezembro de 1889; *Diário Popular*, n.º 8142, 18 de Dezembro de 1889 e *Os Debates*, n.º 438, 21 de Dezembro de 1889. Sobre o conflito veja-se TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Ultimatum Inglês...*, em especial pp. 56-59 e 106.

¹⁰⁴⁸ *Os Debates*, n.º 435, 18 de Dezembro de 1889.

¹⁰⁴⁹ António Joaquim Simões de Almeida nasceu em 1858 e morreu a 6 de Agosto de 1934. Foi director da Associação Comercial de Lisboa, em 1894, e mais tarde seu presidente entre 1897 e 1902. Quando entrou para sócio da ACLL, em 1888, já era sócio da ACL. Deixou a Associação dos Lojistas em 1892, tendo sido presidente da Direcção em 1889-1890. Durante vários anos foi eleito vereador da CML pelo Partido Regenerador. Foi “administrador da Companhia dos Tabacos de Portugal, presidente do Conselho Fiscal do Banco Burnay e director da Companhia de Seguros «Tagus».” Foi, igualmente, presidente honorário da Associação de Socorros Mútuos dos Empregados no Comércio e Indústria e das associações dos Ourives de Prata e dos Ourives de Artes Anexas. Foi um dos fundadores do Asilo-Oficina de Santo António, em Lisboa, e durante alguns anos, colaborador assíduo do *Comércio do Porto* (...). Era comendador da Ordem de Vitória com que foi agraciado por Eduardo VII, quando da sua visita a Portugal.” Cf. *Almanach Commercial de Lisboa para 1889*, Lisboa, Companhia Typographica, 1888, p. 965; *GEPB*, vol. 29, pp. 63-64 e SANTOS, Maria do Rosário e VIEGAS, Inês Morais (coord.), *A evolução municipal de Lisboa...*, pp. 110-112.

¹⁰⁵⁰ ACLL, *Boletim*, n.º 26, Janeiro de 1890, pp. 2-6. As descrições sobre a assistência à reunião, sobre os discursos e o tom de apoio generalizado ao Governo são coincidentes em vários jornais. *Diário Popular*, n.º 8147, 23 de Dezembro de 1889; *Diário de Notícias*, n.º 8608, 23 de Dezembro de 1889 e *O Século*, n.º 2828, 23 de Dezembro de 1889. O discurso do recém-eleito vereador do Partido Regenerador foi até considerado pelo *Diário Popular* como o melhor da tarde, tendo obtido “merecidos e prolongados aplausos de toda a assembleia.”

¹⁰⁵¹ ACLL, *Boletim*, n.º 26, Janeiro de 1890, p. 4.

um ciclo no movimento associativo dos lojistas, caracterizado por uma relativa diversidade de tendências políticas, onde era possível destacar, apesar de tudo, uma certa predominância progressista. O *Ultimatum* e os anos seguintes viriam mudar tudo e a partir daí a influência e preponderância dos republicanos na ACLL, provavelmente, um reflexo da sua importância no conjunto dos lojistas, não mais parou de subir. Algumas hesitações e incongruências dos progressistas, provavelmente, naturais num partido de regime e de alternância governativa, tinham aberto “meia porta” aos republicanos, para recorrer à terminologia de protesto frequentemente usada pelos lojistas; a crise política e financeira do período pós-*Ultimatum* acabaria por escancarar as portas das lojas ao patriotismo e à propaganda, misturados com um radicalismo que, aparentemente, nunca tinha deixado de existir¹⁰⁵², conjugando-se para começar a moldar um caminho rumo ao republicanismo que os lojistas de Lisboa então começaram a percorrer e para o qual o governo regenerador iniciado em 1893, a dissolução das associações em Janeiro de 1894 e a legislação eleitoral de João Franco de 1895 acabariam por dar um impulso definitivo.

Sobre isso se falará a seguir, com um detalhe mais apurado procurando realçar, pois é essa a perspectiva que aqui se defende, a importância que o período entre 1890 e 1894/95 teve na mutação do alinhamento político dos lojistas de Lisboa.

Uma associação com “um honroso timbre: é patriota” (1890)

No ano de 1890, o conjunto de assembleias-gerais da Associação revelam uma tendência clara para o avolumar do radicalismo e da influência republicana. Nesta altura, talvez até mais do que os “interesses de classe”, foram os valores “patrióticos” e

¹⁰⁵² Para Rui Ramos não foram o *Ultimatum* de Janeiro de 1890 e a quebra dos câmbios de Julho de 1891 que potenciaram o “radicalismo” na sociedade portuguesa, pelo contrário, a agitação política que então se viveu é que era o resultado do “radicalismo” nunca ter deixado de existir. Cf. RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 178 e seguintes. No que aos lojistas diz respeito, a afirmação parece fazer sentido.

a política a eles associados a fazer “regurgitar” de sócios as salas da ACLL. Facto, aliás, reconhecido pela imprensa, onde era declarado que “à Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa cabe-lhe este honroso timbre: é patriota.”¹⁰⁵³ Essa evidência ressalta igualmente da análise feita às presenças dos sócios nas diversas sessões onde, com a excepção da contestação aos impostos, foi a retórica do patriotismo, depois associada à oposição ao governo Regenerador, a fazer os lojistas deixar o balcão para acorrer ao Palácio Bessone, sede da ACLL (Anexo 4).

O timbre era efectivamente merecido, pois a associação foi a primeira a realizar uma sessão de protesto contra o *Ultimatum*, contra o “conflito provocado pela Inglaterra”, expressão retirada do anúncio convocatório da assembleia-geral extraordinária a realizar no dia 15 de Janeiro e para a qual foram “convidados a assistir (...) todos os lojistas e comerciantes, sejam ou não associados.”¹⁰⁵⁴ Com data de 13 de Janeiro, ou seja, apenas um dia depois das primeiras manchetes sobre a “infâmia” inglesa, a convocatória tinha surgido na sequência de desejos manifestados logo no próprio dia 11 por “alguns comerciantes de Lisboa” que, na opinião dos republicanos, projectavam “promover uma reunião da sua classe para resolverem acerca do modo como devem protestar contra a vilania da Inglaterra para com Portugal e contra o procedimento cobarde dos ministros do rei.”¹⁰⁵⁵

O primeiro objectivo apontado para a reunião estava de acordo com o anúncio depois publicado, já o segundo resultava de um acréscimo do jornal republicano *Os Debates*, por forma a dar a entender que até uma associação muito ligada aos

¹⁰⁵³ *Jornal do Comércio*, n.º 11028, 4 de Setembro de 1890.

¹⁰⁵⁴ *Os Debates*, n.º 459, 13 de Janeiro de 1890 e TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Ultimatum Inglês...*, pp. 110-111. O autor refere que “o papel de maior relevo” na agitação patriótica contra o *Ultimatum* “coube sem dúvida ao comércio”, dando como exemplo a reunião de 20 de Janeiro da ACL. Contudo, quando esta ocorre, os Lojistas tinham já realizado a sua assembleia-geral 5 dias antes. Cf. *Diário de Notícias*, n.º 8629, 14 de Janeiro de 1890. O jornal chamava a atenção para a reunião da ACLL do dia 15, da qual publicava o respectivo anúncio. Referia também que alguns sócios da ACL estavam ainda a pressionar a direcção no sentido daquela associação realizar uma reunião para tratar “do mesmo assunto”.

¹⁰⁵⁵ *Os Debates*, n.º 458, 12 de Janeiro de 1890 e n.º 459, 13 de Janeiro de 1890.

Progressistas, como sempre tinha sido a dos Lojistas, se colocava contra o governo “do rei”, contra o ainda governo de Luciano de Castro, o que já não correspondia inteiramente à verdade, pelo menos naquela altura. A oposição ao ministério será evidente, isso sim, após a nomeação dos regeneradores e, em especial, no seguimento da dissolução da CML, a 10 de Março¹⁰⁵⁶.

A sessão de 15 de Janeiro decorreu com “a sala e todas as dependências completamente cheias de sócios e comerciantes”, tendo sido apresentadas 14 propostas de “enérgico protesto” contra a Inglaterra. No conjunto, foram sendo defendidas muitas ideias para uma “guerra comercial” aos ingleses, “à frente” da qual se deveria colocar a ACLL, em representação do comércio de Lisboa, segundo Marques da Costa. As medidas preconizadas passavam pelo aumento das taxas alfandegárias sobre os produtos ingleses, a denúncia do “tratado de aliança com a Inglaterra”, a não realização de novos contratos de comércio com firmas inglesas, a exigência da “declaração da nossa moeda e dos nossos pesos e medidas” nas facturas, o estabelecimento ou o reforço das relações comerciais com os Estados Unidos e o Brasil, entre outras iniciativas¹⁰⁵⁷.

Contudo, ao lado da utopia, do patriotismo e do orgulho ferido, estava também o pragmatismo dos lojistas. Apesar de se pedirem restrições ao uso da libra e que fossem decretadas “sem valor as moedas inglesas em circulação”, fazia-se a ressalva de que tal só deveria acontecer depois de “passado o indispensável tempo para as recolher”. Os protestos deveriam ser “enérgicos, mas prudentes”, até porque “não era possível cortar de vez e em tudo as relações com o comércio inglês.” Mesmo quando o radicalismo levava à proposição de medidas mais extremas, como o encerramento das “portas de

¹⁰⁵⁶ Este episódio será desenvolvido mais à frente.

¹⁰⁵⁷ ACLL, *Boletim*, n.º 27, Fevereiro de 1890, pp. 2-8. As descrições sobre a reunião da ACLL apareceram em vários jornais e são, em grande medida, coincidentes com as actas publicadas. *Diário de Notícias*, n.º 8631, 16 de Janeiro de 1890; *Jornal do Comércio*, n.º 10839, 16 de Janeiro de 1890; *Os Debates*, n.º 462, 16 de Janeiro de 1890; *O Século*, n.º 2851, 16 de Janeiro de 1890 e *Diário Popular*, n.º 8168, 16 de Janeiro de 1890.

todos os estabelecimentos, quando entrar a esquadra inglesa no Tejo”, era logo acompanhado por uma certa moderação que levava a defender a conservação de apenas “meia porta fechada durante todo o tempo que ela estacionar no nosso porto”¹⁰⁵⁸. Para alguns, acima do patriotismo estava a clientela quotidiana.

A meio da reunião entraram na sala uma comissão de membros da Associação Académica e uma outra de jornalistas presidida por Fialho de Almeida, tendo este apresentado à assembleia “a ideia de uma subscrição nacional”, pedindo a colaboração da ACLL para fazer vingar a proposta, embrião da futura subscrição que levaria à aquisição do cruzador *Adamastor*. Entre vivas, saudações e declarações “entusiasticamente” recebidas pelos lojistas, nota-se o aproveitamento republicano do momento de comoção patriótica, introduzindo o sócio Matias Alves Aguiar a nota radical da noite, já depois da saída das comissões, ao pedir, juntamente com as facturas aporuguesadas, uma “lei de responsabilidades” administrativas e ministeriais, uma “lei de incompatibilidades” que evitasse que ministros fossem “directores de empresas (...) ou companhias”, uma “mais ampla” liberdade de reunião e o julgamento “por júri” dos “crimes de imprensa”. A influência republicana na proposta, bem como provavelmente na tendência política da maioria dos presentes, se dúvidas houvessem depois das temáticas abordadas, ficou atestada pelo facto do seu autor ter sido incluído na, então, nomeada “Comissão do Ultimatum” que, apesar de presidida por um sócio ligado ao Partido Progressista, Joaquim Dias Ferreira, contava com mais 4 republicanos, num total de 5 em 7, incluindo Inácio Magalhães Bastos, José Cupertino Ribeiro, Saraiva Lima e António Cardoso de Oliveira¹⁰⁵⁹.

É óbvio que esta composição não pode ser generalizada para o conjunto dos sócios da ACLL pois, além de outros aspectos, não considera a presença de lojistas conotados

¹⁰⁵⁸ ACLL, *Boletim*, n.º 27, Fevereiro de 1890, pp. 3, 5, 6 e 8.

¹⁰⁵⁹ Fazia ainda parte da referida comissão António Caetano Macieira, também, conotado com os progressistas. ACLL, *Boletim*, n.º 27, Fevereiro de 1890, pp. 4-8.

com os Regeneradores, de que Simões de Almeida, à época ainda presidente da Direcção, seria o caso mais relevante. Contudo, tendo em conta a análise já feita à composição política do conjunto dos corpos gerentes e, inclusive, à polémica associativa que levará à destituição deste sócio do cargo directivo que ocupava desde 1889, como se terá oportunidade de observar de seguida, talvez se possa considerar pelo menos como mais um sinal da crescente republicanização e radicalização do discurso da associação.

Os lojistas, como é óbvio, não foram os únicos a exprimir o seu patriotismo. A reunião da ACL no dia 20 esteve também muito concorrida, não sendo possível ao jornalista do *Século*, por exemplo, “entrar na sala, tal era a quantidade de sócios”. Apesar de animada, inclusive por alguns sócios que também pertenciam aos Lojistas, a moção votada no final era bem menos radical, e mais realista, do que as apresentadas no Palácio Bessone, falando laconicamente em limitar “quanto caiba em suas forças as relações mercantis” com a Inglaterra¹⁰⁶⁰. Nas descrições desta assembleia, contudo, importa destacar a afirmação do *Diário Popular* de “que a justa curiosidade que [o país] sentia por ouvir a voz do grande corpo comercial foi plenamente satisfeita.”¹⁰⁶¹ A declaração deixava no ar uma dupla interpretação. Por um lado, esta associação demorou alguns dias a reagir à polémica e quando o fez, já com os Regeneradores no poder, foi menos radical, ao contrário da ACLL que reagiu no dia imediatamente seguinte, de forma mais emotiva. Por outro lado, a sua reacção gerara expectativa, demonstrando que era, sem dúvida, a associação mais representativa no que dizia respeito ao mundo dos negócios, aquele que podia ter influência na política.

No fundo, o pioneirismo no protesto não significava que a ACLL fosse a “voz” mais aguardada, mesmo tendo em conta a sua crescente influência e o aumento do

¹⁰⁶⁰ *O Século*, n.º 2856, 21 de Janeiro de 1890.

¹⁰⁶¹ *Diário Popular*, n.º 8173, 21 de Janeiro de 1890.

número de sócios. Nos meios políticos era ainda a opinião da grande burguesia que contava, ou, pelo menos, assim era afirmado pelos progressistas. Contudo, muito provavelmente, como se pode observar, inclusive, pelo desejo formulado por Marques da Costa, este era um sinal de uma exigência de maior protagonismo político e cívico por parte da pequena burguesia comercial lisboeta que, aliás, se vai repetir e mesmo avolumar ao longo do ano. A pretensão desse reconhecimento pode ser outra das perspectivas de interpretação para as várias ondas de polémica geradas na sequência do *Ultimatum* ao longo do ano de 1890.

Após a aparente unidade associativa ainda visível nas reuniões sobre o *Ultimatum*, a ACLL passou pela sua maior e mais significativa crise interna, despoletada pela dissolução da vereação lisboeta, já referida, a que pertenciam três sócios, levando a conflitos internos nos corpos gerentes e à saída do presidente da direcção, António Joaquim Simões de Almeida, conotado com o Partido Regenerador. Na base deste processo esteve o facto de ter sido o único dos vereadores eleitos em Novembro de 1889 a aceitar integrar a comissão administrativa nomeada pelo governo. De referir que, entre os restantes vereadores, contavam-se, ainda, Sebastião Correia Saraiva Lima e Domingos Luís Coelho da Silva, assumidos republicanos¹⁰⁶², o que, associado as influências políticas externas, acabaria por trazer para o seio da colectividade as polémicas logo geradas na imprensa, onde o progressista *Diário Popular* e o republicano *Século* não poupavam insultos ao vereador da CML / director da ACLL, agora apelidado de “Judas de Almeida”¹⁰⁶³.

¹⁰⁶² Na lista de 10 nomes indicados pelos republicanos como candidatos a vereadores, além dos já referidos, aparecia também o sócio António Cardoso de Oliveira que não foi eleito. *Os Debates*, n.º 384, 27 de Outubro de 1889; SANTOS, Maria do Rosário e VIEGAS, Inês Morais (coord.), *A evolução municipal de Lisboa...*, pp. 112-113.

¹⁰⁶³ A expressão é do jornal de Mariano de Carvalho (*Diário Popular*, n.º 8218, 12 de Março de 1890). O radicalismo do progressista chegava a ultrapassar a melhor retórica republicana, logo denunciado pelos regeneradores, sem que alguma vez se tenham referido à polémica interna na ACLL (*A Tarde*, n.º 310, 12 de Março de 1890) Foram consultados vários números deste jornal e do *Diário Ilustrado* depois da

No dia 11 de Março, na tomada de posse da comissão administrativa municipal, um conjunto de sócios “requereu a convocação imediata da assembleia-geral, a fim de propor a expulsão do sr. Simões de Almeida de presidente daquela agremiação.” O requerimento foi assinado por 10 sócios, 4 dos quais republicanos. Para os restantes não foi possível definir a respectiva tendência política, porém, o facto de ter sido anunciado no jornal *Século* um dia antes de ter sido entregue na ACLL aponta claramente para uma pressão republicana em torno da questão política da dissolução da CML¹⁰⁶⁴. Aliás, aquele documento só seria publicado na acta da sessão de 23 de Abril, por proposta de um conjunto de sócios, igualmente ligados ao republicanismo, que não tinham concordado com a sua não publicação na acta de 17 de Março, opção tomada por Pinheiro de Melo e João Marques da Costa, filiados ao Partido Progressista e ao Partido Regenerador, por entenderem que era um “assunto melindroso”¹⁰⁶⁵.

Na assembleia-geral de 17 de Março, numa “sala completamente cheia”, com 210 sócios presentes, e após uma “acalorada discussão” foi, então, retirado o mandato a Simões de Almeida por 205 votos a favor e algumas abstenções¹⁰⁶⁶. O acto, nunca antes ou depois observado na relativamente sossegada vida associativa interna da ACLL, representou um primeiro sinal, muito evidente, de que a imediata consequência do crescente radicalismo da ACLL era o afastamento em relação aos Regeneradores. Para além disso, tal como aconteceria alguns dias depois, nas eleições de deputados, das quais esta polémica não pode ser dissociada, esse radicalismo era impulsionado pelos progressistas que desta forma procuraram, muito provavelmente, voltar a fortalecer o

assembleia-geral dos lojistas de 17 de Março e nunca a questão da destituição, desconfortável para os regeneradores, foi abordada.

¹⁰⁶⁴ *O Século*, n.º 2905, 12 de Março de 1890.

¹⁰⁶⁵ ACLL, *Boletim*, n.º 30, Maio de 1890, pp. 2-3.

¹⁰⁶⁶ A acta da sessão aponta o número de sócios presentes. O número de votos foi dado pelos jornais, sendo que o *Diário Popular* apontou um total de 207. ACLL, *Boletim*, n.º 29, Abril de 1890, p. 4; *Diário de Notícias*, n.º 8691, 18 de Março de 1890; *O Século*, n.º 2911, 18 de Março de 1890 e *Diário Popular*, n.º 8224, 18 de Março de 1890

controlo sobre uma associação de classe que agora, mais do que nunca, em virtude do seu crescimento recente, poderia ser útil nos manejos políticos lisboetas.

Após o incidente com Simões de Almeida, a eleição dos novos corpos gerentes acabaria por trazer uma novidade absoluta na distribuição dos cargos pois, numa associação onde sempre tinham figurado “homens de todos os partidos”, foram, a partir deste ano, arredados os que pertenciam ao «conservador-liberal», o Regenerador. Porém, tal como nas eleições de deputados em Lisboa, se venciam os radicais contra os conservadores, isso não quer dizer que tivessem ganho os progressistas que se aliaram aos primeiros. Efectivamente, analisando a composição da Assembleia-Geral e da Direcção entre 1889 e 1890, a única tendência política a subir foi precisamente a republicana que ocupava agora 6 dos 11 lugares disponíveis, contra apenas 3 progressistas¹⁰⁶⁷. Assim, para as eleições dos corpos gerentes da ACLL talvez se possa seguir a mesma interpretação que foi dada por Rui Ramos para as eleições gerais de 30 de Março. Nessa data “viu-se até onde os Progressistas estavam dispostos a ir. Em Lisboa, os primeiros quatro lugares foram ganhos por um Progressista e três Republicanos. Percebeu-se logo que a direcção Progressista dera ordens aos seus partidários para votarem nos candidatos Republicanos, de modo a poder declarar o resultado como um «desastre para a monarquia».”¹⁰⁶⁸

Se no caso das eleições para deputados o objectivo era pregar um susto à Monarquia, no dos corpos gerentes da ACLL a estratégia progressista foi contraproducente pois até ao final do ano esta foi sempre dominada pelo republicanismo e isso não pareceu assustar os lojistas de Lisboa, bem pelo contrário, como se verá mais à frente. Mais importante do que isso parece ser a hipótese destas duas estratégias

¹⁰⁶⁷ Para dois dos directores não foi possível apurar informações adicionais que permitissem aferir a sua tendência política. Em 1889 a distribuição, além dos mesmos dois sócios, era a seguinte: 2 regeneradores, 4 progressistas e 5 republicanos.

¹⁰⁶⁸ RAMOS, Rui, *D. Carlos*, p. 64. Veja-se ainda ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Comportamentos eleitorais em Lisboa...”, pp. 132 e 135.

poderem ter criado um precedente que acabaria por se virar, a médio prazo, contra os progressistas e, a longo prazo, a favor da tendência republicana entre os lojistas, num caminho em que 1894 será o ponto culminante, pois nesse ano José Pinheiro de Melo e a sua ACLL, despeitados com a falta de apoio dos progressistas na questão dos impostos e, principalmente, na polémica da dissolução das associações, optaram uma vez mais pelo apoio às listas republicanas.

Para já, a influência do republicanismo fazia-se sentir num retomar da onda de contestação aos ingleses e aos governos que com eles dialogavam. A rapidez de resposta da ACLL em relação aos momentos de comoção patriótica foi novamente notada no Verão de 1890, na reacção ao “tratado anglo-luso” de 20 de Agosto. A 29 desse mês foi publicado um anúncio convocatório para uma assembleia-geral onde supostamente se deveria discutir uma questão relativa a uma postura municipal, a pedido de “onze senhores associados” e, igualmente, “resolver sobre a conveniência e oportunidade de se representar contra as disposições do recente tratado anglo-luso, na parte em que possam afectar os interesses do comércio e indústria nacionais.”¹⁰⁶⁹

Por trás desta convocatória, escudada em interesses de classe que, aliás, não chegariam sequer a ser discutidos, o que a partir desta altura se tornaria uma prática relativamente frequente na vida associativa dos lojistas, escondia-se a verdadeira intenção de protesto contra o tratado e de crítica ao governo Regenerador¹⁰⁷⁰. No fundo, um sinal mais do progressivo distanciamento que se sentia entre a ACLL e o lado mais conservador da política nacional e da crescente identificação com a propaganda

¹⁰⁶⁹ O anúncio foi publicado em vários jornais em simultâneo, no que era uma estratégia de comunicação frequente da ACLL para conseguir congregar na “enorme” (*O Século*, n.º 3098, 21 de Setembro de 1890) sala da sua sede um grande número de sócios e outros comerciantes. *O Século*, n.º 3077, 31 de Agosto de 1890, *Diário Popular*, n.º 8383, 31 de Agosto de 1890 e *Diário de Notícias*, n.º 8859, 3 de Setembro de 1890. Ver ainda ACLL, *Boletim*, n.º 34, Setembro de 1890, p. 8.

¹⁰⁷⁰ Isso mesmo ficou demonstrado pela proposta de Magalhães Basto, quando se deu início à reunião no dia 3 de Setembro, “para em primeiro lugar se tratar da questão inglesa, o que é aprovado unanimemente” e “com grande entusiasmo”. *O Século*, n.º 3081, 4 de Setembro de 1890 e ACLL, *Boletim*, n.º 35, Outubro de 1890, p. 2.

republicana. Contudo, nesta altura, como se notará igualmente noutros momentos, a aproximação ao republicanismo e a posição menos ordeira da ACLL eram também influenciadas por uma visível incapacidade dos Progressistas em retomar as rédeas dos acontecimentos, no que ao enquadramento político dos lojistas dizia respeito, o que, aliado a uma postura radical de alguns dos seus sectores sempre que estavam em oposição, com o tempo muito terá contribuído, pela volubilidade de algumas das suas acções e comentários, para o crescimento do republicanismo latente na classe¹⁰⁷¹.

As duas vertentes acabaram por ficar espelhadas no decorrer da assembleia-geral. Contudo, já antes da reunião ter lugar se adivinhava a orientação política da mesma quando o *Século* afirmou que na assembleia deveria ser discutida a defesa da “honra nacional” e não apenas os “interesses de classe”, ou quando o *Diário Popular* declarou, ao anunciar a sessão e ao apelar à participação dos lojistas, que “nas presentes circunstâncias toda a abstenção é um crime.” Dias antes desta declaração, aliás, já falava sobre a preparação de reuniões de protesto “contra o ignominioso tratado feito em 20 de Agosto” pela ACL e a ACLL, procedimento que considerava “digno por parte do honrado comércio de Lisboa”¹⁰⁷². No fundo, os progressistas “aproveitaram-se” do tratado de Agosto de 1890 para guerrear o Partido Regenerador, tal como os regeneradores tinham feito com o *Ultimatum* de Janeiro¹⁰⁷³. Entre uns e os outros movimentava-se, por entre a classe lojista e com relativo à-vontade, a propaganda republicana.

Na reunião foram vários os discursos e moções apresentadas, ficando decidida a elaboração de “uma representação enérgica” a levar ao Parlamento. Curioso é o facto da

¹⁰⁷¹ Sobre as dificuldades políticas dos progressistas e a sua tentativa de recuperar o protagonismo através de uma postura ainda mais radical, veja-se RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, pp. 183-184; RAMOS, Rui, *D. Carlos*, pp. 63-64 e FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”...*, pp. 554-559. Neste aspecto, os lojistas, como se verá, eram uma peça fundamental pela sua capacidade de mobilização e pelo radicalismo das suas posições.

¹⁰⁷² *O Século*, n.º 3078, 1 de Setembro de 1890; *Diário Popular*, n.º 8383, 31 de Agosto de 1890 e n.º 8386, 3 de Setembro de 1890.

¹⁰⁷³ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 141.

acta publicada, como era usual, no *Boletim* não transcrever qualquer dos discursos, nem as moções aprovadas, o que já não era nada habitual¹⁰⁷⁴. A observação dos jornais permite perceber a razão principal desta lacuna: o tom revolucionário da reunião que, como é óbvio, muito agradou aos republicanos, foi suficientemente radical para elevar a extremos os comentários críticos da imprensa regeneradora e embaraçoso o suficiente para, muito provavelmente, levar a nova Direcção, onde apesar da maioria republicana a presidência e vice-presidência ainda eram ocupadas por Progressistas, a uma cautelosa e bastante resumida publicação¹⁰⁷⁵. Para mais quando no próprio *Boletim* tinha sido publicado, alguns meses antes, o decreto de 29 de Março que, entre outras regras sobre o direito de reunião e associação, impunha pena de dissolução às agremiações onde “se exponham ideias tendentes a derrubar o sistema monárquico” ou “se profiram discursos (...) que envolvam ofensa ao Rei, à Rainha” ou a outras instituições¹⁰⁷⁶. Lendo a imprensa, percebe-se os cuidados dos directores.

O *Século* elogiava tanto os oradores, alguns classificados como “nosso[s] amigo[s]”, pelas suas “palavras quentes, apaixonadas, patrióticas”, como a assistência, pelos “vivas e bravos” com que brindava cada discurso. As ameaças e o tom radical subiam a cada novo orador. Os mais inflamados, num espírito “democrata”, apelavam à “resistência popular”, ao fecho de “meia porta dos seus estabelecimentos”, a manifestações de lojistas no Terreiro do Paço e junto ao Parlamento ou, mesmo, “*para se fazer mais alguma coisa!*” que ficava subentendida através da transcrição do discurso do “cidadão” João Gonçalves, merceeiro de tendências revolucionárias, que, segundo o jornal, aplaudido “entusiasticamente” pela assembleia, terá proferido “palavras patrióticas” mostrando “que é preciso acabar com isso que para aí está, que é a ruína

¹⁰⁷⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 35, Outubro de 1890, pp. 1-2.

¹⁰⁷⁵ Os sócios em causa eram Luís Diogo da Silva e João Baptista Gregório de Almeida. Sobre as ligações dos mesmos ao Partido Progressista, veja-se *Diário Popular*, n.º 8474, 1 de Dezembro de 1890 e n.º 8809, 12 de Novembro de 1891; *O Século*, n.º 4305, 18 de Janeiro de 1894.

¹⁰⁷⁶ ACLL, *Boletim*, n.º 30, Maio de 1890, pp. 7-8.

moral e material da nação. Entende que nos protestos do povo, não se deve recuar; o país há-de ir onde for preciso ir.” Ou seja, era a Monarquia a causa da crise e a solução passava pela Revolução¹⁰⁷⁷. É preciso dizer que nesta altura já tinha sido aprovado o adicional de 6% sobre os impostos e que, em Lisboa, devido a um surto de cólera, as mercearias estavam a ser alvo de fortes medidas fiscalizadoras¹⁰⁷⁸.

Apesar de mais comedido na apresentação da retórica revolucionária de uma sala que “regurgitava de sócios”, o agora “independente” *Diário Popular* destacava a “energia” dos discursos, muito aplaudidos, e a “firme disposição” dos lojistas em contrariar a aprovação do tratado “por todos os meios”¹⁰⁷⁹. A “imponência” e o tom radical da reunião foram igualmente destacados por outros periódicos, inclusive, registando ameaças de “pancada” para por “na ordem o Parlamento” e gritos de “venha a revolução”. Algo que, pelos vistos, não era exclusivo da presente reunião da ACLL pois, segundo o *Jornal do Comércio*, era já “constante” a “sua intervenção em todas as questões de vitalidade nacional”¹⁰⁸⁰.

Naturalmente, da parte dos Regeneradores o ataque foi igualmente enérgico, confirmando claramente o tom republicano do patriotismo dos lojistas. A reunião não tinha qualquer sentido, uma vez que o tratado “em nada os lesa ou prejudica.” De notar a chamada de atenção para a perspectiva localista e restrita da acção dos lojistas que, sendo uma forma de diminuir a sua importância social, muito característica nos jornais ligados ao Partido Regenerador, tinha o condão de radicalizar ainda mais o discurso de um conjunto de indivíduos que, claramente, pretendiam desenvolver o seu papel cívico na proporção dos seus quantitativos sociais ou, pelo menos, associativos. Talvez por

¹⁰⁷⁷ *O Século*, n.º 3081, 4 de Setembro de 1890. É preciso dizer que nesta altura já tinha sido aprovado

¹⁰⁷⁸ As autoridades estavam a ser particularmente exigentes com os bens alimentares o que implicava uma consequente atenção sobre aquelas lojas, principal fonte de recrutamento dos sócios da ACLL. *O Século*, n.º 3014, 29 de Junho de 1890 e RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 184.

¹⁰⁷⁹ *Diário Popular*, n.º 8387, 4 de Setembro de 1890. Sobre a suposta “independência” do periódico, veja-se FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”...*, p. 559.

¹⁰⁸⁰ *Jornal do Comércio*, n.º 11028, 4 de Setembro de 1890 e *Diário de Notícias*, n.º 8860, 4 de Setembro de 1890. O relato deste último ficava-se pela referência à “imponência” da assembleia-geral.

isso, não seja de estranhar que os seus discursos fossem caracterizados por uma retórica de “sabor jacobino” e que a iniciativa de protesto decidida fosse rotulada de mera “manifestaçãozinha republicana”. O desdém pelos lojistas e pelas suas atitudes começava a ser uma nota marcante entre os Regeneradores, não hesitando em apelidar de “velhacos e intrujões” os “srs. lojistas de venda a retalho”, por meterem o patriotismo debaixo do balcão, sempre que vendiam produtos de origem inglesa nas suas lojas¹⁰⁸¹.

Contudo, a retórica regeneradora tinha como pano de fundo a defesa contra o que parecia ser já uma evidência. Pelo crescendo de contestação que o tratado estava a suscitar, era uma questão de sobrevivência, de luta pela permanência no Governo que motivava, muito provavelmente, o tom exaltado da sua imprensa. Não era obviamente apenas a ACLL a protestar, aliás, foi o país inteiro a defender os “brios” ofendidos pelos ingleses e pela “aberração criminosa” da diplomacia portuguesa, personificada por Barjona de Freitas, representante do Governo nas negociações com a Inglaterra¹⁰⁸². Quando o tratado foi apresentado no Parlamento, a 15 de Setembro, “as galerias estavam cheias de provocadores. As associações comerciais, as sociedades operárias, os clubes de recreio, as câmaras municipais, os estudantes protestavam. Ao Parlamento tinham chegado 135 representações contra o tratado.”¹⁰⁸³ Os lojistas cumpriram parte das suas promessas revolucionárias, as lojas de Lisboa foram fechadas, da parte da tarde, “em sinal de revolta”, parecendo domingo nas ruas da Baixa, e foi mobilizada para o protesto uma franja significativa da pequena burguesia e do “povo” de Lisboa,

¹⁰⁸¹ *Diário Ilustrado*, n.º 6259, 5 de Setembro de 1890 e n.º 6262, 8 de Setembro de 1890; *A Tarde*, n.º 469, 5 de Setembro de 1890 e n.º 471, 8 de Setembro de 1890. Sobre as críticas dos Regeneradores veja-se ainda *Diário Popular*, n.º 8389, 6 de Setembro de 1890.

¹⁰⁸² Os insultos a Barjona de Freitas, aliás, ocupam uma parte muito significativa da representação que a ACLL dirigiu ao Parlamento. Cf. ACLL, *Boletim*, n.º 35, Outubro de 1890, pp. 3-6.

¹⁰⁸³ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, pp. 142-143 e 182-183.

como é possível verificar pelas adesões à representação da ACLL e pelas descrições na imprensa¹⁰⁸⁴.

O governo acabou por não resistir e foi substituído pelo primeiro ministério chefiado pelo general João Crisóstomo. Quando a exacerbação patriótica voltou a estimular os lojistas, nesse conturbado ano de 1890, por intermédio da reacção ao *Modus Vivendi*, de 14 de Novembro, a ACLL não se coibiu de recolher os louros por aquilo que considerava ter sido uma vitória da “opinião pública” contra a “consciência de Vossa Majestade”, à qual tinha imposto a demissão do “gabinete presidido pelo Sr. Conselheiro António de Serpa Pimentel”¹⁰⁸⁵. Era o exagero próprio de uma associação que estava a ver crescer de forma muito significativa o seu número de associados, fruto da contestação patriótica e, igualmente, da defesa dos interesses de classe, como se verá a seguir, mesmo que as duas vertentes tivessem conotações e influências políticas óbvias. Contudo, não era uma noção muito irrealista pois a capacidade de mobilização conjunta desta e de outras associações, sem esquecer a ACL, era bastante significativa, como parece depreender-se dos exemplos dados e da reacção virulenta dos jornais regeneradores.

No final do ano, então, o “patriotismo” dos lojistas ficou uma vez mais confirmado pois, apesar de publicado a 20 de Novembro no *Diário do Governo* e de ter

¹⁰⁸⁴ A representação dos lojistas, entre outros apoios, conseguiu congrega as seguintes associações: dos Empregados no Comércio e Indústria, dos Empregados no Comércio de Lisboa, Industrial de Lojistas de Calçado, Comercial dos Empresários dos Açougues de Lisboa, dos Alfaiates de Lisboa, Ateneu Comercial, de Socorros Mútuos Lisbonenses, dos Carpinteiros, Pedreiros e Artes Correlativas e dos Manipuladores de Pão. Além do n.º 35 do *Boletim*, vejam-se os seguintes jornais: *Diário Popular*, n.º 8393, 10 de Setembro de 1890; n.º 8395, 12 de Setembro de 1890 e n.º 8400, 17 de Setembro de 1890; *O Século*, n.º 3088, 11 de Setembro de 1890 e n.º 3089, 12 de Setembro de 1890. Sobre o ambiente vivido no dia 15 de Setembro veja-se, por exemplo, *A Tarde*, n.º 477, 15 de Setembro de 1890; *O Século*, n.º 3093, 16 de Setembro de 1890 e *Diário Popular*, n.º 8399, 16 de Setembro de 1890.

¹⁰⁸⁵ O argumento da ACLL andava próximo do que já tinha sido publicado na imprensa logo em Setembro. Cf. TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Ultimatum Inglês...*, p. 149. A referência consta da representação de protesto da Associação de Lojistas, congregando as mesmas colectividades da campanha de Setembro, resultado de mais uma animada assembleia-geral, realizada no dia 1 de Dezembro e desta feita completamente ignorada pelo *Boletim*, na qual ficou decidida uma “nova campanha, resolvendo representar energicamente aos poderes públicos contra aquele documento vergonhoso”. *O Século*, n.º 3171, 3 de Dezembro de 1890 e ACLL, *Boletim*, n.º 39, Fevereiro de 1891, pp. 2-5.

sido recebido “tranquilamente” pela restante opinião pública¹⁰⁸⁶, o convénio, segundo Teixeira Bastos, mereceu os “protestos calorosos” dos estudantes da Academia de Lisboa e das associações de comércio (do pequeno comércio, acrescente-se) que foram dos poucos a reclamar. Os delegados destas últimas, “reunidos em sessão extraordinária na sala da Associação Comercial dos Lojistas, (...) lavraram um solene voto de reprovação e censura, e resolveram publicar e distribuir profusamente um manifesto ao país”¹⁰⁸⁷. Aparentemente, “mais inconformados do que os lojistas de Lisboa” só Cecil Rhodes e a British South Africa Company¹⁰⁸⁸.

Contudo, nem só de patriotismo se fez o ano de 1890 e entre o *Ultimatum* e o Tratado Anglo-Luso, para além da exoneração de Simões de Almeida, a ACLL ocupou-se fundamentalmente de um pedido de legislação sobre o inquilinato comercial, do protesto contra o adicional de 6% lançado por João Franco e, passada a febre anti-inglesa do Verão, da contestação de uma postura com novas licenças sobre vitrinas, tabuletas e candeeiros. Nos dois últimos casos, para além das exigências já rotineiras sobre a moralidade e as economias que deveriam ser apanágio do Estado, antes de se lançarem impostos, e das queixas sobre as injustiças e desigualdades criadas por uma percentagem geral ou uma taxa municipal lançadas “sem distinção de pequenos ou grandes”, o que merece destaque é, por um lado, o reforço do tom radical do seu discurso e, por outro, um conjunto de sinais claros de afastamento ou, pelo menos, de forte contestação à atitude dos políticos Progressistas, inclusive, com reflexos visíveis na alteração da tendência política em alguns lojistas.

A aprovação do adicional de 6% pelos deputados ocorreu a 11 de Julho, após uma maratona oratória de quatro dias do progressista Francisco José Machado, contando

¹⁰⁸⁶ TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Ultimatum Inglês...*, pp. 149-150.

¹⁰⁸⁷ BASTOS, Teixeira, *A Crise*, Porto, Casa Editora M. Lugan, Sucessor, 1894, p. 53. O manifesto encontra-se no n.º 39 do *Boletim*, já citado.

¹⁰⁸⁸ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 143.

com a oposição de progressistas, republicanos e de Augusto Fuschini¹⁰⁸⁹. Apesar disso ou por isso mesmo, os lojistas entendiam que deveriam insistir no protesto, agora com uma representação aos Pares. Na assembleia-geral de 18 de Julho, radicalismo e republicanismo andaram de mãos dadas, tendo sido apresentadas várias moções a propor a recusa “ao pagamento de semelhante tributo”, depois retiradas da votação, mas não das actas, onde foram ainda registadas várias vozes concordantes com “o seu pensamento”. Segundo os lojistas, eram sempre os mesmos, os pequenos, a pagar pela falta de “moralidade na administração pública”, “pelas obras que se estão fazendo em muitos palácios reais” e até pela “construção de uma estrada para uso especial de uma família”. As críticas à Monarquia dificilmente poderiam ser mais claras e nem o governo, como seria de esperar, era esquecido. Recorrendo à memória de Fontes Pereira de Melo, um sócio afirmava que “o povo não pode nem deve pagar mais” e que os novos impostos só eram lançados porque “não é perfeitamente um governo liberal o que está à testa do país”. Aos lojistas competia não só representar, mas também protestar mais vivamente “porque o governo tem medo das manifestações públicas”. O tom radical da reunião levou mesmo à necessidade de intervenção de Pinheiro de Melo, no sentido dos oradores evitarem “alusões políticas”, e de Diogo Luís da Silva, procurando convencer os lojistas a não fazerem as manifestações projectadas¹⁰⁹⁰.

O *Século* acompanhou a reunião que tinha decorrido perante uma “numerosa assistência de sócios” e onde os “oradores que mais frisaram a iniquidade do adicional receberam da assembleia calorosos aplausos.” A representação foi entregue na Câmara dos Pares no dia 21, em conjunto com um protesto semelhante da ACL, sendo

¹⁰⁸⁹ *O Século*, n.º 3024, 9 de Julho de 1890; *DCD*, sessão de 11-07-1890, p. 1163 e *O Século*, n.º 3027, 12 de Julho de 1890.

¹⁰⁹⁰ *ACLL, Boletim*, n.º 33, Agosto de 1890, pp. 1-5.

aproveitada por Barros Gomes, após a sua leitura, para criticar o Governo. Apesar disso, não impediu que no dia 24 o adicional fosse “aprovado por 30 votos contra 13”¹⁰⁹¹.

Nem isso, porém, desmobilizou os lojistas e, a 1 de Agosto, realizaram nova assembleia-geral, tão radical como a anterior. O tom propagandístico começou logo com a leitura da acta antecedente pois alguns sócios tinham feito a expressa declaração de que não se “representasse ao rei” e não viam isso transcrito no *Boletim*. Pinheiro de Melo, que presidia à sessão, nada opôs e com as correcções feitas foi a “acta aprovada”¹⁰⁹². Contudo, no conjunto de discussões que se seguiram, procurando definir um meio de acção no protesto contra o Governo pela aprovação do adicional, mais do que o monarca ou os Regeneradores, foi o Partido Progressista o principal alvo de críticas e desgaste.

Tinha sido ele a prometer a abolição de impostos quando estava na “oposição” e a não cumprir quando subiu “ao poder”; era em “todos os partidos”, especialmente, no Progressista que se via a “flagrante contradição com as declarações feitas na oposição”. Nem os votos contra dos seus deputados nas Cortes satisfaziam a assembleia dos lojistas, que vitoriavam estes discursos “com uma salva de palmas e muitos bravos”, pois esse facto era considerado apenas mais um “processo político” condenável, ou seja, era apenas uma estratégia para manter ou ganhar votos. No fundo, o que aquele partido queria era ver os impostos aprovados “para, quando voltar ao poder, ter mais que dividir pelos seus amigos”. É óbvio que os regeneradores não foram esquecidos, acusados de ultrajarem “as liberdades cívicas” e de “desvarios”. Contudo, aos progressistas não era perdoado o facto de, depois de terem votado contra o adicional na Câmara dos Pares, os

¹⁰⁹¹ *O Século*, n.º 3035, 20 de Julho de 1890; *DCP*, sessão de 21-07-1890, pp. 675-676 sessão de 24-07-1890, p. 743.

¹⁰⁹² *ACLL*, *Boletim*, n.º 34, Setembro de 1890, p. 1. A atitude do presidente dos Lojistas e de outros membros dos corpos gerentes, talvez se compreenda melhor se se tiver em conta que pela mesma altura o Partido Progressista via afastar-se uma das suas mais influentes peças, Mariano de Carvalho, personagem a quem sempre estiveram ligados muitos lojistas, como se voltará a observar a seguir. Cf. FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”*..., pp. 554-559.

seus “homens mais importantes” terem feito parte da deputação que foi “entregar a Sua Majestade El-Rei o autógrafo da lei relativa ao imposto de 6 por cento”¹⁰⁹³. Referiam-se a José Luciano de Castro e a Barros Gomes, o mesmo que tinha aproveitado a representação da ACLL para combater João Franco no Parlamento.

Eram estas incongruências, talvez naturais num partido que era a alternativa de Poder aos regeneradores, num partido monárquico, que eram exploradas pelos republicanos. Aliás, isso ficaria igualmente visível na questão do Tratado Anglo-Luso, pois se até ao dia 11 de Setembro a ACLL parece ser a principal dinamizadora, procurando organizar um protesto colectivo das várias associações de Lisboa, a partir da altura em que a ACL marcou a sua assembleia-geral para o dia 13 de Setembro, os lojistas começaram a perder protagonismo na imprensa progressista. O peso político da Associação Comercial, a influência financeira dos seus sócios e o relativo conservadorismo da sua assembleia-geral, como se observou pela interrupção do discurso de Rodrigues de Sousa (também sócio da ACLL) quando este proferiu “algumas considerações desfavoráveis para a instituição monárquica”, acabavam por ser factores mais consentâneos com o tipo de pressão política que a oposição progressista pretendia exercer nesta altura de forte contestação ao Governo¹⁰⁹⁴.

No fundo, os lojistas resvalavam com maior facilidade para um discurso mais radical, mais do agrado dos republicanos ou mesmo por eles incentivado, o que não deixava de representar uma ameaça para o Partido Progressista que, apesar de alguns excessos cometidos sempre que se encontrava na oposição, se identificava com a ordem e, mais importante do que isso, com a Monarquia. Não é por isso de estranhar que o

¹⁰⁹³ ACLL, *Boletim*, n.º 34, Setembro de 1890, pp. 1-4. A última citação é do *Diário da Câmara dos Pares*. Vejam-se os nomes dos que votaram contra o adicional e dos que foram nomeados para levar a lei junto do Monarca em DCP, sessão de 24-07-1890, p. 743 e sessão de 28-07-1890, p. 746.

¹⁰⁹⁴ *Diário Popular*, n.º 8397, 14 de Setembro de 1890 e *O Século*, n.º 3091, 14 de Setembro de 1890.

Diário Popular, a partir daquela data tenha dado maior relevo jornalístico às acções da ACL¹⁰⁹⁵.

Contudo, não se pode olhar para as atitudes dos progressistas apenas pela perspectiva da propaganda republicana. É preciso observar que eram as próprias hostes do partido, eram os seus próprios apoiantes, essa “gente honesta e independente”, que iam ficando desiludidos e afirmando directa ou indirectamente a sua intenção de mudança. Não será, por isso, de admirar que a partir de 1890 se detectem casos de lojistas que em plena assembleia demonstraram de forma explícita ou através de afirmações soltas o seu afastamento do Partido Progressista, ou a intenção de o fazerem, e, mais do que isso, o seu crescente distanciamento em relação à Monarquia¹⁰⁹⁶. O comportamento de Pinheiro de Melo foi já destacado, contudo, entre os lojistas que agora afirmavam não querer nada com “o rei”, contava-se Francisco Raimundo Estrela que, como se viu quando se falou dos estatutos da ACLL, passou do apoio ao Partido Progressista para o Republicano. O mesmo aconteceu, por exemplo, com o sócio António José da Costa Júnior, simpatizante do Partido Progressista que, mais tarde, acabaria por mudar o seu voto para os republicanos e que, na reunião de 1 de Agosto, foi dos críticos mais acérrimos, comparando a atitude dos progressistas em 1890 com o que já “tinha sucedido em 1881.”¹⁰⁹⁷

¹⁰⁹⁵ Terá sido esse mesmo protagonismo mediático a levar Rui Ramos a afirmar que “em Lisboa, foi a Associação Comercial quem deu ordens para fechar os estabelecimentos” (RAMOS, Rui, *D. Carlos*, p. 66). A Associação dos Lojistas já o tinha decidido no dia 3 de Setembro e antes mesmo da reunião da ACL, realizada apenas no dia 13, já circulavam notícias de “comissões de lojistas” a organizarem-se para fechar as suas lojas no dia 15. Cf. *Diário Popular*, n.º 8390, 7 de Setembro de 1890; *O Século*, n.º 3089, 12 de Setembro de 1890 e n.º 3090, 13 de Setembro de 1890. Além disso, é preciso assinalar que aquela reunião foi essencialmente dinamizada por sócios que já tinham participado na dos lojistas, como Rodrigues de Sousa, José Júlio Rodrigues ou mesmo Pinheiro de Melo, sendo feita a “defesa de ideias radicais” como “manifestações”, “fecho do comércio” ou o “não pagamento de contribuições”. Cf. SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo...*, p. 94.

¹⁰⁹⁶ Além dos exemplos aqui destacados e citados a seguir veja-se ainda ACLL, *Boletim*, n.º 36, Novembro de 1890, pp. 1-2.

¹⁰⁹⁷ ACLL, *Boletim*, n.º 34, Setembro de 1890, p. 2. Sobre o posicionamento político do sócio veja-se ACLL, *Boletim*, n.º 49, Dezembro de 1891, pp. 2 e 4; *Século*, n.º 3510, 9 de Novembro de 1891.

Por fim, curiosa, se bem que muito significativa, foi ainda a declaração de Manuel Gomes da Silva, um antigo reformista que na reunião anterior tinha afirmado ter sido “sempre ordeiro”, mas estar “indignado contra o lamentável estado de coisas” que afectava o país, a pedir que a ACLL se afastasse da “política partidária, especialmente, para que se não diga que é progressista ou regeneradora”¹⁰⁹⁸. Talvez até sem intenção explícita, o sócio acabava por ter alguma razão pois, pela tendência do discurso dos sócios, pelos acontecimentos do ano de 1890, pelo afastamento dos regeneradores primeiro, com a demissão de Simões de Almeida, pelas críticas enérgicas aos progressistas depois, era caso para dizer que a Associação dos Lojistas estava cada vez mais republicana. Tal facto assustaria os lojistas da capital? Não parece pois ao longo do ano entraram quase 380 lojistas, em especial, após as reuniões do *Ultimatum*, do adicional e do Tratado Anglo-Luso, sendo de destacar que entre os sócios mais activos na angariação de novos membros se encontrava Matias Alves Aguiar, o lojista preocupado com a liberdade de imprensa¹⁰⁹⁹.

Deste modo, como resultado do patriotismo e da luta contra os impostos em 1890 é preciso destacar que os lojistas terão contribuído de forma muito significativa para o que Nuno Severiano Teixeira considerou como uma “grande” vitória do Partido Republicano em toda a questão, da qual terá saído com a “imagem (...) reforçada e com inegável prestígio na opinião pública”¹¹⁰⁰. Por isso, talvez, não seja surpreendente observar que o programa republicano oficial, aprovado no congresso realizado entre 5 e

¹⁰⁹⁸ ACLL, *Boletim*, n.º 33, Agosto de 1890, p. 2. Sobre o posicionamento político deste sócio entre 1870 e 1875, veja-se *Jornal do Comércio*, n.º 4881, 4 de Fevereiro de 1870 e *Diário Popular*, n.º 3215, 17 de Novembro de 1875. Na reunião de 3 de Setembro, Manuel Gomes da Silva também tinha considerado que não se devia representar a “nenhum dos poderes legislativos, nem ao moderador”. Cf. *O Século*, n.º 3081, 4 de Setembro de 1890.

¹⁰⁹⁹ ACLL, *Boletim*, n.º 36, Novembro de 1890, p. 8; n.º 37, Dezembro de 1890, p. 8 e n.º 38, Janeiro de 1891, p. 7. Foram 44 os sócios eliminados das listas. Entre o final de 1889 e o final de 1890 aquelas tiveram um crescimento superior a 35%. As listas de sócios constam dos relatórios anuais de 1889 e 1890.

¹¹⁰⁰ TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Ultimatum Inglês...*, p. 150.

7 de Janeiro de 1891 e publicado pelo Directório a 11, mais do que somente continuar “a defender os interesses dos pequenos produtores e comerciantes”, como afirma Fernando Catroga, o que efectivamente representou foi um reforço muito significativo desse propósito, no que aos “pequenos comerciantes” diz respeito, face ao que é conhecido dos programas anteriores¹¹⁰¹.

Não se quer com isto afirmar que os republicanos tivessem elaborado o programa de 1891 a pensar exclusivamente nos lojistas, contudo, pela análise que foi possível fazer e tendo em conta o que já ficou dito na terceira parte, é notório o fluxo bidireccional, a influência recíproca entre promessas e reivindicações que resultou, muito provavelmente, do facto dos lojistas serem, cada vez mais e em simultâneo, oradores e público de uma propaganda que estava a ganhar forma e consistência.

O processo, contudo, foi gradual e à medida que o republicanismo se popularizou assim a identificação com os / dos lojistas foi crescendo. Na década de 1870 os programas republicanos ainda apresentavam poucos atractivos pois, ao lado da abolição dos direitos de consumo, defendia-se a criação de sociedades cooperativas de produção, consumo e crédito¹¹⁰². No fundo, a vantagem de uma proposta era anulada pelo inconveniente da outra. Na década de 1880, o programa “federalista radical”, de Teixeira Bastos, trouxe algumas novidades, mantendo as duas medidas anteriores e acrescentando a “supressão de todos os monopólios” e a “substituição dos impostos actuais por um imposto único e progressivo sobre o capital”¹¹⁰³. Apesar do radicalismo e da aproximação, já atrás destacada, ao “programa” de defesa dos interesses da classe, nada era dito, por exemplo, sobre o inquilinato ou mesmo sobre a liberdade de trabalho e indústria. Contudo, chegados a 1891, o “Manifesto-Programa” vai incorporar muitas

¹¹⁰¹ CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal...*, pp. 57-59. Na análise aos vários programas vão ser destacadas somente as propostas de algum modo relacionadas com as reivindicações dos lojistas.

¹¹⁰² CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal...*, pp. 49-52.

¹¹⁰³ BASTOS, Teixeira, *Projecto de um programma federalista...*, p. 28.

das principais reivindicações dos lojistas, senão mesmo todas, e, além do problema fiscal e da questão dos monopólios, vai defender a revisão das pautas, num sentido livre-cambista, a não concorrência do Estado “com as indústrias particulares” e, fundamentalmente, a liberdade de trabalho e indústria e a regulamentação do inquilinato, duas áreas fundamentais e transversais no discurso dos homens que trabalhavam atrás do balcão, como se procurou destacar na terceira parte¹¹⁰⁴.

Eça de Queirós, um observador atento da realidade social portuguesa por esta época, acabou por fazer um bom resumo da situação. Para ele, a causa da expansão do republicanismo em Portugal, que a eleição de 6 deputados em Março de 1890 parecia concretizar, radicava menos no facto do PRP ter, na altura, um programa próprio e inovador em relação ao liberalismo monárquico ou aos progressos sociais, mas mais no “descontentamento”, na desilusão com o parlamentarismo e com a política do momento, aos quais se associavam as dificuldades financeiras, uma vez que “ninguém vive na abundância e todos se encontram em dificuldades. Sofre o empregado pela pequenez dos ordenados; sofre o operário pela escassez dos salários; sofre o lojista pelos limitados meios de comprar de que dispõe o público; sofre o comerciante pela estagnação das transacções (...)”¹¹⁰⁵. A assembleia-geral dos lojistas de 1 de Agosto de 1890 não podia ser melhor prova. Além disso, no rescaldo da onda patriótica, Eça procurou também sinais de “crise” política. “Creio que em breve a política só terá dois partidos, o Conservador e o Republicano (muitos progressistas estão-se republicanizando)”¹¹⁰⁶. No que aos lojistas dizia respeito a onda não seria ainda avassaladora, acabaria até por ser

¹¹⁰⁴ *Programa do Partido Republicano Português*, pp. 5-8 (reedição do “Manifesto-Programa, publicado pelo Directório do Partido Republicano Português de 1891”).

¹¹⁰⁵ MÓNICA, Maria Filomena, *Eça de Queirós*, Lisboa, Quetzal Editores, 2001, pp. 275-276.

¹¹⁰⁶ MÓNICA, Maria Filomena, *Eça de Queirós*, p. 278. Os próprios Progressistas “admitiam em privado, «entre os nossos mesmo há muitos que pendem claramente para a república»”. Cf. RAMOS, Rui, *D. Carlos*, p. 66.

quebrada pelos acontecimentos do primeiro semestre de 1891, mas fazia já o seu caminho.

Efectivamente, os efeitos positivos em termos de mobilização dos lojistas que poderiam advir da tentativa dos republicanos juntarem à desilusão e ao descontentamento um programa mais articulado acabariam, provavelmente, por ser neutralizados, de forma momentânea, pelo acto revolucionário de 31 de Janeiro no Porto, diminuindo um capital de “prestígio” junto de uma parte daqueles homens. No fundo, apesar da retórica revolucionária, o radicalismo do pequeno comércio tinha ainda certos limites que só vão ser ultrapassados definitivamente em 1908, como se verá. A classe dos lojistas ainda não estava disposta a “pegar em armas”, apesar da “desusada energia da frase”¹¹⁰⁷. Contudo, por essa mesma “energia”, foi uma classe que se manteve receptiva, que ficou “à disposição dos que a quisessem dirigir”¹¹⁰⁸, por assim dizer, e, nesse aspecto, os anos seguintes trouxeram, além da crise financeira, os personagens certos para a tarefa (Dias Ferreira, Augusto Fuschini e, acima de todos, Mariano de Carvalho), mesmo que a médio prazo a desilusão acabasse por os tornar, como já estava a acontecer com os Regeneradores, “inutilizados”, “mortos” para a “confiança popular”, como acabaria por afirmar em 1893 o defensor dos lojistas na imprensa¹¹⁰⁹.

Um “poder estranho” sobre os lojistas (1891)

Entre o final de 1890 e o rebentar da crise financeira em Maio/Junho de 1891 os sinais de aproximação da ACLL a Mariano de Carvalho, mais do que aos progressistas, foram bastante evidentes e podem corresponder a um indício do relativo abrandamento

¹¹⁰⁷ ACLL, *Boletim*, n.º 45, Agosto de 1891, p. 6 e n.º 64, Março de 1893, p. 3.

¹¹⁰⁸ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 198.

¹¹⁰⁹ *O Lojista*, n.º 71, 2 de Setembro de 1893. O discurso era especificamente contra Dias Ferreira e Augusto Fuschini, mas, em parte, é possível ver nele igualmente uma associação a Mariano de Carvalho.

da chama republicana entre os lojistas de Lisboa. Já em Dezembro se adivinhava esta aproximação, quando numa reunião de “amigos pessoais e admiradores” de Mariano de Carvalho, que preparavam uma manifestação de apoio para a sua chegada a Lisboa a 10 desse mês, se encontravam, entre outros, 17 sócios da ACLL, alguns pertencendo em simultâneo à ACL. Uma parte significativa pertencia ou tinha pertencido aos corpos gerentes dos Lojistas, com destaque para Luís Diogo da Silva e Pinheiro de Melo que chegou a discursar¹¹¹⁰.

Em Fevereiro de 1891, os elogios transferiram-se para o *Boletim*, num artigo em defesa da indústria de moagem e panificação, começando pelo *Diário Popular*, jornal “insuspeito” quando se tratava de abordar a temática da “crise económica”, seguindo para o ministro da Fazenda do governo progressista de 1886, Mariano de Carvalho, que tinha procurado resolver a questão do preço dos cereais, e transformando-se depois em crítica cerrada aos ministros da Fazenda de 1890, João Franco, Melo Gouveia “e por último [o] sr. Augusto José da Cunha”¹¹¹¹. No mês seguinte, novo artigo de opinião no órgão da ACLL traçava a negro os tons da “crise (...) tremenda” que se adivinhava caso não se entrasse por caminhos “radicais e heróicos”, caso não se adoptassem “providências de largo alcance económico”, nunca possíveis através de novos impostos ou novos empréstimos e sim de economias, de controlo de despesas e de um “governo

¹¹¹⁰ A reunião decorreu a 30 de Novembro. Estiveram presentes os seguintes sócios: António Caetano Macieira, António Ferreira Marques, António Inácio Fonseca, António Joaquim Taveira, Francisco Conceição Silva, Henrique Zeferino Albuquerque, João Baptista Gregório de Almeida, João Mota Gomes, Joaquim Dias Ferreira, José Maria Coelho, José Pinheiro de Melo, Luís Diogo da Silva, Luís Quaresma Val do Rio, Manuel Caetano Macieira, Manuel Sá Pimentel Leão, Marçal Romeira Pacheco e Miguel Henriques Santos. *Diário Popular*, n.º 8474, 1 de Dezembro de 1890 e FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”...*, pp. 569-571. De notar, que em Setembro de 1890 os elogios ao “hábil estadista, o sr. Mariano de Carvalho” eram apontados no *Boletim* em comparação com as “flagrantes contradições” políticas do “sr. Franco Castelo Branco”. Cf. ACLL, *Boletim*, n.º 34, Setembro de 1890, pp. 5-6.

¹¹¹¹ ACLL, *Boletim*, n.º 39, Fevereiro de 1891, pp. 5-6. Sobre a tentativa de Mariano de Carvalho resolver a questão dos cereais veja-se FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”...*, p. 512. Nas páginas 564-566, o autor traça um primeiro quadro das dificuldades governativas de finais de 1890 e início de 1891. Veja-se ainda LAINS, Pedro, “A crise financeira de 1891...”, pp. 63-67.

(...) reformador”¹¹¹². Por outras palavras, era preciso que Mariano de Carvalho, qual milagreiro, subisse de novo ao Governo.

Quando isso aconteceu, em 21 de Maio, o apoio da ACLL foi novamente declarado, o que não constituiu surpresa, tendo em conta os exemplos atrás aduzidos e também o programa anunciado pelo Governo. Era prometido independência política, diminuição de despesas, uma melhoria da lei de imprensa, a revisão das pautas, um olhar atento à situação dos trabalhadores, a resolução do problema financeiro e, até, a “comutação ou o perdão dos «crimes políticos»” do 31 de Janeiro¹¹¹³. Um governo do Partido Republicano talvez não fizesse melhor e “o público, particularmente o comércio, viu neste propósito”, em especial, nas “economias”, a “afirmação dos honrados e louváveis intentos” do “nobre ministro”. Contudo, os lojistas não passavam cheques em branco a ninguém e Mariano de Carvalho não era excepção, tratando logo de ir avisando que era “inoportuno e até perigoso, o lançamento de mais tributos.” Para já podia contar com o apoio do pequeno comércio, “a opinião sensata não o abandonará”, o que o ex-progressista tratou de agradecer, se bem que por motivos dúbios, por intermédio do ministro da Justiça, com a apresentação em Junho de um projecto sobre a questão do inquilinato¹¹¹⁴.

Porém, como se viu, esta iniciativa acabaria por representar um passo mais em direcção ao ressentimento que os lojistas sentiam pelos políticos e pelo parlamentarismo monárquico pois escondia, provavelmente, uma tentativa de apaziguamento da “opinião sensata” que já andava preocupada com a crise e “a falta de trocos nos estabelecimentos”. O que a assembleia-geral da ACLL, dois meses depois da chegada

¹¹¹² ACLL, *Boletim*, n.º 40, Março de 1891, pp. 4-5. A convergência de discurso entre este artigo e o que Mariano de Carvalho escrevia no *Diário Popular* era quase um caso de plágio. Cf. FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”*..., p. 582.

¹¹¹³ FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”*..., p. 594.

¹¹¹⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 42, Maio de 1891, p. 8. Sobre o apoio a Mariano de Carvalho veja-se ainda ACLL, *Boletim*, n.º 43, Junho de 1891, p. 5. Sobre o apoio que o ministro nesta altura ainda conseguia congregiar entre “comerciantes, industriais, funcionários públicos, financeiros e jornalistas” veja-se FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”*..., pp. 597-598.

ao Poder de Mariano de Carvalho, veio demonstrar é que nem a jogada parecia ter tido o efeito desejado, nem os republicanos estavam dispostos a abandonar o seu público de 1890 com facilidade. Efectivamente, a reunião representou uma parada de discursos bastante críticos em relação ao ministro da Fazenda, onde nem os sócios mais moderados, alguns deles presentes na recepção de Dezembro, conseguiram ou quiseram defender a sua política.

As hostilidades abriram com o que era já uma tradição entre os lojistas, a pergunta de Pinheiro de Melo sobre se a assembleia pretendia discutir o assunto político do momento, neste caso, a crise financeira, em vez dos “assuntos indicados para a ordem da noite”, o que foi resolvido “afirmativamente”¹¹¹⁵. A primeira proposta defendeu logo que se deveriam “fechar os estabelecimentos para coagir o governo” a resolver o problema da falta de moeda para trocos. Os lojistas reconheciam a força que uma medida dessa natureza tinha e, mesmo que a proposta final entregue ao ministro fosse mais moderada, permaneceu a ameaça de a levar por diante caso o problema não fosse rapidamente solucionado. No fundo, Lisboa não podia “estar com os estabelecimentos fechados, sem que haja logo uma revolução”, mas, segundo João Gonçalves, “uma revolução não é um crime”. Entre esta declaração e outras ao melhor estilo *patuleia* “de 1846”, coube a alguns sócios mais moderados o papel de conseguir convencer a assembleia a votar, “por unanimidade”, uma proposta “mais viável” e, apesar de tudo, não tão comprometedora para o ministro, acusado pelos sócios mais exaltados de ter conquistado “as cadeiras do poder à força de murros nas cadeiras do parlamento”¹¹¹⁶. O resultado final acabou por indicar que os lojistas estavam, nesta fase, claramente divididos nos seus apoios políticos.

¹¹¹⁵ ACLL, *Boletim*, n.º 45, Agosto de 1891, p. 1. Na imprensa tinham sido publicados anúncios convocatórios com o objectivo de se tomar conhecimento do andamento das representações enviadas à CML e ao Governo sobre a fusão das companhias do gás. *Diário Popular*, n.º 8692, 18 de Julho de 1891 e *O Século*, n.º 3397, 19 de Julho de 1891.

¹¹¹⁶ ACLL, *Boletim*, n.º 45, Agosto de 1891, pp. 1-4.

É claro que os republicanos acabaram por classificar de “imponentíssima” a assembleia de 20 de Julho, na qual “a concorrência de sócios era enorme, estando completamente cheias a sala e corredores”, havendo ainda quem tivesse ficado no “largo em frente da casa da associação.” O destaque foi para o teor da proposta aprovada, o envio de um ofício ao governo no sentido de obter medidas para minorar a crise, dando um prazo de oito dias para a sua concretização (na reunião chegou a sugerir-se 48 e mesmo 24 horas), findo o qual “o comércio suspenderá todas as suas transacções”¹¹¹⁷. Interpretação diferente teve o *Diário Popular* referindo-se apenas a uma reunião de “vários lojistas na sede da sua associação para resolverem sobre a atitude a tomar em presença do agravamento da crise económica.” Numa coisa, porém, a sua análise estava correcta, as opiniões na reunião tinham-se dividido entre “os mais avisados”, que pretendiam aguardar as medidas do governo, e “os mais exaltados” que queriam fechar as portas “sem dar satisfação alguma”. Ou seja, a Associação estava dividida entre Progressistas e Republicanos. O jornal aconselhava prudência aos lojistas e que não se deixassem influenciar por “sugestões malévolas”, ou seja, pela retórica dos últimos. Considerava, até, que o Governo tinha ainda ao seu lado a “maioria, quase totalidade, do nosso comércio na presente crise” que tinha sabido resistir à tomada de posições mais “exaltadas”¹¹¹⁸.

Contudo, será que aquela “maioria” estava mesmo disposta a resistir à tentação radical? No seio da ACLL, pelo menos, a “maioria” não parecia ficar satisfeita. Uma semana após a entrega do referido ofício, em nova reunião, segundo o *Século*, “extraordinariamente concorrida”¹¹¹⁹, os discursos foram igualmente exaltados, sucedendo-se as críticas em relação ao governo, em particular, contra Mariano de

¹¹¹⁷ *O Século*, n.º 3399, 21 de Julho de 1891 e n.º 3400, 22 de Julho de 1891.

¹¹¹⁸ *Diário Popular*, n.º 8695, 21 de Julho de 1891 e n.º 8696, 22 de Julho de 1891.

¹¹¹⁹ *O Século*, n.º 3406, 28 de Julho de 1891. A acta publicada pela ACLL fala em “sala e corredores literal[mente] cheios de sócios”. ACLL, *Boletim*, n.º 45, Agosto de 1891, p. 6.

Carvalho, a quem acusavam de ter mentido pois afirmara “possuir um elixir com que salvaria o país”, de que apenas se tinha servido para chegar ao poder. Do ministro o ataque seguiu para o monarca, cujas “viajatas, caçadas e mil despesas” avolumavam a crise financeira do Estado, referência que terá sido aplaudida “freneticamente”¹¹²⁰. A forma como aquela frase foi recebida pela assembleia consta apenas do relato do jornal republicano *Século*, o que obviamente deve ser encarado com algum cuidado. No entanto, é de referir que a reunião, no dia 27 de Julho, efectivamente, não correu de feição ao governo pois de outro modo não se percebe a razão de ter sido completamente ignorada pelo *Diário Popular*, o que não era de todo usual.

De referir que foi nesta reunião que os lojistas aprovaram a “greve do gás”, iniciada no dia 1 de Agosto e que pôs em causa um Verão, na aparência, “razoavelmente calmo” para o Governo. A expressão é de Paulo Fernandes, sendo difícil concordar com a mesma, não só tendo em conta o que já se afirmou sobre o significado desta campanha de protesto, como também pelo facto da mesma só começar a abrandar de intensidade a partir de Setembro, altura em que estava já a ser ultrapassada a “crise dos trocos” que, como agora se viu, tanto “exaltava” os lojistas. Os dois acontecimentos devem ser observados em simultâneo, pela instabilidade que trouxeram ao meio comercial lisboeta, concorrendo, isso sim, para um mês de Agosto dos mais agitados dos últimos anos e para que Mariano de Carvalho tivesse maior dificuldade em conter o radicalismo dos lojistas, para o qual, diga-se, muito tinha contribuído no passado¹¹²¹.

Talvez por isso se tenha notado uma atenção muito particular do “Poder Oculto”, ou do “poder estranho”, como foi designado Mariano de Carvalho numa das assembleias da ACLL, na preparação das eleições municipais a realizar a 15 de

¹¹²⁰ ACLL, *Boletim*, n.º 45, Agosto de 1891, p. 6-10 e *O Século*, n.º 3406, 28 de Julho de 1891.

¹¹²¹ FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”...*, pp. 605-606. Sobre a importância deste protesto veja-se ainda RAMOS, Rui, *D. Carlos*, p. 71.

Novembro¹¹²². Segundo os republicanos, o empenho do governo nas eleições derivava de disso “depende a sua própria quietação, para não dizermos a própria vida.” Talvez a afirmação não fosse muito exagerada, tendo em conta as negociações levadas a cabo entre os partidos monárquicos e o Governo no sentido da apresentação de uma lista única, uma “lista monárquica”, como era referido na imprensa, ao contrário do que tinha sucedido nas eleições para deputados de 1890. Era agora preocupante que o peso e influência dos republicanos lhes dessem “artes e forças suficientes para vencer o governo em duelo singular.”¹¹²³ Tendo em conta o que tinham sido os resultados políticos da opção progressista do ano anterior, era natural um certo receio de que a lista republicana pudesse fazer estragos, a que não era indiferente o radicalismo que vinha a ser demonstrado pelos lojistas.

Os sócios da ACLL não só estavam em maior número nas listas de candidatos republicanos, como era nas suas lojas e de outros que se distribuía a propaganda e fazia a recolha de donativos para os trabalhos eleitorais, para os quais igualmente contribuía. No caso dos locais de exposição das listas de subscrição para as despesas eleitorais, em 10 indicados, 7 eram de lojistas sócios da ACLL, sendo que dos outros três, um era de Sacavém e o outro de Camarate, freguesias onde nunca se registou a existência de associados¹¹²⁴. Além disso, os republicanos aproveitaram uma assembleia-geral da ACLL, estrategicamente marcada para a véspera do acto eleitoral, para fazer um verdadeiro comício de apoio à sua lista.

¹¹²² Expressão usada por um sócio, a 28 de Setembro, em alusão a pressões que dizia estarem a ser feitas no sentido de ajudar as Companhias Reunidas do Gás a resistir à greve ao consumo patrocinada pela ACLL. Tendo em conta o que se passou nas vésperas das eleições, talvez não andasse longe da verdade. ACLL, *Boletim*, n.º 47, Outubro de 1891, p. 3.

¹¹²³ FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”...*, pp. 607-608 e *Comércio de Portugal*, n.º 3688, 3 de Novembro de 1891; *O Século*, n.º 3508, 7 de Novembro de 1891 e *Diário Popular*, n.º 8807, 10 de Novembro de 1891.

¹¹²⁴ *O Século*, n.º 3494, 24 de Outubro de 1891. Para os restantes exemplos veja-se *O Século*, n.º 3486, 16 de Outubro de 1891; n.º 3510, 9 de Novembro de 1891; n.º 3511, 10 de Novembro de 1891 e n.º 3515, 14 de Novembro de 1891.

Nesta altura a mistura da questão dos monopólios e da crise financeira com o momento político era por demais evidente e nessa dinâmica eram os republicanos e o seu extremismo que aparentemente estavam a levar a melhor. A reunião foi caracterizada, novamente, por alguma “violência de frase usada por quase todos os oradores (...) que não pouparam o governo, nem a câmara municipal, nem tão pouco a Companhia do Gás”¹¹²⁵, tendo sido feitos apelos directos ao voto na lista republicana que contava com Sebastião Correia Saraiva Lima, vice-presidente da assembleia-geral, como um dos candidatos. A faceta de comício foi associada à questão do gás e à necessidade de anular a cláusula de monopólio que constava do contrato celebrado entre as companhias e a CML. Logo no início da reunião as posições estavam já definidas, com o relatório da “comissão do gás” a descrever um processo negocial cheio de “evasivas e expedientes” e a criticar veladamente o conde de Ottolini (proposto por Mariano de Carvalho para a presidência da comissão administrativa municipal) pela sua impotência em “fazer entrar na ordem as companhias reunidas”, facto que foi aproveitado pelos primeiros oradores da noite, numa “sala e corredores literalmente cheios de lojistas, sócios e não sócios”, para afirmarem que votariam “contra o governo nas próximas eleições”, ao mesmo tempo que optavam pela continuação da greve¹¹²⁶.

Atitude que como seria de esperar não agradou ao *Diário Popular*, criticando uma tomada de posição que, na sua opinião, iria afectar os lojistas que já começavam a desistir da greve e que poderiam ser beneficiados com uma proposta de redução do preço do gás em 10%. Além do óbvio aproveitamento político da questão, procurando cativar os lojistas com uma proposta de última hora, o jornal do ministro da Fazenda também não deixava passar em claro o facto dos “membros republicanos da associação” aproveitarem a reunião “para fazerem um comício eleitoral e pedirem votos para a sua

¹¹²⁵ *O Século*, n.º 3515, 14 de Novembro de 1891.

¹¹²⁶ ACLL, *Boletim*, n.º 49, Dezembro de 1891, pp. 1-5.

lista.” Em tom irónico, o periódico afirmava que “a ideia deles era pedirem que se votasse em gente de interesses comuns com os dos lojistas”, para logo a seguir afirmar que a lista republicana nada tinha que ver com aqueles homens, falando na presença de “6 médicos, 2 socialistas e outros cidadãos que não têm nem pensaram em ter loja.”¹¹²⁷

O jornal, contudo, enganava-se num ponto e procurava ignorar outro, ambos importantes para perceber tanto a reacção dos lojistas em relação à fusão das companhias do gás e ao exclusivo da electricidade, como a sua crescente aproximação e identificação ao programa e à propaganda republicana. Enganava-se porque a questão dos monopólios, como se viu, estava na ordem do dia entre a classe comercial, pelo menos, desde meados da década anterior e já fazia parte do pensamento republicano, igualmente, desde a mesma altura. O que procurava ignorar é que essa ligação, esses “interesses comuns” eram cada vez mais óbvios e tinham reflexos claros na vida política da capital, atraindo cada vez mais lojistas, alguns dos quais não tinham pejo em afirmar que após terem “sustentado estes homens que nos governam”, iam agora à “urna em favor da lista” republicana¹¹²⁸.

No fundo, na caracterização dos candidatos republicanos o jornal esqueceu-se de referir que dos 38 nomes presentes na lista “da oposição”, entre candidatos efectivos e suplentes, 22 (ou seja, 58%) eram comerciantes ou industriais, surgindo 17 (45%) sócios da ACLL¹¹²⁹. Mais significativo ainda era o facto dessas percentagens ultrapassarem de forma clara as que foi possível encontrar para a chamada “lista monárquica”, onde em 35 candidaturas apenas 11 (31%) eram de comerciantes ou industriais e destes somente 6 (17%) pertenciam à ACLL¹¹³⁰. Acresce a tudo isto, o

¹¹²⁷ *Diário Popular*, n.º 8811, 14 de Novembro de 1891.

¹¹²⁸ ACLL, *Boletim*, n.º 49, Dezembro de 1891, p. 4.

¹¹²⁹ *O Século*, n.º 3512, 11 de Novembro de 1891.

¹¹³⁰ *Diário Popular*, n.º 8809, 12 de Novembro de 1891.

facto de um dos vereadores eleitos pelos republicanos, a 15 de Novembro, ser precisamente Sebastião Correia Saraiva Lima¹¹³¹.

É certo que o Governo conseguiu ganhar as eleições de forma “esmagadora”¹¹³² pois, em 25 vereadores, os republicanos elegeram somente 5. Contudo, estes ficavam com a compensação de ver aumentado o seu número de votos, numas eleições que foram marcadas por uma elevada participação, mais de 17500 votantes, um valor que por comparação com as eleições para deputados, por exemplo, só seria superado em 1906¹¹³³. Desta forma, talvez se possa afirmar, por um lado, que a derrota não terá sido propriamente desanimadora para as aspirações republicanas. Por outro lado, é bem provável que as eleições até pudessem ter sido mais equilibradas caso Mariano de Carvalho, desde que entrou para o governo, não tivesse sabido jogar com as expectativas dos lojistas, nomeadamente, com a promessa de resolução do problema do inquilinato comercial, oferecida em Julho e nunca definitivamente afastada até à queda do Governo, com a resolução satisfatória da “chamada «crise dos trocos»”, com as ofertas da Companhia do Gás à boca da urna e, até, com uma chamada de atenção para um suposto quadro negro da situação no Rio de Janeiro resultante “de menos de dois anos de república!...”, conseguindo assim segurar um eleitorado que começava a ficar dividido¹¹³⁴.

O início de 1892 foi relativamente agitado em termos políticos. Além disso, a partir de Janeiro, a ACLL passou a contar, de forma praticamente oficial, com um novo órgão de imprensa. O jornal *O Lojista*, fundado no auge da greve do gás, ostentava agora a seguinte nota na página de abertura: “A Exma. Direcção da Associação

¹¹³¹ *O Século*, n.º 3518, 17 de Novembro de 1891.

¹¹³² RAMOS, Rui, *D. Carlos*, p. 85.

¹¹³³ FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”*..., pp. 606-608. Em relação à comparação das eleições veja-se os valores apontados por Paulo Fernandes (p. 607) e os registados por ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Comportamentos eleitorais em Lisboa...”, p. 144.

¹¹³⁴ *Diário Popular*, n.º 8810, 13 de Novembro de 1891 e n.º 8811, 14 de Novembro de 1891. Sobre a utilização do fantasma da revolta de 31 de Janeiro, óbvio nas palavras do periódico de Mariano de Carvalho, veja-se ainda *Comércio de Portugal*, n.º 3689, 4 de Novembro de 1891.

Comercial de Lojistas de Lisboa recomendou esta folha no número 49 do «Boletim» aos seus consócios”¹¹³⁵. Era uma segunda voz dos lojistas, depois do *Boletim*, e ambas foram usadas para, mesmo no final do segundo governo de João Crisóstomo, procurarem fixar uma parte do seu público alvo à velha aliança com o antigo boticário, feito jornalista, empresário e político, Mariano de Carvalho

O *Boletim*, enquanto defendia abertamente o ministro dos ataques que agora vinham de José Luciano de Castro, “sobre o estado financeiro e monetário do país”, e de João Franco, por causa da “reforma do ministério” das Obras Públicas, dava a notícia de que “o parlamento vai ocupar-se de um projecto de lei apresentado pelo ministro da Justiça, no qual se pretende regular o direito do inquilino com o do senhorio”¹¹³⁶. Era o projecto de 9 de Junho que voltava a ver a luz do dia quando o governo se encontrava “muito ocupado com as crises íntimas, com as dificuldades do momento”, como era referido pelo *Lojista*¹¹³⁷. Mesmo que o projecto não fosse “para já”, o facto de ter sido referido no periódico no próprio dia em que o governo caía, 14 de Janeiro, é demonstrativo da capacidade de manobra de um personagem que, mesmo à beira da queda “estrepitosa”¹¹³⁸, não deixava de procurar “dirigir” as suas tropas.

Contudo, apesar de mais alguns ensaios, como o ocorrido em Abril, quando foi acusado pela imprensa de, em conjunto com Augusto Fuschini, ser um elemento “preponderante” nas “instigações junto da Liga [Liberal] e da Associação dos Lojistas” na oposição que então faziam ao governo de José Dias Ferreira¹¹³⁹, Mariano de Carvalho acabou por ir perdendo protagonismo na “ direcção ” dos lojistas, à medida que estes tendiam cada vez mais para a esquerda, para os republicanos, e aquele, embora

¹¹³⁵ *O Lojista*, n.º 15, 2 de Janeiro de 1892 e ACLL, *Boletim*, n.º 49, Dezembro de 1891, p. 7.

¹¹³⁶ ACLL, *Boletim*, n.º 50, Janeiro de 1892, pp. 5, 7-8

¹¹³⁷ *O Lojista*, n.º 17, 14 de Janeiro de 1892.

¹¹³⁸ FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”*..., p. 614. Sobre as dificuldades do Governo e a queda do ministro da Fazenda veja-se pp. 612-622.

¹¹³⁹ *O Lojista*, n.º 30, 30 de Abril de 1892. As acusações estavam a ser feitas pelo *Correspondência de Coimbra*.

mantendo alguma independência, se aproximava da direita, dos regeneradores, como acabaria por acontecer a partir de 1893¹¹⁴⁰.

O parlamento na “rua do Ferragial de Cima” (1892)

É provável que o pragmatismo dos lojistas de Lisboa que, em alguns aspectos, os identificava com os seus colegas além-fronteiras, pudesse ter contribuído para que o lugar, até então ocupado por Mariano de Carvalho e cada vez mais conquistado pelos republicanos, começasse a ser cobiçado por outros. A observação das épocas eleitorais em Lisboa e da forma como a imprensa partidária tratava os lojistas nessas alturas aponta para uma perspectiva de frequente “cortejamento” político que, obviamente, não passava despercebido aos próprios. Fora das lutas eleitorais, nos momentos de mudança de governo ou de lançamento de medidas legislativas relacionadas com o comércio era óbvia a sua tendência para apoiarem quem se prestasse a ouvir as suas exigências e aspirações, ou quem, de algum modo, apresentasse um programa que fosse ao encontro das mesmas. Com a mesma facilidade acabavam por retirar esse mesmo apoio, quando sentiam que as suas expectativas tinham sido defraudadas, quando verificavam que os políticos se estavam a desviar desse programa, no qual elegiam como central a necessidade de uma governação parcimoniosa e não intrusiva em termos fiscais¹¹⁴¹.

A recepção à nova situação política por parte da ACLL foi um misto das ideias expostas atrás. Enquanto o jornal *O Lojista* se congratulava, em 31 de Janeiro de 1892, com o novo Governo e tecia rasgados elogios a José Dias Ferreira, considerado como o

¹¹⁴⁰ FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”...*, pp. 661-663.

¹¹⁴¹ Em Inglaterra, por exemplo, era frequente os lojistas darem o seu apoio a candidatos ao Parlamento que demonstrassem atenção pelas suas causas e pela resolução dos seus problemas, alterando as suas fidelidades e levando a que fossem “cortejados” pelos políticos de vários quadrantes. Uma tendência que Michael Winstanley classificou como a representação de uma “relativa independência”. Cf. WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper’s world...*, pp. 23-24. Aliás, o mesmo tipo de comportamento foi notório na ACL, durante este mesmo período, com “o pragmatismo das várias direcções (...) que criticavam ou elogiavam actos de diferentes gabinetes (...) consoante fossem ou não do seu interesse”. Cf. SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo...*, p. 180.

homem certo para o momento de crise que o país atravessava, o *Boletim*, era mais céptico na recepção às medidas de Fazenda de Oliveira Martins, esperando que não falhassem as suas “previsões” de economias no orçamento e chamando a atenção que a reforma das pautas alfandegárias iria levar a “uma considerável diminuição no movimento comercial”¹¹⁴². A atitude expectante logo seria substituída pela crítica cerrada pois o aumento dos impostos sobre os juros da dívida e sobre os vencimentos dos funcionários, bem como os novos valores das pautas, como se observou na primeira parte, iriam implicar uma diminuição de rendimento disponível e um aumento dos preços dos géneros, com consequências ao nível do consumo, ou seja, no avolumar da crise para os lojistas¹¹⁴³.

Contudo, no meio destas primeiras opiniões ziguezagueantes em relação ao Governo de José Dias Ferreira, instalou-se aquela que foi, na perspectiva dos lojistas, a principal polémica e “um dos trabalhos mais notáveis do ano de 1892” para uma associação que estava encarregue de “defender a classe dos lojistas de Lisboa”¹¹⁴⁴. Ao mesmo tempo, representou um momento de confronto e desilusão com a classe política, uma vez mais com origem no Partido Progressista, forçando a uma defesa da “honra” ferida e tendo como consequência um novo reforço do radicalismo, expresso agora, inclusive, em termos de um ataque ao parlamentarismo, como se verá.

Enquanto se discutiam na especialidade as alterações às pautas alfandegárias nas Cortes, a 23 de Fevereiro, o deputado Francisco Machado, “um dos braços-direitos de

¹¹⁴² *O Lojista*, n.º 19, 31 de Janeiro de 1892 e ACLL, *Boletim*, n.º 52, Março de 1892, p. 4. Os elogios a esse “notável estadista, o sr. José de Dias Ferreira” já tinham aparecido no *Boletim*, em 1890, na sequência da lei de 29 de Março sobre o direito de reunião e associação. ACLL, *Boletim*, n.º 30, Maio de 1892, p. 7. Tendo em conta a forte influência que até à pouco tempo Mariano de Carvalho ainda tinha sobre a ACLL, o cepticismo quanto a Oliveira Martins, de quem era inimigo político, talvez se perceba melhor. Cf. FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”*..., p. 686.

¹¹⁴³ Sobre as medidas financeiras tomadas pelo governo e a sua justificação veja-se RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 159 e LAINS, Pedro, “A crise financeira de 1891...”, pp. 69-72.

¹¹⁴⁴ O assunto foi considerado tão relevante que “não podia, por isso, deixar de ser mencionado em primeiro lugar no relatório”. ACLL, *Relatório de 1892*, pp. 5-6.

Zé Luciano”¹¹⁴⁵, pronunciou um dos seus extensos discursos fazendo “graves e por vezes confusas acusações” contra os comerciantes e negociantes de vários géneros alimentares¹¹⁴⁶. Começou por afirmar que tinha pensado em apresentar uma “proposta para reduzir o imposto sobre a importação de bacalhau”, mas que, após algum estudo sobre a matéria, alegadamente utilizando estatísticas oficiais do Concelho Superior das Alfândegas e recolhendo informações de fontes particulares que não indicou, não tinha a certeza se essa seria a melhor solução. Em sua opinião, a redução do imposto não beneficiaria o consumidor e sim os “negociantes, que já tanto se têm locupletado com os lucros deste artigo.” Após um conjunto de divagações sobre o assunto, destinadas a desculpar os Progressistas, por ainda não terem colocado em prática as “teorias” livre-cambistas, e a criticar o Governo pelo mesmo erro, o seu discurso resultou num violento ataque ao mundo comercial e aos seus agentes, fossem os importadores acusados de contrabando e práticas monopolistas ou os revendedores apontados como manipuladores de preços e falsificadores de géneros. O alvo, porém, não ficava apenas ao nível dos grandes negociantes, era também visado o pequeno comércio pois se em Lisboa existiam “2000 mercearias (...) é porque lucram”. Durante o discurso foi por diversas vezes apoiado pelos deputados do Partido Progressista, cujo programa afirmou estar a defender ao pugnar por uma baixa dos impostos e dos preços, recebendo no final cumprimentos de “muitos srs. Deputados”¹¹⁴⁷.

As soluções que apontava para o problema, além da proposta de redução da tarifa sobre o bacalhau, de 40 para 30 réis, único resultado de um discurso destinado apenas a prolongar o debate parlamentar e a desgastar o governo, um “torneio retórico”, passavam por uma política de preços máximos de venda ao público, pela instituição de um monopólio do Estado sobre a comercialização do bacalhau e pela criação de

¹¹⁴⁵ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 208.

¹¹⁴⁶ SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo...*, p. 139.

¹¹⁴⁷ DCD, sessão de 23 de Fevereiro de 1892, pp. 7-16.

cooperativas de consumo. Se as críticas já eram violentas, estas propostas tinham o dom de atacar o cerne do ideário de “liberdade de comércio”, de Estado não interventor e de rejeição de monopólios permanentemente defendido pelos lojistas.

A reacção foi praticamente imediata. No próprio dia em que terminaram os debates sobre a Pauta, 27 de Fevereiro, o jornal patrocinado pela ACLL começou a publicar um folhetim de Angelina Vidal, significativamente, intitulado “A Honra do Lojista” e Saraiva Lima, vice-presidente da assembleia-geral, fez publicar uma carta de refutação dos argumentos do deputado, acusando-o de fazer cálculos “teóricos e fantasistas”¹¹⁴⁸. Seguiu-se uma troca de missivas com o deputado que reforçou os seus argumentos e uma reunião de “3 horas” com alguns negociantes e lojistas, no dia 4 de Março, data em que a ACLL, “a requerimento de muitos sócios”, convocou uma assembleia-geral para “contestar as asserções apresentadas pelo sr. Deputado Francisco José Machado em sessão de 23 de Fevereiro”¹¹⁴⁹.

O comprometimento ou embaraço dos Progressistas com a questão foi bastante evidente. Para além de uma lacónica descrição do discurso, o *Diário Popular* publicou uma carta de “um consumidor” a apoiar os argumentos e a criticar os “lucros dos negociantes”¹¹⁵⁰. Mesmo José Pinheiro de Melo e Luís Diogo da Silva, presidentes da assembleia-geral e da direcção e reconhecidos influentes eleitorais, parecem ter sido surpreendidos pela questão e, procurando certamente ignorar o assunto de modo a não levantar ainda mais dificuldades ao Partido, não estiveram presentes na reunião de dia 7 de Março, presidida pelo republicano Saraiva Lima, sendo provavelmente por pressão de Pinheiro de Melo que o deputado não foi convidado a assistir, o que foi alvo de

¹¹⁴⁸ *O Lojista*, n.º 22, 27 de Fevereiro de 1892 e *O Século*, n.º 3619, 27 de Fevereiro de 1892.

¹¹⁴⁹ *O Século*, n.º 3620, 28 de Fevereiro de 1892; n.º 3621, 29 de Fevereiro de 1892; n.º 3625, 5 de Março de 1892 e n.º 3626, 6 de Março de 1892; *Diário Popular*, n.º 8915, 28 de Fevereiro de 1892 e n.º 8920, 5 de Março de 1892.

¹¹⁵⁰ *Diário Popular*, n.º 8911, 24 de Fevereiro de 1892 e n.º 8917, 1 de Março de 1892.

censura de vários sócios¹¹⁵¹. Para além das críticas de incompetência lançadas a um “capitão de artilharia” para se por a falar sobre o comércio de géneros alimentícios, pois isso seria o mesmo que ver um “merceeiro (...) a discutir de táctica ou balística”, na reunião foi apresentado e aprovado um manifesto a publicar “nos jornais mais lidos da capital”. Sintomaticamente, a assembleia, que teve “grande concorrência de sócios” foi ignorada pelo *Diário Popular*¹¹⁵².

No “desagravo” depois publicado, com uma tiragem de “2500 exemplares”¹¹⁵³, a defesa do orgulho ferido passou, naturalmente, pela valorização da importância social do comércio e do papel do lojista. O discurso era considerado um violento ataque a uma “classe numerosa e honrada” e inserido numa “onda terrível de suspeição e descrédito”, num “processo condenável de dissolução social”. Contudo, os lojistas consideravam-se ofendidos essencialmente como contribuintes, estava a ser atingida uma das “mais seguras e valiosas fontes de receita” para o Estado. A crítica era alargada à classe política como um todo e, em particular, ao Parlamento, no qual a demagogia e a aprovação de constantes aumentos de impostos acabavam por “desorientar a opinião pública” e prejudicar “os pequenos merceeiros”. O objectivo destes jogos políticos, afirmavam, era fazer com que o Governo pudesse fazer passar as suas medidas mais impopulares de forma pacífica. Associada à crítica política, ao que designavam de “tenebrosos processos da política”, ficava a reivindicação de que tinha de se fazer corresponder, à importância social e económica que consideravam deter, a respectiva relevância política ou cívica. Era necessário que os políticos, essa classe profissional cujo salário auferido nem sempre correspondia à utilidade produzida, se

¹¹⁵¹ ACLL, *Boletim*, n.º 53, Abril de 1892, pp. 1-4. Sobre a falta de Luís Diogo da Silva à reunião veja-se ACLL, *Boletim*, n.º 54, Maio de 1892, p. 1. Sobre a sua influência observe-se o facto de, em 1890, ambos serem membros efectivos das comissões de recenseamento eleitoral e de, em 1894, terem sido eleitos pelo Partido Progressista para uma comissão de 24 nomes encarregue dos trabalhos eleitorais, posição que, como se verá, acabaram por recusar. Cf. *Os Debates*, n.º 453, 7 de Janeiro de 1890 e *O Século*, n.º 4305, 18 de Janeiro de 1894.

¹¹⁵² *O Século*, n.º 3627, 8 de Março de 1892 e *O Lojista*, n.º 23, 8 de Março de 1892.

¹¹⁵³ ACLL, *Livro de Caixa (1887 a 1893)*, fl. 45.

compenetrassem que ofender o comércio era atacar uma “multidão enorme de cidadãos”, era criar ressentimento entre uma “uma classe que só em Lisboa compreende mais de 15000 estabelecimentos (...) [e] 50000 almas”¹¹⁵⁴.

A ameaça velada era que esses “cidadãos” estavam a adquirir cada vez mais consciência da sua “independência” cívica e que, sendo esta negada ou obstruída pelos políticos monárquicos, ficava a opção de se entregarem aos republicanos que defendiam as suas causas com afínco na imprensa e tinham um programa política, económica e socialmente muito próximo das suas reivindicações e expectativas. Não por acaso, os resultados da polémica com o Progressista Francisco Machado, demonstrando “os erros de cálculo cometidos pelo ilustre deputado”, foram publicados exclusivamente no *Século*, em anúncio de página inteira que custou 37\$450 réis, mais do que a impressão dos 2500 exemplares do manifesto¹¹⁵⁵. Era a resposta de uma associação predominantemente republicana que, através de um jornal republicano, anunciava as suas críticas à política monárquica, para um público, provavelmente, maioritariamente republicano.

Apesar do natural exagero no número de estabelecimentos indicado, é preciso colocar a hipótese deles representarem um aspecto crucial na “importância da Associação como instrumento político.”¹¹⁵⁶ Ora, o que não parecia estar a ser equacionado como preocupante pelos partidos monárquicos, mesmo que usassem os lojistas como peões no seu jogo de xadrez político, como se tem estado a observar, eram as dimensões exactas dessa importância e a forma como o ressentimento, em tempo de crise financeira e económica, parecia estar a converter estes homens – que, apesar de tudo, podiam ser incluídos no grupo dos que até tinham alguma coisa a perder, a sua clientela e a sua independência – num público receptivo a ideias mais radicais. No

¹¹⁵⁴ ACLL, *Desagravo do commercio de Lisboa...*, pp. 3-7 e 21.

¹¹⁵⁵ *O Século*, n.º 3675, 24 de Abril de 1892 e ACLL, *Relatório de 1892*, pp. 35-36.

¹¹⁵⁶ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 200.

fundo, ao contrário do que acontecia um pouco por toda a Europa no final do século XIX, onde os políticos conservadores olhavam para a pequena burguesia como uma almofada que possibilitasse absorver os choques do socialismo, de um operariado cada vez mais activo, os políticos monárquicos portugueses, sem que esta última condicionante os preocupasse demasiado, não viam necessidade em ceder aos interesses dos homens do pequeno comércio.

Os lojistas de Lisboa tinham um conjunto de características sociais, económicas e, até, mentais muito próximas dos seus colegas europeus. Ambos sofriam as consequências de crises financeiras e económicas que afectaram a Europa nas décadas finais do século. Contudo, os últimos, como se viu ainda na primeira parte deste trabalho, entendiam que as ameaças eram consequência da modernidade e do progresso, fossem elas traduzidas em novas formas de organização empresarial e comercial que lhes estavam a fazer concorrência ou na dinâmica social e reivindicativa de um operariado ou, simplesmente, de um conjunto de empregados de balcão que, cada vez mais, se entregavam ao ideal socialista. Este enquadramento, associado ao crescente peso político que aquela franja mais “popular” estava a ganhar, mercê das reformas eleitorais e do aumento do nível de rendimentos, colocava uma forte pressão não só sobre a pequena burguesia, sobre os lojistas, mas também sobre as restantes classes médias que aos poucos se foram apercebendo do perigo que representaria não ter do seu lado um grupo social que já tinha dado mostras no passado do seu radicalismo e das suas tendências revolucionárias.

Em Lisboa, este quadro simplesmente não se pintava com as mesmas cores. Como se observou na primeira parte apesar da crise ser económica – sendo uma das peças da trilogia explicativa que se tem procurado seguir sobre o alinhamento político dos lojistas – ela tinha também origem na instabilidade e insegurança que o regime de

inquilinato, associado a uma alta das rendas urbanas, trazia a estes homens. Além disso, os bodes expiatórios disponíveis para a maioria dos lojistas europeus, os grandes armazéns e as cooperativas de consumo, ainda mal começavam a beliscar os interesses do pequeno comércio lisboeta. Faltava, ainda, ao país um progresso económico, uma modernidade industrial suficientemente forte para produzir um operariado perigoso, em termos das reivindicações sociais e políticas, e mesmo no mundo das lojas o sistema paternalista ainda conseguia conter muita da conflitualidade laboral, como se observou na terceira parte. Não só esse perigo parecia não existir, como aqueles que se diziam “socialistas”, como Augusto Fuschini¹¹⁵⁷, por exemplo, puderam contar com o apoio dos lojistas, que não tiveram problemas em associar-se à Liga Liberal e votar uma “moção de censura” ao governo de Dias Ferreira, precisamente no mês em que a ACLL publicou e distribuiu os 2500 exemplares do seu “desagravo”.

Efectivamente, em Abril de 1892 a ACLL e os seus sócios procuraram trazer um pouco da vida parlamentar para dentro da assembleia-geral. Já se observou, ao falar dos estatutos, que as discussões nas assembleias seguiam o “regimento da câmara dos senhores deputados da nação.”¹¹⁵⁸ Foi notado atrás, igualmente, que era frequente a discussão de outros assuntos para além dos indicados nos avisos convocatórios. Além disso, era normal reservar-se cerca de 45 minutos no início das reuniões “para discussão de qualquer assunto estranho à ordem da noite”¹¹⁵⁹. Era, no fundo, uma forma da associação contornar a lei pois, se nas convocatórias a ordem de trabalhos tinha sempre um carácter puramente associativo, e na do dia 20 de Abril o objectivo era apresentar o relatório anual e eleger os membros da mesa, o mesmo não sucedia nestes períodos

¹¹⁵⁷ MÓNICA, Maria Filomena, “As reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico (1852-1910)”, in *Análise Social*, n.º 139, 1996, p. 1063.

¹¹⁵⁸ *Estatutos... (1890)*, p. 20.

¹¹⁵⁹ ACLL, *Boletim*, n.º 54, Maio de 1892, p. 1.

antes da “ordem da noite”, onde as discussões, muitas vezes, versavam sobre questões eminentemente políticas, sendo inclusive ignoradas depois as restantes¹¹⁶⁰.

No período antes da “ordem da noite” desta reunião, o “jovem” republicano Júlio Felisberto de Carvalho enviou à mesa uma moção onde apontava “aos governos”, numa linguagem forte, a responsabilidade pela “crise comercial” que se vivia. O de Dias Ferreira, esse “notável estadista” do *Boletim* de 1890, era especialmente visado pois “não correspondeu à expectativa da nação”. Por isso, a ACLL deveria manifestar o seu desagrado e, mais do que isso, a “sua desconfiança na orientação seguida pelo actual governo”. Propôs ainda à votação mais duas moções, uma pedindo a emissão de moedas ou cédulas de baixo valor para facilitar os trocos do “comércio de retalho” e outra para que se suprimissem os dias feriados “que o calendário sem fundamento plausível santifica”. Era um conjunto de propostas que misturavam, no melhor tom radical, a política, a crise comercial, os interesses de classe e um primeiro sinal de anticlericalismo visível na Associação dos Lojistas, representando, sem qualquer dúvida, o reforço da tendência republicana que se tem vindo a acompanhar¹¹⁶¹.

¹¹⁶⁰ O aviso para esta assembleia, além de publicado em vários jornais, foi distribuído como um número suplementar do *Boletim*. Cf. ACLL, *Boletim*, n.º 53, Abril de 1892 (suplemento), p. 1; *O Século*, n.º 3670, 19 de Abril de 1892 e *Diário Popular*, n.º 8964, 20 de Abril de 1892.

¹¹⁶¹ ACLL, *Boletim*, n.º 54, Maio de 1892, pp. 2-3. Uma mistura que era ainda muito inovadora e que não terá seguimento nos anos seguintes, mas que vai começar a desenvolver-se na viragem do século e será basilar na ligação entre republicanos e lojistas nos anos finais da Monarquia, como se verá. Sobre a ligação de Felisberto de Carvalho ao republicanismo e também à Maçonaria veja-se *O Século*, n.º 4292, 5 de Janeiro de 1894 e ACLL, *Relatorio e contas da Comissão Installadora da ACLL, 1894-1897*, Lisboa, Typ. do Commercio, 1897, p. 27. Um esboço biográfico deste sócio publicado pelo *Boletim* atesta precisamente o que se acabou de dizer. Pertencia à ACLL desde 1890 e era fanqueiro no largo do Rato. Morreu a 4 de Janeiro de 1895. Já deveria estar doente, pelo menos, desde Setembro de 1894, altura a partir da qual foi frequentemente visitado pelos membros da direcção da Comissão Instaladora da ACLL. O autor do elogio biográfico destacou que era “extraordinariamente avançado no seu ideal político”, talvez fruto da sua “mocidade”, dando como exemplo, precisamente, a proposta feita nesta assembleia-geral para a “supressão dos inúmeros dias santos que se guardam no nosso país e que, não tendo nenhuma utilidade reconhecida, apenas representam um estorvo para a marcha regular dos serviços da lavoura, da indústria e do comércio (...). Um tão levantado pensamento não encontrou repercussão, mas torna-se [em 1906] necessário que a tenha em nome dos interesses gerais (...). Portugal consagra um terço do ano ao culto de vários santos e a homenagens de vária espécie, resultando deste pernicioso hábito graves prejuízos para a actividade comercial, industrial e burocrática do país.” Cf. ACLL, *Diário, 1894-1901*, pp. 3-7 e ACLL, *Boletim*, n.º 23, Novembro de 1906, p. 82.

Tendência que já nem era ignorada ou contrariada por Pinheiro de Melo, como tinha acontecido em reuniões anteriores. Aliás, foi o próprio que, não se sentido desta feita nada embaraçado, sugeriu que o sócio transformasse a moção em proposta e pedisse a urgência para a sua discussão, o que foi aprovado pela assembleia¹¹⁶². Surgiram logo vozes contrárias à sua discussão pois, consideravam alguns sócios, era uma moção com “carácter político” e que se destinava à “apreciação da marcha dos governos”, o que não estava na tradição da Associação. É óbvio que essa seria a tradição mais antiga, anterior a 1885, quando, como referiu o “velho” regenerador Tomás Salgado, a ACLL praticamente só tinha “tendeiros e confeitores”, mas já há alguns anos que o panorama estava a mudar e o que se passava nesta assembleia era prova disso. A principal oposição, porém, partiu de Joaquim Bizarro, outro sócio conotado com os regeneradores, que apresentou uma contra-proposta para que se rejeitasse a primeira e onde se afirmava que a ACLL deveria ser “completamente estranha a ideias políticas”, mantendo as suas discussões num registo “puramente comercial”¹¹⁶³.

Contudo, o desenrolar das discussões e as votações finais das propostas apontavam precisamente na direcção oposta, a ACLL estava cada vez mais politizada e republicanizada, para além de continuar a dar o seu apoio aos governos e a retirá-lo sempre que considerava não estarem a ser defendidos os interesses da classe. Houve quem afirmasse, certamente, em tom irónico que, afinal, a primeira moção podia ser

¹¹⁶² ACLL, *Boletim*, n.º 54, Maio de 1892, p. 3.

¹¹⁶³ ACLL, *Boletim*, n.º 54, Maio de 1892, pp. 3-4. José Tomás Salgado era comerciante na rua da Boa Vista e foi sócio da ACLL entre 1884 e 1894, tendo sido vogal da Direcção em 1885, presidente em 1886, vice-presidente da assembleia em 1887 e tesoureiro em 1888 e 1889. Saiu da direcção ao mesmo tempo que Simões de Almeida. Em 1906 ainda exercia a mesma actividade, na mesma rua. Em 1878 o recenseamento atribuiu-lhe 47 anos e, em 1906, 66. Cf. AHP, AEM, cx. 1224, S. Paulo e cx. 2160, S. Paulo. Sobre a posição política deste sócio que já em 1887 se tinha oposto à cedência da sala da ACLL para uma reunião de protesto de alguns sócios por a considerar “um tanto política”, veja-se ACLL, *Actas da Direcção, 1881-1889*, acta n.º 162, 1 de Fevereiro de 1887; acta n.º 187, 25 de Junho de 1888 e acta n.º 188, 17 de Julho de 1888 e ACLL, *Boletim*, n.º 29, Abril de 1890, pp. 5-6. Sobre Joaquim Bizarro ver o texto nas páginas seguintes.

discutida e aprovada pois, não trazendo “coroa nem barrete frígio”, não tinha carácter político. Comentário reforçado pelo “cidadão” João Gonçalves, para quem a questão extravasava a apreciação aos governos e tinha que ver, isso sim, com as “instituições”. Frase incendiária de um sócio que era, simultaneamente, “um dos mais fervorosos propagandistas dos ideais republicanos”¹¹⁶⁴. A proposta de Joaquim Bizarro acabaria por ser rejeitada e a “moção de censura”, como lhe chamou a imprensa, aprovada com a abstenção dos corpos gerentes, resultado do óbvio manejo político de quem se opunha ao governo, como se verá, e também do facto da “expectativa” que os lojistas tinham colocado em Dias Ferreira ter sido gorada, revelando-se o seu governo semelhante aos “antecessores”, como era afirmado pelo jornal *O Lojista*. A reunião acabou por ser encerrada devido ao “adiantado da hora”, sem se ter entrado na “ordem da noite”¹¹⁶⁵.

De que modo é que esta reunião estava ligada a Augusto Fuschini? O político era uma personagem da esquerda monárquica, relativamente independente e com um percurso político tudo menos linear, ora apoiando Fontes Pereira de Melo desde o final da década de 1870, ora votando contra os regeneradores em 1890, ano em que assumiu a direcção da Liga Liberal. Movimento político que ainda liderava em 1892 quando, aparentemente, contou com apoios de republicanos e de Mariano de Carvalho para combater o governo de Dias Ferreira. Em 1893, integrou o executivo de Hintze-Franco e combateu o mesmo Mariano para, depois, se associar a Dias Ferreira nas críticas ao governo regenerador de onde tinha saído no final desse ano¹¹⁶⁶.

Até ao início de 1893, contudo, manteve sempre uma áurea de independência, populismo e radicalismo, predicaos muito do agrado dos lojistas, como se tem

¹¹⁶⁴ *GEPB*, Vol. 12, pp. 557-558.

¹¹⁶⁵ *ACLL*, *Boletim*, n.º 54, Maio de 1892, pp. 3-4 e *O Lojista*, n.º 30, 30 de Abril de 1892. Segundo o testemunho do *O Século*, a moção foi “recebida, por quase toda a assembleia com evidentes sinais de aprovação e por alguns membros com frases de entusiasmo”. Cf. *O Século*, n.º 3672, 21 de Abril de 1892.

¹¹⁶⁶ *DCD*, sessão de 11-07-1890, p. 1163 e *O Século*, n.º 3027, 12 de Julho de 1890; *O Lojista*, n.º 30, 30 de Abril de 1892; RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, pp. 198-200, 209 e 212; MÓNICA, Maria Filomena, “As reformas eleitorais...”, pp. 1063-1064; RAMOS, Rui, *João Franco...*, pp. 90-91 e FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”...*, pp. 218, 350, 558-559, 620-621 e 661-662.

observado, e como pode ficar demonstrado pelos elogios dispensados, em 1888, ao “benemérito e eloquente deputado e vereador” e, em 1892, pela proximidade entre a ACLL e a Liga Liberal, a qual, em 19 de Abril, numa reunião com a presença de cerca de 100 indivíduos, aprovou uma moção a criticar o governo pelos empréstimos negociados no estrangeiro por Oliveira Martins, após um discurso crítico de Augusto Fuschini contra as políticas económicas e financeiras do executivo¹¹⁶⁷. Entre os presentes, é provável que estivessem Pinheiro de Melo, Inácio Magalhães Basto, José Beirão, Sebastião Correia Saraiva Lima e António Cardoso de Oliveira, sócios e, alguns, dirigentes da ACLL que se sabe pertenciam à Liga Liberal¹¹⁶⁸.

Tendo isto em conta, é difícil não ver na proximidade de datas das duas reuniões uma convergência de objectivos entre, por um lado, o radicalismo dos lojistas, influenciado pela propaganda republicana e pela crise económica, por outro, a aproximação que desde 1891 Augusto Fuschini procurava fazer aos republicanos no sentido de criar “um novo partido de esquerda constitucional”¹¹⁶⁹ e, por fim, a campanha de oposição ao governo de José Dias Ferreira, que tinha por objectivo “protestar contra a tutela estrangeira pressagiada pelos acordos de Oliveira Martins” com os bancos de Paris. Campanha que, associada ao facto de os referidos empréstimos não agradarem ao próprio chefe do executivo, acabaria por obrigar à demissão do historiador e à remodelação do governo em Maio de 1892¹¹⁷⁰. Para além disso, pode ser colocada a hipótese de, logo a partir desta altura, se desenhar o que parece ter sido uma tentativa do “governo de José Dias” de agradar à “«classe comercial» de Lisboa” que,

¹¹⁶⁷ ACLL, *Relatório de 1888*, 2ª parte, p. 17 e *O Século*, n.º 3671, 20 de Abril de 1892.

¹¹⁶⁸ Cf. *O Século*, n.º 3352, 4 de Junho de 1891 e *Vanguarda*, n.º 904, 27 de Dezembro de 1893.

¹¹⁶⁹ VENTURA, António, *Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal...*, p. 17 e RAMOS, Rui, *João Franco...*, p. 90.

¹¹⁷⁰ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, pp. 207-208.

nas eleições de Outubro desse ano, terá sido tratada “como um partido político, com direito a eleger deputados.”¹¹⁷¹

O que é certo é que, uma vez mais, os lojistas eram cortejados pelas várias forças políticas, com a provável excepção dos regeneradores que começavam a ficar preocupados com o seu crescente radicalismo e protagonismo. Numa altura em que chegavam notícias a Portugal sobre o movimento anarquista francês, com a prisão de *Ravachol*¹¹⁷² em finais de Março, o *Diário Ilustrado* escolheu precisamente o título “A anarquia” para o artigo onde comentou a reunião da ACLL. Referiu então, num misto de surpresa e claro desagrado, que qualquer associação se arrogava o direito de criticar o governo. Depois da Liga Liberal, era a vez da “Associação dos Lojistas de Lisboa”, até parecia que o “Palácio da Ajuda” se transferira para “o Ferragial de Cima”, numa referência à sede da ACLL. Com críticas fortes à atitude dos lojistas, o periódico regenerador chamava a atenção que a Associação estava a afastar-se dos fins sociais a que era destinada e que constavam dos estatutos aprovados em 1890. “Esta é a lei da sociedade, mas a política transforma-a num club, que em tom revolucionário vota moções de censura, como se fosse a Câmara dos Pares ou a dos Deputados!”¹¹⁷³ A defesa dos lojistas na sua imprensa também não era de molde a sossegar os ânimos pois, para combater as críticas dos regeneradores, acabavam por referir que ninguém pensava “com certeza em fazer da Associação dos Lojistas a Convenção de 1789 (sic)”¹¹⁷⁴. Era óbvio que, nesta altura, tudo não passava de retórica republicana, mas o jornal de João

¹¹⁷¹ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 200.

¹¹⁷² François Claude Koenigstein, anarquista francês preso em Março de 1892 depois de ter colocado duas bombas nas casas de um juiz e de um procurador responsáveis pelo julgamento de outros dois anarquistas. Notícias sobre a sua prisão e críticas contra a pena de morte que depois lhe viria a ser aplicada foram divulgadas em *O Lojista*, n.º 33, 22 de Maio de 1892 e *O Lojista*, n.º 41, 26 de Julho de 1892.

¹¹⁷³ *Diário Ilustrado*, n.º 6848, 22 de Abril de 1892.

¹¹⁷⁴ *O Lojista*, n.º 30, 30 de Abril de 1892.

Franco deixava no ar uma ameaça de “dissolução” pelo facto da ACLL se ter arvorado “em parlamentosinho, votando moções de desconfiança ao governo!”¹¹⁷⁵

Ao mesmo tempo, o *Diário Ilustrado*, respondendo a uma polémica sobre se a votação da moção tinha sido por unanimidade, como afirmara o *Século*, ou não, como era defendido pelo *Novidades*, publicou uma carta de um tal J. D. B., sócio da ACLL, onde eram expostos basicamente os argumentos usados por Joaquim Bizarro, denunciando a intenção política da convocação da assembleia-geral e referindo ainda a proposta para que fossem “abolidos todos os dias santos”. O sócio considerava que esse tipo de propostas só eram apresentadas e discutidas nas reuniões da ACLL porque o número de lojistas que a elas assistia era diminuto, afirmação que não correspondia exactamente à verdade¹¹⁷⁶.

Efectivamente, contrariando as afirmações que nessas missivas eram feitas sobre a concorrência de sócios às assembleias-gerais, será de destacar que aquelas que tinham poucos sócios não eram as de polémica, patriótica ou política, como era o caso claramente da reunião “parlamentar” dos lojistas de 20 de Abril de 1892, e sim as que se destinavam à gestão da vida associativa. Neste aspecto, importa referir que a reunião de 13 de Julho seguinte, onde se elegeu, pela primeira vez, uma direcção totalmente composta por republicanos, foi a mais concorrida de todas as que se destinaram

¹¹⁷⁵ *Diário Ilustrado*, n.º 6863, 7 de Maio de 1892. A partir desta altura, aliás, a ameaça de dissolução parece ter sempre pairado sobre a ACLL pois, em Novembro deste ano, após uma nova sessão de defesa dos “ideais de patriotismo e dignidade”, pela anunciada visita da esquadra inglesa a Lisboa, Pinheiro de Melo teve de justificar perante as autoridades o tom “caloroso” de “algumas palavras proferidas” (ACLL, *Boletim*, n.º 61, Dezembro de 1892, pp. 1-3 e 8). Eram, no fundo, prenúncios de como o crescente radicalismo dos lojistas acabaria por ser recebido em Janeiro de 1894.

¹¹⁷⁶ *O Século*, n.º 3672, 21 de Abril de 1892 e *Diário Ilustrado*, n.º 6850, 24 de Abril de 1892. A assunção de que J. D. B. seria efectivamente Joaquim Bizarro parte não só da análise da sua carta, com um discurso muito próximo daquele que o sócio defendeu na reunião e ficou registado na acta publicada no *Boletim*, como também do facto de nesse ano não existir nenhum sócio cujo nome fosse composto por aquelas três iniciais, nas quais, com relativa facilidade, se podem ver as iniciais do seu próprio nome.

efectivamente a este fim, ou seja, que não tinham uma agenda escondida, só sendo superada por aquela em que se votou a demissão de Simões de Almeida¹¹⁷⁷.

Contudo, a análise de alguns casos individuais pode ilustrar melhor o progressivo afastamento da ACLL de um conjunto de sócios ligados ou conotados com o Partido Regenerador. É de relembrar o que aconteceu com Melo e Sousa, nesta altura ainda sócio, que acabou por abandonar a ACLL quando estava já em rota de aproximação aos regeneradores. Algo semelhante ocorreu com o regenerador Tomás Salgado, dos poucos sócios que procurou contrariar a “moção de censura” da reunião de 20 de Abril, um comerciante que em 1906 ainda se mantinha em actividade, um antigo presidente da Direcção que se afastou dos cargos directivos na mesma altura em que foi demitido o também regenerador Simões de Almeida e que a partir de 1894 deixou, igualmente, de constar das listas de sócios. É preciso notar que o facto de não se ter disponível aquela fonte para 1893 impossibilita verificar se estes afastamentos foram efectivos logo no primeiro ano do governo Hintze-Franco, mas talvez o caso de Joaquim Bizarro possa ser elucidativo.

Como se referiu, foi ele que, com maior veemência, se opôs à moção de Felisberto de Carvalho e foi, provavelmente, no seu relato que o *Diário Ilustrado* se baseou para criticar duramente o sentido político da assembleia-geral da ACLL. Ora este sócio, dono de uma salsicharia, entrado para a Associação em 1889, foi outro dos que não apareceu na lista de 1894 e a divergência “política” foi, provavelmente, uma das razões que o levaram a deixar de pagar as suas quotas em 1893, depois de acusar a direcção de “irregularidades” e os corpos gerentes de desprezarem “questões de grande interesse associativo”, pedindo a sua demissão em Outubro desse ano, no que seria acompanhado por outros “30 sócios”¹¹⁷⁸. Uma acusação feita na altura em que a ACLL se perfilava,

¹¹⁷⁷ ACLL, *Boletim*, n.º 57, Agosto de 1892, pp. 4-5 (Anexo 4).

¹¹⁷⁸ ACLL, *Actas da Direcção, 1889-1893*, pp. 248, 251 e 255 e *Boletim*, n.º 72, Novembro de 1893, p. 4.

em conjunto com a ACL e a AIP, em verdadeira oposição às medidas de Fazenda do governo regenerador, o que pode ser visto como resultado dessa mesma divergência, sendo também um exemplo de como a Associação se estava a tornar cada vez menos atractiva para os indivíduos de algum modo mais ligados ao Partido Regenerador, como a publicação das suas cartas no *Diário Ilustrado* já indiciavam.

Como resultado de um ano recheado de polémicas é de destacar, por um lado, um novo passo, certamente, involuntário do Partido Progressista no sentido de alienar um capital de prestígio que durante muitos anos conseguiu manter em relação ao pequeno comércio lisboeta e, por outro, o que se apresentou como um novo reforço do republicanismo ou da crescente influência do Partido Republicano no seio da ACLL, expresso na referida eleição de corpos gerentes de 13 de Julho e que pode ser atestado por outros pequenos sinais, igualmente, significativos. Por exemplo, a alteração da fórmula do voto de agradecimento às entidades que atendiam as reclamações dos lojistas. Este, normalmente, era proposto pela direcção no final dos relatórios e aprovado em assembleia-geral, definindo um “reconhecimento *aos poderes constituídos*”. Contudo, já em 1891, esta fórmula tinha gerado polémica, sendo votada apenas “por maioria”, tendo passado, em 1892, a constituir somente um simples “voto de agradecimento *a todas as autoridades*”¹¹⁷⁹.

A “tremendíssima afronta” da dissolução da ACLL (1893-1894)

Segundo António Costa Pinto e Pedro Tavares de Almeida, republicanos e socialistas, mais os primeiros do que os segundos, desempenharam um “papel importante no desenvolvimento de sociedades de educação, associações seculares ou anti-clericais, associações profissionais da pequena burguesia (como lojistas e caixeiros,

¹¹⁷⁹ ACLL, *Relatório de 1891*, p. 15 e *Relatório de 1892*, p. 12 (itálico meu). A primeira fórmula aparecia igualmente no relatório de 1890, p. 25.

por exemplo), cooperativas, associações de socorros mútuos e sindicatos.” No fundo, “os republicanos procuraram explorar politicamente, como ninguém, esta tendência” e os anos de 1893 e 1894, no que se relaciona com o caso dos lojistas pode ser exemplar, como o foram em parte os anteriores¹¹⁸⁰. Neste aspecto, contudo, é preciso dizer que nem tudo foram méritos seus e também não se pode entender este percurso dos lojistas como algo de predestinado. Por um lado, seria um erro afirmar que todos os lojistas eram republicanos ou tendiam inexoravelmente para esse destino. Do que se tem falado aqui é de tendências, maioritárias, é certo, é essa a perspectiva que se defende, mas que não excluem, como alguns dos exemplos atrás o demonstram, percursos alternativos. Por outro lado, é preciso referir que aquele que parecia ser o caminho da maioria estava a ser talhado, tanto pela propaganda republicana, como pelas ajudas, mais ou menos, involuntárias dos partidos monárquicos. Neste particular, destaque-se o caso do Partido Progressista que terá sido tudo menos hábil na “exploração” das expectativas e interesses dos lojistas, como se verá, concorrendo com um conjunto de divisões, hesitações e silêncios para uma progressiva desilusão destes com o partido da esquerda monárquica, talvez tão profunda como a causada em relação à direita pelo caso da dissolução das associações de 1894 e pela reforma eleitoral de 1895.

Os primeiros meses de 1893 trouxeram ainda alguns dos protagonistas do ano transacto e a aproximação entre as duas associações representativas do comércio de Lisboa, a ACL e a ACLL, no protesto contra a política fiscal. Efectivamente, aquilo que começou por ser um apoio hesitante dos lojistas a Dias Ferreira, passando depois a censura, acabaria por se converter em frontal oposição entre Janeiro e Fevereiro deste ano. A 16 de Janeiro, o presidente do gabinete e ministro da Fazenda, apresentou um

¹¹⁸⁰ PINTO, António Costa; ALMEIDA, Pedro Tavares de, “On Liberalism and the Emergence of Civil Society in Portugal”, pp. 12-13.

conjunto de propostas fiscais no sentido de aumentar as receitas do Estado. Entre outras medidas, optou pelo aumento do imposto de consumo e pela extensão do imposto de renda de casa aos estabelecimentos comerciais, que estavam isentos por um regulamento aprovado pelo governo progressista em 1887. Medidas que desagradaram obviamente aos lojistas, como se viu na primeira parte, onde se caracterizou a crise da década de 1890. Na ACL a recepção às propostas governamentais foi igualmente desfavorável e, além de uma representação, foi marcada uma assembleia-geral para o dia 30 de Janeiro, sendo endereçado um convite a Pinheiro de Melo e Domingos Luís Coelho da Silva, presidentes da mesa e da direcção da ACLL, para estarem presentes. “Estes convites eram já uma primeira tentativa de reunir apoios que fortalecessem futuras tomadas de posição perante o poder público.”¹¹⁸¹

Como já foi referido, as duas associações haviam estado, praticamente, de costas voltadas até finais da década de 1880, altura em que começaram a apresentar em conjunto a lista de candidatos ao júri comercial. Aliás, a 23 de Dezembro de 1892 essa aproximação tinha uma vez mais resultado na apresentação conjunta de uma “lista de comerciantes (...) combinada entre os corpos gerentes” que tinha sido eleita “quase por unanimidade”¹¹⁸². Ao longo dos últimos anos as relações de boa camaradagem entre o “comércio por grosso (...) e o de retalho” tinham sido sempre incentivadas pela direcção e pela mesa da assembleia-geral da ACLL, sendo relativamente frequentes as colaborações e protestos conjuntos. Alguns dos lojistas eram sócios igualmente da Associação Comercial de Lisboa e até ao nível dos corpos gerentes havia coincidências, como era o caso de Sebastião Correia Saraiva Lima, ao mesmo tempo, membro da direcção da ACL, desde 1892, e vice-presidente da assembleia-geral da ACLL, desde 1891. Esta ligação manteve-se após Julho de 1892, quando tomou posse a nova direcção

¹¹⁸¹ ACLL, *Boletim*, n.º 64, Março de 1893, p. 1 e SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo...*, pp. 154-155.

¹¹⁸² ACLL, *Boletim*, n.º 62, Janeiro de 1893, p. 8

da ACL, presidida agora por Luís Eugénio Leitão, comerciante ligado ao Partido Progressista¹¹⁸³. A partir desta altura, à frente dos destinos do comércio de Lisboa passaram a estar influentes eleitorais progressistas e republicanos.

Depois da reunião da ACL, foi a vez dos lojistas realizarem a sua assembleia-geral, em 3 de Fevereiro, para a leitura e aprovação da representação contra as medidas de Dias Ferreira, em especial, o aumento do imposto de consumo e o imposto de renda de casa. Eram retomadas as críticas de sempre ao lançamento de tributos que criavam injustiça por onerarem todos por igual e atingirem particularmente os géneros alimentares e a actividade comercial. Antes disso, era preciso que o Parlamento efectuasse “reduções de despesas” no orçamento. Porém, o discurso era agora não só muito mais elaborado, como continha uma carga de ressentimento claramente visível. O que mais preocupava os lojistas era, por um lado, a “péssima orientação” representada nestas medidas fiscais que, uma vez mais, deixavam de fora uma reforma na contribuição predial, uma “revisão das matrizes”, optando o governo pelos impostos que eram “mais fáceis de cobrar”, mas que criavam “mais desigualdades”, ou seja, os impostos indirectos; por outro lado, essas medidas certamente acabariam por ser aprovadas “contra toda a expectativa” colocada no governo e nos deputados e “em completo desprezo dos votos do país”. Ou seja, apesar das operações de charme, de aliciamento por parte de todos os partidos, verificadas antes das eleições, os lojistas sentiam que os seus votos de nada serviam, pois era ao comércio que se pediam depois mais sacrifícios¹¹⁸⁴.

Paralelamente, era cada vez mais notória a tomada de consciência de uma identidade social comum aos lojistas e isso tendia a agravar o tom das suas críticas.

¹¹⁸³ ACLL, *Boletim*, n.º 53, Abril de 1892, pp. 2-3 e n.º 57, Agosto de 1892, pp. 3-4; SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo...*, p. 142. Sobre a ligação de Luís Eugénio Leitão aos progressistas veja-se, por exemplo, *Os Debates*, n.º 386, 29 de Outubro de 1889 e *Novidades*, 2994, 9 de Janeiro de 1894.

¹¹⁸⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 63, Fevereiro de 1893, pp. 6-7 e n.º 64, Março de 1893, pp. 2-3.

Ninguém tinha “melhor consciência da necessidade” de equilíbrio financeiro do que “a classe comercial, *a dos intermediários*”. A sua desilusão e o seu radicalismo só podiam ser aumentados quando viam que esse valor e esse papel não eram tidos em conta pela elite social, económica e política do país: “no dizer de muitos *celebrados* economistas portugueses” aquela classe não tinha “função alguma a desempenhar no meio social, nada significa”, desabafavam. Depreciada a sua posição pelos que estavam acima na escala social, não tinham qualquer pejo ou receio de se identificarem com os que estavam num lugar inferior dessa mesma escala. Tendo em conta a observação da “injustiça” de não serem beliscados os privilégios dos proprietários, no fundo, não se mexia no “imposto predial”, nada os impedia de “considerar[em]-se” como parte integrante de “todas as classes trabalhadoras”¹¹⁸⁵.

Deste modo, os lojistas de Lisboa, apesar de representarem uma força importante em termos eleitorais, como se verificava por toda a Europa, onde eram mesmo uma das franjas mais politizadas da pequena burguesia, viam os seus interesses e expectativas permanecerem marginais nas acções dos vários governos. Eram utilizados no jogo, podiam até fazer parte do discurso, da retórica, mas o seu verdadeiro peso político, que entendiam como um prolongamento da sua importância na sociedade, para a paz social, não era reconhecido pelas elites como uma mais-valia, como um ponto de equilíbrio social ou uma forma de absorver “os choques entre os ricos e os pobres”¹¹⁸⁶. No fundo, o que estava a levar os lojistas lisboetas para o confronto político com o sistema, era o facto de não lhes ser valorizada a sua “metáfora” de “intermediários”, levando-os a uma maior identificação com a revolução “popular” do que com a “revolução desde

¹¹⁸⁵ ACLL, *Boletim*, n.º 63, Fevereiro de 1893, p. 6 (itálico no original).

¹¹⁸⁶ Era precisamente essa valorização do seu papel que permitia a sua assimilação ou, pelo menos, a sua maior identificação com as “classes médias” belgas, francesas, alemãs e outras, trazendo-os para o lado conservador da sociedade e da política. CROSSICK, Geoffrey, “Metaphors of the middle...”, pp. 257-260.

cima”¹¹⁸⁷. Talvez por isso, se possa afirmar que uma parte muito significativa dos lojistas de Lisboa não via uma ameaça no operário e no caixeiro, mas sim no grande proprietário, no político, por vezes, no próprio rei. E isso não só permite, em boa medida, explicar a sua aproximação ao republicanismo, como também a razão porque não se sentiram atraídos pelo franquismo. Nesse sentido, a dissolução de Janeiro de 1894 foi tanto um ponto de chegada, como um ponto de partida para o reforço daquelas tendências.

Entretanto, Dias Ferreira, com dificuldades em gerir os trabalhos parlamentares, acossado pelos comerciantes e pelos credores estrangeiros, sem o apoio do rei, acabaria por se demitir a 20 de Fevereiro sem pôr em marcha o seu plano financeiro, sendo nomeado a 23 um novo ministério presidido por Hintze Ribeiro, depois de António de Serpa ter declinado o convite do monarca. O programa do novo governo, apresentado nesse mesmo dia, era uma vez mais uma aproximação à “esquerda” pela voz da direita monárquica, tendência que já não era novidade, como se viu com a apresentação do programa do segundo governo de João Crisóstomo, onde figurou Mariano de Carvalho e onde se tinha feito uma aproximação ainda mais à esquerda, quase ao republicanismo¹¹⁸⁸.

O discurso era recorrente, mas tinha a particularidade de facilmente indispor os mais “radicais”, os mais “avançados”, nomeadamente, os lojistas porque, não só, na maior parte das vezes não era cumprido, como não tocava naquilo que correspondia a um dos maiores factores de mobilização política e de reforço do radicalismo no pequeno comércio, o “ódio ao imposto”, como foi observado na terceira parte¹¹⁸⁹. Apesar da mudança de Governo os lojistas logo declararam a sua “cuidadosa vigilância e

¹¹⁸⁷ A última expressão era de Oliveira Martins. Cf. RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 209.

¹¹⁸⁸ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, pp. 209-210; MÓNICA, Maria Filomena, “As reformas eleitorais...”, p. 1063 e SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo...*, pp. 155-156.

¹¹⁸⁹ WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, p. 25.

circumspecta desconfiança” face ao que esperavam do novo executivo. Essa atitude justificava-se, na sua perspectiva, porque “têm sido tantas as decepções porque temos passado, tantos os desenganos e tantas as desilusões” que só ficando “alerta” se poderiam defender os interesse e “bem-estar” dos lojistas¹¹⁹⁰. O que até aqui tinha sido uma característica do seu discurso que se intuía ou inferia por comentários indirectos, era agora claramente verbalizado, sem rodeios. Definitivamente, estavam a ficar desiludidos com os políticos de sempre, mesmo aqueles a quem tinham emprestado alguma simpatia, mostrando um ressentimento ainda relativamente moderado nas expressões dos corpos gerentes, mas que rapidamente passava a intransigente e a contestação aberta às “instituições” no calor das assembleias-gerais¹¹⁹¹.

Quando analisaram a entrada de Augusto Fuschini para a pasta da Fazenda do governo Regenerador, os elogios inicialmente concedidos à sua nomeação pareciam uma cópia do que tinha sido o discurso relativo a Dias Ferreira. O novo ministério era “recebido com benevolência”, em especial o ministro da Fazenda, “pelos precedentes já na imprensa, já no parlamento, já na Liga Liberal”. Não foram poupados elogios ao político pela “vasta inteligência e profundidade de conhecimentos sociológicos”. Até ao novo Governo era dado o benefício da dúvida parecendo “disposto a inaugurar um período de equidade e bom senso”¹¹⁹². Contudo, não se esqueciam de chamar a atenção para o que consideravam ter provocado “a queda do gabinete Dias Ferreira”. Ficara então provada a “impossibilidade de serem aumentados os impostos, especialmente os que recaem sobre os objectos de primeira necessidade.” O alvo das reformas fiscais deveria ser outro, deveria atingir os “potentados”, os altos funcionários do Estado, os grandes capitalistas, os grandes proprietários. Entre as “medidas que convém pôr em

¹¹⁹⁰ ACLL, *Boletim*, n.º 64, Março de 1893, p. 3.

¹¹⁹¹ Como também já era recorrente, a crítica à Monarquia partia do “cidadão” João Gonçalves, na assembleia-geral de 3 de Fevereiro.

¹¹⁹² *O Lojista*, n.º 48, 15 de Março de 1893 e *O Lojista*, n.º 50, 29 de Março de 1893.

prática” era destacada, precisamente, a reforma das matrizes prediais e o aumento do respectivo imposto¹¹⁹³.

Os desejos dos lojistas que se adivinhavam nas palavras da ACLL, num primeiro momento, parecia que seriam concretizados. Em Abril, a ACLL abriu o seu *Boletim* com um artigo sobre as medidas de Fazenda desse “homem inteligente e trabalhador”, destacando os trabalhos “provisórios” para a reforma da contribuição predial, essa “necessidade, inúmeras vezes citada pelo comércio”¹¹⁹⁴. Quando as Cortes reabriram, a 15 de Maio, entre “propostas de lei alterando o regime do álcool e remodelando o imposto do selo, (...) e a contribuição industrial”, medidas que seriam mal recebidas pelo comércio, encontrava-se então um projecto de reforma da contribuição predial. Contudo, as alterações previstas a este imposto, tão ardentemente defendidas, desde há muito, pelos lojistas, não passaram na comissão parlamentar e, neste ponto, é preciso concordar que “este facto não terá sido estranho ao modo como o comércio e a indústria de Lisboa perceberam estes projectos de política fiscal”¹¹⁹⁵ e ao modo como as associações representativas desses sectores desde então se colocaram na oposição ao Governo.

No caso dos lojistas, exactamente como tinha acontecido com o governo de Dias Ferreira, após a apresentação do plano de recuperação financeira, os elogios a Fuschini rapidamente deram lugar a cepticismo e crítica pois o ministro aparentava não ser diferente dos seus antecessores, uma vez que “de há anos para cá, todos os ministros da Fazenda se têm proclamado senhores de admiráveis *elixires*, infalíveis no tratamento e cura do *deficit*”, mas a receita era sempre a mesma, aumento de impostos que iam sobrecarregar os mesmos de sempre, os “pobre[s] contribuinte[s]”, nomeadamente, os

¹¹⁹³ ACLL, *Boletim*, n.º 64, Março de 1893, pp. 3-5.

¹¹⁹⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 65, Abril de 1893, p. 1.

¹¹⁹⁵ SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo...*, pp. 158-159.

comerciantes, os industriais e os pequenos empregados¹¹⁹⁶. No fundo, Fuschini, no papel de ministro, dava uma “enormíssima queda de um alto prestígio à vulgaridade absoluta!”¹¹⁹⁷ As medidas que agora defendia constituíam uma contradição imperdoável num “homem que se exaltava quando falava da situação do comércio e indústrias nacionais”¹¹⁹⁸. É preciso não esquecer que nas reuniões da Liga Liberal, onde discursava com frequência, estavam presentes lojistas e sócios da ACLL, pelo que esta última crítica muito provavelmente não seria mera retórica.

Para além da não concretização da reforma das matrizes prediais, as restantes propostas dirigiam-se novamente ao comércio e à indústria, como se verá. Interessa contudo contextualizar a importância deste discurso de desalento em relação a Fuschini. O crescimento da ACLL que se registava desde 1886 terá contribuído para um reforço da tomada de consciência dos lojistas em relação ao seu papel na sociedade e na política, já atrás referido¹¹⁹⁹. Tendo isso em mente, parece relativamente razoável aceitar a relevância do seu papel, por um lado, na elaboração de um discurso que seria comum a uma parte significativa dos lojistas de Lisboa, por outro lado, na forma como esse discurso era aproveitado por um conjunto de indivíduos ou forças políticas. Em parte, foi o que se observou entre 1890 e o princípio de 1893, com o patriotismo republicano, com Mariano de Carvalho e, em menor grau, com Dias Ferreira e Augusto Fuschini.

Porém, a saída de cena destas últimas influências, de forma consciente ou por força das circunstâncias, uma vez que até o actual ministro da Fazenda não tinha

¹¹⁹⁶ *O Lojista*, n.º 58, 24 de Maio de 1893. A crítica directa ao actual ministro da Fazenda, facilmente pode ser entendida como direccionada a Oliveira Martins e até a Mariano de Carvalho, o antigo “boticário” preparador de elixires.

¹¹⁹⁷ *O Lojista*, n.º 64, 8 de Julho de 1893.

¹¹⁹⁸ *O Lojista*, n.º 70, 27 de Agosto de 1893.

¹¹⁹⁹ Isso mesmo é destacado em vários trabalhos sobre a importância do associativismo para a construção de uma imagem identitária entre a pequena burguesia. Veja-se, por exemplo, BLACKBOURN, David, “Between resignation and volatility...”, p. 35 e CROSSICK, Geoffrey, “Metaphors of the middle...”, pp. 251-252.

correspondido à “esperança” que tinha sido depositada na sua política e por isso também ele deixava de ter a confiança dos lojistas, essa retirada, dizia-se, associada ao agudizar da crise económica, ao aumento de impostos e à presença de um governo forte e conservador acabava por deixar os lojistas praticamente entregues a si próprios ou, como parece mais aceitável, mais susceptíveis de absorver a influência dos republicanos.

Como é óbvio, estes não perderam tempo e enquanto o país parecia “resignado” perante “nova *esfoladela*”, enquanto andava tudo “muito sossegadinho”¹²⁰⁰, os jornais republicanos pareciam ser a única excepção clamando pela necessidade de intervenção das associações. Significativamente, a referência do apoio dado pela imprensa republicana era transmitida no *Boletim* da ACLL, logo após um artigo sobre a alegada “apatia comercial”, sendo a primeira vez que aparecia de forma directa. Os lojistas estavam desatentos, provavelmente desorientados por causa da “grave crise” que os assolava, por isso cabia à Associação, dominada pelos republicanos e por quem demonstrava ter tendências republicanas, detentora de uma “longa” lista de serviços prestados ao comércio, liderar os protestos que se impunham contra as medidas de Fazenda¹²⁰¹.

No caso da contribuição industrial, pela comparação que é possível fazer entre as taxas então em vigor, aquelas que foram propostas pelo governo, em 1893, e as que acabariam por ser implementadas em 1894, onde apesar de tudo se nota uma ligeira descida em relação ao projecto inicial, talvez se possa dizer que era mesmo para estranhar a apatia pois o que agora era proposto representava um crescimento muito significativo da carga fiscal, como é possível verificar pela percentagem de aumento em relação ao que os lojistas pagavam desde 1888, em alguns casos, ultrapassando os 100%

¹²⁰⁰ *O Lojista*, n.º 53, 19 de Abril de 1893; n.º 58, 24 de Maio de 1893 e n.º 60, 8 de Junho de 1893 (itálico no original).

¹²⁰¹ ACLL, *Boletim*, n.º 67, Junho de 1893, p. 2.

(quadro 8). Nas representações que, tanto a ACL, como a ACLL, enviaram depois ao Parlamento a contestar estas alterações eram inclusive apresentadas variações mais elevadas, pois na lei, não foram só alteradas as taxas, como a classificação de algumas actividades que, subindo de escalão, obviamente eram ainda mais oneradas. Era o caso dos boticários, por exemplo, que pagando 22\$000 réis de contribuição por estarem na 6ª classe, passariam a pagar 90\$000 (mais 309%), não só pelo aumento das taxas, mas também por serem colocados agora na 4ª classe. Os exemplos destacados pelas associações, obviamente, centravam-se nos casos mais gritantes, que poderiam atingir “até 700 por cento”, mas de qualquer forma representavam sempre um agravamento da pressão fiscal muito considerável, em especial, para aqueles lojistas que eram ainda a classe mais representada na ACLL, os merceeiros¹²⁰².

Quadro 8 – Comparação dos valores das taxas da contribuição industrial para alguns dos tipos de lojas mais frequentes nas listas de sócios da ACLL¹²⁰³

Tipo de loja	Sócios	Taxas			%	%
	1894	1888	1893	1894	1888»1893	1888»1894
Mercearia	188	37\$000	90\$000	80\$000	143	116
Tenda		11\$000	28\$000	13\$000	155	18
Venda de vinho	29	37\$000	90\$000	80\$000	143	116
Alfaiataria	22	22\$000	28\$000	28\$000	27	27
Padaria	22	22\$000	28\$000	28\$000	27	27
Talho	19	37\$000	55\$000	55\$000	49	49
Loja de chá	14	37\$000	55\$000	40\$000	49	8
Casa de Modas	14	120\$000	200\$000	200\$000	67	67
Retrosaria	11	22\$000	28\$000	28\$000	27	27
Sapataria	11	11\$000	13\$000	13\$000	18	18
Drogaria	9	37\$000	55\$000	40\$000	49	8
Papelaria	9	37\$000	90\$000	55\$000	143	49
Capelista	8	60\$000	90\$000	80\$000	50	33
Algibebe	8	22\$000	28\$000	28\$000	27	27
Carvoaria	8	11\$000	13\$000	13\$000	18	18

¹²⁰² ACLL, *Boletim*, n.º 68, Julho de 1893, pp. 4 e 5.

¹²⁰³ Fontes: Tipo de loja e Sócios 1894 (ACLL, *Livro de matrícula dos sócios (1894 a 1918)*); Taxas de 1888 e 1893 (Comissões Installadoras das Associações Commercial de Lisboa, Industrial Portuguesa e Commercial dos Lojistas, *A Contribuição Industrial. Tabellas comparativas das leis de 1888 e 1893 com o decreto dictatorial de 28 de Junho de 1894. Justificação e Protesto dos Contribuintes contra o agravamento das taxas*, Lisboa, Typographia e Papelaria, 1894; ACLL, *Boletim*, n.º 67, Junho de 1893, pp. 4-7 e ACLL, *Boletim*, n.º 68, Julho de 1893, pp. 2-7); Taxas de 1894 (*Regulamento da Contribuição Industrial aprovado por decreto de 28 de Fevereiro de 1895 e precedido dos decretos que regem a referida contribuição de 28 de Junho e de 15 de Dezembro de 1894*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895, pp. 12 e 28-52). As taxas são as indicadas para as terras de 1ª ordem, como era o caso de Lisboa, para as diferentes classes da contribuição em que eram incluídas as várias profissões ou tipos de negócio.

Em relação ao imposto do selo a principal contestação nem sequer passava pelo aumento das verbas e sim pelo facto de ter de constar nos recibos de pequeno valor e em quase todos os livros comerciais, inclusive, os que estavam já a ser escriturados, o que, como já se observou, era muito mal recebido pelos comerciantes com base no critério da “inviolabilidade” do segredo comercial. Não por acaso, no mesmo *Boletim* em que eram publicadas as novas propostas fiscais, os lojistas incluíam um artigo sobre “os abusos praticados pelas autoridades empregadas na fiscalização deste imposto” que, segundo eles, estavam “agora” a regressar. Como seria de esperar, essa foi a questão inicial da assembleia-geral de 10 de Junho, a primeira após a apresentação das medidas no Parlamento e, também, a última a que assistiu Sebastião Correia Saraiva Lima, autor da proposta de “uma reacção” contra a “fiscalização do imposto do selo”¹²⁰⁴.

As representações enviadas ao Parlamento pela ACL e a ACLL não surtiram efeito e nem a oposição dos deputados progressistas e republicanos foi suficiente para travar os projectos do selo e da contribuição industrial, que acabaram por ser aprovados a 6 de Junho e 5 de Julho, respectivamente, num debate “rápido”. Na Câmara dos Pares a contribuição industrial acabaria por passar a 12 de Julho¹²⁰⁵. A partir desta altura e até Janeiro de 1894, as iniciativas de protesto e a oposição ao governo passaram a ser realizadas praticamente em conjunto com a ACL, o que não era de estranhar tendo em conta a aproximação já destacada.

¹²⁰⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 67, Junho de 1893, p. 7 e ACLL, *Boletim*, n.º 68, Julho de 1893, p. 1. O influente republicano, activo associado e dirigente da ACLL acabaria por falecer a 11 de Julho de 1893. A ACLL dedicou-lhe um n.º completo do *Boletim*. Cf. ACLL, *Boletim*, n.º 69, Agosto de 1893. Sobre a questão do “sigilo” dos livros comerciais veja-se ainda ACLL, *Boletim*, n.º 70, Setembro de 1893, pp. 4-6; FUSCHINI, Augusto, *Liquidações Políticas, Vermelhos e Azuis*, Lisboa, Companhia Typographica, 1896, p. 243 e SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo...*, pp. 165-166.

¹²⁰⁵ ACLL, *Relatório e contas da Comissão Instaladora...*, pp. 3-4 e SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo...*, pp. 159-161.

No dia 20 de Julho a ACLL realizou uma assembleia-geral para responder a um convite formal da congénere lisboeta no sentido de se programarem acções conjuntas. A resposta foi, obviamente, afirmativa e registada numa moção de Júlio Felisberto de Carvalho onde a classe comercial era louvada “pelas suas condições de absoluta independência dos poderes constituídos”. Mais tarde verificar-se-ia que esta independência resultava num afastamento em relação aos dois partidos monárquicos. Ao mesmo tempo, era afirmada a intenção de continuar a combater as contribuições, mesmo depois de aprovadas pelo Rei. Apesar de se afirmar que essa oposição seria feita dentro da lei, o radicalismo levava a uma rápida contradição pois era defendido que a atitude face aos novos impostos deveria ser “hostil”, ou seja, era apontado como caminho a recusa ao pagamento dos impostos, boato que, aparentemente, já circulava na imprensa¹²⁰⁶. À Associação Comercial, entretanto, iam chegando apoios de outras colectividades, um pouco de todo o país, ganhando assim “terreno a ideia de uma acção comum com as associações aderentes aos protestos”,¹²⁰⁷.

Contudo, os grandes comerciantes ainda tinham esperanças de conseguir convencer o executivo com os seus argumentos e como forma de pressão decidiram entregar uma missiva ao governo, reiterando as suas posições e informando-o das adesões recebidas, numa reunião com Hintze Ribeiro realizada a 2 de Agosto. Aparentemente, terão conseguido o compromisso de que o Governo procuraria, na sessão legislativa de 1894, levar em conta as alegações do comércio, uma vez que a lei só entraria em vigor no final desse ano. Contudo, a 28 de Agosto, era “publicada uma portaria pondo em vigor a lei do selo, facto que produziu grande sensação em toda a

¹²⁰⁶ ACLL, *Boletim*, n.º 69, Agosto de 1893 (suplemento), pp. 2-4.

¹²⁰⁷ SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo...*, p. 163.

praça.” Segundo a ACLL, sempre menos contemporizadora, “estava arremessada a luva...”¹²⁰⁸.

Os meses seguintes foram de preparação de uma reunião que deveria congrega os delegados das várias associações que tinham aderido à iniciativa da ACL de organizar um “congresso” de protesto do comércio¹²⁰⁹. Entretanto, a política partidária continuava a mexer. No início de Dezembro, o governo ainda procurou chegar a acordo com os progressistas em relação à dissolução das cortes, oferecendo “a actual representação política do seu partido nas câmaras.” Luciano de Castro recusou este acordo, mas o partido estava dividido em duas correntes de opinião, “a jacobina e a moderada”, nas palavras dos Regeneradores¹²¹⁰, confirmadas pelos acontecimentos do início de 1894. Ao mesmo tempo circulavam boatos sobre a possibilidade de se elaborar uma lista de candidatos às eleições para deputados previstas para o início do ano com elementos do comércio e indústria, patrocinada pela ACL. Por trás destas notícias parecia estar uma tentativa de João Franco, em conjunto com Mariano de Carvalho, de fazer aquela Associação abdicar das suas posições mais radicais em troca de uma representação parlamentar¹²¹¹.

Entretanto, os acontecimentos precipitavam-se e a 7 de Dezembro o Governo publicava “a primeira parte do regulamento da contribuição industrial”, dissolvendo o Parlamento dois dias depois. A partir daqui a questão passou a ser tanto política como de defesa dos interesses da classe e a ACLL lamentava que ao comércio fosse negado o

¹²⁰⁸ ACLL, *Relatório e contas da Comissão Instaladora...*, p. 5 e SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo...*, pp. 163-165.

¹²⁰⁹ ACLL, *Relatório e contas da Comissão Instaladora...*, p. 5 e SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo...*, p. 166.

¹²¹⁰ *Comércio de Portugal*, n.º 4312, 5 de Dezembro de 1893; *Vanguarda*, n.º 896, 18 de Dezembro de 1893; *Diário Ilustrado*, n.º 7449, 20 de Dezembro de 1893 e RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 211.

¹²¹¹ *Novidades*, n.º 2963, 4 de Dezembro de 1893; n.º 2965, 6 de Dezembro de 1893 e n.º 2967, 8 de Dezembro de 1893; *Vanguarda*, n.º 883, 5 de Dezembro de 1893.

acesso à “única instância a que lhe tinha sido permitido recorrer.”¹²¹² Em meados do mês Bernardino Machado e Augusto Fuschini saíam do Governo e o panorama político parecia começar a ser menos favorável ao executivo que até ali tinha conseguido manter os protestos do comércio dentro de certos limites.

No fundo, a partir dessa altura D. Carlos, que tinha procurado transigir com o “espírito liberal e democrático”, deixou de poder contar com elementos que lhe permitissem “popularizar” o seu governo e este deixou de conseguir controlar as associações, inclusive a ACL que noutros tempos tinha dado sinais de maior conservadorismo. Ao mesmo tempo, nesta conjuntura política os lojistas deixaram de ter elementos que os pudessem “dirigir” e, por isso, ficaram entregues aos republicanos e ao “radical” Pinheiro de Melo, mais do que aos progressistas que estavam, na altura, a ser seduzidos por Hintze e Franco, através das “lisonjas” concedidas pelo governo a José Luciano de Castro¹²¹³.

A piorar a situação, o que acabou por entregar os homens do pequeno comércio definitivamente ao radicalismo e a afastá-los da política conservadora ou “reformista liberal”, como era idealizada por João Franco, na transição de 1893 para 1894, foi a incapacidade ou falta de “vontade” do governo em “revolucionar as cobranças de impostos”¹²¹⁴. Era isto fundamentalmente que interessava aos lojistas, mesmo abstraindo a força da propaganda republicana, pois tinham sido os impostos a afastá-los de Mariano de Carvalho, de Dias Ferreira e agora de Fuschini. Até na mais

¹²¹² ACLL, *Relatório e contas da Comissão Instaladora...*, p. 5.

¹²¹³ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 211 e SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo...*, p. 162. Os acontecimentos posteriores acabariam por demonstrar que o Governo não era capaz, na presente conjuntura e com a radicalização das posições, de controlar os actos da direcção da ACL, como tinha feito Mariano de Carvalho, em 1891, durante as crises dos trocos e do gás. Nessa altura, uma censura ao Governo aprovada em 5 de Agosto de 1891, numa reunião da ACL, por iniciativa de Saraiva Lima, seria rejeitada dois dias depois, já com a presença do conde de Otollini, que tinha sido nomeado por Mariano para a comissão administrativa municipal, em nova e urgente reunião da direcção. Cf. *O Século*, n.º 3415, 6 de Agosto de 1891 e n.º 3417, 8 de Agosto de 1891; *Diário Popular*, n.º 8713, 8 de Agosto de 1891. Com a ACLL o controlo era ainda mais difícil devido à preponderância de elementos republicanos que não deixava grande margem de manobra.

¹²¹⁴ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 220.

conservadora ACL “a maioria já não queria falar com o Governo sobre esse assunto”, apesar dos apelos ao diálogo do jornal de João Franco, e eram ultimados os preparativos para uma reunião com todas as associações ligadas ao comércio e indústria a realizar nos dias 27 e 28 de Dezembro¹²¹⁵.

Depois da demissão dos ministros regressaram os boatos sobre as “candidaturas comerciais”, aparentemente, com o objectivo de congregar regeneradores e progressistas, contra as quais estariam os republicanos. No fundo, as várias movimentações políticas do mês de Dezembro, que se intensificariam no mês seguinte, vinham mostrar a força eleitoral que os homens do comércio tinham. Era a própria imprensa a reconhecê-lo quando afirmava que “regeneradores, progressistas e republicanos pensam, unanimemente, em explorar, em proveito da politiquice de cada um, a votação dos comerciantes e industriais, que são a grande maioria dos eleitores de Lisboa.”¹²¹⁶

No dia combinado reuniu-se, então, o “Congresso” nas salas da ACL, tendo estado presentes delegados de 26 associações comerciais e industriais de todo o país. Os argumentos para a contestação aos impostos passavam por colocar em evidência o que levava ao aumento da carga fiscal, ou seja, o facto de não se fazerem economias no orçamento. No meio das discussões, Pinheiro de Melo propôs que os delegados fossem conferenciar com o Governo, no que foi secundado por António Centeno, representante da AIP. Interromperam-se então os trabalhos e “em romaria” foram encontrar-se com Hintze Ribeiro e João Franco. A resposta dos ministros remetia as possíveis alterações à lei da contribuição industrial para quando as Cortes voltassem a reunir, desde que não

¹²¹⁵ *Diário Ilustrado*, n.º 7448, 19 de Dezembro de 1892; ACLL, *Relatório e contas da Comissão Instaladora...*, p. 5; SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo...*, p. 167 e RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 212.

¹²¹⁶ *Novidades*, n.º 2979, 22 de Dezembro de 1893.

implicassem “diminuição de receita calculada” quando a lei entrasse em vigor a 1 de Janeiro de 1895¹²¹⁷.

À noite a reunião foi retomada informando-se os participantes das declarações do Governo. Pinheiro de Melo, classificado pelo *Vanguarda* como um dos mais impacientes na reunião, considerando que era necessário deixar as palavras e passar à acção, insistiu “energicamente pela realização de comícios públicos” na segunda quinzena de Janeiro. A proposta não podia ser mais política, pois estava previsto que as eleições de deputados se realizassem a 11 de Fevereiro, o que obviamente não passou sem resposta por parte dos Regeneradores, acusando os comerciantes de darem “um carácter político” às suas reclamações, quando concordavam em “fazer comícios em véspera de eleições”¹²¹⁸. No dia 28 o “Congresso” voltou a reunir-se, tendo tomado deliberações que iam da resistência aos impostos, “dentro da lei”, à realização de “comícios de comerciantes e industriais”, passando pela firme resolução de se manterem estes propósitos “independentemente do partido ou do gabinete que viesse ulteriormente a assumir o Governo”. Ou seja, ficava o recado para o Governo Regenerador de que a resistência iria continuar e até subir de tom, ao mesmo tempo que se avisava o Partido Progressista que teria de fazer diferente quando e se quisesse chegar ao Poder. Para todos os efeitos os comerciantes e industriais, com o presidente dos Lojistas em destaque, tornavam-se na verdadeira oposição política aos regeneradores, uma oposição, cada vez mais, com tonalidades republicanas¹²¹⁹.

¹²¹⁷ *Novidades*, n.º 2983, 27 de Dezembro de 1893; ACLL, *Relatório e contas da Comissão Instaladora...*, pp. 5-6 e SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo...*, p. 168-170.

¹²¹⁸ *Novidades*, n.º 2984, 28 de Dezembro de 1893; *Vanguarda*, n.º 905, 28 de Dezembro de 1893; *Diário Ilustrado*, n.º 7457, 28 de Dezembro de 1893 e n.º 7458, 29 de Dezembro de 1893; SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo...*, p. 170. Sobre as eleições veja-se *Novidades*, n.º 2977, 20 de Dezembro de 1893.

¹²¹⁹ ACLL, *Relatório e contas da Comissão Instaladora...*, pp. 6-7; RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 212 e SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo...*, p. 170. Os discursos inflamados de Pinheiro de Melo eram elogiados, precisamente, pelos republicanos. *Vanguarda*, n.º 906, 29 de Dezembro de 1893.

No início de Janeiro o Governo ainda procurou negociar e acalmar os ânimos com a publicação de uma portaria sobre o imposto do selo, cedendo na questão da “selagem de livros comerciais já escriturados”, mas como não cedesse em relação à contribuição industrial, foi decidido avançar com a publicação do manifesto *Ao País, os impostos portugueses e as suas aplicações*. O insucesso da reunião com Hintze Ribeiro e a publicação do manifesto levaram à precipitação dos acontecimentos e durante o mês de Janeiro começou a ser preparado um comício a realizar-se no dia 29, “pela 1 hora da tarde no Coliseu dos Recreios.”¹²²⁰

João Franco, nesta altura, já nem procurava ocultar o seu esforço para aliciar os contestatários a concorrerem às eleições por Lisboa, apesar de o fazer por entreposta pessoa. No dia 29 de Dezembro, o director da ACL, Miguel Henrique dos Santos, sócio igualmente da ACLL, tinha-se reunido com alguns delegados das associações no “escritório” de Luís Eugénio Leitão, apresentando a proposta que, segundo os jornais, levava do ministro do Reino. O objectivo era apresentar Luís Eugénio Leitão, José Adolfo de Melo e Sousa, José Pinheiro de Melo e Luís Filipe da Mata ou Casimiro Freire às eleições de 11 de Fevereiro, por Lisboa, com o apoio dos Regeneradores. Procurava, assim, conter os protestos e retirar força aos republicanos que estavam a aproveitar o radicalismo do momento para a sua propaganda. Aparentemente, nessa reunião, apenas Pinheiro de Melo terá recusado terminantemente o referido acordo. Segundo o *Vanguarda*, terá sido o único que não se deixou cair na “armadilha”, desmontando, “com aquele ar de ingenuidade picante que o caracteriza”, a “negociata política” de João Franco¹²²¹. É bem provável que tivesse sido o próprio Pinheiro de Melo a fonte da notícia¹²²².

¹²²⁰ ACLL, *Relatório e contas da Comissão Instaladora...*, pp. 7-10.

¹²²¹ *Vanguarda*, n.º 911, 3 de Janeiro de 1894 e *Novidades*, n.º 2989, 3 de Janeiro de 1894.

¹²²² Algo que foi alvo de polémica entre alguns jornais. Cf. *Novidades*, n.º 2990, 4 de Janeiro de 1894; n.º 2991, 5 de Janeiro de 1894 e n.º 2993, 8 de Janeiro de 1894; *Vanguarda*, n.º 914, 6 de Janeiro de 1894.

Por sua vez, sem entrar em muitos pormenores, o *Diário Ilustrado* acabaria por confirmar a intenção do ministro, referindo que a ser verdade, “a sua atitude é para louvor e não para censuras”, uma vez que Luís Eugénio Leitão e José Pinheiro de Melo eram “homens sérios, caracteres respeitabilíssimos, com importantes interesses de propriedade, comércio e indústria, libertos de compromissos partidários.”¹²²³ A última parte do argumento era claramente retórica pois era do público conhecimento as ligações dos dois comerciantes ao Partido Progressista e a sua influência numa extensa camada de eleitorado urbano.

O acordo acabaria por ser negado por alguns dos presentes na reunião, através de uma declaração inserida num jornal progressista, mas sem a assinatura de Pinheiro de Melo¹²²⁴. O papel do presidente da ACLL na polémica era já um prenúncio do que viria a ser a sua atitude e a de muitos lojistas de Lisboa nas futuras eleições. Ao denunciar o acordo dos regeneradores e ao não se querer comprometer com declarações de progressistas, procurava manter a sua “independência” política que, no entanto, tendo em conta a sua futura escusa em participar nos trabalhos eleitorais progressistas e o facto de se saber que mais tarde apoiou a eleição dos dois deputados republicanos por Lisboa, em Abril desse ano, se apresentava mais como uma “tendência” republicana. Contudo, observando o que já foi dito sobre o pragmatismo dos lojistas, é preciso não esquecer que este tipo de atitudes não seria somente fruto de cálculo político. Seria perfeitamente natural que estivessem ao lado dos republicanos, contra regeneradores e progressistas, uma vez que os primeiros eram os mais dedicados propagandistas da contestação fiscal, os segundos eram responsáveis pela imposição de novos impostos aos lojistas e os últimos não se mostravam veementemente contra os mesmos ou pelo

¹²²³ *Diário Ilustrado*, n.º 7464, 4 de Janeiro de 1894.

¹²²⁴ *Comércio de Portugal*, n.º 4335, 4 de Janeiro de 1894. Veja-se ainda *Novidades*, n.º 2990, 4 de Janeiro de 1894.

menos não declaravam publicamente o seu apoio a quem os procurava contestar, desiludindo-os.

Os trabalhos eleitorais dos republicanos, entretanto, estavam avançados e neles participavam alguns dos sócios mais activos nas assembleias da ACLL, como Júlio Felisberto de Carvalho e Agostinho Manuel de Sousa¹²²⁵. Ao mesmo tempo, circulavam notícias sobre acordos eleitorais estabelecidos entre regeneradores e progressistas em vários pontos do país e, mesmo para Lisboa, surgiam boatos de negociações para a preparação de uma lista monárquica, para combater os republicanos, que acabariam por se confirmar depois do dia 17, data da reunião eleitoral dos progressistas¹²²⁶. Estas negociações, no início desmentidas, mas depois confirmadas pelos jornais de ambos os partidos, representavam para os lojistas, para aqueles lojistas que ainda hesitavam entre os progressistas e os republicanos, uma prova mais de que dificilmente poderiam contar com o partido de Luciano de Castro para o apoio às suas reivindicações, pois aquela aproximação significava que os progressistas não se coíbiam de fazer alianças eleitorais com os regeneradores, numa altura em que uma parte do seu eleitorado estava a contestar os impostos aprovados por eles, depois de os terem combatido no Parlamento pelas mesmas razões.

É óbvio que vindo os boatos de jornais ligados aos republicanos, aos regeneradores e a um ex-progressista, como era o *Novidades* de Emídio Navarro, pode ser colocada a hipótese de representarem uma jogada política para isolar o Partido Progressista. Contudo, mesmo isso é significativo pois, pelos resultados posteriores, a chamada “tosquia dos progressistas”¹²²⁷, tudo leva a pensar que para além da retórica

¹²²⁵ *O Século*, n.º 4292, 5 de Janeiro de 1894.

¹²²⁶ *Vanguarda*, n.º 909, 1 de Janeiro de 1894; *Novidades*, n.º 2995, 10 de Janeiro de 1894; n.º 2996, 11 de Janeiro de 1894; n.º 2998, 13 de Janeiro de 1894 e 3002, 18 de Janeiro de 1894; *Diário Ilustrado*, n.º 7479, 19 de Janeiro de 1894; *Comércio de Portugal*, n.º 4350, 24 de Janeiro de 1894 e *O Século*, n.º 4312, 25 de Janeiro de 1894.

¹²²⁷ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 216.

republicana a questão fiscal era um argumento importante na mobilização eleitoral dos lojistas e que estes não se sentiriam muito confortáveis em votar num partido capaz deste tipo de incongruências. Era, no fundo, mais uma desilusão, como tinha sido a de 1890 aquando da votação do adicional de 6% e da entrega da lei ao monarca.

O sentimento de desconforto ficou expresso na reunião eleitoral que o Partido Progressista realizou a 17 de Janeiro. O objectivo da mesma não é fácil deslindar, pelas informações e contra-informações que circularam na imprensa. Antes da reunião, “segundo diz o *Correio da Noite*”, era propósito dos “membros do partido progressista em Lisboa” aprovarem uma lista de candidatos “que, será de franca, aberta e terminante oposição ao ministério.”¹²²⁸ As notícias que circulavam antes, a que já se fez referência, não pareciam apontar nesse sentido. Por outro lado, os resultados da reunião levavam outros a considerar como verdadeira a tese de acordo entre os partidos monárquicos¹²²⁹. O certo é que após a nomeação de uma comissão de 24 nomes para tratar dos trabalhos eleitorais, na qual se incluíam, além de Luís Eugénio Leitão, presidente da ACL, e alguns sócios da ACLL, como António Caetano Macieira, José Pinheiro de Melo ou Luís Diogo da Silva, o presidente dos lojistas “pediu escusa” do cargo o que gerou logo polémica e discussão¹²³⁰.

O *Comércio de Portugal* também noticiou a reunião, mas não referiu qualquer desacordo entre os presentes e muito menos falou da recusa de Pinheiro de Melo em fazer parte da comissão eleitoral. No dia seguinte, porém, já falava numa segunda “escusa”, a do presidente da ACL, Luís Eugénio Leitão, que não tinha estado presente na reunião, confirmada através de uma carta onde supostamente afirmava não querer entrar “em quaisquer manifestações de carácter político”¹²³¹. O embaraço e as divisões

¹²²⁸ *O Século*, n.º 4298, 11 de Janeiro de 1894.

¹²²⁹ *Novidades*, 3002, 18 de Janeiro de 1894 e *Comércio de Portugal*, n.º 4350, 24 de Janeiro de 1894.

¹²³⁰ *O Século*, n.º 4305, 18 de Janeiro de 1894 e *Novidades*, 3002, 18 de Janeiro de 1894.

¹²³¹ *Comércio de Portugal*, n.º 4347, 19 de Janeiro de 1894 e *O Século*, n.º 4306, 19 de Janeiro de 1894.

entre os progressistas começavam a ser mais do que notórios e não é de excluir a hipótese da escusa dos dois presidentes poder estar relacionada com o facto do Partido não se declarar abertamente contra a política financeira do Governo.

Entretanto, entre este último e as associações o clima começava a ficar muito tenso, pois já nem “uma associação em extremo conservadora, sempre pronta a acatar todos os governos e a secundar todas as manifestações palacianas”, como era a ACL, nas palavras do *Século*, se coibia de se juntar à “*Anarquia*” que, segundo o *Diário Ilustrado*, resultava do facto de estar a adoptar uma atitude igual “à dos Lojistas, dando-se ares de um Estado no Estado” e insistindo nos “tais comícios em véspera de eleições”. Os regeneradores consideravam, em tom de aviso, que a ACL estava a “estica[r] em demasia a corda” com as suas reclamações, requerendo para o comércio o estatuto de “classe privilegiada”, quando na verdade “são as classes preponderantes da ilustre Associação *as que melhor e mais regaladamente vivem neste país*”¹²³².

Era uma referência à reunião da ACL, de 12 de Janeiro, onde Luís Eugénio Leitão tinha afirmado que o comércio manteria a sua oposição aos impostos enquanto não fossem realizadas “todas as economias compatíveis com a boa administração”. No caso dos lojistas, reunidos a 18, os discursos de crítica ao governo, sempre baseados na contestação às leis da contribuição industrial e do selo, eram ainda mais “enérgicos”, apelando Eduardo Nunes da Mota que se deixasse para trás as palavras e se passasse à acção, “dando o golpe decisivo” ao Governo, ou seja, que se fechassem as portas dos estabelecimentos para forçar a demissão de Hintze e Franco, discurso que, segundo um jornal republicano, “foi entusiasticamente aplaudido”¹²³³.

¹²³² *O Século*, n.º 4301, 14 de Janeiro de 1894; *Diário Ilustrado*, n.º 7474, 14 de Janeiro de 1894 (itálico no original).

¹²³³ SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo...*, p. 172 e *O Século*, n.º 4306, 19 de Janeiro de 1894. A partir de Janeiro de 1894, as descrições sobre as acções da ACLL têm de se basear exclusivamente na imprensa pois, devido à dissolução, não chegou a ser publicado o relatório de 1893 e foi interrompido o *Boletim*.

No dia 25 surgiam na imprensa os primeiros anúncios sobre a reunião no Coliseu e dois dias depois já circulavam notícias sobre a possibilidade do Governo a ir proibir¹²³⁴. O que efectivamente aconteceu, sendo a decisão tomada, provavelmente, na reunião do Conselho de Ministros do dia 27, tendo sido publicitada no dia seguinte. A notificação de proibição do comício referia que o mesmo tinha sido convocado em desobediência à lei, sendo incentivadas “manifestações colectivas de que poderiam derivar perturbações de ordem pública.” O fecho dos estabelecimentos e a distribuição de bilhetes para a referida reunião que, aparentemente, se estavam a fazer também entre caixeiros e operários eram uma preocupação óbvia para o Governo que, de forma justificada, previa o aproveitamento político do acontecimento pelos republicanos e pela sua “tropa de choque”. Depois de terem notícia da proibição os delegados da comissão organizadora juntaram-se à reunião da assembleia-geral da Associação Industrial, então a decorrer, tendo decidido que o encerramento das lojas seria deixado “à iniciativa individual” e que seriam convocadas assembleias-gerais das três associações para o mesmo dia e hora, contornando a proibição do Governo. Curioso, é que o anúncio a avisar sobre as mesmas foi publicado, entre outros jornais, no próprio *Diário Ilustrado*, com a excepção do da ACLL¹²³⁵.

Dessas reuniões não se podia esperar outra coisa que não fosse um violento ataque ao Governo. Os republicanos, apesar de afirmarem não esperar de “Luís Eugénio Leitão, Pinheiro de Melo e [d]os outros representantes das associações comerciais e industriais de Portugal, [que] proclamem a República”, consideravam que o que se estava a passar era um sério aviso à Monarquia e declaravam-se “incondicionalmente” ao lado dos contestatários que na reunião da ACLL afirmavam estar a ser “insultados por um governo fraco” e por “exploradores políticos que mandam aqui para a porta a

¹²³⁴ *O Século*, n.º 4312, 25 de Janeiro de 1894 e n.º 4314, 27 de Janeiro de 1894; SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo...*, p. 172

¹²³⁵ *O Século*, n.º 4315, 28 de Janeiro de 1894 e *Diário Ilustrado*, n.º 7488, 28 de Janeiro de 1894.

polícia para nos prender à saída e que só tratam de organizar caçadas em Vila Viçosa.” A revolução, contudo, acabaria por ficar pelos discursos e, depois de uma reunião por vezes “tumultuária”, foi resolvido manter em “sessão permanente” a assembleia-geral e fechar “meia porta” dos estabelecimentos¹²³⁶.

O resultado final do confronto é conhecido e, apesar de já circularem boatos, o que lojistas, comerciantes e industriais talvez não esperassem era que o Governo, claramente numa posição de força, acabasse por decretar a dissolução das Associações Comercial, Industrial e de Lojistas, no dia 31 de Janeiro de 1894¹²³⁷. No fundo, o que os últimos anos tinham demonstrado era que o fecho da “meia porta” das lojas era uma arma eficaz na oposição aos governos que iam cedendo e negociando com as associações, transformadas em grupos de pressão. O que mudava era que à pressão dos interesses juntava-se agora o *lobby* político para o qual os republicanos estavam a concorrer de forma significativa. O Governo, no fundo, não viu outra alternativa e, mesmo sabendo que a dissolução seria encarada como uma “violência” que lhe poderia trazer dissabores políticos, a cedência, numa altura em que até a conservadora ACL parecia tomada pela onda “revolucionária”, apresentava-se como um perigo ainda maior, não já para o Governo, mas talvez para a Monarquia. Podia não ser no imediato, podia o Partido Republicano ainda não passar “de uns quantos jornais, uns quantos clubes, em que estimáveis homens de bem tentavam falar para o «povo», isto é, para alguns pequenos comerciantes e operários estabelecidos por conta própria.”¹²³⁸ Podia, por fim, afirmar-se que o próprio Partido Progressista, embora dividido entre “jacobinos e moderados”, não

¹²³⁶ *Vanguarda*, n.º 938, 30 de Janeiro de 1894; *Diário Ilustrado*, n.º 7490, 30 de Janeiro de 1894 e *O Século*, n.º 4317, 30 de Janeiro de 1894. As descrições dos jornais são relativamente coincidentes sobre o discurso de Júlio Felisberto de Carvalho. Veja-se ainda RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 212.

¹²³⁷ Sobre os boatos veja-se *O Século*, n.º 4316, 29 de Janeiro de 1894 e n.º 4318, 31 de Janeiro de 1894. O decreto da dissolução foi publicado em *Diário Ilustrado*, n.º 7493, 2 de Fevereiro de 1894.

¹²³⁸ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, pp. 189-190.

estava disposto a caminhar para a República como o demonstra a atitude prudente de José Luciano em toda esta questão, como se verá. Contudo, a atitude radical estava presente e o clima de conflito era efectivamente grave.

Não se pretende aqui afirmar que a Monarquia poderia ter caído em 1894. Defende-se, porém, que mais importante do que aquilo que poderia ter acontecido, foi aquilo que o acto da dissolução das associações efectivamente significou em termos da futura definição das fidelidades políticas e cívicas de um conjunto de homens que constituíam já uma das mais extensas e sólidas bases de apoio social do republicanismo. O próprio PRP tinha admitido, implicitamente, a importância da manutenção do apoio da pequena burguesia, com a aprovação do seu programa em 1891, e continuaria mais tarde, a partir da viragem do século, a tentar alargar essa mesma base pois “cedo o escol antimonárquico se apercebeu que a verdadeira oposição à camada burguesa que monopolizava o poder não radicava na classe operária, mas nas camadas inferiores da burguesia, nomeadamente lisboetas.”¹²³⁹ Ao dar o seu suporte às causas e expectativas dos lojistas o republicanismo procurou capitalizar o ressentimento de indivíduos que, desejando ser uma força social e política activa, desejando ver transformada em mais-valia cívica a sua importância social, viam essas aspirações serem recusadas pelas forças políticas monárquicas que os usavam na “politiquice”, na “política baixa” como os lojistas se referiam às lutas partidárias, para logo a seguir os ignorarem ou até amesquinharem.

A partir desta altura, o ressentimento ou “desalento” que era transmitido pelo seu discurso passou a contar com uma memória, um acto fundador a que sempre podiam recorrer, por um lado, para relembrar aos mais cépticos do que tinham sido capazes alguns homens políticos e, por outro, para servir de arma de defesa e coesão sempre que

¹²³⁹ RIBEIRO, Lia Armandina Sá Paulo, *A Popularização da Cultura Republicana...*, p. 41.

se sentiam ameaçados nas suas prerrogativas e nos seus interesses. Quando mais à frente se falar sobre o governo de João Franco de 1906-1908 esta noção ficará bem visível. A dissolução de 1894 passou a ocupar na imagética dos lojistas de Lisboa o papel que já tinha sido preenchido pela vitória de 1872-1873 frente à CML na substituição do formulário “odiosíssimo” das licenças de comércio e indústria. A razão de se defender este acontecimento como o ponto de viragem essencial para perceber o porquê dos lojistas de Lisboa não terem abandonado as suas tradicionais alianças ao populismo e ao radicalismo para se juntarem às “classes médias”, como estava a acontecer no estrangeiro, e terem começado a aderir também eles “incondicionalmente” ao republicanismo passa por uma diferença essencial entre aqueles dois momentos. Enquanto a luta da década de 1870 era ainda centrada quase exclusivamente na defesa dos interesses económicos dos lojistas, o confronto de 1894, apesar de também ter na sua origem uma forte motivação económica, um aumento significativo da pressão fiscal, caracterizou-se por uma politização sem precedentes até à data, como em parte já foi possível observar, tendo inclusive resultado num conjunto de desenvolvimentos e consequências de curto e médio prazo onde predominavam já as questões políticas.

O primeiro desses desenvolvimentos resultava do facto de agora os lojistas fazerem parte desse “povo” republicano que desde a década de 1880 estava a crescer de forma acelerada, como o mostra o facto de terem passado de pouco mais de 3000 votos nas eleições de Lisboa em 1889, para mais de 5200 nas de 1892 e com tendência para subir¹²⁴⁰. Ao mesmo tempo, era um “povo” que já não incluía apenas “alguns” pequenos comerciantes, muito provavelmente, englobava uma maioria de lojistas de Lisboa, como a evolução da ACLL parece demonstrar. Além disso, não tinha a servi-lo somente jornais e clubes, onde uma pequena elite explicava ao caixeiro e ao operário, de forma

¹²⁴⁰ ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Comportamentos eleitorais em Lisboa...”, pp. 135 e 144.

paternal, os ideais da República. Contava agora, entre outras, com uma associação profissional com mais de 1200 sócios, capaz de mobilizar uma parte significativa dos perto de 10 mil lojistas então existentes em Lisboa, como tinha ficado provado na greve do gás, facto que os regeneradores não se esqueciam de referir, precisamente, neste momento¹²⁴¹. Contava igualmente com um conjunto de indivíduos que tanto podiam fazer parte do público atento à propaganda republicana, pela sua alfabetização, como eram, em alguns casos, bons oradores, razoáveis propagadores daquela mensagem, quanto mais não fosse perante as frequentes assembleias-gerais da ACLL, algumas bastante frequentadas.

Tendo tudo isto em mente, pode-se colocar a questão de saber porque razão é que essa dinâmica do republicanismo foi a seguir interrompida, embora não imediatamente, como se verá, correspondendo os anos seguintes a um período de refluxo? A resposta tradicional da historiografia tem sido dupla: por um lado, a força do governo regenerador, por comparação com os anteriores, e os efeitos da legislação eleitoral que aprovou em 1895 terão representado um rude golpe na propaganda e nas aspirações de crescimento eleitoral dos republicanos; por outro lado, as divisões internas do movimento e o abstencionismo a que se entregou até à viragem do século terão contribuído para esse apagamento e consequente desmobilização. É preciso que fique claro que se concorda com esta dupla perspectiva. Porém, o que se pretende acrescentar é um terceiro factor que, em parte, está ligado aos dois enunciados e, provavelmente, poderá contribuir para os correlacionar e aclarar. Esse factor, ao qual se dará a devida atenção na próxima secção, resultou da “tremendíssima afronta” de 1894, como era recordada em 1903 a dissolução das associações Comercial, Industrial e de Lojistas¹²⁴².

¹²⁴¹ *Diário Ilustrado*, n.º 7489, 29 de Janeiro de 1894.

¹²⁴² ACLL, *Boletim*, n.º 31, Julho de 1903, p. 1.

Antes, porém, é preciso notar que juntamente com o decreto da dissolução foram adiadas as eleições, previstas para Fevereiro, para “dias indeterminados”¹²⁴³. Deste modo, o Governo fazia sair da praça pública a contestação, procurava controlar os ânimos e ganhava folga para a preparação das eleições. Este adiamento estava assim intimamente associado ao decreto da dissolução e a toda a polémica que tinha sido gerada em torno da contribuição industrial. Após a proibição do comício e a realização das inflamadas assembleias que o substituíram, o Governo previa dificuldades para o acto eleitoral e um natural aproveitamento político da situação por parte da oposição, em particular dos republicanos. Isto mesmo acabou por afirmar João Franco, em Novembro, já no novo Parlamento. Segundo ele, nas eleições marcadas para Fevereiro “as associações podiam introduzir um elemento de desordem, com que determinados agitadores procuravam aproveitar, [por isso, o Governo] decidiu-se adiar as eleições ao passo que dissolvia as associações.” E terminava com uma pergunta: “Não se teriam servido dessa agitação para fazer dela uma arma politica contra o governo?”¹²⁴⁴

Contudo, logo nos dias imediatos à dissolução, para os regeneradores, a explicação de tudo o que se tinha passado resultava do facto de Luís Eugénio Leitão e José Pinheiro de Melo serem “membros da comissão eleitoral do ilustre Partido Progressista”, esquecendo-se de referir que os dois tinham, precisamente, pedido escusa desse cargo por causa do conflito com o Governo, como tinha sido abundantemente divulgado pela imprensa¹²⁴⁵. O facto era que os progressistas pareciam estar a controlar muito pouco os actos dos seus influentes eleitorais em Lisboa e mesmo as atitudes que tomaram na reacção aos decretos governamentais não ajudaram a unir o Partido de Luciano de Castro.

¹²⁴³ Comissão Instaladora da nova Associação Commercial de Lisboa, *A contribuição industrial e as associações dissolvidas: exposição de factos*, Lisboa, Typ. do Commercio de Portugal, 1894, p. 67.

¹²⁴⁴ DCD, sessão de 13-11-1894, p. 445.

¹²⁴⁵ *Diário Ilustrado*, n.º 7493, 2 de Fevereiro de 1894.

Logo na tarde de 2 de Fevereiro, na reunião da comissão executiva não se tinha falado, “senão incidentalmente, do decreto que dissolveu as associações, separando-se, por isso, a questão política de qualquer outra.”¹²⁴⁶ Apesar disso, na imprensa continuavam com um discurso radical, quase a roçar o anti-monárquico. Afirmavam que o “31 de Janeiro de 1894 pode ser mais nefasto para a monarquia do que foi o 31 de Janeiro de 1891.” Os actos do governo estavam a fazer com que o país passasse do “campo da paz para o campo da revolução” e a responsabilidade, ao contrário do que era afirmado na Constituição, era também do Rei¹²⁴⁷. Era obviamente a retórica progressista a tentar cavalgar a situação e recolher dividendos políticos entre a numerosa classe comercial e industrial.

Todavia, entre o radicalismo das palavras e a prudência dos actos, as incongruências do progressismo estavam a lançar nas mãos dos republicanos um importante apoio social e eleitoral. Para os sócios das associações dissolvidas essa inconsistência era agora particularmente notória pois para os progressistas o acto do Governo que estava supostamente a lançar o país na revolução era, única e exclusivamente, o adiamento, sem data marcada, das eleições¹²⁴⁸. Para um partido que aspirava ao poder esse é que era o único facto grave que “violava” a Constituição e a dissolução das associações não só não tinha o mesmo peso político, como até, provavelmente, seria uma medida tomada pelo Partido caso fosse poder nessa altura e nas mesmas condições. A atestar esta hipótese será de referir um “boato” que circulou em meados de Fevereiro, referindo que José Luciano de Castro teria afirmado não restabelecer as associações, no caso de ser poder, pois estas eram “um perigo para todos os governos”. Segundo os progressistas, que negavam a afirmação, mas sem qualquer

¹²⁴⁶ *Novidades*, 3015, 2 de Fevereiro de 1894 e *Diário Ilustrado*, n.º 7494, 3 de Fevereiro de 1894; RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, pp. 213.

¹²⁴⁷ *Comércio de Portugal*, n.º 4358, 2 de Fevereiro de 1894.

¹²⁴⁸ *Comércio de Portugal*, n.º 4359, 4 de Fevereiro de 1894.

declaração do seu chefe, o objectivo era torná-los “tão mal vistos e tão odiados pelas classes do comércio e da indústria como estão sendo os regeneradores”¹²⁴⁹.

Boato ou não, o certo é que a posição, no mínimo, duvidosa em que se colocou o Partido teve um impacto real pois, se esta atitude era compreensível do ponto de vista da lógica de um partido monárquico, já a ausência de um protesto oficial contra a dissolução das associações tinha todos os ingredientes para se tornar num foco de ressentimento no seio das colectividades onde até há bem pouco tempo os elementos progressistas imperavam. No caso dos lojistas, que se mostraram os mais intransigentes em toda a polémica, certamente, o dilema deve ter-se colocado e para alguns a solução poderá ter passado por uma definitiva mudança de campo político dos progressistas para os republicanos, entre os quais, por vezes, com a excepção da questão do regime, a linha de separação era muito ténue. Este “ressentimento” político teve a sua expressão no exemplo de Pinheiro de Melo, podendo ser entendida desta forma a atitude do “cacique” progressista no apoio prestado aos republicanos nas eleições que, entretanto, em finais de Fevereiro e depois de mais um acordo entre os partidos monárquicos, ficaram marcadas para Abril¹²⁵⁰.

Do lado do governo, as tentativas de trazer de volta as associações ao relativo conservadorismo que as tinha caracterizado, em particular a Comercial e a Industrial, também não estavam a ter os melhores resultados. Procurando negociar com os corpos gerentes das associações dissolvidas, prometeu alterações à lei da contribuição industrial e a reconstituição do princípio associativo, o suficiente para Pinheiro de Melo, numa “*interview*” no dia 2 de Fevereiro, falar já num acordo que faria terminar o conflito com “dignidade” para ambos os lados. Contudo, não conseguia esconder o seu radicalismo e até algum triunfalismo pois, ao ser perguntado sobre a abertura dos

¹²⁴⁹ *Comércio de Portugal*, n.º 4369, 17 de Fevereiro de 1894.

¹²⁵⁰ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, pp. 214.

estabelecimentos, prevista para esse dia, terá esclarecido que tal “era indispensável”, pois a manutenção desse fecho acarretava, no seu ponto de vista, “consequências desagradáveis”. A falta de “géneros alimentícios” poderia levar o “povo” a “cometer alguns excessos” que o governo seria obrigado a reprimir. Desta forma, os lojistas prestavam dois favores ao mesmo tempo: ao “povo”, fornecendo-lhe os bens essenciais e ao Governo, fornecendo-lhe “tranquilidade pública”¹²⁵¹.

Contudo, o governo não estava na disposição de ceder demasiado e o que entendia por princípio associativo era muito diferente do que os contestatários pretendiam. Nos dias seguintes foi tomando corpo a ideia de que a reconstituição das associações passaria pela criação de uma câmara de comércio e indústria, servindo-se João Franco de Melo e Sousa para tentar convencer os sócios das associações dissolvidas a aceitar a sua solução que passava pela criação de uma entidade onde estariam representados os membros das três associações, sendo que caberia ao Governo escolher o presidente e o vice-presidente do novo organismo. Solução que foi muito contestada, numa reunião entre os delegados das associações numa “discussão muito acalorada, por vezes mesmo vivíssima”. No dia 10, Hintze Ribeiro e João Franco, em reunião com os comerciantes e industriais ainda tentaram convencê-los das vantagens da criação de uma instituição desse género, mas não houve acordo e nesse mesmo dia foi publicado o decreto de criação da Câmara de Comércio e Indústria¹²⁵².

As reacções seguintes mostraram a diferença clara entre o maior conservadorismo dos industriais e comerciantes, e o radicalismo dos lojistas. No seio da comissão dos delegados das três associações começaram a gerar-se divisões, com a “maioria”, composta por membros da Associação Industrial e parte dos membros da Comercial, a ser de opinião que se terminassem os actos de “resistência” e se aceitasse a proposta do

¹²⁵¹ *Novidades*, 3016, 3 de Fevereiro de 1894 e *O Século*, n.º 4321, 3 de Fevereiro de 1894.

¹²⁵² *Comércio de Portugal*, n.º 4364, 11 de Fevereiro de 1894; *O Século*, n.º 4329, 12 de Fevereiro de 1894 e n.º 4330, 13 de Fevereiro de 1894.

governo. Com a “minoria”, que se manifestou “vivamente” contra, ficaram Luís Eugénio Leitão, da ACL, e todos os delegados dos Lojistas, José Pinheiro de Melo, Domingos Luís Coelho da Silva e Marçal Romeira Pacheco. A intransigência do Governo tinha pelo menos conseguido criar uma clara separação entre os delegados do comércio e indústria que não tinham “chegado a um acordo na redacção do manifesto sobre os factos que se têm passado”¹²⁵³. Foram então publicados dois “manifestos” sobre a polémica e para os regeneradores ficava claro que o “da minoria” era da responsabilidade da Associação dos Lojistas, cujo presidente já tinha sido o mais intransigente de todos os delegados das associações nas negociações com o Governo. Na reunião do dia 10, perante João Franco, Pinheiro de Melo teria “declarado prévia e peremptoriamente que só aceitava a reintegração completa das associações e não tomava conhecimento do projecto” do ministro do Reino. Por isso, agora, os lojistas eram considerados como os “radicais do comércio”¹²⁵⁴.

A diferença era que esse radicalismo tinha possibilitado à ACLL ultrapassar toda a crise, aparentemente, mantendo o apoio da classe que representava e a clara solidariedade dos sócios, o que não parecia ter acontecido com a ACL, pois enquanto os delegados desta tinham “abandonado” o presidente da direcção, Luís Eugénio Leitão, Pinheiro de Melo tinha chegado “ao termo da sua missão com os mesmos companheiros que com ele tinham partido na desafronta da benemérita Associação Comercial de Lojistas de Lisboa”¹²⁵⁵. Facto que não se reflectia apenas entre os corpos gerentes pois, em finais de Fevereiro, já a “nova” Comissão Instaladora da ACLL contava com “mais de 1300” sócios e em meados de Março fazia aprovar novos estatutos, ou seja, em pouco mais de um mês renascia com “mais sócios do que os que contava no dia da sua

¹²⁵³ *O Século*, n.º 4330, 13 de Fevereiro de 1894 e n.º 4331, 14 de Fevereiro de 1894; *Comércio de Portugal*, n.º 4366, 14 de Fevereiro de 1894.

¹²⁵⁴ *Novidades*, 3023, 13 de Fevereiro de 1894 e *Diário Ilustrado*, n.º 7504, 14 de Fevereiro de 1894; n.º 7505, 15 de Fevereiro de 1894; n.º 7506, 16 de Fevereiro de 1894 e n.º 7508, 18 de Fevereiro de 1894.

¹²⁵⁵ *Comércio de Portugal*, n.º 4367, 15 de Fevereiro de 1894.

dissolução” o que era, até para a imprensa mais independente, uma prova de força e de unidade entre o pequeno comércio¹²⁵⁶.

Apesar de ter sido publicada em vários jornais a notícia sobre a reunião de aprovação dos novos estatutos, a descrição mais curiosa e, igualmente, a mais significativa, foi a do regenerador *Diário Ilustrado*. Na discussão dos estatutos tinha surgido alguma polémica na definição do tipo de classes que poderiam fazer parte da renascida ACLL. Alguns sócios entendiam que deveria ser abrangida também a classe “industrial”, mas a maioria pretendia que a associação continuasse a ser apenas de lojistas. Ao descrever a discussão o jornal referiu que a assembleia se tinha dividido entre “esquerda” e “direita”, pertencendo à primeira Eduardo Nunes Mota, João Gonçalves e “outros cavalheiros” e à segunda José Pinheiro de Melo, Júlio Felisberto de Carvalho, António José da Costa Júnior e Inácio Magalhães Bastos, entre outros¹²⁵⁷. A diferença entre mais exaltados e mais moderados não fugia muito à realidade do que eram as posições normalmente assumidas por estes sócios em várias assembleias-gerais. O mais importante a destacar, porém, era o facto desta “esquerda” e “direita” agora ficarem resumidas quase exclusivamente ao campo republicano uma vez que, dos nomes referidos pelo jornal, quatro eram assumidos republicanos, um, Costa Júnior, estava a caminho do republicanismo, como já foi observado, e o outro, Pinheiro de Melo, iria ajudar os republicanos a eleger deputados por Lisboa nas eleições de Abril.

Essa posição parecia ser representativa de largas faixas de um eleitorado que, tradicionalmente, se sentia atraído pelos pergaminhos liberais que José Luciano e os seus pares decidiam apregoar, de vez em quando, pois de outro modo não se

¹²⁵⁶ *Vanguarda*, n.º 973, 7 de Março de 1894 e *Diário de Notícias*, n.º 10138, 16 de Março de 1894. O número exacto era de 1498, total de sócios inscritos em Fevereiro de 1894. Cf. ACLL, *Livro de matrícula dos sócios (1894 a 1918)*. Foram vários os jornais a dar notícia destas adesões, contudo, significativamente, eram os republicanos os que estavam melhor informados. Veja-se *Comércio de Portugal*, n.º 4376, 25 de Fevereiro de 1894 e *Diário de Notícias*, n.º 10135, 13 de Março de 1894.

¹²⁵⁷ *Diário Ilustrado*, n.º 7534, 16 de Março de 1894. Veja-se ainda *Vanguarda*, n.º 982, 16 de Março de 1894 e *Diário de Notícias*, n.º 10138, 16 de Março de 1894.

compreende os cuidados do Partido Progressista em procurar emendar os erros táticos dos últimos meses, declarando agora ter resolvido “rejeitar todos e quaisquer acordos com o Governo” para as próximas eleições, inclusive os que já tinham sido firmados “na província”, mesmo que isso pudesse significar o triunfo da “lista republicana”. Ao mesmo tempo divulgava uma lista de 4 nomes de candidatos a deputados por Lisboa onde incluía Luís Eugénio Leitão e Pinheiro de Melo, num convite ao apaziguamento dos líderes das associações, logo prontamente recusado¹²⁵⁸.

Todavia, o esforço dos progressistas não era suficiente para compensar o “esquecimento” a que tinham sido votados os chamados “radicais” em Janeiro e Fevereiro e, agora, com as eleições marcadas para 14 de Abril, o partido via fugir-lhe o apoio de “Leitão, Pinheiro & Companhia”, ou seja, de uma parte dos comerciantes e da maioria dos lojistas, e até do prior da Lapa, grande influente eleitoral do partido, que estava a patrocinar a lista republicana¹²⁵⁹. A posição dos lojistas ficou claramente definida através da publicação de um “manifesto eleitoral” de comerciantes e industriais, com “117 nomes”, elaborado numa reunião de 10 de Abril, na qual ficou decidido igualmente que no dia das eleições as lojas fechariam “à hora de empregados e caixeiros poderem votar”, medida tomada por aqueles que normalmente combatiam o encerramento das lojas ao domingo, como já se observou na terceira parte. O documento, depois noticiado em vários jornais, era redigido em “termos enérgicos e de declarada oposição ao governo”, sendo logo aproveitado pelos republicanos para servir de apresentação aos seus candidatos¹²⁶⁰. Dos 117 subscritores do manifesto, 82 eram sócios da ACLL, ou seja, 70% eram lojistas, tendo sido possível apurar o

¹²⁵⁸ *Comércio de Portugal*, n.º 4397, 22 de Março de 1894; *Diário de Notícias*, n.º 10146, 25 de Março de 1894 e *Novidades*, 3057, 26 de Março de 1894.

¹²⁵⁹ *Novidades*, 3072, 12 de Abril de 1894 e 3076, 16 de Abril de 1894; RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 214 e MÓNICA, Maria Filomena, “As reformas eleitorais...”, p. 1063.

¹²⁶⁰ *Diário de Notícias*, n.º 10165, 13 de Abril de 1894; *O Século*, n.º 4388, 13 de Abril de 1894; *Comércio de Portugal*, n.º 4415, 13 de Abril de 1894 e *Vanguarda*, n.º 1009, 13 de Abril de 1894. Neste, o manifesto era acompanhado da apresentação da lista de candidatos republicanos.

posicionamento político de 34 desses, sendo 79% republicanos, 21% progressistas, não aparecendo, sem surpresa, nenhum regenerador. Igualmente sem espanto, no dia das eleições, em Lisboa, o Partido Progressista não conseguiu eleger nenhum deputado e os republicanos ficaram com dois, os mesmos que os regeneradores.

A passagem para o campo republicano dos homens do pequeno comércio que esta eleição parece evidenciar, contudo, não era uma total novidade, apenas terá assumido proporções mais sérias e com resultados mais definitivos em 1894. Já em meados da década de 1880, precisamente a época em que se nota a entrada de muitos lojistas conotados com o republicanismo para a ACLL, a atitude de “panegirista do pobre rei D. Luís” de um influente do Partido Progressista em Lisboa é apontada por Homem Christo como responsável por “povo (...), mocidade das escolas (...) [e] pequena burguesia” terem ido, “de roldão, cair no partido republicano”¹²⁶¹. Referia-se a Mariano de Carvalho e aos “pequenos burgueses de Lisboa, influentes nas suas ruas, com quem ele manejava as eleições”, ou seja, em grande medida aos mesmos lojistas de Abril de 1894.

Ao “caírem” igualmente agora, depois de novas “marchas e contramarchas” de José Luciano de Castro¹²⁶², contribuíram de forma significativa para que os republicanos tivessem alcançado a sua melhor votação de sempre, até à altura, quase 6000 votos, praticamente equivalente ao conseguido pelos progressistas nas eleições para deputados de 1897. Vale a pena referir que nestas últimas os regeneradores não apresentaram candidatos por Lisboa e que os republicanos se abstiveram. Tendo em conta que nas eleições seguintes, de 1899, 1900 e 1901, regeneradores e progressistas concorreram sempre coligados ou de acordo e descontando a abstenção republicana até

¹²⁶¹ CHRISTO, Homem, *Notas da minha vida e do meu tempo*, Vol. II, p. 57.

¹²⁶² RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 214.

1899¹²⁶³, talvez se possa colocar a hipótese de, a partir de 1894, os republicanos terem passado a ser eleitoralmente superiores aos progressistas pois estes nunca mais conseguiram superar a votação dos primeiros quando concorreram independentes. A confirmar-se esta suposição, também neste aspecto o ano da dissolução das associações poderá ter representado um momento de viragem para o qual não parece ser difícil descortinar o papel desempenhado pelos lojistas. Efectivamente, parece ter sido, em parte, fruto da sua mobilização que a 14 de Abril daquele ano os republicanos elegeram 2 deputados por Lisboa, tendo em conta os níveis de participação eleitoral muito acima da média que caracterizavam os lojistas, como se verá a seguir.

Os lojistas fecham “meia-porta” à Monarquia (1894-1895)

No texto seguinte procurar-se-á analisar a participação eleitoral dos lojistas, em termos gerais, ao mesmo tempo que se dará destaque às consequências para essa mesma participação derivadas da reforma eleitoral do governo Hintze-Franco. Por fim, será apresentada uma hipótese interpretativa para o que se considera ser o principal resultado do período conturbado vivido pelos lojistas desde 1890: a definitiva caminhada dos lojistas de Lisboa em direcção ao republicanismo. No fundo, estes anos, culminando com 1894-1895, representaram um momento de viragem, após o qual dificilmente se poderia alterar o seu virar de costas em relação à Monarquia, pelo efeito conjugado dos ressentimentos acumulados nos últimos tempos, das atitudes de alguma inconsistência dos partidos monárquicos face às expectativas da gente do pequeno comércio e da crescente importância que este mesmo grupo social vinha a assumir no esforço de propaganda do PRP. É nesta altura que se observa um definitivo distanciamento entre o

¹²⁶³ ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Comportamentos eleitorais em Lisboa...”, pp. 144-145 e 147.

alinhamento político dos lojistas lisboetas e o que caracterizava os seus colegas além-fronteiras.

Antes de se apresentar uma perspectiva sobre a participação eleitoral dos lojistas, é preciso observar que não foram tratadas todas as freguesias da cidade, mas apenas as que, de acordo com o critério da presença de maior número de sócios da ACLL, se poderiam considerar como as mais “comerciais”, aquelas onde os lojistas teriam maior influência eleitoral por representarem também quantitativos relativamente maiores. A análise assim conduzida permite verificar o que seria essencialmente a participação eleitoral do pequeno comércio, ao mesmo tempo que dá uma ideia sobre a própria influência que poderia ser exercida sobre as eleições pela ACLL e os seus associados.

Estavam abrangidos pelos critérios expostos 3630 lojistas que em alguma altura, entre 1870 e 1910, passaram pelas listas da ACLL. Foi sobre estes que se procurou informações nos recenseamentos eleitorais, tendo sido possível encontrar dados sobre 1406, correspondendo a uma percentagem na casa dos 39%, que poderá ser considerada como um bom indicador da extensão do direito de sufrágio entre os lojistas. Comparando este valor com os que são fornecidos por Pedro Tavares de Almeida relativamente à cidade de Lisboa como um todo, verifica-se que ele era relativamente elevado, uma vez que os eleitores lisboetas representavam, em média, cerca de 32% da população masculina adulta, aquela que, em teoria, poderia ser incluída no universo de potenciais recenseados¹²⁶⁴.

Como primeira conclusão, pode ser apontado que, mesmo levando em conta o que parecia ser uma “indiferença da maioria da população mais ilustrada do País em relação às eleições” ou um “alheamento e apatia generalizados dos cidadãos em relação ao

¹²⁶⁴ ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Comportamentos eleitorais em Lisboa...”, pp. 119 e 142. A média apresentada resulta de um cálculo feito sobre as percentagens que o autor indica para 1878, 1890 e 1910.

universo da política”¹²⁶⁵, entre os lojistas a prevalência desses factores era menor, ou seja, a participação eleitoral entre o pequeno comércio era aparentemente mais valorizada, por comparação com o resto da população, provavelmente, como expressão da sua faceta de cidadãos, sempre muito valorizada, como atrás foi sendo destacado (quadro 9).

Quadro 9 – Participação eleitoral em Lisboa em diversas eleições
(14 freguesias¹²⁶⁶)

Eleições deputados	Geral ¹²⁶⁷				Lojistas sócios da ACLL ¹²⁶⁸			
	Recen.	Votos	% Abst.	Tv% ¹²⁶⁹ Recen.	Recen.	Votos	% Abst.	Tv% Recen.
13/10/1878	9922	5443	45,1	---	315	220	30,2	---
21/08/1881	10579	6809	35,6	6,6	386	299	22,5	22,5
30/03/1890	11779	6833	42,0	11,3	621	499	19,6	60,9
15/04/1894	12449	6719	46,0	5,7	633	510	19,4	1,9
17/11/1895	11529	2357	79,6	-7,4	451	65	85,6	-28,8
06/10/1901	14682	3979	72,9	27,3	509	218	57,2	12,9
29/04/1906	17620	8182	53,6	20,0	561	401	28,5	10,2

A prevalência de uma taxa de abstenção muito abaixo da generalidade dos restantes recenseados foi algo notório em quase todas as eleições tratadas, sendo que a excepção, como se verá mais à frente, confirma mesmo a regra. Um outro aspecto diz

¹²⁶⁵ ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Comportamentos eleitorais em Lisboa...”, pp. 119-120.

¹²⁶⁶ Conceição Nova, Encarnação, Lapa, Madalena, Mercês, N Sª do Socorro, S Catarina, S Isabel, S Julião, S Justa, S Nicolau, S Paulo, S Pedro em Alcântara e Santos-o-Velho (escolhidas de acordo com o critério de, entre 1870 e 1910, terem mais de 100 sócios e da disponibilidade de dados em todos os cadernos eleitorais usados). Antes de 1878 as listas de sócios da ACLL não disponibilizavam moradas, pelo que não foi possível analisar eleições anteriores. Fontes: Arquivo Histórico Parlamentar, *Assembleias Eleitorais Monárquicas*, cxs. 1221, 1222, 1223, 1224, 1426, 1427, 1428, 1429A, 1734B, 1734C, 1734D, 1734E, 1734F, 1890A, 1890D, 1890F, 1890G, 1932, 1932B, 1932E, 1932F, 1932H, 2073, 2073A, 2074B, 2159A, 2159D e 2160.

¹²⁶⁷ Os valores de recenseados e de votantes correspondem a uma contagem dos nomes incluídos em todos os cadernos eleitorais e respectivas descargas de votos (nunca foram utilizados os valores das actas de apuramento). A esse total foi subtraída a correspondente contagem relativa aos lojistas sócios da ACLL.

¹²⁶⁸ Foram procurados nos cadernos eleitorais todos os sócios incluídos no critério atrás enunciado e cujas moradas correspondiam às das freguesias indicadas, independentemente da data de entrada para a ACLL. Assim, os valores aqui indicados não correspondem ao total de lojistas efectivamente recenseado ou que votou e sim a uma amostragem elaborada com base na lista de sócios da ACLL. O total de recenseados não corresponde aos 1406 lojistas referidos no texto, uma vez que cerca de 50% apareciam em dois ou mais recenseamentos, havendo ainda casos de lojistas que apareciam em todos ou quase todos.

¹²⁶⁹ Taxa de variação do número de recenseados no recenseamento respectivo em relação ao recenseamento anterior.

respeito à evolução dessa participação eleitoral que foi sendo notoriamente crescente com a passagem do tempo, entre 1878 e 1894. Se no primeiro ano analisado quase 70% dos lojistas recenseados votavam, no ano da dissolução das associações foram mais de 80% os que o fizeram. Os valores e a tendência que eles representam ficam assim claramente acima dos observados para o geral dos recenseados onde, em média, menos de 60% votavam em cada eleição, valor que desceu mesmo para 54% em Abril de 1894. Após 1895, o padrão muda ligeiramente, mas mesmo em 1901 e 1906, os lojistas continuam, em média, a ir à urna com maior empenho do que a restante população da cidade (quadro 9).

Outro aspecto que merece atenção prende-se com a diferença de intensidade nessas tendências, entre os recenseamentos gerais e os dos lojistas. Aparentemente, o número de recenseados estava a crescer muito mais depressa entre os lojistas, até 1890, do que entre a restante população da cidade. Este facto revela, por um lado, que estavam politicamente a mobilizar-se mais e, por outro, que reforçaram, neste período, a sua capacidade de influência nos resultados eleitorais. É óbvio que não se pode exagerar nesta abordagem e pretender que seria o voto dos lojistas a decidir as eleições. Não é possível afirmá-lo e as fontes não dão provas concretas que o permita sustentar. Contudo, tendo em conta o que foi o permanente “cortejamento” eleitoral feito sobre os lojistas no período entre 1890 e 1894, talvez não seja abusivo afirmar que, pelo menos, essa capacidade de decisão, essa força eleitoral estava a aumentar e a tornar-se visível e relevante para as várias forças políticas em presença.

Neste aspecto, importa ainda destacar as eleições de 1890 e 1894 pois o facto de terem sido realizadas após dois momentos de elevada mobilização cívica e de polémica no meio político, o *Ultimatum* e a dissolução das associações, potenciaram um aumento da participação eleitoral, como é possível verificar pelos dados apresentados por Pedro

Tavares de Almeida, onde se regista uma subida do número de votantes no total da cidade em relação às eleições anteriores, de 1889 e 1892, respectivamente¹²⁷⁰. Também nestes casos, uma vez mais, nota-se uma tendência para os lojistas se destacarem pela sua mobilização eleitoral, uma vez que ao observar essas duas eleições, nas freguesias estudadas, ressalta o facto de apresentarem a mais baixa taxa de abstenção de todo o período, contrariando a tendência geral que parecia ser já para um aumento da apatia ou da indiferença (quadro 9)¹²⁷¹. Tendo em conta o que foi referido sobre o crescimento da votação republicana nestas eleições não custa ver nas tendências divergentes analisadas a influência do voto do pequeno comércio nessa melhoria eleitoral. Procurar-se-á de seguida lançar a hipótese de que, em parte, a quebra observada na votação republicana nos anos seguintes e posterior recuperação, já no século XX, também esteve, de algum modo, relacionada com o suporte dos lojistas ao PRP.

Após um pico eleitoral dos republicanos em Lisboa, atingido no ano de 1894, no qual conseguiram 42,2% dos votos, coincidente com a melhor e maior participação eleitoral dos lojistas, “as hesitações tácticas (...) levaram ao abstencionismo eleitoral como protesto contra o aumento de repressão monárquica”, assistindo-se, segundo Fernando Catroga, “a uma clara decadência nos inícios do novo século: 1900 (31,3%), 1901 (25,3%), 1904 (32,5%), 1905 (38,5%). Mas as estatísticas revelam que, a partir de 1906, ocorreu uma viragem cuja progressão confirmava, indiscutivelmente, a republicanização de Lisboa”, com a lista republicana a obter 54,1% nas eleições de Abril desse ano. Contudo, a interpretação dos números apresentados por Pedro Tavares de Almeida e comentados por Fernando Catroga pode ser outra e eles mostram que a percentagem da votação republicana, apesar de ter recuado na viragem do século para valores próximos dos da década de 1880, inverteu a tendência de quebra logo após

¹²⁷⁰ ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Comportamentos eleitorais em Lisboa...”, p. 144.

¹²⁷¹ É certo que não foram analisadas as eleições de 1889 e 1892, contudo, os valores registados parecem ser bons indicadores dessa tendência.

1901¹²⁷². A coincidência com o retomar da participação eleitoral dos lojistas observada, igualmente, a partir de 1901 é por demais evidente (quadro 9). Além disso, é de destacar ainda a similitude destas curvas com o próprio movimento do número de sócios da ACLL e com o que foi a evolução do corpo comercial da cidade, dados tratados nas duas primeiras partes deste trabalho.

Tendo isto em conta, parece relativamente sustentável colocar a hipótese de, além dos factores destacados pelos dois autores para a quebra eleitoral republicana, entre 1894 e 1901, se poderem acrescentar outros intimamente ligados com os lojistas. Para além da opção pela abstenção, a “hesitação táctica” dos republicanos poderia estar também relacionada, por um lado, com o facto de, a partir de 1894 e até 1897, o PRP ter deixado de poder realizar um certo tipo de “comícios” que antes decorriam com uma regularidade apreciável. Explicando de outra forma, o Partido deixou de poder utilizar as assembleias-gerais das associações dissolvidas para a sua propaganda, onde, normalmente, os oradores ligados ao republicanismo tinham um papel de destaque, como foi perfeitamente visível no caso dos lojistas. Por outro lado, aquele que era já o seu público preferencial¹²⁷³ sentiu nesta altura, entre 1894 e 1900, os efeitos da crise comercial que afectou a cidade, inclusive, com quebras no número de estabelecimentos licenciados, como já se viu, o que não terá deixado muita margem de manobra ou tempo livre para preocupações políticas num conjunto de indivíduos agora mais concentrados na sobrevivência dos seus negócios e na recuperação do prestígio da sua associação.

Quando a crise passou, quando o comércio de Lisboa retomou a curva ascendente, quando o número de sócios da ACLL começou também a subir, verificou-se em paralelo a recuperação eleitoral dos republicanos. A partir de 1901, com as repetidas campanhas dos sectores do comércio e indústria contra os ministros da Fazenda de

¹²⁷² ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Comportamentos eleitorais em Lisboa...”, p. 144 e CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal...*, p. 65.

¹²⁷³ Cf. RIBEIRO, Lia Armandina Sá Paulo, *A Popularização da Cultura Republicana...*, p. 41.

Hintze Ribeiro regressou, em pleno, a agitação associativa que tinha caracterizado a primeira metade da década de 1890, altura em que, recorde-se, o PRP tinha obtido os seus melhores resultados eleitorais até então. Ao mesmo tempo, abriam-se as “salas revolucionárias” da ACLL para acolherem, a um ritmo cada vez mais acentuado, a propaganda republicana e anticlerical, como se verá¹²⁷⁴. Por fim, começava a crescer o nível de participação eleitoral dos lojistas, também eles abandonando, paulatinamente, a elevada abstenção a que se tinham entregue desde 1895 (ver quadro 9). Tudo meras coincidências? Talvez sim, talvez não. Contudo, a resposta que aqui se defende é a segunda, ou seja, é muito provável que representem uma prova mais da profunda identificação que desde a década de 1890 se verificava entre os lojistas de Lisboa e o republicanismo. Os anos seguintes acabariam apenas por fortalecer a tendência, representando 1908, como se verá, o ponto alto dessa caminhada.

A reforçar esta ideia, será interessante verificar com um pouco mais de detalhe a evolução da participação eleitoral dos lojistas entre 1895 e 1906. Quando no primeiro ano, tanto republicanos, como progressistas, optaram pela abstenção a percentagem de lojistas que deixou de votar elevou-se a quase 86%, o que representou uma viragem radical no que era normal em termos do dinamismo eleitoral destes indivíduos, pois as eleições de 1890 e 1894 tinham registado taxas de abstenção inferiores a 20%. Já a maioria obtida pelos republicanos, em Abril de 1906, coincidiu com o retomar da participação maioritária dos lojistas que registaram uma abstenção abaixo dos 29% (quadro 9). A fortalecer a hipótese de que a subida dos republicanos também se deveu, em parte, à motivação política dos lojistas, pode ser destacado que na altura em que os republicanos sobem de forma significativa a sua votação (em 1906 obtiveram 54,1%

¹²⁷⁴ A isto talvez se possa ainda acrescentar o facto de 1901 ser o ano em que a ACLL retomou a publicação do seu *Boletim* mensal, mesmo que o mesmo fosse distribuído apenas por entre os sócios.

dos votos na capital¹²⁷⁵), a abstenção no geral dos recenseados das freguesias estudadas ainda se mantém elevada, representando mesmo quase 53%, ao contrário dos lojistas, onde a maioria, de forma destacada optava pelo voto.

É importante ainda referir que nas eleições de Abril de 1906, em Lisboa, os progressistas e os franquistas optaram pela abstenção. Tal significa que a tendência de voto dos lojistas estava já a ser maioritariamente influenciada pelos republicanos. Veja-se que em 1895, quando progressistas e republicanos se abstiveram, apenas 14% dos lojistas foram votar, ou seja, pode-se dizer que talvez apenas 14% dos lojistas fossem regeneradores. É óbvio que esta é uma simplificação que pode conter uma margem de erro elevada, contudo, talvez seja significativo indicar que nessas eleições, segundo os cálculos de Pedro Tavares de Almeida, a quase totalidade (93%) das “listas entradas” nas urnas eram regeneradoras, pelo que não parece abusivo pensar que a maioria dos poucos lojistas que votaram simpatizavam com o Partido de Hintze e Franco. Supondo que em 1906 essa mesma percentagem continuaria a votar no Partido Regenerador e abstendo-se as outras forças monárquicas, então, fica-se com a ideia que o voto republicano era já maioritário entre os lojistas. No caso das eleições de 1895 é mais difícil afirmar essa preferência, pois não é possível distinguir na abstenção os que correspondiam a republicanos e os que eram progressistas. Contudo, talvez seja significativo verificar que em 1901, quando progressistas e regeneradores fizeram uma coligação e os republicanos já estavam na corrida eleitoral, embora obtendo o seu resultado mais fraco desde 1889, os lojistas ainda apresentaram uma abstenção superior a 57% (quadro 9)¹²⁷⁶.

Na análise sobre a participação eleitoral dos lojistas é fundamental, por fim, observar as consequências da lei eleitoral de 1895 pois dos seus efeitos, conjugados

¹²⁷⁵ ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Comportamentos eleitorais em Lisboa...”, p. 144 e CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal...*, p. 66.

¹²⁷⁶ Cf. ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Comportamentos eleitorais em Lisboa...”, pp. 144-145.

com a memória da “afronta” de 1894, vai resultar, em grande medida, a fidelização dos lojistas ao ideal republicano. Os efeitos dessa alteração, levada a cabo por João Franco em Março daquele ano, no total dos eleitores das freguesias onde a ACLL tinha maior implantação ao nível do número de sócios, as 14 atrás indicadas, não parecem ter sido tão dramáticos como a perspectiva geral apresentada por Pedro Tavares de Almeida para o conjunto do país e, particularmente, para a totalidade da cidade de Lisboa (quadro 9). Segundo observa este autor, “o número de eleitores diminuiu cerca de 10000 entre 1894 e 1895”, ou seja, “a súbita regressão quantitativa no recenseamento” representou uma variação negativa de 29,5%¹²⁷⁷. Contudo, o que foi possível verificar para as freguesias mais comerciais da cidade é que essa diminuição foi de apenas 7,4% no geral dos recenseados e este facto é bastante relevante se se observar que a quebra entre os lojistas foi muito mais substancial, com uma percentagem de redução que representou quase quatro vezes a encontrada para os restantes (-28,8%).

Ou seja, poder-se-á afirmar que a redução do eleitorado no total da cidade de Lisboa terá afectado proporcionalmente mais a classe dos lojistas do que outras. O que não quer dizer que a lei tenha sido elaborada a pensar neles. A lei de 28 de Março de 1895, aparentemente, foi pensada também para realizar uma reforma do parlamentarismo português, afastando da representação nacional os elementos ligados ao funcionalismo, procurando a representação das chamadas “classes produtivas” e comprometendo as associações profissionais com as escolhas políticas dos deputados. Era o “reformismo liberal” de João Franco em marcha. Se nestes aspectos as intenções do governante pareciam vir de encontro ao que os lojistas pensavam e criticavam no parlamentarismo, já as alterações eleitorais não deixavam margem de dúvida que o objectivo era conter o republicanismo, afectando, por arrasto, os lojistas. Deixavam de

¹²⁷⁷ O cálculo da taxa de variação foi elaborado tendo em conta os 33684 eleitores de 1894 e a queda para os 23734 registados em 1895. Cf. ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Comportamentos eleitorais em Lisboa...”, pp. 123 e 143.

ser eleitores os chefes de família, possibilidade que vinha de 1878 e que terá sido a principal responsável pelo aumento do corpo eleitoral desde então. Agora só podia ser eleitor quem soubesse ler e escrever ou fosse colectado em 500 réis ou mais de impostos, uma redução do censo eleitoral que o legislador pensou como forma de compensação pela eliminação da categoria de chefe de família. Foi também reduzido o número de deputados, fixado em 120, ao contrário dos anteriores 170. Regressava o escrutínio por lista, eram fixadas inelegibilidades e uma quota para funcionários públicos e profissionais liberais. Era ainda reorganizada a forma como eram realizados os recenseamentos, “conferindo maior controle ao Executivo”, sendo este um dos aspectos a que os regeneradores dedicaram “mais solicita atenção”¹²⁷⁸.

Estas disposições, em particular, a redução da capacidade eleitoral e o controlo dos recenseamentos, pareciam claramente dirigidas à contenção do radicalismo ferindo “os anseios” das camadas populares, onde obviamente os lojistas se incluíam. A organização do recenseamento, uma matéria de “importância decisiva no controlo do processo eleitoral”, ficava agora ainda mais na “estreita dependência dos agentes governamentais”, pelo que se tornava muito difícil para “um cidadão (...) ser recenseado”, como criticavam os republicanos¹²⁷⁹. Observando o que foi a quebra muito significativa no número de recenseados entre os lojistas e a sua publicamente conhecida tendência para o radicalismo, pode ser levantada a hipótese de esta alteração poder ter contribuído de forma determinante para um afastamento forçado dos homens do pequeno comércio da participação eleitoral. Tendo em conta que as alterações foram igualmente criticadas pelos progressistas, justificando até a sua abstenção nas eleições

¹²⁷⁸ ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Comportamentos eleitorais em Lisboa...”, pp. 120 e 127; ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Legislação Eleitoral Portuguesa, 1820-1926*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, pp. XXI e 345-356 (em especial p. 347); MÓNICA, M. Filomena, “As reformas eleitorais...”, p. 1064.

¹²⁷⁹ ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Comportamentos eleitorais em Lisboa...”, pp. 124-125 e MÓNICA, M. Filomena, “As reformas eleitorais...”, p. 1065.

de Novembro de 1895, e que nas críticas à lei e ao Governo sobreveio, novamente, a veia radicalizadora de Luciano de Castro, com declarações inflamadas contra a Monarquia, e com os progressistas a juntarem-se aos republicanos em comícios contra a “ditadura” realizados, alguns, ainda no ano de 1894, na onda de contestação por causa das dissoluções, é muito natural que se afirme que a “aliança [entre progressistas e republicanos] não prenunciava nada de bom para o regime.”¹²⁸⁰ Pelo que se viu em relação ao posicionamento político dos lojistas nas eleições de 1894 e da sua caminhada para o republicanismo desde então, ajudando a reforçar a tendência republicana em Lisboa, a frase faz todo o sentido.

Deste modo, fosse ou não esse um dos objectivos da lei ou tivesse a mesma levado a um desinteresse de uma parte dos lojistas pelo próprio recenseamento eleitoral, desinteresse que Pedro Tavares de Almeida também associa ao republicanismo, o certo é que o resultado final de uma lei que João Franco terá concebido para conter a progressão dos republicanos acabaria por ser, muito provavelmente, semelhante: os lojistas, essa franja radical, contestatária e cada vez mais republicana do eleitorado da cidade de Lisboa, eram muito provavelmente uma das classes mais afectadas com a redução de direitos cívicos que esta lei representou, ficando parcialmente afastados da luta eleitoral e representando, dessa forma, mais uma dificuldade para a eleição de deputados republicanos pela capital política do reino. Este facto foi tão mais significativo quanto parece óbvio que os lojistas eram, efectivamente, uma classe muito politizada, como se tem vindo a observar. Pode ainda ser acrescentado a esta ideia o facto de, entre 1876 e 1895, terem sido quase sempre eleitos para vereadores entre 1 a 3 sócios da ACLL e de essa tendência ter sido interrompida, precisamente, a partir deste último ano.

¹²⁸⁰ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, pp. 214-221 e MÓNICA, M. Filomena, “As reformas eleitorais...”, p. 1065.

Tendo em conta o que se verificou neste período, tem de se concordar com a observação de que o republicanismo terá privilegiado a captação da “camada descontente” da pequena burguesia, lojistas incluídos, gerada pelo “alheamento legalmente forçado” em relação ao acto eleitoral que lhe foi imposto pelo voto censitário. Contudo, a análise até aqui produzida, tendo dado destaque ao período que vai de 1890 a 1894/95, permite melhorar a cronologia proposta para o avolumar desse “descontentamento”¹²⁸¹. Pelo que se pode observar dos resultados da lei de 1878 e da dinâmica eleitoral dos lojistas entre essa data e a primeira metade da década de 1890 o direito de voto terá até sido substancialmente alargado, fruto combinado das disposições legislativas fontistas e do crescimento económico verificado na década de 1880. A viragem dessa tendência e o descontentamento a ela associado, no que aos lojistas respeita, contudo, aconteceu a partir de 1895, coincidindo uma vez mais temporal e politicamente com a questão da dissolução. Foi a partir da legislação franquista, no fundo, que se intensificou para os lojistas o “fosso criado pelo transformismo monárquico-constitucional entre «cidadãos activos» e «cidadãos passivos»”¹²⁸².

Assim, como os anos entre 1890 e 1894/95 demonstram e a mobilização política e eleitoral dos lojistas ajudam a compreender, foi o facto de verem interrompido o seu caminho em direcção à categoria de “cidadãos activos”, o que atrás se descreveu como a sua ambição de “independência” cívica, bem como a desilusão com a dissolução das associações e o permanente ignorar das suas reivindicações de classe, que entregou os lojistas de modo, talvez, irreversível a partir desta altura ao republicanismo e à sua propaganda contra a restrição do sufrágio. Neste aspecto, será interessante recordar que “o regresso da instabilidade política” tivesse ocorrido a partir de 1897, estando agora relacionado, não com as “crises de financiamento do Estado” e sim com uma reduzida

¹²⁸¹ Noção defendida em RIBEIRO, Lia Armandina Sá Paulo, *A Popularização da Cultura Republicana...*, pp. 23-24.

¹²⁸² RIBEIRO, Lia Armandina Sá Paulo, *A Popularização da Cultura Republicana...*, p. 23.

representatividade política, de que o caso dos lojistas talvez possa ser considerado paradigmático¹²⁸³. Foi a partir desse ano, exactamente, que os republicanos puderam voltar a contar com as assembleias das associações dissolvidas, entretanto reintegradas por ordem de José Luciano de Castro. Os lojistas voltavam a ter quem os defendesse contra as “reformices” do Estado, os republicanos voltavam a contar com os seus propagandistas de balcão¹²⁸⁴.

De referir que o processo de politização aqui descrito e analisado não terá sido um exclusivo dos lojistas e afectou outros sectores do corpo comercial de Lisboa, pois mesmo no caso da ACL, normalmente, “mais prudente” no seu alinhamento político, há “indícios” que revelam que uma grande parte dos seus associados sofreu uma “politização” derivada dos conturbados acontecimentos vividos no início do governo Hintze-Franco¹²⁸⁵.

Apesar do destaque que até aqui foi dado à “crise” de 1894/1895, não é possível terminar a análise sobre a viragem política dos lojistas de Lisboa, sem considerar outros aspectos que conjunturalmente poderão ter influenciado ou potenciado os efeitos da aplicação do “princípio da autoridade” por João Franco. Nesse sentido, impõe-se uma comparação com o estrangeiro e com os factores que aí foram decisivos para a mudança dos lojistas da esquerda para a direita da política, do radicalismo para o conservadorismo social.

Um dos elementos a destacar poderá ser, precisamente, o da reforma do parlamentarismo, aparentemente, um dos objectivos da lei eleitoral de Franco. No caso de Paris, por exemplo, uma parte da explicação sobre a inclinação dos lojistas para o

¹²⁸³ LAINS, Pedro, “A crise financeira de 1891...”, p. 79.

¹²⁸⁴ Rui Ramos usou a mesma expressão para caracterizar a relação entre o PRP e a ACLL em 1910. Cf. RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 341. Pelo que foi possível verificar ela estava já estabelecida no final do século XIX.

¹²⁸⁵ SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo...*, p. 180.

movimento “Boulangista”, que tinha uma forte componente de crítica ao parlamentarismo, residiu na falta de alternativas suficientemente atractivas para o lojista individual, as associações e a imprensa dedicada ao mundo retalhista. Os “Oportunistas”, tendência política da Terceira República Francesa de finais do século XIX, por vezes, chegaram a recusar aceitar que o comércio estivesse a passar por uma crise, como a que estava efectivamente a sofrer na década de 1880, ignorando as suas pretensões ou criticando as suas lutas e expectativas. Contudo, mais significativa foi a desilusão dos lojistas com os “Radicais”, uma parte da esquerda política da França republicana, aos quais sempre tinham prestado apoio e que agora se mostravam indiferentes. Nesta altura, os lojistas “sentiram-se abandonados” pelos principais movimentos políticos da República, o que foi aproveitado pelas associações ligadas ao movimento “Boulangista”¹²⁸⁶.

A sua capacidade para despertar a atenção dos lojistas residiu num discurso bastante apelativo para o que eram os seus principais interesses: um regresso à pureza do republicanismo; a denúncia do parlamentarismo como corrupto e parasitário; a restauração da soberania popular; o aprofundamento da democracia, com voto directo e a realização de plebiscitos; a criação de uma nação de pequenos proprietários. Na propaganda eleitoral a favor do movimento, o apelo aos lojistas era feito através da condenação dos actos dos políticos republicanos, nomeadamente, a realização de tratados alfandegários considerados ruinosos para o comércio interno, a diminuição do poder de compra do operariado, a imposição de leis fiscais gravosas para o pequeno comércio, a tolerância dos monopólios e a falta de patriotismo. O movimento “Boulangista” acabou por demonstrar que, sem se resolver o problema fiscal, a questão

¹²⁸⁶ NORD, Philip G., *Paris shopkeepers...*, pp. 315-317.

da *patente*, alvo de tantas críticas por parte dos lojistas, o mais certo era voltarem a aparecer movimentos conservadores semelhantes¹²⁸⁷.

É impossível não ver nas características e factores enunciados uma imagem do que era o mundo político e económico dos lojistas de Lisboa entre 1890 e 1894. Sentiam que as pautas alfandegárias, os impostos sobre os vencimentos dos funcionários e a tentativa de aumento dos direitos de consumo estavam a afectar os preços dos géneros, a diminuir as compras dos seus clientes e a fazer aumentar os fiados. Eram confrontados com sucessivos monopólios e com as consequências económicas dos mesmos, como no caso do aumento do gás. Sofriam a subida constante dos impostos que, desde o adicional de 1890, à contribuição industrial de 1893-1894, tanto agravavam a já antes proclamada “injustiça” fiscal. Estavam a ser atraídos pelo patriotismo dos republicanos que aproveitavam para reforçar a falta do mesmo que, na sua opinião, grassava entre os monárquicos. Consideravam igualmente como “parasitas” os membros das Cortes portuguesas¹²⁸⁸. Por fim, também eles se sentiam, por um lado, ofendidos pelos “oportunistas” portugueses, ou seja, pelos regeneradores¹²⁸⁹, que, sem ter em consideração a crise por que sentiam estar a passar, lhes aumentavam os impostos e diminuía-lhes a representação associativa e política, e, por outro lado, desalentados com os “radicais” do regime monárquico, com os progressistas, sempre prontos para os maiores dislates contra o Rei e a Monarquia, ao mesmo tempo que ordeiramente se deslocavam ao Paço para a assinatura régia. Apesar destas semelhanças, havia uma diferença fundamental pois enquanto em Paris era o movimento “Boulangista”, em

¹²⁸⁷ NORD, Philip G., *Paris shopkeepers...*, pp. 309-310, 317-318 e 347.

¹²⁸⁸ A expressão apareceu no jornal *O Lojista* em Abril de 1892, em itálico e destacada, no mesmo número em que publicou o “desagravo” dos lojistas pela jornada retórica do progressista Francisco Machado no Parlamento. Cf. *O Lojista*, n.º 29, 24 de Abril de 1892. Esta forma de radicalismo e de linguagem era, aliás, um dos aspectos que aproximava sociológica e culturalmente a pequena burguesia comercial e a sua clientela popular. Cf. CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *Shopkeepers and master artisans...*, p. 19.

¹²⁸⁹ Sobre a classificação de “oportunista” que era dada ao Partido e à política regeneradora, em especial, com Fontes Pereira de Melo, veja-se RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, pp. 107-109 e FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”...*, pp. 141 e 200.

1890, ou o nacionalista, na sequência do caso Dreyfus, em finais do século, que aproveitava o descontentamento e ressentimento dos lojistas em relação à República, em Lisboa foram os republicanos a conseguir enquadrar melhor as desilusões dos pequenos comerciantes em relação à Monarquia.

Neste ponto vale a pena destacar, precisamente, a questão do parlamentarismo ou da crítica ao mesmo pelos lojistas de Lisboa, pois ele vai ser mais uma ajuda para se perceber o porque da falha dos partidos monárquicos no enquadramento político de uma parte significativa destes indivíduos. Como se viu, até Eça de Queirós afirmava esse factor como uma das causas da crise de 1890. “Uma parte importante da nação perdeu totalmente a fé (com razão ou sem razão) no parlamentarismo e nas classes governamentais ou burocráticas que o encarnam; e tende, por impulso que irresistivelmente a trabalha, a substituí-las por *outra coisa*, que ela ainda não definiu bem a si própria.”¹²⁹⁰ A crítica ao parlamentarismo foi mais vulgarizada a partir das ideias da chamada “Vida Nova” defendidas por Oliveira Martins e outros no final da década de 1880 e era um tipo de censura acarinhada, por exemplo, pelos lojistas franceses e ingleses, tendo no primeiro caso uma grande visibilidade em 1888-1890 no âmbito do movimento “Boulangista”¹²⁹¹.

Nos lojistas de Lisboa, os primeiros sinais desse sentimento apareceram em 1890, nas reuniões mais radicais contra os impostos e o Tratado Anglo-Luso. Em assembleia-geral de 1 de Agosto, depois de no Parlamento ter sido votado o adicional e a entrega da

¹²⁹⁰ MÓNICA, Maria Filomena, *Eça de Queirós*, p. 277 (itálico no original).

¹²⁹¹ Cf. RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, pp. 129-130. Sobre o movimento “Boulangista” (de Georges Boulanger, general francês e ministro da Guerra que desencadeou um movimento político de cariz conservador e popular que chegou a ameaçar a Terceira República Francesa) e a sua capacidade de mobilizar os lojistas parisienses veja-se NORD, Philip G., *Paris shopkeepers...*, pp. 302-350, especialmente, 307-328 e 346-347. Veja-se ainda GAILLARD, Jeanne, “La petite entreprise entre la droite et la gauche”, p. 54 e MAZGAJ, Paul, “The Origins of the French Radical Right...”, p. 312. No caso inglês, apesar das críticas existirem entre os lojistas, elas não foram, aparentemente, aproveitadas por movimentos políticos para contestar o sistema. Veja-se WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, pp. 23-26, em especial p. 24 e CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *The Petite Bourgeoisie in Europe...*, pp. 162-163.

proposta de lei ao Rei, os lojistas demonstraram o seu desagrado e “a grande necessidade de entrarmos em vida nova” no que à forma de fazer política dizia respeito¹²⁹². O argumento foi ainda mais explícito na representação que os revendedores de tabaco, com o apoio da ACLL, levaram junto dos Pares para protestar contra o monopólio. Tão explícito que ao ser lida a representação na Câmara foi votado que apenas parte fosse divulgada pois, nas palavras do Presidente, “tem alguns períodos que a câmara de certo não autoriza a sua publicação”¹²⁹³. Muito provavelmente, o que não foi autorizado pelas Cortes, mas ficou registado no *Boletim*, foram as críticas ao “poder legislativo” que, pelas suas atitudes, estava a levar à “descrença absoluta na representação nacional, que só lhe vota impostos e não lhe atende as representações”, às “cortes gerais” que se estavam a transformar numa “formalidade na vida constitucional”. Os lojistas que pediam “justiça e moralidade”, menos impostos e melhor administração, faziam-no na perspectiva de uma “vida nova” que regenerasse o país¹²⁹⁴.

Em Janeiro e Fevereiro de 1892 o jornal *O Lojista* voltou à carga contra os “vícios” parlamentares, criticando a forma como o Parlamento iniciava os seus trabalhos, sem “pressa”, na sua perspectiva, em discutir os assuntos que realmente interessavam à classe naquele momento, as pautas alfandegárias e o inquilinato. Chamava ainda a atenção para o que considerava o dinheiro mal gasto no excesso de empregados públicos, no Parlamento e com o monarca, tudo servindo de exemplo para a necessidade de se imporem “verdadeiras e justas economias”¹²⁹⁵. Algum tempo depois o tom crítico era retomado, combatendo as fraudes eleitorais e o próprio Parlamento a ser escolhido nas futuras eleições, pois considerava que sendo aquele composto, “na quase

¹²⁹² ACLL, *Boletim*, n.º 34, Setembro de 1890, p. 2.

¹²⁹³ DCP, sessão de 02-08-1890, p. 769.

¹²⁹⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 34, Setembro de 1890, pp. 6-7.

¹²⁹⁵ *O Lojista*, n.º 18, 24 de Janeiro de 1892; *O Lojista*, n.º 19, 31 de Janeiro de 1892 e *O Lojista*, n.º 20, 8 de Fevereiro de 1892.

totalidade, de empregados públicos” não podia ser “livre” para realizar as medidas necessárias ao desenvolvimento do país pois servia, quase exclusivamente, para “referendar e sancionar” o governo. Entretanto, a legislação que importava, na qual se incluía ainda uma “lei das responsabilidades ministeriais”, nunca passaria enquanto no Parlamento funcionasse o sistema da “monotonia perpétua de apoiados das maiorias...” ou enquanto os deputados só estivessem interessados em comer “à mesa do orçamento parlamentar”. Ao mesmo tempo, era condenado o rotativismo e o facto dos partidos mudarem de opinião consoante estavam na oposição ou no governo¹²⁹⁶.

Não eram, como é óbvio, críticas exclusivas do pequeno comércio pois até na reunião da ACL, de 13 de Setembro de 1890, o discurso de Mello e Sousa, aparentemente coroado com “uma prolongada salva de palmas”, apesar de combater as “manifestações nas ruas”, não deixava de apontar o dedo ao “sistema vicioso” que se vivia, constituído por um parlamento que servia apenas para “torneios retóricos”¹²⁹⁷. De referir, contudo, que José Adolfo de Mello e Sousa, sócio da ACL desde 1885 e da ACLL desde 1886, era nesta altura “membro do Partido Republicano [no qual permaneceu] até meados da década de 1890”, altura em que, significativamente, deixou também de fazer parte da lista de sócios dos Lojistas, passando depois a “íntimo amigo” de João Franco e transformando-se no “verdadeiro «número dois» do franquismo”¹²⁹⁸. Mesmo na altura em que o director da ACL e futuro presidente da Câmara de Comércio e Indústria mudava de opinião política, o discurso dos negociantes era semelhante, embora se possa dizer que estaria agora influenciado pela polémica da dissolução das associações. “Ou o funcionalismo se encerra nos limites estritos das exigências do

¹²⁹⁶ *O Lojista*, n.º 30, 30 de Abril de 1892 e n.º 42, 31 de Julho de 1892.

¹²⁹⁷ *O Século*, n.º 3091, 14 de Setembro de 1890.

¹²⁹⁸ *Commercio e Industria, folha illustrada com retratos e biographias*, n.º 169, Lisboa, 1904; *GEPB*, vol. 11, p. 788; RAMOS, Rui, *João Franco...*, pp. 119 e 126; *DBP*, Vol III, p. 829.

serviço público, e o parlamento deixa igualmente de ser quase um feudo da burocracia, ou então dificilmente poderá surgir uma época de prosperidades nacionais”¹²⁹⁹.

Também não era um movimento de crítica restrito ao comércio de Lisboa. Em Maio de 1891, numa representação do Centro Comercial do Porto, logo considerada “justa” pela ACLL e digna de ser apreciada pelos sócios, eram apontadas as causas para a “crise financeira e económica”. Entre elas, contava-se o facto de “em país algum o parlamentarismo” ter chegado “ao descrédito em que caiu entre nós, porque essa grandiosa conquista liberal foi iludida e pervertida desde o eleitor até ao eleito.” Ao sistema representativo faltava-lhe “independência” que não era possível assegurar por estar entregue ao “funcionalismo”, tornando o Parlamento um “sinédrio de inconfessáveis interesses e funestas oligarquias.”¹³⁰⁰

A influência desta descrença no parlamentarismo era sentida nas assembleias-gerais da ACLL, momentos que os lojistas acabavam por ver como uma forma privilegiada de intervenção cívica, com tendência para ser considerada, por vezes, como a única maneira de se expressarem livre e politicamente. Era “lamentável”, era “triste” que as associações e os “cidadãos” que as compunham tivessem “de se substituir ao parlamento”¹³⁰¹. Era por sentirem que aquela instituição estava inoperante e dela esperarem pouco que “nas associações continuou a dominar um radicalismo sempre pronto a saltar à garganta dos governos e a dar ânimo às oposições”¹³⁰².

Para além da questão do parlamentarismo, a viragem dos lojistas de Paris do campo radical de esquerda “para a extrema-direita” que é possível verificar na década de 1890, teve duas outras causas. Por um lado, uma mudança política na própria esquerda republicana, abandonando os interesses ligados à pequena burguesia,

¹²⁹⁹ Associação Comercial de Lisboa, *Ao Paiz, os impostos portugueses e as suas applicações*, Lisboa, Typ. do «Commercio de Portugal», 1894, p. 41.

¹³⁰⁰ ACLL, *Boletim*, n.º 43, Junho de 1891, pp. 4-6.

¹³⁰¹ ACLL, *Boletim*, n.º 56, Julho de 1892, p. 3.

¹³⁰² RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 200.

paulatinamente retirados da agenda política. Para isto contribuiu “o crescimento meteórico do socialismo” que levou a que a esquerda agora se preocupasse, não com a antiga aliança das várias camadas do “povo contra a aristocracia”, mas sim com as lutas da “classe operária” contra a opressão económica, o que colocava os lojistas do outro lado da barricada, como patrões, tão “exploradores” como os restantes. Por outro lado, esta mudança da esquerda foi acompanhada por tentativas da extrema-direita, nomeadamente dos movimentos anti-semitas e da Democracia Cristã, de capitalizar o descontentamento dos lojistas, o que estes, aparentemente, “agradeceram”¹³⁰³.

Em Itália o que terá influído na caminhada para a direita da pequena burguesia foi o facto das reformas eleitorais de 1888, que inicialmente lhe eram favoráveis, a médio prazo, terem minado a sua influência ao possibilitarem, com o desenvolvimento da educação e dos salários industriais, a criação de forças políticas que tinham nas classes populares a sua principal força. As associações de lojistas tinham tido sempre tendência para dar o seu apoio às listas “democráticas” ou “populares”. Contudo, na viragem do século, estas alianças começaram a perder o seu atractivo para os lojistas, na medida em que as forças políticas conotadas com essas opções começaram a favorecer nos seus programas e iniciativas um cada vez maior número de trabalhadores que agora começavam também a ter direito ao voto. O socialismo e as cooperativas de consumo, por exemplo, começaram a ser acarinhadas por estas forças políticas e isso afastou os lojistas, na medida em que essas novas tendências eram claramente desfavoráveis aos seus interesses. A influenciar este afastamento estava também o problema social do trabalho, nomeadamente, as greves que se tornaram frequentes na primeira década do século XX. O “sentimento de uma separação social entre os pequenos comerciantes e os

¹³⁰³ GAILLARD, Jeanne, “La petite entreprise entre la droite et la gauche”, pp. 65-66; NORD, Philip G., “The small shopkeepers movement and politics in France...”, pp. 181-182 e NORD, Philip G., *Paris shopkeepers...*, pp. 351-372.

seus clientes da classe operária” passou então a ser muito forte¹³⁰⁴. Aparentemente, também em Espanha a crescente tomada de consciência de classe, mobilização para o protesto e tendência socialista do sector dos caixeiros e empregados do comércio são apresentadas como factores importantes na caminhada para posições mais conservadoras por parte do pequeno comércio, embora sem os extremos de outros países europeus¹³⁰⁵.

Se no caso italiano o censo eleitoral fez com que os trabalhadores entrassem em competição política com a pequena burguesia, algo que se sentia igualmente na França e em menor grau na vizinha Espanha, o que eventualmente terá influenciado a que aquela se inclinasse para a direita, em Portugal o sufrágio eleitoral, longe de caminhar para a universalidade, foi até reduzido a partir de 1895. Por isso, nunca verdadeiramente veio colocar pressões políticas à pequena burguesia vindas de baixo. A vida política e social lisboeta não estava ainda pressionada pelos ventos das novas tendências políticas que sopravam um pouco por toda a Europa. Os socialistas eram não mais que insignificantes em termos eleitorais, por exemplo¹³⁰⁶. Para além disso, em Lisboa, não era ainda palpável o clima tenso de concorrência feito aos lojistas pelos grandes armazéns e pelas cooperativas de consumo, sendo que este último aspecto poderia também gerar atritos entre a pequena burguesia e o operariado. Tudo conjugado e aproveitado pelo republicanismo, terá contribuído, muito provavelmente, para que se acentuasse a natural solidariedade entre os dois grupos sociais que agora tinham maiores dificuldades em exercer a sua capacidade de voto, algo que os lojistas sempre tinham exercitado, pode

¹³⁰⁴ MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan...*, pp. 225-237; MORRIS, Jonathan, “Les associations de détaillants en Italie...”, pp. 244-245 e MORRIS, Jonathan, “Traders, taxpayers, citizens...”, p. 162.

¹³⁰⁵ NÚÑEZ SEIXAS, Xoxé M., “Una classe inexistente?...”, p. 40.

¹³⁰⁶ Veja-se os resultados das listas socialistas em várias eleições e que Pedro Tavares de Almeida, como faz genericamente para outros casos, classifica de “insignificantes”. ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Comportamentos eleitorais em Lisboa...”, pp. 144 e 147.

dizer-se, de forma muito motivada, tendo gerado um ressentimento precisamente contra as forças mais conservadoras acusadas de impor essas restrições.

É preciso referir ainda que a mudança de perspectiva política a que se assistiu no estrangeiro, muito provavelmente, não estava relacionada com alterações muito profundas no próprio ideário político dos lojistas, eles continuavam radicais como sempre tinham sido, e mesmo as acções e tomadas de posição das suas associações continuavam a balizar-se pela defesa intransigente dos interesses económicos dos pequenos comerciantes¹³⁰⁷. Porém, em França e na Itália se era a esquerda que ignorava os pedidos de reforma fiscal, aprovava medidas inconsequentes ou até atentatórias da “liberdade de comércio” e se eram os políticos de direita que agora davam maior atenção à sua agenda reivindicativa, então, era com a direita que os lojistas se identificavam.

Em Lisboa, o quadro até parecia semelhante, os actores é que eram diferentes. Foi a direita que aprovou o aumento dos impostos em 1890 e 1893-1894 e mesmo da esquerda, dos progressistas, os lojistas não sentiram um apoio coerente ou consequente. No fundo, até Mariano de Carvalho, Dias Ferreira e Augusto Fuschini, “almas” da “esquerda”, tinham optado pelas mesmas receitas de sempre, o aumento de impostos. Restava o problema da representação política, da capacidade e, mais do que isso, da utilidade da participação cívica nas escolhas dos destinos do país, ou simplesmente na escolha do Parlamento, e esta era uma faca de dois gumes para os políticos monárquicos que dificilmente poderia levar a bons resultados. Se a opção fosse alargar o sufrágio corria-se o risco de ver crescer ainda mais o Partido Republicano a quem os lojistas se dispunham, com relativa facilidade, a dar as mãos. Ao escolher-se restringir a participação eleitoral potenciava-se o distanciamento em relação ao sistema daquela

¹³⁰⁷ MORRIS, Jonathan, “Les associations de détaillants en Italie...”, p. 246-247.

franja radical que, apesar de tudo, entendia que os políticos, para além de “impostos”, ainda lhe reconheciam importância suficiente para também pedir “votos”. Completamente ignorados e até, nas suas palavras, “violentados” pela direita que, literalmente, lhes fechou as portas (das associações) e ainda os fez pagar por isso (com aumentos de impostos), manipulados ou esquecidos pela esquerda monárquica, que alternativas se colocavam aos lojistas, ferozmente defensores da sua independência e ressentidos por esta estar a ser atacada por via fiscal e eleitoral? Claramente, os lojistas fecharam, também, a “porta dos seus estabelecimentos” à Monarquia e o caminho ficou aberto para um corredor de fundo, o PRP, que só não aproveitou no imediato a mobilização dos lojistas porque, por um lado, entrou num processo de desestruturação e abstenção que o levaria a um adormecimento até ao início do novo século, e, por outro, porque um dos palcos privilegiados, um dos púlpitos de que se servia para arengar às massas com regularidade, as assembleias-gerais das principais associações comerciais e industriais de Lisboa, ficou inoperacional por três longos anos.

Neste sentido, talvez se possa afirmar que a passagem dos lojistas para o republicanismo foi, tanto, obra da sua propaganda, como da imprevidência dos monárquicos. No fundo, em 1894 e 1895 os regeneradores com as suas medidas e os progressistas com as suas “hesitações tácticas” considerariam improvável que pacatos lojistas fossem capazes de saltar de trás dos seus balcões e de pegar em armas, a não ser na habitual “desusada energia da frase” e na recorrente “meia porta cerrada”. O *Diário Ilustrado* no auge da polémica sobre a dissolução das associações, afirmando que a ACLL era aquela que “deita sempre a barra adiante em chinfrinadas associativas”, ou seja, era aquela cujas assembleias-gerais se caracterizavam por um maior pendor demagógico e radical, dava-se até ao luxo de gozar com a veia revolucionária dos lojistas recorrendo à sua própria veia poética:

“Palavra de honra: tem graça!
Tudo quanto lhes importa
Um cerceamento de *massa*,
Provoca logo a ameaça:
- Vou cerrar a meia porta!

Se isto pega, francamente,
A farsa não se suporta,
Tirarei desforra ingente...
E se explorarem a gente,
Ponha a bolsa a meia porta.

Se há contágio... Deus servido!
Pelo eterno luxo morta,
A mulher diz ao marido:
- Vai já comprar-me um vestido,
Senão... cerro a meia porta!”¹³⁰⁸

É certo que conseguiram suspender as “chinfrinadas” por três anos e com isso deram outro rude golpe na propaganda republicana, habituada a ter nas assembleias associativas um palco regular de divulgação da sua retórica e de acolhimento das suas polémicas. Contudo, não foram suficientemente audazes, as condições financeiras do país não o permitiram ou não o podiam ser sem ferir a sua base social de apoio, para, através de um conjunto de medidas que tinham obrigatoriamente de passar por uma reforma fiscal, entre outras, conseguirem cativar estes homens e conter o seu radicalismo. Quando, em 1897, o Governo Progressista restaurou as associações, as salas do largo da Abegoaria, nova sede da ACLL, passaram além das “chinfrinadas”.

¹³⁰⁸ *Diário Ilustrado*, n.º 7491, 31 de Janeiro de 1894.

As salas “revolucionárias” da Associação dos Lojistas (1895-1906)

A persistência de uma tendência de ideário radical e de valorização da independência entre os lojistas, em grande medida, pode ser detectada através da própria postura cívica dos sócios da ACLL, bem como das actividades de sociabilidade e intervenção pública da Associação. A própria dinâmica destas iniciativas terá facilitado a crescente identificação entre o radicalismo da pequena burguesia comercial e o republicanismo. Ao longo dos anos seguintes, entre a dissolução das associações e o início do governo de João Franco, por entre a defesa dos interesses de classe, sempre presente ao longo de todo este período, foram aflorando cada vez mais indícios da republicanização da ACLL, reflexo provável de igual tendência entre a maioria dos lojistas de Lisboa e da influência que o PRP foi sabendo construir.

Por isso, não é de estranhar que as conferências que ocorriam na nova sede, da ainda Comissão Instaladora da ACLL, no Largo da Abegoaria, fossem maioritariamente proferidas por ilustres propagandistas republicanos, como Andrade Neves, em 18 e 25 de Outubro de 1895¹³⁰⁹, ou Eugénio da Silveira, autor do livro *Republica latina*, publicado em 1890. Antigo redactor do *Século* e republicano convicto, Eugénio da Silveira foi homenageado pela ACLL como um “permanente defensor das causas dos lojistas e do comércio em geral”. Quando o jornalista se deslocou ao Brasil, em Setembro de 1895, a ACLL juntou-se “às pessoas que foram ao bota-fora”, tendo distribuído “2000 convites” e alugado “um vapor para acompanhar o Sr. Eugénio da Silveira a bordo do «Magdalena» até Cascais”. Na ocasião foram-lhe oferecidos uma

¹³⁰⁹ ACLL, *Diário, 1894-1901*, p. 12. José Vitorino de Andrade Neves, “jornalista republicano (...), nasceu em Lisboa, em 5 de Abril de 1867, e morreu em 31 de Dezembro de 1908. (...) Fez parte das redações dos jornais *Os Debates*, *Voz do Povo*, *Vanguarda*, *Folha do Povo* e *O Século* (...). Era um apreciável conferencista e fluente orador popular. (...) Foi sócio da Associação Industrial Portuguesa e da Associação Camoneana e um dos fundadores da Associação da Imprensa Portuguesa e da Associação dos Trabalhadores da Imprensa. Tomou parte, por ocasião do centenário da Índia, no Congresso Internacional da Imprensa, e pertenceu à comissão municipal republicana de Lisboa e a numerosas agremiações políticas.” *GEPB*, Vol. II, p. 548.

pasta, um estojo e um tinteiro de prata “com dedicatória”¹³¹⁰. Ao regressar, não esqueceu a homenagem e pronunciou na sede da associação uma conferência, precisamente, sobre o comércio entre Portugal e o Brasil, em 29 de Maio de 1896¹³¹¹.

Neste campo, a diferença com o período anterior a 1890-1894, é significativa e merece ser realçada. Em 1889 surge a primeira referência à organização de conferências públicas pela ACLL, “tendo sido primeiro conferente o ilustre professor Dr. José Júlio Rodrigues”, eleito como deputado nesse mesmo ano pelo Partido Progressista¹³¹². Cerca de uma década depois, eram organizadas novas conferências, agora intituladas de “patrióticas”, com os oradores a pertencerem quase exclusivamente ao campo republicano e socialista e a merecerem honras de grande publicidade no jornal *Vanguarda*.

No final de Dezembro de 1897 são vários os anúncios sobre as “conferências patrióticas” promovidas por um grupo de comerciantes e industriais, “tendentes a levantar na opinião pública o interesse por todo o trabalho nacional.” Realizar-se-iam a partir de Janeiro de 1898 “nas vastas salas da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, no largo da Abegoaria”. Entre os conferencistas convidados, apesar de nem todos terem participado, contavam-se então os nomes de Bernardino Machado, Magalhães Lima, Ricardo de Sá, Heliodoro Salgado, Andrade Neves, Elísio dos Santos, Alfredo de Brito e Tomás Cabreira¹³¹³. Apresentadas como conferências para “agricultores, comerciantes e industriais” e integradas no programa das festas do

¹³¹⁰ ACLL, *Relatório e contas da Comissão Instaladora...*, p. 20, ACLL, *Diário, 1894-1901*, p. 23 e ACLL, *Livro de Caixa (1894 a 1902)*, fl. 23-24.

¹³¹¹ ACLL, *Relatório e contas da Comissão Instaladora...*, p. 20 e ACLL, *Diário, 1894-1901*, p. 23 e ACLL, *Diário, 1894-1901*, p. 13.

¹³¹² “ACLL”, in *GEPB*, Vol. 35, pp. 565-566 e ACLL, *Relatório e contas... de 1889*, pp. 13-15. Eleito pela Índia em 1889 e depois pelo Funchal em 1890 (legislatura de 1890-1892). Apoiou Manuel de Arriaga no projecto de “Criação de uma comissão que averiguasse os responsáveis pela entrega de adiantamentos à Real Companhia de Caminhos de Ferro”, em 6 de Fevereiro de 1892. “Mas a área em que mais se destacou foi a discussão do projecto de lei n.º 33, sobre pautas aduaneiras.” Embora se declarasse proteccionista estava contra a indiscriminada “aplicação de medidas proteccionistas para todos os produtos” importados. *DBP*, Vol. III, pp. 490-492.

¹³¹³ *Vanguarda*, n.º 405, 24 de Dezembro de 1897 e n.º 409, 29 de Dezembro de 1897.

Centenário da Índia, tiveram início no dia 3 de Janeiro com a intervenção de Heliodoro Salgado¹³¹⁴, subordinada ao tema dos Descobrimentos e do desenvolvimento comercial¹³¹⁵. Prosseguiram depois com Andrade Neves, a 13 do mesmo mês, numa palestra sobre o comércio com as colónias¹³¹⁶. Colaboraram ainda José de Sousa (a 6 de Maio), Agostinho Fortes¹³¹⁷ (9 de Maio), César da Silva¹³¹⁸ (11 de Maio), Teixeira de Carvalho (28 de Maio), José Eduardo de Novais (18 de Junho) e Farinha Dias de Sousa (28 de Junho). Pelo meio, as salas da ACLL acolheram Augusto Fuschini, “nos dias 24 de Janeiro, 3 de Fevereiro e 7 de Março”, para conferências sobre “assuntos comerciais e financeiros”¹³¹⁹. Esta última era especialmente dirigida contra o governo Progressista na sequência da polémica sobre a conversão da dívida¹³²⁰.

Muitas destas conferências podem ser incluídas na propaganda cultural que, à época, recomeçava a surgir nos meios republicanos, fruto da dinamização de alguns centros e clubes¹³²¹. Como se vê, a Associação dos Lojistas contribuía, de uma forma

¹³¹⁴ Escritor e jornalista, nasceu em Santo Tirso em 1861 e morreu em Lisboa em 1906. Foi professor primário e dedicou-se depois ao jornalismo, abraçando “as ideias democráticas e de liberdade de consciência, em cuja defesa se distinguiu como conferencista e orador.” Membro da Maçonaria, participou “na maior parte dos comícios realizados pelo Partido Republicano Português.” Colaborou ainda nas comissões que organizaram “as festas comemorativas do quinto centenário do Descobrimento da Índia. (...) Em 1897 foi condenado a cinco meses de prisão, em consequência de artigos publicados no jornal republicano *A Batalha*.” Já tinha estado na prisão entre 1890 e 1891 por outro artigo publicado no jornal *A Pátria*. *GEPB*, Vol. XXVI, pp. 729-730.

¹³¹⁵ *Vanguarda*, n.º 412, 1 de Janeiro de 1898 e n.º 415, 4 de Janeiro de 1898.

¹³¹⁶ *Vanguarda*, n.º 425, 14 de Janeiro de 1898.

¹³¹⁷ Agostinho José Fortes, professor, escritor e jornalista, nasceu em Mourão, em 1869, e morreu em Lisboa, em 1940. “Desde muito novo começou a escrever em jornais académicos, dirigindo alguns deles, e depois colaborou em diversos diários de Lisboa e do Porto, nomeadamente no *País*, *O Mundo*, *Vanguarda*, *Diário de Notícias*, *Povo*, etc. (...) Politicamente foi sempre republicano, mas sob princípios socialistas. Exerceu o cargo de vereador da Câmara Municipal de Lisboa na primeira vereação republicana, ainda no tempo do regime monárquico”. *GEPB*, Vol. XI, pp. 675-676.

¹³¹⁸ Alfredo Augusto César da Silva nasceu em Lisboa, em 1859 e morreu em 1942. Concluído o exame de instrução primária, o pai “colocou-o como marçano numa papelaria”. Daí passaria depois para a tipografia do *Diário Ilustrado*. Com 20 anos, e após ter concluído o liceu em Santarém, foi colocado como professor primário em S. Julião do Tojal. Três anos mais tarde entrou para “o quadro docente da Casa Pia de Lisboa e aí se manteve até ao fim da sua vida.” Escreveu diversas obras, essencialmente, dedicadas à História de Portugal. *GEPB*, Vol. XXVIII, pp. 777-778.

¹³¹⁹ ACLL, *Relatório de 1898*, p. 26 e ACLL, *Diário, 1894-1901*, pp. 26-30.

¹³²⁰ *O Século*, n.º 5802, 7 de Março de 1898.

¹³²¹ RIBEIRO, Lia Armandina Sá Paulo, *A Popularização da Cultura Republicana...*, p. 20.

expressiva, para essa mesma dinâmica, tal como teria um papel de destaque na questão anticlerical e na propagação das ideias relativas ao livre-pensamento e ao registo civil.

O ano de 1901 é bastante revelador deste forte pendor radical da Associação. Em 11 de Março acolheu uma reunião de estudantes, “convocada pelos quintanistas da Escola Médica”, na sequência do “caso Rosa Calmon” e no âmbito das actividades da Liga Académica Republicana¹³²². No mês seguinte, o governo proibiu a realização de um comício anticlerical marcado para o dia 14 e organizado pela mesma Liga¹³²³. Na sequência e antecipando a proibição por parte do governo os estudantes tinham decidido organizar uma “reunião liberal secreta”, cujos pormenores o jornal *O Mundo* tornou pouco secretos no dia seguinte. Dessa reunião, a que assistiram muitos “médicos, advogados, comerciantes, operários, industriais, estudantes, etc.”, resultou a proposta de criação de uma “comissão liberal”, sendo apontados os nomes a convidar para a mesma. Entre os republicanos da praxe e os médicos, advogados e lentes que eram recorrentes neste tipo de organizações e iniciativas, surgem também comerciantes e industriais, alguns deles sócios ou futuros sócios da ACLL, como Luís Filipe da Mata, Francisco Grandella, Cupertino Ribeiro, João Félix da Silva Capucho, José Pinheiro de Melo e Inácio de Magalhães Basto. De referir que os dois últimos eram à altura, respectivamente, presidente e vice-presidente da assembleia-geral dos Lojistas e que Cupertino Ribeiro ocuparia o cargo de presidente da Direcção entre 1906 e 1910.

O envolvimento de alguns dos sócios mais destacados da Associação leva a que não se estranhe que as primeiras reuniões da, depois denominada, Junta Liberal se realizassem, precisamente, no largo da Abegoaria. No dia 18 de Junho aí decorreu a primeira assembleia-geral desta associação política e anticlerical. Repetiram-se reuniões

¹³²² VENTURA, António, *Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal. As convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, p. 68.

¹³²³ *O Mundo*, n.º 209, 15 de Abril de 1901 e VENTURA, António, *Anarquistas, republicanos e socialistas*, p. 72.

a 10 e 27 de Agosto e a 17 e 21 de Outubro de 1901¹³²⁴. A simpatia dos Lojistas pela liberal agremiação ficava bem patente nas resoluções tomadas pela direcção. Esta cedência das salas não era de todo isenta de uma perspectiva política ou, pelo menos, de uma determinada posição cívica assumida pelos representantes do pequeno comércio lisboeta, acabando por se traduzir numa diferença de tratamento dos vários pedidos que eram feitos consoante as entidades em causa: se para a Sociedade Filatélica Portuguesa, que procurava instalar-se, era concedido um “gabinete por 6\$000 réis mensais”, podendo a direcção a qualquer momento “terminar a cedência”, para a Junta Liberal era emprestado “um dos gabinetes sem remuneração (...) enquanto não for preciso para os serviços da Associação.”¹³²⁵ Ou seja, a ACLL funcionava para todos os efeitos como a sede da Junta Liberal em 1901, aliás, como voltaria a acontecer mais tarde, em Julho de 1909, quando a Junta renasceu das cinzas para organizar a manifestação anticlerical de 2 de Agosto¹³²⁶.

Nessa altura, Pinheiro de Melo, activamente envolvido na reorganização da Junta, assistiu à reunião da direcção da ACLL, como era muito frequente, para pedir que as salas da sede fossem disponibilizadas àquela organização, “que desejava agora recomeçar os seus trabalhos”. Este pedido era justificado por “há anos” uma outra gerência já ter autorizado reuniões idênticas. Tendo a cedência sido autorizada, a sede da Associação dos Lojistas, uma vez mais, passou a funcionar, na prática, como sede da Junta Liberal, tratando de todo o “expediente” e arquivando os “seus livros” num armário expressamente colocado para esse fim numa das salas¹³²⁷. Aliás, o empenho da ACLL “na organização da parada liberal” de 2 de Agosto de 1909 não seria esquecido,

¹³²⁴ ACLL, *Diário*, 1894-1901, p. 41-42 e *O Mundo*, n.º 273, 18 de Junho de 1901 e n.º 274, 19 de Junho de 1901.

¹³²⁵ ACLL, *Actas da Direcção*, 1897-1906, acta n.º 72, 3 de Abril de 1901 e acta n.º 76, 6 de Agosto de 1901.

¹³²⁶ VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo*, pp. 41 e 43.

¹³²⁷ ACLL, *Actas da Direcção*, 1906-1912, acta n.º 244, 1 de Julho de 1909 e acta n.º 251, 30 de Setembro de 1909.

sendo alvo de um “penhoradíssimo” agradecimento em vários jornais de 5 desse mês pela sua “hospitalidade” e por todo o “apoio moral e material” dispensado¹³²⁸.

Na mesma reunião de 1901 em que se emprestava um gabinete à Junta Liberal era cedida a sala das sessões a Heliodoro Salgado “para realizar uma conferência sobre Sara de Matos”¹³²⁹. Este orador e a temática anticlerical tinham, sem dúvida, a benevolência da ACLL, pois em Março de 1903 foi autorizada a cedência da sala “para o Sr. Heliodoro Salgado realizar mais duas conferências (...) sobre a Religião e a Ciência.”¹³³⁰ Seguiram-se outras duas, nos dias 21 e 23 de Abril, sobre a mesma temática. A “última conferência” da série realizou-se já em Maio¹³³¹. Todas estas sessões foram organizadas com a colaboração de três sócios da ACLL, António Alves Ribeiro Duarte, Manuel Rodrigues e António Costa Bastos, contando com o prestável auxílio da Direcção, sendo “gratuitas as cedências da sala”¹³³². Mas nem só os corpos gerentes aparentavam estar comprometidos com o anticlericalismo. Como se viu, as conferências contaram com a colaboração de três sócios que nunca ocuparam cargos directivos, mas outros exemplos podem ser apontados, como o de Domingos da Silva Aires, dono de um depósito de papel na rua dos Sapateiros e sócio da ACLL desde 1902, membro da Comissão Iniciadora da Liga dos Livres Pensadores Portugueses, em Fevereiro de 1899,

¹³²⁸ ACLL, *Boletim*, n.º 57, Setembro de 1909, p. 94.

¹³²⁹ ACLL, *Actas da Direcção, 1897-1906*, acta n.º 76, 6 de Agosto de 1901. Escritor e jornalista, Heliodoro Salgado nasceu em Santo Tirso em 1861 e morreu em Lisboa em 1906. Foi professor primário e dedicou-se depois ao jornalismo, abraçando “as ideias democráticas e de liberdade de consciência, em cuja defesa se distinguiu como conferencista e orador.” Membro da Maçonaria, participou “na maior parte dos comícios realizados pelo Partido Republicano Português.” Colaborou ainda nas comissões que organizaram “as festas comemorativas do quinto centenário do Descobrimento da Índia. (...) Em 1897 foi condenado a cinco meses de prisão, em consequência de artigos publicados no jornal republicano *A Batalha*.” Já tinha estado na prisão entre 1890 e 1891 por outro artigo publicado no jornal *A Pátria*. *GEPB*, Vol. XXVI, pp. 729-730.

¹³³⁰ ACLL, *Actas da Direcção, 1897-1906*, acta n.º 107, 30 de Março de 1903.

¹³³¹ ACLL, *Actas da Direcção, 1897-1906*, acta n.º 110, 13 de Maio de 1903.

¹³³² ACLL, *Actas da Direcção, 1897-1906*, acta n.º 108, 15 de Abril de 1903.

organização anarquista/socialista cujos “objectivos eram essencialmente de combate ao clericalismo” e da qual fazia parte, entre outros, Heliodoro Salgado¹³³³.

A ACLL já tinha um certo currículo de ligação do seu nome a actividades, reuniões e sessões de cariz liberal, democrático e radical antes de 1901 e ele vai desenvolver-se também nos anos seguintes. Em 4 de Maio de 1899 a direcção da ACLL aprovou um pedido do sócio Pereira Roldão para que a sala da Associação fosse cedida, no dia 8 de Maio, para a realização de uma conferência de “Manuel de Arriaga sobre o *Marquês de Pombal*”, promovida pela Associação do Registo Civil. Ora, Joaquim Pereira Roldão era na altura vogal da direcção da ACLL e, ao mesmo tempo, director daquela associação¹³³⁴. Em Junho de 1899 chegou novo pedido da mesma colectividade para uma outra conferência, desta feita de Teófilo Braga, “sobre o distinto orador e parlamentar José Estêvão Coelho de Magalhães.”¹³³⁵

Entre 17 e 18 de Fevereiro de 1900, acolheu a “comemoração do 3º centenário da morte de Giordano Bruno, promovida pelo Círio Civil Estrela (...), apresentada como uma «conferência de livre-pensamento» sob a presidência de Heliodoro Salgado e Décio Carneiro, representando este último o Centro Fraternidade Republicana.”¹³³⁶

A 20 de Abril de 1902, foi a vez de uma reunião para a “organização do Teatro Livre”, iniciativa cultural de cariz libertário inicialmente apadrinhada pela Federação Socialista Livre¹³³⁷. Em 17 de Agosto de 1902 a Associação cedeu a sua sala para uma “homenagem ao jornal *O Mundo*, promovida (...) pelos centros democráticos da capital”

¹³³³ A referida organização não terá chegado a passar do ano de 1899. VENTURA, António, *Anarquistas, republicanos e socialistas*, p. 122.

¹³³⁴ ACLL, *Actas da Direcção, 1897-1906*, acta n.º 39, 4 de Maio de 1899.

¹³³⁵ ACLL, *Actas da Direcção, 1897-1906*, acta n.º 42, 15 de Junho de 1899.

¹³³⁶ ACLL, *Diário, 1894-1901*, p. 37 e VENTURA, António, *Anarquistas, republicanos e socialistas*, p. 126.

¹³³⁷ VENTURA, António, *Anarquistas, republicanos e socialistas*, p. 158.

e à qual se associou também a Federação Socialista Livre. “O acto converteu-se numa autêntica parada de republicanos e seus aliados.”¹³³⁸

No início de Abril de 1904 acolheu uma “sessão de protesto” organizada novamente pela “Federação Socialista Livre, pelo Grupo Pró-Paz e pelo Círio Civil Estrela”, a favor das vítimas de Alcalá del Valle, manifestação de trabalhadores reprimida pela Guarda Civil espanhola em 1 de Agosto de 1903¹³³⁹.

Como se pode observar, quer pelos exemplos relativos à Junta Liberal, quer por alguns dos outros, eram os contactos, relações pessoais e outros cargos exercidos por alguns lojistas e, em particular, os que ocupavam lugares na gerência que, em grande medida, levavam a ACLL a uma aproximação a entidades e indivíduos ligados ao movimento anticlerical e ao republicanismo. Se esta tendência era ou não maioritária no seio do pequeno comércio lisboeta não é fácil de demonstrar, mas talvez seja significativo verificar que estas iniciativas e inclinações dos corpos gerentes nunca se traduziram numa diminuição do número de sócios no período em causa, representando, aliás, o ano de 1901 a inversão de uma tendência que era de quebra desde 1895 (gráfico 4), nem sequer numa tentativa de alteração radical da composição das várias gerências, as quais, pelo contrário, mantiveram a sua tendência republicana ao longo de toda a primeira década do século XX (gráficos 12 e 13). Neste sentido, pode afirmar-se que as atitudes dos corpos gerentes mais não eram do que um reflexo de uma tendência mais generalizada que se fazia sentir no seio dos sócios e muito provavelmente no conjunto dos lojistas da capital.

A frequente cedência das salas da Associação dos Lojistas levaria mais tarde Trindade Coelho a classificá-las, no seu *Manual Político do Cidadão Português*, de

¹³³⁸ VENTURA, António, *Anarquistas, republicanos e socialistas*, p. 142.

¹³³⁹ VENTURA, António, *Anarquistas, republicanos e socialistas*, p. 273.

“salas revolucionárias (...) sempre abertas a todas as reivindicações populares”¹³⁴⁰. A referência seria alvo de um “penhoradíssimo” agradecimento no *Boletim da ACLL* de Fevereiro de 1908, no qual, contudo, foi omitida a classificação “revolucionária”¹³⁴¹. A proximidade à tentativa de golpe do 28 de Janeiro e ao regicídio aconselhava prudência e alguma ponderação sobre o que era publicado no órgão oficial da Associação, estando, por certo, ainda bem presente uma polémica gerada havia alguns meses, ainda no governo de João Franco, quando a sede dos Lojistas foi colocada ao mesmo nível do “café Gelo” – recorde-se que foi nesse café do Rossio que, segundo o testemunho de Aquilino Ribeiro, se ultimaram os pormenores do atentado contra D. Carlos¹³⁴² – tendo recebido, aparentemente, por um “lamentável equívoco”, uma intimação com uma ameaça de encerramento. Mal-entendido de Abril de 1907 que, certamente, terá sido influenciado pelo facto de não haver “quem não conheça a benemérita Associação de Lojistas” e os “serviços por ela prestados à civilização geral do país e às liberdades públicas, quer cedendo as suas salas para conferências de carácter doutrinário, quer colaborando em todas as manifestações de carácter cívico”¹³⁴³ – elogio feito pelo *Século* depois da ACLL ter votado uma moção em que, de forma clara e determinada, se posicionava como uma força de oposição à “ditadura” de João Franco, como se verá mais à frente¹³⁴⁴.

¹³⁴⁰ COELHO, Trindade, *Manual Político do Cidadão Portuguez*, p. 616.

¹³⁴¹ ACLL, *Boletim*, n.º 38, Fevereiro de 1908, pp. 12-13.

¹³⁴² O Café Gelo, na praça D. Pedro IV (Rossio), era um local de reunião frequente de conspiradores, anarquistas e republicanos. Era nesse café, propriedade da firma Januário & Matheus Baptista, que se reuniram os protagonistas do regicídio, Alfredo Costa e Manuel Buiça, bem como Aquilino Ribeiro, entre outros. RIBEIRO Aquilino (introd. de José Gomes Ferreira), *Um escritor confessa-se: memórias*, Amadora, Bertrand, 1972, p. 207. Talvez não seja apenas uma curiosidade, mas sim mais um sinal do relativo pendor revolucionário que se instalou na ACLL após o regicídio e que será abordado mais adiante, o facto dos proprietários deste “revolucionário” café terem sido convidados pela direcção para se fazerem sócios em 13 de Julho de 1908.

¹³⁴³ Artigo do jornal *O Século*, de 22 de Maio de 1907, reproduzido em ACLL, *Boletim*, n.º 29, Maio de 1907, pp. 44-45.

¹³⁴⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 28, Abril de 1907, p. 29-32.

A postura quase revolucionária em alguns casos ou, no exemplo em concreto, de frontal oposição em relação ao Governo, notória nas assembleias-gerais, não deixava de ser contrabalançada com algumas cautelas na forma de proceder dos corpos gerentes da Associação em relação ao governo e à situação política. Em Agosto de 1907 quando Pinheiro de Melo foi abordado por Teófilo Braga, Manuel de Arriaga e Magalhães Lima para ceder a sala da ACLL para uma “conferência pública”, do “conselheiro Dias Ferreira [precisamente o pai do aluno que tinha sido o rastilho para a questão académica] (...) sobre os actos ditatoriais do governo”, os corpos gerentes optaram pela não cedência, o que, manifestamente, não era comum. Contudo, “dada a situação anormal que o país atravessava” e tendo em conta que a ACLL já tinha sido ameaçada de dissolução há pouco tempo, a direcção considerou mais prudente não emprestar o espaço para o referido fim, embora explicando aos “interessados as causas fundamentais que determinaram essa resolução”. Ou seja, a ACLL não estava contra o propósito da conferência, muito provavelmente a maioria dos corpos gerentes até concordava com os seus termos, mas o momento político aconselhava alguma diplomacia, algum “receio dos perigos” que poderiam comprometer ou “jogar o futuro” da Associação¹³⁴⁵.

É até provável que não fosse mera coincidência o facto do republicano Cupertino Ribeiro, presidente da direcção da ACLL, propor para sócio, por esta altura, o “franquista” Ramiro Leão¹³⁴⁶. A entrada de um reconhecido e importante comerciante ligado à área do governo pode ser entendida neste quadro de prudência, se bem que a sua posição na CML pudesse, por si só, justificar este convite e a sua aceitação¹³⁴⁷.

Fosse como fosse, não deixava de parecer uma forma dos Lojistas procurarem

¹³⁴⁵ ACLL, *Actas da Direcção, 1906-1912*, acta n.º 189, 9 de Agosto de 1907.

¹³⁴⁶ A proposta data de Julho de 1907. O jornal *O Mundo*, apesar de mais de um ano depois, declarou Ramiro Leão como apoiante de João Franco. Cf. *O Mundo*, n.º 2897, 27 de Novembro de 1908. No entanto, esta conotação de apoiante do franquismo era evidente e decorria, certamente, do facto de Ramiro Leão ter sido vogal da Comissão Administrativa da CML em 1907 e vereador na primeira Câmara de 1908 nomeada, precisamente, por João Franco. Cf. SANTOS, Maria do Rosário e VIEGAS, Inês Morais (coord.), *A evolução municipal de Lisboa...*, pp. 117-118.

¹³⁴⁷ Aliás, o mesmo tinha acontecido anos antes com Simões de Almeida, como já foi atrás referido.

demonstrar, com exemplos concretos, a sua sempre apregoada independência, “abstendo-se cautelosamente da *política*, no baixo significado que por aí se lhe atribui”¹³⁴⁸.

A recusa da sala para a conferência de Dias Ferreira era realmente a exceção à regra, pois já em 1903 se tinha tornado clara a faceta liberal e republicana da cedência das salas da Associação dos Lojistas. Uma faceta que se confundia cada vez mais com a própria evolução política do eterno presidente da assembleia-geral, José Pinheiro de Melo. Andrade Neves não podia ser mais explícito no esboço biográfico que fez do prestamista naquela data. “Se há falta de local para conferência de propaganda democrática, se é preciso que Teófilo Braga vá a público dar superiores lições de civismo; se se torna urgente que Arriaga, com a sua palavra quente vá fazer propaganda a favor das escolas populares; se às conferências dos jesuítas finalmente os liberais têm de opor outras; quando qualquer destes casos sucede, o caminho é já sabido; pede-se a casa da Associação dos Lojistas e o pedido faz-se a Pinheiro de Mello, que sempre se tem prestado a ser junto aos seus colegas dos corpos gerentes o melhor empenho, o melhor advogado dos que lhe vão solicitar o favor.”¹³⁴⁹

As salas da Associação não eram apenas cedidas para reuniões com fins de propaganda cívica / política, nelas reuniam, também, os vários grémios de comerciantes para tratarem das mais variadas preocupações de classe, bem como associações várias, em sessões solenes, ou outras entidades particulares. Estas cedências eram mesmo consideradas como um “importante serviço associativo”, dando origem, inclusive, à elaboração de um regulamento próprio em Dezembro de 1902¹³⁵⁰. Porém, a forma como a sala da ACLL continuava a ser ou não cedida, era muito significativa para elucidar

¹³⁴⁸ *O Mundo*, n.º 2812, 3 de Setembro de 1908 e ACLL, *Boletim*, n.º 47, Novembro de 1908, p. 87 (itálico no original).

¹³⁴⁹ *Commercio e Industria, folha illustrada com retratos e biographias*, n.º 163, Lisboa, 1903.

¹³⁵⁰ ACLL, *Actas da Direcção, 1897-1906*, acta n.º 102, 31 de Dezembro de 1902. O regulamento foi publicado em ACLL, *Boletim*, n.º 25, Janeiro de 1903, p. 7.

sobre o posicionamento político e cívico dos lojistas. Na reunião da direcção de 4 de Outubro de 1906, Cupertino Ribeiro informou os restantes membros da direcção que tinha recebido vários pedidos, entre eles, um da Liga de Defesa dos Interesses Públicos, outro da Comissão de Protesto Nacional contra o imposto do consumo e outro de Manuel dos Santos Gil, “para efectuar uma reunião de seminaristas”. Este último foi o único “indeferido por não o considerar de interesse público” e também porque era para se realizar num domingo, dia de descanso dos empregados da associação¹³⁵¹.

Era a particular noção de “interesse público” de um republicano que influenciava a sua decisão, pois noutras ocasiões já a direcção tinha sugerido a hipótese de as salas se abrirem, desde que os requerentes pagassem aos funcionários e estes concordassem em trabalhar no dia de folga, hipótese que não foi sequer lembrada nesta ocasião. Além disso, essa noção tinha uma conotação clara com o anticlericalismo em que a ACLL e muitos dos seus sócios estavam profundamente empenhados, como ficou visível em 1905 nos esforços levados a cabo no sentido de convencer o Governo e a CML a erigirem um monumento ao Marquês de Pombal, ao ponto de ficar consignada nas actas da direcção que a cedência das salas da Associação seriam gratuitas para uma conferência sobre o ministro de D. José, “por se reconhecer que toda e qualquer propaganda feita acerca do Marquês de Pombal se devia considerar como um serviço de interesse público.”¹³⁵²

Para além das conferências, outros gestos simbólicos podem ser interpretados como uma tendência republicana do pequeno comércio de Lisboa. Era o caso das homenagens prestadas a indivíduos republicanos, a personagens conotados com o republicanismo ou mesmo a representantes políticos de países onde vigorava o regime

¹³⁵¹ ACLL, *Actas da Direcção, 1906-1912*, acta n.º 169, 4 de Outubro de 1906.

¹³⁵² ACLL, *Actas da Direcção, 1897-1906*, acta n.º 140, 30 de Abril de 1905.

republicano. Desde que estivesse de algum modo ligada àqueles valores, a pessoa em questão merecia as atenções dos lojistas. Estas iniciativas são relevantes pois, como se viu no caso das conferências, não se revestem de um carácter episódico ou pontual, efectivamente, demonstram uma tendência para prestar ou colaborar em homenagens a indivíduos ligados a uma determinada corrente de pensamento político e postura cívica. Ao mesmo tempo, marcam um contraste com o que se passava até ao período de 1890-1894, quando este tipo de manifestações e homenagens ainda eram combatidas pela maioria dos sócios ou eram recebidas com muitas cautelas por alguns membros dos corpos gerentes, em particular por Pinheiro de Melo.

A assembleia-geral de 29 de Outubro de 1890, por exemplo, pode ser elucidativa da diferença no sentimento político dos lojistas antes e após a crise da dissolução de 1894. Uma proposta de um sócio causou alguma polémica e discussão. Consistia, num claríssimo tom republicano, na ideia da associação oficial “ao sr. ministro do Brasil nesta corte, felicitando o comércio daqueles Estados pela comemoração do primeiro aniversário da nova forma de governo que os dirige.” Imediatamente apoiada por João Gonçalves, o merceeiro republicano que não concordava que as representações da ACLL fossem dirigidas ao rei, a mesma foi combatida por Pinheiro de Melo, declarando que “não permitia que a discussão continuasse” por a considerar “altamente política e daquelas que poderiam dar lugar a que o sr. ministro do Reino mandasse fechar a porta da Associação”. Era lembrado, inclusive, que o mesmo acontecia às associações francesas que entravam em discussões políticas¹³⁵³. Quatro anos depois tudo começaria a mudar.

Já foi referida a homenagem a Eugénio da Silveira, com o tradicional “bota-fora” e também a Andrade Neves foi feita uma recepção a bordo do navio em que chegou ao

¹³⁵³ ACLL, *Boletim*, n.º 36, Novembro de 1890, pp. 1 e 2.

porto de Lisboa, em 27 de Setembro de 1895¹³⁵⁴. Contudo, não era apenas a portugueses que a ACLL prestava tributo. No mesmo mês em que se despediu de Eugénio da Silveira e acolheu Andrade Neves a ACLL enviou uma “coroa (...) e dedicatória para o funeral da esposa do Sr. Assis Brasil”, embaixador da república brasileira em Lisboa¹³⁵⁵. Aliás, a ACLL já se tinha associado à homenagem ao embaixador quando este assumiu o cargo, em 1894¹³⁵⁶. Em 3 de Maio de 1895 a, então, Comissão Instaladora, depois de se ter reunido na sede, “para conferenciar”, seguiu “para a gare esperar o ministro brasileiro”¹³⁵⁷ e esteve também presente, em Setembro de 1896, na sua partida para o Brasil, tendo recorrido, novamente, ao “aluguer de um vapor” para a ocasião¹³⁵⁸.

Para além da perspectiva republicana, as homenagens permitem realçar também uma ligação à Maçonaria. Aliás, o seu papel na organização deste tipo de eventos pode ser considerado como um dos fios condutores que uniam a Associação dos Lojistas, à Associação Comercial de Lisboa e à Industrial Portuguesa, para além da óbvia memória colectiva sobre a dissolução de 1894. Ligação que não é de estranhar, tendo em conta que alguns dos dirigentes e outros sócios destas associações, que a partir daquele ano com maior frequência passaram a constar em simultâneo das listas das três colectividades, eram maçons, alguns dos quais atingindo os graus cimeiros da ordem, como era o caso de José Pinheiro de Melo ou Luís Filipe da Mata, também dirigente da Associação Comercial de Lisboa¹³⁵⁹.

¹³⁵⁴ ACLL, *Diário, 1894-1901*, p. 11.

¹³⁵⁵ ACLL, *Livro de Caixa (1894 a 1902)*, fl. 23.

¹³⁵⁶ ACLL, *Relatório e contas da Comissão Instaladora...*, p. 20 e ACLL, *Diário, 1894-1901*, p. 22.

¹³⁵⁷ ACLL, *Diário, 1894-1901*, p. 9.

¹³⁵⁸ ACLL, *Livro de Caixa (1894 a 1902)*, fl. 35.

¹³⁵⁹ *Commercio e Industria, folha illustrada com retratos e biographias*, n.º 163, Lisboa, 1903; MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, Vol. II, Cols. 957-958 e 967-968; FORJAZ, Jorge, *Correspondência para o Dr. Eduardo Abreu. Do Ultimato à Assembleia Constituinte (1890-1911)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 2002, p. 348.

Um exemplo dessa ligação e influência dentro da ACLL, associado às homenagens a figuras republicanas, foi “a grande recepção ao Dr. Campos Salles, Presidente da República do Brasil, organizada pelo Grémio Lusitano”, onde “participaram 34 câmaras municipais e 64 associações diversas”¹³⁶⁰, entre elas, a Comercial, a Industrial e a dos Lojistas que, no dia 7 de Agosto de 1898, registou o acontecimento no seu *Livro do Diário*, referindo o jantar oferecido na Sociedade de Geografia¹³⁶¹. A resolução “dos corpos gerentes das três associações (...) de oferecer, em nome do Comércio e Indústria, um banquete de gala ao ilustre magistrado”, como divulgaram através da publicação de “circular de 15 de Julho”, seguiu-se a um convite endereçado pelo Grémio Lusitano, aliás, assinado por Luís Filipe da Mata¹³⁶².

Um outro caso está relacionado com a França, nação que, segundo o *Boletim* da ACLL, “proclama a soberania dos povos como a única de que emanam todos os poderes dos Estados” e que, “por isso”, merecia aplausos e “demonstrações de simpatia”¹³⁶³. O discurso de exaltação do regime republicano seguiu-se à homenagem prestada a Emile Loubet, presidente da República Francesa, em Outubro de 1905, ele também maçom, muito empenhado na questão clerical e, em grande medida, responsável pela aprovação da lei de separação entre o Estado e a Igreja, votada pela Câmara dos Deputados francesa em Julho desse ano¹³⁶⁴. Quando da sua visita a Lisboa, em cortesia por visita idêntica feita por D. Carlos a França, a demonstração de “simpatia” da ACLL passou pela decisão da direcção, depois de para isso ter sido mandatada pela assembleia-geral, para “que se ilumine e embandeire a Associação, devendo adquirir-se uma bandeira francesa”. A festa incluiu também a execução de “uma pasta artística para encerrar a

¹³⁶⁰ VENTURA, António, *Anarquistas, republicanos e socialistas*, pp. 54 e 242.

¹³⁶¹ ACLL, *Diário*, 1894-1901, p. 31.

¹³⁶² Sobre o papel da Maçonaria na organização da recepção ao Presidente brasileiro veja-se *Vanguarda*, n.º 624, 4 de Agosto de 1898 a n.º 629, 9 de Agosto de 1898.

¹³⁶³ ACLL, *Boletim*, n.º 10, Outubro de 1905, pp. 81-82.

¹³⁶⁴ ACLL, *Actas da Direcção*, 1897-1906, acta n.º 145, 4 de Outubro de 1905 e acta n.º 146, 6 de Novembro de 1905.

mensagem” entregue a Loubet, chegando a estar previsto o “fretamento de vapores para passeio fluvial”, o que acabou por não se realizar, “apesar das grandes diligências que para tal fim se empregaram.”¹³⁶⁵

Um último exemplo pode ser dado mesmo nas vésperas da Revolução do 5 de Outubro. No dia 1, “Hermes da Fonseca [Presidente da República do Brasil] chegou a Lisboa a bordo do couraçado S. Paulo, sendo logo rodeado de pequenas embarcações em que republicanos agitavam bandeiras e cantavam a Marselhesa, vitoriando a República.” Contudo, o ministro dos Negócios Estrangeiros, José de Azevedo Castelo Branco, antecipou o desembarque evitando assim que a multidão que se ia aglomerar no cais o pudesse vitoriar. Apesar desta contrariedade, no dia seguinte, representantes da Maçonaria e, uma vez mais, da ACLL deslocaram-se a Sintra à frente de “uma multidão”, tendo sido recebidos no Paço da Vila pelo presidente brasileiro, também ele um maçom¹³⁶⁶.

As confluências com os ideais da Maçonaria – para o que a importância do valor da liberdade foi, provavelmente, um factor muito relevante, pelo peso que sempre representou no discurso dos lojistas, sob os mais variados aspectos, como se observou na terceira parte – eram facilitadas, como se viu, pela própria militância maçónica de um conjunto de lojistas. Contudo, as relações não pareciam ser importantes pela sua expressão numérica pois apenas em 21 casos, num total de quase 5400 sócios que a ACLL registou entre 1870 e 1910, foi possível identificar uma filiação maçónica; eram significativas, sobretudo, pelo facto dos indivíduos filiados na maçonaria terem ocupado, em especial após 1890, lugar de destaque nos corpos gerentes. O exemplo mais significativo é o de Pinheiro de Melo, iniciado em 1863, na loja *5 de Novembro*

¹³⁶⁵ ACLL, *Actas da Direcção, 1897-1906*, acta n.º 145, 4 de Outubro de 1905 e acta n.º 146, 6 de Novembro de 1905; AC

¹³⁶⁶ Fundação Mário Soares, *Visita a Portugal do Presidente da República do Brasil, Marechal Hermes da Fonseca*, s.d., *Cronologia do Século XX*, consultado em Dezembro de 2006, http://www.fmsoares.pt/arquivo_biblioteca/CronoXX/registo_individ.asp?id=034854.

(Confederação Maçónica Portuguesa), com o nome simbólico de Pelaio. Em 1880, ano em que a ACLL, ainda que de forma discreta, participou nas comemorações do Centenário de Camões, ascendeu ao grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceite, de cujo Supremo Conselho fez parte desde esse mesmo ano. Pertenceu ainda às lojas *União Independente*, em 1874, e *Simpatia e União*, em 1899, tendo sido venerável de ambas. Desempenhou também altos cargos no Grande Oriente Lusitano Unido¹³⁶⁷. Também eram maçons Inácio Magalhães Basto, Luís Filipe da Mata ou Luís Godinho, ocupando cargos ao nível da direcção e da assembleia-geral, ao longo da primeira década do século XX¹³⁶⁸.

As homenagens feitas aos chefes de Estado republicanos que visitavam Portugal contaram sempre com a ACLL em primeiro plano. Contudo, não se julgue que estas manifestações se restringiam a uma elite dirigente do movimento associativo do pequeno comércio. Se no dia 8 de Agosto de 1898 foram as direcções das associações Comercial, Industrial e de Lojistas que fretaram o vapor *África*, para acompanhar o presidente do Brasil no “bota-fora”, o mesmo fizeram um grupo de “comerciantes da rua dos Capelistas”, que fretou o vapor *Vitória* e acompanhou o cortejo de embarcações ao som da “marcha Campos Salles”, criada de propósito para a ocasião, e da *Portuguesa*¹³⁶⁹. Mesmo a homenagem a Emile Loubet tinha partido dos apelos de “muitos sócios”¹³⁷⁰.

O envolvimento “patriótico” passava também por contribuições pecuniárias, como no caso da *Subscrição Nacional para a Defesa do País* que possibilitou a compra do *Adamastor*. Aqui a presença de lojistas a título individual é igualmente de destacar. As

¹³⁶⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, Vol. II, Cols. 967-968.

¹³⁶⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, Vol. I, Cols. 159 e 640-641 e Vol. II, Cols. 957-958.

¹³⁶⁹ *Vanguarda*, n.º 628, 8 de Agosto de 1898 e n.º 629, 9 de Agosto de 1898.

¹³⁷⁰ ACLL, *Actas da Direcção, 1897-1906*, acta n.º 145, 4 de Outubro de 1905. Neste caso, contudo, é necessário levar em conta que a única referência a esse “apelo” é a que consta da acta da reunião da direcção, à altura, totalmente dominada por lojistas republicanos.

listas de contribuintes publicadas no relatório da Comissão Executiva, infelizmente, pela ausência de indicações pessoais, como a profissão ou morada, não permitiram sempre uma identificação fiável dos indivíduos aí presentes. Mesmo assim foi possível verificar a contribuição de cerca de 140 sócios da ACLL, tendo cada um, em média, desembolsado perto de 12\$000 réis¹³⁷¹. A ACLL, enquanto instituição, não contribuiu, mas no conjunto dos membros da direcção, da assembleia-geral e de uma “Comissão do *Ultimatum*”, propositadamente criada para a ocasião, a verba entregue ascendeu a um total de 290\$000 réis. A generosidade patriótica levou mesmo um lojista da Rua da Prata, Francisco Conceição Silva, a entregar 225\$000 réis¹³⁷². Para além disso, é significativo realçar que cerca de 1/4 dos indivíduos propostos para fazer parte da lista de vogais da *Grande Comissão*, a 23 de Janeiro de 1890, eram lojistas, muitos deles sócios da ACLL nesse ano e outros nos anos imediatamente seguintes. Todos estiveram presentes na primeira sessão da *Grande Comissão*, realizada na Sociedade de Geografia, em 27 de Janeiro¹³⁷³.

Ainda no âmbito das actividades ligadas ao patriotismo poder-se-á destacar a participação da ACLL nas comemorações do “Centenário da Índia”, realizadas uma vez mais em conjunto com a Associação Comercial de Lisboa e a Associação Industrial Portuguesa, nas quais o envolvimento, como se verá, não ficou restrito aos corpos gerentes. A Associação dos Lojistas já discutia o assunto desde Julho de 1896, em

¹³⁷¹ A dificuldade em afirmar o número exacto de sócios contribuintes prende-se com o facto de nem sempre ser fácil fazer corresponder, de forma inequívoca, os nomes constantes da listagem dos subscritores com os dos sócios da ACLL. Essa listagem foi publicada em Subscrição Nacional para a Defeza do Paiz, *Relatório da Comissão Executiva*, Vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, pp. 383-579.

¹³⁷² Subscrição Nacional..., Vol. II, p. 453.

¹³⁷³ Subscrição Nacional..., Vol. I, pp. 3, 4 12 e 13. Os nomes dos indivíduos propostos eram os seguintes: António Pinto Bastos, Domingos Luiz Coelho Silva, Eduardo Perry Vidal, Quirino Gil Carneiro, Joaquim Dias Ferreira, Luiz Diogo Silva, Luiz Quaresma Val do Rio, Manuel Joaquim Alves Diniz, António Marques Quintans, João Baptista Matos Moreira, Ramiro Leão, Sebastião Correia Saraiva Lima, Sebastião Mestre Santos, Alfredo Mella, António Cardoso Oliveira, José Vicente Neves, Bartolomeu Ferreira Silva, Levy Marques da Costa, João Marques da Costa Júnior (estes dois, filhos do sócio João Marques da Costa) e José Pinheiro de Melo.

várias reuniões da então comissão instaladora¹³⁷⁴. Em Março de 1898, em resposta a um convite formal da Sociedade de Geografia, as três associações responderam que iriam participar em conjunto nos festejos, contribuindo cada uma com uma quantia para que “se mandasse construir um carro alegórico do Comércio e Indústria para figurar no cortejo cívico”¹³⁷⁵. Nesse mesmo mês, a ACLL enviou circulares aos sócios convidando-os a colaborar nas “festas do centenário” e durante os meses de Abril e Maio realizou um conjunto de “obras na casa da Associação” que passaram, inclusive, pela “iluminação da fachada (...) nos dias 17, 18, 19 e 20 de Maio”¹³⁷⁶.

O empenho colocado nos festejos era uma resposta à “celeuma injustamente levantada contra esta comemoração patriótica”¹³⁷⁷. A “celeuma” a que o relatório anual da Associação se refere poderá ter tido duas fundamentações, em parte, ligadas e interessantes para se perceber a relação que os lojistas frequentemente estabeleciam entre o seu papel de comerciantes e o de cidadãos e como essa perspectiva estava a ser definitivamente influenciada pelo republicanismo. De facto, no início de Março de 1898 tinha havido alguma polémica em relação ao percurso do cortejo cívico, inicialmente previsto para se realizar junto ao rio, entre o Terreiro do Paço e o Mosteiro dos Jerónimos. Contudo, este traçado foi contestado e optou-se por outro que passava por várias ruas da Baixa, pela Avenida da Liberdade, pelo Carmo e pelo Chiado até à Praça Luís de Camões, descendo depois a rua do Alecrim e terminando no actual Cais do Sodré.

Como é óbvio este era um percurso que agradava mais aos lojistas e daí também o seu empenho nas comemorações, o qual, como se compreende, tinha tanto de patriótico como de interesse comercial. Não era por acaso que o jornal *Século* referia que o

¹³⁷⁴ ACLL, *Diário, 1894-1901*, pp. 13-14.

¹³⁷⁵ ACLL, *Relatório de 1898*, p. 14.

¹³⁷⁶ ACLL, *Livro de Caixa (1894 a 1902)*, fl. 55-58.

¹³⁷⁷ ACLL, *Relatório de 1898*, p. 15.

comércio naquelas ruas ia “ficar muito satisfeito”, estando previstos “festejos por iniciativa das comissões de lojistas”¹³⁷⁸. Um momento de festa, pela quantidade de pessoas que trazia às zonas circundantes do cortejo, era sempre bom para o negócio, para mais se se pudesse aliar a isso uma motivação patriótica. Algum tempo depois, contudo, surgiam notícias de que “uma associação” tinha requerido à “comissão central executiva” que esta “lhe tornasse a repetir qual o carácter do cortejo, porque lhe tinham ido dizer que era... jesuítico.” A acusação já tinha merecido por parte da organização do evento duas circulares a reafirmar que o cortejo seria “uma manifestação **exclusiva e caracteristicamente cívica**”¹³⁷⁹.

Os dois assuntos, porém, podiam estar de algum modo relacionados, sendo que o primeiro traçado proposto para o cortejo cívico também poderia ser entendido como uma forma de afastar as comemorações do centro comercial da cidade, onde a presença de lojistas e caixeiros, conotados com o Partido Republicano, certamente imprimiria um tom mais “cívico” ao cortejo. Não foi possível verificar se a preocupação partiu directamente da ACLL ou de outra associação, o que é certo é que foi muito tardia a sua adesão formal às comemorações, provavelmente, só decidida depois da comissão organizadora ter afastado o espectro “jesuítico”¹³⁸⁰. O que o episódio mostra uma vez mais é que a participação e mobilização dos lojistas não se resumia à Associação, passando também por “comissões” locais.

Ao mesmo tempo, a forma como a ACLL se empenhou no evento, depois de resolvida a polémica, representou também um contraste com outras ocasiões, nas quais a tendência republicana já tinha afluído, como em 1886 quando a ACLL se recusou a iluminar a fachada da sua sede por altura do casamento de D. Carlos, com a justificação

¹³⁷⁸ *O Século*, n.º 5798, 4 de Março de 1898.

¹³⁷⁹ *O Século*, n.º 5825, 31 de Março de 1898 (realçado no original).

¹³⁸⁰ *O Século*, n.º 5823, 29 de Março de 1898.

de que se tratava de “uma festa puramente da família real”¹³⁸¹. Precisamente o contrário do que tinha feito, em Setembro do ano anterior, com um convite da Sociedade de Geografia para comemorar o regresso de Capelo e Ivens, pois nessa altura “iluminou e embandeirou as janelas da sua sede”¹³⁸².

Em 1898, quando a “festa” contava com a colaboração activa dos republicanos e tinha um carácter “patriótico”, a atitude era de franco apoio prevendo-se um volume de despesas, a ser repartido pelas três associações, que rondava os 1200\$000 réis, para além da “iluminação da fachada, embandeiramento, decoração e arranjo das salas”. A despesa foi considerada avultada por alguns directores, mas a maioria foi de opinião que a Associação poderia sair beneficiada pelo prestígio de participar nessa comemoração, ao mesmo tempo que, num discurso pragmático, afirmavam que a festividade iria “beneficiar os seus associados” pela atracção de turistas e, consequentemente, pelo aumento do volume de negócios nessa altura. De qualquer forma, foi decidido enviar uma circular aos sócios “pedindo-lhes o seu donativo para auxiliar as despesas da comemoração” e não sobrecarregar em demasia o “cofre associativo”¹³⁸³.

O cuidado com o embelezamento da sede e o volume de despesas com o Centenário da Índia, que ascenderam a mais de 800\$000 réis e incluíram a elaboração de uma “gravura de Vasco da Gama” e a oferta de um banquete à comissão organizadora, demonstram bem a importância e o significado que tais iniciativas tinham na sociabilidade da pequena burguesia comercial lisboeta. A asserção parece tão mais sólida, quanto é possível asseverar que os sentimentos “patrióticos” não eram exclusivo, como se procurou comprovar pelos exemplos dados, apenas dos membros directivos da Associação, tendo sido acompanhados por “376 associados” que responderam

¹³⁸¹ ACLL, *Actas da Direcção, 1881-1889*, acta n.º 148, 17 de Maio de 1886.

¹³⁸² ACLL, *Actas da Direcção, 1881-1889*, acta n.º 145, 10 de Setembro de 1885 e *Relatório de 1886*, pp. 5-6.

¹³⁸³ ACLL, *Actas da Direcção, 1897-1906*, acta n.º 18, 29 de Março de 1898.

afirmativamente à referida circular, representando perto de 40% do total de sócios inscritos na altura¹³⁸⁴.

As homenagens, recepções e despedidas, a par dos cortejos cívicos, constituíam formas de mobilização da população e um hábito muito cultivado pelos partidos, em especial o Progressista e o Republicano, como barómetro da popularidade dos indivíduos que eram homenageados ou das ideias que defendiam e da adesão dos cidadãos às mesmas, medidas de acordo com a quantidade de pessoas presentes e o tom de apoio ou de apuro que caracterizava as manifestações da massa de assistentes, da “rua”¹³⁸⁵.

Os exemplos atrás referidos permitem evidenciar uma forma de assimilação de valores e ideais profundamente conotados com o republicanismo ou dos quais os republicanos se assenhoraram após o *Ultimatum*, com destaque para o patriotismo usado como arma de propaganda. Nesta perspectiva, as associações eram importantes no enquadramento dos indivíduos, pelas formas de sociabilização que potenciavam e pelo público atento que disponibilizavam, no caso dos lojistas, muito provavelmente, um público maioritariamente alfabetizado quanto mais não fosse pelas exigências da própria vida comercial. Percebe-se assim a razão do “discurso antidinástico” valorizar as associações pois era através delas que, com maior facilidade e, provavelmente, com melhores resultados, poderia difundir a sua mensagem¹³⁸⁶. O papel das associações nas ondas patrióticas do ano do *Ultimatum* são disso um bom exemplo e a ACLL teve nesse aspecto, como já se observou, um protagonismo muito significativo. Por esses exemplos e pelos que atrás ficaram expostos percebe-se o duplo papel que a Associação dos

¹³⁸⁴ ACLL, *Diário, 1894-1901*, p. 31, *Livro de Caixa (1894 a 1902)*, fl. 58 e *Relatório de 1898*, pp. 15 e 40-49.

¹³⁸⁵ RAMOS, Rui, *D. Carlos*, p. 71.

¹³⁸⁶ RIBEIRO, Lia Armandina Sá Paulo, *A Popularização da Cultura Republicana...*, pp. 28 e 43.

Lojistas acabou por representar: por um lado, foi sempre um ponto de refúgio, de defesa dos interesses dos lojistas, ameaçados por uma multa, por um imposto ou por um cerceamento da liberdade de comércio; por outro lado, com a influência do republicanismo, a ACLL acabaria por se revelar um instrumento de conversão dos “indivíduos (...) numa parte digna e plena da humanidade”, ou, recorrendo ao pragmatismo dos lojistas, numa parte activa e motivada da propaganda das ideias da República e da Liberdade¹³⁸⁷.

João Franco, os lojistas e a memória da dissolução (1906-1908)

Quando a partir de 1903 começou a estruturar o Partido Regenerador-Liberal, “tal como em 1895, Franco voltou a cortejar as «forças vivas». O seu partido procurou levantar as «classes produtivas», os operários, os industriais, os comerciantes, contra o burocratismo dos outros monárquicos.” No caso do comércio, contava com José Adolfo Melo e Sousa “director do *Banco do Comércio*, especializado no serviço ao pequeno comércio, e presidente da Associação Comercial de Lisboa. (...) Franco devia-lhe a popularidade entre comerciantes e industriais, a quem procurou entusiasmar com a promessa de uma administração honesta, eficiente e barata.” No discurso que transmitia dava destaque à questão fiscal, no que era claramente uma estratégia de conquista das classes médias e da pequena burguesia. Falava em “moralidade” da administração, em não aumentar impostos, no fundo, parecia apelar ao velho programa reformista que tinha cativado comerciantes e lojistas nas décadas de 1860 e 1870¹³⁸⁸. Com isso procurava mobilizar uma parte da audiência que tinha perdido em 1893-1894, onde se incluíam obviamente muitos lojistas.

¹³⁸⁷ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, pp. 77-80 e RIBEIRO, Lia Armandina Sá Paulo, *A Popularização da Cultura Republicana...*, p. 42.

¹³⁸⁸ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 254 e 270; RAMOS, Rui, *João Franco...*, p. 119.

Contudo, se este era um tipo de discurso atractivo para os lojistas e até veiculado pelos próprios, como se pode observar na terceira parte, não deixava de ser encarado com uma carga de cepticismo e desconfiança que previa sempre o abandono pelos políticos dessas iniciativas moralizadoras assim que chegavam ao Governo. A própria experiência os aconselhava a ficar na expectativa, até com os progressistas, com quem, apesar de tudo, a ACLL foi mantendo uma relação de alguma cumplicidade, em grande medida, por influência de Pinheiro de Melo. Aliás, o que tinha acontecido entre 1890 e 1894 e depois entre 1901 e 1904, com as crónicas “reformices” fiscais dos regeneradores, concretizadas ou apenas tentadas, não era de molde a sossegar os espíritos. Tendo isto em conta, como terá sido recebida a nova aventura política franquista?

Dos quase 5400 indivíduos que, entre 1870 e 1910, foram em alguma altura sócios da ACLL foi possível encontrar 45 (0,8%) nas listas de nomes de membros dos centros regeneradores-liberais da capital em 1903¹³⁸⁹. Esses “lojistas” representavam 7,8% do total de adesões que foram registadas no *Diário Ilustrado* desse ano. À altura, contudo, 17 já não pertenciam à Associação e 15 ainda não eram sócios dos Lojistas. Entre os primeiros, 13 tinham deixado de ser sócios entre 1892 e 1894, ou seja, uma parte muito significativa dos “lojistas” que de alguma maneira se identificaram com o Franquismo já não eram sócios da ACLL e a esmagadora maioria destes tinha abandonado os seus colegas precisamente no período em que a ACLL radicalizou mais o seu discurso, na altura em que o republicanismo começou a tomar conta dos lojistas. É possível até que,

¹³⁸⁹ A relação completa de membros surge num suplemento ao *Diário Ilustrado*, n.º 10850, 17 de Maio de 1903. Foram ainda publicadas mais adesões nos seguintes números: *Diário Ilustrado*, n.º 10867, 3 de Junho de 1903, *Diário Ilustrado*, n.º 10874, 10 de Junho de 1903, *Diário Ilustrado*, n.º 10882, 18 de Junho de 1903, *Diário Ilustrado*, n.º 10891, 27 de Junho de 1903 e *Diário Ilustrado*, n.º 10913, 19 de Julho de 1903. Os nomes foram depois confrontados com as listas de sócios da ACLL.

à semelhança do caso de Melo e Sousa, esses indivíduos já não fizessem sequer parte do comércio de retalho.

Ao observar-se apenas os sócios efectivos em 1903, ano em que a ACLL somava 1006 lojistas, verifica-se que somente 13 foram atraídos pelo discurso “liberal” de João Franco. Curioso é reparar que dos restantes, ou seja, dos 15 que aparecem nas listas do partido e que só depois de 1903 entraram para a ACLL, exactamente 2/3 (10) fizeram-no após a queda de Franco, quer dizer, entre 1908 e 1910. Assim, do ponto de vista da Associação dos Lojistas não parece ter sido elevada a mobilização do franquismo, o que talvez se compreenda devido à forte presença republicana.

Os valores não são comparáveis, pois foram sendo recolhidos em várias fontes e em diferentes anos, mas talvez valha a pena destacar que nos mesmos 5400 sócios foi possível encontrar 246 republicanos, ou seja, 4,6% do total de indivíduos que, em alguma altura, passaram pelo associativismo do comércio retalhista, sendo que 70% destes entraram para a ACLL antes de 1903 e a esmagadora maioria, 83%, antes de 1908.

Quadro 10 – Comparação da militância franquista e republicana entre os sócios da ACLL¹³⁹⁰

	A	B	C	B/A*100 %	C/A*100 %
Regeneradores-liberais em 1903 ¹³⁹¹	579	45	13	7,8	2,2
Republicanos em 1908 ¹³⁹²	681	95	76	14,0	11,2

¹³⁹⁰ A – Total de nomes nas listas publicadas na imprensa; B – Total de nomes nas listas que entre 1870 e 1910 foram alguma vez sócios da ACLL; C – Total de nomes nas listas que eram sócios da ACLL nesse ano.

¹³⁹¹ Membros dos centros regeneradores-liberais de Lisboa em 1903. *Diário Ilustrado*, n.º 10850, 17 de Maio de 1903; n.º 10867, 3 de Junho de 1903; n.º 10874, 10 de Junho de 1903; n.º 10882, 18 de Junho de 1903; n.º 10891, 27 de Junho de 1903 e n.º 10913, 19 de Julho de 1903.

¹³⁹² Contribuintes para a “subscrição partidária”: *Vanguarda*, n.º 3999, 2 de Março de 1908 e n.º 4002, 6 de Março de 1908. Candidatos, efectivos e suplentes, às juntas de paróquia de 34 freguesias: *O Mundo*, n.º 2896, 26 de Novembro de 1908 a n.º 2899, 29 de Novembro de 1908 e *Vanguarda*, n.º 4268, 28 de Novembro de 1908.

No entanto, a comparação talvez seja possível com as listas de nomes de subscritores para despesas eleitorais do PRP, de Março de 1908, e de candidatos republicanos às eleições de junta de paróquia de Lisboa, de Novembro do mesmo ano (quadro 10). Mesmo aqui, apesar dos quantitativos analisados serem relativamente semelhantes, é necessário alguma cautela na análise pois a tendência republicana na ACLL estava em permanente crescimento desde o início do século. Depois de eliminadas as duplicações, uma vez que havia lojistas que apareciam nas duas listagens utilizadas, é possível verificar que, em 681 nomes, cerca de 14% eram (76 lojistas), tinham sido (13) ou viriam a ser (6) sócios da ACLL, um valor que representa praticamente o dobro do encontrado para 1903, nas listagens de apoiantes de Franco. Se se reduzir a observação apenas aos que eram sócios no preciso ano em que aparecem nas listagens da imprensa, então, a diferença é agora de 5 vezes, a favor dos republicanos.

Mesmo sendo reduzidas as amostras obtidas e tendo os dados de ser comparados com algum cuidado, quer pela diferença de anos, quer pelas conjunturas políticas distintas, não parece ser possível afirmar que o sucesso de Franco junto do comércio se tenha feito sentir entre os retalhistas, sendo até mais provável, olhando para o exemplo de Melo e Sousa e para o facto deste ser presidente da ACL, que as adesões ao Partido Regenerador-Liberal fossem de comerciantes por grosso e de negociantes. Os valores apontam, inclusive, para outras hipóteses. Por um lado, a ACLL, pela precoce tendência republicana, deixou de ser atractiva para um conjunto de comerciantes, provavelmente, minoritário e a caminho de deixarem a classe retalhista, ainda conotados com o lado mais conservador da política. Por outro lado, parecem revelar também que a “promessa” do franquismo não granjeou grande “popularidade” entre os sócios da ACLL que,

necessariamente, têm de ser identificados, na sua maioria, com o comércio de retalho¹³⁹³.

Apesar disso, entre os que aparecem nas listas de apoiantes de João Franco em 1903, surgem alguns merceeiros, chapeleiros ou confeitários, sendo que para a maioria não foi possível verificar o tipo de loja ou negócio. Refira-se que entre os lojistas que deram o seu nome para fazerem parte do centro regenerador-liberal dois tinham sido anteriormente identificados com os republicanos, António Cardoso Oliveira e Elísio Augusto Santos, um com os progressistas, António Ferreira Marques, e um último foi em 1908 candidato pelo PRP às juntas de Paróquia, Apolinário Pereira. Também aqui os dados não são conclusivos, podendo apenas notar-se que se, por um lado, o franquismo parece ter despertado para a política alguns comerciantes, onde estariam mais negociantes do que lojistas, que não se reviam nos partidos até então existentes, por outro lado, o resultado final da experiência talvez tenha dado razão ao cepticismo dos lojistas. Observe-se que o número daqueles que em 1903 se ligaram ao franquismo, 13 sócios, é igual ao dos que, depois de terem passado pelo apoio a João Franco, só irão entrar para a ACLL entre 1908 e 1910, numa altura em que esta parecia ser já apenas uma extensão do PRP, como se verá. O que parece mais consistente é a perspectiva que aponta para o facto de João Franco ter tido, logo em 1903 e apesar dos esforços de “cortejamento”, muita dificuldade em convencer os sócios da ACLL, aquela associação que ele tinha combatido e ajudado a dissolver em 1894, das suas boas intenções, o que não deixava de ser, também, outro sinal da sua crescente republicanização. Tal como nesse ano, os lojistas não pareciam agora “satisfeitos” com a revolução política proposta.

¹³⁹³ Relembre-se, chamando de novo a atenção para o gráfico sobre a caracterização do tipo de lojista que era sócio da ACLL, em 1900, que apenas 3,1% do total, incluídos na categoria genérica “Lojista, comerciante e negociante”, podiam ser identificados com o comércio “por grosso” (gráfico 9).

No fundo, “o grande óbice do franquismo à esquerda era a herança de 1895/1896, sobretudo a famosa lei antianarquista de 1896”¹³⁹⁴, sendo de acrescentar que, no caso dos lojistas, as memórias da dissolução das associações em Janeiro de 1894 e da reforma eleitoral de Março de 1895, terão contribuído de forma significativa para que João Franco e o seu governo fracassassem junto do pequeno comércio e, em especial, no seio da ACLL. Prova disso mesmo é que 4 dias apenas após a chegada de Franco ao Governo e dois antes da apresentação pública do seu programa já os lojistas, em assembleia-geral, afirmavam que era preciso “não esquecer os agravos” por que tinha passado o comércio mercê do “duro golpe da dissolução” desferido por um governo onde tinha estado o “actual presidente do conselho.” Talvez não fosse de estranhar o imediatismo da referência, tendo em conta que a mesma partiu de Soares Guedes, um fervoroso militante republicano e futuro conspirador revolucionário¹³⁹⁵.

O que verdadeiramente mostrava a predisposição para a oposição política ao novo governo por parte dos lojistas era o tom radical e contestatário do discurso de Pinheiro de Melo, na mesma reunião, referindo que a ACLL iria “dirigir ao parlamento uma representação” contra, entre outras coisas, a “lei de 13 de Fevereiro” de 1896 (a “famosa” lei), por ser uma “ameaça constante à liberdade individual”, e o “juízo de Instrução Criminal”. Além disso, aspecto ainda mais relevante, era objectivo desse texto “solicitar a reforma da lei eleitoral, que não corresponde às aspirações do livre exercício do voto”¹³⁹⁶.

¹³⁹⁴ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 255.

¹³⁹⁵ Machado Santos refere que o “quartel-general do 28 de Janeiro” de 1908 era em casa de “Soares Guedes, o nosso fornecedor de transportes marítimos”. Cf. SANTOS, Machado, SERRÃO, Joel (Introdução), *A Revolução Portuguesa 1907/1910*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1982, p. 19. Os republicanos estavam, aparentemente, inseguros com o programa de Franco que viam como uma ameaça ao seu prestígio e influência. Cf. RAMOS, Rui, *D. Carlos*, pp. 267-268.

¹³⁹⁶ ACLL, *Boletim*, n.º 17, Maio de 1906, pp. 37-38. A iniciativa de Pinheiro de Melo foi logo elogiada pelos republicanos, como o demonstra um ofício recebido de Francisco Grandella e lido na reunião de direcção de 4 de Junho, onde era felicitada “a atitude da última assembleia-geral por se haver alvitado a conveniência de se pedir a revogação da lei de 13 de Fevereiro, a remodelação da lei eleitoral, a reforma

É possível assinalar aqui, igualmente, que nesta altura a influência dos progressistas entre os lojistas parecia estar a ser ainda mais minada pois, certamente pela aliança com João Franco na chamada “Concentração Liberal”, os partidários de Luciano de Castro viam um ainda destacado membro do seu partido levar uma das mais importantes associações de enquadramento da pequena burguesia urbana de Lisboa a colocar-se em óbvia oposição política em relação ao Governo. Não foi preciso João Franco dizer ou fazer nada para ter contra si a máquina de propaganda dos republicanos, com os lojistas, uma vez mais, na vanguarda. De referir que o que foi pedido pelo presidente dos Lojistas na assembleia-geral de 23 de Maio, dois dias depois estava a ser prometido pelo presidente do Conselho¹³⁹⁷.

É preciso notar que as referências políticas e as exigências radicais feitas por Pinheiro de Melo já poderiam ter sido alvo de atenção pelo presidente dos Lojistas anteriormente. A lei eleitoral em vigor à época, no que diz respeito à capacidade de voto e à organização do recenseamento, como se viu, bastante penalizadoras para os lojistas, era basicamente a que tinha sido aprovada em 1895, não tendo, nesse ponto particular, sido alterada em 1899, por Luciano de Castro, ou em 1901, por Hintze Ribeiro¹³⁹⁸. Mesmo as chamadas “leis de excepção”, vindo igualmente do governo de 1893-1897, já tinham passado pelas mãos de dois governos progressistas e outros dois regeneradores, sem que a assembleia-geral da ACLL se insurgisse desta forma contra elas. Porquê a preocupação com aqueles assuntos neste momento? A resposta era: João Franco. A sua presença no Poder, com tudo o que trazia de memória aos lojistas de Lisboa, motivava a reacção de Pinheiro de Melo que, por um lado, demonstrava a sua independência, mais

do Código Administrativo (...) e a supressão do juízo de instrução criminal”. ACLL, *Actas da Direcção, 1897-1906*, acta n.º 157, 4 de Junho de 1906.

¹³⁹⁷ RAMOS, Rui, *D. Carlos*, pp. 262-263.

¹³⁹⁸ ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Comportamentos eleitorais em Lisboa...”, pp. 123-124 e RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 252.

correctamente classificada como forte republicanização¹³⁹⁹, e, por outro, contribuía para chamar a atenção de sócios e não sócios para a forma como aquele acordo entre Progressistas e Franquistas acabava por representar mais uma das incongruências do “progressismo” que tanto tinham contribuído para paulatinamente tornar mais atraente a República. A ligação do Partido Progressista à *persona non grata* em que se tinha tornado João Franco para a ACLL e, provavelmente, para uma parte significativa dos lojistas da capital, era apenas mais uma desilusão oferecida pela esquerda do regime a quem já começava a ter poucas esperanças de ver os seus “interesses” defendidos pela Monarquia.

A influência conjunta da memória e da desilusão é, assim, fundamental para perceber aquilo que vai ser a atitude da ACLL perante o governo de João Franco, antes mesmo da “ditadura”, permitindo ainda contextualizar melhor a influência da lei de Março de 1895 neste quadro. No fundo, aquele político não só tinha dissolvido a ACLL, como tinha retirado capacidade eleitoral a muitos lojistas, o que agora era imediatamente recordado. Para além disso, a iniciativa, apresentada por Pinheiro de Melo, mas que já tinha sido alvo de “cuidado” entre os corpos gerentes, era também importante como momento de propaganda republicana, na medida em que as leis de excepção, nomeadamente o decreto de 28 de Agosto de 1893, que instituiu o Juízo de Instrução Criminal, e a lei de 13 de Fevereiro de 1896, contra os anarquistas, também tinham sido criadas no tempo do governo Hintze-Franco e vão, a partir de 1906, passar a ser apresentadas pela ACLL e pela imprensa republicana como factores de perturbação da “tranquilidade” pública e da “liberdade” individual, influindo dessa forma, na sua opinião, negativamente na marcha dos negócios dos lojistas. A ligação entre perturbação política e uma suposta “crise comercial” foi reforçada ao longo de

¹³⁹⁹ Em relação a este aspecto, vale a pena referir que a questão do sufrágio tinha sido alvo de aclamações em “concorridos comícios [republicanos] realizados em Fevereiro e Dezembro de 1905”. ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Comportamentos eleitorais em Lisboa...”, p. 124.

1907 e definitivamente assumida como argumento de propaganda após a polémica da prisão de Heitor Ferreira, já em 1908, como se verá.

Contudo, nos primeiros tempos de governo, João Franco ainda terá alimentado esperanças de que assim não fosse e que a sua política “à inglesa” pudesse cativar a “parte trabalhadora e sensata” do país¹⁴⁰⁰. Pelo menos foi essa a imagem que pretendia deixar da sua governação, servindo-se da imprensa para também ele levar a cabo a sua quota-parte de propaganda. O que aconteceu com a recepção preparada para o monarca, em 29 Dezembro de 1906, no regresso de Vila Viçosa, permite destacar este aspecto e serve, igualmente, para confirmar algumas das ideias atrás referidas, nomeadamente, a reduzida atracção do franquismo entre os lojistas e a frontal oposição que a ACLL cedo começou a fazer ao ministro “de 1894”.

A descrição dos acontecimentos do dia apareceu no *Diário Ilustrado*, falando-se da manifestação organizada para o regresso do rei como um sucesso e para o qual era realçado o “importante” papel desempenhado pela “classe comercial”. Elogiava-se o comércio, entre outros aspectos, pela sua “natural independência da política e dos políticos”. Na opinião do jornal, nos últimos tempos tinha-se notado “da banda dessa classe, um retraimento, uma reserva que fundadamente era lançada à conta do grave descontentamento pela maneira como se exercia o poder” e que se traduzia num “divórcio entre o que estava constituído e uma parte da opinião pública, tão considerável pela qualidade como pelo número.” O diagnóstico não podia ser mais correcto e consentâneo com o que, inclusive, já atrás foi afirmado. Contudo, procurando descrever exactamente quem era esse “comércio”, verifica-se que ele se compunha de “velhos e opulentos comerciantes e industriais” antes arredados das cerimónias públicas e que agora deixavam os seus “escritórios e fábricas” para saudar o rei¹⁴⁰¹.

¹⁴⁰⁰ RAMOS, Rui, *João Franco...*, pp. 118-119.

¹⁴⁰¹ *Diário Ilustrado*, n.º 12113, 30 de Dezembro de 1906.

Note-se que era a “burguesia gorda” a ser relevada pelos regeneradores-liberais e que mesmo as referências à “burguesia magra” não passavam, como se verá, de mero jogo de palavras. É importante a referência a esta distinção entre as duas componentes da burguesia que, obviamente, não constava do jornal governamental, mas que era usada pelo republicanismo, precisamente, para destacar que era a preocupação com os interesses e o desejo de agradar à pequena burguesia, aparentemente, até “mais do que [a]o operariado”, que faziam com que as críticas dos republicanos fossem apontadas “à burguesia plutocrática ou protegida sob o manto régio”¹⁴⁰². De notar ainda que, enquanto João Franco se gabava agora de conseguir afastar os grandes comerciantes dos seus afazeres para concorrerem às manifestações régias, já em meados da década de 1880 a direcção da ACLL, onde pontificavam os primeiros directores com ligações aos republicanos, se prontificava a mudar a forma de discussão e os tipos de assuntos a debater nas assembleias-gerais, cada vez mais politizados, para fazer os lojistas largar os “seus misteres”, com tão expressivos resultados logo após o *Ultimatum*, como se observou atrás.

A reportagem referia também que “a manifestação monárquica de ontem representa ainda, incontestavelmente, a pronunciada reacção de uma classe tradicionalmente liberal contra a orientação política do partido republicano, contra essa nova espécie de despotismo, que os revolucionários se têm arrogado o direito de exercer nas ruas e lugares públicos, em relação a todos quantos não comungam nas suas ideias”¹⁴⁰³. Neste ponto, o jornal tinha apenas meia razão pois, se uma parte da classe comercial efectivamente parecia estar com Franco, contra a “tropa de choque” do republicanismo, outra certamente estava longe de ter o mesmo entendimento. Essa outra correspondia aos lojistas. Neste aspecto, vale a pena destacar que o periódico

¹⁴⁰² RIBEIRO, Lia Armandina Sá Paulo, *A Popularização da Cultura Republicana...*, pp. 23-24.

¹⁴⁰³ *Diário Ilustrado*, n.º 12113, 30 de Dezembro de 1906.

apresentava como trunfos desta nova conquista a presença na cerimónia dos directores da Associação Comercial de Lisboa, de alguns bancos e companhias e ainda de Elísio dos Santos, como “director da Associação dos Lojistas”, esquecendo-se ou procurando ignorar que este tinha ocupado apenas o cargo de vogal da comissão revisora de contas, no já relativamente afastado ano de 1901¹⁴⁰⁴.

É óbvio que a oposição ao governo de Franco não se fez apenas no âmbito da propaganda republicana ou em torno de temáticas caras ao radicalismo, mas também quando esteve em causa a defesa dos interesses de classe, como na questão do inquilinato, como já se fez notar na terceira parte. No fundo, a ligação entre propaganda e defesa da classe era uma tentativa republicana, cada vez melhor sucedida, de ligar o ressentimento dos lojistas e as suas reivindicações à promessa de resolução de todos os problemas através do ideário da República. Na assembleia-geral da ACLL de 28 de Novembro de 1906, a questão não podia ficar mais clara pois foi pedido e aprovado por “unanimidade” que se solicitasse a intervenção dos dois deputados republicanos recentemente expulsos da Câmara dos Deputados na defesa da causa do inquilinato comercial¹⁴⁰⁵.

Ainda nesse mês a ACLL já tinha aberto as suas salas para receber o protesto dos pescadores contra a pesca de arrasto. No fundo, a Associação não enjeitava a mínima oportunidade para combater o Governo, dando “guarida a todas as revoltas e subversões”¹⁴⁰⁶. Ao mesmo tempo permanecia vigilante na defesa dos seus interesses específicos, como era o caso da cobrança de pequenas dívidas. O assunto já preocupava

¹⁴⁰⁴ ACLL, *Relatório de 1901*, p. 31. A ausência da ACLL acabou mesmo por ser notada e criticada nos jornais afectos ao governo. Cf. ACLL, *Boletim*, n.º 27, Março de 1907, p. 21.

¹⁴⁰⁵ ACLL, *Boletim*, n.º 23, Novembro de 1906, pp. 85-86 e *Vanguarda*, n.º 3614, 29 de Novembro de 1906. De notar que em conjunto com este pedido, como já se referiu, era proposto um protesto contra a expulsão dos deputados propriamente dita, o qual acabou por passar apenas por “maioria”. A onda republicana era significativa, mas ainda não “afogava” todas as outras tendências políticas.

¹⁴⁰⁶ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 280.

a ACLL pelo menos desde 1899¹⁴⁰⁷, altura em que começou a reclamar por um regime mais simplificado e no qual as despesas judiciais, em particular, fossem reduzidas ao mínimo, pois de outra forma não compensava ao lojista o recurso à justiça para reaver somas, na maior parte dos casos, reduzidas. Foram sendo produzidas várias iniciativas e feitos diversos pedidos até 1905 quando, numa comissão nomeada por Alpoim – já referida na terceira parte quando se abordou o tema do inquilinato, igualmente alvo dos trabalhos desta comissão – foi elaborado um projecto sobre a questão que acabou, tal como o do inquilinato, por não ser apresentado ao Parlamento¹⁴⁰⁸.

Em 27 de Dezembro de 1906, João Franco levou o seu próprio projecto às Cortes e, no início de 1907, a ACLL, em conjunto com a ACL, encomendou a Catanho de Meneses um parecer sobre a legislação, uma vez que o que tinha sido apresentado não tinha “satisfeito” as suas “exigências” de “um processo mais rápido e sumário, e com justa redução de custas e selos”, apesar do objectivo do Governo ter sido, aparentemente, “facilitar a vida das classes urbanas que viviam de crédito”, como eram os lojistas com os seus “fiados”¹⁴⁰⁹. Em Maio de 1907, procurando o governo ultimar o projecto, o ministro da Justiça teve uma reunião com Pinheiro de Melo no sentido de conhecer o referido parecer e introduzir modificações no decreto a ser publicado. Tendo em conta o clima tenso que então se vivia entre a Associação e o Governo, como se verá a seguir, o presidente da ACLL, sem grande surpresa, acabou por afirmar o seu “propósito de só ao parlamento apresentar em reclamação esse trabalho” pois não podia concordar com o facto do governo querer decretar a lei da cobrança de pequenas dívidas

¹⁴⁰⁷ ACLL, *Relatório de 1900*, pp. 10-11 e *Relatório de 1901*, pp. 8-9.

¹⁴⁰⁸ ACLL, *Relatório de 1905*, p. 7.

¹⁴⁰⁹ ACLL, *Boletim*, n.º 18, Junho de 1906, p. 48 e n.º 27, Março de 1907, p. 19; RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 272.

“em ditadura”. Quando informou a assembleia-geral da sua atitude, Pinheiro de Melo foi alvo de uma “acentuada e unânime manifestação” de aprovação¹⁴¹⁰.

Por um lado, não se pode negar que essa “manifestação” tinha muito de republicana, de política, apesar de vezes sem conta os lojistas referirem que falavam sempre sem “um pensamento político”, sem “a mínima intenção política”, mesmo quando propunham moções a criticar o Governo pelo que consideravam ser um ataque à “liberdade de imprensa”, por exemplo. A retórica acabava sempre por encontrar uma justificação para a ambiguidade e transformar o que era política em “interesse associativo”, pois se tais moções eram apresentadas e aprovadas era porque se acreditava que “o país quantas mais opressões tiver mais retraimentos sentirá no seu movimento comercial e industrial”¹⁴¹¹. Por outras palavras, não era a agitação republicana que causava receio aos lojistas, era a “ditadura” com a sua opressão sobre as liberdades que provocava uma suposta quebra das vendas ao balcão.

Por outro lado, também não pode ser escamoteado ou ignorado o lado de defesa dos interesses de classe e de ressentimento social que enquadrava as mesmas “manifestações”, pois ao mesmo tempo que Franco apresentava o projecto de cobrança de pequenas dívidas, procurava agradar a outros grupos sociais com a promessa do descanso semanal, ignorando os pedidos dos próprios lojistas referentes à regulação do inquilinato comercial, como se procurou destacar na terceira parte. Tendo em conta o articulado desta lei, labiríntico e, provavelmente, de difícil aplicação¹⁴¹², considerando que a lei sobre os despejos, como se analisou, estava muito longe de contentar os inquilinos lojistas, representando a ingerência do poder legislativo nas relações laborais da loja, considerada uma ofensa à “liberdade de comércio”, é perfeitamente natural que

¹⁴¹⁰ ACLL, *Boletim*, n.º 29, Maio de 1907, p. 46.

¹⁴¹¹ ACLL, *Boletim*, n.º 27, Março de 1907, p. 21 e n.º 28, Abril de 1907, p. 35.

¹⁴¹² Sobre este aspecto veja-se a publicidade que a ACLL fez a um livro publicado por um sócio onde se pretendia resumir, explicar e simplificar os decretos para facilitar “a sua interpretação” e que mesmo assim tinha “cerca de 100 páginas”. Cf. ACLL, *Boletim*, n.º 37, Janeiro de 1908, p. 3.

aquilo que até poderia ter sido uma boa intenção por parte de Franco, ficasse muito aquém ou mesmo contrariasse as expectativas dos lojistas e, desse modo, pudesse influir tanto ou mais do que o factor político ou propagandístico na atitude de confrontação que sempre caracterizou as relações da ACLL com o Governo.

Na oposição a Franco, contudo, como já se fez notar, pairou sempre o fantasma da dissolução de 1894 e, por coincidência ou talvez não, ele regressou em Abril de 1907, poucos dias antes do começo da “ditadura”, sendo a memória despoletada por uma daquelas curiosas ironias do destino. Ao governo eram então diagnosticados poucos dias de vida e previa-se que terminasse como o executivo de José Dias Ferreira de 1892 que, após uma fase reformadora, tinha acabado por desembocar num regresso dos partidos tradicionais ao Poder¹⁴¹³. Ora, em Março desse ano foi o próprio filho de Dias Ferreira, José Eugénio Dias Ferreira, a causa da chamada “questão académica”, depois de ter sido reprovada a sua candidatura a doutoramento em Direito, por se ter declarado republicano e afirmar querer dedicar a tese a Teófilo Braga. Na tentativa de controlar a agitação que se lhe seguiu, entre outras medidas, o governo ordenou às autoridades policiais a distribuição de uma intimação aos “donos de locais e (...) directores de Associações” para que proibissem ou não facilitassem qualquer tipo de reuniões e ajuntamentos de estudantes¹⁴¹⁴. A ACLL foi notificada em 14 de Abril no sentido de não permitir “em nenhuma das dependências da referida associação reuniões públicas ou particulares em que quaisquer pessoas estranhas a ela tomem parte (...), sob pena de procedimento legal quando assim o não cumpra.”¹⁴¹⁵

¹⁴¹³ Era esse agora também o desejo de Hintze Ribeiro. RAMOS, Rui, *D. Carlos*, p. 267.

¹⁴¹⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 28, Abril de 1907, pp. 30-31.

¹⁴¹⁵ ACLL, *Boletim*, n.º 28, Abril de 1907, p. 29. Dois dias depois, devido à “agitação escolar produzida pela mocidade académica”, a direcção recusou a cedência da sala das sessões a Maria Veleda, para a realização de uma conferência, reconhecendo contudo que a mesma tinha objectivos “altamente beneméritos”. Apesar de contestar a medida e de ter lançado uma verdadeira campanha em defesa dos

Para os corpos gerentes, o “vexame” ou a “ofensa ao comércio” como lhe chamou o jornal republicano *Vanguarda*, já de si significativo pelos pergaminhos liberais que a Associação se orgulhava de defender, era ainda maior por, simbolicamente, representar o *déjà-vu* quase perfeito da crise de Janeiro de 1894: uma situação de conflito, o governo com o Parlamento fechado (desde 12 de Abril que as Cortes tinham sido dissolvidas sem marcação da data para novas eleições), outra vez João Franco no poder e uma nova ameaça de dissolução. Foi o que bastou para indignar e “alarmar” os corpos gerentes que, em sessão extraordinária, no dia imediatamente seguinte, decidiram redigir um “desagravo” a “tão rude e imprevisto acto” que ficou registado em acta. Reclamavam nada ter que ver com a agitação estudantil, tendo mesmo recusado uma reunião de “alunos escolares (...) nas salas da Associação para se ocuparem de questões referentes aos acontecimentos que estavam agitando a mocidade académica.” Lembravam que as salas eram cedidas com frequência, mas para fins “patrióticos” e de “instrução”, tudo ao abrigo do artigo 6º dos estatutos associativos aprovados em 1897, precisamente, após a queda do governo Hintze-Franco. Por isso, não descortinavam “motivo para lhe ser feita intimação”¹⁴¹⁶.

Porém, não haveria mesmo motivo para as autoridades intimarem a ACLL e temerem o que se poderia passar nas suas salas? Era certo que muitas das reuniões e actividades que decorriam na sede da associação tinham os referidos fins e que já tinha sido recusada a cedência da sala à Liga Académica Republicana em 1900 e a um conjunto de estudantes em 1905¹⁴¹⁷, por exemplo; mas era igualmente do conhecimento público outro tipo de reuniões aí realizadas, como, para além das já destacadas atrás, a

seus “créditos”, a Associação não colocou em causa a autoridade, mais por memória de tempos e conflitos passados do que por genuíno desejo de obediência. ACLL, *Livro do Copiador de Correspondência Expedida (1907-1910)*, fl. 61.

¹⁴¹⁶ ACLL, *Boletim*, n.º 28, Abril de 1907, pp. 29-32; *Relatório de 1907*, pp. 3, 19 e 20; *Vanguarda*, n.º 3741, 18 de Abril de 1907.

¹⁴¹⁷ ACLL, *Actas da Direcção, 1897-1906*, acta n.º 59, 9 de Maio de 1900 e acta n.º 137, 3 de Fevereiro de 1905.

“sessão solene em honra dos eleitores do Porto” e dos chamados “deputados da peste” que o Clube José Falcão aí efectuou, no mês de Março de 1900¹⁴¹⁸. Para além disso, uma associação “patriótica” que não fazia “recepções à monarquia” ou recusava colocar “luminárias nos dias de grande gala”, como os próprios republicanos a caracterizavam, não era certamente de molde a inspirar muita confiança¹⁴¹⁹.

Com uma agenda tão liberal era natural que não fosse suficiente apenas o registo interno, nas actas da direcção, do seu “desagrado” pela intimação recebida das autoridades tuteladas por João Franco e a ACLL sabia que no jogo da política a opinião pública (neste caso, os jornalistas republicanos) tinha cada vez mais peso e poderia ser aproveitada em seu favor. O passo seguinte foi comunicar à imprensa o sucedido, ao mesmo tempo que dirigiam um ofício a todas as “colectividades” e “corporações” com quem mantinham relações dando-lhes conhecimento do protesto. A jogada, pois de uma jogada política se tratava, como se verá, acabou por compensar e, decorridos apenas quatro dias sobre a reunião dos corpos gerentes, o governo acusava o toque e o próprio João Franco apressava-se “a vir comunicar” a sua surpresa e “a desaprovação e desgosto que me mereceu e produziu” tal erro administrativo, do qual tinha tido conhecimento, justamente, através dos jornais¹⁴²⁰.

Apesar da Direcção agradecer as “explicações” do Presidente do Conselho, significativamente, só o fez cinco dias após a recepção do ofício de João Franco por, aparentemente e ao contrário do que tinha acontecido a seguir à intimação, não ter sido possível reunir “imediatamente” os corpos gerentes. Mais, “respeitosamente” pediam que, na sua qualidade de ministro do Reino, tivesse a “alta fineza de ordenar” a anulação da intimação de modo a que esta não permanecesse a “coarctar” a liberdade da Associação. A ACLL ficaria, então, a aguardar a resposta de forma a poder fazer nova

¹⁴¹⁸ ACLL, *Actas da Direcção, 1897-1906*, acta n.º 58, 4 de Abril de 1900.

¹⁴¹⁹ *Vanguarda*, n.º 3742, 19 de Abril de 1907.

¹⁴²⁰ ACLL, *Boletim*, n.º 28, Abril de 1907, pp. 30-31.

circular pelas “colectividades a que nos havíamos dirigido”, informando da “solução do conflito”. No próprio dia obtive resposta, em ofício do ministro, e a 25 de Abril chegou a revogação da intimação, assinada pelo mesmo agente que entregara o controverso documento inicial. O epílogo da questão foi a recepção de “ofícios de congratulação pela satisfação que as autoridades policiais deram à nossa colectividade”, enviados por variadíssimas “agremiações”, entre elas, o Grémio Federal Republicano Português¹⁴²¹.

Aquilo que poderia ter passado por um mero incidente e que provavelmente seria sanado de uma forma discreta, acabou por representar quatro páginas do *Boletim*, duas circulares a algumas dezenas de associações, honras de abertura no relatório anual da direcção e um claro aproveitamento político onde se conjugaram a defesa dos “brios e dignidade” da ACLL, a propaganda anti-Franco dos republicanos e o fim da “Concentração Liberal” entre progressistas e franquistas que aconteceria daí a poucos dias¹⁴²². Afinal, para “esclarecimento do enérgico protesto” a ACLL não se coibiu de reproduzir no seu *Boletim*, “com a devida vénia, o artigo editorial do muito conceituado jornal *A Vanguarda*”, de 19 de Abril, onde a atitude dos lojistas era considerada de não subserviência face aos governantes e “o mais severo correctivo” que se podia infligir “às autoridades administrativas”¹⁴²³.

A recordação dos acontecimentos de 1894, sintomaticamente, evocados numa grande cerimónia de homenagem a Pinheiro de Melo e aos “Reconstituidores da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa”, realizada em 16 de Junho de 1907, também era rodeada de um forte pendor republicano e servia de resposta ao que os lojistas consideravam uma provocação do poder político. Não foi inocente a referência que o principal impulsionador da homenagem, João José da Costa, fez na cerimónia ao

¹⁴²¹ ACLL, *Actas da Direcção, 1906-1912*, acta n.º 185, 29 de Maio de 1907; ACLL, *Boletim*, n.º 28, Abril de 1907, pp. 31-32.

¹⁴²² O fim da coligação ocorreu a 12 de Maio. RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 278.

¹⁴²³ *Vanguarda*, n.º 3742, 19 de Abril de 1907; ACLL, *Boletim*, n.º 28, Abril de 1907, pp. 29-32 e *Relatório de 1907*, pp. 3, 19 e 20.

“31 de Janeiro”, data que, pelo seu “simbolismo”, ficava “associada à nossa vida histórica”, uma vez que a associação tinha sido dissolvida naquele dia, três anos depois do movimento revolucionário do Porto¹⁴²⁴. De realçar ainda que esta homenagem, que tinha tanto de defesa associativa como de oposição política, já tinha sido proposta em Agosto de 1904, mas sempre adiada. Via agora a luz do dia em forma de “sessão solene” porque era uma forma de relembrar, mais do que os 10 anos de “reconstituição”, os 13 de “dissolução”¹⁴²⁵.

Tinha também um forte significado político, apesar de se afirmar que a ACLL “não tem política nem a pode exercer”, a moção apresentada por Soares Guedes, talvez o sócio mais activo em todo este período, e “aprovada por unanimidade” na assembleia-geral de 20 de Maio, na qual a Associação dos Lojistas se declarava, indirectamente, em oposição ao governo. Apesar de ter “pendentes da sua iniciativa várias reclamações”, nomeadamente, relativas ao processo de cobrança de pequenas dívidas, à reforma das pautas aduaneiras ou ao inquilinato comercial, a ACLL considerava que as “ditaduras, revestindo nas suas funções ilegais um aspecto político de pernicioso exemplo”, eram causadoras de “perturbações na ordem pública e social” que muito afectavam o comércio e “demais ramos da actividade nacional” e, por isso, não se submeteria a “tão anormal atitude”. O Governo de João Franco, a partir daquela altura, de modo oficial e publicamente declarado¹⁴²⁶, não poderia contar com a colaboração dos Lojistas para sancionar, fora de um Parlamento que “reúna nos termos preceituados pela constituição”, as suas iniciativas legislativas. Sintomaticamente, a única excepção admitida era “a abolição das ordens religiosas”¹⁴²⁷!

¹⁴²⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 30, Junho de 1907, p. 53. Ao simbolismo desta data se voltará um pouco mais à frente.

¹⁴²⁵ ACLL, *Relatório de 1903*, p. 31 e ACLL, *Boletim*, n.º 30, Junho de 1907, p. 50.

¹⁴²⁶ Como seria de esperar e não era exemplo único, esta moção chegou aos jornais e mereceu, de alguns, “honrosas referências de louvor” ACLL, *Boletim*, n.º 29, Maio de 1907, p. 43.

¹⁴²⁷ ACLL, *Boletim*, n.º 29, Maio de 1907, p. 47.

Estes episódios acabavam por constituir uma reacção forte e politicamente comprometida da “laboriosa classe comercial, que tanto contribuiu para a ascensão de sua excelência ao poder.”¹⁴²⁸ Ao mesmo tempo tornam mais clara a oposição que a ACLL demonstrou aos projectos sobre os “despejos” e sobre o “descanso dominical”, como já foi destacado na terceira parte, pois não é aceitável reduzir a oposição ao gabinete de João Franco apenas a contornos políticos. Algumas das medidas tomadas pelo governo tinham sérias implicações na vida comercial, eram exigidas pelos lojistas há longo tempo e, como tal, mereciam a atenção e a opinião crítica, sempre pronta, da sua Associação. É óbvio que essa postura, influenciada pelo ressentimento normal de uma classe que via desatendidos os seus interesses, nunca deixou de ser enquadrada pela propaganda republicana que via no combate à “ditadura” e à instabilidade comercial, que esta supostamente acarretava, uma forma de reforçar a sua influência atrás dos balcões de Lisboa. “A verdade é que aquelas classes médias a quem o franquismo se dirigia começaram a ter dúvidas sobre uma aventura política que parecia destinada a incomodar-lhes o bem-aventuroso sossego.”¹⁴²⁹ Misturavam-se, então, a defesa dos “brios” da classe, a insegurança no futuro do negócio e uma contra-ofensiva dos republicanos contra um político e um partido que, aparentemente, pelo menos no que ao discurso dizia respeito, teria feito “tremar” as fundações da sua tradicional base social de apoio.

Como conclusão é importante destacar e relacionar os efeitos produzidos pela publicação em simultâneo da lei dos despejos e da lei do descanso semanal – abordadas com maior detalhe na terceira parte – não só pelo que representaram em 1907, mas

¹⁴²⁸ ACLL, *Boletim*, n.º 37, Janeiro de 1908, p. 3.

¹⁴²⁹ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 285.

também pelo que podem dizer sobre a evolução do posicionamento dos lojistas desde a década de 1890. A primeira tinha sido uma exigência continuada e revelava-se agora apenas mais uma desilusão, pelo claro cuidado em não prejudicar os privilegiados, o “capital fixo”. A segunda, sempre combatida pelos donos das lojas, acabava por, com muitas excepções é certo, beneficiar os desprotegidos, aqueles que dependiam apenas do “trabalho”. O ano de 1907, naquilo que parecia ser um corolário de um processo com cerca de 20 anos, terá contribuído para que se sentissem definitivamente abandonados por um Estado onde “a classe dos lojistas só é lembrada para contribuições, e nada mais”¹⁴³⁰. Sentiam-se muito provavelmente esmagados “entre o capital e o trabalho”, sem outra alternativa que não fosse radicalizar ainda mais as suas posições aderindo ao projecto revolucionário republicano.

No fundo, num país onde não eram criadas fórmulas sociais e legislativas, não eram promulgadas medidas económicas, enfim, onde não era produzido um discurso que possibilitasse a identificação desta pequena burguesia com as “classes médias”, como estava a acontecer na Bélgica, na Alemanha, na Inglaterra ou, em parte, na França, por exemplo, dificilmente se poderiam aproveitar as tendências paternalistas destes homens, a necessidade que tinham de manter a “ordem” nas lojas, a própria exigência de moralização da vida pública ou as críticas à venda ambulante, tudo aspectos de um quadro de valores, na aparência, conservadores e que ainda eram bem visíveis na década final do século XIX, para os converter num apoio às forças mais conservadoras da política nacional ou simplesmente para assegurar a sua manutenção dentro do progressismo monárquico¹⁴³¹.

¹⁴³⁰ *O Lojista*, n.º 37, 20 de Junho de 1892. Apesar de não ter sido alvo de uma análise tão pormenorizada, é preciso destacar ainda a importância que a legislação sobre a cobrança de pequenas dívidas, decretada igualmente por João Franco já em 1907, teve no avolumar deste ressentimento, uma vez que o projecto aprovado, uma vez mais, não agradou aos lojistas.

¹⁴³¹ HAUPT, Heinz-Gerhard, “The Petty Bourgeoisie in Germany and France...”, pp. 315-316. Em Inglaterra, o programa radical e liberal dos lojistas tinha “falhas” conservadoras, como as críticas aos

Mesmo João Franco, na sua tentativa de “revolução” vinda de cima, não tinha tido êxito, pois não logrou, com medidas concretas e de forma eficaz e duradoura, afastar lojistas e outros grupos sociais de um apoio ao republicanismo que começou a crescer por volta de 1890 e se consolidou ao longo da primeira década do século XX. Antes pelo contrário, para além do seu discurso não conseguir ultrapassar a barreira de propaganda republicana, à qual, no caso dos lojistas, se adicionava a memória de 1894, as suas iniciativas legislativas, por melhor intencionadas que tivessem sido na origem, não foram suficientemente ousadas e, em alguns casos, foram mesmo contraproducentes para que possibilitassem a construção de uma ampla base social de apoio na capital, o coração político do Reino.

Os alvos escolhidos, na aparência, foram deficientemente calculados, por um lado, mal beliscando as classes de “exploradores”, por outro, procurando de forma tímida beneficiar um “povo” ainda sem força política, social e organizacional suficiente para poder ser útil no apoio à Monarquia. Ao mesmo tempo ignoravam-se ou contrariavam-se as aspirações e insistentes pedidos de uma classe numerosa e bastante activa em termos políticos, “um dos grandes músculos do organismo social”¹⁴³², como os próprios faziam questão de realçar, uma classe que estava no “meio”, detendo uma parte das características e modos de vida que no estrangeiro estavam a fazer dos lojistas, cada vez mais, um suporte do “conservadorismo social”¹⁴³³. Foi isto que falhou em 1907, mas que já tinha falhado entre o *Ultimatum* e a dissolução das associações, condicionando um percurso político que talvez pudesse ter sido alterado ou, pelo menos, que não estava à partida pré-definido.

vendedores ambulantes e a exigência de legislação que regulamentasse a sua actividade, por exemplo. Cf. WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world...*, p. 30.

¹⁴³² *O Lojista*, n.º 37, 20 de Junho de 1892.

¹⁴³³ HAUPT, Heinz-Gerhard, “La petite entreprise et la politique...”, pp. 3-9; NORD, Philip G., *Paris shopkeepers...*, p. 351; CROSSICK, Geoffrey, “Metaphors of the middle...”, pp. 259-260 e NÚÑEZ SEIXAS, Xoxé M., “Una clase inexistente?...”, p. 28.

A acrescentar a isso, será que não se pode falar de “desilusão” dos lojistas em relação ao próprio Partido Progressista, por verem que, quando chegavam ao Poder, os seus políticos, alguns deles conotados precisamente com o radicalismo dos anos 60 e 70, frequentemente esqueciam o seu programa ou, no mínimo, não conseguiam criar condições para o fazer cumprir, em particular, no que aos impostos dizia respeito? Não terá essa mesma desilusão contribuído para a manutenção do radicalismo entre os lojistas nas décadas seguintes e para a sua ligação ao republicanismo?

Poder-se-á argumentar, provavelmente, que as hipóteses contêm algum exagero pois o radicalismo não derivava apenas da questão fiscal. No caso de Lisboa, efectivamente, o problema era mais complexo, tocava outros interesses importantes para os lojistas, estava relacionado com o próprio ciclo económico e com as crises por que passavam ou com a dinâmica política e os constantes apelos que lhes eram dirigidos em épocas eleitorais. Em especial, relacionava-se com o facto de considerarem que os seus interesses, a sua independência, estavam permanentemente em perigo pela “ganância” dos proprietários, pelas “reformices” da administração, pelos “escândalos” descobertos pelos republicanos e pelos próprios monárquicos quando na oposição, enfim, pelo “esquecimento” a que eram votadas as poucas iniciativas legislativas que exigiam ao Estado, como as do inquilinato comercial, uma verdadeira excepção na sua sempre propalada apologia de liberdade e independência para o comércio.

Esta perspectiva parece conjugar-se de forma relativamente coerente com o que atrás foi referido quanto à importância mobilizadora e radicalizante da questão fiscal em Lisboa e com esse factor de ressentimento muito particularmente sentido pelos lojistas lisboetas que era a questão da “propriedade” da loja, ambos a influenciarem também a evolução do seu posicionamento político. Evolução que ficou definitivamente concluída após o governo de João Franco.

“Às armas, às armas!” Os lojistas de Lisboa entre o regicídio e o 5 de Outubro

Um jornal oposicionista declarava a data de 31 de Janeiro como sendo “fatídica (...) para a monarquia”. Nesse dia “um bando de ministros insurge-se contra o senso comum, contra o decoro, contra a moral, contra a lei e contra a constituição”. Terminava o seu discurso de retórica radical com um aviso: aquele dia podia vir a ser “mais nefasto para a monarquia do que foi o 31 de Janeiro de 1891.” No dia 1 de Fevereiro, outro jornal, desta feita mais próximo do Governo, afirmava que o rei D. Carlos querendo ver pessoalmente “que os actos de energia do governo, seja qual for, logram a simpatia do grande número” tinha decidido regressar de Vila Viçosa e passear “nas ruas da cidade (...), acompanhado de um único ajudante.” Estas duas descrições que, à primeira vista, poderiam estar relacionadas com o regicídio e os eventos que em 1908 o antecederam, na verdade revelam uma outra série de acontecimentos no, aparentemente, já longínquo ano de 1894¹⁴³⁴.

A aparência, contudo, dependia do ponto de vista de quem olhava o passado pois, se para alguns lisboetas, os factos que originaram as notícias do *Comércio de Portugal* e do *Novidades* pareciam fazer já parte de um acontecimento distante, para uma fatia muito importante da população da capital, constituída pelos lojistas, que somaria cerca de 10000 indivíduos, provavelmente estavam bem vivos ainda no início de 1908, ao ponto de apenas alguns meses antes terem justificado uma grande cerimónia de homenagem e memória, atrás referida.

Que relação se pode estabelecer entre aquelas datas e as do regicídio, para além da presença em ambos de João Franco e da óbvia coincidência cabalística? A resposta passa pela descrição, em jeito de conclusão, de um conjunto de episódios que permitem

¹⁴³⁴ *Comércio de Portugal*, n.º 4358, 2 de Fevereiro de 1894 e *Novidades*, 3014, 1 de Fevereiro de 1894.

verificar o empenhamento de alguns lojistas, não só na propaganda republicana, de que já se deram variados exemplos, mas essencialmente na aceitação de que era preciso algo mais do que mera propaganda para levar à substituição do regime monárquico. Os dois anos indicados, a que se junta o início do refrão do hino nacional constante do título deste texto, podem ser entrelaçados com os acontecimentos do dia 15 de Agosto de 1897 para sintetizarem o epílogo da caminhada dos lojistas de Lisboa em direcção ao republicanismo.

Nesta última data, um cortejo festivo de embarcações sulcou o Tejo desde o cais de Santa Apolónia, até Paço de Arcos. Num dos vapores integrados no cortejo ouviu-se “a *Portuguesa*, alternando com o hino da carta”¹⁴³⁵. Ao refrão “Às armas, às armas!” sucedia-se “Viva, viva, viva ó Rei”. O momento era de festa pela entrega do cruzador *Adamastor*, fruto maior do esforço patriótico de milhares de portugueses, incluindo o próprio D. Carlos, que com os seus donativos procuraram, um pouco romanticamente, responder à afronta do *Ultimatum* inglês de 1890. Era de comemoração, igualmente, para os ocupantes daquela embarcação, o vapor *D. Amélia*, por outros motivos. A bordo deste e do *D. Augusto* seguiam “perto de 800 pessoas”, sócios da ACLL e respectivas famílias. A despesa com o aluguer dos vapores foi avultada e justificava-se pelo facto daquela colectividade, após 3 anos de espera, ter sido finalmente reintegrada “nos seus direitos legais pela aprovação dos respectivos estatutos publicados na folha oficial em 13 de Fevereiro de 1897”¹⁴³⁶.

A presença da música de Alfredo Keil nesta cerimónia, só por si, não era propriamente estranha, pois também ela teve origem na crise de 1890. Porém, o que é significativo é que rapidamente os seus versos patrióticos foram apropriados pelo Partido Republicano, de tal forma que passaram a ode à República, da qual se tornariam

¹⁴³⁵ Subscrição Nacional..., Vol. II, pp. 188 e 195.

¹⁴³⁶ ACLL, *Boletim*, n.º 32, Agosto de 1907, p. 74 e ACLL, *Livro de Caixa (1894 a 1902)*, fl. 45 e 46.

hino oficial em 1911. O facto do hino republicano alternar com o hino monárquico numa embarcação alugada por elementos da pequena burguesia comercial lisboeta serve, neste caso, de representação simbólica da crescente influência do republicanismo no seio deste grupo social¹⁴³⁷.

Para além dessa tónica republicana, mais do que revolucionária, o título pretende igualmente fazer a ligação entre os acontecimentos de 1894 e a questão das “armas” do regicídio, na qual a ACLL se envolveu profundamente em defesa de um seu associado, o armeiro Gonçalo Heitor Ferreira, responsável pela venda das mesmas. A conexão entre os dois acontecimentos constitui um último testemunho sobre a influência republicana entre os lojistas de Lisboa, permitindo perceber melhor o seu posicionamento face ao atentado à família real e, em última análise, em relação à Monarquia, representando o caso apenas o fim de uma caminhada que já tinha começado na década de 1890.

O primeiro *Boletim* da ACLL de 1908 dava um especial destaque àquilo que considerava como “o mais grave, o mais arbítrio (sic), o mais tirânico, o mais cruel e o mais violento dos atentados que se têm perpetrado desde que vigora o regime constitucional em território português.” Um observador contemporâneo, estranho à realidade portuguesa, por exemplo, um pequeno comerciante italiano, francês, alemão ou inglês de passagem por Lisboa à época poderia ser levado a pensar que os seus colegas lisboetas, tal como ele, eram adeptos da ordem, conservadores e que estariam a fazer uma crítica cerrada ao atentado de 1 de Fevereiro. Ou então que se exaltavam

¹⁴³⁷ Recorde-se que a *Portuguesa* foi ouvida também numa embarcação fretada por “comerciantes da rua dos Capelistas” para uma homenagem ao presidente brasileiro em 1898. Cf. *Vanguarda*, n.º 628, 8 de Agosto de 1898 e n.º 629, 9 de Agosto de 1898. Segundo Lia Ribeiro, “só na primeira década deste século, *A Portuguesa* se identificou e configurou como ode oficial do partido republicano.” RIBEIRO, Lia Armandina Sá Paulo, *A Popularização da Cultura Republicana...*, p. 150. Pelos exemplos que aqui ficam relativos aos lojistas, é provável que aquela identificação fosse até um pouco anterior, no que diz respeito às bases do PRP.

contra mais algum aumento de impostos, contra a promulgação de uma lei de descanso semanal ou com alguma iniciativa tendente a coarctar a “liberdade de comércio”. Bem pelo contrário, o *Boletim* da Associação traduzia, isso sim, o radicalismo dos lojistas e afirmava a sua indignação em relação ao decreto publicado no dia 31 de Janeiro que definia pena de expulsão ou deportação para as colónias para todos os indivíduos, incluindo parlamentares, acusados de atentados contra o Estado, ou seja, no imediato, todos os implicados no falhado golpe do dia 28¹⁴³⁸.

Depois de todo o caminho percorrido desde 1894, para os lojistas de Lisboa, pela voz da sua associação representativa, o atentado sobre a família real só poderia ser encarado claramente pelo prisma republicano e o que os preocupava é que aquela medida iria provocar um distúrbio social e político que, em última análise, consideravam como causador de uma potencial instabilidade económica.

A comprová-lo ficaram registadas algumas palavras da ACLL, dos seus dirigentes e sócios na documentação e publicações próprias, bem como na imprensa periódica, às quais se dará destaque a seguir. Porém, também por actos e omissões os pequenos comerciantes de Lisboa definiram com relativa clareza a sua posição perante os acontecimentos de 1 de Fevereiro. Se em 1894 foi possível detectar unidade de acção entre as duas associações comerciais de Lisboa, já o trágico fim do reinado de D. Carlos não despoletou a mesma atitude pois, ao contrário dos corpos gerentes da ACL que foram, no dia 5 de Fevereiro, “apresentar as suas homenagens de condolência a toda a família real”, a ACLL nada fez ou disse que a pudesse colocar ao lado da Monarquia logo após o regicídio¹⁴³⁹. Não era exactamente uma posição nova. Em Dezembro de 1906 a Associação dos Lojistas tinha igualmente ficado de fora de outra manifestação de homenagem, desta feita, organizada por João Franco para acolher o regresso de D.

¹⁴³⁸ ACLL, *Boletim*, n.º 37, Janeiro de 1908, pp. 4-5.

¹⁴³⁹ *Vanguarda*, n.º 3974, 6 de Fevereiro de 1908.

Carlos de mais uma estadia em Vila Viçosa, como já se viu. O significativo em 1908, porém, não foi de todo a ausência de representantes dos corpos gerentes da ACLL na manifestação de pesar e sim o facto destes, no dia seguinte, se contarem entre os “amigos e correligionários” que foram visitar os presos políticos do golpe de 28 de Janeiro, acabados de libertar¹⁴⁴⁰.

Tão significativo como os actos foi o que ficou escrito e, igualmente, o que ficou silenciado. Na reunião de 28 de Fevereiro de 1908, a primeira da direcção após os acontecimentos do regicídio, João José da Costa propôs que a ACLL “fosse cumprimentar o novo ministério, bem como o Governador Civil de Lisboa” de modo a “facilitar benefícios às classes” que a Associação representava. Pinheiro de Melo opôs-se a tal iniciativa, no que foi acompanhado pela restante direcção, pois entendia que não cabia esse papel à Associação e que, por vezes, essas manifestações não eram sinceras e podiam ser revestidas de “fins de interesse reservado”. No fundo, considerava que a ACLL deveria manter a sua suposta independência pois, se era verdade que tinha caído um governo ao qual tinha feito sempre oposição, assumir agora uma certa deferência para com o novo governo poderia comprometer essa liberdade de actuação, e de protesto, que era um apanágio da associação e representava, como era referido nas actas, o seu “prestígio”¹⁴⁴¹.

Acabava por ser uma atitude dúbia, tal como era a tomada de posição da ACLL, ou a ausência dela, no que dizia respeito ao regicídio. Sobre a “ocorrência do dia 1 de Fevereiro” todos os presentes fizeram “várias considerações” não especificadas na acta, na qual ficaria apenas registada uma nota, uma vez mais de interpretação pública algo

¹⁴⁴⁰ No caso de França Borges, um dos que foram libertados na ocasião, entre os que se deslocaram à redacção do jornal *O Mundo* para o felicitar, contou-se a presença de alguns sócios da ACLL, como Pinheiro de Melo, José Cupertino Ribeiro, Luís Filipe da Mata, António Furtado Santos, Manuel Soares Guedes, Domingos Luiz Coelho Silva, Adelino Alves Correia, Manuel António Dias Ferreira e Agostinho Manuel Sousa. De destacar que os dois primeiros eram respectivamente presidentes da assembleia-geral e da direcção. *O Mundo*, n.º 2605, 7 de Fevereiro de 1908.

¹⁴⁴¹ ACLL, *Actas da Direcção, 1906-1912*, acta n.º 196, 28 de Fevereiro de 1908.

ambígua, mas claramente de tendência republicana ou, pelo menos, de óbvia censura ao governo “ditatorial” de João Franco e a quem o tinha consentido, ou seja, a Monarquia. “A Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, lamentando que *circunstâncias anormais e violentas* determinassem o desenlace fatal que se deu no dia 1 de Fevereiro e produzisse[m] as vítimas que humanitariamente todos deploram, faz votos para que se não repitam acontecimentos semelhantes, que têm sempre origem na *falta de cumprimento dos deveres cívicos, no desprezo das leis e na ofensa das liberdades públicas* que das mesmas leis emanam.”¹⁴⁴²

Não era propriamente o regicídio que se condenava e sim as causas que tinham levado àquele “desenlace fatal”. É importante destacar essas causas pois representaram uma tônica persistente no discurso da Associação, não só para justificar as suas críticas ao regime, no fundo, a sua posição política, mas também para alimentar uma ideia de “crise comercial” que ressurgiu neste ano. Não foi por acaso que a referida nota e apenas essa nota foi transcrita sem qualquer comentário, no dia seguinte, no *Vanguarda*, como também não foi inocente que o jornal *O Mundo*, alguns meses depois, no rescaldo da polémica sobre a prisão de Heitor Ferreira, tenha acabado por declarar que a ACLL tinha sido “a primeira a compreender que entre as liberdades públicas e o progresso comercial há uma relação de *causalidade*.”¹⁴⁴³

A sintonia entre a ACLL e a imprensa republicana não podia ser mais óbvia em relação à interpretação a dar ao assassinato do rei e à manutenção da Monarquia. O *Boletim* continuava a ser um veículo ideal de consolidação dessa relação que o presidente dos Lojistas declarava ser a melhor possível, “pois que temos encontrado sempre a imprensa bem disposta para defender os interesses das classes agravadas”¹⁴⁴⁴.

¹⁴⁴² ACLL, *Actas da Direcção, 1906-1912*, acta n.º 196, 28 de Fevereiro de 1908 (itálico meu).

¹⁴⁴³ *Vanguarda*, n.º 3997, 29 de Fevereiro de 1908; *O Mundo*, n.º 2812, 3 de Setembro de 1908 e ACLL, *Boletim*, n.º 47, Novembro de 1908, p. 86 (itálico no original).

¹⁴⁴⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 43, Julho de 1908, p. 51.

Como era óbvio, após a evolução traçada acima, não era toda a imprensa que se encontrava “disposta” e que merecia a atenção dos lojistas. Ao longo dos anos, apesar de uma aparente independência, que a aquisição da assinatura do *Diário de Notícias* parecia atestar¹⁴⁴⁵, foram sendo privilegiados os jornais republicanos, com destaque para o “muito conceituado” e “importante diário” *Vanguarda*¹⁴⁴⁶, para o *Século*, “importantíssimo órgão do jornalismo português”¹⁴⁴⁷, ou para “o importante diário democrático *O Mundo*”¹⁴⁴⁸. O *Boletim*, contudo, não era mais do que um reflexo dos próprios interesses dos sócios que, por vezes, recorriam à leitura de “notícias publicadas nos jornais *O Século* e *O Mundo*”¹⁴⁴⁹ ou de “trechos do jornal a *Vanguarda*”¹⁴⁵⁰ para melhor expor os seus pontos de vista nas reuniões da assembleia-geral.

Contudo, apesar da partilha de ideias com a imprensa “avançada” e da sua atitude independente/radical, a ACLL continuava a ter alguns cuidados na abordagem de assuntos mais sensíveis, procurando, não fazer “política partidária”¹⁴⁵¹, sem abdicar dos seus princípios, nunca indo tão longe como se permitiam os jornais que se dedicavam à propaganda contra o regime constitucional. Não deixava, porém, de expressar as suas ideias e o regicídio, com toda a efervescência social e política que gerou, foi um elemento catalisador. Assim o demonstram algumas notas soltas em artigos, notícias ou extractos das assembleias-gerais publicados no órgão oficial da Associação. Em Março, numa alusão aos acontecimentos de 1894 com o governo Regenerador e a dissolução das associações, pode-se descortinar uma reafirmação da relação causa/efeito com que a direcção abordou o final do governo de João Franco e o Regicídio, pois “dessa violência

¹⁴⁴⁵ ACLL, *Actas da Direcção, 1906-1912*, acta n.º 204, 27 de Julho de 1908.

¹⁴⁴⁶ ACLL, *Boletim*, n.º 13, Janeiro de 1906, p. 4; n.º 18, Junho de 1906, p. 42 e n.º 28, Abril de 1907, p. 29, por exemplo.

¹⁴⁴⁷ ACLL, *Boletim*, n.º 41, Maio de 1908, p. 37 ou n.º 23, Novembro de 1906, p. 83 e n.º 29, Maio de 1907, p. 43.

¹⁴⁴⁸ ACLL, *Boletim*, n.º 46, Outubro de 1908, p. 80 e n.º 47, Novembro de 1908, p. 86.

¹⁴⁴⁹ ACLL, *Boletim*, n.º 24, Dezembro de 1906, p. 96.

¹⁴⁵⁰ ACLL, *Boletim*, n.º 44, Agosto de 1908, p. 64.

¹⁴⁵¹ ACLL, *Boletim*, n.º 23, Novembro de 1906, p. 86

[dos governos] resultou o que resulta sempre de todas as violências: os princípios que se procura aniquilar erguem-se mais firmes, quando têm por seu lado a razão e a justiça.”¹⁴⁵² Em Abril, a Associação dava viva voz aos seus princípios e, novamente numa alusão aos acontecimentos de 1894, inseridos num esboço biográfico de um dos seus sócios, desfiava uma verdadeira declaração contra a Monarquia, caracterizando-a como “obsoleta e antagónica aos princípios liberais e à ciência política dos povos modernos” e o único sustentáculo de “governos nefastos aos interesses do país”¹⁴⁵³.

Porém, vai ser, sem dúvida, durante a polémica sobre a prisão de Gonçalo Heitor Ferreira, o armeiro que vendeu as munições e armas usadas na tentativa de golpe de 28 de Janeiro e no regicídio¹⁴⁵⁴, que se revelou a faceta mais radical dos lojistas inscritos na Associação. Na reunião da assembleia-geral de 23 de Agosto, convocada para discutir precisamente o posicionamento da ACLL em relação à prisão do seu sócio, Pinheiro de Melo não impediu um conjunto de discursos mais exaltados, como muitos anos antes costumava fazer. Apesar disso, o extracto publicado no *Boletim* é bastante mais inócuo do que o que foi apresentado pelos “conceituados” e “importantes” jornais de Lisboa, ou seja, pelos periódicos republicanos. Segundo estes, entre as declarações que mais entusiasmaram os lojistas presentes na reunião, a referência ao regicídio terá sido recebida com “enormes aplausos”. O autor da radical frase foi Manuel Soares Guedes que, no meio do seu discurso, terá afirmado que “a tragédia de 1 de Fevereiro (...) veio trazer o alívio e a consolação a muitos corações portugueses, famílias oprimidas pelo despotismo, respiram libertas de um grande peso (...)” todos abençoando “o facto, porque nessa ocasião todos voltaram a ser portugueses e os executores foram alvo duma verdadeira apoteose. Esses dois homens [Costa e Buíça], cujos retratos se encontram em

¹⁴⁵² ACLL, *Boletim*, n.º 39, Março de 1908, p. 17.

¹⁴⁵³ ACLL, *Boletim*, n.º 40, Abril de 1908, p. 25.

¹⁴⁵⁴ Machado Santos refere que parte das munições que se pensavam usar no golpe tinham sido “compradas pelos dissidentes ao negociante Heitor Ferreira.” SANTOS, Machado, SERRÃO, Joel (Introdução), *A Revolução Portuguesa...*, p. 19.

todas as salas, deveriam ser perpetuados em mármore ou em bronze, porque isso está no coração do povo.”¹⁴⁵⁵ No mínimo estaria no “coração” dos lojistas pois, segundo o relato de Rocha Martins, tanto “nas grandes lojas da Baixa como nos pequenos estabelecimentos de bairros pobres” eram colocados “os retratos dos dois regicidas conhecidos”, num “reclame permanente aos assassinos nas montras da cidade”¹⁴⁵⁶.

Em alguns aspectos, os lojistas da capital acabavam por ser ainda mais radicais que a própria ACLL, uma vez que tanto a frase, como os “aplausos”, no seguimento do que se afirmou atrás, foram ignorados na acta da reunião publicada no *Boletim*, onde não se esqueceu “o trágico acontecimento de Fevereiro”, apesar do mesmo ter sido, uma vez mais, associado à “opressão produzida pelos nefastos actos do poder que tinha estrangulado as liberdades de um povo que trabalha e paga para os que não produzem”. Um povo que, em última análise, era desta forma identificado com os lojistas ou não fosse a imagética produzida sobre estes indivíduos, pelo próprio discurso da ACLL, uma valorização da trilogia do comerciante, contribuinte e cidadão.

Os pormenores sobre a questão das armas do regicídio e mesmo sobre a intervenção, consciente ou não, do armeiro Heitor Ferreira na conspiração foram já alvo de um trabalho especializado e são conhecidos através de outros trabalhos de larga divulgação, pelo que não faz sentido desenvolver essa perspectiva neste lugar¹⁴⁵⁷. O que se pretende aqui destacar é a forma como esse caso pode ser um testemunho da conclusão do processo de aproximação e identificação entre os lojistas de Lisboa e o

¹⁴⁵⁵ *O Mundo*, n.º 2802, 24 de Agosto de 1908 e *Vanguarda*, n.º 4172, 24 de Agosto de 1908. Extractos dos vários discursos desta sessão, apresentados em tom crítico, como é óbvio, foram igualmente reproduzidos no periódico nacionalista católico *Portugal*, n.º 479, 25 de Agosto de 1908.

¹⁴⁵⁶ MARTINS, Rocha, *D. Manuel II...*, Vol. I, pp. 304 e 308-309.

¹⁴⁵⁷ BAÊNA, Miguel Sanches de (apres. António Reis), *Diário de D. Manuel e estudo sobre o regicídio*, Lisboa, Alfa, 1990 e RAMOS, Rui, *D. Carlos...*, pp. 315-334.

republicanismo, bem como da importância que o mesmo representou para uma nova dinamização da colectividade que há 38 anos defendia a classe do pequeno comércio.

A polémica das armas do regicídio era já falada há algum tempo na imprensa quando, no início de Agosto de 1908, os jornais republicanos encetaram uma verdadeira campanha contra as acções da polícia, em particular, de Abílio Magro, responsável pelas investigações. No dia 1 surgiu a notícia da apreensão de armas na loja de Heitor Ferreira¹⁴⁵⁸. O assunto foi então seguido quase diariamente pelos periódicos republicanos, dando conta das várias diligências policiais e judiciais e publicando afirmações do sócio da ACLL¹⁴⁵⁹. A 18, o armeiro enviou uma carta ao jornal *Novidades*, logo transcrita noutros diários, onde declarava que provavelmente seria preso, tendo em conta o evoluir dos interrogatórios de que estava a ser alvo no Governo Civil e no Juízo de Instrução Criminal. Era acusado de não revelar o nome do comprador da carabina “que foi encontrada nas mãos de um dos regicidas”. A missiva foi transcrita no *O Mundo* de 19 de Agosto que confirmava, em notícia de “última hora”, a prisão efectiva do espingardeiro e do seu caixeiro, consideradas como uma “violência torpe” que contradizia o “regime de acalmação” prometido pelo governo¹⁴⁶⁰. Como é natural, as leituras da prisão de Heitor Ferreira variavam consoante a cor política do jornal. O que os republicanos consideravam como “um crime do regime” monárquico, os monárquicos consideravam como uma prisão legal de alguém que, chamado a depor por diversas vezes, “ainda não tinha dito toda a verdade”. Pelo meio ficavam os relatos do *Diário de Notícias*, mais imparciais e claramente melhor

¹⁴⁵⁸ *Vanguarda*, n.º 4149, 1 de Agosto de 1908 e BAËNA, Miguel Sanches de (apres. António Reis), *Diário de D. Manuel...*, pp. 145 e 230-231.

¹⁴⁵⁹ *Vanguarda*, n.º 4150, 2 de Agosto de 1908; n.º 4152, 4 de Agosto de 1908 e n.º 4153, 5 de Agosto de 1908.

¹⁴⁶⁰ *O Mundo*, n.º 2797, 19 de Agosto de 1908.

informados, aproximando-se do que mais tarde o secretário do juiz de instrução criminal acabaria por publicar num curto opúsculo sobre a questão¹⁴⁶¹.

Após a prisão do armeiro começaram as solicitações republicanas no sentido de uma intervenção da ACLL. Um pormenor interessante é que essas pressões parecem ter estado de algum modo ligadas à Carbonária. No dia 19 foi assinado por 31 sócios “um apelo à Associação dos Lojistas”, tendo como primeiro subscritor Francisco Pereira Cacho, mais tarde implicado no chamado “crime de Cascais” e reconhecido “chefe de choça das associações secretas”. Nesse documento, era considerado um dever da ACLL intervir na questão, enquanto “associação que mais directamente representa os interesses do comércio de Lisboa.”¹⁴⁶² Era precisamente essa a ideia que estava a ser explorada pelos republicanos: associar a prisão de Heitor Ferreira, que tinha sido detido por “ter prestado falsas declarações”¹⁴⁶³, a uma perseguição de contornos comerciais, na medida em que se fazia crer que tinha sido acusado de cumplicidade no regicídio apenas pelo facto de ter vendido a carabina usada por Buíça, como era referido pelo *Vanguarda*. Segundo o jornal, esta “ideia apavorou o comércio da cidade” e levou os “lojistas de Lisboa” a protestar contra “a prisão dum seu colega” pois, no fundo, para os republicanos, o que estava a acontecer ao armeiro podia acontecer a qualquer outro comerciante, ou seja, “ser arguido de cumplicidade no uso que o comprador faça dos géneros que adquire no seu estabelecimento”¹⁴⁶⁴.

¹⁴⁶¹ *Vanguarda*, n.º 4168, 20 de Agosto de 1908; *O Mundo*, n.º 2799, 21 de Agosto de 1908; *Portugal*, n.º 475, 20 de Agosto de 1908 e n.º 476, 21 de Agosto de 1908. As notícias sobre o assunto publicadas pelo *Diário de Notícias* foram transcritas pelo *Portugal*. O opúsculo de Abílio Magro encontra-se transcrito na totalidade na obra já citada de Sanches de Baêna. Cf. BAÊNA, Miguel Sanches de (apres. António Reis), *Diário de D. Manuel...*, pp. 229-244.

¹⁴⁶² *O Mundo*, n.º 2798, 20 de Agosto de 1908. Sobre a ligação de Pereira Cacho à Carbonária veja-se SANTOS, Machado, SERRÃO, Joel (Introdução), *A Revolução...*, pp. 34-35; BAÊNA, Miguel Sanches de (apres. António Reis), *Diário de D. Manuel...*, p. 239 e VENTURA, António, *A Carbonária em Portugal (1897-1910)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, p. 85.

¹⁴⁶³ É essa a acusação que consta do ofício que acompanhou o armeiro ao Juiz do 2º Distrito Criminal de Lisboa. Cf. BAÊNA, Miguel Sanches de (apres. António Reis), *Diário de D. Manuel...*, pp. 237-238.

¹⁴⁶⁴ *Vanguarda*, n.º 4169, 21 de Agosto de 1908.

A perspectiva propagandística era óbvia e apelava precisamente a um dos valores mais aguerridamente defendidos pelos lojistas, a liberdade de comércio, pretendendo colocar ao mesmo nível qualquer tipo de transacção comercial, como se negociar com armas e munições fosse o mesmo que vender mercearias, tecidos ou quinquilharias. Desta forma, era um discurso que encontrava eco fácil nos pequenos comerciantes, como se depreende do anúncio convocatório da assembleia-geral, assinado por Pinheiro de Melo. A reunião serviria para protestar contra a “prisão violenta” de Heitor Ferreira e também contra a “apreensão da sua escrituração comercial e forçada cessão de negócios”, considerados uma “ofensa aos direitos individuais e à liberdade da indústria”. Assim se reforçava a ideia que as supostas dificuldades do pequeno comércio estavam ligadas aos “desmandos” dos governos monárquicos, à falta de liberdade e ao clima de perseguição que supostamente se vivia, atribuído principalmente à existência do “Juízo de Instrução Criminal” e à permanência das chamadas “leis de excepção”.

A correlação entre “liberdade política” e “progresso comercial” permitia reforçar o discurso sobre a crise com argumentos que eram caros aos republicanos. Para o republicanismo, as causas da decadência de Portugal assentavam na falta de liberdade, na falta de educação e na ausência de democracia, que decorria das anteriores. Em última análise, era a existência da Monarquia, suportada pela influência da Igreja e pela persistência do analfabetismo, numa versão simplificada do regime que servia para consumo popular, que estava a arrastar o país para a crise e para a falência. A transferência desta argumentação para a esfera da vida comercial, onde os republicanos sabiam ter uma forte base de apoio, era um passo lógico e necessário para o constante reforço desse mesmo suporte. O elogioso editorial que o jornal *O Mundo* dedicou à ACLL, em Setembro de 1908, mais não era do que o reconhecimento dos resultados dessa propaganda, fruto da intervenção dos “membros mais ilustrados” do comércio,

claramente identificáveis como os lojistas de tendência republicana que desde a década de 1890 constituíam a maioria dos corpos gerentes da ACLL, contribuindo, com “um papel brilhantíssimo”, para a mutação do posicionamento político do corpo comercial. Segundo os republicanos, “até há poucos anos” os lojistas tinham uma “noção cazarista e teocrática” de ordem, conceito necessário ao comércio, agora contudo seguiam uma “contracorrente liberal que hoje domina Lisboa, quase domina o Porto e acabará por se impor a todo o comércio do país”¹⁴⁶⁵. No entender dos republicanos, a ideia monárquica estava a ser substituída pela ideia republicana no seio da classe comercial e, em Lisboa, isso era já um facto consumado.

Por isso, não é de estranhar que a representação que os lojistas pretendiam levar ao Parlamento e a Ferreira do Amaral, chefe do governo, lida na reunião de 23 de Agosto e alvo de “ruidosas manifestações de agrado”, se ocupasse, em quase dois terços, da contestação ao Juízo de Instrução Criminal e das “leis de excepção”, considerados como a principal causa da “crise”, pois um povo privado da “liberdade” não pode “trabalhar e produzir”, nem se lança “em negócio de vulto”¹⁴⁶⁶. A associação entre crise política e crise comercial é outro dos factores que diferencia os lojistas de Lisboa e os seus colegas europeus pois se para estes eram os novos métodos de venda e comércio que estavam a “matar o merceeiro”¹⁴⁶⁷ e era a ameaça socialista que perspectivava restrições à liberdade de comércio, para os merceeiros e outros lojistas lisboetas eram a Monarquia e o “jesuitismo” que faziam diminuir a liberdade e que acabariam por liquidar o

¹⁴⁶⁵ *O Mundo*, n.º 2812, 3 de Setembro de 1908 e ACLL, *Boletim*, n.º 47, Novembro de 1908, pp. 86-87.

¹⁴⁶⁶ ACLL, *Boletim*, n.º 44, Agosto de 1908, p. 65. A representação da ACLL apresentada ao Parlamento no dia 26 de Agosto foi transcrita na íntegra no jornal *O Mundo*, n.º 2805, 27 de Agosto de 1908. Foi depois publicada em forma de opúsculo em ACLL, *Representação dirigida às Câmaras dos Dignos Pares do Reino e dos Senhores Deputados da Nação para que sejam revogadas Leis e decretos sobre a organização e competências do Juízo de Instrução Criminal e a lei de 13 de Fevereiro de 1896, que originaram o caso Heitor Ferreira e outros*, Lisboa, Tip. do Comercio, 1908.

¹⁴⁶⁷ A expressão deriva de um conjunto de artigos de polémica sobre a crise do pequeno comércio em Inglaterra, publicados no jornal *The Times* em 1902, já antes citados.

negócio, ou, tendo em conta o momento de propaganda, era essa a ideia que convinha passar.

Não é de admirar, então, que a assembleia-geral do dia 23 de Agosto tenha sido de “grande imponência”, na qual se esgotaram os lugares da sala “muito antes da hora marcada”¹⁴⁶⁸. O certo é que a pressão exercida pela ACLL acabou por resultar, reforçada pelo elevado número de lojistas que assistiram à reunião e que, no dia 26, acompanharam a comissão encarregue de entregar a representação. Pinheiro de Melo conseguiu, nesse mesmo dia, a promessa de Ferreira do Amaral de que Heitor Ferreira “seria posto em liberdade ou enviado a juízo” e os jornais republicanos congratularam-se por o presidente do Conselho de Ministros ter cumprido “a sua palavra”. Poucas horas depois o armeiro era apresentado ao juiz e “posto em liberdade”, após o pagamento de uma fiança de 2 contos de réis, valor pago por um dos “amigos do Sr. Ferreira” que, tanto no tribunal da Boa Hora, como mais tarde no seu estabelecimento, o cumprimentaram e “felicitarão efusivamente”¹⁴⁶⁹. Em meados de Fevereiro de 1909 o processo acabaria por ser arquivado, sendo Heitor Ferreira ilibado do crime de “falsas declarações ou informações”¹⁴⁷⁰.

O rescaldo desta questão, da claríssima identificação entre a agenda republicana e as iniciativas da Associação dos Lojistas, não passou despercebido aos monárquicos, apesar de nem sempre daí retirarem as conclusões mais acertadas. Parecia efectivamente que a ACLL se tinha convertido numa “agremiação retintamente jacobina e maçónica”, num “pastelão republico-maçónico”, numa alusão do jornal *Portugal* às ligações de Cupertino Ribeiro e Pinheiro de Melo, respectivamente presidentes da direcção e da assembleia-geral, ao PRP e à Maçonaria. Contudo, o jornal conservador tinha ainda a esperança de que esta atitude radical da ACLL fosse notada pelos lojistas e sócios “que

¹⁴⁶⁸ *O Mundo*, n.º 2802, 24 de Agosto de 1908.

¹⁴⁶⁹ *O Mundo*, n.º 2805, 27 de Agosto de 1908.

¹⁴⁷⁰ BAÊNA, Miguel Sanches de (apres. António Reis), *Diário de D. Manuel...*, pp. 238-239.

não são nem republicanos, nem maçónicos”, afirmando que os mesmos começavam a “desampará-la”¹⁴⁷¹. Neste ponto, a frase propagandística parecia estar do lado dos Nacionalistas, pois o jornal estava muito mal informado sobre o que eram os sentimentos liberais e o posicionamento político de uma parte muito significativa do pequeno comércio lisboeta, sendo aqui importante relembrar que, no final de 1908, perto de 20% dos lojistas da capital eram sócios da ACLL.

O caso Heitor Ferreira e a radicalização do discurso da ACLL tiveram o condão de potenciar precisamente o oposto do que era esperado pelo jornal católico. Ao invés de abandonarem a associação, a ela acorreram, precisamente nesta altura, por estes meses, centenas de lojistas, constituindo mesmo a maior vaga de inscrições de sócios registada nos já quase quarenta anos de vida da colectividade. Este facto não passou em claro aos republicanos, como é óbvio, merecendo inclusive uma notícia no *Vanguarda*¹⁴⁷². Ainda significativo será chamar a atenção que esta radicalização, aparentemente, também terá até sido potenciada pela Carbonária. Entre os 710 sócios que aderiram à ACLL, entre Agosto e Dezembro desse ano, surgem dez com ligações comprovadas àquela sociedade secreta, metade propostos pelo referido Francisco Pereira Cacho e os restantes pela Direcção¹⁴⁷³. De referir que este sócio, segundo Machado Santos, um dos “que tão dedicadamente trabalharam, com a sua inexcedível dedicação” para conseguirem “da

¹⁴⁷¹ *Portugal*, n.º 481, 27 de Agosto de 1908 e n.º 496, 13 de Setembro de 1908. Sobre as ligações de Pinheiro de Melo à Maçonaria veja-se MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, Vol. II, Cols. 967-968.

¹⁴⁷² *Vanguarda*, n.º 4195, 16 de Setembro de 1908.

¹⁴⁷³ António Santos Fonseca, Casimiro Vilas, Henrique Cordeiro, João Augusto Andrade, João Morais Carvela, José Amoedo, José Augusto Oliveira, José Augusto Vasconcellos, Lamas & Franklim e Saul Simões Sérgio. Para além destes, também os sócios A. A. Maldonado, Alfredo Leal, Armando Rudolfo Vasconcellos Horta, Francisco José Gomes Carvalho, J. M. Belmonte Lemos, José Augusto Oliveira, José Cordeiro Júnior, José Maria Esteves Coluna, Luiz Júlio Cruz e Nicolau Holbeche Fino, entrados noutras datas, tinham ligações à Carbonária. Cf. ACLL, *Livro de matrícula dos sócios (1894 a 1918)* e SANTOS, Machado, SERRÃO, Joel (Introdução), *A Revolução Portuguesa...*, pp. 34-35, 100-101, 149-150 e 152; Carvalho, Gomes de (pref. António de Albuquerque), *Morte civil: apontamentos para a história...*, Lisboa, Gomes de Carvalho, 1914, p. 82; MARTINS, Rocha, *D. Manuel II...*, Vol. I, pp. 59 e 63-64; RIBEIRO, Aquilino (introd. de José Gomes Ferreira), *Um escritor confessa-se...*, p. 244; BAÊNA, Miguel Sanches de (apres. António Reis), *Diário de D. Manuel...*, pp. 92-93; VENTURA, António, *A Carbonária em Portugal...*, pp. 75, 85, 86, 88, 89, 91, 93, 94 e 95.

província a rápida adesão à República proclamada em Lisboa” no 5 de Outubro¹⁴⁷⁴, foi também o mais solícito proponente individual de novos lojistas em 1908, com 47 nomes indicados¹⁴⁷⁵.

Apesar de se ter procurado informações sobre todos, só para os atrás enumerados foi possível verificar, com a certeza possível, uma ligação à Carbonária. Porém, é bem provável que outra parte dos lojistas, deste conjunto de 47 ou de outros sócios, pudessem ter ligações à sociedade secreta. De referir que, entre 1908 e 1910, em cerca de 400 membros da Carbonária Portuguesa presos havia 49 lojistas (12%)¹⁴⁷⁶ e que “uma parte apreciável dos indivíduos presos e suspeitos” de pertencerem à mesma, nos primeiros meses de 1910, eram membros da ACLL¹⁴⁷⁷. Como testemunho da época veja-se o que Rocha Martins referiu sobre a Carbonária e os lojistas lisboetas: “a Carbonária ia-se propagando terrivelmente e ninguém diria que no fundo das lojas plácidas dos fanqueiros” e noutros locais de trabalho em Lisboa “andavam maquinando os filiados daquela associação secreta” coordenada pelo “pálido bibliotecário” Luz de Almeida¹⁴⁷⁸.

Por fim, o episódio do armeiro terá, inclusive, originado uma derradeira polémica relacionada com a ACLL já nas vésperas da revolução. Em Julho de 1910, foi publicado o opúsculo de Abílio Magro sobre a questão da carabina do Buíça e do armeiro Heitor Ferreira, no qual o investigador classificou Pinheiro de Melo, num tom rebarbativo,

¹⁴⁷⁴ Machado Santos era filho de um pequeno comerciante. SANTOS, Machado, SERRÃO, Joel (Introdução), *A Revolução Portuguesa...*, pp. XLIII e 148.

¹⁴⁷⁵ ACLL, *Livro de matrícula dos sócios (1894 a 1918)*.

¹⁴⁷⁶ Cf. VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo*, p. 70.

¹⁴⁷⁷ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação...*, p. 351. Logo em 18 de Janeiro a ACLL reuniu com o Governo, entregando-lhe um ofício a pedir a revogação das “leis de excepção” porque a sua existência “prejudica e afecta os negócios do comércio” (ACLL, *Boletim*, n.º 63, Março de 1910, pp. 22-23). O texto era praticamente uma cópia de outro ofício entregue ao ministro da Justiça em Fevereiro de 1909. Cf. ACLL, *Boletim*, n.º 50, Fevereiro de 1909, p. 23. O empenho da ACLL na revogação destas medidas pode ainda ser atestado pela aprovação, na reunião da direcção de 11 de Julho, da aquisição e distribuição pelos sócios de 3000 exemplares do “opúsculo intitulado *O maior crime do régimen*”, publicado por José de Castro, porque se destinava a “combater o Juízo de Instrução Criminal e outras leis de excepção”. Cf. ACLL, *Actas da Direcção, 1906-1912*, acta n.º 275, 11 de Julho de 1910.

¹⁴⁷⁸ MARTINS, Rocha, *D. Manuel II...*, Vol. I, p. 105.

como um “maçónico, nem peixe nem carne”, numa alusão ao facto, que então era óbvio para todos, do líder da ACLL permanecer ligado a um partido monárquico, apesar das suas posições cívicas e políticas claramente conotadas com o campo republicano¹⁴⁷⁹. Relacionado ou não com este reparo, o facto é que no final do mês seguinte, em vésperas daquelas que seriam as últimas eleições da Monarquia, o jornal *O Mundo* entrevistou o presidente dos Lojistas para a seguir afirmar que mais “um homem de bem (...) se afasta da Monarquia”. Pinheiro de Melo confirmou ao jornalista o seu definitivo abandono do Partido Progressista¹⁴⁸⁰. Tinha pertencido ao Partido Reformista, passado depois para o Progressista, do qual tinha sido “um dos principais dirigentes (...) em Lisboa”¹⁴⁸¹, e declarava-se agora, em véspera do confronto eleitoral, como republicano e adepto da revolução, sem se referir directamente à República. No fundo, o acto eleitoral na Monarquia Constitucional já pouco dizia a este homem que no longínquo ano de “1868, por ocasião da revolução de Espanha”, tinha escrito “um opúsculo em que filiava a vitória da democracia e o avanço da sociedade na gloriosa revolução de 1789.”¹⁴⁸²

Não estaria o eterno presidente da Associação dos Lojistas a pensar já na Revolução Republicana, vitoriosa pouco mais de um mês depois desta entrevista? Teria ele, pelos contactos na Maçonaria e no Partido Republicano, bem como pelo facto de ser um observador privilegiado do meio comercial lisboeta, tão activamente envolvido no esforço revolucionário, conhecimento dos planos revolucionários? É impossível afirmá-lo, mas fica a dúvida de saber porque é que um homem tão convictamente liberal e anti-clerical, que se afirmava “progressista, mas não monárquico”, com frequentes

¹⁴⁷⁹ BAÊNA, Miguel Sanches de (apres. António Reis), *Diário de D. Manuel...*, p. 239.

¹⁴⁸⁰ *O Mundo*, n.º 3527, 25 de Agosto de 1910 e n.º 3528, 26 de Agosto de 1910.

¹⁴⁸¹ RAMOS, Rui, *D. Carlos*, pp. 63-64.

¹⁴⁸² *O Mundo*, n.º 3527, 25 de Agosto de 1910 e n.º 3528, 26 de Agosto de 1910; MELLO, José Pinheiro de, *A revolução de Hespanha e a questão ibérica*, Lisboa, J. V. Duarte Ferreira, 1868. Sobre a influência da Revolução de 1789 no pensamento deste verdadeiro decano do associativismo veja-se ainda uma série de artigos sobre a “liberdade” publicados por ele em 1864. *Portugal litterario: semanario recreativo*, Vol. III, n.º 18, 26 de Abril de 1864; n.º 19, 3 de Maio de 1864 e n.º 22, 17 de Abril de 1864.

demonstrações dessa sua atitude ao longo da vida, esperou pelo mês de Setembro de 1910 para escrever uma declaração onde pedia que caso morresse o seu funeral fosse civil¹⁴⁸³? Não se deu o caso em 1910 – Pinheiro de Melo faleceu apenas a 27 de Março de 1929 – e o eterno presidente dos Lojistas de Lisboa terá assistido, certamente, sem surpresa ao triunfo da Revolução Republicana para a qual propôs, na primeira assembleia-geral, “um voto de congratulação (...) certo de que nesse voto interpretava o sentir não só de todos os assistentes mas o da totalidade dos associados”¹⁴⁸⁴. Permita-se acrescentar que estaria a interpretar também o sentimento da maioria dos lojistas de Lisboa.

¹⁴⁸³ *O Mundo*, n.º 3528, 26 de Agosto de 1910 e *O Comércio Português*, ACLL, *Boletim*, n.º 4, Abril de 1929, pp. 102-104.

¹⁴⁸⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 70, Outubro de 1910, p. 81.

CONCLUSÃO

Ao terminar a análise sobre quarenta anos de vida dos lojistas de Lisboa, que correspondem, em simultâneo, a um dos períodos mais marcantes da história contemporânea portuguesa, pela profunda transformação institucional a que deu origem, será útil regressar às questões lançada no início, procurando destacar agora um conjunto de respostas possíveis para, primeiro, se conhecer melhor um dos grupos sociais actores desse processo de mudança; segundo, se perceber o que os fez aderir ao ideário republicano, mais tarde revolucionário; e, por fim, se assinalar, com o rigor possível quando é que essa identificação ultrapassou aquilo que se poderia classificar como o “ponto de não retorno”. No fundo, isto corresponde ao que se procurou fazer nas várias partes deste trabalho: caracterizar os lojistas de Lisboa e analisar porque razão aderiram em massa ao republicanismo a partir da década de 1890.

Nesse sentido observa-se que o número de lojistas em Lisboa cresceu entre a década de 1870 e 1910. Contudo, essa evolução geral foi mais acentuada entre 1878 e 1890 do que nos momentos seguintes, sendo que na última década do século XIX o número total de lojistas terá mesmo diminuído, primeiro sinal de uma crise que foi fundamental na evolução do alinhamento político destes homens face aos partidos e à própria Monarquia. Homens que exerciam uma actividade comercial caracterizada por uma diversidade apreciável de tipo de negócios, mas onde predominavam as mercearias, as tabernas e a lojas de roupas e acessórios. Inseridos numa classe que convivia com alguma desigualdade ao nível dos rendimentos, com lojistas “pequenos” e “grandes” a concorrerem na mesma vizinhança, mas para os quais, por vezes, a localização geográfica e a antiguidade eram importantes factores diferenciadores. Apesar disso, eram indivíduos que, enquanto grupo social, conseguiam rever-se numa memória e

identidade comuns, na visão de que todos tinham subido, à custa de trabalho, de dedicação e de poupanças, das fileiras de marçanos e caixeiros à categoria de lojistas independentes.

A crise por que passaram na década de 1890, entre outros aspectos, levou-os a preocuparem-se com as falências, com o fecho e a deslocalização das lojas, com as dificuldades em manter um negócio quando se verificavam, em simultâneo, aumentos de impostos e de rendas, bem como quebras de consumo e constantes acréscimos nos livros de fiados. Porém, os sinais desta crise não foram gerais, não se manifestaram da mesma forma por toda a cidade e entre todos os tipos de lojistas. Em parte relacionado com a própria evolução populacional e urbanística da cidade, em parte devido ao que parece ter sido um aumento das rendas na zona central ou tradicionalmente mais comercial da capital, estava a verificar-se uma redistribuição geográfica das lojas pelos vários bairros, com a Baixa e algumas freguesias próximas a verem diminuir o número de estabelecimentos comerciais e, conseqüentemente, a sentirem mais a crise. No fundo, este movimento parece ter acompanhado a dinâmica populacional da cidade, que registou um ritmo de crescimento maior na periferia do que no centro.

Contudo, aquilo que poderia ser um processo natural, semelhante aliás ao que se passava noutras cidades europeias, ou seja, o facto dos lojistas se deslocarem na mesma direcção em que se estava a deslocar a sua clientela, era acompanhado por duas tendências ou pressões externas que muito contribuíram para avolumar um sentimento de crise entre o pequeno comércio. Por um lado, desde finais da década de 1880 que se acumulavam sinais de acrescida insegurança na vida comercial resultantes do aumento das rendas das lojas e da percepção de que a questão do inquilinato comercial dificilmente seria alvo de uma solução satisfatória por parte da elite política e económica da monarquia. Por outro lado, o início da década de 1890 trouxe consigo a

instabilidade financeira e económica, coincidente com a crise política, introduzindo na vida atrás do balcão um novo grau de incerteza quanto ao futuro e de desconfiança em relação às soluções aplicadas pelos políticos para as agruras do momento.

Estas dinâmicas, apesar de terem contribuído para o que parece ser uma queda generalizada do nível de rendimentos dos lojistas em meados da década de 1890, estavam a afectar com maior significado os ramos de negócios ligados à venda de produtos alimentares, com particular destaque, pela sua elevada percentagem no conjunto do total de lojas existentes em Lisboa, para as mercearias. Também este aspecto se revelou importante para o que se identificou como um processo de radicalização política dos lojistas, muito ligada ao associativismo e às permanentes reivindicações de classe, pois eram os merceeiros, precisamente, o grupo mais activo e em maior número no seio da Associação dos Lojistas.

Apesar de alguma heterogeneidade entre a classe dos lojistas, pela diversidade de negócios e de níveis de rendimentos, quase todos foram afectados por três factores que, isoladamente talvez não tivessem actuado como potenciadores dessa crise, mas que quando conjugados se revelaram determinantes, por um lado, na construção de uma identidade comum e, por outro, no reforço de uma tendência para o radicalismo político que vinha já das décadas anteriores.

Efectivamente, à questão já referida das rendas das lojas, juntou-se a crise económica, visível na quebra dos rendimentos, no aumento das falências e na diminuição do número geral de lojistas, bem como o aumento da pressão fiscal exercida por um Estado afectado por constantes aflições financeiras. Assim, à medida que o lojista via tornar mais difíceis as condições para abrir e manter o seu estabelecimento e via a clientela mudar para outras zonas da cidade ou diminuir o seu consumo, começava a germinar a ideia de que do Estado não viria a ajuda necessária para ultrapassar as

dificuldades e sim uma crescente exigência fiscal, essa fiel inimiga da pequena burguesia comercial.

Mesmo assim, é bem provável que tudo não passasse de mais um momento de radicalização do discurso, não fosse o caso de coincidir com uma dinâmica associativa muito forte e com um momento privilegiado de propaganda republicana.

É certo que os factores associativo e político, destacados pela historiografia sobre a pequena burguesia como determinantes na moldagem do seu discurso e das suas fidelidades, estavam igualmente presentes em Lisboa, contudo, a sua influência acabou por gerar resultados diferenciados no alinhamento político dos lojistas lisboetas, na medida em que não foram acompanhados por outros tantos factores que pela Europa fora estavam a enquadrar o ressentimento e a insegurança destes grupos sociais e a levá-los para posições políticas mais conservadoras. Na capital portuguesa, tanto a questão da concorrência, expressa além-fronteiras no aparecimento e forte desenvolvimento dos grandes armazéns e das cooperativas de consumo, bem como a problemática do socialismo, com implicações nas relações laborais e nas dinâmicas eleitorais e políticas, estavam longe de representarem a justificação, quase natural, para a crise a que se agarravam os indivíduos do pequeno comércio ou para a qual eram impulsionados pela intervenção dos partidos políticos de direita noutros países. Muito pelo contrário, nem o tardio e pouco significativo desenvolvimento daqueles factores concorrenciais tinha força suficiente para se apresentar aos lojistas ou ser usado por terceiros como justificativo, real ou imaginário, da crise porque aqueles passavam; nem o débil desenvolvimento do socialismo representava uma ameaça real para os lojistas e para os equilíbrios sociais e políticos da monarquia, não justificando qualquer operação de charme em direcção à pequena burguesia por parte das elites, com o objectivo de a

transformar num escudo contra um eventual perigo vindo de baixo, como aconteceu noutros países europeus.

As diferenças que se verificaram entre os lojistas lisboetas e os de outras cidades europeias, que podem ser consideradas como estruturais, na medida em que resultavam de um economia menos desenvolvida e de uma sociedade mais tradicional, não sendo os únicos factores, são essenciais para perceber os diferentes caminhos de alinhamento político, com os segundos a tenderem para o conservadorismo e os primeiros a reforçarem a sua ligação a um ideário radical de esquerda. São importantes também para se perceber a relação entre lojistas e republicanismo, na medida em que a ausência de pressão económica vinda de cima e de pressão social vinda de baixo possibilitou, quer por intermédio da propaganda dos republicanos, quer devido a acções mais ou menos involuntárias dos partidos monárquicos, demonstrando pouca atenção ou dando pouca relevância às aspirações e reivindicações dos lojistas, que o ressentimento pela crise e o radicalismo das palavras se desviassem de uma justificativa puramente económica ou social para outra onde passou a predominar uma visão muito negativa da política monárquica.

Deste modo, foi sendo construída entre os lojistas uma peculiar imagem de crise que via na instabilidade governativa, nos políticos monárquicos, no parlamentarismo e, em última análise, na própria Monarquia, as causas primeiras para as frustrações económicas e sociais de uma classe que começava, fruto do associativismo, da construção de um discurso próprio e da participação política a desejar ter um papel mais activo e reconhecido no seio da sociedade.

O afastamento da leitura puramente económica de crise esteve ainda ligado a um outro percurso divergente quando se comparam os lojistas lisboetas com os de outros países. Efectivamente, um pouco por todas as cidades europeias registava-se um

crescimento mais rápido do número de lojas quando comparado com o aumento populacional, facto que estava a criar dificuldades aos lojistas pela tendência para a redução do número médio de clientes por loja. No caso de Lisboa é provável que um fenómeno semelhante se tenha verificado até ao início da década de 1890, ajudando até a perceber os contornos da crise por que então passou o pequeno comércio. Contudo, na década inaugural do século XX a evolução do crescimento comparado entre lojas e habitantes da capital passou a ser favorável aos lojistas que viram aumentar gradualmente a clientela, permitindo, talvez, deste modo esquecer os problemas económicos da década anterior. O que eles não esqueceram, muito provavelmente, foram outro tipo de dificuldades e frustrações, levando-os à elaboração de uma ideia de insegurança no futuro cada vez mais ligada a factores políticos.

Como forma de enquadramento deste movimento, em contra-ciclo com o que estava a acontecer com os colegas europeus, os lojistas de Lisboa contavam com uma associação fundada relativamente cedo, no quadro do associativismo comercial europeu, que, na década de 1890, já com vinte anos de existência e após algumas hesitações iniciais, resultantes do reduzido número de associados, se transformou numa colectividade relativamente numerosa e suficientemente pujante para se arvorar em e ser reconhecida como legítima representante dos interesses da classe perante os poderes públicos e uma parceira nas relações com as congéneres. Associação criada com o objectivo principal de defender os lojistas da “mão invisível” do Estado, representada, pela crescente pressão fiscal e por uma actividade reguladora dos poderes central e local cada vez mais intrusiva, na perspectiva muito própria de independência e liberdade dos lojistas. Com o passar do tempo, essa vertente de defesa relativamente passiva foi sendo ampliada e alterada, numa tendência para a qual foi possível reconhecer os primeiros sinais logo no momento da aprovação dos primeiros estatutos, transformando

paulatinamente a Associação de Lojistas num grupo de pressão e numa instituição que via na intervenção cívica e na reivindicação quase permanente a melhor forma de defender activamente os brios e interesses da classe e de dar unidade a um grupo social, apesar de tudo, relativamente heterogéneo.

A atitude mais enérgica na dinâmica associativa que foi possível observar a partir da segunda metade da década de 1880 relaciona-se com uma crescente politização dos seus corpos gerentes, a partir de então controlados por um influente eleitoral progressista, José Pinheiro de Melo, e por um conjunto de sócios ligados ao republicanismo, bem como o aumento bastante significativo do número de lojistas que começaram a afluir às suas listas de associados e assembleias-gerais. Estes dois aspectos acabaram por ser influenciados pela conjuntura económica e política deste período, pois à medida que sentiam as rendas das lojas a aumentar, os monopólios (esse ódio de estimação dos lojistas) a tornarem-se mais visíveis e relevantes no próprio quotidiano das lojas, verificavam que os políticos em quem tinham depositado a sua confiança nos últimos anos, uma vez mais, os desiludiam, incapazes ou conscientemente relutantes em colocar em marcha um programa progressista que tanto agradava aos indivíduos do pequeno comércio.

Os dois factores contribuía para dar maior visibilidade e fornecer uma acrescida legitimidade à ACLL para se constituir, definitivamente, como a voz representativa dos interesses da classe dos lojistas de Lisboa pois, efectivamente, na passagem da década de 1880 para a seguinte, a associação passou a ser um reflexo da própria distribuição numérica e diversidade profissional dos homens do pequeno comércio da capital, algo que se manteve, pelo menos, até à implantação da República.

A transformação associativa e a maior capacidade de intervenção que a mesma veio trazer aos lojistas, por um lado, a crise económica da década de 1890 e a evolução

quantitativa do pequeno comércio lisboeta, por outro, mesmo que possam ser considerados importantes catalisadores, não parecem ser suficientes para só por si gerar, fomentar e manter um percurso de alinhamento político alternativo dos lojistas de Lisboa em relação aos seus congéneres estrangeiros. Nesta perspectiva deve ser destacada a importância do discurso, seja o identitário ou o político, na medida em que reflectem o papel na sociedade e na política que os lojistas definiam para si próprios e permitem perceber de que forma as conjunturas e decisões políticas de monárquicos e republicanos foram ou não ao encontro das suas reivindicações, expectativas e ressentimentos.

A dimensão do discurso, contudo, não pode ser dissociada das restantes vertentes e, sem o enquadramento económico, associativo e político, a análise das suas linhas de força e cambiantes não passa de um mero exercício de retórica. No fundo, é necessário perceber quem eram, onde estavam e como evoluíram os lojistas, a sua sociedade e na economia das décadas finais da monarquia para que o discurso seja relevante, tenha significado.

Esse discurso revelou que os lojistas faziam da liberdade e da independência, bem como do pragmatismo, valores centrais da sua vivência material e cívica. Era em torno de uma ampla perspectiva sobre o significado da liberdade que girava uma boa parte das suas reivindicações e protestos. Fosse na contestação ao licenciamento do comércio de retalho imposto pela CML, à regulamentação da sua actividade, quanto ao horário de abertura e fecho das lojas e à fiscalização das condições sanitárias dos estabelecimentos, os lojistas de Lisboa sempre defenderam que deveriam ser os próprios a auto regularem os vários aspectos da vida atrás do balcão. Algo que afirmavam recorrendo como muita frequência a um radicalismo na palavra que, em boa medida, os fez estar sempre mais perto do lado “progressista” da política, fosse ele representado pelo Partido Reformista

no final da década de 1860 e início da de 1870, pelo Partido Progressista de 1876 em diante ou, depois de 1890-94, pelo Partido Republicano.

Também a questão da independência é essencial para perceber o posicionamento político destes indivíduos e a evolução do mesmo. Os lojistas entendiam a independência, ou melhor, a garantia da independência material como um objectivo a atingir, o que se compreende tendo em conta o percurso típico que os levava, numa boa parte dos casos, a passar de caixeiros a donos do seu próprio negócio. Quando lá chegavam, sentiam ter conquistado algo que os tornava diferentes dos grupos sociais que viam como inferiores a si na escala social e com os quais, apesar de tudo, ainda partilhavam uma parte das suas características. Continuavam a ter de trabalhar eles mesmos nas suas lojas, é certo, mas o facto de deterem também o capital e uma parte da propriedade, mesmo que esta tivesse características muito singulares, assentes na valorização de uma clientela arduamente conquistada, levava-os a sentirem-se diferentes dos simples trabalhadores e a colocarem-se numa posição de “intermediários” na sociedade e na economia, sendo clara a sua auto identificação com a “pequena burguesia”.

Esse sentimento de pertença a um grupo com características e valores próprios permitiu, com uma óbvia ajuda do associativismo e da crescente visibilidade política, até meados da década de 1890 e, depois, ao longo dos primeiros anos do novo século, criar uma imagem identitária que, de forma simplificada, possibilitou um certo grau de unidade entre os indivíduos do pequeno comércio. Independentemente da sua posição económica ou do ramo de negócios, a ideia de que todos, sem diferença de “grandes ou pequenos”, eram lojistas, contribuintes e, por isso mesmo, cidadãos acabou por gerar uma unidade e uma força reivindicativa que ficou bem patente no dinamismo da sua associação e nas frequentes e, por vezes, radicais campanhas de protesto em que se

envolveram entre o final da década de 1880 e 1894. Como lojistas, como parte integrante e, na sua perspectiva, essencial à vida comercial e económica do país, entendiam que deveriam ter uma palavra a dizer, por vezes, mesmo, a última palavra, sobre a forma como se organizava e regulava a sua actividade profissional. Neste ponto, a liberdade e a independência confluíam no sentido de recusarem a crescente ingerência do Estado e do município nos negócios particulares, desenvolvendo um sentimento de repulsa por coisas tão simples como a necessidade de tirar uma licença para manter uma vitrina na loja, ou bem mais complexas, como os monopólios do negócio do gás ou dos tabacos, por exemplo.

O que resultou óbvio da análise feita, é que não era apenas a mera perspectiva material, a influência negativa que tais medidas podiam ter na contabilidade das lojas, a levá-los ao protesto, mas também uma ideia de que as mesmas constituíam ataques à liberdade de comércio e de trabalho, a uma concorrência livre de enviesamentos introduzidos pela intervenção do Estado e pela criação de monopólios.

Por vezes, antes mesmo de lojistas, classificavam-se como contribuintes e também esta ideia serviu de bandeira à criação de uma identidade comum. O que, diga-se de passagem, não era particularmente difícil ao longo da década de 1890, tendo em conta a crescente pressão fiscal gerada pelas crónicas necessidades financeiras do Estado. A cada aumento de impostos, a cada novo tributo ou taxa criada, os lojistas, pela voz da sua associação, colocavam-se na linha da frente da crítica e do protesto. Antes do lançamento dos impostos, o Estado e os governos deviam optar pelas “economias”. Com esta reivindicação procuravam, acima de tudo, garantir que os impostos não aumentassem. O objectivo era, no limite, que as contribuições dirigidas ao pequeno comércio tivessem em conta, precisamente, o facto de ser “pequeno”, em volume de negócios e em lucros e esta era a principal ideia que ficava da sua noção de justiça

fiscal. Logo, o que mais radicalizava o seu discurso era o facto de muitos dos aumentos serem genericamente aplicados a todas as actividades. Apesar disso, não foi detectada qualquer teorização mais complexa sobre a matéria e a visão de um imposto progressivo nunca conseguiu ultrapassar a barreira da liberdade de comércio, na medida em que os lojistas nunca aceitaram a ideia de uma fiscalização dos livros comerciais, por exemplo, necessária ao apuramento dos rendimentos e através da qual se poderiam definir escalões que permitiriam a diferenciação reclamada.

A noção de lojista, baseada na liberdade de comércio e na independência, e a de contribuinte, assente na ideia de justiça e equidade, como se disse, foram suficientemente mobilizadoras para dar alguma unidade ao pequeno comércio e, além disso, foram determinantes para enquadrar o seu alinhamento político. Nessa medida, foi sem grande surpresa que se observou a aproximação dos lojistas em relação à esquerda monárquica nas primeiras décadas estudadas, em especial, aos reformistas, também eles apostando no programa das “economias” como solução para os problemas financeiros do país. No fundo, um programa muito próximo do que era a própria perspectiva financeira dos lojistas, do que era a sua forma de gerir as lojas: evitando a todo o custo os gastos supérfluos, procurando poupanças nas coisas mais simples, usando de uma mão austera com aqueles que consigo trabalhavam atrás do balcão. Deste modo, a sua identificação com certos sectores da política, que depois se vai virar consecutivamente para progressistas e republicanos, era mais um reflexo da sua forma de estar na vida e nos negócios, caracterizada por um pragmatismo que dispensava grandes teorias e optava por uma aproximação, sempre que possível, independente a todos aqueles que, de alguma forma, se mostrassem solícitos em defender as suas causas, em apoiar as suas reivindicações.

Como ficou óbvio, essa proximidade era relativamente volátil pois sempre que sentiam estarem a ser esquecidos por aqueles a quem tinham prestado apoio, sempre que verificavam que as promessas que lhes eram feitas não se cumpriam, colocavam-se com relativa facilidade em oposição aos companheiros do dia anterior. Para eles a política era feita de coisas concretas, acções directas que fossem de encontro à resolução dos seus problemas. Por isso o programa reformista lhes dizia tanto, assim como o programa progressista de 1876 ou, mais tarde, o programa republicano de 1891. Neles viram espelhadas as suas preocupações com a liberdade de trabalho e comércio, o seu desejo de um Estado poupado e não intrusivo, a necessidade de uma reforma fiscal que levasse em conta as particularidades das pequenas empresas, a sua repulsa pelos negócios que criavam obstáculos à concorrência sã entre indivíduos que tinham como valores principais o trabalho e o esforço, por fim, o sonho de, através da única legislação que, com insistência, pediam ao poder político, a do inquilinato comercial, verem garantida a estabilidade do seu negócio, a propriedade da sua loja.

Nem todas estas perspectivas estavam presentes em todos os programas dos partidos a que, sucessivamente, foram dando o seu apoio, nem tão pouco se reflectiam nas suas práticas políticas. Esse facto, precisamente, ajuda até a explicar a sua tendência para trazerem o republicanismo para trás do balcão na última década de oitocentos. Depois de terem estado ao lado dos Reformistas e das suas “economias”, depois de aguardarem que o Partido Progressista colocasse, definitivamente, o seu programa em marcha nas diversas vezes em que passou pelo Governo, depois de verem as suas expectativas ignoradas ou mesmo desvalorizadas pelos Regeneradores, a desilusão com os partidos monárquicos, associada à crise da década de 1890, à ausência de factores concorrenciais que pudessem funcionar como bodes expiatórios para as dificuldades sentidas e a pressão de uma propaganda fortalecida pelas questões patrióticas e pelos

vários momentos de tensão relacionados com os aumentos de impostos, com a constituição de monopólios e com a própria instabilidade governativa, acabaria por lançar o radicalismo dos lojistas nas mãos dos republicanos. Mais ainda, o facto de a partir do final da década de 1880 se ter iniciado este processo de identificação, leva a colocar a hipótese de ser a presença cada vez mais visível e constante dos lojistas na propaganda republicana a ter influenciado a elaboração do programa republicano de 1891.

Contudo, é preciso ter a noção de que os republicanos não tiveram propriamente uma atitude passiva e muito fizeram para conquistar para as suas hostes os lojistas, essa parte muito significativa da pequena burguesia urbana que passou a constituir uma das suas principais, senão mesmo a principal, base social de apoio. Ao longo da década de 1880 foram vários os sinais de aproximação entre republicanos e lojistas e essa tendência, é preciso destacá-lo, parece ter ficado definitivamente consolidada, por um lado, com o programa de 1891, onde se encontram de forma clara as principais reivindicações dos lojistas, e, por outro lado, com os acontecimentos de 1894-95, nomeadamente a dissolução da ACLL em Janeiro de 1894 e a alteração da lei eleitoral por João Franco em Março de 1895.

A partir dessa altura passou a ser difícil distinguir as diferenças entre o discurso ideológico veiculado pela ACLL e o dos republicanos, pois tanto estes controlavam, por exemplo, a maioria dos órgãos dirigentes do movimento associativo do pequeno comércio, como os lojistas aderiam com facilidade às campanhas de propaganda, de protesto e eleitorais que eram organizadas pelos republicanos. Neste ponto, será de referir o papel fulcral que a imprensa periódica teve, pois foram raros os momentos em que os jornais ligados ao republicanismo não estiveram ao lado dos lojistas nas suas lutas ou incentivando-os a lutar. O facto de sentirem que na imprensa republicana

tinham um fiel ouvinte e, igualmente, uma poderosa arma de divulgação das suas ideias e iniciativas, terá contribuído para facilitar a identificação política, algo que tinha já acontecido, em parte, com a imprensa reformista e progressista, com particular destaque para o *Diário Popular*.

Se os republicanos se mostravam solícitos, os monárquicos pareciam ter cada vez mais dificuldade em enquadrar aquele radicalismo que, no fundo, era uma mera expressão das frustrações e ressentimentos de um grupo social muito dinâmico em termos eleitorais, que representava uma fatia significativa do eleitorado e, talvez, a mais participativa, mas que não via traduzida essa posição e atitude numa mais-valia socioeconómica e política. Se até à década de 1890, se os lojistas ainda eram tidos em conta nos jogos eleitorais ou usados como elementos de pressão sempre que um dos partidos rotativos estava na oposição, eles pouco pareciam contar depois de passado o momento do voto. Contudo, não se pode pensar apenas em “dificuldade” em acompanhar o radicalismo dos lojistas, pois por parte dos políticos monárquicos, provavelmente, pela debilidade do movimento socialista e pelas naturais alianças sociais e económicas, nunca foi sentida a vontade de contrariar, com um apoio às medidas exigidas pelos lojistas, uma elite que era a base de recrutamento desse mesmo estrato governativo. Essa foi, pelo menos, a percepção que os homens do pequeno comércio foram construindo, também ela contribuindo para que, na altura em que estavam com maiores dificuldades, se sentissem tentados a apontar esses políticos e o sistema político que sustentavam, a Monarquia, como os principais responsáveis pela sua situação.

À medida que crescia a identificação com o republicanismo, para além de continuarem a ser ignoradas as suas expectativas e reivindicações, os lojistas passaram, já na década de 1890, a contar com a desconfiança ou até, em alguns momentos, com a hostilidade dos regeneradores e viram manter ou até, em alguns casos, crescer as

hesitações e erros dos Progressistas no que diz respeito às medidas concretas que poderiam ter influência no seu dia-a-dia: os impostos e o inquilinato comercial, questões sempre prometidas e constantemente adiadas. Enquanto os republicanos os mobilizavam para o protesto patriótico, os regeneradores aumentavam-lhes os impostos e os progressistas não os contrariavam; enquanto os republicanos falavam das dificuldades e das falências, os políticos da esquerda monárquica acenavam com propostas, nunca concretizadas, de resolução do problema do inquilinato, não combatiam os monopólios que faziam crescer os custos de manutenção das lojas em altura de crise e até os insultavam com referências a lucros elevados, à falsificação de géneros e à necessidade de controlar os preços; enquanto os republicanos patrocinavam os seus protestos em relação à política fiscal e à intrusão da administração nos livros comerciais, através da imposição do selo, os regeneradores aumentavam novamente os impostos e dissolviam a sua associação representativa, uma vez mais com o silêncio, cada vez mais ensurdecidor, dos progressistas; enquanto os lojistas não viam qualquer problema em dar o seu apoio eleitoral aos republicanos, João Franco diminuía significativa a sua capacidade de participação política através de um controlo mais apertado sobre os recenseamentos.

Por um lado, os lojistas verificavam que a liberdade de comércio e até associativa estavam a ser postas em causa, que os monopólios não eram contrariados, que os impostos eram aumentados e que o problema do inquilinato era ignorado pelos políticos monárquicos. Por outro lado, recebiam dos republicanos todas as atenções, reconheciam no seu programa a maioria senão todas as suas aspirações. Para homens que deviam a sua posição ao esforço individual, à capacidade de trabalho, que se tinham elevado da condição dependente e submissa de caixeiros, que faziam do pragmatismo um modo de estar na vida, a conclusão, o caminho a seguir parecia ser óbvio. Para mais quando, por

falta de dinamismo de movimento socialista, não viam, ao contrário dos seus colegas estrangeiros, nenhum perigo em aproximarem-se ainda mais da esquerda, através da qual, muito provavelmente, poderiam manter ou até reforçar o seu protagonismo político.

A dinâmica política parece ser, assim, uma última explicação, na perspectiva multidimensional desenvolvida nesta tese, para a adesão em massa dos lojistas ao republicanismo, representando a década de 1890, sem dúvida, a altura em que esse movimento se tornou irreversível. É certo que os anos da transição do século foram de refluxo republicano, provavelmente, também ele relacionado com o próprio refluxo do pequeno comércio, afectado pela crise e pela dissolução da sua associação, por um lado, e pela maior dificuldade em participar activamente nas eleições, por outro. Mas igualmente certo é que quando o republicanismo pareceu renascer das cinzas nos primeiros anos da nova centúria, isso terá, em boa parte, ficado a dever-se às conquistas que tinha feito na década anterior por entre o pequeno comércio lisboeta.

Afirmar isto, é preciso ter consciência, pode equivaler a colocar em causa a cronologia do movimento republicano na primeira década de noventa ou a importância do governo de João Franco de 1906-1908 para o mesmo. Nesse sentido, é preciso fazer uma distinção clara entre o que era o republicanismo dos lojistas e o que vai ser o revolucionarismo. Na década de 1890 os lojistas descobriram ou ajudaram até a elaborar aquilo que parecia ser, para eles, o programa ideal de governo para uma sociedade e uma economia mais livres, para uma política mais honesta, para um Estado mais liberal. Já é discutível que se possa afirmar que esta visão implicava automaticamente um comprometimento com a revolução. Esse, efectivamente, só parece ter chegado em 1908, depois de João Franco e do regicídio.

Pelo caminho reforçaram-se as tendências geradas entre 1890 e 1894. Com o regresso, em 1897, das associações que tinham sido dissolvidas pelo governo regenerador, parece ter regressado igualmente a propaganda republicana e com ela a luta dos lojistas contra os impostos, pela reforma do regime de inquilinato e, agora, também pelo alargamento do sufrágio. Ao mesmo tempo, continuou a desilusão com os políticos monárquicos. Mesmo que nem sempre com êxito, prosseguiram as tentativas de aumento de impostos, por contraponto à ausência de medidas sobre o arrendamento das lojas ou o direito de voto, tanto por parte de regeneradores como de progressistas, cada vez mais preocupados com a contenção das suas dissensões internas. Para além disso, o papel de claro apoio à dinamização da propaganda republicana levado a cabo pela ACLL restaurada acabou por ajudar à divulgação da ideia republicana entre os lojistas e à consolidação da sua perspectiva de que de um governo pouco liberal, que cerceava as liberdades, entre elas a de comércio, só poderia resultar um clima de insegurança no futuro prejudicial ao consumo e aos negócios.

A experiência do governo de João Franco mais não foi, para os lojistas, do que a confirmação desta ideia, pois não só regressava ao poder quem os tinha “ofendido” em 1894 com a dissolução da ACLL, como João Franco continuava, apesar das operações de charme que vinha a realizar desde 1903, a ignorar aquilo que efectivamente preocupava estes homens: a sua capacidade de gerir livremente o seu negócio, sem imposição de horários ou de dias de descanso, e a sua necessidade de garantir a estabilidade do mesmo, através de uma pressão fiscal aliviada e de uma reforma na lei do inquilinato que levasse em conta as particularidades do pequeno comércio.

Quando tudo isto foi contrariado, ou não foi satisfatoriamente concedido por João Franco, quando a propaganda republicana ajudou a criar a imagem da “ditadura”, o caminho rumo à revolução parecia traçado e ele ficou simbolizado, um pouco depois, na

reacção que os lojistas e a ACLL tiveram perante a polémica das armas do regicídio. O pragmatismo dos homens do pequeno comércio exigia medidas mais drásticas, impunha agora a mudança de regime, para a qual terão contribuído a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, os seus sócios e uma parte significativa dos membros da classe.

Por fim, tendo traçado o percurso do alinhamento político dos lojistas e apresentado uma explicação possível para o mesmo, talvez se possa concluir com uma última interrogação que permita, ao mesmo tempo, colocar o caso lisboeta em contexto com o que se passava no estrangeiro. Se até 1910 os lojistas de Lisboa foram reforçando as suas ligações à esquerda do espectro político português, numa tendência que era oposta ao que se verificava desde, pelo menos, a década de 1880 em alguns países europeus, aparentemente eles terão chegado ao final da década de vinte numa posição senão de apoio claro pelo menos de aprovação tácita a uma solução autoritária de direita para os problemas vividos pelo país. Aparentemente o diferente caminho percorrido ao longo de quarenta anos pelos lojistas de Lisboa acabou por ser desviado, em menos de vinte, para um ponto de chegada que em muito se assemelhava ao dos lojistas alemães ou italianos. Terá a República desiludido estes indivíduos como alguns sectores da política monárquica já o tinham feito, ou será que a guerra, a crise económica, a instabilidade política e o maior vigor do movimento operário e da contestação laboral terão feito sobressair novamente o pragmatismo e algumas características mais conservadoras dos lojistas, como era o seu paternalismo em relação aos caixeiros, por exemplo, levando-os agora a abdicar da sua “radiosa” liberdade, para garantir a segurança da clientela e o sossego atrás do balcão? Fica a hipótese para um trabalho futuro.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Arquivo da União das Associações de Comércio e Serviços

Livro da liquidação da cobrança das quotas, n.º 1 (Janeiro de 1904 a Agosto de 1914)

Livro de Actas da Direcção (1 de Abril de 1870 a 15 de Julho de 1881)

Livro de Actas da Direcção (31 de Outubro de 1881 a 3 de Julho de 1889)

Livro de Actas da Direcção (11 de Julho de 1889 a 30 de Novembro de 1893)

Livro de Actas da Direcção (7 de Julho de 1897 a 9 de Agosto de 1906)

Livro de Actas da Direcção (16 de Agosto de 1906 a 23 de Julho de 1912)

Livro de Caixa (Janeiro de 1873 a Julho de 1887)

Livro de Caixa (Agosto de 1887 a Dezembro de 1893)

Livro de Caixa (Fevereiro de 1894 a Março de 1902)

Livro de Caixa (Abril de 1902 a Junho de 1908)

Livro de Correspondência Recebida, n.º 9 (1908 a 1909)

Livro de Correspondência Recebida, n.º 11 (1909 a 1910)

Livro de descarga das quotas dos sócios, n.º 1 (1899 a 1905)

Livro de descarga das quotas dos sócios, n.º 2 (1905 a 1909)

Livro de matrícula dos sócios (1894 a 1918)

Livro de Razão, n.º 1 (1873 a 1881)

Livro de Razão, n.º 2 (1882 a 1893)

Livro de registo das cedências da sala, n.º 1 (1897 a 1901; 1920 a 1922; 1939; 1944)

Livro de registo de Correspondência Recebida, n.º 1 (1902 a 1917)

Livro de registo de presenças nas reuniões da Assembleia-geral, n.º 2 (28 de Abril de 1893 a 31 de Janeiro de 1894; 30 de Dezembro de 1930 a 9 de Janeiro de 1931)

Livro de registo de Sócios (1895 a 1906)

Livro do Copiador de Correspondência Expedida (26 de Janeiro de 1897 a 12 de Dezembro de 1901)

Livro do Copiador de Correspondência Expedida (16 de Dezembro de 1901 a 31 de Dezembro de 1906)

Livro do Copiador de Correspondência Expedida (14 de Janeiro de 1907 a 30 de Setembro de 1910)

Livro do Copiador de Correspondência Expedida (30 de Setembro de 1910 a 21 de Novembro de 1912)

Livro do Diário, n.º 1 (1 de Janeiro de 1873 a 31 de Dezembro de 1881)

Livro do Diário, n.º 2 (31 de Dezembro de 1881 a 31 de Dezembro de 1890)

Livro do Diário, n.º 3 (31 de Janeiro de 1891 a 30 de Setembro de 1893)

Livro do Diário, s/n.º (28 de Fevereiro de 1894 a 30 de Abril de 1910)

Livro do Diário, s/n.º (30 de Abril de 1910 a 28 de Fevereiro de 1927)

Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

Estatutos da Associação Commercial de Logistas de Lisboa aprovados em sessão de 28 de Julho de 1870, AHMOP, DGCI-RCI, 1-S, Mutualismo, ACLL.

Estatutos da Associação Commercial de Logistas de Lisboa aprovados em sessão de 29 de Agosto de 1872, AHMOP, DGCI-RCI, 1-S, Mutualismo, ACLL.

Arquivo Histórico Parlamentar

Assembleias Eleitorais Monárquicas, caixas 1221, 1222, 1223, 1224, 1426, 1427, 1428, 1429A, 1734B, 1734C, 1734D, 1734E, 1734F, 1890A, 1890D, 1890F, 1890G, 1932, 1932B, 1932E, 1932F, 1932H, 2073, 2073A, 2074B, 2159A, 2159D e 2160

Arquivo Municipal do Arco do Cego

Registo de licenças para estabelecimentos de comércio e indústria, 1866-1910

Periódicos e almanaques

A Batalha, Almanach de Propaganda Republicana para 1893 e 1894, Lisboa, Typographia Machado, 1892.

A Tarde

Advogado dos Lojistas (O). Orgão dos vendedores de vinhos e azeites, Lisboa, n.º 1 e 3 (Outubro de 1884)

Almanach Commercial de Lisboa

Almanach Palhares Burocratico e Commercial, Lisboa, Typographia da Papelaria Palhares, 1900 (1899 a 1919)

Almanach preço corrente para 1888 de Jerónimo Martins & Filho, (1880, 1888, 1893 e 1913)

Almanach Republicano, 1875 a 1887

Almanach Taborda, Lisboa, Typ. Universal, 1866-1881.

Annuario Almanach Commercial

Anuário Comercial de Portugal

Anuário Estatístico de Portugal

Aurora Commercial. Orgão dos Caixeiros Portuguezes, Lisboa, n.º 1 (31 de Outubro de 1876) a n.º 8 (17 de Dezembro de 1876)

Comércio de Portugal

Commercio e Industria, folha illustrada com retratos e biographias, Lisboa, 1880-1907.

Correio da Noite

Democracia

Diário de Notícias

Diário de Portugal: defensor dos lojistas, Lisboa, Typ. Industrial, 1864.

Diário do Governo

Diário Ilustrado

Diário Popular

Espectro da Granja

Galeria familiar, Lisboa, Typ. de Santos & Filho, n.º 1 (Out. 1861) a n.º 4 (Jan. 1862).

Ilustração Portuguesa

Jornal da Noite

Jornal do Comércio

Jornal dos Lojistas. Folha dedicada ao commercio portuguez, Lisboa, n.º 1 (Agosto de 1877); n.º 2, 3, 6 e 7 (Agosto a Setembro de 1877)

Novidades

O archivo familiar: semanario pittoresco, Lisboa, Imprensa de Sousa Neves, (26 Set. 1857) a (10 Ago. 1861).

O Braz Tisana

O commercio: defeza dos logistas, Lisboa, s.n., 1878-1881.

O defensor do trabalho: folha dedicada à defeza das classes productoras, Lisboa, Imprensa de Sousa Neves, n.º 1 (11 Ago. 1862) a n.º 237 (4 Set. 1865).

O logista: orgão da classe commercial, Lisboa, Typ. de Gonçalves, 1880.

O Lojista, Lisboa, A. J. Rodrigues, n.º 1 (14 de Agosto de 1891) a n.º 82 (10 de Dezembro de 1893)

O Mundo

O País

O Popular, 1870

Século

Ocidente

Os Debates

Portugal

Portugal litterario: revista mensal, Lisboa, Henrique Pinto de Amaral, n.º 1 (Set. 1895) a n.º 5 (Fev. 1896).

Portugal litterario: semanario recreativo, Lisboa, J. B. M. Moreira e J. M. C. Moniz, V. 1, n.º 1 (4 Jan. 1862) a V. 4, n.º 8 (Dez. 1864).

Revolução de Setembro

The Times

Vanguarda

Fontes impressas, memórias e relatos de época

ABREU, Jorge de, *A revolução portuguesa: o 5 de Outubro (Lisboa 1910)*, Lisboa, Ed. da Casa Alfredo David, 1912.

ALMEIDA, José Luís de, *Memórias do sexto marquês de Lavradio*, Lisboa, Ática, 1947.

ARAÚJO, Norberto de, *Republica Portuguesa: 1910 - 5 de Outubro de 1911*, Lisboa, Imp. Nacional, 1911.

ARRIAGA, José de, *Os ultimos 60 annos da Monarchia: causas da Revolução de 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1911.

Associação Comercial de Lisboa, *Ao Paiz, os impostos portugueses e as suas applicações*, Lisboa, Typ. do «Commercio de Portugal», 1894.

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, *Relatório e Contas*, 1870-1892, 1898-1910.

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, *Representação da Associação Commercial de Lojistas de Lisboa aos Srs. Deputados da Nação Portuguesa*, Lisboa, Typ. Portuguesa, 1880.

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, *Boletim da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa*, Lisboa, ACLL, 1888-1893, 1901-1910.

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, *Protesto dirigido ao comércio português contra o insólito Ultimatum que o governo de Inglaterra enviou ao de Portugal em 11 de Janeiro de 1890*, Lisboa, 1890.

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, *Desagravo do commercio de Lisboa: resposta da Associação Commercial de Lojistas de Lisboa ao discurso pronunciado na Camara dos Senhores Deputados em sessão de 23 de Fevereiro de 1892 pelo Ex. mo Sr. F. J. Machado*, Lisboa, Typ. e Stereotypia Moderna, 1892.

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, *Representação dirigida à Camara dos Senhores Deputados pela comissão installadora da Associação Commercial de Lojistas de Lisboa contra a lei da contribuição industrial de 28 de Junho de 1894*, Lisboa, Typ. R. da E. Polytechnica, 1894.

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, *Relatorio e contas da Comissão Installadora e parecer da Comissão Revisora, no período decorrido desde 14 de Fevereiro de 1894 até 29 de Março de 1897*, Lisboa, Typographia do Commercio, 1897.

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, *Portugal e Brazil: homenagem ao Exmo. Sr. Dr. Campos Salles: presidente eleito da Republica dos Estados Unidos do Brazil*, Lisboa, Tipographia Rua da Barroca, n. 72, 1898.

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, *Resposta à circular do Ex mo Sr. Conselheiro Elvino José de Sousa e Brito ministro e Secretario de Estado das Obras Públicas e Industria dirigida às associações industriais e comerciais em 23 de Agosto de 1898*, Lisboa, A.C.L.L., 1899.

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, *Resposta à circular do Exmº Sr. conselheiro Antonio Eduardo Villaça Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Ultramar dirigida às Associações Commerciaes e Industriaes em 29 de Setembro de 1898*, Lisboa, A.C.L.L., 1899.

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, *Representação da Associação Commercial de Lojistas de Lisboa contra a proposta de lei n.º 14c para remodelar a lei da contribuição industrial*, Lisboa, s.n., 1900.

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, *Circular ácerca da utilidade dos seus serviços*, Lisboa, 1901.

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, *Representação dirigida à Câmara dos Senhores Deputados e aos Dignos Pares do Reino, contra as propostas de Fazenda apresentadas às côrtes em 8 de Janeiro de 1904*, Lisboa, Typ. Francisco Manuel Pereira, 1904.

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, *A Crise económica: conferências de propaganda promovidas pela Associação Comercial de Lojistas de Lisboa*, Lisboa, 1909.

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, *Representação dirigida às Câmaras dos Dignos Pares do Reino e dos Senhores Deputados da Nação para que sejam revogadas Leis e decretos sobre a organização e competências do juízo de Instrução Criminal e a lei de 13 de Fevereiro de 1896, que originaram o caso Heitor Ferreira e outros*, Lisboa, Tip. do Comercio, 1908.

Associação de Socorros Mútuos dos Empregados no Comércio e Indústria, *Boletim comemorativo do 99º aniversário*, Lisboa, 1953.

Associação Portuguesa de Proprietários, *Relatorio da Direcção e parecer da Comissão Revisora de Contas, appendices e lista dos associados gerencia de 1895*, Lisboa, Typ. Costa Braga, 1896.

Associação Portuguesa de Proprietários, *Relatório da direcção e parecer da comissão revisora de contas lista dos associados*, Lisboa, Typ. Universal, 1902.

AULETE, F. J. Caldas; VALENTE, António Lopes dos Santos, *Diccionario Contemporâneo de Língua Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

BASTOS, Teixeira, *Projecto de um programma federalista radical para o partido republicano*, Lisboa, Nova Livr. Internacional, 1886.

BASTOS, Teixeira, *A Crise*, Porto, Casa Editora M. Lugan, Sucessor, 1894.

Boletim do Trabalho Industrial, n.º 49, 1910.

CABRAL, António, *Alexandre Cabral: memórias políticas, homens e factos do meu tempo*, Lisboa, J. Rodrigues, 1923.

CABRAL, António, *O agonizar da monarchia: as minhas memórias políticas*, Lisboa, Liv. Popular Francisco Franco, 1931.

CAMACHO, Brito, *Miseria economica e a ruina financeira. Conferências de Propaganda promovidas pela Associação Commercial de Lojistas de Lisboa. Realizada em 15 de Janeiro de 1909*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1909.

CAMACHO, Inocêncio, *As energias da natureza e os progressos da industria. Conferências de Propaganda promovidas pela Associação Commercial de Lojistas de Lisboa. Realizada em 23 de Janeiro de 1909*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1909.

Câmara Municipal de Lisboa, *Código de Posturas da Camara Municipal de Lisboa publicado no Diário do Governo n.º 175 e seguintes*, Lisboa, Typographia do Jornal do Commercio, 1869.

Câmara Municipal de Lisboa, *Código de Posturas da Camara Municipal de Lisboa de 17 de Junho de 1869 publicado no Diário do Governo n.º 175 e posturas publicadas posteriormente até 12 de Setembro de 1882*, Lisboa, Typographia Universal, 1882.

Câmara Municipal de Lisboa, *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença para Estabelecimentos em 1887 e 1893*, 1ª série, Lisboa, Imprensa de Lucas Evangelista Torres, 1895.

Câmara Municipal de Lisboa, *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença para Estabelecimentos em 1887 e 1893*, 2ª série, Lisboa, Imprensa de Lucas Evangelista Torres, 1895.

Câmara Municipal de Lisboa, *Catálogo da exposição comemorativa do centenário do nascimento de José Joaquim Gomes de Brito*, Lisboa, Museu de Rafael Bordalo Pinheiro, 1943.

CAMPOS, Marinha de, *O convenio luso-transwaaliano. Conferências de Propaganda promovidas pela Associação Commercial de Lojistas de Lisboa. Realizada em 22 de Maio de 1909*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1909.

CÂNCIO, Francisco, *Aspectos de Lisboa no século XIX*, Lisboa, Imprensa Baroeth, 1939.

CÂNCIO, Francisco, *Lisboa - tempos idos*, Lisboa, 1957-1958.

CARVALHO, Gomes de, *Anuário democrático*, Lisboa, Gomes de Carvalho, 1909.

CARVALHO, Gomes de, *Verdade e justiça! I*, Lisboa, Gomes de Carvalho, 1911.

CARVALHO, Gomes de, *Verdade e justiça! II*, Lisboa, Gomes de Carvalho, 1911.

CARVALHO, Gomes de, *Morte civil: apontamentos para a história...*, Lisboa, Gomes de Carvalho, 1914.

CARVALHO, José de, *Antes e depois da República: memórias dum revolucionário civil, oficialmente desconhecido*, Lisboa, J. de Carvalho, 1923.

CASTRO, José de, *O maior crime do regimen: o juízo d'instrucção criminal*, Lisboa, Livraria Central, 1910.

Censo da população de Portugal no 1º de Janeiro de 1878, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

Censo da população do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.

Censo da população do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905.

Censo da população de Portugal no 1º de Dezembro de 1911, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913.

CHRISTO, Homem, *Notas da minha vida e do meu tempo*, Lisboa, Guimarães & C.^a, 1936.

COELHO, Trindade, *Manual Político do Cidadão Português*, 2ª edição, Porto, 1908.

COLAÇO, Branca de Gonta, *Memórias da marquiza de Rio Maior*, Lisboa, Parc. António Maria Pereira, 1930.

Comissão Executiva das Comemorações do Centenário da Associação de Socorros Mútuos dos Empregados no Comércio e Indústria, *Relatório e reportagem retrospectiva das cerimónias*, Lisboa, A.S.M.E.C.I., 1955.

Comissão Instaladora da nova Associação Commercial de Lisboa, *A contribuição industrial e as associações dissolvidas: exposição de factos*, Lisboa, Typ. do Commercio de Portugal, 1894.

Comissões Installadoras das Associações Commercial de Lisboa, Industrial Portuguesa e Commercial dos Lojistas, *A Contribuição Industrial. Tabellas comparativas das leis de 1888 e 1893 com o decreto dictatorial de 28 de Junho de 1894. Justificação e Protesto dos Contribuintes contra o agravamento das taxas*, Lisboa, Typographia e Papelaria, 1894.

COSTA, Mário, *Da Rua Nova à Rua dos Capelistas*, Lisboa, Tip. Soc. Ind. de Tipografia, 1953.

COSTA, Mário, *O Chiado pitoresco e elegante: história, figuras, usos e costumes*, Lisboa, Gráfica Santelmo, 1965.

Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino

Diário da Câmara dos Senhores Deputados

Estatutos da Associação Commercial de Logistas de Lisboa, Lisboa, Typographia Universal, 1870.

Estatutos da Associação Commercial de Logistas de Lisboa, Lisboa, Typographia Universal, 1874.

Estatutos da Associação Commercial de Lojistas de Lisboa, Lisboa, Typographia Minerva Central, 1890.

Estatutos da Associação Commercial de Lojistas de Lisboa, Lisboa, Typographia e Papelaria, 1897.

Estatutos da União de Grémios de Lojistas de Lisboa, 1940.

Formulario das novas Licenças em que se acha declarado o que annualmente se deve pagar..., Typografia Maignense, 1823.

FREIRE, João Paulo, *Homens do meu tempo*, Porto, Livraria Civilização, 1924.

FREIRE, João Paulo, *Lisboa do meu tempo e do passado: do Rossio à Rotunda*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1929-1930.

FUSCHINI, Augusto, *Liquidações Políticas, Vermelhos e Azuis*, Lisboa, Companhia Typographica, 1896.

GARCIA, Emídio, *Theatro de D. Maria: Conferência pronunciada na Associação Commercial dos Lojistas de Lisboa em 4 de Novembro de 1909*, Lisboa, Livraria Maia, 1909.

GOODOLPHIM, Costa, *A Associação*, (1ª edição, 1876) Lisboa, Seara Nova, 1974.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira

Junta do Departamento do Sul, *Primeiro Congresso das Associações Portuguesas*, Lisboa, Tipografia Universal, 1883.

LEMONS, Maximiliano (dir.), *Encyclopedia Portugueza Illustrada: dictionário universal*, Porto, Lemos & Co., 1900-1909.

LEONE, João Carlos de Oliveira, *Os Portos Commerciaes. Conferências de Propaganda promovidas pela Associação Commercial de Lojistas de Lisboa. Realizada em 23 de Janeiro de 1909*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1909.

LIMA, Magalhães (pref.), *Da monarchia à republica: historia da implantação da republica em Portugal*, Lisboa, Emp. de Publicações Populares, 1910.

LOBO, António Augusto da Silva, *A Revolução de Janeiro*, Lisboa, 1868.

MACHADO, Silvano Vitorino, *Memórias de um profissional do comércio*, Régua, 1955.

MAGRO, Abílio, *A carabina do Buiça e o armeiro Heitor Ferreira*, Lisboa, A. Magro, 1910.

MARTINS, Rocha, *D. Manuel II. Memórias para a História do seu reinado*, Lisboa, Sociedade Editora «José Bastos», 1916.

MELLO, José Pinheiro de, *Quadro historico da restauração e independencia de Portugal em 1640*, Lisboa, Typ. Universal, 1861.

MELLO, José Pinheiro de, *O Papa e a Maçonaria: resposta à allocução de Pio IX proferida no consistório de 26 de Setembro de 1865*, Lisboa, Typ. Biblioteca Classica, 1865.

MELLO, José Pinheiro de, *A revolução de Hespanha e a questão ibérica*, Lisboa, J. V. Duarte Ferreira, 1868.

MELLO, José Pinheiro de, *Discurso proferido na Associação Commercial de Logistas de Lisboa na sessão solemne da inauguração do retrato do seu primeiro presidente e commemoração do centenário do Marquez de Pombal no dia 7 de Maio de 1882*, Lisboa, Typ. Casa Portuguesa, 1882.

MENDES, Fernando, *Homenagem à benemérita comissão que, em 1894, reconstituiu a Associação Commercial de Lojistas de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1907.

MENEZES, João Catanho de, *A providencia do estado e a previdencia dos indivíduos. Conferências de Propaganda promovidas pela Associação Commercial de Lojistas de Lisboa. Realizada em 12 de Fevereiro de 1909*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1909.

NEVES, Hermano, *Como triunfou a República: subsídios para a história da revolução de 4 de Outubro de 1910*, Lisboa, Liberdade, 1910.

NUNES, José Maria (compil.) e VIEIRA, Eugénio (pref.), *A bomba explosiva: depoimentos de diversos revolucionários: 28 de Janeiro de 1908 a 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, J. M. Nunes, 1912.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, Tipografia Universal, 1882.

PENHA GARCIA, Conde de, *As convenções de Haya. Conferência realizada na Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa, em 22 de Fevereiro de 1901*, Lisboa, Typ. do Correio Agrícola, 1901.

PEREIRA, Silva, *O jornalismo portuguez: resenha chronologica de todos os periodicos portuguezes...*, Lisboa, Typ. Soares, 1895.

PORTO, César, *A guerra não findará? Conferência realizada na Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa, em 22 de Fevereiro de 1901*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1902.

Praça de Lisboa. Livro de Ouro do Comércio e Indústria da Capital, Porto, 1945-1946.

Programa do Partido Progressista de 16 de Dezembro de 1876.

Programa do Partido Republicano Português, Lisboa, A Liberal - Off. Typographica, 1908.

QUEIRÓS, Eça de, *Alves & C.^a*, Círculo de Leitores, 1993.

REIS, Cândido, *Pela Pátria e pela República: as perseguições religiosas através da história. Conferência proferida na Benemerita Associação dos Lojistas de Lisboa*, Lisboa, Junta Liberal, s.d..

Representação protesto das Associações de Lojistas (...) sobre o modus vivendi anglo-português, 1890, Lisboa, Tip. Minerva Central, 1890.

RIBEIRO, Aquilino (introd. de José Gomes Ferreira), *Um escritor confessa-se: memórias*, Amadora, Bertrand, 1972.

RIBEIRO, Vítor, *O Atheneu Commercial de Lisboa no seu 25º aniversário em 10 de Junho de 1905*, Lisboa, Typographia de «A Editora», 1905.

SAMPAIO, Albino Forjaz de, *Como se implantou a República em Portugal*, Lisboa, Santos e Vieira, 1911.

SANTOS, Machado, SERRÃO, Joel (Introdução), *A Revolução Portuguesa 1907/1910*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1982.

SILVA, António Maria da, *O meu depoimento*, Lisboa, Ed. Gráf. Port., s.d.

SILVA, César da, *O Marquez de Pombal sob o ponto de vista democrático. Conferência realizada na Sala da Associação Comercial dos Logistas de Lisboa em 14 de Novembro de 1904*, Lisboa, A Liberal Of. Typ., 1904.

SORIANO, Simão José da Luz, *Revelações da minha vida e memórias de alguns factos e homens meus contemporâneos*, Lisboa, Typ. Universal, 1860.

Subscrição Nacional para a Defeza do Paiz, *Relatório da Comissão Executiva*, Vol. I e II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897 e 1899.

TELES, Basílio, *Do ultimatum ao 31 de Janeiro: esboço d'história política*, Lisboa, Portugália, 1968.

TELES, Basílio, *Memórias políticas*, Lisboa, Alfa, 1990.

The History of Mr. Polly by H. G. Wells, Project Gutenberg, (url: <http://www.gutenberg.org/etext/7308>, consultado em Setembro de 2008).

VELLOZO, Eduardo O. Pereira Queiroz, *Roteiro das Ruas de Lisboa e Concelho de Loures*, Lisboa, s.n., 1869.

VELLOZO, Eduardo O. Pereira Queiroz, *Roteiro das Ruas de Lisboa e Concelho de Loures*, Lisboa, Typographia da Casa de Inglaterra, 1886.

VELLOZO, Eduardo O. Pereira Queiroz, *Roteiro das Ruas de Lisboa e Concelho de Loures*, Lisboa, Typographia da Casa de Inglaterra, 1888.

VELLOZO, Eduardo O. Pereira Queiroz, *Roteiro das Ruas de Lisboa e Concelho de Loures*, Lisboa, s.n., s.d. [1895].

Artigos e textos em obras colectivas

ALEXANDER, Andrew; SHAW, Gareth, “Contesting retail space. Competition in the retail trades, 1870-1960”, in *International Review of Retail, Distribution & Consumer Research*, Vol. 9 (3), 1999, pp. 223-224.

ALEXANDER, Nicholas, “Objects in the rear-view mirror may appear closer than they are”, in *International Review of Retail, Distribution & Consumer Research*, Vol. 7 (4), 1997, pp. 383-403.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Comportamentos eleitorais em Lisboa, 1878-1910”, in *Análise Social*, Lisboa, n.º 85, 1985, pp. 111-153.

ALVES, Daniel, “Using a GIS to reconstruct the nineteenth century Lisbon parishes”, in *Humanities, Computers and Cultural Heritage. Proceedings of the XVIth international conference of the Association for History and Computing*, Amsterdam, Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences, 2005, pp. 12-17.

ARCHER, Melanie; BLAU, Judith R., “Class Formation in Nineteenth-Century America: The Case of the Middle Class”, in *Annual Review of Sociology*, Vol. 19, 1993, pp. 17-41.

ATKINS, P.J., “The retail milk trade in London, c.1790-1914”, in *Economic History Review*, 2ª série, 33 (4), 1980, pp. 522-537.

BAILEY, Peter, “White Collars, Gray Lives? The Lower Middle Class Revisited”, in *Journal of British Studies*, Vol. 38, n.º 3, 1999, pp. 273-290.

BEASCOECHEA GANGOITI José Maria; PAREJA ALONSO, Arantza, “Tiendas y tenderos de Bilbao a finales del ochocientos”, *Bidebarrieta*, n. 17, 2006, pp. 249-264.

BEASCOECHEA GANGOITI José Maria; PAREJA ALONSO, Arantza, “El comercio en la villa de Bilbao en 1895: sectores de actividad y distribución espacial”, in ORRUÑO LEGARDA, José María Ortiz de; UGARTE TELLERÍA, Javier; RIVERA BLANCO, António (coords.), *Movimientos sociales en la España contemporánea*, Abada Editores, 2008.

BEBIANO, Rui, “O primeiro centenário do Marques de Pombal”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 4, Tomo III, 1982, pp. 381-428.

BECHHOFFER, Frank; ELLIOTT, Brian, “An Approach to a Study of Small Shopkeepers and the Class Structure”, in *European Journal of Sociology*, IX, 1968, pp. 180-202.

BECHHOFFER, Frank; ELLIOTT, Brian; RUSHFORTH, Monica; BLAND, Richard, “The Petits Bourgeois in the Class Structure: the Case of the Small Shopkeepers”, in

PARKIN, Frank (ed.), *The social analysis of class structure*, London, Tavistock, 1974, pp. 103 a 128.

BECHHOFFER, Frank; ELLIOTT, Brian, “Persistence and Change: the petite bourgeoisie in industrial society”, in *European Journal of Sociology*, XVII, 1, 1976, pp. 74-99.

BECHHOFFER, Frank; ELLIOTT, Brian; BLAND, Richard, “Social Mobility and the Petite Bourgeoisie”, in *Acta Sociologica*, 21, 1978, pp. 229-248.

BENSON, John, “Small-scale retailing in Canada”, in BENSON, John; SHAW, Gareth (ed.), *The Evolution of Retail Systems 1800-1914*, Leicester, Leicester University Press, 1992, pp. 87-101.

BENSON, John, “Consumption and the Consumer Revolution”, in *ReFRESH*, n.º 23, 1996 (url: <http://www.ehs.org.uk/society/pdfs/Benson%2023b.pdf>, consultado em Setembro de 2008)

BLACKBOURN, David, “The *Mittelstand* in German Society and Politics, 1871 – 1914”, in *Social History*, Vol. 2, n.º 4, 1977, pp. 409-433.

BLACKBOURN, David, “Between resignation and volatility: the German petite bourgeoisie in the nineteenth century”, in CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *Shopkeepers and master artisans in nineteenth-century Europe*, London, Methuen, 1984, pp. 35-61.

BLACKBOURN, David, “The German bourgeoisie: an introduction”, in BLACKBOURN, David; EVANS, Richard J. (eds.), *The german bourgeoisie: essays on the social history of the german middle class from the late eighteenth to the early twentieth century*, London, Routledge, 1991, pp. 1 a 45.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, “A Associação Comercial do Porto no Contexto Político-Económico do Segundo Quartel do Século XIX”, in *Análise Social*, Lisboa, 91, 1986, pp. 331-367.

CADIER-REY, Gabrielle, “Les chambres de commerce dans le débat douanier à la fin du XIXe siècle”, in *Histoire, économie & société*, Vol. 16, n.º 2, 1997, pp. 279-298.

CASCÃO, Rui; ALMEIDA, M. Manuel, “Origens sociais dos alunos matriculados na Universidade de Coimbra nos finais do século XIX”, in *Universidade(s): História, Memórias, Perspectivas*, Coimbra, 1991.

CATROGA, Fernando, “O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)”, in *Análise Social*, vol. XXIV, n.º 100, 1988, pp. 211-273.

COETZEE, F.; SHEVINCOETZEE, M., "Rethinking The Radical Right In Germany And Britain Before 1914", in *Journal of Contemporary History*, 21 (4), 1986, pp. 515-537.

COLES, Tim, "Competition, contested retail space and the rise of the department store in Imperial Germany", in *International Review of Retail, Distribution & Consumer Research*, Vol. 9 (3), 1999, pp. 275-289.

CROSSICK, Geoffrey, "The emergence of the lower middle class in Britain: a discussion", in CROSSICK, Geoffrey (ed.), *The lower middle class in Britain, 1870-1914*, London, Croom Helm, 1977, pp. 11-60.

CROSSICK, Geoffrey, "Shopkeepers and the state in Britain, 1870-1914", in CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *Shopkeepers and master artisans in nineteenth-century Europe*, London, Methuen, 1984, pp. 239-269.

CROSSICK, Geoffrey, "Petite bourgeoisie et histoire comparée", in *Bulletin du Centre Pierre Léon d'histoire économique et sociale*, n.º 1, 1992, pp. 13-25.

CROSSICK, Geoffrey, "Metaphors of the middle: the discovery of the petite bourgeoisie 1880-1914", in *Transactions of the Royal Historical Society*, 6ª série, Vol. 4, 1994, pp. 251-279.

CROSSICK, Geoffrey, "Formation ou invention des classes moyennes: une analyse compare: Belgique-France-Grande Bretagne 1880-1914", in *Revue belge d'histoire contemporaine*, Vol. 26, 1996, pp. 105-138.

CROSSICK, Geoffrey, "La Bourgeoisie Britannique au 19e Siècle: Recherches, approches, problématiques", *Annales-Histoire Sciences Sociales*, 53, 1998, pp. 1084-1133.

CROSSICK, Geoffrey, "Meanings of property and the world of the petite bourgeoisie", in STOBART, J.; A. OWENS, A. (eds), *Urban Fortunes: Property and Inheritance in the Town, c. 1700-1900*, Ashgate, 2000, pp. 50-78.

CRUZ, Maria Antonieta, "Impacto da legislação fontista de 1878 no distrito do Porto", in *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, IX, 1992, pp. 251-267.

DENECKE, Dietrich; SHAW, Gareth, "Traditional retail systems in Germany", in BENSON, John; SHAW, Gareth (ed.), *The Evolution of Retail Systems 1800-1914*, Leicester, Leicester University Press, 1992, pp. 76-86.

DIAS, João José Alves, "A República e a Maçonaria (o Recrutamento Maçónico na Eclosão da República Portuguesa)", in *Nova História*, n.º 2, 1984, pp. 31-73.

- ERICSSON, Tom, "The *mittelstand* in Swedish class society 1870-1914", in *Scandinavian Journal of History*, vol. 9, n.º 4, 1984, pp. 313-328.
- ERICSSON, Tom, "Kinship and Sociability: Urban Shopkeepers in Nineteenth-Century Sweden", in *Journal of Family History*, 14 (3), 1989, pp. 229-239.
- ERICSSON, Tom, "Cults, Myths and the Swedish Petite Bourgeoisie, 1870-1914", in *European History Quarterly*, 23, 2, 1993, pp. 233-251.
- ERICSSON, Tom, "Social mobility and the urban *petite bourgeoisie*: Sweden in a European perspective", in MILES, Andrew; VINCENT, David (eds.), *Building European Society. Occupational Change and Social Mobility in Europe 1840-1940*, Manchester, Manchester University Press, 1993, pp. 165-195.
- ERICSSON, Tom, "Women, Family and Small Business in Late Nineteenth-Century Sweden", in *History of the Family*, Vol. 6 (2), 2001, pp. 225-239.
- ESTEY, Marten, "Early Closing: Employer-Organized Origin Of The Retail Labor Movement", in *Labor History*, Vol. 13 (4), 1972, pp. 560-570.
- FAURE, Alain, "The grocery trade in nineteenth-century Paris: a fragmented corporation", in CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *Shopkeepers and master artisans in nineteenth-century Europe*, London, Methuen, 1984, pp. 155-174.
- FERREIRA, Vítor Matias, "Modos e Caminhos da Urbanização de Lisboa: A Cidade e a Aglomeração de Lisboa, 1890-1940", in *Ler História*, 7, 1986, pp. 101-132.
- GAILLARD, Jeanne, "La petite entreprise entre la droite et la gauche", in LAVAU, Georges; MAYER, Nonna (dir.), *L'univers politique des classes moyennes*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1983, pp. 47-70.
- GAZELEY, I., "The cost of living for urban workers in late Victorian and Edwardian Britain", in *Economic History Review*, 2ª série, 42 (2), 1989, pp. 207-221.
- GORDON, Eleanor; NAIR, Gwyneth, "The economic role of middle-class women in Victorian Glasgow", in *Women's History Review*, vol. 9, n.º 4, 2000, pp. 791-814.
- HAMMERTON, A. J., "Pooterism or partnership? Marriage and masculine identity in the lower middle class, 1870-1920 (Britain)", in *Journal Of British Studies*, Vol. 38, n.º 3, 1999, pp. 291-321.
- HAUPT, Heinz-Gerhard, "La petite entreprise et la politique en Europe au XIXe siècle", in *Le Mouvement Social*, n.º 114, 1981, pp. 3-9.
- HAUPT, Heinz-Gerhard, "La petite bourgeoisie en France et en Allemagne au début du XXe siècle", in *Matériaux pour l'histoire de notre temps*, vol. 17, n.º 1, 1989, pp. 11-12.

- HAUPT, Heinz-Gerhard, "The Petty Bourgeoisie in Germany and France in the Late 19th Century", in KOCKA, Jürge; MITCHELL, Allan (eds.), *Bourgeois Society in Nineteenth Century Europe*, Oxford, Berg, 1993, pp. 302 a 322.
- HENTENRYK, Ginette Kurgan-van, "A forgotten class: the petite bourgeoisie in Belgium, 1850-1914", in CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *Shopkeepers and master artisans in nineteenth-century Europe*, London, Methuen, 1984, pp. 120-133.
- HOSGOOD, C. P., "The Pigmies Of Commerce And The Working-Class Community - Small Shopkeepers In England, 1870-1914", in *Journal Of Social History*, 22 (3), 1989, pp. 439-460.
- HOSGOOD, C., "A Brave And Daring Folk - Shopkeepers And Trade Associational Life In Victorian And Edwardian England", in *Journal Of Social History*, 26, 1992, pp. 285-308.
- HOSGOOD, C. P., "'Mercantile monasteries': Shops, shop assistants and shop life in late-Victorian and Edwardian Britain", in *Journal Of British Studies*, Vol. 38, n.º 3, 1999, pp. 322-352.
- JANEIRO, Maria João, "Lisboa Revisitada – Lojas, Quotidiano e Vida Urbana", in FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes (coord.), *Lisboa em Movimento 1850-1920*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pp. 347 a 372.
- JAUMAIN, Serge; GAIARDO, Lucia, "Aide-toi et le Gouvernement t'aidera". Les reponses de l'etat a la crise de la petite bourgeoisie (1880-1914)", in *Revue belge d'histoire contemporaine*, Vol. 19, 1988, pp. 417-471.
- LAINS, Pedro, "A crise financeira de 1891 em seus aspectos políticos", in MATOS, Sérgio Campos (coord.), *Crises em Portugal nos século XIX e XX: actas*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 57-79.
- LOUSADA, Maria Alexandre, "Tradição e renovação nas associações profissionais" in FREIRE, João (org.), *Associações Profissionais em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 2004, pp. 21-55.
- MARTINS, Conceição Andrade, "Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)", in *Análise Social*, 142, 1997, pp. 483-535.
- MATOS, Ana Cardoso de, "A indústria do gás em Lisboa: uma área de confluência de várias abordagens temáticas", in *Penélope*, n.º 29, 2003, pp. 109-129.
- MAYER, A., "The Lower Middle Class as a Historical Problem", in *Journal of Modern History*, vol. 47, n.º 3, 1975, pp. 409-37.

- MAZGAJ, Paul, "The Origins of the French Radical Right: A Historiographical Essay", in *French Historical Studies*, Vol. 15, n.º 2, 1987, pp. 287-315.
- MILLWARD, R.; SHEARD, S., "The urban fiscal problem, 1870-1914: government expenditure and finance in England and Wales", in *Economic History Review*, 48 (3), 1995, pp. 501-535.
- MONICA, Maria Filomena, "As reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico (1852-1910)", in *Análise Social*, n.º 139, 1996, pp. 1039-1084.
- MONOD, David, "Culture without class: Canada's retailers and the problem of group identification 1890-1940", in *Journal of Social History*, Vol. 28 (3), 1995, pp. 521-545.
- MORRIS, Jonathan, "Towards a European history of the petite bourgeoisie", in FULBROOK, M. (ed.), *National histories and European history*, London, 1993.
- MORRIS, Jonathan, "Mobilisation and identity amongst the Milan petite-bourgeoisie", in *Journal of Social Science History*, 19, 2, 1995, pp. 261-74.
- MORRIS, Jonathan, "Les associations de détaillants en Italie à la fin du XIXe siècle", in *Histoire, économie & société*, Vol. 16, n.º 2, 1997, pp. 237-257.
- MORRIS, Jonathan, "The Political Economy of the European Petite Bourgeoisie: Defining a Comparative Approach", in *University of Manchester Working Papers in Economic and Social History*, 39, 1997.
- MORRIS, Jonathan, "Piccola borghesia in Europa: per una comparazione dei temi e delle strategie di ricerca", in *Storica*, Vol. 11, 1998, pp. 77-113.
- MORRIS, Jonathan, "Traders, taxpayers, citizens: the lower middle classes from Liberalism to Fascism", in *Modern Italy*, vol. 7, n.º 2, 2002, pp. 153-169.
- MUSGROVE, F., "Middle-class education and employment in the nineteenth century", in *Economic History Review*, 2ª série, 12 (1), 1959, pp. 99-111.
- NENADIC, S., "Businessmen, the urban middle classes, and the "dominance" of manufacturers in nineteenth-century Britain", in *Economic History Review*, 44 (1), 1991, pp. 66-85.
- NORD, Philip G., "The small shopkeepers movement and politics in France, 1888-1914", in CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *Shopkeepers and master artisans in nineteenth-century Europe*, London, Methuen, 1984, pp. 175-194.
- NÚÑEZ SEIXAS, Xoxé M., "Una clase inexistente? La pequeña burguesía española (1808-1936)", in *Historia Social*, n.º 26, 1996, pp. 19-45.
- OLIVEIRA, César, "A República e os municípios", in OLIVEIRA, César (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

- PHILLIPS, Martin, "The evolution of markets and shops in Britain", in BENSON, John; SHAW, Gareth (ed.), *The Evolution of Retail Systems 1800-1914*, Leicester, Leicester University Press, 1992, pp. 53-75.
- PINTO, António Costa; ALMEIDA, Pedro Tavares de, "On Liberalism and the Emergence of Civil Society in Portugal", in BERMEO, Nancy; NORD, Philip G., *Civil society before democracy: lessons from nineteenth-century Europe*, Lanham, Rowman & Littlefield, 2000, pp. 3 a 21.
- POPINIGIS, Fabiane, "As Sociedades Caixerais e o "Fechamento das Portas" no Rio de Janeiro (1850-1912)", in *Cadernos AEL*, vol. 6, n.º 10/11, 1999, pp. 111-144.
- PURVIS, Martin, "Co-operative retailing in Britain", in BENSON, John; SHAW, Gareth (ed.), *The Evolution of Retail Systems 1800-1914*, Leicester, Leicester University Press, 1992, pp. 107-134.
- PURVIS, Martin, "Crossing urban deserts: consumers, competitors and the protracted birth of metropolitan co-operative retailing", in *International Review of Retail, Distribution & Consumer Research*, Vol. 9 (3), 1999, pp. 225-243.
- QUINLAN, Michael; GARDNER, Margaret; AKERS, Peter, "A Failure of Voluntarism: Shop Assistants and the Struggle to Restrict Trading Hours in the Colony of Victoria, 1850-85", in *Labour History*, 88, 2005, pp. 165-182.
- QUINLAN, Michael; GOODWIN, Miles, "Combating the tyranny of flexibility: shop assistants and the struggle to regulate closing hours in the Australian colony of Victoria, 1880-1900", in *Social History*, Vol. 30, n.º 3, 2005, pp. 342-365.
- RAMOS, Rui, "A formação da *intelligentsia* portuguesa, 1860-1880", *Análise Social*, n.º 116/117, 1992.
- RAMOS, Rui, "A crise", in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Vol. 1, Lisboa, Alfa, 1996, pp. 549-566.
- RAMOS, Rui, "João Franco: uma educação liberal (1884-1897)", *Análise Social*, n.º 160, 2001, pp. 735-766.
- RAMOS, Rui, "Para uma história política da cidadania em Portugal", *Análise Social*, n.º 172, 2004, pp. 547-569.
- RAPPAPORT, Erika Diane, "«The Halls of Temptation»: Gender, Politics, and the Construction of the Department Store in Late Victorian London", in *Journal of British Studies*, Vol. 35, n.º 1, 1996, pp. 58-83.
- RAVARA, António Pinto, "A classificação socioprofissional em Portugal (1806-1930)", in *Análise Social*, Lisboa, Vol. XXIV (103-104), 1988, pp. 1161-1184.

- REIS, Jaime, “A «Lei da Fome»: as origens do proteccionismo cerealífero (1889-1914)”, in *Análise Social*, vol. XV, n. 60, 1979, pp. 745-793.
- ROCHA, Maria Manuela, “Actividade creditícia em Lisboa (1770-1830)”, in *Análise Social*, vol. XXXI, n.º 136-137, 1996, pp. 579-598.
- ROCHA, Maria Manuela, “Crédito privado em Lisboa numa perspectiva comparada (séculos XVII-XIX)”, in *Análise Social*, vol. XXXIII, n.º 145, 1998, pp. 91-115.
- RUBINSTEIN, W. D., “The Victorian middle classes: wealth, occupation, and geography”, in *Economic History Review*, 2ª série, 30 (4), 1977, pp. 602-623.
- SÁ, Victor de, *Do Associativismo ao Sindicalismo em Portugal*, separata de *O Instituto*, Coimbra, vol. CXXXVIII, 1977, pp. 19-44.
- SANTOS, Fernando Piteira, “Associação (Direito de)”, in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. I, Joel Serrão (dir.), Porto, Livraria Figueirinhas, s.d., pp. 236 a 238.
- SCOTT, Peter, “Large-scale Retailing in Britain 1850-1914”, in *ReFRESH*, n.º 24, 1997 (url: <http://www.ehs.org.uk/society/pdfs/Scott%2024b.pdf>, consultado em Setembro de 2008)
- SHAW, Gareth, “Large-scale retailing in Germany and the development of new retail organisations”, in BENSON, John; SHAW, Gareth (ed.), *The Evolution of Retail Systems 1800-1914*, Leicester, Leicester University Press, 1992, pp. 166-185.
- SHAW, Gareth, “The evolution and impact of large-scale retailing in Britain”, in BENSON, John; SHAW, Gareth (ed.), *The Evolution of Retail Systems 1800-1914*, Leicester, Leicester University Press, 1992, pp. 135-165.
- SILVA, Álvaro Ferreira da, “A Construção Residencial em Lisboa: Evolução e Estrutura Empresarial (1860-1930)”, in *Análise Social*, Lisboa, 136-137, 1996, pp. 599-629.
- SILVA, Raquel Henriques da, “Do Passeio Público às Avenidas Novas - Percursos, Imagens e Factos da Lisboa Oitocentista”, in *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, 23, 1988, pp. 21-41.
- SILVEIRA, Luís Espinha da, “A Administração do Estado em Portugal no Século XIX”, in *Los 98 Ibéricos y el Mar*, tomo III, El Estado y la Política, Madrid, Sociedad Estatal Lisboa 98, 1998, pp. 317-333.
- SOUSA, Paulo Silveira e, “Burguesia, classes médias e elites locais nos Açores (1850-1910)”, *Penélope*, n. 30, 2004, pp 135-159.

SUBACCHI, Paola, “Organisations économiques et groupes de pression en Europe au XIXe siècle et au début du XXe siècle”, in *Histoire, économie & société*, Vol. 16, n.º 2, 1997, pp. 155-166.

TENGARRINHA, José Manuel, “As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920”, in *Análise Social*, vol. XVII, n.º 67-68-69, 1981, pp. 573-601.

ULLMANN, Hans-Peter, “Groupes de pression économiques en Allemagne entre la fin du XIXe siècle et le début du XXe siècle”, in *Histoire, économie & société*, Vol. 16, n.º 2, 1997, pp. 299-309.

VALENTE, Vasco Pulido, “A «Revolta do Grelo»: ensaio de análise política”, in *Análise Social*, vol. X, n.º 37, 1973, pp. 79-101.

VALENTE, Vasco Pulido, “Os conserveiros de Setúbal (1887-1901)”, in *Análise Social*, vol. XVII, n.º 67-68, 1981, pp. 615-678.

VOLOVITCH, Marie-Christine, “As organizações católicas perante o movimento operário em Portugal (1900-12)”, in *Análise Social*, 72-73-74, 1982, pp. 1197-1210.

WEINER, J. M., “Marxism and the lower middle class: a response to Arno Mayer”, in *Journal of Modern History*, vol. 48, n.º 4, 1976, pp. 66-71.

WINKLER, Heinrich August, “From Social Protectionism to National Socialism: The German Small-Business Movement in Comparative Perspective”, in *Journal of Modern History*, vol. 48, n.º 1, 1976, pp. 1-18.

Estudos e obras colectivas

ADELMAN, Paul, *Victorian radicalism: the middle-class experience, 1830-1914*, London, Longman, 1984.

ALEXANDER, Nicholas; Akehurst, Gary, *The emergence of modern retailing, 1750-1950*, London, Frank Cass, 1999.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Eleições e Caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, *A construção do Estado liberal: elite política e burocracia na "Regeneração": 1851-1890*, Lisboa, Tese de doutoramento em Sociologia política apresentada na FCSH, 1995.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Legislação Eleitoral Portuguesa, 1820-1926*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Nos bastidores das eleições de 1881 e 1901 correspondência política de José Luciano de Castro*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

- ANDERSON, Robert David, *France, 1870-1914: Politics and Society*, Routledge, 1977.
- ARTOLA, Miguel, *La burguesía revolucionaria (1808-1874)*, Vol. V da *Historia de España Alfaguara* (dir.) Miguel Artola, Madrid, Alianza Editorial, 4ª ed., 1978.
- BAÊNA, Miguel Sanches de (apres. António Reis), *Diário de D. Manuel e estudo sobre o regicídio*, Lisboa, Alfa, 1990.
- BARREIRA, Cecília, *História das nossas avós: retrato da burguesa em Lisboa, 1890-1930*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992.
- BECHHOFFER, Frank; ELLIOTT, Brian (eds.), *The Petite Bourgeoisie: Comparative Studies in an Uneasy Stratum*, London, Macmillan, 1981.
- BENSON, John, *The penny capitalists. A study of nineteenth-century working-class entrepreneurs*, Dublin, Gill and Macmillan, 1983.
- BENSON, John; SHAW, Gareth (ed.), *The Evolution of Retail Systems 1800-1914*, Leicester, Leicester University Press, 1992.
- BENSON, John; UGOLINI, Laura, *A nation of shopkeepers. Five centuries of British retailing*, London, I.B. Tauris, 2003.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *Apologia da História Política. Estudos sobre o século XIX português*, Lisboa, Quetzal Editores, 1999.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *O século XIX português*, Instituto de Ciências Sociais, 2002.
- BONNEY, Richard, *Economic systems and state finance*, Oxford University Press, 1995.
- BONNEY, Richard, *The rise of the fiscal state in Europe, c. 1200-1815*, Oxford, Oxford University Press, 1999.
- BRÁS, Rui Manuel da Costa Carvalho, *Formas institucionais e sistemas de valores na classe dos sapateiros: as associações da classe de sapateiros de Lisboa da segunda metade do século XIX ao Estado Novo*, Lisboa, Tese mestrado História Social Contemporânea apresentada ao ISCTE, 1996.
- CATROGA, Fernando, *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal, 1865-1910*, Coimbra, Tese de Doutoramento policopiada, 1988.
- CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal, da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

- CORDEIRO, Bruno Cordovil da Silva, *A iluminação pública em Lisboa e a problemática da história das técnicas*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, tese de mestrado policopiada, 2006.
- CORDEIRO, José Manuel Lopes, *A indústria portuense no século XIX*, Porto, Tese de Doutoramento, 2006.
- CROSSICK, Geoffrey (ed.), *The lower middle class in Britain, 1870-1914*, London, Croom Helm, 1977.
- CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *Shopkeepers and master artisans in nineteenth-century Europe*, London, Methuen, 1984.
- CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard, *The Petite Bourgeoisie in Europe 1780-1914. Enterprise, Family and Independence*, London, Routledge, 1995.
- CROSSICK, Geoffrey; JAUMAIN, Serge (eds.), *Cathedrals of consumption. The European department store, 1850-1939*, Aldershot, Ashgate, 1999.
- CRUZ, Maria Antonieta, *Aspectos da cultura burguesa oitocentista*, Coimbra, Revista de História das Ideias, 1999.
- CRUZ, Maria Antonieta, *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1999.
- CUNHA, Carlos Guimarães da, *A «Janeirinha» e o Partido Reformista. Da Revolução de Janeiro de 1868 ao Pacto da Granja*, Lisboa, Colibri, 2003.
- DAUMARD, Adeline, *Les bourgeois de Paris au XIXe siècle*, Paris, Flammarion, 1970.
- DAUMARD, Adeline, *Les bourgeois et la bourgeoisie en France depuis 1815*, Paris, Flammarion, 1991.
- DIAS, Marina Tavares, *Photographies de Lisboa 1900*, Lisboa, Quimera, 1989.
- DIAS, Marina Tavares, *Os cafés de Lisboa*, Coimbra, Quimera, 1999.
- DIAS, Marina Tavares, *A Lisboa de Eça de Queiroz*, Lisboa, Quimera, 2001.
- DORIA, Luís, *Correntes do radicalismo oitocentista. O caso dos Penicheiros (1867-1872)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004.
- FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes (coord.), *Lisboa em Movimento 1850-1920*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994.
- FERNANDES, Paulo Jorge, *O “Poder Oculto”. Biografia Política de Mariano Cirilo de Carvalho*, Tese de Doutoramento, Lisboa, FCSH, 2007.
- FERREIRA, João Palma, *Subsídios para uma bibliografia do memorialismo português*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981.

- FERREIRA, Vítor Matias, *A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro da Metrópole*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1987.
- GARNEL, Maria Rita Lino, *A República de Sebastião de Magalhães Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.
- GELLATELY, Robert, *The politics of economic despair. Shopkeepers and German politics, 1890-1914*, London, Sage Publications, 1974.
- HOBBSBAWM, E. J., *A Era das Revoluções*, Lisboa, Presença, 1978.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *A propaganda republicana 1870-1910*, Coimbra, 1990.
- HOMEM, Amadeu de Carvalho, *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage, 2001.
- JANEIRO, Maria João; ABREU, Rogério de, *Lojas antigas de Lisboa: roteiro da Baixa Pombalina*, Lisboa, Programa de Artes e Ofícios Tradicionais, 1994.
- JAUMAIN, Serge, *Les petits commerçants belges face a la modernite. (1880-1914)*, Bruxelles, Editions de l'Universite de Bruxelles, 1995.
- JAUMAIN, Serge; HENTENRYK, Ginette Kurgan-van (eds), *Aux frontières des classe moyennes. La petite bourgeoisie en Belgique (1880-1914)*, 1995.
- JEFFERYS, James B., *Retail trading in Britain 1850-1950*, Cambridge, University Press, 1954.
- KAELBLE, Harmut (ed.), *The European way: European Societies during the Nineteenth and Twentieth Centuries*, Oxford, Berghahn Books, 2004.
- KWASS, Michael, *Privilege and the Politics of Taxation in Eighteenth-Century France*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006.
- LAINS, Pedro, *A economia portuguesa no século XIX: crescimento económico e comércio externo, 1851-1913*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, Lisboa, Delta, 1986.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal da monarquia para a república*, Vol. XI da *Nova História de Portugal* (dir.) Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Presença, 1991.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História da Maçonaria em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1996.
- MARTÍNEZ CUADRADO, Miguel, *La burguesía conservadora (1874-1931)*, Vol. VI da *Historia de España Alfaguara* (dir.) Miguel Artola, Madrid, Alianza Editorial, 4ª ed., 1978.

- MATA, Maria Eugénia, *As Finanças Portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, Banco de Portugal, 1993.
- MATA, Maria Eugénia, VALÉRIO, Nuno, *História Económica de Portugal. Uma perspectiva global*, Lisboa, Editorial Presença, 2003.
- MATOS, Sérgio Campos, *Da crise da Monarquia constitucional à Primeira República em Portugal (1890-1910)*, Madrid, Complutense, 1998.
- MILLER, Michael B., *The Bon Marché. Bourgeois culture and the department store, 1869-1920*, Princeton, Princeton University Press, 1994.
- MÓNICA, Maria Filomena, *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.
- MÓNICA, Maria Filomena, *Artesãos e Operários. Indústria, Capitalismo e Classe Operária em Portugal (1870-1934)*, Lisboa, ICS, 1986.
- MÓNICA, Maria Filomena, *Fontes Pereira de Melo*, Lisboa, Edições Afrontamento, 1999.
- MÓNICA, Maria Filomena, *Eça de Queirós*, Lisboa, Quetzal Editores, 2001.
- MONOD, David, *Store wars. Shopkeepers and the culture of mass marketing, 1890-1939*, Toronto, University of Toronto Press, 1996.
- MOREIRA, Fernando José Grave (org.), *José Luciano de Castro. Correspondência política (1858-1911)*, Lisboa, Quetzal, 1998.
- MORRIS, Jonathan, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan, 1886-1922*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993.
- NORD, Philip G., *Paris shopkeepers and the politics of resentment*, Princeton, Princeton University Press, 1986.
- NORD, Philip G., *The Republican Moment: struggles for democracy in nineteenth-century France*, Cambridge, Harvard University Press, 1995.
- OFFER, Avner, *Property and politics, 1870-1914: Landownership, Law Ideology and Urban Development in England*, Cambridge, Cambridge University Press, 1992.
- PEREIRA, Gaspar Martins, *Famílias Portuenses na Viragem do século (1880-1910)*, Porto, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2 vols., 1993.
- PEREIRA, Maria Paula, *A Associação Comercial de Lisboa e a grande burguesia comercial da Praça da Lisboa. Um projecto de desenvolvimento do comércio externo português (1890-1926)*, Universidade Nova de Lisboa, tese de mestrado policopiada, 1994.

PEREIRA, Miriam Halpern, *Livre-câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, 1971.

PEREIRA, Miriam Halpern, *Negociantes, fabricantes e artesãos, entre velhas e novas instituições: estudo e documentos*, Lisboa, Sá da Costa, 1992.

POPINIGIS, Fabiane, “*Operários de Casaca*”? *Relações de Trabalho e Lazer no Comércio Carioca na Virada dos Séculos XIX e XX*, Universidade Estadual de Campinas, Tese de doutoramento, 2003.

RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, Vol. VI da *História de Portugal*, (dir.) José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

RAMOS, Rui, *João Franco e o fracasso do reformismo liberal (1884-1908)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

RAMOS, Rui, *D. Carlos*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

RANGEL CONTLA, José Calixto, *La pequeña burguesía en la sociedad mexicana, 1895 a 1960*, México, Universidad Nacional Autónoma de México, 1972.

REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Alfa, 1990.

REIS, Jaime, *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica: Estudos sobre a Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX, 1850-1930*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1993.

RIBEIRO, Jorge; CONRADO, Júlio, *Lisboa: as lojas de um tempo ao outro*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997.

RIBEIRO, Lia Armandina Sá Paulo, *A Popularização da Cultura Republicana (1881-1910)*, Coimbra, Tese de mestrado policopiada, 2003.

RODRIGUES, Teresa, *Nascer e Morrer na Lisboa Oitocentista*, Lisboa, Cosmos, 1995.

ROSAS, Fernando, *O Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII da *História de Portugal*, (dir.) José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

SANTOS, Luís Manuel Lima de Aguiar, *Comércio e política na crise do liberalismo: a Associação Comercial de Lisboa e o reajustamento do regime proteccionista português, 1885-1894*, Lisboa, Colibri, 2004.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, *Para uma sociologia da cultura burguesa em Portugal no século XIX*, Lisboa, Presença, 1983.

SANTOS, Maria do Rosário e VIEGAS, Inês Morais (coord.), *A evolução municipal de Lisboa: pelouros e vereações*, Lisboa, Câmara Municipal. Pelouro da Cultura. Divisão de Arquivos, 1996.

- SHORB, Patrick Naoya, *Retailing Society, Retailing the State: Shopkeeper Politics in Modern Japan, 1868-1945*, Princeton University, Dept. of East Asian Studies, 2005.
- SILVEIRA, Luís Espinha da e FERNANDES, Paulo Jorge, *D. Luís*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.
- SOTO CARMONA, Álvaro, *El trabajo industrial en la España contemporánea, 1874-1936*, Anthropos Editorial, 1989.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Ultimatum Inglês. Política externa e política interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Alfa, 1990.
- TENGARRINHA, José Manuel, *Estudos de história contemporânea de Portugal*, Lisboa, Caminho, 1983.
- TENGARRINHA, José Manuel (dir.), *História do Governo Civil de Lisboa*, Lisboa, Governo Civil de Lisboa, 2 Vols., 2002.
- TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço, *O Liberalismo (1807-1890)*, Vol. V da *História de Portugal*, (dir.) José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- TRINDADE, Luís; SANTOS, Miguel; CARVALHO, Rita, *História da Associação Comercial de Lisboa: da fundação nacionalista à integração Europeia*, Lisboa, Câmara de Comércio e Indústria/Associação Comercial de Lisboa, 2000.
- VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.
- VALÉRIO, Nuno (coord.); NUNES, Ana Bela; BASTIEN, Carlos; MATA, Maria Eugénia, *Os impostos no Parlamento português. Sistemas fiscais e doutrinas fiscais nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Dom Quixote, 2006.
- VAZ, Luís Gonçalves, *A Associação do Registo Civil e Livre Pensamento*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, 1999.
- VENTURA, António, *Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal. As convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.
- VENTURA, António, *A Carbonária em Portugal (1897-1910)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.
- WINSTANLEY, Michael J., *The shopkeeper's world 1830-1914*, Manchester, Manchester University Press, 1983.

Anexo 1 – N.º de estabelecimentos e valores das licenças em Lisboa, por freguesias (1887-1893)¹⁴⁸⁵

Freguesias	N.º estabelecimentos				Valores das licenças (mil réis)			
	1887	1893	Dif.	Dif. %	1887	1893	Dif.	Dif. %
Ameixoeira	3	2	-1	-33,3	4,800	3,200	-1,600	-33,3
Lumiar	61	42	-19	-31,1	106,600	68,400	-38,200	-35,8
S Cristóvão e S Lourenço	125	114	-11	-8,8	301,760	281,040	-20,720	-6,9
S Nicolau	499	459	-40	-8,0	2508,160	2488,920	-19,240	-0,8
S Catarina	351	328	-23	-6,6	875,880	833,320	-42,560	-4,9
Mercês	341	319	-22	-6,5	948,800	826,840	-121,960	-12,9
S Mamede	188	176	-12	-6,4	527,360	481,880	-45,480	-8,6
Sé e S João da Praça	328	308	-20	-6,1	1196,860	1156,040	-40,820	-3,4
S Julião	329	309	-20	-6,1	2126,200	2103,600	-22,600	-1,1
Madalena	233	219	-14	-6,0	1296,440	1223,280	-73,160	-5,6
S Justa	668	640	-28	-4,2	3506,360	3476,200	-30,160	-0,9
S Paulo	443	427	-16	-3,6	2195,260	2037,400	-157,860	-7,2
Santos-o-Velho	588	572	-16	-2,7	1635,840	1757,120	121,280	7,4
Conceição Nova	451	440	-11	-2,4	2689,640	2759,480	69,840	2,6
Sacramento	235	231	-4	-1,7	1391,560	1342,680	-48,880	-3,5
S Miguel de Alfama	100	99	-1	-1,0	200,800	204,440	3,640	1,8
Sub-total (menos lojas em 1893)	4943	4685	-258	-5,2	21512	21044	-468,480	-2,2
S Estêvão de Alfama	166	166	0	0,0	355,000	368,440	13,440	3,8
Santiago e S Martinho	51	51	0	0,0	106,200	118,080	11,880	11,2
Mártires	244	247	3	1,2	1491,720	1531,360	39,640	2,7
Sacavém	47	48	1	2,1	85,040	76,800	-8,240	-9,7
Campo Grande	43	44	1	2,3	87,400	82,400	-5,000	-5,7
Carnide	35	36	1	2,9	58,400	57,600	-0,800	-1,4
Coração de Jesus	108	112	4	3,7	334,800	280,360	-54,440	-16,3
N Sª da Pena	229	238	9	3,9	499,600	540,400	40,800	8,2
Lapa	160	167	7	4,4	354,760	368,720	13,960	3,9
S André e S Marinha	93	98	5	5,4	189,000	213,800	24,800	13,1
Encarnação	447	472	25	5,6	1513,920	1578,520	64,600	4,3
S Sebastião da Pedreira (a)	183	197	14	7,7	360,240	367,640	7,400	2,1
S Cruz do Castelo	26	28	2	7,7	49,400	51,400	2,000	4,0
N Sª do Socorro	400	432	32	8,0	1102,720	1263,000	160,280	14,5
S José	259	280	21	8,1	747,040	1252,480	505,440	67,7
S Engrácia	271	298	27	10,0	572,320	625,600	53,280	9,3
Ajuda	191	217	26	13,6	320,400	354,400	34,000	10,6
Benfica	60	70	10	16,7	106,920	117,400	10,480	9,8
S Isabel (a)	512	599	87	17,0	1080,680	1271,000	190,320	17,6
S Pedro em Alcântara (a)	495	586	91	18,4	1284,920	1443,040	158,120	12,3
Belém	278	332	54	19,4	568,760	674,960	106,200	18,7
S Vicente	146	182	36	24,7	276,200	366,200	90,000	32,6
S Bartolomeu	149	190	41	27,5	320,600	353,800	33,200	10,4
Anjos	277	392	115	41,5	612,400	923,960	311,560	50,9
S Jorge de Arroios (a)	125	186	61	48,8	250,400	399,600	149,200	59,6
Charneca	6	9	3	50,0	9,600	14,400	4,800	50,0
Olivais	90	137	47	52,2	165,600	253,160	87,560	52,9
Camarate	3	9	6	200,0	4,800	14,400	9,600	200,0
Sub-total (mais lojas em 1893)	5094	5823	729	14,3	12908,840	14962,920	2054,080	15,9
Total geral	10037	10508	471	4,7	34421,160	36006,760	1585,600	4,6

(a) Somatório das partes intra e extramuros das freguesias que na fonte apareciam em separado.

Nota: o quadro está organizado pela coluna da diferença em percentagem do n.º de estabelecimentos.

¹⁴⁸⁵ CML, *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença para Estabelecimentos em 1887 e 1893*, 1ª série, Lisboa, Imprensa de Lucas Evangelista Torres, 1895 (quadros anexos).

Anexo 2 – Contribuições médias por tipo de loja ou lojista em 14 freguesias de Lisboa (mil réis)¹⁴⁸⁶

	1878		1881		1890		1894		1895		1901		1906		Total ¹⁴⁸⁷	
Artigos alimentares	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Obs	Média
Talhos e açougues	8	44,821	11	41,324	13	84,725	9	27,133	5	26,665	7	52,597	10	70,212	63	53,371
Fabrico e venda de pão	10	46,756	10	45,495	16	54,690	15	21,813	9	39,985	7	78,060	7	60,151	74	46,650
Mercearias	82	42,916	98	41,456	123	37,903	105	24,209	42	49,559	31	42,466	26	73,966	507	39,659
Géneros alimentares (outros)	6	19,854	8	21,984	10	25,856	8	22,602	5	46,497	1	30,666	3	59,292	41	28,668
Vinhos e bebidas	7	20,973	15	23,149	23	25,440	25	20,124	10	47,421	9	34,418	1	136,684	90	27,810
Total	113		142		185		162		71		55		47			
Média¹⁴⁸⁸		40,807		38,700		40,445		23,440		46,217		46,754		71,508		
Varição ao recens. anterior (%)				-5		5		-42		97		1		53		
Artigos de consumo não quotidiano	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Obs	Média
Construção e materiais de constr.	10	27,430	9	23,040	18	27,148	14	15,037	13	52,565	9	164,690	9	98,949	82	51,670
Droguistas	6	35,773	7	32,375	10	47,732	10	32,225	5	46,588	5	63,157	6	78,638	49	46,151
Roupas e acessórios	30	31,213	39	27,927	70	38,702	66	31,541	30	55,285	30	58,836	34	65,279	299	41,670
Farmácia e botica	4	11,070	5	14,787	8	22,482	11	24,027	8	52,464	12	49,173	17	52,886	65	38,019
Móveis, artigos de decor. e antig.	5	13,700	5	18,251	10	25,890	7	6,983	6	50,815	4	65,031	8	45,019	45	30,949
Quinquilharia e utensílios vários	5	104,540	5	47,157	18	18,385	13	9,731	7	16,417	5	32,303	6	28,175	59	28,159
Tabacos	1	30,800	2	29,674	3	20,059	2	11,218	1	19,656	5	22,018	6	34,127	20	25,363
Fabrico e venda de calçado e acess.	7	20,906	8	22,279	11	16,399	10	13,680	9	17,556	7	71,656	11	24,130	63	24,870
Barbeiro	1	21,200	2	14,421	4	18,773	5	20,656	2	13,272	3	5,346	6	15,525	23	15,832
Total	69		82		152		138		81		80		103			
Média		32,741		26,714		31,319		24,034		44,674		65,031		54,111		
Varição ao recens. anterior (%)				-18		17		-23		86		46		-17		
Artigos de luxo ou supérfluos	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Obs	Média
Câmbio e lotarias	4	74,337	5	111,113	10	61,650	12	35,115	5	100,137	6	154,564	8	214,401	50	100,682
Confeitarias, cafés, restaur. e afins	14	28,627	18	35,349	16	45,922	18	34,261	8	118,665	11	128,358	11	119,969	96	63,223
Ouro, prata, relógios	1	6,200	2	5,000	9	25,186	9	25,879	9	47,528	8	44,870	11	80,979	49	43,944
Livreiros	2	18,390	3	16,171	4	13,095	6	9,917	4	18,295	5	16,445	3	20,577	27	15,345
Total	21		28		39		45		26		30		33			
Média		35,291		44,656		41,803		29,567		75,036		92,684		120,829		
Varição ao recens. anterior (%)				27		-6		-29		154		24		30		
Outras categorias	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Obs	Média
Outra	11	30,989	15	156,27	46	91,339	50	98,623	29	125,18	31	156,62	48	142,95	230	118,106
Lojista, comerciante ou negociante	44	43,195	38	41,27	114	41,813	178	21,473	102	48,103	142	44,408	219	66,891	837	45,304
Total	55		53		160		228		131		173		267			
Média		40,754		73,817		56,052		38,392		65,165		64,515		80,564		
Varição ao recens. anterior (%)				81		-24		-32		70		-1		25		
Caixeiros	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Obs	Média
Caixeiro	46	8,279	56	5,775	39	14,135	27	13,403	9	50,338	23	45,179	28	23,109	228	16,476
Total	46		56		39		27		9		23		28			
Média		8,279		5,775		14,135		13,403		50,338		45,179		23,109		
Varição ao recens. anterior (%)				-30		145		-5		276		-10		-49		
Totais	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média		
Total geral	304		361		575		600		318		361		478			
Média geral		33,664		36,487		40,683		29,266		56,102		63,032		73,388		
Varição ao recens. anterior (%)				8		11		-28		92		12		16		

¹⁴⁸⁶ Arquivo Histórico Parlamentar, *Assembleias Eleitorais Monárquicas*, cxs. 1221, 1222, 1223, 1224, 1426, 1427, 1428, 1429A, 1734B, 1734C, 1734D, 1734E, 1734F, 1890A, 1890D, 1890F, 1890G, 1932, 1932B, 1932E, 1932F, 1932H, 2073, 2073A, 2074B, 2159A, 2159D e 2160. Sobre a escolha das freguesias veja-se a secção “Fontes e metodologia” na introdução da tese. São apresentadas apenas as informações relativas às categorias de lojistas que estavam presentes em todos os recenseamentos utilizados. Em relação às restantes verifique-se o texto onde são analisados os gráficos daqui resultantes.

¹⁴⁸⁷ Os valores da coluna “Obs” correspondem a um total de observações e não ao número efectivo de lojistas, uma vez que o mesmo indivíduo podia ser referenciado em vários, por vezes, em todos os recenseamentos eleitorais consultados. Tendo em conta este aspecto, é óbvio que o valor médio apresentado tem de ser encarado com cautela pois resulta, não só da evolução média geral, que se estende por um arco temporal considerável e é influenciada pelo aumento dos impostos, como também da evolução individual de cada lojista.

¹⁴⁸⁸ Os valores indicados nas linhas das médias não correspondem à média simples dos valores de cada uma das categorias de lojistas, mas sim à média ponderada, tendo em conta tanto o valor médio de cada categoria, como o número de lojistas existentes na mesma.

Anexo 3 – Corpos gerentes da ACLL e respectiva tendência política (1870-1910)

Ano	Estrutura	Cargo	Nome completo	Tendência política
1870	Comissão instaladora	Presidente	António José Marques Leal	Reformista
1870	Comissão instaladora	Vice-presidente	Luiz Manuel Costa	Reformista
1870	Comissão instaladora	1º Secretário	João Marques Costa	Regenerador
1870	Comissão instaladora	2º Secretário	Marcellino José Barros	Desconhecida
1870	Comissão instaladora	1º Vice-secretário	Bento José Rocha	Reformista
1870	Comissão instaladora	2º Vice-secretário	Augusto José Coimbra	Desconhecida
1870	Direcção	Presidente	Thomaz Antunes Mendonça	Reformista
1870	Direcção	1º Secretário	José Pinheiro Mello	Reformista
1870	Direcção	2º Secretário	José António Carvalho	Regenerador
1870	Direcção	Tesoureiro	Manuel Ignacio Ávila	Desconhecida
1870	Direcção	Vogal	Jerónimo José Santos	Desconhecida
1870	Direcção	Vogal	José Caetano Pires Branco	Regenerador
1870	Direcção	Vogal	José Pereira Pinto	Regenerador
1870	Conselho Fiscal	Presidente	António Simões Ferreira Santos	Reformista
1870	Conselho Fiscal	Secretário	António Joaquim Guerreiro	Reformista
1870	Conselho Fiscal	Secretário	António Thomaz David	Desconhecida
1870	Conselho Fiscal	Vogal	António Caetano Macieira	Reformista
1870	Conselho Fiscal	Vogal	António M. Esteves	Desconhecida
1870	Conselho Fiscal	Vogal	José Affonso Vianna	Desconhecida
1870	Conselho Fiscal	Relator	Jerónimo José Moreira	Desconhecida
1871	Assembleia Geral	Presidente	Luiz Manuel Costa	Reformista
1871	Assembleia Geral	Vice-presidente	Manuel Joaquim Alves Diniz	Reformista
1871	Assembleia Geral	1º Secretário	João Marques Costa	Regenerador
1871	Assembleia Geral	2º Secretário	Marcellino José Barros	Desconhecida
1871	Assembleia Geral	1º Vice-secretário	Bento José Rocha	Reformista
1871	Assembleia Geral	2º Vice-secretário	Augusto José Coimbra	Desconhecida
1871	Direcção	Presidente	Thomaz Antunes Mendonça	Reformista
1871	Direcção	1º Secretário	José Pinheiro Mello	Reformista
1871	Direcção	2º Secretário	José António Carvalho	Regenerador
1871	Direcção	Tesoureiro	Manuel Ignacio Ávila	Desconhecida
1871	Direcção	Vogal	Jerónimo José Santos	Desconhecida
1871	Direcção	Vogal	José Caetano Pires Branco	Regenerador
1871	Direcção	Vogal	José Pereira Pinto	Regenerador
1871	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	António Gonçalves Teixeira Júnior	Desconhecida
1871	Revisora de Contas, Comissão	Membro	Manuel Lopes Rodrigues	Desconhecida
1871	Revisora de Contas, Comissão	Membro	Vicente José Sousa	Desconhecida
1871	Revisora de Contas, Comissão	Relator	Francisco Duarte Silva	Desconhecida
1872	Assembleia Geral	Presidente	Luiz Manuel Costa	Reformista
1872	Assembleia Geral	Vice-presidente	José Caetano Pires Branco	Regenerador
1872	Assembleia Geral	Vice-presidente	Manuel Joaquim Alves Diniz	Reformista
1872	Assembleia Geral	1º Secretário	João Marques Costa	Regenerador
1872	Assembleia Geral	2º Secretário	Marcellino José Barros	Desconhecida
1872	Assembleia Geral	1º Vice-secretário	Bento José Rocha	Reformista
1872	Assembleia Geral	2º Vice-secretário	Augusto José Coimbra	Desconhecida
1872	Direcção	Presidente	Thomaz Antunes Mendonça	Reformista
1872	Direcção	1º Secretário	José Pinheiro Mello	Reformista
1872	Direcção	2º Secretário	José António Carvalho	Regenerador
1872	Direcção	Tesoureiro	Manuel Ignacio Ávila	Desconhecida
1872	Direcção	Vogal	Jerónimo José Santos	Desconhecida
1872	Direcção	Vogal	José Caetano Pires Branco	Regenerador
1872	Direcção	Vogal	José Pereira Pinto	Regenerador
1872	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	António José Novaes 1º	Desconhecida
1872	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	José Luiz Marques Rego	Desconhecida
1872	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	João Soares Nazareth	Regenerador
1872	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Salvador José Pessanha	Desconhecida
1872	Revisora de Contas, Comissão	Relator	António Caetano Macieira	Reformista
1873	Assembleia Geral	Presidente	Luiz Manuel Costa	Reformista
1873	Assembleia Geral	Vice-presidente	José Caetano Pires Branco	Regenerador
1873	Assembleia Geral	1º Secretário	João Marques Costa	Regenerador
1873	Assembleia Geral	2º Secretário	Marcellino José Barros	Desconhecida
1873	Assembleia Geral	1º Vice-secretário	Bento José Rocha	Reformista
1873	Assembleia Geral	2º Vice-secretário	Augusto José Coimbra	Desconhecida
1873	Direcção	Presidente	Carlos Augusto Tibau	Reformista
1873	Direcção	Secretário	António Thomaz David	Desconhecida
1873	Direcção	Secretário	Serafim Pereira Curado	Desconhecida
1873	Direcção	Tesoureiro	Manuel Fernandes	Desconhecida
1873	Direcção	Vogal	João Marcos Ascensão	Desconhecida
1873	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	António Simões Ferreira Santos	Reformista
1873	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	António Thomaz David	Desconhecida

Anexo 3 – Corpos gerentes da ACLL e respectiva tendência política (1870-1910)

Ano	Estrutura	Cargo	Nome completo	Tendência política
1873	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	João Marcos Ascensão	Desconhecida
1873	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	João Soares Nazareth	Regenerador
1873	Revisora de Contas, Comissão	Relator	António Joaquim Guerreiro	Reformista
1874	Assembleia Geral	Presidente	Luiz Manuel Costa	Reformista
1874	Assembleia Geral	Vice-presidente	José Caetano Pires Branco	Regenerador
1874	Assembleia Geral	1º Secretário	João Marques Costa	Regenerador
1874	Assembleia Geral	2º Secretário	António Joaquim Guerreiro	Reformista
1874	Assembleia Geral	2º Secretário	Marcellino José Barros	Desconhecida
1874	Assembleia Geral	1º Vice-secretário	Bento José Rocha	Reformista
1874	Assembleia Geral	2º Vice-secretário	Augusto José Coimbra	Desconhecida
1874	Direcção	Presidente	Carlos Augusto Tibau	Reformista
1874	Direcção	Secretário	António Thomaz David	Desconhecida
1874	Direcção	Secretário	Serafim Pereira Curado	Desconhecida
1874	Direcção	Tesoureiro	Manuel Fernandes	Desconhecida
1874	Direcção	Vogal	João Marcos Ascensão	Desconhecida
1874	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	António David Andrade	Reformista
1874	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	António Joaquim Guerreiro	Reformista
1874	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	António Caetano Macieira	Reformista
1874	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	António Marques Freitas	Desconhecida
1874	Revisora de Contas, Comissão	Relator	Luiz Francisco Lopes	Reformista
1874	Contribuição Industrial (1ª), Comissão da	Membro	António Caetano Macieira	Reformista
1874	Contribuição Industrial (1ª), Comissão da	Membro	António Marques Freitas	Desconhecida
1874	Contribuição Industrial (1ª), Comissão da	Membro	António Simões Ferreira Santos	Reformista
1874	Contribuição Industrial (1ª), Comissão da	Membro	António Thomaz David	Desconhecida
1874	Contribuição Industrial (1ª), Comissão da	Membro	João Marques Costa	Regenerador
1874	Contribuição Industrial (1ª), Comissão da	Membro	Luiz Francisco Lopes	Reformista
1874	Contribuição Industrial (1ª), Comissão da	Membro	Thomaz Antunes Mendonça	Reformista
1874	Contribuição Industrial (2ª), Comissão da	Membro	António Joaquim Guerreiro	Reformista
1874	Contribuição Industrial (2ª), Comissão da	Membro	Francisco Freire Teixeira Marques	Reformista
1874	Contribuição Industrial (2ª), Comissão da	Membro	João Marques Costa	Regenerador
1874	Contribuição Industrial (2ª), Comissão da	Membro	José Pinheiro Mello	Reformista
1875	Assembleia Geral	Presidente	Luiz Manuel Costa	Reformista
1875	Assembleia Geral	Vice-presidente	José Caetano Pires Branco	Regenerador
1875	Assembleia Geral	1º Secretário	João Marques Costa	Regenerador
1875	Assembleia Geral	2º Secretário	António Joaquim Guerreiro	Reformista
1875	Assembleia Geral	1º Vice-secretário	Bento José Rocha	Reformista
1875	Assembleia Geral	2º Vice-secretário	Augusto José Coimbra	Desconhecida
1875	Direcção	Presidente	Carlos Augusto Tibau	Reformista
1875	Direcção	Secretário	António Thomaz David	Desconhecida
1875	Direcção	Secretário	Serafim Pereira Curado	Desconhecida
1875	Direcção	Tesoureiro	António Valentim Lourenço	Desconhecida
1875	Direcção	Vogal	João Marcos Ascensão	Desconhecida
1875	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	Francisco Freire Teixeira Marques	Reformista
1875	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	José António Carvalho	Regenerador
1875	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	António Cardoso Oliveira	Republicano
1875	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	José Maria Miguéis Júnior	Desconhecida
1875	Revisora de Contas, Comissão	Relator	José Pinheiro Mello	Reformista
1875	Multas, Comissão das	Presidente	José Caetano Pires Branco	Regenerador
1875	Multas, Comissão das	Vogal	António Joaquim Guerreiro	Reformista
1875	Multas, Comissão das	Vogal	António Simões Ferreira Santos	Reformista
1875	Multas, Comissão das	Vogal	Thomaz Antunes Mendonça	Reformista
1875	Multas, Comissão das	Vogal	Vasco José Faria	Desconhecida
1875	Eleições, Comissão das	Membro	António Caetano Macieira	Reformista
1875	Eleições, Comissão das	Membro	António José Novaes 1º	Desconhecida
1875	Eleições, Comissão das	Membro	António Valentim Lourenço	Desconhecida
1875	Eleições, Comissão das	Membro	José Luiz Marques Rego	Desconhecida
1875	Eleições, Comissão das	Membro	Luiz Manuel Costa	Reformista
1876	Assembleia Geral	Presidente	Luiz Manuel Costa	Progressista
1876	Assembleia Geral	Vice-presidente	José Caetano Pires Branco	Regenerador
1876	Assembleia Geral	1º Secretário	João Marques Costa	Regenerador
1876	Assembleia Geral	2º Secretário	António Joaquim Guerreiro	Progressista
1876	Assembleia Geral	1º Vice-secretário	Bento José Rocha	Progressista
1876	Assembleia Geral	2º Vice-secretário	Augusto José Coimbra	Desconhecida
1876	Direcção	Presidente	Carlos Augusto Tibau	Progressista
1876	Direcção	Secretário	João Marcos Ascensão	Desconhecida
1876	Direcção	Secretário	Serafim Pereira Curado	Desconhecida
1876	Direcção	Tesoureiro	António Valentim Lourenço	Desconhecida
1876	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	António Ferreira Bastos	Regenerador
1876	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	Augusto José Coimbra	Desconhecida

Anexo 3 – Corpos gerentes da ACLL e respectiva tendência política (1870-1910)

Ano	Estrutura	Cargo	Nome completo	Tendência política
1876	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	António José Novaes 1º	Desconhecida
1876	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	José Luiz Marques Rego	Desconhecida
1876	Revisora de Contas, Comissão	Relator	José Pinheiro Mello	Progressista
1877	Assembleia Geral	Presidente	Luiz Manuel Costa	Progressista
1877	Assembleia Geral	Vice-presidente	José Caetano Pires Branco	Regenerador
1877	Assembleia Geral	1º Secretário	João Marques Costa	Regenerador
1877	Assembleia Geral	2º Secretário	António Joaquim Guerreiro	Progressista
1877	Assembleia Geral	1º Vice-secretário	Bento José Rocha	Progressista
1877	Assembleia Geral	2º Vice-secretário	Augusto José Coimbra	Desconhecida
1877	Direcção	Presidente	Carlos Augusto Tibau	Progressista
1877	Direcção	Secretário	Domingos Luiz Coelho Silva	Republicano
1877	Direcção	Secretário	Luiz Francisco Lopes	Progressista
1877	Direcção	Tesoureiro	António Valentim Lourenço	Desconhecida
1877	Direcção	Vogal	José António Carvalho	Regenerador
1877	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	António Ferreira Bastos	Regenerador
1877	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	Domingos Luiz Coelho Silva	Republicano
1877	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	José António Carvalho	Regenerador
1877	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	José Pinheiro Mello	Progressista
1877	Revisora de Contas, Comissão	Relator	Augusto José Figueiredo	Desconhecida
1877	Multas, Comissão das	Presidente	João Marques Costa	Regenerador
1877	Multas, Comissão das	Secretário	Joaquim Pires Coelho David	Desconhecida
1877	Multas, Comissão das	Tesoureiro	José António Carvalho	Regenerador
1877	Multas, Comissão das	Vogal	António Caetano Macieira	Progressista
1877	Multas, Comissão das	Relator	José Pinheiro Mello	Progressista
1877	Peso do Pão, Comissão do	Membro	António Caetano Macieira	Progressista
1877	Peso do Pão, Comissão do	Membro	António Joaquim Guerreiro	Progressista
1877	Peso do Pão, Comissão do	Membro	Bento José Rocha	Progressista
1877	Peso do Pão, Comissão do	Membro	João Marques Costa	Regenerador
1877	Peso do Pão, Comissão do	Membro	José Caetano Gonçalves	Desconhecida
1877	Peso do Pão, Comissão do	Membro	Pedro Esteves	Desconhecida
1877	Código de Posturas, Comissão do	Membro	António Joaquim Guerreiro	Progressista
1877	Código de Posturas, Comissão do	Membro	João Marques Costa	Regenerador
1877	Código de Posturas, Comissão do	Membro	José Pinheiro Mello	Progressista
1877	Testemunhas em Tribunal, Comissão das	Membro	João Marques Costa	Regenerador
1877	Testemunhas em Tribunal, Comissão das	Membro	José António Carvalho	Regenerador
1877	Testemunhas em Tribunal, Comissão das	Membro	Luiz Francisco Lopes	Progressista
1877	Rendas, Comissão das	Membro	António Caetano Macieira	Progressista
1877	Rendas, Comissão das	Membro	Carlos Augusto Tibau	Progressista
1877	Rendas, Comissão das	Membro	João Marques Costa	Regenerador
1877	Rendas, Comissão das	Membro	José António Carvalho	Regenerador
1877	Rendas, Comissão das	Membro	José Pinheiro Mello	Progressista
1877	Rendas, Comissão das	Membro	Luiz Francisco Lopes	Progressista
1877	Rendas, Comissão das	Membro	Luiz Manuel Costa	Progressista
1878	Assembleia Geral	Presidente	Luiz Manuel Costa	Progressista
1878	Assembleia Geral	Vice-presidente	José Caetano Pires Branco	Regenerador
1878	Assembleia Geral	1º Secretário	João Marques Costa	Regenerador
1878	Assembleia Geral	2º Secretário	Bento José Rocha	Progressista
1878	Assembleia Geral	1º Vice-secretário	Augusto José Figueiredo	Desconhecida
1878	Assembleia Geral	2º Vice-secretário	Augusto José Coimbra	Desconhecida
1878	Direcção	Presidente	Carlos Augusto Tibau	Progressista
1878	Direcção	Secretário	Domingos Luiz Coelho Silva	Republicano
1878	Direcção	Secretário	Luiz Francisco Lopes	Progressista
1878	Direcção	Tesoureiro	António Valentim Lourenço	Desconhecida
1878	Direcção	Vogal	José António Carvalho	Regenerador
1878	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	António Simões Ferreira Santos	Progressista
1878	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	Custódio Martins Pereira	Republicano
1878	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	António Joaquim Fernandes 1º	Desconhecida
1878	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	João Gonçalves	Republicano
1878	Revisora de Contas, Comissão	Relator	António Marques Freitas	Desconhecida
1878	Multas, Comissão das	Presidente	José Caetano Pires Branco	Regenerador
1878	Multas, Comissão das	Membro	Francisco Tavares	Desconhecida
1878	Multas, Comissão das	Membro	João Gonçalves	Republicano
1878	Multas, Comissão das	Secretário	Custódio Martins Pereira	Republicano
1878	Multas, Comissão das	Relator	Florêncio António Abril	Republicano
1878	Contrato do Gás, Comissão do	Membro	António Caetano Macieira	Progressista
1878	Contrato do Gás, Comissão do	Membro	Domingos Luiz Coelho Silva	Republicano
1878	Contrato do Gás, Comissão do	Membro	João Marques Costa	Regenerador
1878	Contrato do Gás, Comissão do	Membro	José Caetano Pires Branco	Regenerador
1878	Contrato do Gás, Comissão do	Membro	Luiz Francisco Lopes	Progressista

Anexo 3 – Corpos gerentes da ACLL e respectiva tendência política (1870-1910)

Ano	Estrutura	Cargo	Nome completo	Tendência política
1879	Direcção	Presidente	Carlos Augusto Tibau	Progressista
1879	Direcção	Secretário	Domingos Luiz Coelho Silva	Republicano
1879	Direcção	Secretário	Luiz Francisco Lopes	Progressista
1879	Direcção	Tesoureiro	António Valentim Lourenço	Desconhecida
1879	Direcção	Vogal	José António Carvalho	Regenerador
1879	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	António José Novaes 1º	Desconhecida
1879	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	Manuel José Gomes Braga	Desconhecida
1879	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	António Ferreira Bastos	Regenerador
1879	Revisora de Contas, Comissão	Relator	José Pinheiro Mello	Progressista
1880	Assembleia Geral	Presidente	Luiz Manuel Costa	Progressista
1880	Assembleia Geral	Vice-presidente	José Caetano Pires Branco	Regenerador
1880	Assembleia Geral	1º Secretário	João Marques Costa	Regenerador
1880	Assembleia Geral	2º Secretário	António Joaquim Guerreiro	Progressista
1880	Assembleia Geral	1º Vice-secretário	Augusto José Coimbra	Desconhecida
1880	Assembleia Geral	2º Vice-secretário	Custódio Martins Pereira	Republicano
1880	Direcção	Presidente	Carlos Augusto Tibau	Progressista
1880	Direcção	Secretário	Domingos Luiz Coelho Silva	Republicano
1880	Direcção	Secretário	Luiz Francisco Lopes	Progressista
1880	Direcção	Tesoureiro	António Valentim Lourenço	Desconhecida
1880	Direcção	Vogal	José António Carvalho	Regenerador
1881	Assembleia Geral	Presidente	Luiz Manuel Costa	Progressista
1881	Assembleia Geral	Vice-presidente	José Caetano Pires Branco	Regenerador
1881	Assembleia Geral	1º Secretário	Luiz Francisco Lopes	Progressista
1881	Assembleia Geral	2º Secretário	José Pinheiro Mello	Progressista
1881	Assembleia Geral	1º Vice-secretário	António Marques Freitas	Desconhecida
1881	Assembleia Geral	2º Vice-secretário	Augusto José Coimbra	Desconhecida
1881	Direcção	Presidente	António Caetano Macieira	Progressista
1881	Direcção	1º Secretário	António Joaquim Guerreiro	Progressista
1881	Direcção	2º Secretário	Augusto José Coimbra	Desconhecida
1881	Direcção	Tesoureiro	António Simões Ferreira Santos	Progressista
1881	Direcção	Vogal	Ignacio Magalhães Bastos	Republicano
1881	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	António Simões Ferreira Santos	Progressista
1881	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	António Caetano Macieira	Progressista
1881	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Bento José Rocha	Progressista
1881	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Diogo Bernardo Alves	Regenerador
1881	Revisora de Contas, Comissão	Relator	José Pinheiro Mello	Progressista
1881	Multas, Comissão das	Presidente	António Caetano Macieira	Progressista
1881	Multas, Comissão das	Secretário	António Simões Ferreira Santos	Progressista
1881	Multas, Comissão das	Vogal	Diogo Bernardo Alves	Regenerador
1881	Multas, Comissão das	Vogal	Domingos Luiz Coelho Silva	Republicano
1882	Assembleia Geral	Presidente	Luiz Manuel Costa	Progressista
1882	Assembleia Geral	Vice-presidente	José Caetano Pires Branco	Regenerador
1882	Assembleia Geral	1º Secretário	Luiz Francisco Lopes	Progressista
1882	Assembleia Geral	2º Secretário	José Pinheiro Mello	Progressista
1882	Assembleia Geral	1º Vice-secretário	António Marques Freitas	Desconhecida
1882	Assembleia Geral	2º Vice-secretário	Augusto José Coimbra	Desconhecida
1882	Direcção	Presidente	António Caetano Macieira	Progressista
1882	Direcção	1º Secretário	António Joaquim Guerreiro	Progressista
1882	Direcção	2º Secretário	Augusto José Coimbra	Desconhecida
1882	Direcção	Tesoureiro	António Simões Ferreira Santos	Progressista
1882	Direcção	Vogal	Ignacio Magalhães Bastos	Republicano
1882	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	João António Lucena	Regenerador
1882	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	Custódio Martins Pereira	Republicano
1882	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	José Joaquim Pereira	Desconhecida
1882	Revisora de Contas, Comissão	Relator	Augusto José Figueiredo	Desconhecida
1882	Multas, Comissão das	Presidente	António Caetano Macieira	Progressista
1882	Multas, Comissão das	Secretário	Domingos Luiz Coelho Silva	Republicano
1882	Multas, Comissão das	Vogal	António José Costa Júnior 1º	Desconhecida
1882	Multas, Comissão das	Vogal	Augusto José Figueiredo	Desconhecida
1882	Multas, Comissão das	Vogal	João António Lucena	Regenerador
1882	Reforma dos Estatutos, Comissão da	Membro	António Caetano Macieira	Progressista
1882	Reforma dos Estatutos, Comissão da	Membro	António Joaquim Guerreiro	Progressista
1882	Reforma dos Estatutos, Comissão da	Membro	Augusto José Figueiredo	Desconhecida
1882	Reforma dos Estatutos, Comissão da	Membro	Custódio Martins Pereira	Republicano
1882	Reforma dos Estatutos, Comissão da	Membro	Ignacio Magalhães Bastos	Republicano
1882	Reforma dos Estatutos, Comissão da	Membro	José Pinheiro Mello	Progressista
1882	Reforma dos Estatutos, Comissão da	Membro	Luiz Francisco Lopes	Progressista
1882	Imposto Sobre o Sal, Comissão do	Membro	António Caetano Macieira	Progressista
1882	Imposto Sobre o Sal, Comissão do	Membro	António Simões Ferreira Santos	Progressista

Anexo 3 – Corpos gerentes da ACLL e respectiva tendência política (1870-1910)

Ano	Estrutura	Cargo	Nome completo	Tendência política
1882	Imposto Sobre o Sal, Comissão do	Membro	João António Lucena	Regenerador
1882	Imposto Sobre o Sal, Comissão do	Membro	José Caetano Pires Branco	Regenerador
1882	Imposto Sobre o Sal, Comissão do	Membro	José Pinheiro Mello	Progressista
1882	Dívidas dos Associados, Comissão das	Membro	Custódio Martins Pereira	Republicano
1882	Dívidas dos Associados, Comissão das	Membro	Ignacio Magalhães Bastos	Republicano
1882	Dívidas dos Associados, Comissão das	Membro	João António Lucena	Regenerador
1882	Dívidas dos Associados, Comissão das	Membro	João Marques Costa	Regenerador
1882	Dívidas dos Associados, Comissão das	Membro	Serafim Pereira Curado	Desconhecida
1882	Taras das Mercadorias, Comissão das	Membro	António Simões Ferreira Santos	Progressista
1882	Taras das Mercadorias, Comissão das	Membro	João António Lucena	Regenerador
1882	Taras das Mercadorias, Comissão das	Membro	José Caetano Pires Branco	Regenerador
1882	Taras das Mercadorias, Comissão das	Membro	José Pinheiro Mello	Progressista
1882	Taras das Mercadorias, Comissão das	Membro	Luiz Francisco Lopes	Progressista
1883	Assembleia Geral	Presidente	Luiz Manuel Costa	Progressista
1883	Assembleia Geral	Vice-presidente	José Pinheiro Mello	Progressista
1883	Assembleia Geral	1º Secretário	Luiz Francisco Lopes	Progressista
1883	Assembleia Geral	2º Secretário	José António Carvalho	Regenerador
1883	Assembleia Geral	1º Vice-secretário	António Marques Freitas	Desconhecida
1883	Assembleia Geral	2º Vice-secretário	José Maria Coelho	Progressista
1883	Direcção	Presidente	António Caetano Macieira	Progressista
1883	Direcção	Secretário	António Joaquim Guerreiro	Progressista
1883	Direcção	Secretário	Augusto José Coimbra	Desconhecida
1883	Direcção	Tesoureiro	António Simões Ferreira Santos	Progressista
1883	Direcção	Vogal	Ignacio Magalhães Bastos	Republicano
1883	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	Bento José Rocha	Progressista
1883	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	António José Costa Júnior 1º	Desconhecida
1883	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Diogo Bernardo Alves	Regenerador
1883	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	João António Lucena	Regenerador
1883	Revisora de Contas, Comissão	Relator	Agostinho Manuel Sousa	Republicano
1883	Multas, Comissão das	Presidente	António Caetano Macieira	Progressista
1883	Multas, Comissão das	Secretário	António José Costa Júnior 1º	Desconhecida
1883	Multas, Comissão das	Vogal	Domingos Luiz Coelho Silva	Republicano
1883	Multas, Comissão das	Vogal	João António Lucena	Regenerador
1883	Reforma dos Estatutos, Comissão da	Membro	Agostinho Manuel Sousa	Republicano
1883	Reforma dos Estatutos, Comissão da	Membro	António Caetano Macieira	Progressista
1883	Reforma dos Estatutos, Comissão da	Membro	António Joaquim Guerreiro	Progressista
1883	Reforma dos Estatutos, Comissão da	Membro	António José Costa Júnior 1º	Desconhecida
1883	Reforma dos Estatutos, Comissão da	Membro	Augusto José Figueiredo	Desconhecida
1883	Reforma dos Estatutos, Comissão da	Membro	Bento José Rocha	Progressista
1883	Reforma dos Estatutos, Comissão da	Membro	Custódio Martins Pereira	Republicano
1883	Reforma dos Estatutos, Comissão da	Membro	Ignacio Magalhães Bastos	Republicano
1883	Reforma dos Estatutos, Comissão da	Membro	João António Lucena	Regenerador
1883	Reforma dos Estatutos, Comissão da	Membro	José Pinheiro Mello	Progressista
1883	Reforma dos Estatutos, Comissão da	Membro	Luiz Francisco Lopes	Progressista
1883	Tipos de Açúcar, Comissão dos	Membro	António Joaquim Guerreiro	Progressista
1883	Tipos de Açúcar, Comissão dos	Membro	João Marques Costa	Regenerador
1883	Tipos de Açúcar, Comissão dos	Membro	Joaquim Pestana Santos	Progressista
1883	Tipos de Açúcar, Comissão dos	Membro	José Pinheiro Mello	Progressista
1883	Tipos de Açúcar, Comissão dos	Membro	Luiz Francisco Lopes	Progressista
1883	Tipos de Açúcar, Comissão dos	Membro	Luiz Manuel Costa	Progressista
1884	Assembleia Geral	Presidente	Luiz Manuel Costa	Progressista
1884	Assembleia Geral	Vice-presidente	José Pinheiro Mello	Progressista
1884	Assembleia Geral	1º Secretário	Luiz Francisco Lopes	Progressista
1884	Assembleia Geral	2º Secretário	José António Carvalho	Regenerador
1884	Assembleia Geral	1º Vice-secretário	António Marques Freitas	Desconhecida
1884	Assembleia Geral	2º Vice-secretário	José Maria Coelho	Progressista
1884	Direcção	Presidente	António Caetano Macieira	Progressista
1884	Direcção	1º Secretário	António Joaquim Guerreiro	Progressista
1884	Direcção	2º Secretário	Augusto José Coimbra	Desconhecida
1884	Direcção	Tesoureiro	António Simões Ferreira Santos	Progressista
1884	Direcção	Vogal	Ignacio Magalhães Bastos	Republicano
1884	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	Sebastião Correia Saraiva Lima	Republicano
1884	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	Alberto Augusto Silva	Desconhecida
1884	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Luiz Almeida Vasconcellos	Desconhecida
1884	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Manuel Joaquim Freire	Desconhecida
1884	Revisora de Contas, Comissão	Relator	Joaquim Pestana Santos	Progressista
1884	Multas, Comissão das	Presidente	António Caetano Macieira	Progressista
1884	Multas, Comissão das	Secretário	António José Costa Júnior 1º	Desconhecida
1884	Multas, Comissão das	Vogal	Domingos Luiz Coelho Silva	Republicano

Anexo 3 – Corpos gerentes da ACLL e respectiva tendência política (1870-1910)

Ano	Estrutura	Cargo	Nome completo	Tendência política
1884	Multas, Comissão das	Vogal	João António Lucena	Regenerador
1885	Assembleia Geral	Presidente	Luiz Manuel Costa	Progressista
1885	Assembleia Geral	Vice-presidente	José Pinheiro Mello	Progressista
1885	Assembleia Geral	1º Secretário	Sebastião Correia Saraiva Lima	Republicano
1885	Assembleia Geral	2º Secretário	José António Carvalho	Regenerador
1885	Assembleia Geral	1º Vice-secretário	Augusto José Coimbra	Desconhecida
1885	Assembleia Geral	2º Vice-secretário	Custódio Martins Pereira	Republicano
1885	Direcção	Presidente	António Caetano Macieira	Progressista
1885	Direcção	1º Secretário	João Vicente Caseiro	Desconhecida
1885	Direcção	2º Secretário	Joaquim Pires	Republicano
1885	Direcção	Tesoureiro	Joaquim Pestana Santos	Progressista
1885	Direcção	Vogal	José Thomaz Salgado	Regenerador
1885	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	Joaquim Pestana Santos	Progressista
1885	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	João Vicente Caseiro	Desconhecida
1885	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	João António Lucena	Regenerador
1885	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Manuel Joaquim Freire	Desconhecida
1885	Revisora de Contas, Comissão	Relator	Sebastião Correia Saraiva Lima	Republicano
1885	Multas, Comissão das	Presidente	António Caetano Macieira	Progressista
1885	Multas, Comissão das	Vogal	António Joaquim Guerreiro	Progressista
1885	Multas, Comissão das	Vogal	António José Costa Júnior 1º	Desconhecida
1885	Multas, Comissão das	Vogal	Domingos Luiz Coelho Silva	Republicano
1885	Multas, Comissão das	Vogal	João António Lucena	Regenerador
1886	Assembleia Geral	Presidente	Carlos Augusto Tibau	Progressista
1886	Assembleia Geral	Vice-presidente	José Pinheiro Mello	Progressista
1886	Assembleia Geral	1º Secretário	Sebastião Correia Saraiva Lima	Republicano
1886	Assembleia Geral	2º Secretário	José António Carvalho	Regenerador
1886	Assembleia Geral	1º Vice-secretário	Augusto José Coimbra	Desconhecida
1886	Assembleia Geral	2º Vice-secretário	Custódio Martins Pereira	Republicano
1886	Direcção	Presidente	José Thomaz Salgado	Regenerador
1886	Direcção	1º Secretário	Casimiro Rodrigues Valente	Republicano
1886	Direcção	2º Secretário	João Nogueira Feyo	Republicano
1886	Direcção	Tesoureiro	Joaquim Pestana Santos	Progressista
1886	Direcção	Vogal	João Marques Costa	Regenerador
1886	Direcção	Relator	João Marques Costa	Regenerador
1886	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	Diogo Bernardo Alves	Regenerador
1886	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	João Vicente Caseiro	Desconhecida
1886	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Casimiro Rodrigues Valente	Republicano
1886	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	João António Lucena	Regenerador
1886	Revisora de Contas, Comissão	Relator	António Joaquim Guerreiro	Progressista
1887	Assembleia Geral	Presidente	José Pinheiro Mello	Progressista
1887	Assembleia Geral	Vice-presidente	José Thomaz Salgado	Regenerador
1887	Assembleia Geral	1º Secretário	João Vicente Caseiro	Desconhecida
1887	Assembleia Geral	2º Secretário	Marçal Romeira Pacheco	Progressista
1887	Assembleia Geral	1º Vice-secretário	Manuel Cristo Páscoa	Republicano
1887	Assembleia Geral	2º Vice-secretário	F. A. Martins Almeida	Republicano
1887	Direcção	Presidente	Sebastião Correia Saraiva Lima	Republicano
1887	Direcção	1º Secretário	Casimiro Rodrigues Valente	Republicano
1887	Direcção	2º Secretário	João Nogueira Feyo	Republicano
1887	Direcção	Tesoureiro	Matias Sena Azevedo	Regenerador
1887	Direcção	Tesoureiro interino	Sebastião Correia Saraiva Lima	Republicano
1887	Direcção	Vogal	João Marques Costa	Regenerador
1887	Direcção	Relator	João Marques Costa	Regenerador
1887	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	João António Lucena	Regenerador
1887	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	Manuel Oliveira Júnior	Desconhecida
1887	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Agostinho Manuel Sousa	Republicano
1887	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	F. A. Martins Almeida	Republicano
1887	Revisora de Contas, Comissão	Relator	José Pinheiro Mello	Progressista
1887	Multas, Comissão das	Presidente	José Santos Libório	Regenerador
1887	Multas, Comissão das	Secretário	Manuel Cristo Páscoa	Republicano
1887	Multas, Comissão das	Vogal	Joaquim José Rodrigues Sousa	Republicano
1887	Multas, Comissão das	Vogal	Quirino Gil Carneiro	Republicano
1887	Multas, Comissão das	Relator	José Reis Verol	Republicano
1888	Assembleia Geral	Presidente	José Pinheiro Mello	Progressista
1888	Assembleia Geral	Vice-presidente	Quirino Gil Carneiro	Republicano
1888	Assembleia Geral	Secretário	F. A. Martins Almeida	Republicano
1888	Assembleia Geral	Secretário	Marçal Romeira Pacheco	Progressista
1888	Assembleia Geral	Vice-secretário	António José Marques Guimarães	Desconhecida
1888	Assembleia Geral	Vice-secretário	José Reis Verol	Republicano
1888	Direcção	Presidente	Sebastião Correia Saraiva Lima	Republicano

Anexo 3 – Corpos gerentes da ACLL e respectiva tendência política (1870-1910)

Ano	Estrutura	Cargo	Nome completo	Tendência política
1888	Direcção	1º Secretário	Casimiro Rodrigues Valente	Republicano
1888	Direcção	2º Secretário	Manuel Nunes Ferreira	Republicano
1888	Direcção	Tesoureiro	José Thomaz Salgado	Regenerador
1888	Direcção	Relator	João Marques Costa	Regenerador
1888	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	João António Lucena	Regenerador
1888	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	Manuel Cristo Páscoa	Republicano
1888	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	António Joaquim Abrantes	Desconhecida
1888	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Manuel Oliveira Júnior	Desconhecida
1888	Revisora de Contas, Comissão	Relator	Joaquim José Rodrigues Sousa	Republicano
1888	Multas, Comissão das	Presidente	José Santos Libório	Regenerador
1888	Multas, Comissão das	Secretário	Manuel Cristo Páscoa	Republicano
1888	Multas, Comissão das	Vogal	Francisco Maria Costa Bravo	Republicano
1888	Multas, Comissão das	Vogal	Quirino Gil Carneiro	Republicano
1888	Multas, Comissão das	Relator	José Reis Verol	Republicano
1889	Assembleia Geral	Presidente	José Pinheiro Mello	Progressista
1889	Assembleia Geral	Vice-presidente	António Cardoso Oliveira	Republicano
1889	Assembleia Geral	1º Secretário	F. A. Martins Almeida	Republicano
1889	Assembleia Geral	2º Secretário	João Manuel Gonçalves Valadares	Desconhecida
1889	Assembleia Geral	Vice-secretário	António José Marques Guimarães	Desconhecida
1889	Assembleia Geral	Vice-secretário	José Reis Verol	Republicano
1889	Direcção	Presidente	António Joaquim Simões Almeida	Regenerador
1889	Direcção	Vice-presidente	Thomaz José Oliveira	Progressista
1889	Direcção	1º Secretário	Marçal Romeira Pacheco	Progressista
1889	Direcção	2º Secretário	José António Nunes	Republicano
1889	Direcção	Tesoureiro	José Thomaz Salgado	Regenerador
1889	Direcção	Vogal	Eduardo Gomes Silva	Republicano
1889	Direcção	Vogal	João António Lucena	Regenerador
1889	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	João António Lucena	Regenerador
1889	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	António Guerra Perez	Republicano
1889	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	João Nogueira Feyo	Republicano
1889	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	António Sousa Machado	Desconhecida
1889	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Manuel Oliveira Júnior	Desconhecida
1889	Revisora de Contas, Comissão	Relator	Joaquim José Rodrigues Sousa	Republicano
1890	Assembleia Geral	Presidente	José Pinheiro Mello	Progressista
1890	Assembleia Geral	Vice-presidente	António Cardoso Oliveira	Republicano
1890	Assembleia Geral	1º Secretário	F. A. Martins Almeida	Republicano
1890	Assembleia Geral	2º Secretário	João Manuel Gonçalves Valadares	Desconhecida
1890	Assembleia Geral	Vice-secretário	António José Marques Guimarães	Desconhecida
1890	Direcção	Presidente	Luiz Diogo Silva	Progressista
1890	Direcção	Vice-presidente	João Baptista Gregório Almeida	Progressista
1890	Direcção	1º Secretário	Joaquim José Rodrigues Sousa	Republicano
1890	Direcção	2º Secretário	José Romão Matos	Republicano
1890	Direcção	Tesoureiro	Custódio Martins Pereira	Republicano
1890	Direcção	Vogal	Cupertino Ribeiro & C. ^a	Republicano
1890	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	Bento Guilherme Bacelar Silva	Republicano
1890	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Domingos Baptista Cabeça	Republicano
1890	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	José Romão Matos	Republicano
1890	Revisora de Contas, Comissão	Relator	Custódio Martins Pereira	Republicano
1890	Ultimatum, Comissão do	Presidente	Joaquim Dias Ferreira	Progressista
1890	Ultimatum, Comissão do	Membro	António Caetano Macieira	Progressista
1890	Ultimatum, Comissão do	Membro	Cupertino Ribeiro & C. ^a	Republicano
1890	Ultimatum, Comissão do	Membro	Ignacio Magalhães Bastos	Republicano
1890	Ultimatum, Comissão do	Membro	Matias Alves Aguiar	Republicano
1890	Ultimatum, Comissão do	Secretário	Sebastião Correia Saraiva Lima	Republicano
1890	Ultimatum, Comissão do	Relator	António Cardoso Oliveira	Republicano
1891	Assembleia Geral	Presidente	José Pinheiro Mello	Progressista
1891	Assembleia Geral	Vice-presidente	Sebastião Correia Saraiva Lima	Republicano
1891	Assembleia Geral	Secretário	Casimiro Rodrigues Valente	Republicano
1891	Assembleia Geral	Secretário	Joaquim Bizarro	Regenerador
1891	Assembleia Geral	Vice-secretário	Alfredo Joaquim Silva Ramalho	Republicano
1891	Assembleia Geral	Vice-secretário	António Cardoso Oliveira Júnior	Republicano
1891	Direcção	Presidente	Luiz Diogo Silva	Progressista
1891	Direcção	Vice-presidente	João Baptista Gregório Almeida	Progressista
1891	Direcção	1º Secretário	António Guerra Perez	Republicano
1891	Direcção	2º Secretário	José Romão Matos	Republicano
1891	Direcção	Tesoureiro	Custódio Martins Pereira	Republicano
1891	Direcção	Vogal	Cupertino Ribeiro & C. ^a	Republicano
1891	Direcção	Vogal	João Manuel Gonçalves Valadares	Desconhecida
1891	Direcção	Relator	Custódio Martins Pereira	Republicano

Anexo 3 – Corpos gerentes da ACLL e respectiva tendência política (1870-1910)

Ano	Estrutura	Cargo	Nome completo	Tendência política
1891	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	Marçal Romeira Pacheco	Progressista
1891	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	Joaquim Machado Pereira Falcão	Republicano
1891	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	José Beirão	Desconhecida
1891	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	José Rodrigues Pires	Desconhecida
1891	Revisora de Contas, Comissão	Relator	Ignacio Magalhães Bastos	Republicano
1892	Assembleia Geral	Presidente	José Pinheiro Mello	Progressista
1892	Assembleia Geral	Vice-presidente	Sebastião Correia Saraiva Lima	Republicano
1892	Assembleia Geral	1º Secretário	António Cardoso Oliveira Júnior	Republicano
1892	Assembleia Geral	2º Secretário	João Gomes Costa	Progressista
1892	Direcção	Presidente	Domingos Luiz Coelho Silva	Republicano
1892	Direcção	Vice-presidente	António Guerra Perez	Republicano
1892	Direcção	Secretário	Custódio Martins Pereira	Republicano
1892	Direcção	Secretário	José Romão Matos	Republicano
1892	Direcção	Tesoureiro	Ignacio Magalhães Bastos	Republicano
1892	Direcção	Vogal	Alfredo Joaquim Silva Ramalho	Republicano
1892	Direcção	Vogal	Manuel Rodrigues Carvalho	Desconhecida
1892	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	Quirino Gil Carneiro	Republicano
1892	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	Francisco Raymundo Estrella	Progressista
1892	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Agostinho Manuel Sousa	Republicano
1892	Revisora de Contas, Comissão	Relator	Júlio Felisberto Carvalho	Republicano
1893	Assembleia Geral	Presidente	José Pinheiro Mello	Progressista
1893	Assembleia Geral	Vice-presidente	Sebastião Correia Saraiva Lima	Republicano
1893	Assembleia Geral	1º Secretário	António Cardoso Oliveira Júnior	Republicano
1893	Assembleia Geral	2º Secretário	João Gomes Costa	Progressista
1893	Direcção	Presidente	Domingos Luiz Coelho Silva	Republicano
1893	Direcção	Vice-presidente	António Guerra Perez	Republicano
1893	Direcção	1º Secretário	Agostinho Manuel Sousa	Republicano
1893	Direcção	1º Secretário	Júlio Felisberto Carvalho	Republicano
1893	Direcção	2º Secretário	José Romão Matos	Republicano
1893	Direcção	Tesoureiro	Ignacio Magalhães Bastos	Republicano
1893	Direcção	Vogal	Agostinho Manuel Sousa	Republicano
1893	Direcção	Vogal	Alfredo Joaquim Silva Ramalho	Republicano
1893	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	João Gonçalves	Republicano
1893	Revisora de Contas, Comissão	Membro	José Antunes Marques Cacula	Republicano
1893	Revisora de Contas, Comissão	Relator	Júlio Felisberto Carvalho	Republicano
1894	Comissão instaladora	Presidente	José Pinheiro Mello	Progressista
1894	Comissão instaladora	Membro	Agostinho Manuel Sousa	Republicano
1894	Comissão instaladora	Membro	Alfredo Joaquim Silva Ramalho	Republicano
1894	Comissão instaladora	Membro	António Guerra Perez	Republicano
1894	Comissão instaladora	Membro	António José Costa Júnior 1º	Desconhecida
1894	Comissão instaladora	Membro	Domingos Luiz Coelho Silva	Republicano
1894	Comissão instaladora	Membro	F. A. Martins Almeida	Republicano
1894	Comissão instaladora	Membro	João Gomes Costa	Progressista
1894	Comissão instaladora	Membro	Luiz Filipe Mata	Republicano
1894	Comissão instaladora	Membro	Marçal Romeira Pacheco	Progressista
1894	Comissão instaladora	Secretário	José Romão Matos	Republicano
1894	Comissão instaladora	Tesoureiro	Ignacio Magalhães Bastos	Republicano
1895	Comissão instaladora	Presidente	José Pinheiro Mello	Progressista
1895	Comissão instaladora	Membro	Agostinho Manuel Sousa	Republicano
1895	Comissão instaladora	Membro	Alfredo Joaquim Silva Ramalho	Republicano
1895	Comissão instaladora	Membro	António Guerra Perez	Republicano
1895	Comissão instaladora	Membro	António José Costa Júnior 1º	Desconhecida
1895	Comissão instaladora	Membro	Domingos Luiz Coelho Silva	Republicano
1895	Comissão instaladora	Membro	F. A. Martins Almeida	Republicano
1895	Comissão instaladora	Membro	João Gomes Costa	Progressista
1895	Comissão instaladora	Membro	Luiz Filipe Mata	Republicano
1895	Comissão instaladora	Membro	Marçal Romeira Pacheco	Progressista
1895	Comissão instaladora	Secretário	José Romão Matos	Republicano
1895	Comissão instaladora	Tesoureiro	Ignacio Magalhães Bastos	Republicano
1896	Comissão instaladora	Presidente	José Pinheiro Mello	Progressista
1896	Comissão instaladora	Membro	Agostinho Manuel Sousa	Republicano
1896	Comissão instaladora	Membro	Alfredo Joaquim Silva Ramalho	Republicano
1896	Comissão instaladora	Membro	António Guerra Perez	Republicano
1896	Comissão instaladora	Membro	António José Costa Júnior 1º	Desconhecida
1896	Comissão instaladora	Membro	Domingos Luiz Coelho Silva	Republicano
1896	Comissão instaladora	Membro	F. A. Martins Almeida	Republicano
1896	Comissão instaladora	Membro	João Gomes Costa	Progressista
1896	Comissão instaladora	Membro	Luiz Filipe Mata	Republicano
1896	Comissão instaladora	Membro	Marçal Romeira Pacheco	Progressista

Anexo 3 – Corpos gerentes da ACLL e respectiva tendência política (1870-1910)

Ano	Estrutura	Cargo	Nome completo	Tendência política
1896	Comissão instaladora	Secretário	José Romão Matos	Republicano
1896	Comissão instaladora	Tesoureiro	Ignacio Magalhães Bastos	Republicano
1897	Assembleia Geral	Presidente	José Pinheiro Mello	Progressista
1897	Assembleia Geral	Vice-presidente	Ignacio Magalhães Bastos	Republicano
1897	Assembleia Geral	1º Secretário	Manuel Dias Costa Lima	Republicano
1897	Assembleia Geral	2º Secretário	Belarmino Oliveira Ramos	Republicano
1897	Direcção	Presidente	Domingos Luiz Coelho Silva	Republicano
1897	Direcção	Secretário	F. A. Martins Almeida	Republicano
1897	Conselho Fiscal	Membro	João António Santos	Desconhecida
1897	Conselho Fiscal	Membro	João Gonçalves	Republicano
1897	Conselho Fiscal	Membro	Manuel Pinto Lima Júnior	Republicano
1897	Conselho Fiscal	Membro	Manuel Soares Guedes	Republicano
1897	Conselho Fiscal	Membro	Manuel Tavares Dias	Desconhecida
1898	Assembleia Geral	Presidente	José Pinheiro Mello	Progressista
1898	Assembleia Geral	Membro	Belarmino Oliveira Ramos	Republicano
1898	Assembleia Geral	Vice-presidente	Ignacio Magalhães Bastos	Republicano
1898	Direcção	Presidente	Domingos Luiz Coelho Silva	Republicano
1898	Direcção	Vice-presidente	Eduardo Nunes Motta	Republicano
1898	Direcção	1º Secretário	José Andrade Júnior	Desconhecida
1898	Direcção	2º Secretário	Carlos Carvalho & C. ^a	Desconhecida
1898	Direcção	Tesoureiro	Meco & Irmão	Franquista
1898	Direcção	Vogal	João Nogueira Feyo	Republicano
1898	Direcção	Vogal	Joaquim Pereira Roldão	Republicano
1898	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	Marçal Romeira Pacheco	Progressista
1898	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	João Antunes Baptista	Desconhecida
1898	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	António Bento Sousa Gomes	Desconhecida
1898	Revisora de Contas, Comissão	Relator	João Gomes Costa	Progressista
1899	Assembleia Geral	Presidente	José Pinheiro Mello	Progressista
1899	Assembleia Geral	Vice-presidente	Ignacio Magalhães Bastos	Republicano
1899	Assembleia Geral	Secretário	Belarmino Oliveira Ramos	Republicano
1899	Assembleia Geral	Secretário	Manuel Dias Costa Lima	Republicano
1899	Direcção	Presidente	Domingos Luiz Coelho Silva	Republicano
1899	Direcção	Vice-presidente	Eduardo Nunes Motta	Republicano
1899	Direcção	1º Secretário	José Andrade Júnior	Desconhecida
1899	Direcção	2º Secretário	Carlos Carvalho & C. ^a	Desconhecida
1899	Direcção	Tesoureiro	Meco & Irmão	Franquista
1899	Direcção	Vogal	João Nogueira Feyo	Republicano
1899	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	Marçal Romeira Pacheco	Progressista
1899	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	João Gomes Costa	Progressista
1899	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Fortunato Paulo Ferreira Neves	Desconhecida
1899	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Manuel Soares Guedes	Republicano
1899	Revisora de Contas, Comissão	Relator	F. A. Martins Almeida	Republicano
1900	Assembleia Geral	Presidente	José Pinheiro Mello	Progressista
1900	Assembleia Geral	Vice-presidente	Ignacio Magalhães Bastos	Republicano
1900	Assembleia Geral	Secretário	Belarmino Oliveira Ramos	Republicano
1900	Assembleia Geral	Secretário	Manuel Dias Costa Lima	Republicano
1900	Direcção	Presidente	Domingos Luiz Coelho Silva	Republicano
1900	Direcção	Vice-presidente	Eduardo Nunes Motta	Republicano
1900	Direcção	Secretário	Fortunato Paulo Ferreira Neves	Desconhecida
1900	Direcção	Tesoureiro	Meco & Irmão	Franquista
1900	Direcção	Vogal	Izidoro Pedro Cardoso	Desconhecida
1900	Direcção	Vogal	Manuel Soares Guedes	Republicano
1900	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	Emílio Nunes Silva	Desconhecida
1900	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	João António Santos	Desconhecida
1900	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	J. J. Cunha	Republicano
1900	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	João Antunes Baptista	Desconhecida
1900	Revisora de Contas, Comissão	Relator	João Carvalho Silva	Republicano
1901	Assembleia Geral	Presidente	José Pinheiro Mello	Progressista
1901	Assembleia Geral	Vice-presidente	Ignacio Magalhães Bastos	Republicano
1901	Assembleia Geral	Secretário	Belarmino Oliveira Ramos	Republicano
1901	Assembleia Geral	Secretário	Manuel Dias Costa Lima	Republicano
1901	Assembleia Geral	Vice-secretário	Elio Mello Rego	Desconhecida
1901	Assembleia Geral	Vice-secretário	J. Anjos Galvão	Desconhecida
1901	Direcção	Presidente	Domingos Luiz Coelho Silva	Republicano
1901	Direcção	Vice-presidente	Eduardo Nunes Motta	Republicano
1901	Direcção	Secretário	Fortunato Paulo Ferreira Neves	Desconhecida
1901	Direcção	Secretário	João António Santos	Desconhecida
1901	Direcção	Tesoureiro	Meco & Irmão	Franquista
1901	Direcção	Vogal	Izidoro Pedro Cardoso	Desconhecida

Anexo 3 – Corpos gerentes da ACLL e respectiva tendência política (1870-1910)

Ano	Estrutura	Cargo	Nome completo	Tendência política
1901	Direcção	Vogal	Manuel Soares Guedes	Republicano
1901	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	Bernardino Santos Carneiro & C. ^a	Republicano
1901	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	Alfredo Joaquim Silva Ramalho	Republicano
1901	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Elysio Augusto Santos	Republicano
1901	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Joaquim Pestana Santos	Progressista
1901	Revisora de Contas, Comissão	Relator	Carlos Victor Ferreira Alves	Republicano
1902	Assembleia Geral	Presidente	José Pinheiro Mello	Progressista
1902	Assembleia Geral	Vice-presidente	Domingos Luiz Coelho Silva	Republicano
1902	Assembleia Geral	Vice-presidente	Ignacio Magalhães Bastos	Republicano
1902	Assembleia Geral	1º Secretário	Manuel Dias Costa Lima	Republicano
1902	Assembleia Geral	2º Secretário	F. A. Martins Almeida	Republicano
1902	Assembleia Geral	2º Secretário	José Andrade Júnior	Desconhecida
1902	Assembleia Geral	1º Vice-secretário	Elio Mello Rego	Desconhecida
1902	Assembleia Geral	2º Vice-secretário	J. Anjos Galvão	Desconhecida
1902	Direcção	Presidente	Domingos Luiz Coelho Silva	Republicano
1902	Direcção	Vice-presidente	Eduardo Nunes Motta	Republicano
1902	Direcção	Secretário	Fortunato Paulo Ferreira Neves	Desconhecida
1902	Direcção	Secretário	João António Santos	Desconhecida
1902	Direcção	Tesoureiro	Meco & Irmão	Franquista
1902	Direcção	Vogal	António Maria Carvalho	Desconhecida
1902	Direcção	Vogal	Manuel Soares Guedes	Republicano
1902	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	Bernardino Santos Carneiro & C. ^a	Republicano
1902	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	João José Costa	Republicano
1902	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Paulino Ferreira	Desconhecida
1902	Revisora de Contas, Comissão	Relator	Joaquim Santos Sal Júnior	Desconhecida
1903	Assembleia Geral	Presidente	José Pinheiro Mello	Progressista
1903	Assembleia Geral	Vice-presidente	Ignacio Magalhães Bastos	Republicano
1903	Assembleia Geral	1º Secretário	Manuel Dias Costa Lima	Republicano
1903	Assembleia Geral	2º Secretário	José Andrade Júnior	Desconhecida
1903	Assembleia Geral	1º Vice-secretário	Elio Mello Rego	Desconhecida
1903	Assembleia Geral	2º Vice-secretário	J. Anjos Galvão	Desconhecida
1903	Direcção	Presidente	Domingos Luiz Coelho Silva	Republicano
1903	Direcção	Vice-presidente	Eduardo Nunes Motta	Republicano
1903	Direcção	Secretário	Fortunato Paulo Ferreira Neves	Desconhecida
1903	Direcção	Secretário	João António Santos	Desconhecida
1903	Direcção	Tesoureiro	Meco & Irmão	Franquista
1903	Direcção	Vogal	António Maria Carvalho	Desconhecida
1903	Direcção	Vogal	Manuel Soares Guedes	Republicano
1903	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	Silvério Carvalho Tramela	Desconhecida
1903	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	Joaquim Silva Pacheco	Desconhecida
1903	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Paulino Ferreira	Desconhecida
1903	Revisora de Contas, Comissão	Relator	João José Costa	Republicano
1904	Assembleia Geral	Presidente	José Pinheiro Mello	Progressista
1904	Assembleia Geral	Vice-presidente	Ignacio Magalhães Bastos	Republicano
1904	Assembleia Geral	1º Secretário	Apolinário Pereira	Republicano
1904	Assembleia Geral	2º Secretário	Alexandre Bento	Desconhecida
1904	Assembleia Geral	1º Vice-secretário	João José Costa	Republicano
1904	Assembleia Geral	2º Vice-secretário	J. Anjos Galvão	Desconhecida
1904	Direcção	Presidente	Domingos Luiz Coelho Silva	Republicano
1904	Direcção	Vice-presidente	Eduardo Nunes Motta	Republicano
1904	Direcção	Secretário	Joaquim Duarte Fernão Pires	Republicano
1904	Direcção	Secretário	Silvério Carvalho Tramela	Desconhecida
1904	Direcção	Tesoureiro	Meco & Irmão	Franquista
1904	Direcção	Vogal	António José Fernandes	Desconhecida
1904	Direcção	Vogal	Manuel Soares Guedes	Republicano
1904	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	António Joaquim Abrantes	Desconhecida
1904	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	Manuel Henrique Carvalho & C. ^a	Desconhecida
1904	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	António Luiz Gonçalves	Republicano
1904	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Manuel Marçal Nunes	Desconhecida
1904	Revisora de Contas, Comissão	Relator	António Tadeu	Desconhecida
1905	Assembleia Geral	Presidente	José Pinheiro Mello	Progressista
1905	Assembleia Geral	Vice-presidente	Ignacio Magalhães Bastos	Republicano
1905	Assembleia Geral	1º Secretário	Apolinário Pereira	Republicano
1905	Assembleia Geral	2º Secretário	Alexandre Bento	Desconhecida
1905	Assembleia Geral	1º Vice-secretário	João José Costa	Republicano
1905	Assembleia Geral	2º Vice-secretário	J. Anjos Galvão	Desconhecida
1905	Direcção	Presidente	Domingos Luiz Coelho Silva	Republicano
1905	Direcção	Vice-presidente	Eduardo Nunes Motta	Republicano
1905	Direcção	Secretário	Joaquim Duarte Fernão Pires	Republicano

Anexo 3 – Corpos gerentes da ACLL e respectiva tendência política (1870-1910)

Ano	Estrutura	Cargo	Nome completo	Tendência política
1905	Direcção	Secretário	Silvério Carvalho Tramela	Desconhecida
1905	Direcção	Tesoureiro	Meco & Irmão	Franquista
1905	Direcção	Vogal	António José Fernandes	Desconhecida
1905	Direcção	Vogal	Manuel Soares Guedes	Republicano
1905	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	Carlos Ferreira Seabra	Desconhecida
1905	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	Armando Gomes Carvalho	Desconhecida
1905	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	J. J. Cunha	Republicano
1905	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Luiz Frazão	Desconhecida
1905	Revisora de Contas, Comissão	Relator	Augusto Costa	Desconhecida
1906	Assembleia Geral	Presidente	José Pinheiro Mello	Progressista
1906	Assembleia Geral	Vice-presidente	Apolinário Pereira	Republicano
1906	Assembleia Geral	1º Secretário	António Tadeu	Desconhecida
1906	Assembleia Geral	1º Secretário	Joaquim Duarte Fernão Pires	Republicano
1906	Assembleia Geral	2º Secretário	António Joaquim Ferros	Desconhecida
1906	Assembleia Geral	1º Vice-secretário	João Gomes Costa	Progressista
1906	Assembleia Geral	2º Vice-secretário	Francisco Henrique Carvalho	Franquista
1906	Direcção	Presidente	Cupertino Ribeiro & C. ^a	Republicano
1906	Direcção	Vice-presidente	José Romão Matos	Republicano
1906	Direcção	Secretário	Bernardino Martins Ruas	Desconhecida
1906	Direcção	Secretário	João José Costa	Republicano
1906	Direcção	Tesoureiro	Manuel Fonseca Correia Saraiva	Desconhecida
1906	Direcção	Vogal	J. J. Cunha	Republicano
1906	Direcção	Vogal	Manuel Santos Sal	Desconhecida
1906	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	Anselmo Duarte Campos	Republicano
1906	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	António Alves Ribeiro Duarte	Republicano
1906	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Carnide & Garcia	Desconhecida
1906	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	J. M. Gomes Sousa	Desconhecida
1906	Revisora de Contas, Comissão	Relator	Artur R. Oliveira	Desconhecida
1907	Assembleia Geral	Presidente	José Pinheiro Mello	Progressista
1907	Assembleia Geral	Vice-presidente	Apolinário Pereira	Republicano
1907	Assembleia Geral	1º Secretário	Joaquim Duarte Fernão Pires	Republicano
1907	Assembleia Geral	2º Secretário	António Joaquim Ferros	Desconhecida
1907	Assembleia Geral	1º Vice-secretário	João Gomes Costa	Progressista
1907	Assembleia Geral	2º Vice-secretário	Francisco Henrique Carvalho	Franquista
1907	Direcção	Presidente	Cupertino Ribeiro & C. ^a	Republicano
1907	Direcção	Vice-presidente	José Romão Matos	Republicano
1907	Direcção	Secretário	Bernardino Martins Ruas	Desconhecida
1907	Direcção	Secretário	Castro & C. ^a Filho	Desconhecida
1907	Direcção	Secretário	João José Costa	Republicano
1907	Direcção	Tesoureiro	Manuel Fonseca Correia Saraiva	Desconhecida
1907	Direcção	Vogal	J. J. Cunha	Republicano
1907	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	José António Marques Guimarães	Desconhecida
1907	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	José Cordeiro Júnior	Republicano
1907	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Alfredo Nunes Ribeiro	Desconhecida
1907	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Manuel António Iniguez	Desconhecida
1907	Revisora de Contas, Comissão	Relator	Cândido C. L. Cavassa	Desconhecida
1908	Assembleia Geral	Presidente	José Pinheiro Mello	Progressista
1908	Assembleia Geral	Vice-presidente	Apolinário Pereira	Republicano
1908	Assembleia Geral	1º Secretário	Joaquim Duarte Fernão Pires	Republicano
1908	Assembleia Geral	2º Secretário	António Joaquim Ferros	Desconhecida
1908	Assembleia Geral	1º Vice-secretário	João Gomes Costa	Progressista
1908	Assembleia Geral	2º Vice-secretário	Francisco Henrique Carvalho	Franquista
1908	Direcção	Presidente	Cupertino Ribeiro & C. ^a	Republicano
1908	Direcção	Vice-presidente	José Romão Matos	Republicano
1908	Direcção	Secretário	Castro & C. ^a Filho	Desconhecida
1908	Direcção	Secretário	João José Costa	Republicano
1908	Direcção	Tesoureiro	Manuel Fonseca Correia Saraiva	Desconhecida
1908	Direcção	Vogal	Anselmo Duarte Campos	Republicano
1908	Direcção	Vogal	J. J. Cunha	Republicano
1908	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	Carlos Almeida Vasconcellos	Desconhecida
1908	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	António Oliveira Carvalho	Desconhecida
1908	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Alfredo Pereira Rocha	Desconhecida
1908	Revisora de Contas, Comissão	Relator	Alfredo César Silva	Desconhecida
1909	Assembleia Geral	Presidente	José Pinheiro Mello	Progressista
1909	Assembleia Geral	Vice-presidente	Apolinário Pereira	Republicano
1909	Assembleia Geral	1º Secretário	Joaquim Duarte Fernão Pires	Republicano
1909	Assembleia Geral	2º Secretário	António Joaquim Ferros	Desconhecida
1909	Assembleia Geral	1º Vice-secretário	João Gomes Costa	Progressista
1909	Assembleia Geral	2º Vice-secretário	Francisco Henrique Carvalho	Franquista

Anexo 3 – Corpos gerentes da ACLL e respectiva tendência política (1870-1910)

Ano	Estrutura	Cargo	Nome completo	Tendência política
1909	Direcção	Presidente	Cupertino Ribeiro & C. ^a	Republicano
1909	Direcção	Vice-presidente	José Romão Matos	Republicano
1909	Direcção	1º Secretário	João José Costa	Republicano
1909	Direcção	2º Secretário	Castro & C. ^a Filho	Desconhecida
1909	Direcção	Tesoureiro	Manuel Fonseca Correia Saraiva	Desconhecida
1909	Direcção	Vogal	Anselmo Duarte Campos	Republicano
1909	Direcção	Vogal	J. J. Cunha	Republicano
1909	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	Cândido Augusto Costa	Desconhecida
1909	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	Estevão Vasconcelos	Desconhecida
1909	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Artur Albuquerque	Desconhecida
1909	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Francisco José Costa	Republicano
1909	Revisora de Contas, Comissão	Relator	Domingos Nunes Silva	Desconhecida
1910	Assembleia Geral	Presidente	José Pinheiro Mello	Progressista
1910	Assembleia Geral	Vice-presidente	Apolinário Pereira	Republicano
1910	Assembleia Geral	1º Secretário	Joaquim Duarte Fernão Pires	Republicano
1910	Assembleia Geral	2º Secretário	António Joaquim Ferros	Desconhecida
1910	Assembleia Geral	1º Vice-secretário	João Gomes Costa	Progressista
1910	Assembleia Geral	2º Vice-secretário	J. Rodrigues Simões	Desconhecida
1910	Direcção	Presidente	Cupertino Ribeiro & C. ^a	Republicano
1910	Direcção	Vice-presidente	José Romão Matos	Republicano
1910	Direcção	Secretário	Castro & C. ^a Filho	Desconhecida
1910	Direcção	Secretário	Francisco José Costa	Republicano
1910	Direcção	Tesoureiro	Manuel Fonseca Correia Saraiva	Desconhecida
1910	Direcção	Vogal	Luiz Godinho	Republicano
1910	Direcção	Vogal	Manuel António Iniguez	Desconhecida
1910	Revisora de Contas, Comissão	Presidente	João Carlos Marques	Desconhecida
1910	Revisora de Contas, Comissão	Secretário	Armando Gomes Carvalho	Desconhecida
1910	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Júlio Alberto Sousa	Republicano
1910	Revisora de Contas, Comissão	Vogal	Sebastião Mestre Santos	Republicano
1910	Revisora de Contas, Comissão	Relator	Manuel Caldas Cordeiro	Desconhecida

Anexo 4 – Temática e assistência nas sessões da assembleia-geral da ACLL (1870-1910)

Sessão	Assunto	N.º de sócios
9 de Janeiro de 1870	Primeira assembleia-geral	c. 200 ¹⁴⁸⁹
8 de Agosto de 1870	Aprovação dos estatutos	40 ¹⁴⁹⁰
29 de Janeiro de 1880	Discussão sobre as propostas de Fazenda	sala “literalmente cheia de comerciantes e lojistas” ¹⁴⁹¹
7 de Maio de 1882	Sessão solene dedicada a Pombal	“sala da presidência repleta de associados” ¹⁴⁹²
4 de Maio de 1884	Aumento de “50% no imposto das licenças.” ¹⁴⁹³	A reunião “esteve concorridíssima (...) e muitos se retiraram por não encontrarem lugar” ¹⁴⁹⁴
11 de Dezembro de 1884	“contra o aumento, não [de] 50%, mas de 60% sobre as taxas das licenças de estabelecimentos” ¹⁴⁹⁵	A reunião da ACLL “foi muito concorrida (...). As salas da associação não comportaram toda a gente que ali afluíu, retirando-se muitos lojistas por não acharem lugar.” ¹⁴⁹⁶
16 de Janeiro de 1887	“protestar contra algumas das posturas municipais” que impunham uma taxa e licença sobre tabuletas, vitrine e letreiros ¹⁴⁹⁷	A reunião da ACLL “esteve muito concorrida” ¹⁴⁹⁸
28 de Janeiro de 1889	Protesto contra a lei do selo	c. 400 ¹⁴⁹⁹
4 de Fevereiro de 1889	Eleição de representantes a uma comissão governamental para a revisão do regulamento do imposto de selo	c. 120 ¹⁵⁰⁰
15 de Julho de 1889	Discussão do relatório anual	34 ¹⁵⁰¹
22 de Julho de 1889	Discussão do relatório anual	44 ¹⁵⁰²
26 de Agosto de 1889	Representação dos revendedores de lotarias	31 ¹⁵⁰³
14 de Outubro de 1889	Representação dos revendedores de lotarias	c. 66 ¹⁵⁰⁴
22 de Dezembro de 1889	Apoio ao “procedimento do governo [progressista] no incidente colonial ultimamente levantado pela nação inglesa”	“sala literalmente cheia” ¹⁵⁰⁵ c. 400
1 de Janeiro de 1890	Comemoração dos 20 anos da ACLL	“numerosa concorrência” ¹⁵⁰⁶ c. 400
15 de Janeiro de 1890	Protesto contra o <i>Ultimatum</i>	“dependências completamente cheias de sócios e comerciantes” ¹⁵⁰⁷

¹⁴⁸⁹ *Jornal do Comércio*, n.º 4861, 11 de Janeiro de 1870.

¹⁴⁹⁰ *O Popular*, n.º 52, 9 de Agosto de 1870.

¹⁴⁹¹ *Jornal da Noite*, n.º 2734, 30 e 31 de Janeiro de 1880.

¹⁴⁹² ACLL, *Relatório e contas...* 1882, p. 29-30.

¹⁴⁹³ *O Século*, n.º 1017, 3 de Maio de 1884.

¹⁴⁹⁴ *Diário Popular*, n.º 6170, 5 de Maio de 1884 e *O Século*, n.º 1019, 6 de Maio de 1884.

¹⁴⁹⁵ *Diário de Notícias*, n.º 6786, 12 de Dezembro de 1884.

¹⁴⁹⁶ *Diário de Notícias*, n.º 6786, 12 de Dezembro de 1884.

¹⁴⁹⁷ *O Século*, n.º 1845, 12 de Janeiro de 1887

¹⁴⁹⁸ *Diário Popular*, n.º 7120, 18 de Janeiro de 1887.

¹⁴⁹⁹ ACLL, *Boletim*, n.º 14, Fevereiro de 1889, p. 2.

¹⁵⁰⁰ ACLL, *Boletim*, n.º 15, Março de 1889, p. 1.

¹⁵⁰¹ ACLL, *Boletim*, n.º 20, Agosto de 1889, p. 1.

¹⁵⁰² ACLL, *Boletim*, n.º 20, Agosto de 1889, p. 3.

¹⁵⁰³ ACLL, *Boletim*, n.º 21, Setembro de 1889, p. 1.

¹⁵⁰⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 23, Novembro de 1889, p. 3.

¹⁵⁰⁵ ACLL, *Boletim*, n.º 26, Janeiro de 1890, p. 2.

¹⁵⁰⁶ *O Século*, n.º 2838, 3 de Janeiro de 1890 e *Os Debates*, n.º 448, 2 de Janeiro de 1890.

¹⁵⁰⁷ ACLL, *Boletim*, n.º 27, Fevereiro de 1890, p. 2.

Anexo 4 – Temática e assistência nas sessões da assembleia-geral da ACLL (1870-1910)

Sessão	Assunto	N.º de sócios
		c. 400
29 de Janeiro de 1890	Protesto contra o <i>Ultimatum</i>	“concorridíssima” ¹⁵⁰⁸ c. 400
3 de Março de 1890	Leitura do manifesto contra o <i>Ultimatum</i>	34 ¹⁵⁰⁹
17 de Março de 1890	Demissão de António Joaquim Simões de Almeida de presidente da direcção	210 ¹⁵¹⁰
24 de Março de 1890	Leitura do relatório e eleição da mesa da assembleia-geral	36 ¹⁵¹¹
23 de Abril de 1890	Discussão sobre a acta da reunião de 17 de Março; reclamação de muitos sócios pelo facto de não estar a ser cumprido o “pacto estabelecido contra o comércio inglês”	73 ¹⁵¹²
7 de Maio de 1890	Continuação da discussão sobre o “pacto estabelecido contra o comércio inglês”	48 ¹⁵¹³
19 de Maio de 1890	Leitura do relatório e eleição da direcção	45 ¹⁵¹⁴
11 de Junho de 1890	Primeira discussão sobre a necessidade de representar ao Parlamento contra o adicional de 6%	“O sr. Presidente lamenta que a assembleia esteja tão pouco concorrida” ¹⁵¹⁵
18 de Julho de 1890	“resolver o que tiver por mais conveniente acerca do imposto adicional de 6%”	“numerosa assistência de sócios” ¹⁵¹⁶
1 de Agosto de 1890	Discussão sobre o que fazer depois de ter sido aprovado o novo adicional	“O sr. António de Almeida lastima que a assembleia esteja tão pouco concorrida” ¹⁵¹⁷
3 de Setembro de 1890	Discussão sobre o tratado anglo-luso de 20 de Agosto	sede “regurgitava de sócios, ficando muitos de fora por não poderem entrar.” ¹⁵¹⁸ c. 400
20 de Setembro de 1890	Discussão sobre o tratado anglo-luso de 20 de Agosto, com “a assistência dos delegados das associações que aderiram ao protesto”	“sala literalmente cheia” ¹⁵¹⁹ c. 400
22 de Novembro de 1890	Discussão sobre empregados da ACLL e respectivos vencimentos	90 ¹⁵²⁰
12 de Fevereiro de 1891	Relatório de contas e eleição da mesa da assembleia-geral	41 ¹⁵²¹

¹⁵⁰⁸ *Os Debates*, n.º 476, 30 de Janeiro de 1890.

¹⁵⁰⁹ ACLL, *Boletim*, n.º 29, Abril de 1890, p. 1.

¹⁵¹⁰ ACLL, *Boletim*, n.º 29, Abril de 1890, p. 4.

¹⁵¹¹ ACLL, *Boletim*, n.º 29, Abril de 1890, p. 5.

¹⁵¹² ACLL, *Boletim*, n.º 30, Maio de 1890, p. 3.

¹⁵¹³ ACLL, *Boletim*, n.º 31, Junho de 1890, p. 3.

¹⁵¹⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 31, Junho de 1890, p. 6.

¹⁵¹⁵ ACLL, *Boletim*, n.º 32, Julho de 1890, p. 7.

¹⁵¹⁶ *O Século*, n.º 3035, 20 de Julho de 1890.

¹⁵¹⁷ ACLL, *Boletim*, n.º 34, Setembro de 1890, p. 1.

¹⁵¹⁸ *O Século*, n.º 3081, 4 de Setembro de 1890, *Diário Popular*, n.º 8387, 4 de Setembro de 1890 e *Diário de Notícias*, n.º 8860, 4 de Setembro de 1890.

¹⁵¹⁹ ACLL, *Boletim*, n.º 35, Outubro de 1890, p. 2.

¹⁵²⁰ ACLL, *Boletim*, n.º 38, Janeiro de 1891, p. 1.

¹⁵²¹ ACLL, *Boletim*, n.º 40, Março de 1891, p. 1.

Anexo 4 – Temática e assistência nas sessões da assembleia-geral da ACLL (1870-1910)

Sessão	Assunto	N.º de sócios
15 de Abril de 1891	Leitura do relatório e eleição da direcção	43 ¹⁵²²
20 de Julho de 1891	Discussão sobre a crise monetária e a falta de trocos	“a casa e os corredores literalmente cheios” ¹⁵²³ c. 400
27 de Julho de 1891	Discussão sobre a crise monetária, a falta de trocos e protestos contra o aumento do gás	“a sala e corredores literal[mente] cheios” ¹⁵²⁴ c. 400
28 de Setembro de 1891	Apresentação do relatório da comissão de protesto contra o aumento do gás	“casa literalmente cheia de sócios” ¹⁵²⁵ c. 400
13 de Novembro de 1891	Manutenção da greve do gás e “comício eleitoral” dos republicanos ¹⁵²⁶	“salas e corredores literalmente cheios de lojistas, sócios e não sócios” ¹⁵²⁷ c. 400
7 de Março de 1892	Reacção ao discurso do deputado progressista Francisco José Machado	“grande concorrência de sócios” ¹⁵²⁸ c. 400
20 de Abril de 1892	Anunciada a eleição da mesa da assembleia-geral, mas efectivamente foi apresentada e discutida uma “moção de censura” ao governo	reunião foi pouco concorrida ¹⁵²⁹
4 de Maio de 1892	Relatório de contas e eleição da mesa da assembleia-geral	c. 24 ¹⁵³⁰
13 de Julho de 1892	Eleição da direcção e aprovação do parecer da comissão revisora de contas	c. 157 ¹⁵³¹
8 de Agosto de 1892	Discussão sobre as taras dos produtos embalados que passavam na alfândega e eleição de dois membros da direcção	c. 24 ¹⁵³²
13 de Setembro de 1892	Conferência de um delegado da Associação Industrial Portuguesa “em favor do trabalho nacional”	c. 44 ¹⁵³³
3 de Outubro de 1892	Encerramento dos estabelecimentos ao domingo	“falta de concorrência” ¹⁵³⁴
16 de Novembro de 1892	Manifestação da ACLL em relação à anunciada vinda a Lisboa da esquadra inglesa	“uma das mais concorridas, imponentes e significativas das que se têm realizado” ¹⁵³⁵ c. 400
28 de Abril de 1893	Relatório e eleição da mesa da assembleia-geral ¹⁵³⁶	68 ¹⁵³⁷

¹⁵²² ACLL, *Boletim*, n.º 42, Maio de 1891, p. 1.

¹⁵²³ ACLL, *Boletim*, n.º 45, Agosto de 1891, p. 1 e *O Século*, n.º 3399, 21 de Julho de 1891.

¹⁵²⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 45, Agosto de 1891, p. 6 e *O Século*, n.º 3406, 28 de Julho de 1891.

¹⁵²⁵ ACLL, *Boletim*, n.º 47, Outubro de 1891, p. 1.

¹⁵²⁶ *Diário Popular*, n.º 8811, 14 de Novembro de 1891 e *O Século*, n.º 3515, 14 de Novembro de 1891.

¹⁵²⁷ ACLL, *Boletim*, n.º 49, Dezembro de 1891, p. 1.

¹⁵²⁸ *O Século*, n.º 3627, 8 de Março de 1892.

¹⁵²⁹ *Diário Ilustrado*, n.º 6850, 24 de Abril de 1892.

¹⁵³⁰ ACLL, *Boletim*, n.º 55, Junho de 1892, p. 4.

¹⁵³¹ ACLL, *Boletim*, n.º 57, Agosto de 1892, p. 5.

¹⁵³² ACLL, *Boletim*, n.º 58, Setembro de 1892, p. 2.

¹⁵³³ ACLL, *Boletim*, n.º 59, Outubro de 1892, p. 4.

¹⁵³⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 60, Novembro de 1892, p. 1.

¹⁵³⁵ ACLL, *Boletim*, n.º 61, Dezembro de 1892, pp. 1 e 8.

¹⁵³⁶ ACLL, *Boletim*, n.º 66, Maio de 1893, p. 1.

Anexo 4 – Temática e assistência nas sessões da assembleia-geral da ACLL (1870-1910)

Sessão	Assunto	N.º de sócios
10 de Junho de 1893	Leitura da representação contra a contribuição industrial ¹⁵³⁸	68 ¹⁵³⁹
20 de Julho de 1893	Discussão sobre a contribuição industrial depois da ACL ter convidado a ACLL a apoiá-la na contestação a esta medida ¹⁵⁴⁰	151 ¹⁵⁴¹
16 de Agosto de 1893	Eleição da direcção e nomeação dos delegados à reunião da ACL contra a contribuição industrial ¹⁵⁴²	69 ¹⁵⁴³
27 de Outubro de 1893	Discussão dos “actos da actual direcção” ¹⁵⁴⁴	63 ¹⁵⁴⁵
18 de Janeiro de 1894	Apresentação sobre os trabalhos dos delegados das associações; críticas violentas a Augusto Fuschini ¹⁵⁴⁶	111 ¹⁵⁴⁷
29 de Janeiro de 1894	Reunião de protesto contra a proibição do comício previsto para esse dia	327 ¹⁵⁴⁸
30 de Janeiro de 1894	Continuação dos mesmos protestos	168 ¹⁵⁴⁹
31 de Janeiro de 1894	Continuação dos mesmos protestos	115 ¹⁵⁵⁰
4 de Janeiro de 1898	Aprovar a representação contra o imposto de selo nos alvarás de estabelecimentos	“a vasta sala da assembleia, que comporta certamente 600 a 700 pessoas, e os gabinetes contíguos estavam cheios” ¹⁵⁵¹
17 de Março de 1898	Escusa de Pinheiro de Melo do cargo de presidente da assembleia-geral ¹⁵⁵²	200 ¹⁵⁵³
21 de Fevereiro de 1903	Nomeação das comissões de comércio, indústria e agricultura; assuntos vários	55 ¹⁵⁵⁴
22 de Fevereiro de 1904	Contra as propostas de Fazenda do governo de Hintze Ribeiro	“numerossíssima assistência de associados” ¹⁵⁵⁵
14 de Março de 1904	Contra as propostas de Fazenda do governo de Hintze Ribeiro	“assistência numerosa de associados” ¹⁵⁵⁶
28 de Novembro de 1906	Discussão do projecto de lei sobre o descanso semanal	“reunião não tão numerosa como era lícito esperar” ¹⁵⁵⁷

¹⁵³⁷ ACLL, *Livro de registo de presenças nas reuniões da Assembleia-geral*, n.º 2 (1893-1894).

¹⁵³⁸ ACLL, *Boletim*, n.º 68, Julho de 1893, p. 1.

¹⁵³⁹ ACLL, *Livro de registo de presenças nas reuniões da Assembleia-geral*, n.º 2 (1893-1894).

¹⁵⁴⁰ ACLL, *Boletim*, suplemento ao n.º 69, Agosto de 1893, p. 2.

¹⁵⁴¹ ACLL, *Livro de registo de presenças nas reuniões da Assembleia-geral*, n.º 2 (1893-1894).

¹⁵⁴² ACLL, *Boletim*, n.º 70, Setembro de 1893, pp. 6-7.

¹⁵⁴³ ACLL, *Livro de registo de presenças nas reuniões da Assembleia-geral*, n.º 2 (1893-1894).

¹⁵⁴⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 72, Novembro de 1893, p. 3.

¹⁵⁴⁵ ACLL, *Livro de registo de presenças nas reuniões da Assembleia-geral*, n.º 2 (1893-1894).

¹⁵⁴⁶ *Vanguarda*, n.º 927, 19 de Janeiro de 1894.

¹⁵⁴⁷ ACLL, *Livro de registo de presenças nas reuniões da Assembleia-geral*, n.º 2 (1893-1894).

¹⁵⁴⁸ ACLL, *Livro de registo de presenças nas reuniões da Assembleia-geral*, n.º 2 (1893-1894).

¹⁵⁴⁹ ACLL, *Livro de registo de presenças nas reuniões da Assembleia-geral*, n.º 2 (1893-1894).

¹⁵⁵⁰ ACLL, *Livro de registo de presenças nas reuniões da Assembleia-geral*, n.º 2 (1893-1894).

¹⁵⁵¹ *Vanguarda*, n.º 416, 5 de Janeiro de 1898.

¹⁵⁵² *O Século*, n.º 5812, 18 de Março de 1898.

¹⁵⁵³ ACLL, *Relatório e Contas...1898*, p. 54.

¹⁵⁵⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 26, Fevereiro de 1903, p. 5.

¹⁵⁵⁵ ACLL, *Boletim*, n.º 38, Fevereiro de 1904, p. 1.

¹⁵⁵⁶ ACLL, *Boletim*, n.º 39, Março de 1904, p. 4.

¹⁵⁵⁷ ACLL, *Boletim*, n.º 24, Dezembro de 1906, p. 97.

Anexo 4 – Temática e assistência nas sessões da assembleia-geral da ACLL (1870-1910)

Sessão	Assunto	N.º de sócios
20 de Maio de 1907	Relatório e eleição da direcção	“assembleia tão pouco concorrida”; “pouca concorrência” ¹⁵⁵⁸
16 de Junho de 1907	Sessão solene dos 10 anos da restauração da ACLL	“A vasta sala das nossas sessões regurgitava de assistentes” ¹⁵⁵⁹
1 de Julho de 1908	A crise económica e os interesses do comércio, indústria e agricultura	fraca concorrência de sócios ¹⁵⁶⁰
23 de Agosto de 1908	Questão Heitor Ferreira	reunião de “grande imponentia”, esgotando-se os lugares da sala “muito antes da hora marcada” ¹⁵⁶¹
15 de Junho de 1910	Reclamação contra as “leis de excepção” e a prisão de “comerciantes e industriais” pelo Juízo de Instrução Criminal.	“numerosa concorrência” ¹⁵⁶²
22 de Junho de 1910	Relatório e eleição da mesa; sessão adiada	“diminuto número de sócios” ¹⁵⁶³
11 de Julho de 1910	Eleição da mesa e da comissão revisora de contas	“assembleia tão pouco concorrida” ¹⁵⁶⁴

¹⁵⁵⁸ ACLL, *Boletim*, n.º 29, Maio de 1907, pp. 45 e 47.

¹⁵⁵⁹ ACLL, *Boletim*, n.º 30, Junho de 1907, p. 50.

¹⁵⁶⁰ *Portugal*, n.º 434, 3 de Julho de 1908.

¹⁵⁶¹ *O Mundo*, n.º 2802, 24 de Agosto de 1908.

¹⁵⁶² ACLL, *Boletim*, n.º 66, Junho de 1910, p. 44.

¹⁵⁶³ ACLL, *Boletim*, n.º 66, Junho de 1910, p. 45.

¹⁵⁶⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 67, Julho de 1910, p. 49.